

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



NÚMERO ESPECIAL 30 ANOS

junho 2021 – Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartiçam
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



Especial 30 anos – maio 2020 – Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE ENSINO GRATUITO

Fundado em 10 de setembro de 1868

CORPO DIRETIVO 2017-2019

DIRETORIA

Presidente:	Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente:	Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário:	Francisco José Magalhães Ferreira
2.º Secretário:	Armênio Santiago Cardoso
1.º Tesoureiro:	Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
2.º Tesoureiro:	Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador:	Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador:	Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário:	Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural:	Castelar de Carvalho
Diretor Escolar:	Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação:	João Roque Rangel de Araújo
Presidente de Honra:	Antônio Gomes da Costa (<i>in memoriam</i>)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente:	Maria Lêda de Moraes Chini
1.º Secretário:	Albano da Rocha Ferreira
2.º Secretário:	José Antonio de Almeida Sampaio

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos:	Antonio da Silva Correia Ângelo Leite Horto Carlos Jorge Airoso Branco
Suplentes:	Eduardo Artur Neves Moreira Alcides Martins

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Diretor: Antônio Gomes da Costa

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA DO

INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Francisco Gomes da Costa
Evanildo Bechara
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues

CONSELHO CONSULTIVO

Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozorio Rodrigues
José Pereira de Andrade
Nilda Santos Cabral
Ricardo Cavaliere

CONFLUÊNCIA

Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Gonçalves Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Bernard Colombat (Universidade Paris 7 - Denis Diderot)
Carlos da Costa Assunção (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Claudio Cezar Henriques (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia)
Eberhard Gärtner (Universidade de Leipzig)
Gerda Haßler (Universidade de Potsdam)
Horácio Rolim de Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Liceu Literário Português)
José Carlos de Azeredo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonor Lopes Fávero (Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Manuel Gonçalo de Sá Fernandes (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Maria Cristina Salles Altman (Universidade de São Paulo)
Maria do Carmo Henriquez Salido (Universidade de Vigo)
Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)
Maria Helena de Moura Neves (Universidade Estadual Paulista – Araraquara e Universidade Presbiteriana Mackenzie)
Miguel Ángel Esparza Torres (Universidade Rey Juan Carlos)
Myriam Benarroch (Universidade de Paris-Sorbonne)
Neusa Oliveira Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)
Volker Noll (Universidade de Münster)
Wolf Dietrich (Universidade de Münster)

Diagramação: Mauro Corrêa Filho

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:

Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 – Centro
CEP 20031-205 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (021) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – Internet: www.liceuliterario.org.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

Apresentação	7
‣ Francisco Gomes da Costa	
Uma questão de gramática francesa	10
‣ Evanildo Bechara	
Por que Coseriu?	15
‣ Carlos Eduardo Falcão Uchôa	
Le calibrage de langues: la “matière technique” de l’historiographie de la linguistique	39
‣ Pierre Swiggers	
Gramática e texto. Texto e gramática. A funcionalidade em questão.	56
‣ Maria Helena de Moura Neves	
Las paremias en el <i>Tesoro</i> de Covarrubias (1611)	78
‣ Maria do Carmo Henríquez Salido	
Marcadores de evidencialidade no português do Brasil	148
‣ Gerda Haßler	
<i>El Lenguaje en Acción: apuntes sobre el Diccionario Escolar</i> de Juan Benezam (1846-1922)	178
‣ Miguel Ángel Esparza Torres e Nerea Fernández de Gobeo Díaz de Durana	
210 anos de educação jesuítica: o ensino de línguas na babel brasílica	199
‣ Leonor Lopes Fávero e Thiago Zilio Passerini	
A ciência, a história da ciência e o seu ensino	233
‣ Cristina Altman	

As línguas tupi-guarani bolivianas e o conjunto kawahiwa: novas hipóteses sobre as origens	258
‣ Wolf Dietrich	
Classes de palavras um percurso crítico com vista a uma meta didática	296
‣ José Carlos de Azeredo	
Estruturas árabes no léxico ibero-românico	324
‣ Volker Noll	
A “Gramática Popular” no contexto da gramática portuguesa do século XIX	342
‣ Maria Filomena Gonçalves	
Método de ensino de gramática em Portugal nos séculos XVII e XVIII: de Roboredo a Verney	372
‣ Marli Quadros Leite	
A gramática de Álvares (1594): a edição de Amakusa	436
‣ Carlos Assunção e Masayuki Toyoshima	
A primeira gramática conhecida do (Kahenda-Mbaka) kimbundu (Lisboa 1697) e a <i>Ars Minor</i> de Manuel Álvares (Lisboa 1573)	463
‣ Gonçalo Fernandes	
Bento Pereira e a gramática portuguesa da Companhia de Jesus	489
‣ Rolf Kemmler e Teresa Moura	
Os falares dos Açores e o Atlas Linguístico-Etnográfico das Ilhas	519
‣ Claudio Cezar Henriques	
Evanildo Bechara: o percurso dos estudos gramaticais e suas perspectivas	544
‣ Nancy dos Santos Casagrande e Neusa Barbosa Bastos	
Colaboradores deste número	564

APRESENTAÇÃO

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.515>

Este número especial de *Confluência*, em que se celebram os 30 anos de sua criação, constitui motivo de orgulho para o Liceu Literário Português, instituição vocacionada para a difusão e preservação da cultura lusófona. Cumpre salientar, por sinal, que a atividade do Liceu no campo da educação e da pesquisa linguística pode atestar-se em outras iniciativas de igual relevância. Cite-se o Curso de Especialização em Língua Portuguesa, em nível de pós-graduação *lato sensu*, ministrado em convênio com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que há 17 anos é oferecido gratuitamente à comunidade acadêmica brasileira. Mencionem-se, ainda, os cursos regulares de temário diversificado no âmbito dos estudos linguísticos, também destinados a aprofundar o conhecimento dos especialistas na área de Letras e Linguística. São, pois, iniciativas que, à semelhança de *Confluência*, enchem de júbilo os que conduzem os destinos do Liceu, cientes de que estão cumprindo com zelo e denodo a missão que lhes foi confiada.

Chegar aos 30 anos de publicação ininterrupta não é tarefa que se cumpra facilmente. Desde suas primeiras páginas impressas, durante o longo período em que vinha a lume em papel, até chegar à atual configuração eletrônica, não foram poucos os óbices que requereram uma dose suplementar de esforço para que a revista não sofresse solução de continuidade em sua trajetória editorial. Esta é uma conquista expressiva no cenário brasileiro, que impõe tantos desafios aos que se aventuram na tarefa de patrocinar periódicos científicos. Na realidade, trata-se de uma vitória que se deve atribuir a todas as personagens que vêm contribuindo para esse mister, cada qual em sua área

de competência, a quem devemos dirigir nosso preito de gratidão. Com efeito, o sucesso de *Confluência* é fruto da contribuição preciosa de seus articulistas, cientistas de escol cuja presença nas páginas da revista engrandece e dignifica sua história, bem como sua direção e todos os profissionais das equipes técnica e editorial que se sucederam no curso destas três décadas.

A história de *Confluência* está intimamente ligada a alguns dos colaboradores e amigos mais íntimos do Liceu Literário Português. No início da década dos anos 90 do século passado, o Liceu já tinha uma tradição de oferta de cursos noturnos em nível básico, atividade a que se dedicava há várias décadas. Por iniciativa do espírito empreendedor de seu então presidente, Antonio Gomes da Costa, o Liceu criou seu Instituto de Língua Portuguesa, que viria a ser integrado por “Mestres brasileiros e portugueses que movidos pelos mesmos ideais e pela mesma vocação de grandeza atenderam ao nosso pedido e vieram com prontidão ‘dar-nos o exemplo inteiro’, como dizia o Poeta da ‘Mensagem’ em louvor de D. Afonso Henrique – ‘dar-nos o exemplo inteiro’” (Costa, 1991, p. 7). Compunham a equipe de investigadores nomes como Antônio Houaiss, Silvio Elia, Gladstone Chaves de Melo, Rosalvo do Vale, Horácio Rolim de Freitas, Maximiano de Carvalho e Silva, Antônio Basílio Gomes Rodrigues, Carlos Eduardo Falcão Uchôa e Evanildo Bechara.

O Instituto iniciou suas atividades mediante oferta de cursos de extensão para professores e interessados em língua portuguesa, razão por que logo cresceu como instituição interna dentro do Liceu. Em 1991, por sugestão do Prof. Evanildo Bechara, o Instituto criou sua revista acadêmica, que viria a denominar-se *Confluência*, por sinal um título também sugerido pelo Prof. Bechara. A ideia de uma revista qualificada muito agradou à direção do Liceu, sobretudo porque seu então presidente Antonio Gomes da Costa era homem ligado à cultura humanística e fervoroso incentivador dos estudos lusófonos. Assim, surge no cenário editorial brasileiro esta revista que logra atingir três décadas de existência, sempre com o escopo de difundir e enriquecer a pesquisa na área dos estudos linguísticos em geral, com ênfase na língua portuguesa.

Não nos ocuparemos aqui de citar os inúmeros nomes de escol que habitam as páginas da revista *Confluência*, sobretudo porque poderíamos cometer a injustiça de uma omissão indesculpável. No entanto, bastaria verificar a contribuição de um Eugenio Coseriu, de um Herculano de Carvalho ou de um Paul Teyssier para ter-se ideia da excelência dos trabalhos publicados. A partir de 2014, com a publicação de seu número 46, a revista passa a integrar o rol dos periódicos integrantes do projeto de ciência aberta, em publicação eletrônica, mais uma iniciativa consonante com o propósito de difundir o saber linguístico, agora sem fronteiras através da internet. Nessa nova fase, a revista passa a contar com um corpo editorial altamente qualificado, composto por pesquisadores de várias nacionalidades, todos reconhecidos pela proeminência no mundo acadêmico.

Na apresentação da revista em seu primeiro número, Silvio Elia aduz que, em sua concepção, “*Confluência* aspira a ser o ponto de encontro e de difusão de trabalhos científicos e de informações que hão de contribuir para o conhecimento aprofundado da língua portuguesa e seu fortalecimento como elo e expressão das ideias dos países lusófonos” (1991, p. 5). Hoje, passadas três décadas, podemos atestar que *Confluência* não só cumpriu seu propósito, como também avançou por outras sendas, já que sua projeção ultrapassa os limites da lusofonia. Renovamos hoje este compromisso, com inspiração no denodado empenho do beneditino bilaquiano que em seu mister “trabalha, e teima, e lima, e sofre, e sua!”.

Francisco Gomes da Costa
Presidente do Liceu Literário Português

Referências

- COSTA, Antonio Gomes da. A língua portuguesa. **Confluência**. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 1, p. 7, 1991.
- ELIA, Silvio. Apresentação. **Confluência**. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 1, p. 5, 1991.

Uma questão de gramática francesa

A feature of the French language

Evanildo Bechara*

RESUMO

Este pequeno estudo situa-se no campo da fonética sintática para descrever a elisão *me*, *te* e *se* da língua francesa após imperativos verbais. Toma-se por base a necessária consideração da cadeia sintática das palavras e a acentuação da frase.

Palavras-chave: Língua francesa, pronomes átonos, elisão.

ABSTRACT

This brief study, developed in the field of sandhi description, intends to evaluate the elision of the French unstressed pronouns *me*, *te* and *se* after verbal imperatives. It is based in the necessary consideration of the syntactic chain of words and the accentuation of the sentence.

Keywords: French language, unstressed pronouns, elision.

Articulista convidado

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.516>

*Academia Brasileira de Letras, Universidade Federal Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ebechara@academia.org.br, orcid.org/0000-0002-2078-8603

Confluência. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, Especial 30 anos, p. 10-14, junho 2021

Introdução

Este texto foi originalmente publicado em abril de 1958 no número 43, ano IX da revista *Atualidades Pedagógicas*, órgão da Escola Normal Livre Nossa Senhora do Patrocínio da cidade de Itu. Sua reprodução neste número comemorativo da revista *Confluência* visa a homenagear as publicações acadêmicas dedicadas ao cultivo e desenvolvimento da ciência linguística.

Em referência ao artigo do Prof. Guilherme Leanza, do Ginásio Estadual de Indaiatuba, publicado em *Letras da província* (maio-junho de 1957), e em *Atualidades pedagógicas* (maio a agosto de 1957), sobre a elisão dos pronomes átonos *me*, *te*, *se* após um imperativo, quando seguidos de *en* e *y*, tomo a liberdade de insistir no importante aspecto de *fonética sintática* que o problema envolve e que encerra a única explicação científica do emprego da forma átona pela tônica pronominal.

Creio que a absurda lição que o Prof. G. Leanza justamente impugna, da apócope de *moi* e *toi* em *m'* e *t'* antes de *en* e *y*, contra os princípios elementares de fonética sintática, advém do desejo, muitas vezes honesto, de pôr em *linguagem didática*, acessível aos jovens estudantes, os fatos científicos que cumpre explicar-lhes. De qualquer maneira, é um feio erro de filologia que merece retirado dos compêndios, mormente daqueles que se destinam às mãos dos alunos.

Não se pode estudar o emprego dos pronomes átonos e tônicos, em francês ou em qualquer outra língua, sem relacioná-los à cadeia sintática das palavras e ainda à acentuação da frase. Na sucessão da frase, as palavras não apresentam a mesma importância psicológica e, assim, o mesmo vigor e a mesma acentuação. Influências psicológicas atuam na acentuação e entoação da frase que se fazem sentir em dois pontos importantes que aqui nos interessam bem de perto: a *forma* e a *ordem* das palavras.

Gustavo Rydberg, no seu importantíssimo e exaustivo estudo *Geschichte des französischen* (1907, p. 465), lembra a seguinte série de casos onde os pronomes *me*, *te*, *se*, pospostos aos verbos, se apresentam na sua forma

átona. Estes pronomes, segundo o mesmo autor, ter-se-iam cedo separado da antiga ênclise e tomado a forma tônica a partir do início da literatura francesa, tendo-se a ênclise conservado durante muito tempo nos seguintes casos:

1. O pronome é imediatamente seguido do sujeito:
 - a) nas frases interrogativas do tipo *Serez me vos garant?* (Mort. Aym. 2707); *dis me tu verité?* (Orson de Beauvais, 1885).
 - b) nas frases imperativas do tipo *Demostre me tu!*
 - c) nas frases de citação do tipo *fait s(e) il* (cf. contudo Angier 1044; Chev. II Esp. 8277).
 - d) antes de um substantivo sujeito; p. ex.: *Cumbat se Mars, cumbat Pallas* (M. Brut 1711); *Certes, fait ce li chevaliers* (Chev. II Esp. 2790)
2. O pronome é seguido de um complemento adverbial estreitamente relacionado com o verbo:
 - a) *en, y. Regra absoluta até hoje* (o grifo é meu); analogamente com a preposição *en* de construções adverbiais; p. ex.: Aymeri 1236, Mort. aym. 3665, Yvain 1645;
 - b) *ci em vez me ci* etc.; p. ex.: Oxf. Roland 329, Boeve 344;
 - c) *tost em alez me tost, fete me tost*, p. ex.: Cour. Louis 2367, Chev. II Esp. 585; cf. ao contrário Aymeri 1032, 3010, Best. Div. 433; Nerbonn, 1483; *Maine moi tost la o il sont alé!*;
 - d) *bien*, p. ex.: Besant Dieu 431; *Cuchiez me bien e en biau lit*; cf., por outro lado, Thèbes 1761 *Cuevre sei bien*;
 - e) um infinitivo adverbial, p. ex.: *Vait s'apuier* (Roland 500), *Vont s'aduber* (id. 993); contudo: *Vont sei entrebaisier* (Charlemagne 253, 848);
 - f) *Voir*, p. ex.: Angier 491, *Dite me veir*; Fergus 71, 19 *Dites me voir*; igualmente Chev. II Esp. 9034, Rose Dole 3792; ao contrário Chev. 12061 *Que fu ce, dite moi la uoire!*
 - g) *un poi*: M. Brut 1694 Dinne *s(e) un poi, puis s'est armeiz*; Nerbonn, 505; *Atendez m(e) un po ci*.

Em todos os exemplos citados, pode o leitor ver um ponto em comum: o pronome não termina a frase. Segue-se-lhe outra palavra que encerra o acento de intensidade do grupo. Destarte o pronome é inacentuado e conseqüentemente se apresenta na forma átona. O verbo e o pronome regime que precedem podem ser considerados como pretônicos em relação à última palavra com o acento principal do grupo. Esta é a lição de outro grande mestre sueco J. Melander (1928, p. 101)¹ que, depois de lembrar também o resultado das pesquisas de Rydberg traz o testemunho do foneticista Roudet para comprovar, com o francês moderno, a exatidão do argumento aqui apresentado.

Segundo Roudet (1910, p. 250. É de ler-se todo o § 131, p. 248-252 deste excelente livro), se o pronome posposto é seguido de outra palavra que completa a frase, ou de outro pronome, perde seu acento, o qual se transfere para a última palavra da frase: *Crois-tu donc?*, *Donnez-la moi*. Estando, assim, o acento de intensidade na última palavra de cada unidade rítmica, tomará o pronome a forma átona ou tônica conforme se ache no interior ou no fim do grupo. E Melander remata desta maneira o problema:

Les formes *moi, toi* se sont introduites partou, saut quand le pronom est suivi des particules *en* et *y*. On dit: *Ecoute-moi un peu (bien), laisse-moi écrire, tais-toi donc*, de même que *Ecoute-moi, tais-toi*. C'est la forme prise par ces pronoms comme éléments finaux des groupes qui s'est imposée. La conservation de la forme atone dans *Donne-m'en, va-t'en, fie-t'y* s'explique par la fréquence de ce groupe. Cf. *Livrez m'en* Rol. 247, *Dunez m'en* 268, *Acordez-m'i*, *Tristan* 517, 524, etc. Le groupe s'est figé, et il y a toujours élision (op. laud. 103).

1 Na leitura do livro de J. Melander, não se podem desdenhar certas críticas feitas por Rudolf Soukup em *Les causes et l'évolution de l'abréviation des pronoms personnels régimes en ancien français* (Biblioteca dell'Archivum Romanicum, série II, volume 17, Genebra, 1932).

Referências

RYDBERG, Gustaf. *Geschichte des Französischen*. Upsala : Amqvist & Wiksells, 1907.

MELANDER, J. **Étude sur l'ancienne abréviation des pronoms personnels régimes dans le langues romanes**. Paris: Librairie Anc. H. Champion; Uppsala: Almqvist & Wiksells Boktryckeri; Leipzig: Otto Harrassowitz; Cambridge: W. Heffer & Sons; Haag: MartinusNijhoff, 1928.

ROUDET, Léonce. **Éléments de phonétique générale**. Paris: Librairie Universitaire, 1910.

Por que Coseriu?

Why Coseriu?

Carlos Eduardo Falcão Uchôa*

RESUMO

Este artigo objetiva mostrar a importância da teoria linguística do romeno Eugenio Coseriu na minha formação no ano do centenário de seu nascimento. Ressalta a abrangência de sua obra, que focaliza todos os campos temáticos da linguística em geral. A proposta de Coseriu visa a compreender a realização inteira da linguagem e integrá-la sistematicamente em um modelo epistemológico funcional.

Palavras-Chave: Linguística Integral, Língua Funcional, Saber Linguístico, Atividade criadora.

ABSTRACT

This article aims to show the importance of the linguistic theory of the Romanian Eugenio Coseriu in my formation in the centenary year of his birth. It highlights the scope of his work, which focuses on all thematic fields of linguistics in general. Coseriu's proposal aims to understand the entire realization of language and systematically integrate it into a functional epistemological model.

Keywords: integral linguistics, functional language, linguistic knowledge, creative activity.

Articulista convidado

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.510>

*Universidade Federal Fluminense, cefuchoa@gmail.com

Confluência. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, Especial 30 anos, p. 15-38, junho 2021

Conheci pessoalmente a Eugenio Coseriu antes de ter lido qualquer texto seu. Ainda era aluno de Letras Clássicas da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, quando soube que o linguista romeno faria uma palestra na Biblioteca Nacional, a convite de seu então diretor Celso Cunha. Ele fala português, me avisaram.

A explanação de Coseriu (ano de 1957) seria sobre a sua já conhecida tricotomia “Sistema, Norma e Fala”, uma monografia, de 1952, logo bastante citada por numerosos estudiosos daqui e de outros países, e adotada na progressão das pesquisas da linguística descritiva que então se desenvolviam, a contrapor-se, portanto, à concepção tradicional em que norma se confunde com prescrição gramatical. Só pude ter contato com este texto, e a maior parte do mundo acadêmico, através da edição espanhola da Gredos de 1962, constante da obra “Teoría del language y lingüística general”, que reunia cinco ensaios de inegável valor acadêmico, escritos em sua longa permanência em Montevideu (1951-1962), onde forma um grupo expressivo de linguistas ao seu redor. Pode-se afiançar que é o primeiro ensaio de maior densidade teórica e de projeção de Coseriu.

Em nosso país, o ensaio focalizado, inserido na obra citada, tem a sua tradução para o português só em 1979 (RJ, Editora Presença), a partir do qual vai se tornar ainda bem mais conhecido e comentado no mundo acadêmico.

O pionerismo deste ensaio passa a se ressaltado por numerosos linguistas de várias nacionalidades. Entre nós, Mattos e Silva (1995, p. 23) soube sinalizar com precisão o grande mérito dele:

... é a primeira proposta teórica desenvolvida para introduzir a norma nas preocupações da linguística descritiva, que então se desenvolvia, a contrapor-se, portanto, à concepção tradicional em que a norma se confunde com a prescrição gramatical, fundada não no *ser* da língua, mas no *dever ser*, para usar expressões de Coseriu.

Este conceito de “norma normal” passou a pertencer à Linguística, sem mais o intento normativo-pedagógico. Coseriu distinguia, assim, língua, sistema funcional, de possibilidades, de norma, um sistema normal, um modo tradicional do agir verbal, o que se diz habitualmente numa comunidade, de determinado estrato social, por exemplo (na variedade do português popular, marca-se o plural, num sintagma nominal, apenas no termo determinante: moças bonita). Afastava-se já, deste modo, de Saussure, que, como se sabe, opunha apenas a “*langue à parole*” (fala, discurso). Tal conceito coseriano, enfatize-se, se fazia de todo necessário para a descrição das variedades linguísticas (coloquial, popular...) de uma língua, muito impulsionada a partir do estruturalismo, não se cingindo mais à considerada norma culta.

A imagem de Coseriu ficou fortemente identificada em nosso país à de um estruturalista, mais um, seguidor de Saussure, o que seu ensaio “Sistema, norma e fala” já desmentia, pois não reconhecia o estudo da *langue* como sistema abstrato, homogêneo. É verdade que Coseriu escreveu alguns ensaios de orientação estruturalista, numa época em que o estruturalismo era a corrente linguística prevalente no mundo. O linguista adota a perspectiva estrutural em trabalhos sincrônicos como “Forma y sustancia en los sonidos del lenguaje” (1954) e diacrônicos como “Pour une sémantique diachronique structurale” (1964), vindo mesmo a ampliar a visão de uma linguística em termos estruturais a novos campos, como os da semântica lexical e da sintaxe funcional. Estabelece, ao mesmo tempo, os alcances e limites do método estrutural, como o faz, por exemplo, na importante comunicação “Au-delà du structuralisme” (1982, p. 9-16).

Por ter sido autor de alguns textos estruturalistas, e por uma divulgação muito mal feita da sequência de sua vastíssima obra entre nós e mesmo na América Latina, a imagem de Coseriu foi associada à de um estruturalista, imagem não só parcial, mas falsa, na avaliação de Johannes Kabetec, Diretor do Arquivo Eugenio Coseriu da Universidade de Tübingen (COSERIU, LAMAS, 2010, p. 7):

E é falsa, pois Coseriu apenas tomou a discussão das ideias saussurreanas como ponto de partida metodológico, e não a doutrina de Saussure como um todo, ou seja, a linguística de Coseriu não deve ser entendida como mais uma escola linguística dentre as que dão continuidade à doutrina do mestre de Genebra. Coseriu (...) não aceita a parcialização de uma linguística tendo a *langue* como único e verdadeiro objeto, como propôs Saussure.

Eugenio Coseriu desenvolveu e sustentou ao longo de sua profícua produção acadêmica, uma teoria da competência, ou do saber linguístico, que vê a linguagem como produto da cultura humana, tomando como ponto de referência a capacidade do homem para a atividade criativa, ou seja, a capacidade de criar cultura e, portanto, também linguagem. Para Coseriu, competência linguística é um saber intuitivo ou técnico dependente da cultura nos três planos independentes da linguagem entre si, reconhecidos desde a antiguidade clássica: do falar em geral, da língua e do texto. Estes três planos, ou estas três competências, atuam conjuntamente para configurar um texto sempre novo em uma situação concreta.

Certamente a tricotomia mais básica do ideário linguístico coseriano, que ele mesmo considerava a sua maior contribuição para a linguística, é esta distinção entre os três planos linguísticos, distinção que corresponde à intuição dos próprios falantes, ou seja, o nível universal do falar em geral, o nível histórico das línguas e o nível individual dos discursos. Propunha, desta maneira, o que ele viria a chamar de linguística integral, longe, pois, de se limitar ao estudo de apenas um objeto linguístico, como o da “*langue*”, adotado pelo estruturalismo, que se cingia, pois, ao nível histórico das línguas. Muito esclarecedora, para uma compreensão mais aprofundada dos três níveis da linguística integral coseriana é a leitura de sua obra “*Competencia lingüística: elementos de la teoría del hablar*” (1992).

Coseriu, ao longo de uma das mais extensas obras no campo da Linguística da segunda metade do século XX (cerca de 350 textos, muitos em livros, além de considerável número de inéditos), vai então se ocupar

insistentemente com estes três níveis. Em Montevidéu, em 1957, esboça uma linguística do falar, ou seja, a linguística do nível universal, com o ensaio, revolucionário, “Determinación y entorno. Dos problemas de una lingüística del hablar”, que, pouco tempo depois, integraria a sua obra “Teoría del lenguaje y lingüística general. Cinco estudios.” (GREDOS, 1962)

Na linguística do falar, de que pouco se tinha ocupado a Linguística, descreve os procedimentos universais de determinação — como os signos linguísticos podem designar objetos da percepção — e dos contextos. Logo o conjunto de saberes possíveis ligados ao falar, plano universal. Tal plano linguístico está em conformidade, enfatize-se, com a consideração do falar como uma atividade humana geral. Neste falar se trata do que vai mais além da língua, ou seja, daquilo que faz parte de todo falar-não importa em que qual língua.

Nos exemplos abaixo, pode-se constatar que há uma incongruência que não se aplica a nenhuma língua, a qualquer língua, referindo-se, portanto, ao falar como tal. Há, em ambos os exemplos, desvios que se consideram como tais no falar de todas as línguas, reveladores de falta de conhecimento dos princípios gerais do pensamento e do conhecimento geral das coisas, respectivamente: a) A região Sul do Brasil abrange quatro Estados : São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. b) O vocábulo *quarto* contém quatro fonemas. Em qualquer língua, pois, estas duas frases seriam incongruentes.

Sobre os contextos, que se situam no nível do falar geral, do saber falar, Coseriu estranha, de início, a pouca atenção que vinha sendo dada a eles, em razão de sua importância para a compreensão discursiva. Os autores que focalizaram mais detidamente os contextos (Bally, Bühler e Urban) tipificam dois ou, no máximo, três contextos, assinala Coseriu. O linguista romeno agrupa os contextos em quatro tipos abrangentes: situação, região, contexto e universo de discurso. (COSERIU, 1962, p. 310-323). Na verdade, o que denomina, por exemplo, contexto cultural é tudo aquilo que pertence à tradição cultural de uma comunidade, que pode ser limitada ou tão ampla como a humanidade inteira. Se digo, por exemplo: “O Amazonas corta

vários estados brasileiros. Este rio têm inúmeros afluentes”, o emprego de “rio” é congruente neste contexto, pois é do conhecimento, em princípio, da comunidade brasileira, e mesmo parcialmente de outras, que o Amazonas de que se fala é um rio, logo pode ter afluentes.

O nível universal da linguagem é, então, o nível de todo conhecimento, nível, pois, do conceito e da teoria, por isso, nível ou plano de toda teoria linguística. Não pode haver, assim, um conceito de adjetivo, por exemplo, para o português e outro para o inglês. O que as línguas devem fazer é descrever, no caso, o adjetivo, a forma e função desta classe gramatical em qualquer língua. Assim, teremos descrições distintas, confrontando o adjetivo em português e o adjetivo em inglês, com o que já estaremos no nível histórico das línguas.

Um ato de fala faz referência a uma “realidade”, a um estado de coisas extralinguísticas. Esta referência a objetos extralinguísticos, ou a uma “realidade” extralinguística, sejam estes os estados de coisas mesmos ou os correspondentes conteúdos mentais, constitui o plano de conteúdo do plano do falar geral, que é a designação. Assim, a designação é a referência à realidade, a relação entre uma expressão linguística e um estado de coisas, ou, entre signo e “coisa” designada. (COSERIU, 1980, p. 99) Desta maneira, quando se diz em português que “Pedro é mais estudioso que Paulo” e “Paulo é menos estudioso que Pedro”, temos duas frases que designam o mesmo estado de coisas, mas isto não quer dizer que tenham o mesmo significado, nível já da língua (saber idiomático). Com efeito, há oposição clara de significado entre *mais* e *menos*.

Dos três níveis da competência linguística, o universal, o histórico e o individual, Coseriu desenvolve numerosos ensaios sobre cada um deles. Contudo, é sobre o nível universal, o do conceito e da teoria, que ele, nos parece, se torna autor de referência mundial, a começar pelo já mencionado “Sistema, norma e fala”. Para muitos linguistas mesmo, Coseriu é um linguista eminentemente teórico. Em seus estudos descritivos e textuais, o seu arcabouço teórico se faz substancialmente presente. Ele explicita que

Muito da validade, e inclusive tudo aquilo que pode ter validade em meus escritos e investigações (enquanto concepção e método), provém de outros linguistas e vários filósofos da linguagem, através de um processo dialético de síntese cuja base constante de referência tem sido a própria realidade da linguagem, tal como se apresenta à introspecção reflexiva e à observação sistemática. (COSERIU, 1997, 2º sem., nº 14: 33)

Assinala, em sequência, que teve como intento conciliar, em relação à realidade da linguagem, Saussure e Humboldt, com a ajuda de sugestões que recebeu de Sapir e de Hjelmslev, de Menéndez Pidal e de Pagliaro e — em outro plano (o filosófico e epistemológico) — de Aristóteles, Leibnitz, Vico, Hegel e Croce, principalmente de Aristóteles e de Hegel.

Por várias das obras de Coseriu perpassa este seu conceito de competência linguística, com ênfase ainda na noção de que a linguagem se realiza — é uma atividade —, ou consoante célebre caracterização formulada em termos aristotélicos por Humboldt, não é coisa feita, “produto” e sim “energeia”, atividade criadora, que vai além da sua própria “potencialidade”, ou seja, além da técnica ou saber “aprendido”. Este é um outro conceito fundamental da ideologia linguística coseriana.

Uma grande preocupação especulativa de Coseriu foi a da relação entre a linguagem e a lógica, a gramática e a lógica, que chegou a merecer um estudo aprofundado de Antonio Vilarnovo Caamaño, da Universidade de Navarra, que estudou com Coseriu na Alemanha — “Lógica y lenguaje en Eugenio Coseriu” (GREDOS, 1993).

Várias obras do linguista romeno são um conjunto de ensaios sobre diferentes campos de investigação, com predominância dos de linguística teórica. Assim, o seu livro “L’homme et son language” (2001) reúne diversos e densos textos de teoria linguística, uma espécie de antologia de ensaios publicados antes em outras obras. Textos como “L’homme et son language”, “Détermination et entours”, “Les universes linguistiques (et les autres)”, “Logicisme et antilogicisme em grammaire”, “Linguistique historique et histoire des langues”, entre tantos outros. Ao final desta obra há uma listagem

completa de todos os textos publicados por Coseriu, desde 1940 a 2002, ano de seu falecimento (p. 457-484).

Sabe-se que o falar se realiza sempre através de uma língua determinada, ou seja, através de determinada técnica histórica do falar, que corresponde a uma comunidade linguística historicamente constituída. A historicidade específica de cada língua é o fator primordial garantidor da constituição de uma comunidade, que se define através dela: comunidade de língua portuguesa, de língua espanhola, etc. Situamo-nos assim já no plano histórico da linguagem. Coseriu (1980, p. 101) ressalta logo acerca do objeto língua:

Constitui aspecto fundamental da linguagem o manifestar-se ela sempre como língua: conquanto criação, isto é, produção contínua de elementos novos, e, portanto, neste sentido, “liberdade”, por outro lado, a linguagem é, ao mesmo tempo, “historicidade”, técnica histórica e tradição, vínculo com outros falantes presentes e passados. Em suma, solidariedade com a história atual e com a história anterior da comunidade dos falantes.

Coseriu ainda enfatiza: o fato de não podermos dizer *caneta* em vez de *escrevaninha* não traduz uma limitação da liberdade, mas se trata justamente da dimensão histórica da linguagem, que coincide com a própria historicidade do homem. A própria liberdade humana não é arbítrio individual, é liberdade histórica. A língua não se “impõe” ao indivíduo (como se ouve dizer certas vezes). Na verdade, o indivíduo “dispõe” dela para manifestar sua liberdade de expressão.

Já se viu neste ensaio que Coseriu, ao desdobrar a “*langue*” de Saussure em sistema funcional e sistema normal (da norma), ou seja, entre níveis distintos de abstração, a se oporem à fala concreta, se afasta do mestre genebrino. Este não cogita do nível abstrato da norma. Mas o afastamento coseriano de Saussure, no tocante à “*langue*” é bem maior. No mestre genebrino, a “*langue*” — ainda que isto não esteja dito explicitamente — é, na verdade, um sistema estático de formas e conteúdos, assim como de estruturas e paradigmas que correspondem a essas formas e conteúdos. E, assim, homogêneo.

Coseriu distingue claramente língua histórica, unidade ideal e assim identificada como tal pelos seus próprios falantes e pelos falantes de outras línguas (língua portuguesa, língua espanhola, língua francesa ...) de língua funcional, língua como técnica sincrônica, a língua atualizada no discurso. A língua histórica nunca é homogênea, ao contrário, representa um conjunto bastante complexo de tradições linguísticas, que são conexas historicamente, mas só em parte concordantes.

Existe um português popular muito diverso das formas cultas desta língua. O que Coseriu quer então enfatizar é que uma língua histórica sempre terá uma variedade interna, não podendo ser assim descrita, mesmo porque não teria nenhum interesse prático, pois que ela como tal não é falada, não se realiza de modo imediato em um discurso (COSERIU, 1980, p 110-117). Nenhum falante a domina cabalmente. Nenhum discurso a traduz cabalmente.

Numa língua histórica, a não ser em poucas línguas com número bem restrito de falantes, há três tipos de unidades linguísticas mais ou menos uniformes: unidades sintópicas ou dialetos, pertencentes a um mesmo ponto espacial; unidades sinstráticas ou níveis de língua, referentes a um só estrato sócio-cultural; e unidades sinfásicas ou estilos de língua, concernentes a uma mesma modalidade expressiva, como o estilo familiar, estilo oratório, etc.

A língua funcional vem a ser, pois, para Coseriu, uma técnica linguística unitária e homogênea em que se vale de um só dialeto em um só nível e num só estilo de língua. O adjetivo “funcional”, como se percebe, apresenta uma total adequação, pois, é sempre uma língua funcional que se efetiva nos discursos. Num mesmo discurso, como o de um conto, pode evidentemente ocorrer mais de uma língua funcional, como a do narrador e a dos personagens. No discurso de um destes, podemos constatar a presença de mais um estilo de língua. São, na verdade, muito freqüentes os textos em que ocorre mais de uma língua funcional. Coseriu os denomina “plurilíngues”. O importante a enfatizar é que a cada momento do discurso, uma frase que seja, só ocorre uma determinada língua funcional. Nesta, e apenas nesta,

depreendemos as oposições, correlações e funções que se encontram numa das tradições de uma língua histórica.

As línguas funcionais é que constituem o objeto da descrição linguística: “à “coleção” de línguas funcionais deveria a rigor corresponder uma “coleção” de descrições” (COSERIU, 1980, p. 114). O linguista romeno afirma então, em continuação, que uma língua histórica não é bem um sistema linguístico e sim um diassistema, um conjunto mais ou menos complexo de dialetos, níveis e estilos de língua.

A descrição, como, em geral, se admite, deve ser sincrônica. Coseriu insiste aqui na distinção entre estado de língua real e sincronia, considerada esta idealmente e, por assim dizer, “absoluta” (1980, p. 106). Para ele, “no estado de língua está implícita uma dimensão diacrônica, porque os falantes consideram certas formas e construções como antiquadas, ou, ao contrário, como recentes”. (id, ibid, p. 106). Fala então o linguista numa diacronia “subjativa” ou “diacronia dos falantes”, e que pode ser inteiramente diversa da diacronia estabelecida por um estudioso da história da língua. Como, em português, a estranheza causada ao falante atual pelas formas *algures* e *alhures*, sentidas como palavras de fase pretérita da língua, para dar a certo discurso um sabor de arcaicidade. Têm, pois, determinado valor funcional para o falante e, assim, devem ser descritas neste seu funcionamento, neste estado de língua.

Já se vê que o estruturalismo linguístico inaugurado por Saussure e seus sucessores, centrado sobretudo no conceito de “languê” como um sistema fechado em si mesmo, estático, homogêneo, estudado sem qualquer interferência histórica, social..., e dada a primazia absoluta ao estado atual da língua, não se coaduna com a ideologia linguística de Coseriu. Para este o falante tem, ilustrando, um nível social, que o leva a se utilizar de certo nível de língua, fala em certa situação, que o leva a optar por um adequado estilo de língua, e intui diacronias subjetivas, como focalizamos. Se Saussure tem a “língua” como objeto de descrição sincrônica sistemática, Coseriu já delimita estritamente como objeto da linguística descritiva a técnica da língua funcional no nível do sistema de funções e oposições.

Adota, pois Coseriu, o estruturalismo funcional para o estudo da estrutura interna do que ele chama de “língua funcional”. Defende ele, na verdade, um estruturalismo dinâmico à maneira humboldtiana. Não vê o sistema linguístico como um repertório acabado por completo, senão como um conjunto de possibilidades funcionais das quais umas realizadas (norma) e outras não. O essencial na língua para Coseriu é a sua capacidade de criação e recriação por parte dos falantes, a mudança contínua entre inovação individual e norma.

Dentro de tal delimitação, Coseriu justifica a fonologia funcional, no plano da expressão, a gramática ou sintaxe funcional e a semântica lexical funcional (a que ele chamou de lexemática), estas últimas no plano do significado. Coseriu desenvolveu estudos sobre todos estes campos. No tocante às variedades de uma língua histórica (dialetos, níveis e estilos de língua), já distingue três disciplinas: a dialetologia, a sociolinguística e a estilística. O linguista tem também, em sua abrangente obra, importantes ensaios sobre estas três disciplinas.

Se a expressão linguística que não está em conformidade com os princípios gerais do pensar e com o conhecimento geral do mundo (nível universal da linguagem) é, para Coseriu, incongruente, já a expressão linguística que não está em consonância com uma tradição linguística (nível histórico da linguagem) se mostra incorreta. Ressalte-se que o conceito de correção aqui está vinculado ao que é normal, ao que efetivamente se diz numa norma, e não ao que é normativo, o que, socialmente, se considera como mais elegante, mais prestigioso (a norma culta). Importante salientar que a correção/incorreção não se aplica à língua (“língua correta”, “língua errada”, “língua sofrível”...), mas ao falante ao usar a língua, ao saber ou não valer-se do que um saber idiomático (de uma língua funcional) preconiza. (UCHÔA, 2019, p. 69).

A distinção entre os três níveis da linguagem é também importante porque a esses três níveis correspondem três níveis de funcionalidade no que concerne aos três estratos do significar ou tipos de “conteúdo” linguístico: a designação, no tocante ao falar geral, como já focalizamos, o significado,

no tocante ao plano histórico, e o sentido, explicitado no nível individual da fala. Evidentemente que estes três estratos vão estar presentes nos textos. Se a designação, como vimos, é a relação entre signo e “coisa” designada, o significado é o conteúdo de um signo ou de uma expressão em uma língua determinada, veiculado por essa língua. Assim, mesmo fora de um contexto, um falante do português entende, por exemplo, o signo “árvore” como possibilidade de designação deste significante. A designação corresponde aí então a um significado da língua. Trataremos do sentido ao focalizarmos o nível individual da linguagem.

Ainda no plano histórico da linguagem, num estado de língua, Coseriu faz uma importante distinção entre duas espécies de tradição: a técnica livre do discurso e o discurso repetido. Enquanto a primeira abrange os elementos da língua e as regras pertinentes à sua combinação e modificação, a segunda, como ressalta Coseriu, compreende tudo o que, no falar de uma comunidade, se repete tal e qual, como discurso já produzido ou combinação mais ou menos fixa, como fragmento, longo ou curto, do “já falado” (1980, p. 100-110).

Lembremos como ilustrações do “discurso repetido” os provérbios e locuções fixas, pertencentes a variedades distintas da língua (“Chover no molhado” ou “Ler nas entrelinhas”): a primeira mais popular, a segunda, mais do uso culto). Em “o bom cearense” tem-se um fato de técnica livre (podemos intercalar termos, “o bom e ilustre cearense, por exemplo). O mesmo não se pode dizer de “o bom samaritano”, pois se trata de uma combinação já fixada na língua.

O discurso repetido pode ser também de citação tomada de textos literários ou não, conhecidos como tais. ‘E agora José?, verso célebre de Drummond, repetido mesmo na linguagem do dia a dia. Diversos trechos camonianos são ainda hoje lembrados em discursos literários ou não, escritos ou orais, de brasileiros escolarizados: “cesse tudo o que a antiga musa canta”, “outro valor mais alto se alevanta” ou ainda “por mares nunca dantes navegados”. Para outros tipos de discurso repetido (COSERIU, 1980:108-110).

Numa afirmação conhecida por quem tem conhecimento de sua obra, Coseriu assinala que “A linguagem é uma atividade humana *universal* que se realiza *individualmente*, mas sempre segundo *técnicas historicamente* determinadas (“línguas”)” (1980, p. 81). Na verdade, a atividade cultural do falar se realiza sempre por falantes individuais em situações particulares. Trata-se do terceiro nível da competência linguística adotada por Coseriu.

Ao lado dos níveis universal e histórico, tem-se o nível individual, o plano dos atos de fala ou discursos.

Certo conhecimento da história das ideias linguísticas nos mostra que Saussure, em seu famoso *Curso de linguística geral* (1916), ao estabelecer a sua mais célebre dicotomia entre língua e fala (*langue e parole*), ou seja, entre o virtual e o realizado, firmaria que o objeto da ciência da linguagem era a língua, posição esta que dominaria, através do estruturalismo e do gerativismo de Chomsky, até as proximidades dos anos da década de 60.

De sorte que, com estas correntes teóricas, a Linguística continuaria a tradição ao se manter como uma linguística das línguas. Já a fala era considerada quase exclusivamente como a realização de uma língua. Tanto Saussure quanto Chomsky, então, viam a fala e a atuação, respectivamente, só como um objeto secundário da Linguística, não formalizam uma linguística da fala ou do discurso.

Coseriu, em ensaio pioneiro publicado nos anos de 1950 (“Determinación y entorno. Dos problemas de una lingüística del hablar”) já fala na necessidade de se considerar uma linguística do texto, cuja teoria seria desenvolvida por ele ao longo dos anos e exposta em sua obra “Lingüística del texto: introducción a la hermenéutica del sentido”, cuja primeira edição, em alemão, data de 1980. Valeu-se aqui da edição espanhola, de 2007, publicada e minuciosamente revista após a morte de Coseriu (2004). Para ele, o importante não era tanto a identificação e exemplificação de fatos e tipos de fatos a investigar em uma linguística do texto, e sim a mudança radical de perspectiva a se processar na Linguística. A linguística do texto coseriana viria

a ser a linguística do sentido, de interpretação de um texto concreto através da análise dos elementos linguísticos; é uma tarefa hermenêutica baseada numa série de ferramentas que a tornam científica (KABETEC, 2010, p. 9).

Segundo Coseriu, não se tem de explicar a fala desde o ponto de vista da língua, mas ao contrário, dado que a linguagem é concretamente a fala, uma atividade, e dado que a fala é mais ampla que uma língua: enquanto a língua se acha toda contida na fala, a fala não se acha toda contida na língua, sobretudo como sistema da norma.

Por isso para o linguista romeno se deve inverter o conhecido postulado de Saussure: em lugar de colocar-se no terreno da língua, deve colocar-se desde o primeiro momento no terreno da fala e tomá-lo como norma de todas as manifestações da linguagem, inclusive da língua (1992, p. 73-4).

Para coroar as suas considerações a propósito da fala, em sua relação com a língua, Coseriu ressalta que a fala é muito mais do que a simples realização de uma língua, de um saber (idiomático) e aplicação mecânica deste saber. Na verdade, tal realização permite que os falantes sejam criativos na fala e que consigam ir além da competência que aplicam criando nova competência (a textual).

Assim, uma gramática que dá conta das construções frasais já não se mostra “competente” para a combinação dessas unidades num contexto linguístico mais amplo, como o de um texto. Se é verdade que as frases fazem parte de um texto, a análise detalhada dos termos de cada uma delas pode não trazer contribuição pertinente para a compreensão textual abrangente.

Para comprovar que o saber textual (saber expressivo para Coseriu) é autônomo, em face particularmente do saber idiomático, ressaltemos, de início, que qualquer texto se refere às determinações gerais do falar. Assim, o sujeito e a situação passam a fazer parte da análise linguística, o que antes não acontecia, pois se tinha uma língua homogênea (tanto para Coseriu quanto para Chomsky) como objeto de estudo. Além do sujeito falante e da situação, duas outras determinações de qualquer falar se faziam presentes: o destinatário

e o objeto do falar. Deste modo, o saber textual ou expressivo se apresenta extremamente variado para atender a estas diferentes determinações.

O sujeito falante procura seguir as normas de cada tipo de texto. É na sua atividade verbal que vão se comprovar as normas. O destinatário se faz presente também nos textos escritos, até com a possibilidade de o emissor se dirigir explicitamente a ele, como no gênero epistolar (“prezado amigo”) ou mesmo no prefácio de um livro (“caro leitor”). A fala também tem um objeto, ou seja, o assunto sobre que se fala: objetos da ciência, objetos de um esporte, objetos da vida corrente, objetos imaginários. Por fim, fala-se sempre em um conjunto de circunstâncias, ou seja, numa relação específica com o destinatário e o objeto. Pode-se, por exemplo, falar de um mesmo objeto para destinatários bem distintos, como falar da situação social de um país numa conferência ou numa conversa descontraída com um amigo.

Nem sempre se pode fixar normas específicas ao se falar com pessoas, ou ao se escrever em alguns gêneros textuais. Assim, com pessoas sem escolaridade, pode-se dizer apenas genericamente que se deve falar de maneira simples e fácil de entender, num estilo de língua como o familiar. No caso de gêneros, não há como estabelecer norma específicas para o romance, por exemplo, o que permite uma enorme variedade de configuração do texto. No soneto, já se conta com uma forma fixa, mas, quanto ao conteúdo, já não se têm normas.

Há categorias idiomáticas como indicativo, subjuntivo, singular, plural, interrogação, no tocante ao português, e categorias textuais, como desejo, ironia, dúvida, entre outras, expressos tais sentidos por recursos diversos de cada língua. Não temos em português, a exemplo do grego clássico, um modo optativo, portanto uma categoria idiomática. O valor semântico de desejo pode ser expresso pelo subjuntivo (“Que os deuses estejam do nosso lado”). O valor semântico de dúvida poderá se expressar pelo recurso a uma oração interrogativa, categoria da língua (“Choverá?”).

A competência textual se apresenta ainda como autônoma pela valorização distinta que um texto comporta em relação à que se procede

no tocante à língua. Como insiste em argumentar Coseriu (1992, p. 198-9), na competência textual não se leva em conta se algo expresso é correto ou não, mas se deve comprovar se uma ocorrência textual é adequada ou não ao ouvinte ou leitor, ao objeto ou à situação. Pode-se ter um ato verbal correto no que concerne à língua (“Te quebro a cara, ouviu?”), mas apenas adequada a certa situação aberta de agressividade vivida por dois personagens.

Os textos apresentam ainda um conteúdo especial, distinto do designado (nível do falar) e do significado (nível da língua). Todo texto terá sempre um sentido, que manifesta as opiniões, as atitudes ou intentos do falante ou do escritor. Coseriu (1992, p. 205) assinala que é possível uma pessoa entender perfeitamente um enunciado sob o ponto de vista da língua, ou seja, com suas palavras, a combinação delas, com os recursos gramaticais presentes, mas que, apesar disso, se perguntar: qual o sentido do que você falou? Ou: que você quis dizer? Está expressando uma ordem ou um pedido? Sua intenção foi a de perguntar apenas ou de censurar?

Tem-se então já aqui a preocupação clara com o sentido do texto, mesmo que constituído por uma simples oração, distinta da preocupação com o entendimento do significado dado por unidades da língua. Ilustrando: Nas frases simples “E se você fizesse o exercício!”, “Você deve fazer o exercício” e “Faz o exercício”, no reconhecimento dos tempos e modos verbais e do conector “se”, se está ainda no nível de apreensão de formas da língua com os seus respectivos significados. Porém, ao se entender que, na primeira frase acima, assimilamos o sentido de sugestão, na segunda, o sentido de conselho e, na terceira, o de uma ordem, já estamos no nível textual.

Portanto, no tocante à fala, devemos reconhecer que há um conteúdo especial e autônomo (o sentido), que corresponde a um saber especial: o saber expressivo ou textual. Na linguagem literária particularmente, a distinção entre significado e sentido é muito presente. Drummond, no seu conhecido poema “Procura da poesia”, afirma que o poético se situa no nível da linguagem, através, diríamos, especialmente dos sentidos que cada palavra vier a adquirir na linguagem poética (“Chega mais perto e

contempla as palavras. / Cada uma / tem mil faces secretas sob a face neutra / e te pergunta, sem interesse pela resposta, / pobre ou terrível que lhe deres: Trouxeste a chave?” (ANDRADE, 1956, p. 30). Só com o sentido textual se poderá alcançar a expressividade semântica de “mil faces secretas”, “Cada palavra...te pergunta”, “Trouxeste a chave?”.

Os dicionários registram o significado das palavras como unidades da língua. Os sentidos diversos que as palavras vêm a assumir ocorrem nos textos, podendo os dicionários registrarem apenas um ou outro de ocorrência discursiva mais frequente.

Mesmo quando um texto é constituído por palavras isoladas, elas não são unidades soltas, pois se conectam semanticamente, possibilitando, deste modo, a construção de um sentido textual. Seja o seguinte texto, que figura na capa de um pequeno caderno, como lembrança do Natal e do Ano-Novo: “Paz. Magia. Harmonia. Prosperidade. Realizações. Alegria. Felicidade”. As palavras e sintagmas estão conectados, possibilitando a construção de um sentido textual, qual seja, uma mensagem que veicula a intenção do emissor, a de desejar Boas-Festas. O texto pode então assumir configurações bem distintas, mas sempre carregando um sentido próprio. Para um maior desenvolvimento sobre a competência textual em Coseriu, remetemos ao nosso texto “Competência textual e o estrato semântico do sentido” (UCHÔA, 2020, p. 41-55).

O falante de uma língua é capaz de resumir ou parafrasear um texto, perceber se ele está completo ou incompleto, atribuir-lhe um título ou mesmo produzir um outro texto a partir de um texto dado. De modo que não há como não separar a linguística das línguas da linguística dos textos, que comportam estudos e análises, por serem dois níveis distintos da linguagem, com base em conceitos e procedimentos bem diversos.

A linguística integral, considerada em seus três níveis, pode ser aplicada também às disciplinas linguísticas parciais, como a gramática, a semântica e a fonologia. Em cada nível da linguagem, terão objetivos distintos, que se complementam no estudo de cada disciplina. Assim, em relação à

gramática, teremos: a teoria gramatical no nível universal, teoria que intenta definir as categorias, funções e procedimentos gramaticais, abarcando todas as línguas; no nível histórico ou idiomático, a descrição gramatical de uma língua, ou, mais precisamente, de uma língua funcional; no nível individual, a análise gramatical de determinado texto.

No tocante à semântica: certa teoria semântica, no nível universal, como a lexemática, desenvolvida por Coseriu (1977); no nível histórico, a descrição, por exemplo, de campos semânticos de determinada língua; e análise semântica de um texto, no nível individual, com vista a uma melhor compreensão deste. No terreno da fonologia, a exposição de uma teoria fonológica (estruturalista, gerativista...), no nível universal; no nível histórico, levantamento dos fonemas e variantes de uma língua; no nível individual, análise dos fonemas de certo enunciado.

Lamas (2007, p. 19-20), como editor da tradução espanhola da linguística do texto de Coseriu, vê o lingüista romeno como um personagem sobressalente, na segunda metade do século XX, talvez mesmo o último que conseguiu dominar todos os campos temáticos da linguística em geral e um notável número de descrições pontuais de várias línguas. Na verdade, sua obra abarca quase todas as seções da linguística: a filosofia da linguagem, a teoria da linguagem, a metodologia da linguística, a fonologia, a teoria gramatical, a semântica, a teoria do falar, a linguística do texto, a dialetologia, a sociolinguística, a estilística, a fenomenologia metalinguística, a teoria da fraseologia e do discurso repetido, a gramática histórica e a história da língua, a teoria da tradução, a didática da linguagem, a estandarização e a política linguística, a história da linguística ou a história da filosofia linguística.

La extensión temática de su obra es una manifestación externa de su personal concepción del *ser* del lenguaje y del *deber-ser* de la lingüística: la propuesta de Coseriu pretende comprender la realidad entera e intergarla sistemáticamente em um modelo epistemológico funcional (LAMAS, 2007, p. 19- 20).

O mesmo autor (2010, p. 8) assinala que Coseriu defende o princípio de que o trabalho linguístico começa sempre por uma localização dentro do edifício (a linguagem) mais completo possível. Esse edifício constitui justamente a tricotomia mais básica de Coseriu (os níveis universal, histórico e individual da linguagem), que, por sua vez, podem ser considerados sobre três aspectos: o da produção criativa, o do saber ou da potencialidade e, por fim, do resultado, isto é, a obra linguística, o texto.

O que Coseriu chamaria no desenvolvimento de sua obra de “linguística integral” se assentava basicamente, como vimos, numa tricotomia que objetivava completar uma perspectiva parcial do estudo linguístico, como apenas a perspectiva estrutural (idiomática), ou como apenas a perspectiva discursiva.

Quando Eugenio Coseriu falece em 2002, em Tübingen, na Alemanha, em cuja universidade trabalhou desde o início dos anos da década de 60, não levou tudo consigo. Deixou como legado uma linguística sólida, explicada em centenas de trabalhos, alguns publicados, outros ainda não (Coseriu, Lamas, 2010, p. 1). Grande parte do legado manuscrito de Coseriu — e não somente do ponto de vista quantitativo — não foi publicado até a sua morte e se encontra em diferentes estados de elaboração no Arquivo Coseriu, na “Neophilologikum” da Universidade de Tübingen. Em textos que estão sendo publicados após sua morte, como os que foram reunidos na obra, com tradução brasileira, “Linguagem e discurso” (2010), o linguista romeno agrupa alguns dos mais importantes trabalhos sobre o nível individual da linguagem, o discurso.

Tornei-me seguidor de Eugenio Coseriu, no correr da minha carreira docente, pois o estruturalismo já não mais me satisfazia, apartado do homem, após a leitura e releitura de muitos dos seus textos e até mesmo após algumas longas conversas que mantivemos aqui no Rio, ao vir ele ministrar cursos na Universidade Federal Fluminense, por onde se tornaria “Professor Doctor Honoris Causa”. Fui assimilando os mais importantes postulados da sua luminosa e abrangente teoria linguística, incluídos, mais tarde, certos textos

póstumos dele. Sua tricotomia básica, por exemplo, com os três níveis da linguagem (o falar, a língua e o discurso) me trouxe inegável segurança para poder bem me situar ante qualquer texto metalinguístico que estava lendo ou que intentava escrever.

Tinha ante mim uma construção teórica mais ampla possível, confirmação de suas próprias convicções, baseadas na natureza da linguagem, que é uma atividade livre do homem, e da linguística, que se funda no "saber originário" que tem o homem sobre si mesmo e sobre suas próprias atividades livres (Coseriu, 1997, p. 33). O mestre de Tübingen sublinha ainda que, por ser livre, a atividade linguística é criadora, pois não repete apenas o aprendido (sobre criatividade: Coseriu, 1997, p. 66-112). Criatividade não se manifesta, como tantos crêem, nas manifestações desviantes, mas quando se seguem regras históricas e sociais da linguagem, presentes, contudo, o esforço e o intento na comunicação com o outro, garantidores do exercício significativo da linguagem em dadas circunstâncias.

Ao ler uma tese sobre a linguagem, por exemplo, procurava me ir certificando em que plano da tricotomia ela se situava basicamente. Se se tratava de uma pesquisa acerca da Semântica Argumentativa, era no plano universal que se localizava, pois a argumentação é um princípio geral do pensar. Se, antes os meus olhos, tinha uma tese sobre as relações entre a linguagem e a lógica, era no mesmo plano universal da linguagem que devia me situar, já que o trabalho acadêmico apresentado se desenvolvia no terreno da teoria, dos conceitos.

Já uma tese que intentasse aprofundar a análise de um "corpus" com objetivo de chegar a certas conclusões sociolinguísticas acerca dele estaria no plano histórico das línguas, sem que deixasse de explicitar a teoria sociolinguística em que se tenha baseado. A teoria linguística não pode faltar a qualquer trabalho acadêmico, quer o núcleo da pesquisa se centralize no plano da língua ou no plano de discurso. Neste, plano individual da linguagem, localizaríamos, uma pesquisa sobre tradução, por exemplo, ou sobre crítica textual. Mesmo certo estudo teórico, sobre os universos linguísticos, por

exemplo, apresenta ocorrências de uma língua (ou línguas) e de discurso(s). Na verdade, os três planos da linguagem coexistem em qualquer pesquisa linguística, com ênfase ou núcleo da pesquisa centrado ou na própria teoria, numa língua (ou línguas em cotejo) ou em discurso(s).

Coseriu tinha domínio de várias línguas, de modo que seus estudos sobre linguística românica, por exemplo, contribuem com importantes formulações gerais e valiosas indicações de caráter metodológico. Mas a sua preocupação maior com a teoria linguística o conduz a enveredar pela história das ideias linguísticas, enfatizando sempre que nela muitas vezes o novo se revela como velho e vice-versa. Há muito que investigar na história da linguística, enfatiza: autores importantes, alguns mesmo notáveis, de que ninguém se recorda, e ideias tomadas como novas, que não seriam tanto, se fossem estudadas suas origens.

O linguista romeno, pelo seu invejável cabedal de leitura de tantos que estudaram a linguagem (incluídos muitos filósofos), desde a antiguidade clássica até as proximidades do final do século passado, se mostrava, sem dúvida, habilitado a escrever uma instigante história da linguística.

A visão de Coseriu sobre as diversas correntes da linguística do século XX com as limitações intrínsecas de cada uma com respeito à totalidade do fenômeno lingüístico leva-o a insistir na complementariedade prática, ou seja, na validade de cada uma dessas diversas direções. Para tal, se torna necessária, ressaltava, uma colaboração efetiva e profícua entre essas direções, devendo os linguistas ter consciência dos limites da direção que adotarem e assim renunciarem às pretensões de exclusividade do enfoque escolhido para alcançarem a ampla compreensão do mesmo fenômeno “linguagem”, mas de diferentes aspectos e planos. Assim, na sua visão, o estruturalismo teve sua inegável validade, mas centrou apenas seu objeto de estudo em certo campo da linguagem, a langue.

Por que Coseriu? Antes de mais nada, pela sua proposta de alcançar a compreensão da realidade inteira da linguagem (o falar, a língua e o discurso), com a intenção, como já aqui foi dito, de integrá-la sistematicamente em um

modelo epistemológico funcional. Daí, suas incursões por praticamente todos os campos temáticos do estudo da linguagem, conseguindo manter, graças ao seu vasto conhecimento da história da linguística, o equilíbrio entre tradição e inovação. Esta última consideração é de inestimável valor a qualquer pesquisador-cientista.

Não deixa ele de ressaltar ainda, no tocante à competência linguística, que o falar, como uma atividade, não supõe apenas um saber linguístico, mas um conhecimento do mundo. Por isso a competência linguística supõe, em primeiro lugar, a competência discursiva, retórica, de tal sorte que esta pode até suspender as normas do falar e as de uma língua concreta, em favor do que é apropriado (*aptum*) dizer em uma situação comunicativa, manifestada em um texto (Caamaño, 1993, p. 276-7).

Longe, muito longe, pois do estruturalismo saussuriano, Coseriu enfatiza que a linguagem acompanha sempre o homem e que, por isso, a atividade linguística, o agir linguístico, deve ser assim o ponto de partida para a formulação de qualquer teoria sobre a linguagem verbal. O papel do linguista é justamente o de trazer sempre para o plano da reflexão, portanto do conhecimento fundamentado, o que é intuído pelo falante.

Em Eugenio Coseriu encontrei, pois, uma ideologia linguística abrangente, que me proporcionou uma compreensão seguramente satisfatória desse mundo maravilhoso e, ao mesmo tempo, extremamente complexo que é a linguagem humana, estabelecendo, segundo um de seus lemas, os alcances e os limites do que se está focalizando dentro do edifício mais completo possível abarcado pelo mundo linguístico.

Este texto foi escrito como uma singela homenagem ao centenário (1921-2021) do insigne linguista e pensador.

Referências bibliográficas

CAAMAÑO, Antonio Vilarnovo. **Lógica y lenguaje en Eugenio Coseriu**. Gredos, 1993.

COSERIU, Eugenio. Sistema, norma y habla. In: **Teoría del lenguaje y lingüística general**. Madrid: Gredos, 1962, p. 11-113.

_____. **Forma y sustancia en los sonidos del lenguaje**. id., p. 115-234.

_____. **Determinación y entorno**. id., p. 282-323.

_____. **Principios de semántica estructural**. Madrid: Gredos, 1973.

_____. La creación metafórica en lenguaje. In: **El hombre y su lenguaje: estudios de teoría y metodología lingüística**. Madrid: Gredos, 1977, p. 66-102.

_____. **Lições de linguística geral**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

_____. Au-delà du structuralisme. In: **Linguística e letteratura**, VII, 1-2, 1982, p. 9-13.

_____. **Competência lingüística**: elementos de la teoría del hablar. Madrid: Gredos. 1993.

_____. **L'homme et son langage**. Éditions Peeters. Bibliothèque de L'information Grammaticale. Louvain-Paris-Sterling, Virginia, 2001.

_____. O meu Saussure. In **Confluência** (Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português), Rio de Janeiro, n. 14, 2º semestre de 2009/1º semestre de 2010, p. 33-36.

_____. **Lingüística del texto**: introducción a la hermenéutica del sentido. Madrid: Arco/ Libros, 2007.

COSERIU, Eugenio; LAMAS, Óscar Loureda. **Linguagem e discurso**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Contradições no ensino de Português**. São Paulo: Contexto, Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1970.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. **Iniciação à linguística: fundamentos essenciais**. Rio de Janeiro, Lexikon, 2019.

_____. Competência textual e o estrato semântico do sentido. In: **Sentimento da língua**. Homenagem a Evanildo Bechara-90 anos. Orgs: Denise Salim Santos, Flávio Aguiar Barbosa e Shela Hue. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2029, p. 41-56.

Le Calibrage de Langues: la “Matière technique” de l’historiographie de la linguistique

The Calibration of Languages: the “Technical Matter” of the Historiography of Linguistics

Pierre Swiggers*

RÉSUMÉ

L’historiographie de la linguistique a comme objet l’histoire de la pensée linguistique. Celle-ci présente deux faces: une face intérieure (= son contenu) et une face extérieure (= son contexte). La face intérieure est constituée par la réflexion et la pratique à propos de langues: de façon générale, il s’agit d’une « matière technique » ayant comme objet le langage et les langues. La matière technique se définit par la conjonction et la succession de moyens d’actions et d’outils analytiques; ce champ comprend trois dimensions: (a) une dimension appréhensive, (b) une dimension façonnante, (c) une dimension applicative. La dimension appréhensive englobe les réflexions sur différents aspects des langues (nature; fonction; rôle, etc.); cette réflexion est souvent teintée d’idéologie. La dimension façonnante – le calibrage – consiste en un traitement des données langagières afin de les rendre maîtrisables. La dimension applicative donne lieu à des produits dérivés: plus spécifiquement, il s’agit souvent de produits à vocation didactique.

Le calibrage vise à réaliser des outils. Sous l’opération globale de calibrage, on peut ranger cinq (types de) sous-opérations: (i) dénomination, (ii) caractérisation, (iii) segmentation, (iv) catégorisation, (v) mise en relation et hiérarchisation.

Auteur invité

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.498>

*Center for the Historiography of Linguistics (CHL), University of Leuven (BELGIUM), pierre.swiggers@kuleuven.be, orcid: 0000-0001-9814-2530

La matière technique étudiée par l’historiographe de la linguistique est le résultat d’un conditionnement (non absolu) par la « substance » (= les données langagières) et de l’activité de calibrage. L’histoire de cette matière technique témoigne de phénomènes d’inertie (= conservatisme), d’adaptation et d’innovation. L’historiographie de la linguistique documente et analyse ainsi l’histoire d’une technique au second degré: la technique métalinguistique appliquée à la technique qu’est le langage.

Mots-clé: Calibrage de langues; histoire des techniques; historiographie de la linguistique; opérations métalinguistiques; outillage linguistique; pensée linguistique (histoire de la –)

ABSTRACT

Historiography of linguistics is the study of the history of linguistic thought. This history has two faces: an internal face (= its content) and an external face (= its context). The internal face is constituted by reflections and practices dealing with languages: basically, we are dealing with a “technical matter” the object of which is language and languages. This technical matter is defined by the conjunction and succession of means of action and analytical tools; the field comprises three dimensions: (a) an apprehensive dimension; (b) a fashioning dimension; (c) an applicative dimension. The apprehensive dimension includes reflections on various aspects of languages (their nature, function, role, etc.); these reflections are very often ideologically coloured. The fashioning dimension – the calibration – consists in handling language data so that they can be dealt with in a workable way. The applicative dimension gives way to derived products; more specifically, these are in most cases didactically oriented products.

The calibration is intended to yield tools. Within the global operation of calibration, one can distinguish five (types of) ‘sub-operations’: (i) denomination; (ii) characterisation, (iii) segmentation, (iv) categorisation, (v) establishing of relationships and hierarchisation.

The technical matter studied by the historiographer of linguistics is the result of a (relative) conditioning by the « substance » (= the language data) and the activity of calibration. The history of the technical matter bears witness to phenomena such as inertia (= conservatism), adaptation and innovation.

The historiography of linguistics documents and analyses the history of a technique at a second degree: the metalinguistic technique applied to the technique of language/speech.

Keywords: calibration of languages; history of techniques; historiography of linguistics; linguistic thought (history of –); metalinguistic operations; tools (linguistic –)

1. Objectif

Ce bref texte — de nature programmatique — a pour but de définir une composante essentielle du travail d’analyse en historiographie de la linguistique. Le travail d’analyse linguistico-historiographique porte, globalement, sur deux versants de l’histoire de la pensée (= théorie et pratique)¹ linguistique, que nous appelons:

- (1) la « matière technique » de la pensée linguistique;
- (2) l’ « enveloppe » de la pensée linguistique.

Par « enveloppe » — le tissu extérieur, englobant — nous entendons tout ce qui relève du *contexte*: tant le contexte politique et socio-économique, culturel et institutionnel, que le contexte écolinguistique² — rapports entre langues ou entre langues et variétés non-standard, et les politiques linguistiques en jeu —, contexte complexe dans lequel la pensée linguistique s’est développée et s’est manifestée.

L’analyse de l’enveloppe de la pensée linguistique, faisant intervenir diverses disciplines historiques à côté de la géographie et sociologie des langues, relève de ce qu’on peut appeler la dimension politico-sociologique et culturelle de l’historiographie de linguistique.

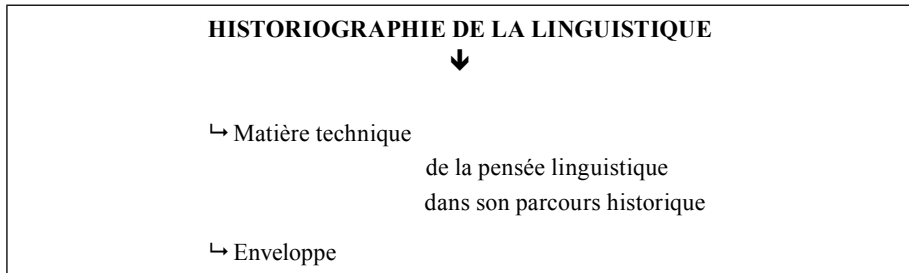
Le concept de « matière technique » sera définie et précisée dans les sections qui suivent (2., 3., 4. et 5.).

On peut résumer sous forme de schéma ces premières considérations sur l’objet de l’historiographie de la linguistique³.

1 Par “pensée linguistique”, nous entendons donc tant la dimension théorisante que la dimension pratique (description, enseignement, planification de langues), les deux versants de l’activité métalinguistique.

2 Nous entendons par « écolinguistique » tout ce qui relève de l’écologie des langues (*ecology of language/languages*), tel que ce champ a été défini par Haugen (1972).

3 Nous nous abstenons de revenir ici sur (1) la distinction entre historiographie de la linguistique et histoire de la linguistique (= le déroulement dans le temps de la « pensée linguistique »),



2. La « matière technique » de la pensée linguistique

Que faut-il entendre par la « matière technique » de la pensée linguistique? L’emploi de ce terme s’explique par le fait que nous considérons que

- (i) le langage est une technique, comme l’est aussi par exemple la percussion d’objets solides, la chasse, la pêche, la façon de porter des fardeaux, ou – actions plus complexes – le moulage, le tissage, la forge, etc.; il s’agit d’une technique caractérisée par une diversité géographique et typologique;
- (ii) la description d’une langue est une technique au second degré: c’est une technique appliquée à la technique qu’est le langage;
- (iii) par conséquent, l’historiographie de la linguistique relève de l’histoire des techniques⁴.

(2) la distinction entre *historiographie*, *métahistoriographie* et *épihistoriographie*. Cf. Swiggers, Desmet & Jooken (1998) et Swiggers (2010, 2017 et 2019a).

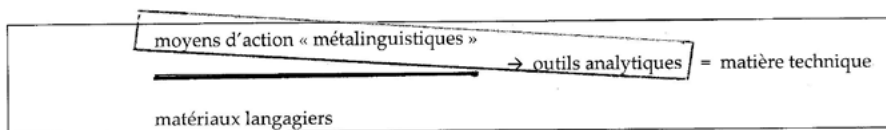
4 Voir déjà notre argumentation dans Swiggers (2003, 2012 et 2014). L’histoire des techniques est une discipline (ou plutôt, un programme de recherche interdisciplinaire), qui réunit des compétences en ethnologie, en paléontologie, en histoire, en sociologie, en linguistique, en biologie, en ingénierie, etc. L’histoire des techniques est fortement liée, en France, au réseau scientifique et intellectuel autour de Marcel Mauss [1872-1950] et aux périodiques *Annales d’histoire économique et sociale* (de Marc Bloch et Lucien Febvre) et *Revue de Synthèse* (de Henri Berr). Pour un bref aperçu du champ et des objectifs, cf. Febvre (1935); sur Mauss et son intérêt pour l’histoire des techniques, cf. Fournier (1994) et Mauss (2012). L’encyclopédie dirigée par Gille (éd. 1978) informe

Dans l’histoire des techniques, on étudie essentiellement l’action d’humains sur une substance ou matière (brute) en vue de produire des outils. Ceci peut être représenté dans la formule⁵:

<p><u>moyens d’action</u> substance (matériaux bruts)</p>	→ outils
---	----------

Appliquant cette formule générale à la linguistique, nous définissons les moyens d’action comme la somme des opérations (Σ opérations) sur des (séries de) données langagières, aboutissant à des outils analytiques (systèmes de symboles et fragments ou ensembles descriptifs à un niveau structurel).

La « matière technique » étudiée par l’historiographe de la linguistique réside dans la conjonction (et succession) des moyens d’action et des outils:



3. Moulage « conceptuel », matériaux premiers et matériaux dérivés

Il importe de mettre en garde contre une interprétation trop restrictive de la notion de « matière technique », qui pourrait — dans le cas de l’historiographie de la linguistique — suggérer une limitation à des objets matériels, très familiers d’ailleurs à ceux et celles qui étudient l’histoire de la

amplement sur l’origine et le développement, sur les méthodes, sur les branches et sur l’organisation scientifique et institutionnelle de l’histoire des techniques.

5 Nous nous inspirons ici d’une formule analogue proposée par Leroi-Gourhan (1943) – qui utilise, toutefois, le terme de « matière » pour désigner ce que nous appelons les « matériaux bruts » – dans son ouvrage remarquable *L’Homme et la Matière*, lecture obligée pour quiconque s’intéresse à l’histoire des activités fondamentales de l’espèce humaine.

pensée linguistique: grammaires, dictionnaires, manuels de langues, etc. Ces objets matériels — se situant du côté des « outils » — ne sont qu’un aspect du champ complexe de la matière technique.

Ce champ comprend trois dimensions⁶:

- (A) Une dimension « appréhensive » (ou « contemplative », au sens du terme allemand *anschauend*). Cette dimension comprend des réflexions sur la fonction et le rôle de la langue, sur la fonction (sociale et politique) d’une langue (particulière), sur l’histoire d’une langue ou de plusieurs langues, sur les aspects diatopiques et diastrataux de l’architectonique⁷ d’une ou de plusieurs langues. Il s’agit d’une dimension — qu’on pourrait appeler « MIRAGE » — où la frontière entre préconceptions (idéologiques)⁸ et conceptions (argumentées) a été, et reste, fragile.
- (B) Une dimension « façonnante » — qu’on peut appeler « CALIBRAGE » — qui s’appuie de manière cruciale sur une analyse de données langagières et qui se caractérise par un traitement⁹ (a) réducteur, (b) structurant et (c) visant à une maîtrise plus efficace d’une masse de données. Les produits de cette opération de calibrage sont, pour les

6 Notre choix du terme « dimension » s’explique par une volonté de rattachement au concept (et terme) DIMENSION, utilisé (en anglais et en allemand) par Hansjakob Seiler [1920-2018] dans son projet de linguistique typologique et universaliste. Pour Seiler, les dimensions sont les continuums organisant « l’espace » des problèmes cognitifs-conceptuels qui s’offrent aux locuteurs de langues naturelles; ces problèmes requièrent des « solutions » expressives. Pour un exposé synthétique, cf. Seiler (1986); pour plus d’informations bibliographiques, voir François – Swiggers (éds 2008).

7 Nous utilisons le terme de « architectonique des langues » en nous inspirant du terme « architecture des langues » (*arquitectura de las lenguas*), introduit par Eduardo Benot [1822-1907] (Benot 1890), et réutilisé par Leiv Flydal et Eugenio Coseriu.

8 Sur la complexité des niveaux d’idéologie dans « la pensée linguistique », voir Swiggers (2019b).

9 Jusqu’à un certain degré, l’histoire des traitements de données langagières peut être analysée comme un processus stochastique, étant donné que, dans la durée longue de ce processus de nombreux faits contingents et aléatoires ont joué un rôle.

historiographes de la pensée linguistique, des objets tangibles qui remontent haut dans le temps (les témoignages les plus anciens sont les ébauches de systèmes d'écriture: ceux-ci impliquent une réflexion linguistique, portant sur la structure globale de la langue « mise en notation» et portant sur les unités qu'on veut représenter)¹⁰ et qui sont, du point de vue quantitatif, très bien représentés. L'opération de calibrage se prête, par excellence, à un examen paramétrisé¹¹ portant sur des démarches (= sous-opérations) spécifiques (cf. *infra*, section 4.).

- (C) Une dimension « applicative », mettant à profit l'outil produit par l'opération de calibrage, afin de fabriquer un produit dérivé. Ces produits dérivés sont, de manière générale, tous les textes produits à l'aide d'un système d'écriture, mais l'historiographe de la linguistique s'intéressera (en premier lieu) à un sous-ensemble spécifique: les textes qui sont étroitement liés à l'activité de calibrage. Il s'agira donc de produits « didactiques » en rapport avec le travail analytique sur la langue: de façon prototypique les « manuels scolaires », mais sous cette étiquette on inclura aussi d'autres genres textuels ayant servi (jadis) à enseigner, à mémoriser et à « illustrer » une langue. Il peut s'agir, par exemple, de catéchismes ou confessionnaires (deux exemples illustratifs, qui comptent parmi les premiers ouvrages imprimés¹² concernant les langues quechua et aymara: (a) *Doctrina*

10 L'ouvrage de Gelb (1963) rend justice à cette dimension profondément linguistique de l'histoire de l'écriture. En général, l'histoire des systèmes d'écriture n'est pas traitée dans les manuels d'histoire de la linguistique; des exceptions notables sont Mounin (1974, premier chapitre) et Černý (2006, chapitres 1 et 2).

11 Un bel exemple de description paramétrisée appliquée à un type de technique manuelle se trouve dans Leroi-Gourhan (1943: 45-64): la percussion y est analysée (a) selon la façon d'aborder le matériau: perpendiculairement / obliquement; (b) selon le maniement de l'outil: percussion posée / percussion lancée / percussion posée avec percuteur; (c) selon l'effet produit par la partie percutante de l'outil: percussion linéaire / percussion punctiforme / percussion diffuse. Voir Leroi-Gourhan (1943: 56-57) pour un tableau synthétique.

12 Cf. Medina (1930: 9-12, 15-17); nous maintenons sa transcription des titres.

Christiana, y Catecismo para instruccion de los Indios, y de las de mas personas, que han de ser enseñadas en nuestra sancta Fé. Con un Confessionario, y otras cosas necessarias para los que doctrinan, que se contienen en la pagina siguiente. Compuesto por auctoridad del Concilio Provincial, que se celebrou en la Ciudad de los Reyes, e[ll] año de 1583. Y por la misma traduzido en las dos lenguas generales, de este Reyno, Quichua, y Aymara [Lima, 1584]; (b) Confessionario para los Curas de indios. Con la instruccion contra sus Ritos: y Exhortacion para ayudar a bien morir: y summa de sus Privilegios: y forma de Impedimentos del Matrimonio. Compuesto y traduzido en las Lenguas Quichua, y Aymara. Por autoridad del Concilio Provincial de Lima, del año de 1583 [Lima, 1585]), ou bien de pièces de théâtre ou de poésies (cf. l’œuvre poétique et dramatique en langue tupi du Padre José de Anchieta [1534-1597], premier descripteur du tupi-guarani), ou encore d’atlas commentés¹³, voire même de traités de logique¹⁴.

D’un point de vue typologisant, l’univers textuel de cette dimension « applicative » — qu’on peut appeler « FABRICATION » — se laisse diviser en trois groupes principaux:

- (i) Micro-textes non continus: par ex. manuel contenant des exercices, constituant des unités discrètes;

13 Qu’on pense aux éditions didactiques du *Theatrum orbis terrarum* d’Abraham Ortelius: entre 1571 et 1608 parurent des éditions en langue vernaculaire (néerlandais 1571, français 1572, allemand 1572, espagnol 1588, italien 1608), avec des textes explicatifs destinés au grand public.

14 Voir le cas du linguiste missionnaire John Eliot (1604-1690), auteur de la première grammaire imprimée d’une langue amérindienne de l’Amérique du Nord (*The Indian Grammar Begun*, 1666), qui publia aussi un manuel de logique à l’usage des indigènes (*The Logic Primer*, 1672). Auroux (1992: 38) identifie à tort le grammairien-missionnaire avec l’auteur (John Eliot/Eliote) de l’*Ortho-epia Gallica. Eliots fruits for the French*; or, ce dernier ouvrage fut publié en 1593.

- (ii) Micro-textes continus placés en série: par exemple les brefs textes qui accompagnent des cartes géographiques¹⁵, ou une série de dialogues ou de modèles de lettres¹⁶.
- (iii) Textes continus non sériels: c’est le cas par exemple d’une pièce de théâtre¹⁷, d’une mise en scène ludique ou d’un (autre type d’) ouvrage moralisant en tant qu’instruments didactico-linguistiques¹⁸.

15 Un bel exemple est l’ouvrage que Zacharias Heyns, le fils du célèbre maître de langues Peeter Heyns, publia en 1598 sous le titre *Le miroir du monde, ou, epitome du theatre d’Abraham Ortelius Auquel se represente, tant par Figures que par Caracteres, la vraye situation, nature et propriete de la terre universelle* (Amsterdam, 1598). Sur la production didactique qui joignait géographie, histoire et enseignement de la langue, et dont Peeter Heyns fut l’initiateur, voir Swiggers – Van Hal (2018).

16 Dès la fin du Moyen Âge, l’enseignement de langues (classiques et modernes) s’est appuyé sur l’apprentissage de dialogues (ou « colloques » ou « parlements »), souvent en combinaison avec des listes thématiques de vocabulaire. Le « noyau textuel » qui a connu le plus grand succès est l’ouvrage de Noël de Berlaimont/Berlemont (cf. Verdeyen 1925-35 et Pablo Núñez 2010). Sur les colloques scolaires et leur emploi dans l’enseignement de langues, voir le travail de Massebieau (1878), pour l’enseignement du latin, et les contributions dans Minerva *et al.* (éds 1998), pour l’enseignement de langues modernes. Des modèles de lettres ont été très tôt ajoutés aux recueils de « colloques » et de lexiques thématiques, mais ils ont fourni aussi la matière à des ouvrages autonomes, intitulés « lettres missives familières », « lettres communes », ou « secrétaires ». Ce dernier type d’ouvrage, illustré par des auteurs comme La Serre et Piélat (cf. Riemens 1919: 239-240), a eu comme un de ses représentants les plus célèbres le grammairien Jean Menudier (cf. son ouvrage *Le modele du parfait secretaire pour les beaux esprits, composé par feu Jean Menudier professeur P. de la langue Françoise dans l’illustre college de Bareuth et mis en lumiere par Isaac Colletet Licencié & M. de langue de S.A.S. le Prince Electoral de Saxe. Avec un recueil d’instructions necessaires, pour les Gentis-hommes a la suite d’un Ambassadeur, & un avis dans le voyage en France, pour les Princes, & autres gens de qualité. Joint un Formulaire de titres pour tous les Rois, & autres Potentats de l’Europe*, Iéna, 1690).

17 Tant les humanistes enseignant les langues classiques que les maîtres de langues modernes ont eu recours à des types d’exercice « dramaturgique » et ont rédigé des drames scolaires, basés sur des thèmes bibliques ou sur des motifs de la mythologie antique.

18 Parallèlement aux drames scolaires, les ouvrages moralisants comme instruments de didactique linguistique s’inspiraient de thématiques bibliques (comme les proverbes de Salomon) ou de motifs antiques (par ex. les fables d’Ésope); d’autres ouvrages rassemblaient les principes de la morale chrétienne.

Le schéma suivant visualise les trois dimensions:

MATIÈRE TECHNIQUE

↳ MIRAGE (→ moulage conceptuel)

↳ CALIBRAGE (→ matériaux premiers)

↳ FABRICATION (→ matériaux dérivés)

4. La dimension de « calibrage »

Cette dimension est celle qui donne lieu à la réalisation d'un outil. Par « calibrage »¹⁹, nous entendons un ensemble de démarches (ou sous-opérations) par lesquelles les données langagières analysées sont façonnées ou « calibrées » de telle manière qu'elles sont rendues maîtrisables dans des formats terminologiques et descriptifs. Ces sous-opérations (ou types de sous-opérations)²⁰ sont les suivantes:

19 Nous préférons ne pas utiliser le terme de « grammatisation » (cf. Auroux 1992), qui a le désavantage de suggérer la présence d'une seule opération et d'être trop lié au terme de « grammaire ». Dans son travail, riche en idées, Auroux étudie le processus de mise en grammaire (qu'il semble d'abord [cf. Auroux 1992: 11-12] limiter à la mise en grammaire de langues vernaculaires; ensuite [Auroux 1992: 17] la perspective chronologique est plus large), mais il conviendrait d'étendre le concept de « grammatisation » à la « mise en format descriptif », ce qui éviterait de dissocier grammaires et dictionnaires ou encore grammaires, dictionnaires et textes orthographiques. S'il distingue grammaticographie et lexicographie comme « deux technologies » de la grammatisation (Auroux 1992: 28), dans son commentaire à propos de la tradition chinoise, Auroux (1992: 35) semble revenir à une conception de la grammatisation au sens de « mise en grammaire ».

Pour nous, le calibrage de langues est une opération complexe, qui (a) part de la *réduction* de données langagières à des unités maîtrisables (et traitables par typisation), et (b) qui implique une interaction constante entre traitement grammatical et traitement lexical. Nous avons déjà utilisé le terme de « calibrage » en rapport avec la construction ou l'harmonisation d'une terminologie linguistique; cf. Swiggers (2006).

20 L'intervention de plusieurs (types de) sous-opérations est un fait bien connu dans l'histoire des techniques. Cf. Leroi-Gourhan (1943: 41): « C'est qu'il n'y a pas des techniques mais des ensembles techniques commandés par des connaissances mécaniques, physiques ou

- (I) **Dénomination**: en premier lieu, il s’agit de la dénomination de la matière linguistique qui est analysée (ce qui relève de la glottonymie); en second lieu, de la dénomination de (certaines de) ses propriétés;
- (II) **Caractérisation**: informations fournies à propos de la situation géographique (et géopolitique) et de l’ancrage social de la variété linguistique analysée;
- (III) **Segmentation**: segmentation en unités graphiques, combinables entre elles, et en unités de traitement lexical et grammatical (il peut s’agir de « mots » — voire des « mots-phrases » — ou de morphèmes, ou plutôt: morphèmes approximatifs);
- (IV) **Catégorisation**: catégorisation en unités, aux plans graphique, phonique et morphosyntaxique, aboutissant à l’établissement de classes et de propriétés distinctives des classes²¹. Cette catégorisation peut être l’intérêt focal de la description (par exemple dans une grammaire) ou un intérêt secondaire (par exemple dans un dictionnaire)²².
- (V) **Mise en relation et hiérarchisation**: cette démarche consiste à formuler des rapports de combinabilité ou incombinabilité; d’équivalence; d’inclusion entre unités ou entre classes; de subordination et d’intégration.

chimiques générales. Quand on a le principe de la roue on peut avoir aussi le char, le tour de potier, le rouet, le tour à bois; quand on sait coudre on peut avoir non seulement un vêtement de forme particulière mais aussi des vases d’écorce cousue, des tentes cousues, des canots cousus; quand on sait conduire l’air comprimé on peut avoir la sarbacane, le briquet à piston, le soufflet à piston, la seringue ».

- 21 La catégorisation et la réflexion « classématique » dans la grammaticographie espagnole des XVIII^e et XIX^e siècles ont été méticuleusement analysées par Gómez Asencio (1981, 1985).
- 22 Voir l’analyse fouillée de l’information grammaticale dans le dictionnaire français de Richelet (1679-1680) chez Petrequin (2009: chapitres IV, V et VI).

Toutes ces sous-opérations²³ sont des manœuvres réductrices²⁴: c'est justement l'effort de réduction qui rend les données *maîtrisables* et qui permet de mettre en place un *outillage* linguistique. Cet outillage linguistique consiste, essentiellement, à fournir un moyen de notation, une mise en inventaire de formes, et un dispositif de structuration²⁵.

5. Propriétés « techniques »

Le travail de calibrage linguistique répond parfaitement aux propriétés d'une opération technique²⁶:

- (1) Il y a un conditionnement par les matériaux bruts: la substance (solide, fluide, ...) sur laquelle on travaille est un facteur de prédétermination (non absolue)²⁷ du résultat, de l'outil qu'on produira.

23 Ces sous-opérations mettent en œuvre des interactions entre différents genres textuels d'ordre métalinguistique: grammaires, dictionnaires, manuels de langue, colloques, éloges et « défenses » d'une langue, comparaisons entre langues quant à leurs « qualités » et leur « prestige », etc.

24 L'importance cruciale de la notion et de l'opération de « réduction » comme fondement du travail analytique sur les langues ressort bien du titre de l'ouvrage de Pike (1947). Les sous-opérations de catégorisation et de mise en relation et hiérarchisation impliquent une perspective de *généralisation*. Or, la réduction, la catégorisation et la généralisation sont les conditions indispensables pour (a) la mémorisation; (b) la mise en séries; (c) la saisie cognitive; (d) l'extension du champ; cf. Swiggers (2012: 118).

25 Pour un examen détaillé (et un tableau) des types de sous-opérations, en fonction des niveaux d'analyse linguistique, voir Swiggers (2014).

26 Il convient de relever ici une propriété adjacente qui relève de l'économie du travail: la possibilité de « délégation », de « faire-exécuter » le travail (une partie du travail) par un agent « délégué ».

27 Cette prédétermination relative s'observe aussi dans le cas de l'histoire de techniques manuelles; souvent, ce n'est pas la nature des matériaux, mais leur disposition à des actions identiques ou analogues qui explique l'emploi des instruments de fabrication. Cf. Leroi-Gourhan (1943: 165-166).

- (2) L'opération de calibrage s'accommode d'une gamme de phénomènes historico-culturels:
- (2a) inertie ou conservatisme de moyens d'action
 - (2b) mise en œuvre de stratégies d'adaptation²⁸
 - (2c) emprunts
 - (2d) véritables innovations

Les phénomènes (2b) et (2c) illustrent un type d'action universelle, à savoir le *transfert*²⁹.

Le chercheur qui observe, en durée moyenne ou longue, l'histoire des actions de calibrage dégagera des *tendances*: spécialisation, extension et différenciation, raffinement.

6. Bilan

L'historiographe de la linguistique peut, et doit, étudier les contenus et les contextes de la pensée linguistique au long de son histoire. Dans la mesure où ces contenus et ces contextes sont « incarnés » dans des textes (conservés)³⁰, on peut dire que pour l'historiographe de la linguistique les sources principales sont des textes « métalinguistiques »: il s'agit de textes qui sont fondés soit sur une théorisation soit sur une analyse de langues, ou de textes qui appliquent, d'une façon ou d'un autre, les produits de cette analyse.

28 La capacité adaptative intervient déjà dans la sous-opération de catégorisation: l'adaptation est une composante essentielle de l'opération (psychologique et descriptive) de catégorisation (cf. Anderson 1991).

29 L'action de transfert a une vaste étendue d'incidence: le transfert peut opérer sur des objets et des personnes, sur des biens immobiliers, sur des concepts. Les anthropologues établiront ici le lien avec (la latitude de) l'échange comme activité culturelle.

30 D'où l'importance de disciplines auxiliaires comme l'histoire du livre, la philologie du texte, la bibliométrie, etc.

Ce travail d'analyse est un travail de calibrage: il consiste à traiter des données langagières en les façonnant de sorte à en dégager un outil:

- un outil « réflexif »: un produit langagier qui dit certaines choses à propos de données langagières (pas nécessairement dans la même langue que la langue-objet);
- un outil « efficace » permettant d'élaborer des produits qui à leur tour peuvent fonctionner comme outils³¹.

En somme, l'étude de la matière technique en historiographie de la linguistique consiste à étudier l'histoire de l'*homo faber linguisticus*.

Références bibliographiques

ANDERSON, John R. The adaptive nature of human categorization. *Psychological Review* 98, p. 409-429, 1991.

AUROUX, Sylvain. Introduction. Le processus de grammatisation et ses enjeux. In: AUROUX, Sylvain (éd.). *Histoire des idées linguistiques*, t. 2: *Le développement de la grammaire occidentale*, p. 11-64. Liège: Mardaga, 1992.

BENOT, Eduardo. *Arquitectura de las lenguas*. Madrid: P. Núñez, 1890.

ČERNÝ, Jiří. *Historia de la lingüística*. Cáceres: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura, 2006.

FEBVRE, Lucien. Réflexions sur l'histoire des techniques. *Annales d'histoire économique et sociale* 7, p. 531-535, 1935.

FOURNIER, Marcel. *Marcel Mauss*. Paris: Fayard, 1994.

31 Par exemple comme outils d'évangélisation, comme outils d'instruction « civique », comme outils de contrôle pédagogique.

FRANÇOIS, Jacques et SWIGGERS, Pierre. (éds). *Hansjakob Seiler. Notice bio-bibliographique, suivie d'un entretien entre Hansjakob Seiler et Jacques François, et de deux exposés de synthèse de Hansjakob Seiler, «Über das Verhältnis von Sprachuniversalienforschung und Sprachtypologie»: Rückblick und Ausblick», et «Sur le potentiel explicatif des ordonnancements en continu»*. Leuven: Peeters & Centre international de dialectologie générale, 2008.

GELB, Ignace J. *A Study of Writing*. Second revised edition. Chicago: University of Chicago Press, 1963. [1952']

GILLE, Bertrand. (dir.). *Histoire des techniques: Technique et civilisations, technique et sciences*. Paris: Gallimard, 1978.

GÓMEZ ASENCIO, José J. *Gramática y categorías verbales en la tradición española (1771-1847)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1981.

GÓMEZ ASENCIO, José J. *Subclases de palabras en la tradición española (1771-1847)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1985.

HAUGEN, Einar. *The Ecology of Language*. Edited by Anwar S. DIL. Stanford: Stanford University Press, 1972.

LEROI-GOURHAN, André. *L'Homme et la Matière*. Paris: Albin Michel, 1943.

MASSEBIEAU, Louis. *Les colloques scolaires du seizième siècle et leurs auteurs (1480-1570)*. Paris: Bonhoure et C^{ie}, 1878.

MAUSS, Marcel. *Techniques, technologie et civilisation*. Édition et présentation de Nathan SCHLANGER. Paris: Presses Universitaires de France, 2012.

MEDINA, José Toribio. *Bibliografía de las lenguas quechua y aymará*. New York: Museum of the American Indian Heye Foundation, 1930.

MINERVA, Nadia, MANDICH, Anna Maria, et PELLANDRA, Carla. (éds). *Les dialogues dans les enseignements linguistiques: profil historique*. (= *Documents pour l'histoire du français langue étrangère ou seconde* 22), 1998.

MOUNIN, Georges. *Histoire de la linguistique des origines au XX^e siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

PABLO NÚÑEZ, Luis. *El arte de las palabras. Diccionarios e imprenta en el Siglo de Oro*. Mérida: Ed. Regional de Extremadura, 2010.

PETREQUIN, Gilles. *Le Dictionnaire de P. Richelet (Genève, 1679/1680). Étude de métalexigraphie historique*. Leuven & Paris: Peeters, 2009.

PIKE, Kenneth L. *Phonemics: A Technique for Reducing Languages to Writing*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1947.

RIEMENS, Kornelis-Jacobus. *Esquisse historique de l'enseignement du français en Hollande du XVI^e au XIX^e siècle*. Leyde: A.W. Sijthoff, 1919.

SEILER, Hansjakob. The Dimensional Model of Language Universals. *Función* 1, p. 1-18, 1986.

SWIGGERS, Pierre. Continuités et discontinuités, tension et synergie: les rapports du latin et des langues vernaculaires, reflétés dans la modélisation grammaticographique. In: GOYENS, Michèle et VERBEKE, Werner (éds). *The Dawn of the Written Vernacular in Western Europe*, p. 71-105. Leuven: Leuven University Press, 2003.

SWIGGERS, Pierre. Terminologie et terminographie linguistiques: problèmes de définition et de calibrage. In: NEVEU, Franck (éd.). *La terminologie linguistique: problèmes épistémologiques, conceptuels et traductionnels (Syntaxe et sémantique 7)*, p. 13-28. Caen: Presses Universitaires de Caen, 2006.

SWIGGERS, Pierre. History and Historiography of Linguistics: Status, Standards and Standing. *Eutomia. Revista Online de Literatura e Linguística* 3/2 = História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações. [Trad. Profa. Dra. Cristina Altman USP]. *Eutomia. Revista Online de Literatura e Linguística* 3/2 [décembre 2010; <http://www.Revistaeutomia.com.br/eutomia-ano3-volume2-destaques.html>] 17 p., 2010.

SWIGGERS, Pierre. L'homme et la matière grammaticale: historiographie et histoire de la grammaire. In: COLOMBAT, Bernard, FOURNIER, Jean-Marie et RABY, Valérie (éds). *Vers une histoire générale de la grammaire française. Matériaux et perspectives*, p. 115-133. Paris: H. Champion, 2012.

SWIGGERS, Pierre. La historiografía de la gramática: técnica, modelización, estrategias y condicionamiento material. In: CALERO VAQUERA, María Luisa et al. (éds). *Métodos y resultados actuales en Historiografía de la Lingüística*, p. 722-731. Münster: Nodus, 2014.

SWIGGERS, Pierre. Linguistic Historiography: A Metatheoretical Synopsis. *Todas as Letras* 19/2, p. 73-96, 2017.

SWIGGERS, Pierre. Historiografia da Linguística: Princípios, Perspectivas, Problemas. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (éd.). *Historiografia da Linguística*, p. 45-80 [bibl. 183-203]. São Paulo: Contexto, 2019. [= 2019a]

SWIGGERS, Pierre. Ideología lingüística: dimensiones metodológicas e históricas / Linguistic Ideology: Methodological and Historical Dimensions. *Confluência* 56, p. 9-40, 2019. [= 2019b]

SWIGGERS, Pierre, DESMET, Piet et JOOKEN, Lieve. Metahistoriography Meets (Linguistic) Historiography. In: SCHMITTER, Peter et VAN DER WAL, Marijke (éds). *Metahistoriography. Theoretical and Methodological Aspects of the Historiography of Linguistics*, p. 29-59. Münster: Nodus, 1998.

SWIGGERS, Pierre et VAN HAL, Toon. Anvers, centre de la cartographie / Antwerpen, Zentrum der Kartographie. In: BÉHAR, Roland, BLANCO, Mercedes et HAFNER, Jochen (éds). *Villes à la croisée des langues (XVI^e-XVII^e siècles): Anvers, Hambourg, Milan, Naples et Palerme / Städte im Schnittpunkt der Sprachen (16.-17. Jahrhundert): Antwerpen, Hamburg, Mailand, Neapel und Palermo*, p. 483-494. Genève: Droz, 2018.

VERDEYEN, René. *Colloquia et Dictionariolum septem linguarum, gedruckt door Fickaert te Antwerpen in 1616*. Antwerpen: Nederlandsche Boekhandel, 1925-35. (3 volumes)

Gramática e texto. Texto e gramática. A funcionalidade em questão.

Grammar and text. Text and grammar. The matter of functionality.

Maria Helena de Moura Neves*

RESUMO

Repercutindo Neves (2018 [2006]), este texto dá uma amostra de reflexões funcionalistas sobre os processos de constituição do enunciado, dirigindo a atenção para a gramática que organiza as relações, constrói as significações e define os efeitos pragmáticos que, afinal, fazem do texto uma peça em função. Fica entendido que é no entrecruzamento dos processos ativados, e pela gramática organizados, que a interação discursiva compõe os textos.

Palavras-Chave: Gramática. Texto. Interação linguística.

ABSTRACT

Building on Neves (2018 [2006]), this paper reflects on the processes that constitute the utterance, directing its attention to the grammar that organizes relations, constructs meanings, and defines pragmatic effects, which make the text a functional unit. It is assumed that it is in the multiple activation of these processes, and organized by the grammar, that discursive interaction builds texts.

Keywords: Grammar. Text. Discursive interaction.

Articulista convidado

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.503>

*Universidade Presbiteriana Mackenzie, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara), mhmneves@uol.com.br, orcid.org/0000-0003-4667-2657

Confluência. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, Especial 30 anos, p. 56-77, junho 2021

Introdução

Este capítulo foi especialmente escrito, e com grande honra, em comemoração aos 30 anos de relevantes serviços prestados à causa da pesquisa e da educação linguística pela respeitadíssima revista *Confluência*. Essa destinação especial me levou à composição de um texto também especial, um texto em que, pela primeira vez, tomo como objeto de reflexão uma obra de minha própria autoria, à qual volto 15 anos depois da primeira edição. Este texto revisita o livro *Texto e gramática* (NEVES, 2018 [2006])¹, e a razão é muito significativa: considero, simplesmente, que nessa obra está a configuração de noções que melhor resume o curso das reflexões sobre linguagem, sobre língua e sobre gramática que tenho desenvolvido no geral. Entre as diversas obras que produzi, verifico que essa constitui uma espécie de roteiro teórico-metodológico do tratamento de fatos linguísticos (a partir de dados) que tenho oferecido nas minhas análises da língua em uso, particularmente nas minhas duas produções específicas de ‘gramática’² da língua portuguesa (NEVES, 2011 [2000] e 2018), e mais particularmente, ainda, na primeira delas.

Começo pelas duas primeiras frases desse livro que revisito, reconhecendo-o como a proposta geral de estudo que foi sendo desenvolvida em todo o meu percurso de lida com a linguagem (antes e depois dessa obra), seja com foco no estudo / ensino de língua, seja com foco na produção de textos. Devo tê-las repetido em muitas de minhas ‘falas’, oralmente ou por escrito, literalmente ou em paráfrase:

Este livro reúne reflexões sobre os processos de constituição do enunciado, dirigindo a atenção para a gramática que organiza as relações, constrói as significações e define os efeitos pragmáticos que, afinal, fazem do

-
- 1 Já registro que não resgato todo o livro, limito-me aos três primeiros capítulos (p. 11-150), que dão uma amostra da condução das propostas.
 - 2 Com minhas aspas simples, faço referência a alguma entidade pelo termo que considero o mais geral e difundido para representá-la, algo equivalente a um ‘por assim dizer’. Minhas aspas duplas representam citação literal.

texto uma peça em função. Fica entendido que é no entrecruzamento dos processos ativados, e pela gramática organizados, que a interação discursiva compõe os textos. (NEVES, 2018 [2006], p. 11)³

E, com certeza, essas duas frases já constituem resumo prévio da recolha de reflexões e de proposições que pretendo trazer neste capítulo.

Também tem de ser assumido, já nesta Introdução, que, no respaldo, está uma teoria sustentada na visão funcional da linguagem, destacando-se, especialmente, as seguintes postulações:

- a) A unidade de estudo / exame / análise é o ‘enunciado’, ou seja, é aquilo que se ‘enuncia’, em linguagem (em um ‘ato de fala’), na história da língua; não se tomam peças construídas aleatoriamente pelo próprio analista com a específica destinação de oferecer análises segundo determinações prescritivas vigentes que se adotam por repetição.
- b) Agora, retomando (com aspas duplas) partes de meu texto citado: Está implicado, pois, que cada ‘enunciado’ da língua é uma “peça em função”, regida, sim, pela “**gramática**” dessa língua, que se resolve componencialmente com a consideração de:
 - b1) uma “constituição”⁴ “organizada” de “relações” (aí está a sintaxe, que é a configuradora);
 - b2) “significações” construídas nessa organização (aí está a semântica, que é o configurado);
 - b3) “efeitos” que ficam “definidos”, no ato de emissão da peça linguística que, significativamente construída, é posta “em função”, ou seja, é enunciada (aí está a pragmática, que é a instanciação).

3 Apenas os trechos de Neves (2018[2006]) tomados em citação (que é o que ocorre neste caso), ou tomados como epígrafe de alguma seção deste texto, são remetidos à sua página específica. Nas eventuais (e frequentes) retomadas de noções ou de exposições (mesmo que, porventura, literais) que farei, no todo do capítulo, não haverá remissão à página específica.

4 Em todo o conjunto de itens estão com aspas duplas termos constantes da citação.

- c) Ainda citando: Nesse complexo, entende-se que:
- c1) a linguagem se opera mediante a “ativação” de “processos” que se “organizam” segundo o regramento de uma “**gramática**”, em cada língua particular;
 - c2) e é na “interação” discursiva que esses processos “se entrecruzam”, tecendo os “**textos**”, que são exatamente as peças da língua que está “em função” nesse determinado espaço sociocultural.

Com grande condensação, ficam ‘expostos’, pois, os dois grandes temas da obra que aqui retomo, conforme se pode recolher nos negritos com que marquei, em c1) e c2), os termos **gramática** e **texto**. E, como já dito, aí está um resumo prévio do que pretendo trazer como proposta teórica de uma visão da gramática, a ser objeto de reflexão dos estudiosos e a ser objeto de exposição de um autor de obra gramatical.

1. A definição geral da base teórica de apoio: a teoria funcionalista da linguagem

A orientação teórica dessa análise é claramente funcionalista, aproveitada de cada vertente dessa orientação que sustente o tratamento gramatical da ‘língua em função’, ou seja dos enunciados de uma língua historicamente inserida (COSERIU, 1992 [1988]), já a partir da consideração de que os enunciados são, naturalmente, multifacetados. O foco de observação declarado é a construção do sentido do texto, por onde se desvende exatamente o cumprimento das funções da linguagem, obtido na costura textual, que se opera em interação. Essa já constitui uma atenção especial sobre o limite a definir-se para os constructos das peças da linguagem a examinar, que aqui se propõe como não restrito à ‘oração’. Ou seja, a projeção para as peças em exame excede os limites da organização sintática, regendo-se globalmente pelas relações semânticas que moldam a expressão daquilo que o texto diz,

na sua tessitura, e tudo com vista nas funções da linguagem, que, em última análise, recolhem os propósitos que regem o próprio uso linguístico.

Propõe-se, de partida, reconhecer que as unidades que entram nessa composição são necessariamente heterogêneas, algumas delas dando pontos de costura no mais interno das sintagmatizações, outras dando pontos largos na extensão mais ampla das amarrações semanticamente instruídas, transcendendo os rígidos limites da estruturação sintática.

Afinal, na obra *Texto e gramática* insisto em que a explicitação do uso de uma língua natural (uma língua particular historicamente inserida), feita com base em reflexão sobre dados, representa a explicitação do próprio funcionamento da linguagem. Isso exclui qualquer atividade de encaixamento em moldes de estrutura fixada, modelizada, com precisão de receita e sem espaço de manobra. É ponto pacífico que, sempre equilibrada, entretanto a língua não é estável, caso contrário não alcançaria toda a extensão daquilo que ela tem de fazer, que com certeza exige grande espaço de manobra. O modelo que se espera de lições de gramática que se ponham a serviço dessa lida funcional com a linguagem em processo é aquele que reconhece e valoriza zonas de imprecisão, casos de oscilação, oportunidades de desvios, e em mais de uma direção. O mais legítimo testemunho do estatuto de uma língua natural é o seu equilíbrio instável, garantidor da possibilidade de resolução diante das diferentes e conflitantes pressões a que se submetem os usos.

A primeira lição a que obriga a visão funcional da linguagem é a rejeição aos moldes pré-fabricados de uma análise classificatória que procure penetrar e desvendar os enunciados, partindo de um punhado de classes desmembradas de quadros cuja instituição não se fez segundo os processos reais de funcionamento da linguagem, e que, portanto, não tem legitimidade. Por aí já se pode estabelecer uma noção que há de conduzir toda a tarefa de análise da linguagem e da língua: quando o texto tece a ‘produção de sentido’, na linguagem, as unidades que montam a costura não estão cognitivamente disponíveis, para os usuários, acompanhadas de determinadas bulas de uso que se escudam em delimitações categoriais e funcionais precisas. Pelo

contrário, o falante as escolherá segundo a ‘receita’ que – automaticamente regradada pelo sistema da sua língua natural e requerida pelo seu propósito de uso – ele mesmo estabelece para a composição de seu texto, e o faz ‘escolhendo’ as peças de linguagem que combinará, assim como ‘escolhendo’ o modo de combinação que porá em funcionamento, tudo dentro daquilo que, no contexto de uso, mais responda a seus propósitos interacionais.

As assunções e as lições funcionalistas invocadas como base para as lições gramaticais que buscam ligar texto e gramática (lembre-se o título da obra) partem da noção de uma diversidade de propósitos a que serve a linguagem, já que, evidentemente, ela nada tem de fenômeno isolado (PRIDEAUX, 1987). Por isso mesmo, a linguagem é dada ao homem, sistemicamente sustentada, como um conjunto de meios para atingir fins (HALLIDAY, 1985), o que representa que ela não é prevista como um sistema autônomo (GIVÓN, 1995), mas, sim, como resolvida pelo equilíbrio entre forças internas e forças externas ao sistema (DU BOIS, 1985). Na funcionalidade da linguagem, o embasamento cognitivo das unidades linguísticas faz parte do conhecimento que a comunidade tem a respeito da organização dos eventos e de seus participantes (BEAUGRANDE, 1993), e é nessa inteireza que a gramática monta os textos, integrando os componentes sintático, semântico e pragmático (DIK, 1978, 1980, 1989, 1997; GIVÓN, 1984; HENGEVELD, 1997). O que a gramática faz, holisticamente, é organizar em conjuntos as seleções simultâneas a que o falante procede na produção linguística (HALLIDAY, 1973, 1985, 1994), e é assim que a linguagem se resolve, exatamente por aquela relação não arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (o funcional) e a sistematicidade da estrutura da língua (o gramatical) (MACKENZIE, 1992). O corolário é que a operação gramatical é sensível às pressões do uso (DU BOIS, 1993), o que é o mesmo que dizer que o ato discursivo tem papel determinante na configuração da linguagem (GIVÓN, 1979). Considere-se, ainda, que, mais amplamente, também entra nessa determinação a rede total de eventos

comunicativos relevantes (BEAUGRANDE, 1993), concepção que nada mais representa do que instalar o discurso e a sua configuração textual no contexto de produção (unindo-se o situacional e o sociocultural).

E, afinal, dessa seção apresentativa das bases que definem a obra *Texto e gramática* (NEVES, 2018[2006]) retira-se o seguinte resumo dos pressupostos das investigações funcionalistas invocados para sustentação da proposta:

- a) A gramática é observável no enunciado, já que nada do que se enuncia resolve-se fora da gramática da língua.
- b) O funcionamento da língua se rege por um sistema gramatical, necessariamente com suas restrições (o ‘sistêmico’), mas dentro dele o falante é absolutamente livre para compor suas peças de linguagem, no sentido de obter os resultados de sentido e os efeitos pragmáticos que pretende.
- c) Os diversos eventos de fala abrigam informação distribuída e cada um tem sua importância comunicativa, mas o falante é o responsável por conferir relevos, segundo seus propósitos.
- d) O texto apresenta um fluxo de informação, que naturalmente se acompanhará de um fluxo de atenção que o ouvinte desenvolve a partir do empacotamento da informação que lhe é apresentado.
- e) O processo de gramaticalização (cognitivamente dirigido) é constitutivo da atividade discursiva, porque a pressão dessa atividade sobre o sistema obriga a uma contínua reorganização do quadro das estruturas da linguagem, ressaltando-se, entretanto, que nunca se quebrará a regularidade que o sistema da língua organiza e permite prever.
- f) Forças externas interagem com essas forças internas do sistema, e elas competem continuamente entre si, em uma busca necessária de manutenção de equilíbrio.

- g) Afinal, na complexa visão do sistema da língua a partir do uso da linguagem, é absolutamente necessário conceber-se que não é pelo estabelecimento de categorias rígidas e estanques que se pode configurar legitimamente a ‘gramática’ da língua: há um lento mas contínuo processo de extensão de membros das categorias, ou seja, uma constante alteração de limites, o que pode resultar, afinal, na própria redefinição de protótipos.

Por aí se valoriza a atenção para a existência de processos acomodativos na vida da língua, o que fica subsumido nas seguintes postulações que Neves (2018 [2006]) já retoma de Neves (2002, p. 176), e que assim podem interpretar-se: (i) as categorias linguísticas têm caráter não discreto; (ii) fluidas que são, elas se caracterizam em estreita dependência das determinações do contexto; (iii) as mudanças são graduais e as etapas coexistem, potencialmente, no sistema da língua. Nessa mesma direção, o resumo das posições funcionalistas defendidas abrange a atenção para: (i) o caráter não discreto das categorias; (ii) a fluidez semântica, com valorização do papel do contexto; (iii) a gradualidade das mudanças e a coexistência de etapas; (iv) a regularização, a idiomatização e a convencionalização contínuas.

E o apanhado geral dessa proposta assegura que, no tratamento da linguagem, uma análise funcionalista porá atenção central na visão do uso (em relação ao sistema), na visão do significado (em relação à forma), na visão do social (em relação ao individual). É com essa sustentação geral que se põem em estudo os considerados ‘processos de constituição do enunciado’, pelos quais se instrui a própria determinação das categorias da gramática, atuantes nesses processos. São eles que estão em questão na obra que aqui se resgata (NEVES, 2018 [2006]), assim como na Gramática de usos do português (NEVES, 2011 [2000]).

A amostra que vai aqui oferecida toma os dois primeiros (e básicos) processos tratados, a predicação e a referenciação.

2. Os processos básicos de constituição do enunciado. uma amostra

2.1. Falar de ... e dizer que ... Ou: a construção das predicções

Começamos com a afirmação de que a predicção é um processo básico de constituição do enunciado. Na verdade, pode até parecer uma obviedade dizer que normalmente falamos por predicções, entretanto essa afirmação não é de aceitação tão óbvia, podendo ser invocado como objeção a ela o fato de que vários enunciados não constituem predicções, e até trechos de textos ou textos inteiros (não canônicos, convenhamos) se constroem sem predicções. (NEVES, 2018 [2006], p. 35)

2.1.1. O processo de ‘predicar’

Há uma noção inicial a apontar, que é esta colocação do processo de ‘predicar’ como o básico na constituição dos enunciados, a partir do fato de que os textos não podem ser construídos sem que se acione a ‘predicção’, ou seja, a atribuição de predicados (em princípio nucleados por verbos) a sujeitos. Com certeza a ninguém escapa que, na realidade do uso de linguagem, é muito comum a construção de enunciados que não abrigam predicção, por exemplo um “Nossa!” de admiração, ou um “Chiii...” de decepção, ou ainda um “Hum.” de concordância mal concedida. Até trechos de textos, ou mesmo textos inteiros dessa natureza são encontrados, entretanto, sem nenhuma dúvida, eles são não canônicos. Acresce a necessidade de atenção para enunciados que trazem apenas o predicado (o verbo), sem sujeito, como em “Choveu muito.”, e essa é uma questão a ser apreciada dentro do sistema da língua, lembrando-se que normas rígidas, previamente distribuídas sem respaldo nos usos, são com frequência discutíveis.

De qualquer forma, como está em Neves (2018 [2006]), com citação de Dik (1985, 1989, 1997), os textos canônicos constituem, na base, o acionamento de um conjunto de estruturas de predicado e um conjunto de termos, os quais, inseridos nos predicados, formam as predicções.

2.1.2 A categoria central implicada: o verbo

O verbo é ‘central’, na construção da predicação, que, afinal, é o processo a ser examinado, aqui, como peça fundamental da organização do texto todo, não apenas das frases, vistas avulsamente. Há categorias gramaticais – tempo, aspecto e modo – que cabe ao verbo expressar, para compor predicações, no enunciado, mas essa indicação modo-temporal do verbo é, necessariamente, complexa, e, a partir daí, multiplamente interveniente no todo da linguagem. Ora, nesse termo nomeado como “tempo” (incluído dentro de um “modo”, e, portanto, soldado a ele) ainda está envolvida a relevante categoria “aspecto”, em um todo que se aciona a serviço de uma complexa categoria modal de expressão (não importa se, na maior parte das vezes, o que existe é um simples elemento mórfico significativo). Cada uma dessas três categorias, na elaboração do enunciado, ou na sua interpretação (na recepção), submete-se ao quadro referencial das outras duas, tudo regrado e sustentado pelo sistema da língua, e a serviço da linguagem, mas, justamente por isso, tudo sujeito a interpenetração e a fluidez, nas zonas de definição.

A categoria ‘verbo’, assim investida de centralidade predicativa já em toda a história das ideias linguísticas, entra na composição do seu papel na construção da linguagem, em primeiro lugar, pelo acionamento da estrutura argumental, cujos pontos fortes de sustentação estão não apenas nas incursões teóricas feitas em termos de relações lógico-semânticas (BONDZIO, 1971), mas também, e especialmente, no desenrolar dos estudos da ciência linguística, em princípio semânticos, e em princípio submetidos a uma sintaxe, mas, no seu todo, apenas resolvidos com uma integração funcional da pragmática⁵.

5 Obviamente a obra Neves (2018 [2006]) não deixa de tratar o fato de que nem todos os verbos acionam uma estrutura argumental (ou seja, nem todos são núcleos de predicado), mas todos têm o seu papel na predicação (verbos de ligação, verbos-suporte, verbos auxiliares, verbos modais).

2.1.3 O modo de realização

No modo de realização das predicções entram, com grande relevância, as escolhas pragmáticas de padrões sintáticos, na dependência do fluxo informacional no discurso. É no nível pragmático que se situa a questão do modo de realização dos diversos objetos de discurso que se articulam com o predicado: se com sintagma nominal, se com pronome pessoal ou se em forma zero (elipse). Essas questões não dizem respeito apenas à superfície expressional do texto, pois cada um desses modos de realização tem um valor, e de nenhum modo é aleatória a diferença de escolha. Exemplo privilegiado é o modo da realização do sujeito: em um determinado ponto do enunciado, por exemplo, um sintagma nominal se faz necessário, não por sua forma superficial em si, mas com certeza porque essa posição tópica requer o provimento de uma especificação descritiva da entidade referenciada, e isso não se obteria nem com o pronome pessoal nem com o zero, pelo contrário isso exige sintagma com um núcleo ‘nome comum’. Lembre-se, ainda, a pressão da continuidade tópica do discurso que, nas construções transitivas, leva à manutenção de protagonistas (geralmente instituídos como sujeitos oracionais, e muito frequentemente do tipo “+Humano”, o que dispensa núcleo substantivo para as novas menções, diferentemente do que ocorre com os objetos diretos (geralmente do tipo “+Não animado”), que são mais variados, mais efêmeros, exatamente porque mais frequentemente portadores de informação nova⁶. Outras resoluções sintáticas que, em análises feitas, mostraram-se muitas vezes resolvidas por simples ‘preferência’ (portanto, pragmaticamente) foram,

6 É relevante a atenção para o que se tem denominado como ‘estrutura argumental preferida’ (DU BOIS, 1985, 1987; ENGLAND & MARTIN, s/d; KUMPF, 1992; ASHBY & BENTIVOGLIO, 1993; BENTIVOGLIO, 1994; e, para o português, DUTRA, 1987, NEVES, 1994, BRITO 1996, ANTONIO, 1998, PEZATTI, 2002 e MELO (2017)), que assim se pode explicitar, de modo genérico: numa oração transitiva é muito mais frequente que o objeto direto, e não o sujeito, seja preenchido com sintagma nominal, exatamente porque a posição de sujeito é, em geral, de informação já conhecida.

por exemplo, a expressão, ou não, de um sujeito ‘redundante’, porque já evidencializado na desinência verbal⁷. Essas são importantes verificações de escolhas pragmáticas para padrões sintáticos, as quais ocorrem – muito significativamente – em dependência do fluxo de informação no discurso, portanto, ‘funcionalmente’.

2.2 Referenciar. Ou: A criação da rede referencial na linguagem (instruída pelas predicções)

No processo da língua em uso, os participantes de um discurso negociam o universo de discurso de que falam, e, dentro dele, num determinado momento, escolhem referir-se a algum (alguns) indivíduo(s) cuja identidade estabelecem – ou não – segundo queiram – ou não – garantir a sua existência nesse universo. Isso significa que referenciação envolve interação, e, conseqüentemente, intenção. (NEVES, 2018 [2006], p. 75)

2.2.1 O processo de ‘referenciar’

É na interação linguística – obviamente – que os falantes compõem seus enunciados instituindo os referentes que, oriundos de uma construção mental, e não de um mundo real, representarão, na organização sintática, os termos das predicções, o que significa que a primeira noção de referência é a de uma ‘construção’ de referentes. Por outro lado, na outra ponta da interação linguística, revela-se uma segunda noção de referência, que é a de ‘identificação’ de referentes. É assim que se pode falar, com Dik (1997, p. 129), em dois modos de referenciar textualmente, o construtivo e o identificador: no modo construtivo o falante usa um termo para que o ouvinte construa um referente para esse termo e introduza esse referente em seu modelo mental; no modo identificador, por outro lado, o falante usa um termo para que o ouvinte

7 Para a questão do preenchimento, ou não, da casa do sujeito de primeira pessoa, veja-se Goulart (2019).

identifique um referente que já de algum modo esteja disponível, mediante uma fonte para a identificação.

Como já bem pontua Lyons (1977, p. 177), a expressão linguística, usada numa ocasião particular e sob condições relevantes, tem seu referente, mas o que sobleva é a noção de que é o falante que faz referência, o que se pode indicar no fato de que, no ato de referir-se, ele ‘usa’ (‘escolhe’) a expressão referencial. Essa indicação resulta na simples mas significativa noção de que, quando se busca ver / perceber / captar a que é que se refere uma determinada expressão, na verdade se está buscando ver / perceber / captar a que é que o falante se refere quando usa essa expressão.

Vista a referência em sua instanciação nos usos – ou seja, não vinculada à pressuposição de ‘existência’, que não é o que importa, em linguagem – os processos de interpretação referencial cada vez mais se abrigam em uma visão pragmática, na qual preferentemente entram em conta inferências ligadas ao contexto da enunciação e ao conhecimento partilhado, não regras fixas ou convencionais, ligadas às expressões em si, que quase mecanicamente liberariam esses referentes (KLEIBER, 1994, p. 11). Nessa visão, o que se entende é que não basta recuperar o referente, é preciso avaliar o modo como esse referente é dado.

Pode-se dizer que a referenciação textual é bem-sucedida quando o ouvinte consegue identificar o referente do discurso no ponto em que essa identificação é necessária, e o sucesso depende do grau de acessibilidade e de identificabilidade disponibilizado pelo falante na distribuição de informação (do ‘dado’ e do ‘novo’) do texto que ele compôs. Quanto à acessibilidade, Toole (1996) identifica graus, que assim se resumem: (i) entidades que são mencionadas primeiro têm acessibilidade mais elevada e mantêm a acessibilidade por mais tempo; (ii) quanto mais explícita uma anáfora, mais ela elimina elementos não referenciais e implica seu próprio referente. Quanto à identificabilidade, Chafe (1996) oferece uma série de componentes, que, interessantemente, dizem respeito a categorias ligadas ao falante a ao ouvinte,

ou seja, à interação: compartilhamento de conhecimento, rigor de formulação e capacidade de escolha adequada, por parte do falante, do exemplar mais saliente da categoria, dentro daquele contexto.

E quanto às potenciais fontes da disponibilização de referentes, a lição de Dik (1997, p. 131) relaciona: a informação de longo termo de que dispõem os interlocutores; a informação introduzida em segmento precedente do texto; a construção do referente com base em informação perceptualmente disponível na situação; a inferência da identidade do referente a partir de informação disponível em qualquer das outras fontes já indicadas.

2.2.2 A categoria central implicada: o sintagma (pro)nominal

Quando se fala em objetos de discurso fala-se em referência nominal, o que, representacionalmente, vai aos sintagmas nominais. E são dois os grandes tipos de referência nominal no texto, a definida e a indefinida, que Givón (1984, p. 399) conceitua dentro de um contrato comunicativo que assim se explicita: o falante codifica um sintagma nominal referencial como definido quando supõe que o ouvinte é capaz de atribuir-lhe referência única (o que depende de acessibilidade dêitica da situação ou de acessibilidade referencial de um arquivo permanente) e codifica um sintagma nominal referencial como indefinido quando supõe que o ouvinte não é capaz de atribuir-lhe referência única (o que pode implicar referências subsequentes, que levam tal referente para o arquivo ativo do ouvinte). Novamente aí sobreleva a interação linguística.

Não se trata, pois, da pura ‘referencialidade’ das expressões em si, trata-se da ‘referenciação’ que se costura na tessitura textual e que envolve, mais particularmente, entidades referenciais definidas, as quais, no geral das línguas, são codificadas por uma variedade muito maior de meios do que as indefinidas. Em português, nós as temos referidas da seguinte maneira: por um sintagma nominal instanciado para uma identificação (com o ouvinte direcionado para identificar o referente definido dentro do seu arquivo

permanente); por um pronome pessoal (**ele**); por um fórico espacial (**esse, este**); etc. O grande destaque é que os sintagmas nominais definidos não são puros rótulos denominativos, eles são portadores de uma “descrição definida” (RUSSELL, 1905, *apud* LYONS, 1977, p. 179). E a tal ponto Lyons (1977) põe isso em relevo que ele chega a considerar que seria mais fácil existirem línguas sem nomes próprios do que línguas sem essas expressões nominais definidas.

Algo a destacar na expressão dos sintagmas que operam a referenciação costurada no texto é o envolvimento pragmático na motivação das escolhas, o que é bem visível nos casos de eventuais expressões de leitura correferencial. Como discute Levinson (1987; 1991), se o falante quer expressar correferência, ele preferirá, sempre que possível, a menor expressão para preencher aquela casa referencial: zero a pronome, e pronome a sintagma nominal pleno. Por outro lado, porém, verifica-se grande frequência de sintagmas nominais correferenciais plenos, o que destaca situações que pedem algum efeito especial sobre a correferência, ou provendo algum relevo para ela, ou especificando-a com informação nova relevante, ou aportando algum desvio em relação à configuração assentada; etc. Novamente está aí a pragmática no comando.

Uma das formas mais significativas de categorizar referencialmente é a nominalização, uma “operação discursiva que consiste em referenciar, por meio de um sintagma nominal, um processo ou um estado anteriormente expresso por uma oração” (APOTHÉLOZ, 1995, p. 144; APOTHÉLOZ e CHANET, 1997, p. 160), e essa é uma das realizações mais complexamente resolvidas, tanto em termos de expressão quanto em termos de interpretação.

2.2.3 O modo de realização

Por outro lado, na visão da construção textual-discursiva, pode-se falar no modo de instituição de objetos de discurso que povoarão os textos, montando uma rede em que referentes são introduzidos como tais (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995), e como tais são mantidos,

segundo determinadas estratégias dependentes da formulação textual-discursiva. Essa formulação prevê uma teia em que se monta a organização informativa, numa direção que abriga tanto manutenção referencial (preservação de referentes introduzidos) quanto progressão (introdução de novos referentes), ou, ainda, reintroduções, abandonos ou projeções referenciais, tudo a serviço do fluxo de informação a ser partilhado interacionalmente, com as marcas interpessoais que se criam.

O ponto central é que uma explicitação que se faça sobre referencialização já entra relacionada a objetos de discurso, e não a objetos de uma realidade qualquer, e, por aí, tem-se de voltar ao fato já apontado de que a referencialização textualmente operada liga-se a uma complexa relação entre entidades definidas e entidades indefinidas, jogo que os interlocutores manipulam absolutamente dentro da negociação que estabelecem no universo discursivo. Como mostra Givón (1984, p. 390), problemas de interpretabilidade de referências textuais definidas não são questão de haver, ou de não haver, um referente no mundo real, são questão de o falante ter em mente – ou não ter em mente – algum indivíduo particular que corresponda a uma determinada descrição. Ou seja, é questão de o falante pretender – ou não – que esse indivíduo seja referencial.

Assim, o texto é uma criação discursiva que abriga um percurso referencial, mas esse percurso se submete ao universo de entidades que se organizam discursivamente, não se limitando a uma instituição linear de anáforas ou catáforas textuais, de insistências referenciais que hão de ser buscadas, identificadas e simplesmente rotuladas para compor algum quadro a ser exibido em algum relato de estudo e análise. A avaliar existe o entrecruzamento entre o percurso fórico das entidades referenciais e a distribuição pragmaticamente discursiva das unidades informativas, podendo uma unidade temática topicamente saliente erigir-se em ponto de apoio de retomadas textuais sem que simplistamente se considere que o sintagma foi colocado no texto apenas para sustentar construtivamente essas retomadas. Não se trataria da ‘língua em função’.

Considerações finais

Este capítulo limitou-se ao resgate de apenas dois dos ‘processos de constituição do enunciado’ de que o texto-mote deste capítulo (NEVES, 2018[2006]) trata, ou seja, apenas ‘predicação’ e ‘referenciação’ foram os processos discutidos. Isso poderia parecer estranho, já que a predicação tem seu limite na unidade sintática ‘oração’ (simples ou composta / complexa) e, decorrentemente, a referenciação também terá seus elementos funcionais instanciados exatamente dentro dessa unidade. Ou seja, é verificável que os ‘referentes textuais’ são pontuados exatamente nas diversas casas sintáticas internas à organização sintagmática das orações.

Entretanto, a proposição do texto foi exatamente esta: a de defender que o fato de as propostas de uma análise linguística funcionalista definirem-se como de atenção dirigida aos ‘enunciados’ efetivos da interação linguística (os ‘textos’), não significa negar-se a obtenção de uma configuração ‘funcional’ dos processos de constituição do enunciado desde o mais interno da – e a partir da – organização construcional (a sintagmatização) dos enunciados. Por outro lado, a limitação à entidade sintática não tem representatividade explanatória, se o que se investiga é o uso linguístico.

Lembre-se que, falando especificamente dos referenciadores textuais, a Introdução deste texto disse que se propunha reconhecer, de partida, que as unidades que entram na composição dos enunciados são necessariamente heterogêneas, “algumas delas dando pontos de costura no mais interno das sintagmatizações, outras dando pontos largos na extensão mais ampla das amarrações semanticamente instruídas, transcendendo os rígidos limites da estruturação sintática”. E essa é a zona intensa das significações e dos efeitos em linguagem.

Os referentes que se constituem no texto – seja por menção explícita de objetos de discurso, seja por construção inferencial a partir de situações descritas – compõem o que Fant (1984) aloca no ‘conjunto temático’ do texto, exatamente o domínio do jogo em que se entrecruzam a referenciação

textual propriamente dita – aí incluída a correferenciação – e a referenciação tópica, aquela que cria e relaciona as entidades que têm papel no fluxo da organização informativa do texto. Afinal, nascida e mantida que é pela organização das predicções (com os predicados exigindo argumentos, no cumprimento de papéis semânticos em cada ‘casa’ da sintaxe), a rede referencial textual, entretanto, constrói uma rede semântica que leva os valores de significação para além do limite de cada casa argumental de uma determinada proposição. Trata-se, pois, da organização semântica do texto (centro da ‘coesão textual’), e com a contraparte de organização tópica, absolutamente implicada no ‘texto em função’, que nada mais é do que o texto entendido na sua funcionalidade de peça, por excelência, de interação linguística, na interpessoalidade da linguagem.

Referências bibliográficas

ANTONIO, J. D. A estrutura argumental preferida em narrativas orais e em narrativas escritas. **Veredas**, v.3, n.2, 1998, p. 59-66.

APOTHÉLOZ, D. Nominalisations, référents clandestins et anaphores atypiques. **TRANEL** (Travaux neuchâtelois de linguistique), n. 23, 1995, p. 143-173.

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BEGUELIN, M. J. Construction de la référence et stratégies de désignation. **TRANEL**, n. 23, 1995, p. 227-271.

APOTHÉLOZ, D.; CHANET, C. Défini et démonstratif dans les nominalisations. In: MULDER, W. et al. (eds.). **Relations anaphoriques et (in)cohérence**. Amsterdam: Rodopi, 1997, p. 159-186.

ASHBY, W. J.; BENTIVOGLIO, P. Preferred argument structure in spoken French and Spanish. **Language Variation and Change**, v. 5, 1993, p. 61-76.

BEAUGRANDE, R. **Introduction to the Study of Text and Discourse**. Wien: Universitäts Verlag (pré-impressão), 1993.

BENTIVOGLIO, P. Spanish preferred argument structure across time and space. **D.E.L.T.A.**, v. 10, 1994, p. 277-293.

BONDZIO, W. Valenz, Bedeutung und Satzmodelle. In: HELBIG, G. (ed.). **Beiträge zur Valenztheorie**. Halle (Saale): Max Niemeyer Verlag, 1971, p. 85-106.

BRITO, C. M. C. **A transitividade verbal na língua portuguesa: uma investigação de base funcionalista**. Araraquara, 1996. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1996.

CHAFE, W. L. Inferring identificability and accessibility. In: FRETHEIM, T.; GUNDEL, J. K. **Reference and referent accessibility**. Amsterdam: John Benjamins, 1996, p. 37-46.

COSERIU, E. **Competencia lingüística**. Elementos de la teoría del hablar. Tradução espanhola de Francisco Meno Blanco. Madrid: Gredos, 1992 [1988].

DIK, S. C. **Functional Grammar**. Dordrecht-Holland/ Cinnaminson- U.S.A: Foris Publications, 1978.

DIK, S. C. **Studies in functional grammar**. London; New York: Academic Press, 1980.

DIK, S. C. Formal and semantic adjustment of derived constructions. In: BOLKESTEIN, A. M.; GROOT, C.; MACKENZIE, J. L. (eds.). **Predicates and Terms in Functional Grammar**. Dordrecht-Holland/ Cinnaminson: Foris Publications, 1985, p. 1-28.

DIK, S. C. **The Theory of Functional Grammar**. Dordrecht-Holland/ Cinnaminson-U.S.A.: Foris Publications, 1989.

DIK, S. C. **The Theory of Functional Grammar**. Ed. by Kees Hengeveld. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DU BOIS, J. W. Competing Motivations. In: HAIMAN, J. (ed.) **Iconicity in Syntax**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1985, p. 343-365.

DU BOIS, J. W. The discourse basis of ergativity. **Language**, v. 63, 1987, p. 805-855.

DU BOIS, J. W. La estructura argumental preferida y el cero absolutivo. **ALFAL**, MS: Veracruz, 1993.

DUTRA, R. The hybrid S category in Brazilian Portuguese: Some implications for word order. **Studies in Language**, v.11, 1987, p. 163-180.

ENGLAND, N.; MARTIN, L. **Issues in the application of preferred argument structure analysis to non-pear stories**. MS: Cleveland State University, s/d.

FANT, L. **Estructura informativa en español: Estudio sintáctico y entonativo**. Upsala: Upsala Universitet, 1984.

GIVÓN, T. **On understanding Grammar**. New York: Academic Press, 1979.

GIVÓN, T. **Syntax: a Functional Typological Introduction**, vol. I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1984.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins publishing Company, 1995.

GOULART, F. V. **Ninguém fala assim!:** idealização e realidade na representação da fala espontânea. 2019. 88 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

HALLIDAY, M. A. K. **Explorations in the functions of language**. London: Edward Arnold, 1973.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar**. London: Edward, Arnold Publishers, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

HENGEVELD, K. (ed). **DIK: The Theory of Functional Grammar 2**. Berlin-New York: Mouton de Gruyter, 1997.

KLEIBER, G. (ed.) **Anaphores et pronouns**. Bruxelles: Duculot, 1994.

KUMPF, L. E. Preferred argument in second language discourse: a preliminary study. **Studies in Language**, v. 16, n.2, 1992, p. 369-403.

LEVINSON, S. C. Minimization and conversational inference. In: VERSCHUEREN, J.; BERTUCELLI-PAPI, M. (eds.). **The pragmatic perspective**. Selected papers from the 1985 International Pragmatic Conference. Amsterdã: J. Benjamins, 1987, p. 61-129.

LEVINSON, S. C. Pragmatic reduction of the binding conditions revisited. **Journal of Linguistics** v.27, 1991, p. 107-161.

LYONS, J. **Semantics**. London: Longmans, 1977.

MACKENZIE, J. L. **What is Functional Grammar?** Comunicação apresentada no XX^o Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes. Zürich, Suisse: MS, 1992.

MELO, E. N.M. **Uma investigação funcionalista da estrutura argumental preferida e da acessibilidade de referentes em narrativas escritas destinadas ao público infantil**. Dissertação de Mestrado em Letras. Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2017.

NEVES, M. H. M. **A estrutura argumental preferida em inquéritos do NURC**. Araraquara: Mimeo, 1994.

NEVES, M. H. M. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. 2. ed. atualizada. São Paulo: Ed. UNESP, 2011 [2000].

NEVES, M. H. M. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo: Ed. Unesp, 2018.

NEVES, M. H. M. **Texto e gramática**. 8ª. ed. São Paulo: Contexto, 2018 [2006].

PEZATTI, E. G. As construções conclusivas no português falado. In: ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, A. C. S. (orgs.). **Gramática do Português Falado: novos estudos descritivos**. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP. v. 8, 2002, p. 185-226.

PRIDEAUX, G. D. Processing strategies: a psycholinguistic neofunctionalism?. In: DIRVEN, R.; FRIED, V (ed.s). **Functionalism in linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1987, p. 297-308.

RUSSELL, J. R. On denoting. **Mind**, v. 14, 1905, p. 479-493.

TOOLE, J. The effect of genre on referential choice. In: FRETHEIM, T.; GUNDEL, J. K. **Reference and referent accessibility**. Amsterdam: John Benjamins, 1996, p. 263-290.

Las paremias en el *Tesoro* de Covarrubias (1611)¹

Saws and Proverbs in Covarrubias' *Tesoro* (1611)

Maria do Carmo Henriques Salido*

RESUMEN

En este trabajo se estudian las “sentencias breves” —el término *paremia* es la categoría que abarca los dos subtipos más frecuentes en el *Tesoro*, los refranes y los proverbios—. Se eligen los *adagios*, *aforismos*, *axiomas*, *proverbios* y *refranes*, marcados por el autor con presentadores paremiológicos y grupos o combinaciones de palabras, señalados en el artículo lexicográfico como *frasis*, *dichos comunes* o *modos de hablar*. Se incluyen otras unidades que no incorporan estas indicaciones, porque parece evidente que estamos ante enunciados parcialmente similares a los citados con anterioridad. Se analizan formaciones prefijadas, sufijadas y parasintéticas.

Palabras-clave: lexicografía; paremiología; morfología léxica; sufijación homogénea apreciativa.

Articulista convidado

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.485>

*Universidade de Vigo, mcsalido@uvigo.es

-
- 1 Damos por reproducida la información publicada en **CONFLUÊNCIA**, en nuestro artículo ‘Os advérbios de lugar no Tesoro de Covarrubias (1611)’, sobre “o primeiro grande tesoureiro do idioma”, número 48 – 1º semestre de 2015, p. 31 - 49, específicamente la nota biográfica e investigaciones nucleadas en torno a ángulos poco explorados como los que se refieren al campo del derecho, la terminología jurídica, las fuentes del Derecho Romano (Henríquez 2005, 2010, 2012, 2014a, 2014b, 2014c; Henríquez ; de No 2010) y los advérbios de lugar (Henríquez 2015). Con posterioridad hemos publicado dos estudios más: ‘La descripción y explicación de la preposición en el *Tesoro* de Covarrubias’ (2016) y ‘La descripción y explicación del adverbio en el *Tesoro* de Covarrubias: los advérbios de cantidad, de tiempo y de manera’ (2016), citados en la **Bibliografía**.

ABSTRACT

In this article the “sentencias breves” (‘short maxims’) are studied, the term *paremia* being used to refer to the two most frequent subtypes that occur in the *Tesoro*, i. e., saws and proverbs. Here we select, on the one hand, *adagios*, *aforismos*, *axiomas*, *proverbios* and *refranes*, which are provided by the author with paremiological marks, and, on the other hand, word groups or combinations, being marked within the lexicographic article as *frasis*, *dichos comunes* or *modos de hablar*. Other units not provided with those marks are also included, since it is evident that they are of a similar nature as those previously cited. Prefixed, suffixed and parasynthetic units are analysed.

Keywords: appreciative homogeneous suffixion, lexical morphology, lexicography, paremiology.

*Dedicado ao Professor Evanildo
Bechara, humanista, filólogo,
linguista e Amigo da Galiza*

Introducción

El *Tesoro* de COVARRUBIAS [Toledo, 7 de enero de 1539 – Cuenca, 8 de octubre de 1613] (1611)² exige un estudio desde diferentes perspectivas, porque la intención de su autor ha sido componer un libro, en el que se

-
- 2 COVARRUBIAS HOROZCO, Sebastián de (1611): *Tesoro de la lengua castellana o española*. Ed. ARELLANO; ZAFRA. Madrid/Frankfurt:Iberoamericana/Vervuert, 2006. COVARRUBIAS OROZCO, Sebastián de (1611): *Tesoro de la lengua castellana o española*. Ed. de MALDONADO, revisada por CAMARERO. Madrid, Castalia. 1995, 2ª ed. corregida. Incorpora un ‘Índice de refranes y proverbios’ (p. 1007-1028), marca en negrita la palabra en cuyo artículo aparece explicada la paremia. Ambas modernizan la grafía. Señalamos la omisión de parte del texto del diccionario, en el que se recoge la definición completa de la unidad léxica, con que se encabeza, entre corchetes [...]. No marcamos esta supresión al final de la cita, lo cual no debe ser interpretado en el sentido de que no exista más información en cada una de las divisiones del diccionario encabezadas por un lema o entrada. Modernizamos la ortografía en textos del DA. Nuestra selección de ejemplos en ningún caso puede ni pretende ser exhaustiva; destacamos en negrita la palabra en cuyo artículo se registran. Para historiadores de la lengua y filólogos recomendamos la edición de Riquer (1987).

encadenen todas las ciencias hasta llegar a formar “un círculo”, donde todas estén integradas, “para satisfacer a los sedientos del saber, que no se contentan con profesar una sola facultad”. En el proceso de “encadenar” o “recoger” la *ciencia universal*, incluye “el saber popular”, expresado en “enunciados con breves y sucintas palabras”, o “en sentencias breves recibidas de todos”, que transmiten conocimientos tradicionales, basados en la experiencia (personas mayores, preferentemente las viejas, ‘refrán de viejas: «Día de Santa Lucía, crece el día un paso de gallina»’), consideradas en su época como “autoridad indiscutible”, con el propósito de “moralizar” o “enseñar”:

[ENCICLOPEDIA]. Encyclopaedia. Es también griego, y vale tanto como ciencia universal o circular, porque todas se van encadenando unas con otras y haciendo como un círculo en que se comprehenden. Muchos graves autores han compuesto libros con este intento, de trabajo inmenso y arte admirable, para satisfacer a los sedientos de saber, que no se contentan con profesar una sola facultad.

Aunque es sabido, no está de más recordar la importancia que tiene, para el “primer gran tesorero del idioma”, la etimología, es decir, “dar el origen a todos los vocablos introducidos en la lengua castellana o española”, pero no menos relevante, es su propósito de construir “la pirámide del saber”, mediante la recogida de citas de autores antiguos o más próximos, de quienes se considera “deudor”, procedentes de campos científicos muy heterogéneos. Sin embargo, habida cuenta de la época en que le tocó vivir, es evidente que “Covarrubias cita de memoria, es en sí mismo irregular, y su *Tesoro* no tiene rigor seguro” (ARELLANO, 2006, p. XXXI), defectos menores ante la ingente información de que podían, y pueden disponer en la actualidad, los lectores de este libro, fruto de un “trabajo inmenso y arte admirable”.

En este artículo se estudian las “sentencias breves”, antiguas y de uso popular, cuya finalidad era recogerlas y comentarlas, para que sirviesen de advertencia y adoctrinamiento (carácter o propósito didáctico). Muchos de estos ejemplos tienen que ver con acertijos, adivinanzas, apólogos, axiomas

entre los médicos, chistecillos, cuentecillos, epigramas, fábulas o proverbios latinos, y que, tradicionalmente, se han considerado parte de la familia proverbial. El interés por la recopilación de refranes y proverbios y otras formas fijas es notorio en los siglos XVI, XVII y XVIII. El primer diccionario académico (DRAE, 1726-1737), también conocido por *Diccionario de autoridades* (DA), al tomar como referente destacado a nuestro lexicógrafo, selecciona una abundante nómina de “sentencias breves”:

La Léngua Española, siendo tan rica y poderosa de palabras y locuciones, quedaba en la mayor obscuridad, pobreza è ignorancia [...] sin tener otro recurso, que el libro del Thesoro de la Léngua Castellana, ò Española, que sacó à luz el año de 1611. Don Sebastian de Covarrubias [...] Es evidente que à este Autór se le debe la glória de haver dado principio à obra tan grande, que ha servido à la Académia de clara luz en la confusa obscuridad de empresa tan insigne; pero à este sabio Escritor no le fue fácil agotar el dilatado Océano de la Léngua Española, por la multitud de sus voces (DA, 1726, Prólogo, tomo I, p.1).

Como concepto genérico general, que examinaremos en los párrafos siguientes, consideramos que las paremias constituyen enunciados autónomos con sentido completo, no conmutables por unidades léxicas univocales; el requisito de la brevedad era imprescindible, para que pudiesen integrarse en el discurso, con la finalidad de favorecer su memorización por los hablantes. Desde el punto de vista semántico, si bien existen determinados tipos de claridad, registramos solamente algunos ámbitos temáticos: alimentos, animales, calendario, cuerpo humano, familia, forense, lugares, mujer y salud, que en muchos casos se entrecruzan.

Es notoria la falta de homogeneidad entre la terminología y las clasificaciones, propuestas en los estudios fraseológicos, sobre si se debe utilizar el término *unidad fraseológica* o hablar de “discurso repetido”. COSERIU (1977) distingue entre lo que denomina la «técnica del discurso» y el «discurso repetido»:

Las «lenguas» son ante todo técnicas históricas del discurso (o del «hablar»), pero las tradiciones lingüísticas distan mucho de contener sólo «técnica para hablar» [...]. «La “técnica del discurso” abarca las unidades léxicas y gramaticales (lexemas, categoremas, morfemas) y las reglas para su modificación y combinación en la oración [...]. El «discurso repetido» abarca todo lo que tradicionalmente está fijado como «expresión», «giro», «modismo», «frase» o «locución» y cuyos elementos constitutivos no son reemplazables o re-combinables según las reglas actuales de la lengua. [...]. Precisamente, nos parece que habría que distinguir tres tipos, a los que podemos llamar, provisionalmente, «equivalentes de oraciones», «equivalentes de sintagmas» y «equivalentes de palabras».

Ciertas unidades del «discurso repetido» (frases metafóricas, proverbios, dichos sentencias, «wellerismos», refranes) sólo son conmutables en el plano de las oraciones y de los textos, con otras oraciones y con textos enteros. [...] Son, en realidad, textos y fragmentos de textos que, en el fondo, constituyen documentos literarios: una forma de la «literatura» [...] englobada en la tradición lingüística y transmitida por la misma. Así, los refranes son una forma de la literatura popular española [...]. Por consiguiente, es un error atribuirles a la lexicología (COSERIU, 1977, p. 113-116).

Aunque el estado de la cuestión sobre los proverbios y refranes y la fraseología, en la actualidad, sigue siendo objeto de debate, hay autores que abogan por una concepción amplia de la fraseología, en la que tendrían cabida los enunciados sentenciosos, y lingüistas que no comparten este criterio. Habría una diferencia fundamental: las unidades fraseológicas serían conmutables por “equivalentes de sintagmas” y “equivalentes de palabras”; por el contrario, los proverbios y refranes “solo son conmutables en el plano de las oraciones”, funcionarían como “oraciones mismas”.

Respecto a los antecedentes, en la historia de la literatura española es obligado citar, entre otros, a JUAN RUIZ, arcipreste de Hita, y su obra el *Libro de buen amor* (conservado en dos códices, el de Toledo de 1330 y el de Salamanca de 1343). ÍÑIGO LÓPEZ DE MENDOZA (1398-1458), Marqués de Santillana, al que se le atribuyen *Los refranes que dicen las viejas tras el*

fuego (Sevilla, 1508). La *Comedia, Tragicomedia de Calisto y Melibea* o *La Celestina* (1499) [donde es patente el diferente uso del lenguaje de los amos y los criados, motivo por el que la materia paremiológica presenta un papel destacado, citada en el *Tesoro* [PARED. «A Dios paredes», proverbio de la madre Celestina]. La frecuente cita de refranes por parte de Sancho Panza, el escudero de ‘don Quixote’, recurso con el que CERVANTES (1547-1616) caracteriza el lenguaje de los villanos [personas que habitaban una villa, por oposición a los hidalgos]:

—También, Sancho, no has de mezclar en tus pláticas la muchedumbre de refranes que sueles, que, puesto que los refranes son sentencias breves, muchas veces los traes tan por los cabellos, que más parecen disparates que sentencias.

—Eso Dios lo puede remediar —respondió Sancho—, porque sé más refranes que un libro, y viénenseme tantos juntos a la boca cuando hablo, que riñen por salir unos con otros [...].

—¡Eso sí, Sancho! —dijo don Quijote—. ¡Encaja, ensarta, enhila refranes que nadie te va a la mano! ¡Castígame mi madre y yo trómpogelas! Estoyte diciendo que excuses refranes, y en un instante has echado aquí una letanía de ellos. [...] Mira, Sancho, no te digo yo que parece mal un refrán traído a propósito, pero cargar y ensartar refranes a trochemoche hace la plática desmayada y baja (*El Quijote*, SEGUNDA PARTE, CAPÍTULO XLIII).

En otro nivel de relevancia, en Europa destaca la colección de *Adagios* latinos (con varias ediciones desde 1500 a 1536) de ERASMO DE ROTTERDAM, algunos de los cuales recoge nuestro lexicógrafo.

Para elaborar el presente trabajo, elegimos las “sentencias breves” (*adagios, aforismos, axiomas, proverbios y refranes*), marcadas por el autor con presentadores paremiológicos, que muestran formulaciones o fórmulas variadas, y las combinaciones de palabras que funcionan como elementos sintácticos de las oraciones en que se integran, señaladas en el correspondiente artículo lexicográfico como *frasis, dichos comunes* o *modos de hablar*. Se

seleccionan otras unidades, que no van precedidas o seguidas de indicadores o comentarios del autor, en las que se desprende que estamos ante unidades similares a las anteriores. En los ejemplos, reproducidos a continuación, se observa que en un mismo conjunto no sabemos si estamos ante *refranes* o *proverbios* (*a cada puerco le viene su San Martín; tres cosas echan al hombre de su casa, el humo, la gotera y la mujer vocinglera; casa con dos puertas, cuando más cerradas, tenlas por abiertas*):

CADA. Este término no se halla si no es en compañía de otro [...]. «**Cada bohonero alaba sus agujas**». Cada ruin se atreve. Recibe estas partículas: *a, con, de, en, por tras*. Ejemplos: «**A cada puerco le viene su San Martín**», «**Con cada millar de gallinas un par**».

CASA. Habitación rústica, humilde, pobre [...]. «**Por mejoría, mi casa dejaría**»; buena es la casa propia y la patria, pero si se ofrece ocasión de acrecentamiento bien se puede dejar. «**A quien Dios quiere bien, la casa le sabe**»; porque al bueno, aunque esté arrinconado, Dios le busca, cuando al servicio suyo conviene. [...] «**Tres cosas echan al hombre de su casa, el humo, la gotera y la mujer vocinglera**». «**Casa con dos puertas, cuando más cerradas, tenlas por abiertas**». «**En casa llena presto se guisa la cena**».

En los siglos XVII y XVIII resultaba dificultoso establecer las fronteras entre los *modismos* (*dichos comunes, maneras de hablar, modos de hablar*) y las *paremias* (*refranes y proverbios*), dificultad que justifica que hayan sido objeto de debate³. COVARRUBIAS define *frasis* como un “modo de hablar, elegancia en el decir”, por *frase* interpreta una “locución u dicción”.

3 A modo de aclaración, se reproducen ideas recogidas por CORPAS (1997), que sintetizan los postulados de diversos autores: a) las paremias ofrecen un alto grado de generalidad frente a las locuciones, que se refieren a situaciones precisas [...]; b) las paremias constituyen enunciados introducidos como tales en el discurso, y no permiten cambios salvo los de concordancia; mientras que las locuciones permiten ciertas transformaciones e inserciones, funcionando como elementos sintácticos de las oraciones en la cuales se integran; c) las locuciones forman parte del sistema de la lengua, mientras que las paremias son unidades del habla. [...] (CORPAS, 1997, p. 134-135).

Distingue las usadas por la “gente común y vulgar” (*ciégale, San Antón*), las “vulgares” (*el que escupe al cielo, a la cara se le vuelve*), las procedentes de la “Escritura” (*el hombre pone y Dios dispone*), las frasis hebreas (*cierto, cierto; comerásele en un bocado, no tiene para empezar en él*) y las “galanas” (*no sabéis dónde me aprieta el zapato*):

ARENA. [...] Usamos deste nombre en varias frasis. «**De eso hay más que arena**», *id est*, hay en abundancia.

CEGAR. [...] Y volviendo a la palabra cegar, tenemos algunas frasis, aunque de la gente común y vulgar, como: «**Ciégale, San Antón**», al que va a hacer alguna cosa mala, deseando que aunque tope con lo que va a buscar no lo vea.

CIELO. [...] Hay algunas frasis vulgares [...] Y «**El que escupe al cielo, a la cara se le vuelve**». Eso será como dar una puñada en el cielo, por un imposible. [...] «**Hacer del cielo cebolla**», cuando nos dan a entender una cosa por otra.

CIERTO. [...] «**Cierto, cierto**», certísimo; frasis hebrea.

COMER. [...] Hay una frasis castellana: «**Fulano come diez mil ducados de renta**», no porque se los coma todos, sino porque debajo deste término comer se comprehende el sustentar la casa de todo lo necesario. [...] Hablando de dos contrarios, en razón de valentía, solemos decir: «**Comerásele en un bocado, no tiene para empezar en él**»; es frasis hebrea.

+**DISPONER.** (Añade). «**El hombre pone y Dios dispone**». Frasis de la Escritura.

[**MAZA**]. Maça. [...] hay una frasis que dice: «**Dale con el mazo de apretar**».

ROSO. Es lo mesmo que rojo, y dicese de la fruta que está ya madura y ha tomado su color rojo [...] y de aquí nació una frasis castellana: «**No dejar roso ni veloso**», que es llevarse lo maduro y lo que está por madurar; tal es la condición de la muerte, que se lleva niños y viejos.

[**ZAPATO**]. Çapato. [...] Hay algunas frasis galanas: «**No sabéis dónde me aprieta el zapato**»; esto responde el hombre que, aunque sea necio, sabe más en su casa que el cuerdo en la ajena. «**Como tres con un zapato, que el primero que se levanta ése le calza**», dicese de la cosa de la cual muchos se sirven della, y ése la lleva que la previene, con la incomodidad de los demás.

Tampoco están claras las fronteras entre los *refranes o proverbios* y los *modos de hablar*. COVARRUBIAS cataloga como modos de hablar: *saltar como granizo en albarda; amén, amén, al cielo llega; son parecidos como un güevo a otro; tal mercadería vale un güevo; válelo como un güevo una blanca; viénele muy ancho*. Sería un proverbio *sobre un güevo pone una gallina* (señalado por el autor en el artículo encabezado por la voz **poner**). Estamos ante locuciones, adjetivos, pronombres o adverbios de manera en los ejemplos: *su calla, callando* ‘calladamente’, *tantas en ancho* ‘no exceptuando ninguno’; *son parecidos como un güevo a otro* = iguales; *tal mercadería vale un güevo* = ‘barata’:

ALBARDA. [...] Deste nombre albarda hay algunos proverbios y modos de hablar: al que tienen por necio decimos que es **un albarda**, por no decir derechamente que es un asno enalbardado. «**Saltar como granizo en albarda**», del que neciamente se siente y alborota.

AMÉN. Es palabra hebrea [...] En nuestro vulgar tenemos algunas maneras de hablar, como: «**Amén, amén, al cielo llega**»; que es tanto como decir: las plegarias de los justos, o las voces de los pobres injuriados, llegan a las orejas de Dios cuando piden justicia de los agravios que reciben o galardón de los beneficios que les hacen.

ANCHO. Lo espacioso, lo holgado, contrario de lo estrecho, angosto, apretado [...]. Deste nombre tomamos algunos modos de hablar, como: [...] «**Tantas en ancho como en largo**», cuadrada y cumplidamente.

CALLAR. [...] Hay algunos proverbios españoles, que no es razón dejarlos de poner aquí [...] «**Su calla callando**», por calladamente, término usado en el lenguaje vulgar.

CHICO. Vale cosa pequeña [...]. Hay algunas maneras de hablar que usan deste vocablo, como: [...] «**Chicos y grandes**», no exceptuando ninguno.

GÜEVO. [...] Tenemos algunos refranes y modos de hablar usando el término güevo, como: «**Son parecidos como un güevo a otro**». [...] y en aquel tiempo debía valer un maravedí cuando mucho, pues para dar a entender que una cosa se vendía barata, decían: «**Tal mercadería vale un güevo**».

Las denominaciones que reciben estas sentencias breves o frases cortas, generalmente de origen popular, en la lengua portuguesa presentan cierta similitud con la que registramos en repertorios lexicográficos de la lengua española. Así, al consultar el diccionario HOUAISS (2001) podemos comprobar que existe una evidente semejanza entre *anexim*, *máxima*, *parémia*, *provérbio* y *rifão*:

anexim [...] **1** sentença popular que expressa um conselho sábio; provérbio, máxima [...].

máxima [...] **2** p. ext. preceito, sentença que exprime uma regra moral, um princípio de conduta [...] **3** axioma, princípio ger. aceito em qualquer arte ou ciência [...] **4** fórmula breve que enuncia uma observação de valor geral; provérbio, anexim [...].

parémia [...] provérbio ou alegoria breve [...].

provérbio [...] **1** frase curta, ger. de origem popular, freq. com rimo e rima, rica em imagens, que sintetiza um conceito a respeito da realidade ou uma regra social ou moral. [...] ‘provérbio, adágio, dito, ditado, rifão, máxima; [...].

rifão [...] **1** adágio vulgar, em que ger. se empregam palavras grosseiras ou chulas. **2** dito breve ou sentença popular de cunho moral [...] e aplicável à determinada circunstância da vida; provérbio, anexim [...].

En el *Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa* (DACL, 2001), en los artículos encabezados por estas mismas unidades, se observa que las definiciones son muy similares; existe un dato interesante para el tema que nos ocupa, ya que incorpora citas e identifica al autor o la obra, de la que ha seleccionado el ejemplo:

anexim [...] **1**. Dito sentencioso de sabedoria popular ≈ ADÁGIO, DITADO, PROVÉRPIO. «Tinha lábia o velhaco; e como diz o anexim, punha o ramo em uma porta e vendia o vinho na outra» (CAMILO, *Serões*, I., p. 78).[...].

máxima [...] **1**. Princípio básico, universalmente aceite, em qualquer arte ou ciências; axioma. **2**. Sentença moral que rege determinado modo

de agir e de pensar; proposição que exprime um preceito. **3.** Conceito, dito sentencioso: apotegma. ≈ AFORISMO, PROVÉRPIO.[...].

paremiologia. [...] **1.** Tratado acerca dos provérbios. **2.** Conjunto de provérbios.

provérpio. [...] **1.** Máxima ou sentença da carácter práctico e popular, expressa em poucas palavras e geralmente rica em imagens e sentidos figurados. ≈ ADÁGIO, DITADO, DITO [...]. **2.** Sentença moral. = MÁXIMA, RIFÃO. [...].

rifão. [...] **1.** Provérpio ou ditado popular. «*Para ele é certo o rifão de que não apanham trutas e barbas enxutas*». (S. PICÃO, *Através dos Campos*, p. 147). [...].

1. Las sentencias breves de carácter popular

Bajo esta denominación de “sentencias breves” incluye distintos subtipos, entre los que cabe señalar: *adagios*, *aforismos*, *apotegmas*, *axiomas*, *proverbios* y *refranes*. No menciona el término *sentencia*, porque el lexicógrafo lo restringe a la “acción de definir en juicio algún pleito o cuestión”. En este conjunto podemos establecer dos grupos: el primero, constituido por los *adagios*, *proverbios* y *refranes* y el segundo integrado por los *aforismos*, *apotegmas* y *axiomas*; estaríamos ante varios ítems, que tendrían un significado equivalente y se podrían intercambiar, a pesar de que el lexicógrafo explica con más detalle el contenido semántico de la voz *adagio*:

ADAGIO. Es lo mesmo que proverbio, conviene a saber, una sentencia breve, acomodada y traída a propósito, recebida de todos, que se suele aplicar a diversas ocasiones [...]. Es propiamente lo que en castellano llamamos refrán.

PROVERBIO. Es lo que llamamos refrán, *latine proverbium, accomodatum rebus temporibusque, adagium omnium in ore versans*.

REFRÁN. Es lo mesmo que adagio, proverbio; *a referendo*, porque se refiere de unos en otros.

La prueba de la equivalencia se puede verificar al examinar artículos como los encabezados por los lemas ARTESA, en el que usa *proverbio* y

en las líneas siguientes utiliza *refrán*; otro ejemplo semejante lo vemos en DADO (“Dice un proverbio o refrán”), en el que se enlazan las dos unidades léxicas por medio de la conjunción disyuntiva *o*, en cuyo caso las dos opciones serían posibles:

ARTESA. El tronco de madero cavado en que se amasa el pan [...].Proverbio: «**Llevá vos, marido la artesa, que yo llevaré el cedazo, que pesa como el diablo**»; este refrán se trae a propósito cuando alguno echa la carga al compañero, y la que él lleva ligera.

DADO. [...] Dice un proverbio o refrán: «**El mejor lance de los dados es no jugarnos**». Él es el entretenimiento de soldados y gente moza, perdimiento de tiempo, hacienda, conciencia, honra y vida.

Y el segundo, el integrado por los *aforismos*, *apotelesmas* y *axiomas* tienen un significado bastante próximo, pero se distinguen por ciertas notas semánticas. Así, los *aforismos* los usaban los médicos (HIPÓCRATES⁴), los *apotelesmas* son enunciados formulados “por persona grave y de autoridad” y los *axiomas* son “los primeros principios, las proposiciones por sí notorias, que no hay necesidad de probarlas por otro nombre”:

AFORISMO. Es nombre griego, pero usado en nuestra lengua castellana de los médicos. Galeno dice ser un cierto género de doctrina y método que, con breves y sucintas palabras, circunscribe y ciñe todas las propiedades de la cosa [...]: los aforismos de Ptolomeo [...] los aforismos de Hipócrates.

[APOPHTHEGMA]. Apophthegma. Es una sentencia breve dicha con espíritu y agudeza, por persona grave y de autoridad, honrosa para el que la dice y provechosa para el que la oye [...]. Escribieron muchos autores libros de apotelesmas; entre los antiguos Plutarco y en nuestros tiempos, entre otros, Erasmo.

4 **HIPÓCRATES.** Médico de la isla de Coos. Discípulo de Demócrito. Según algunos murió de ciento y cuatro años. Procuró traerle consigo Artajerjes, rey de los persas [...] Este fue el que dijo por divina ciencia: «*Coitum morbum esse comitali levioerem*»; compuso muchos libros de medicina que son los que hasta hoy sigue la escuela de los médicos [...] (COVARRUBIAS: s.v.).

AXIOMAS. Cerca de los filósofos son los primeros principios, las proposiciones por sí notorias, que no hay necesidad de probarlas por otro nombre, dignidades o sentencias. Es nombre griego.

A partir de la cifra de ejemplos documentada (los ejemplos los obtenemos a partir de la lectura de la obra, por lo que puede no ser exacta, nuestro objetivo tampoco puede ser agotar la materia), podemos elaborar una escala: en el lugar más alto están los *proverbios*, en los que incluso puede introducir argumentos personales; en bastantes casos se trata de variantes, variaciones o repeticiones (“el mismo proverbio en otra forma”), en función de la palabra seleccionada como lema; los repite en varios artículos, acaso por descuido (en unos casos) o por problemas del orden alfabético:

ALFAYATE. Vale en arábigo sastre [...] Proverbio: «**El alfayate de las encrucijadas cosía de balde y ponía el hilo de su casa**». [...] El mismo proverbio en otra forma: «**El alfayate de la Adrada que ponía el hilo de su casa**»; y es el mismo que el común, con nombre de sastre «**El sastre del Campillo ponía de su casa el hilo**». Otros dicen: «**El alfayate del cantillo hacía la obra de balde y ponía el hilo**».

SASTRE. El oficial de cortar ropas y vestidos [...]. Proverbio: «**El sastre del Campillo, o del Cantillo, que ponía de su casa el hilo**», y en otra forma: «**El alfayate de la Adrada, pone el hilo de su casa**».

Nuestro autor muestra su preocupación “por no llegar a ver acabada su obra, por lo que, a partir de ese momento, decide abreviar en todo aquello que sobrepase el propósito inicial de su diccionario” (AZORÍN, 2000, p.18) y por ello “aligera considerablemente su *Tesoro*”. Este hecho justifica que la cifra de paremias y la información sea tan desigual:

Un sencillo cotejo de las páginas que ocupan las letras A, B y C con el resto, basta para comprobarlo: si las tres primeras letras comprenden 416 páginas [...]; al resto se dedican 579, esto es, aproximadamente el 58%. Pero esta reducción no afecta tanto a la cantidad del léxico recogido como a la extensión de los artículos (AZORÍN, 2000, p.16).

A continuación los *refranes*, ya hemos indicado que no es sistemático, a veces los denomina “refranes” o “proverbios”; a mayor distancia aparecen los *adagios*, seguidos de los *axiomas* y los *aporismos*.

Los presentadores paremiológicos de los proverbios muestran formulaciones muy diversas. A modo de ejemplificación: “de do nació el proverbio” (**junco**), “dio ocasión a un proverbio” (**mar**), “conforme al proverbio” (**ladrar**), “y como dice el proverbio latino” (**lana**), “de donde quedó el proverbio” (**lavar**), “viene con el otro proverbio” (**loba y lobo**), “y esto dio ocasión a la fábula y al proverbio” (**metra**), “de donde nacieron los proverbios” (**moneda**), “y así dice un proverbio” (**porfia**), “quedó en proverbio” (**rima**), “hay un proverbio entre cazadores que dice” (**tagarote**), etc.

Los presentadores paremiológicos más usados para los refranes muestran menos fórmulas: “como dice otro refrán” (**justo**), “deste nombre hay algunos refranes que trae el Comendador Griego” (**marta**), “y así dice el refrán” (**mero**), “refrán” (**nido, niño, paja**), “este es un refrán común” (**perro**), “hay un refrán que dice” (**apio**), etc. La cifra de *adagios* marcados como tales por el autor es muy baja: pueden ser *adagios latinos* (los reproduce en latín) o bien *adagios antiguos*; los presenta con formulaciones del tipo el “adagio latino dice”, “el curioso podrá ver a Erasmo en el adagio”, “responde al adagio latino”, “alude también al adagio latino”:

BARBA. [...] «**Hazme la barba y hacerte he el copete**»; lo que el adagio latino dice: «*Mutuuum testimonium dare*», hacerse placer unos a otros, y en las cosas honestas es muy justo, pero en las malas y perniciosas de mucho perjuicio para la república.

[HABA]. [...] El curioso podrá ver a Erasmo en el adagio «*Fabis abstineto*».

SOGA. [...] «**En casa del ahorcado, no mientes la sogá**»; indiscreción es traerles a la memoria a los lastimados de alguna injuria o afrenta, cosas que les refresquen las llagas [...] Responde el adagio latino «*Iynxe trahor*».

VARA. [...] Alude también al adagio antiguo: «*Virgula divina*», cuando en la comedia o tragedia estaban las cosas tan revueltas que

era necesario entreviniese algún dios que con esta vara los aquietase, declarando algún misterio y cosa que hasta allí les era encubierta.

VEREDAS. [...] Proverbio: «**Quien deja el camino real por la vereda, piensa atajar y rodea**», responde al adagio latino: «*Compendium dispendium*».

En las adiciones de NOYDENS, se encuentran más ejemplos marcados con las fórmulas “común adagio”, “adagio común” o “el adagio castellano”:

APRENDER. [...] De Diógenes escribe Laercio, en su vida, que por ser excelente en todas artes, siendo ya muy viejo, se puso a aprender la música, y diciéndole uno: «*Iam senex discis*» (ya eres viejo para aprender), le respondió lo que hoy tenemos por común adagio: «**Más vale tarde que nunca**», «*Praestantius sero doctum esse quam numquam*».

+**[COCEAR]. Dar coces contra el aguijón**, se dice del que busca huir de los tormentos desta vida, y cae en el adagio: «*Adversus stimulum calcitra*». Y bien le podemos decir el otro adagio: «**¿Adónde irá el buey que no are?**».

+**[DAR].** Y porque el autor, tratando de la palabra dádiva, nos remite a esta de dar y solo dice que **dádivas quebrantan peñas**, el común adagio dice: «**La presta dádiva hace su efeto doblado**».

+**[JUMENTO].** Es el jumento a vista de un acorde instrumento, y esta [letra]: «*Ad lyram*», jeroglífico de la ignorancia. De aquí aquel común adagio: «**Assinus ad lyram**».

+**[NUNCA].** «*Ad kalendas graecas*». Adagio latino: *quia graeci non habent kalendas, sed novilunia*.

Entre los *aforismos* recoge el de HIPÓCRATES (*Vita brevis, ars vero longa, experimentum fallax*) y como axiomas selecciona dos: el axioma jurídico (*Consuetudo est altera natura*), una forma posiblemente corrupta por no reproducir literalmente los enunciados de CICERÓN (*Consuetudo quasi altera natura*) o de SAN AGUSTÍN (*Consuetudo est secunda natura*) (MANS, 1979, p.116). El vocablo *costumbre* es un término jurídico (Cf. artículo 1.1 del Código Civil español: *Las fuentes del ordenamiento jurídico son la ley, la costumbre y los principios generales del derecho*):

COSTUMBRE. [...] Proverbio: «**A la mala costumbre quebrarle la pierna**». [...] «**Costumbre buena, costumbre mala, el villano quiere que vala**», hay algunos tan observantes de la costumbre, que no embargante le representéis los inconvenientes que tiene el guardarla y los emolumentos de hacer lo contrario, responden solo esta palabra: «Lo que hu». «**Mudar costumbre a par de muerte**»; y esto es conforme al axioma latino: «*Consuetudo est altera natura*».

DIGERIR. Vulgarmente se toma por cocer el manjar en el estómago y repartir la sustancia o quilo dél. [...] **Indigesto**, lo mal digerido; axioma entre los médicos es: «*Crudum supra indigestum general morbum*».

[EXPERIENCIA]. [...] La experiencia es madre de las artes; aun para llegar a formarlas, es peligrosa por la variedad de los sujetos y las circunstancias dél; y así dice el aforismo de Hipócrates: «*Vita brevis, ars vero longa, experimentum fallax*».

2. Las fuentes

Son muy diversas, abarcan desde la Biblia [*Vulgata Latina*, que se remonta a la traducción directa del griego al latín, hecha a comienzos del siglo V por JERÓNIMO, porque la iglesia ya no hablaba griego y era necesaria una traducción al idioma oficial del imperio romano] y de manera específica el *Eclesiástico*, uno de los más importantes libros leídos en las iglesias para la instrucción de los catecúmenos o de los neocristianos, que transmite muchas enseñanzas, reflexiones y proverbios. También hallamos citas y ejemplos de astrólogos, escritores, filósofos, geómetras, matemáticos, médicos, teólogos e importantes personajes y figuras de la civilización helénica y romana; proverbios y adagios latinos; máximas de los juristas romanos; las *Partidas*; información procedente de la historia y geografía de España o de Europa, etc.

Un ejemplo de los principios generales del derecho se refleja en el proverbio «Quien come las maduras, coma las duras», procedente de la máxima jurídica latina *secundum naturam est, commoda cuiusque rei eum sequi, quem sequentur incommoda* ‘es conforme a la naturaleza que los beneficios de cualquier cosa correspondan al que le correspondieran los perjuicios’, con

variantes abreviadas (*cuius commoda, eius damna* ‘del que son los beneficios, de él también son los daños’, *ubi commodum, ibi incommodum* ‘donde hay un beneficio, allí hay un perjuicio’ (ALANÓN; HENRÍQUEZ; OTERO, 2011, p. 170) o el que alude a la consideración de la legítima defensa como un derecho, ya que incorpora la máxima *vim vi repellere licet* ‘es lícito repeler la fuerza con la fuerza’ (ALANÓN; HENRÍQUEZ; OTERO, 2011, p. 238-239).

En algún proverbio, remite para el texto latino documentado en el *Eclesiástico*, capítulo 3, versículo 27 [*O coração duro será oprimido de males no fim; e aquele que ama o perigo perecerá nele*]:

FUENTE. [...]. Proverbio: «**Cantarillo que muchas veces va a la fuente, alguna traerá hecha la frente**», («**qui amat periculum, peribit in illo**»).

MADURO. [...]. Proverbio: «**Quien come las maduras, coma las duras**»: el que ha de llevar el provecho no se excusa del trabajo.

[**TRAICIÓN**]. Traición. Vale alevosía y engaño [...]. Proverbio: «**No vive más el leal de cuanto quiere el traidor**». Los reyes se pagan de la traición, pero no del traidor, de que tenemos muchos ejemplos [...] «**A un traidor, dos alevosos**»; *vim vi repellere licet*.

Una de las más inmediatas es la obra del Comendador Griego, que responde al autor HERNÁN NÚÑEZ, PINCIANO DE TOLEDO (1475-1553)⁵, “un humanista de gran talla [...] discípulo de NEBRIJA [...]. No es la suya una recopilación más en el siglo XVI, es por antonomasia el refranero al que aludirán todos hasta llegar otro maestro salmantino, como es Gonzalo CORREAS, un siglo más tarde” (MADROÑAL, 2002, p. 6). COVARRUBIAS proporciona una información tangencial en: «Al hombre viejo, múdale tierra y dará el pellejo». Este fue uno de los motivos, para que el Comendador Griego

5 Un estudio muy ilustrativo sobre el filólogo HERNÁN NÚÑEZ, su obra *Los refranes o proverbios en romance* (1555), personalidad del autor, la paremiología en la época de Núñez, su relación con otras obras anteriores, las características más relevantes o el léxico se pueden ver en MADROÑAL (2002, p. 5-39).

no se marchase de Salamanca a Granada, habiendo ya empezado a mudar su ropa. Este humanista construyó “un refranero sin censuras” y “en su obra se pueden apreciar sin ambages refranes claramente anticlericales e irreverentes, algunos de los cuales responden a la filosofía erasmista” (MADROÑAL, 2002, p. 5 y 9). En COVARRUBIAS no registramos paremias claramente anticlericales (fue ordenado sacerdote en 1567):

ABAD. [...] Hay algunos proverbios que le competen, como: «**El abad, de donde canta, de allí yanta**», que nos da a entender ser heredad nuestra y viña nuestra el asistir a los oficios divinos [...]. «**Como canta el abad responde el monacillo**», este proverbio nos advierte que seamos con todos bien criados, aunque nos sean inferiores [...]. «**De casa del abad, comer y llevar**», podemos hacer la comparación del vientre, que aunque al parecer los demás miembros del cuerpo trabajan para él, al fin, bien considerado, lo vuelven a recobrar [...]. «**Abad y ballesteros**», vedan los sacros cánones a los clérigos la profesión de cazadores, cuando toman por oficio y granjería, dejando de acudir a sus obligaciones eclesiásticas [...]. «**Adelante está la casa del abad**»; yo pienso que este refrán tuvo origen de los seglares que llegando a su puerta el pobre o el peregrino, le remiten a la casa del cura como a propia suya.

Es clara y patente la atribución al Comendador Griego en las siguientes paremias, que pueden incluirse en diversos temas, apartados o subapartados:

ACIAL. Una soga de cerdas añudada a un palo fuerte [...] y así trae un proverbio el Comendador Griego: «**Más puede acial que fuerza de oficial**».

AJO. [...] «**Vino puro y ajo crudo, hacen andar al mozo agudo**», entiéndese el de la labranza y trabajo. El Comendador Griego, en el libro de sus refranes: «**¿Ajo, por qué no fuiste bueno? Porque no me halló San Martín puesto**». Y del mozo de mulas [...]. «**Quien se quema, ajos ha comido**», cuando diciendo una cosa en general alguno la toma para sí.

ALGODÓN. [...] En ciertas partes donde se usa mucho la cosecha y labranza del algodón, cuando casan alguna moza y la entregan a su marido, le dice: «**Algodón hiló o algodón cogió, cual la ves tal te la**

dó»; el Comendador Griego: «**Algodón cogió, cual la hallares tal te la dó**», porque andan cogiéndole mezcladas con los hombres, y al hilarle se juntan todas en la casa del concejo a velar hasta la media noche, y los mozos las van a entretener y pagan el aceite.

APERO. El aparejo de las bestias de la labranza [...]. Y así dice el Comendador Griego en un refrán: «**En casa del herrero, peor apero**», porque teniendo comodidad de aderezar las rejas para el arado y el demás herraje, lo trata con desaliño.

ARENQUES.[...] Y ayuda a este parecer un refrán que trae entre los demás el Comendador Griego: «**La sardina arencada, debajo del sobaco se asa**»; porque del humo viene ya casi asada.

BARAHONA. Pueblo en España, en Castilla la Vieja, debe ser tierra fría, porque el Comendador Griego, en sus refranes trae uno que dice así: «**En el campo de Barahona, más vale mala capa que buena azcona**»; salvo si por ser lugar desierto se acogen a él salteadores, de los cuales se defenderá mal el que llevare una azcona, si ellos traen buenos pedreñales.

BARBA. [...] «**La barba del clérigo, rapada le nace pelo**», está entre los refranes del Comendador Griego, aunque el clérigo que tiene renta eclesiástica, de cuanto tiene en su casa brevemente se repara con los nuevos frutos y rentas que le van cayendo.

BEHETRÍA. [...] Dice el Comendador Griego en sus refranes: «**Con villano de behetría no te tomes a porfía**».

[BERZA]. Berça. [...] El Comendador Griego, en sus proverbios, trae este: «**A ellos, padre, vos a las berzas y yo a la carne**», dicese de los que toman para sí lo bueno, y dejan a los otros lo no tal, teniendo obligación de darles la mejor parte.

BREGA. [...] y así dice el Comendador Griego, en un proverbio: «**Arco que mucho brega, o él o la cuerda**»; porque flechándole muchas veces han de quebrar o él o la cuerda..

CADILLOS. [...] tiene el Comendador Griego un refrán [...] que dice: «**Ara con niños y segarás cadillos**»; dicese de los que buscan para que les ayuden a trabajar gente de poca inteligencia, maña, experiencia y edad, y atendiendo a que se alquilan por poco precio.

CAÑA. [...] El Comendador Griego en sus proverbios, dice a este propósito: «**Coscorrón de cañaheja, duele poco y mucho suena**». Juntamente con decir Marcial eran las armas de los maestros y aborrecidas de los muchachos.

CASTAÑA. [...] fruta conocida, y el castaño árbol. [...] El Comendador Griego, en sus refranes, dice: «**Castañas por nadal, saben bien y pártense mal**»; por estar aún verdes y despedir con dificultad las telillas que están incorporadas en ellas, y pegadas.

CLÉRIGO. [...] El Comendador Griego trae un refrán que dice: «**En la barba del clérigo, rapada le nace pelo**», quiere decir, que aunque un clérigo dé lo que tiene, con caridad y liberalidad, hasta quedar pobre, como se sustenta de la bolsa de Dios, luego se vuelve a reparar.

[COGUJADA]. Coguxada. AVECICA muy conocida [...]. El Comendador Griego trae este refrán: «**Dádole ha Pedro a la cogujada, que el rabo lleva tuerto y el ala sana**», cuando uno piensa haber acertado en alguna cosa que de cien leguas la ha errado.

DAMA. Vale tanto como señora moza, hermosa, discreta, callada, noble. [...] porque un refrán antiguo, que refiere el Comendador Griego, dice así: «**En dama de tus parientes, a tu bola para mientes**».

ESCALONA. [...] la villa de Escalona está ocho leguas de Toledo puesta en la ribera del Alberche, que corre por bajo, y ella está en un alto, de lo cual tuvo el origen el proverbio, que refiere el Comendador Griego: «**El socorro de Escalona, cuando le llega el agua es quemada la villa toda**». Debió en algún tiempo suceder incendio en la villa.

GOLPE. El sonido que resulta de juntarse dos cuerpos con alguna violencia, causado del aire que se interpone [...] Proverbio del Comendador Griego: «**De un solo golpe no se derrueca un roble**».

GORRA. [...] Dice el Comendador Griego: «**Migas hechas con gorriones no las comen todos los hombres**»; deben ser las que se tuestan y salen de la sartén hechas tortas redondas, a modo de gorras.

GRILLO. [...] El Comendador Griego pone este refrán: «**Cuando la zorra anda a caza de grillos, no hay para ella ni para sus hijos**».

[SAHELICES]. Saelizes [...]. Dice el Comendador Griego en un refrán: «**San Pedro y San Helices, frío en las narices**», vale lo mismo que «**Agosto, frío en el rostro**».

MARTA. Especie de comadreja [...]. Deste nombre hay algunos refranes que trae el Comendador Griego: «**Bien canta Marta después de harta**»; «**Allá se lo haya Marta con sus pollos**»; «**Los pollos de Marta piden pan y danles agua**».

MELENA. [...] el Comendador Diego trae este refrán: «**Al llamado del que le piensa, viene el buey a la melena**»; siempre acudimos, como es razón, a lo que nos manda el señor que nos da de comer y sustenta..

QUILMA. Quiere decir costal. Hay un adagio español que dice así: «**Do tu padre fue con tinta, no vayas tu con quilma**». El Comendador Griego lo declara de esta manera: que los que el padre vende no tiene el hijo que cobrarlo por pleito.

3. Los temas o materias principales

Por “temas o materias principales” entendemos series de palabras que tienen entre sí cierta relación léxico-semántica, que abarcan denominaciones o terminología diversa. Como su ordenación entraña cierta dificultad, las series de paremias relacionadas con cada tema siguen el orden alfabético de la voz seleccionada como lema. Los temas, materias o motivos son diversos y podrían subdividirse en varios apartados. Cada lema aparece acompañado por glosas o comentarios de cierta extensión en las primeras letras (*abad, ajo, asno, buey, Dios, domingo, gallina, gallo, güevo...*) o series de proverbios. Debido al elevado número de paremias, hemos tenido que hacer una selección, pero es evidente que hemos tenido que excluir materias relevantes.

En el tema de los **alimentos** (y **comida**), se encuentran productos del mundo vegetal (*ajo, berenjena, berza, col, garbanzo, haba, lechuga*), frutos de los árboles (*almendra, avellana, castaña, higo, nuez, pera*), productos cárnicos (*carne, longaniza, morcilla, tocino*), peces de mar o de río (*arenques, besugo, mero, trucha*) y la bebida obtenida a partir de la fermentación alcohólica de la uva (*vino*). Y también el lugar en donde están “en el campo o ciudad o poblado en el cual se crían árboles frutales y hortaliza” (**güerto**):

[**ACEITE**]. Azeyte.[...] porque aumenta la hacienda del que tiene olivas cuando acude buen año y puédese guardar muchos, [...] y así dice el refrán: «**Fortuna y aceituna, a veces mucha y a veces ninguna**».

[**ACEITUNA**]. Azeituna. [...] Proverbio: «**Acetuna, oro es una, dos plata y la tercera mata**».

[**ALCACL**]. [...] es la cebada verde antes que acabe de granar. [...] Proverbio: «**Duro es alcacel para zamponas**».

ALMENDRA. Fruta conocida, y su árbol dicho almendro. [...] Hay un proverbio que dice: «**En tierra de señorío almendro y guindo, y en tierra real, nogueral y moral**».

AVELLANA. Fruta conocida [...]. Proverbio: «**Al villano con la vara de avellano**». Es fuerte y flexible, y dicen algunos que la serpiente, o culebra herida con la vara del avellano, muere luego.

[BERENJENA]. Berengena. [...] es el fruto de cierta mata que algunos quieren sea especie de mandrágora [...] y un proverbio dice: «**Toledano, ajo, berenjena**».

BESUGO. [...] por ser la carne deste pescado delicada y sabrosa y libre de espinas [...] y así hay un proverbio del vizcaíno, que dice: «**Besugo mata mulo y da mulo**», porque fatiga los machos, por la priesa que traen con ellos, pero con la ganancia se repara todo el daño.

BLEDOS. Hortaliza conocida [...] y de allí nació el refrán: «**Regostose la vieja a los bledos, y no dejó verdes ni secos**». Aplicase a los que en los principios no arrostran a una cosa, y después la apetecen en demasía.

CALDO. [...] el agua en que se ha cocido la carne, y tomado su jugo y sustancia. Dijose caldo, *quasi* cálido, porque se sorbe caliente. «**Cada día olla, amargaría el caldo**»; no debe el hombre comer cada día de banquete [...]. «**Caldo de zorra, que está frío y quema**»; dicese de los que parecen mansos y pacíficos, y debajo de aquella mansedumbre son más carniceros que leones.

CARNE. [...]. Propiamente se dice de los animales muertos, según Donato [...] Proverbio: «**Carne sin hueso no se da sino a don Bueso**»; hay algunos que quieren ser privilegiados en que les den en la carnicería todo pulpa, y los huesos que los lleven los pobres [...] «**Por falta de gato está la carne en el garabato**». «**Donde os comieron la carne que os roan los huesos**»; esto oí a una mujer, que habiéndose ido su marido siendo mozo por el mundo, rehusaba el admitirle cuando volvió a casa, viejo y pobre.

CARNERO. [...] por ser su comida tan sana y tan ordinaria al hombre se alza con el nombre de carne [...]. Dice un proverbio: «**Ave por ave, el carnero si volase**». «**Vaca y carnero, olla de caballero**»; debía ser en el tiempo en que no se usaba el manjar blanco ni tortas reales, cuando el escudero, llegando a la puerta del labrador su vecino, decía: «**Vaquita tenéis, acá me quedo**».

CENTENO. Grano conocido, del cual se hace pan para la gente rústica y de trabajo [...] dice un proverbio de los que han consumido alguna cosa con mucha priesa y sin dejar nada. «**Dieron en ello como centeno verde**».

COHOMBRO. [...] comprendía debajo de sí los cohombros, los pepinos [...] los melones, aunque por la mayor parte significaba los pepinos, por ser esta la más ordinaria especie. [...] Dice un proverbio: **«Quien hizo el cohombro, que se lo traiga al hombro»**; algunos padres engendran hijos mal tallados y desproporcionados, como es el cohombro.

COL. Género de berza [...] Proverbio: **«Entre col y col, lechuga»**; acostumbran los hortelanos a hacer las eras de su hortaliza tan ordenadas y compuestas que dan contento a la vista; y, por variar, entre una col ponen una lechuga, de do se tomó el refrán.

CONVITE. Combite. [...] Dice un refrán: **«Para el que se convida, no hay mala comida»**. [...] Los convidados no han de ser muchos en número, porque presupone que todos son amigos.

ENSALADA. El plato de verduras que se sirve a la mesa, y porque le echan sal para que tenga más gusto y corrija su frialdad [...]. **«La vez de la ensalada, ni la pierdas, ni sea aguada»**, proverbio.

[GARBANZO]. Garbanço. Mata conocida y legumbre. [...] Proverbio: **«¿De dónde le vino al garbanzo el pico?»**, cuando un hombre de bajo linaje y pocas prendas se entona.

GÜEVO. Huevo. [...] Tenemos algunos refranes y modos de hablar usando el término güevo, como:[...]. **«Al freír los güevos lo veréis»**; entró un ladrón en la cocina de cierta casa, y no halló a mano cosa que llevar sino una sartén, y cuando salió por la puerta topó con la güéspedes, y preguntándole qué llevaba respondió: **«Al freír los güevos lo veréis»**; y huyó con su sartén. [...]. **«Güevos y torreznos, la merced de Dios»**; en las casas proveídas y concertadas, de ordinario tienen provisión de tocino, y si crían sus gallinas, también hay güevos.

[HABA]. Hava. Legumbre conocida [...]. El curioso podrá ver a Erasmo en el adagio **«Fabis abstineto»**.

HIGO. La fruta del árbol que llamamos higuera. [...] Dice un proverbio castellano: **«Agua al higo, y a la pera vino»**, porque el higo es caliente.

HOGAZA. Es un pan de moyuelo o de harina mal cernida, propio pan de pastores y gañanes, que ellos se lo masan y lo cuecen a su fuego entre la ceniza. [...] **«A mi padre llaman hogaza y yo muero de hambre»**; esto dice de los que blasonan tener deudos y parientes muy ricos o haberlo sido sus pasados, y ellos viven con suma pobreza. **«El muerto a la cava y el vivo a la hogaza»**; por más sentimiento que los vivos tengan de los muertos, en dejándolos en la sepultura se vienen a comer a casa.

LECHUGA. Hortaliza conocida y muy usada. Proverbio: «**¿Qué tiene que ver lechugas con falsas riendas?**», cuando juntamos cosas disparatadas y diferentes una de otra.

LONGANIZA. Comúnmente damos este nombre a la tripa del puerco rellena de su carne aderezada y hecha pedazos menudos. [...]. Proverbio: «**Más días hay que longanizas**»; da a entender cómo se ha de compartir la hacienda y el gasto del año, porque no nos venga a faltar antes de cumplirse.

MERO. Pescado conocido y regalado, por ser bocado de príncipes, y así dice el refrán: «**De los pescados el mero**», etc.

MIEL. [...] es el fruto que nos da la abeja [...]. Proverbio: «**Acudir como moscas a la miel**», vale acudir a donde han de sacar algún provecho. «**Miel sobre hojuelas**», cuando a una cosa que es a propósito le sobreviene otra que le ayuda.

MORCILLA. La tripa del puerco o del carnero o de otro animal rellena con sangre. [...] Proverbio: «**A quien no mata puerco no le dan morcilla**», porque comúnmente el que da, espera la retribución.

NABO. Raíz conocida [...]. Proverbio: «**Cada cosa en su tiempo y nabos en Adviento**».

NUEZ. Fruta conocida [...]. Proverbio: «**Más es el ruido que las nueces**».

PAN. Sustento común de los hombres. [...]. Proverbios: «**Todos los duelos con pan son menos**», «**A falta de pan, buenas son tortas**», «**A grande hambre, no hay pan malo**», [...] «**Por mucho pan, nunca mal año**», [...] «**Del pan de mi compadre buen zatico a mi ahijado**» [...] «**Con su pan se lo coma**», [...] «**A pan duro diente agudo, o hambre de tres semanas**». «**Con pan y vino se anda el camino**».

PERA. Fruta conocida, [...] Proverbio: «**Ni en burlas ni en veras con tu amo no partas peras**». [...] «**La mujer y la pera, la que calla es buena**».

RÁBANO. Raíz hortense conocida. [...] «**Rábanos y queso traen la corte en peso**».

TOCINO. El puerco que, después de muerto, sacado todo lo interno, el lomo, las costillas, el almilla y espinazo, queda dividido en dos medios. [...] Proverbio: «**Donde pensáis que hay tocinos no hay estacas**».

TRUCHA. Pescado conocido y muy regalado [...]. Proverbio: «**Ayunar o comer trucha**»: dijose de los que no se contentan con una medianía.

VENDIMIA. La cosecha de la uva. [...] Proverbio: «**Después de vendimias, cuévanos**»; díjose de los hombres que para la ocasión no estuvieron prevenidos de lo que les convenía, para que no se les pasase de largo.

VINO. [...]. «**Pregonar vino y vender vinagre**». Dice otro refrán: «**El vino no trae bragas ni de paño ni de lino**», porque el que ha bebido no sabe guardar secreto.

VIÑA. La tierra plantada con muchas vides. [...] Proverbio: «**A la viña guarda el miedo, que no el viñadero**»; mucho hace al caso la reputación. [...] Proverbio: «**No sé nada, de mis viñas vengo**», para excusarse de no se haber hallado en algún mal hecho.

En las materias que integran el grupo de los **animales**, la clasificación elaborada por nuestro lexicógrafo es antropocéntrica, considera al hombre como el centro de todas las cosas. En el orden aplicado a la zoología parece ser descendente: familia, género y especie. Se distinguen *animales vertebrados* (dotados de esqueleto interno óseo o cartilaginoso) y *animales invertebrados* (que carecen de columna vertebral), grupo en el que se encuentran multitud de tipos. En el grupo de los vertebrados vemos ‘mamíferos’ (carnívoros, félidos, équidos); ‘aves’ (animales que vuelan, provistos de pico y alas, con el cuerpo cubierto de plumas) y ‘peces’ (acuáticos, que respiran por branquias; ‘marinos’ o de ‘agua dulce’). El autor dedica más información a los animales relacionados con el hogar o que se crían en compañía de las personas, los ‘domésticos’, que a los ‘salvajes’, los que no están domesticados y viven en libertad:

ABEJA. [...]; animalito conocido, insecto que vuela, y cogiendo el rocío de una y otra flor, nos cría un licor tan dulce como es la miel [...]. Por ser tan de provecho dio ocasión al proverbio: «**Abeja y oveja y piedra que trebeja**».

ALCARAVÁN. Es ave conocida, que de ordinario anda cerca de las lagunas. [...] y también hay un proverbio: «**Alcaraván zancudo, da a los otros consejo, sin tomar para sí ninguno**».

ÁNSAR [...] ave bien conocida. [...] «**El ánsar de Cantimpalo, que salió al lobo al camino**», dicese de los poco recatados, que ellos mismos se convidan y ofrecen a los que los han de tratar mal.

ASNO. Animal conocido doméstico y familiar [...]. Hay muchos proverbios sacados de la condición deste animal y de su nombre, así latinos como vulgares españoles. «**Como el asno a la vihuela**», cuando un ignorante le refieren cosas sutiles y que él no entiende. «**De los caballos a los asnos**», que es lo mesmo que nuestro vulgar de «rocín a ruin», cuando uno va aflojando en los estudios y descubre poca habilidad para pasar adelante. «**Caer de su asno**», es proverbio de que usamos cuando uno ha sido necio en un parecer y porfiado, sin tomar consejo de los que se les podían dar, y al cabo por el suceso conoce haber errado. «**Al asno muerto la cebada al rabo**», cuando se vienen a remunerar los beneficios a tiempo que el hombre no puede gozar dellos, por estar cercano a la muerte. [...]. «**No es la miel para la boca del asno**», los necios ordinariamente se ríen de las sutilezas de los hombres entendidos y sabios y se pagan de las tochedades como el asno, que dejará el panal de la miel por comer el cardo.

AVE. [...] y dice un proverbio que «**De las aves la perdiz**», y otro: «**De las aves, la mejor es el ave de tuyo**».

[BECERRO]. Bezerro. [...] buey cerril, buey joven [...]. Proverbio: «**Becerrilla mansa, a su madre y a la ajena mama**»; los hombres modestos y comedidos, no solo entre los suyos mas también entre los extraños hallan buena cogida y amparo.

BESUGO. Cuasi belsugo, por ser la carne deste pescado delicada y sabrosa y libre de espinas, fuera de la que tiene en medio, que con facilidad se despide y aparta de la carne. [...] y así hay un proverbio del vizaíno que dice: «**Besugo mata mulo y da mulo**», porque fatiga los machos por la priesa que traen con ellos; pero con la ganancia se repara todo el año.

BUEITRE. Es una ave grande de cuerpo, pesada, gran carnicera, que se ceba en cuerpos muertos [...]. Proverbio es trillado: «**Más vale pájaro en mano que buitre volando**».

[BUEY]. Buei. [...]. Dice un proverbio común, cuando se junta mucha gente sin fundamento: «**¿Es la corte o pesan vaca?**». En las aldeas cuando se pesa alguna vaca o buey, por no ser ordinario, todos acuden a tomar della, y así se junta gente y dan voces al carnicero para que les den, cuál más, cuál menos. «**El buey suelto bien se lame**», de los que son libres y no sirven a nadie con que hacen su voluntad sin estar obligados a la de otro. [...] «**Al buey por el cuerno y al hombre por la palabra**», que así como siendo al buey por el cuerno le ponen debajo del yugo y le atan la coyunda, así al hombre por la palabra le ligan y le obligan a que la

cumpla. «**Quien su carro unta, sus bueyes ayuda**», esto es porque aligera el movimiento de las ruedas y el peso. [...]. En latín hay un proverbio: «*Bos lassus figit pedem*», que en vulgar castellano le responde: «**El buey cuando se cansa, firme siente la pata**», cuando un hombre llega a la edad madura de la vejez, trata sus cosas con fundamento y firmeza, por la experiencia que tiene y por la prudencia que ha adquirido.

[CABALLO]. Cavallo. [...] Proverbio: «**En Castilla el caballo lleva la silla**», conviene a saber, la hidalguía se continúa por la línea del varón.

CABRA. Animal conocido, de mucho provecho para el hombre [...]. «**Cabra coja no quiere siesta**», el que tiene poco caudal de ingenio no se debe descuidar en sus estudios, porque le dejarán atrás sus condicipulos y le será afrenta y mengua.

CACAREAR. Está fingido este verbo de la voz de la gallina cuando quiere poner un huevo [...]. Proverbio: «**Cacarear, y no poner huevo**», de los que hablan mucho y obran poco o no cumplen lo que prometen.

CAMALEÓN. Este animalejo vi en Valencia en el huerto del señor patriarca don Juan de Ribera, de la mesma figura que le pintan [...]; y de allí nació el proverbio de amenaza: «**Yo os haré ver las estrellas a medio día**». *Vide* Plutarco.

COCHINO. El puerco o lechón. [...] «**Quien no tiene ruido compre cochino**» de los que pudiendo vivir con quietud se meten en pesadumbres.

CONEJO. Animal semejante a la liebre [...]. «**Después de ido el conejo tomamos el consejo**»; pasada la ocasión, en vano se pone en consulta cómo se debiera hacer, pues había de estar prevenido y advertido. «**Al conejo y al villano, despedazarle con la mano**», dando a entender que con el rústico no se han de usar términos muy cortesanos ni agudos, sino tratarle caseramente, como se hace cuando despedazamos un conejo.

CORDERO. [...] porque con la leche suelen estar gordos, y más cuando se verifica el propio «**Cordero manso mama a su madre y a la ajena**».

CUERVO. Ave conocida, y entre todas la más negra [...]. «**Cría el cuervo y sacarte ha el ojo**», lo que el proverbio latino dice: «*Ale luporum catulos*», el mal nacido pocas veces deja de responder a sus progenitores. «**Mas que te coman cuervos**» [...]. «**Cual el cuervo, tal su huevo**», los malos siempre obran mal, y los hijos de los tales suelen imitarlos. Dijo la corneja al cuervo: «**Quítate allá, negro**»; y el cuervo a la corneja: «**Quitaos vos allá, negra**».

ELEFANTE. [...] Como quiera que sea, está recebido en proverbio, quando una cosa tarda en acabarse y perficionarse: «**Citius elephantés pariunt**».

GALGO. Casta de perros bien conocida; son muy ligeros y corren con ellos las liebres. [...] Proverbio: «**El galgo, ceñido de lomos y de cola largo**». [...] Dice un proverbio: «**Achicá, compadre, y llevaréis la galga**».

GALLINA. Ave conocida [...]. Otro proverbio hay, que es casi el mismo: «**La mujer y la gallina, por andar se pierden aina**». «**¿De dónde la vino a la gallina la pepita?**», cuando alguna mujer ha hecho por donde tenga ruin fama. Pepita vale tanto como pituita [...]. «**Dijo la envidia: la gallina de mi vecina más huevos pone que la mía**».

GALLO. [...] Hay ciertos proverbios del gallo; pondré aquí algunos: «**El mozo y el gallo, un año**»; en siendo uno criado viejo es haragán, y dice que ya ha servido hartó y se hace insufrible, especialmente si el señor le ha entregado la llave de sus secretos [...]. «**El que solo se come su gallo, solo ensilla su caballo**»; hemos de hacer amistad para que nos la hagan. «**Iranse los huéspedes y comeremos el gallo**»; esto dice el amo al criado cuando teniendo huéspedes en casa hace falta, y no le osa reñir por no ser descortés al huésped.

GANADO. Primera y especialmente significa el hato de ovejas, y luego cualquier otro que se apacienta en el campo. [...] Después estamparon el buey, de do nació el proverbio: «**Bovem habet in lingua**»; y en Atenas la lechuza, con otro proverbio: «**Noctua volat**».

GATA Y GATO. [...] El gato es animal doméstico, que limpia la casa de ratones. [...] El gato es animal ligerísimo y rapacísimo [...] y con ser tan casero jamás se domestica [...]. Proverbio: «**El buey viecho arranca la gatuña del barbecho**». [...] Esto se echa bien de ver por los arrumacos que se hacen los gatos en tiempo de celos, y quando el macho prende a la hembra los grandes maullidos que da. De aquí nació el proverbio: «**Andan como gatos por hebrero**». [...]: «**¿Quién echará el cascabel al gato?** [...] «**Veamos quién lleva el gato al agua**», esto es, quién sale con la suya.

GATERA. El agujero que se hace en la puerta o en la pared, por donde pueda entrar el gato a coger los ratones. [...]. Por otro nombre grosero se llama gatuña. Proverbio: «**El buey viecho arranca la gatuña del barbecho**».

GOLONDRINA. Ave conocida que al principio del verano viene a hacer nido en los desvanes o techos de nuestras casas. [...] Proverbio

es vulgar nuestro, latino y griego: «**Una golondrina no hace verano**», presupuesto que es la anunciadora de la primavera.

LIEBRE. Animal cuadrúpede conocido de todos. [...] Aunque en todo tiempo son veloces las liebres, en el invierno, en tiempo seco y frío, parece que vuelan; y así dice el refrán: «**En diciembre siete galgos a una liebre**».

LOBA Y LOBO. Animales conocidos y perniciosos. [...] «**Oveja de muchos, lobos se la comen**»; viene con el otro proverbio: «**Lo que es de común, es de ningún**». «**El lobo y la vulpeja, ambos son de una conseja**».

MAULLAR el gato, se dice como ladrar el perro y relinchar el caballo, por la voz suya, que es mau. Proverbio: «**Gato maullador nunca buen cazador**».

MONA. Animal conocido, que entre los demás se llega a semejar el cuerpo humano [...]. Proverbio: «**Lo que quiere la mona, piñones mondados**».

MOSCA. Entre los insectos, animal bien conocido y algunas veces molesto [...]. Proverbio: «**Haceos miel, comeros han moscas**», al hombre que es pegajoso, que no le podemos echar de nosotros, solemos llamar mosca.

MOSQUITO. Mosca pequeña [...]. Proverbio: «**Tragarse un elefante y soplar el mosquito**», esto se dice de los hipócritas escrupulosos.

NIDO. [...] el lugar donde el ave tiene su estancia y querencia [...]. Refrán: «**En los nidos de antaño no hay pájaros hogño**».

OVEJA. [...] animal mansueto, del cual tenemos muchísimos provechos para la vida humana, como a todos consta. Proverbio: «**Cada oveja con su pareja**». «**Oveja que bala, bocado que pierde**». «**Abeja y oveja**», etc.

[PÁJARO]. Pájaro. [...] en castellano es nombre genérico que comprende toda especie de pajaricos y pájaros [...]. Proverbio: «**Más vale pájaro en mano que buitre volando**». «**De un tiro matar dos pájaros**».

PERRO. Animal conocido y familiar, símbolo de fidelidad. [...] Proverbios: «**Los perros de Zurita**»; este es un refrán común, y dicen haber nacido de que un alcaide de Zurita tenía unos perros muy bravos que estaban de día atados, y soltándolos a la noche, no hallando a quien morder, se mordían unos a otros.

POTRO. Caballo nuevo. [...] «**La cox de la yegua no lastima al potro**». «**El potro, primero de otro**».

PULGA. Una especie de gusanillo bien conocida por ser tan importuna que no nos deja reposar en la cama, especialmente en tiempo de verano. [...] Proverbio: «**Echarle la pulga detrás de la oreja**», es decirle alguna cosa.

RABO. La cola del animal, como la de la zorra [...]. Proverbio: «**Ir rabo entre piernas**», ir vencido y corriendo; metáfora tomada de los animales. «**De rabo de puercos, nunca buen virote**». «**De rocín muerto, cebada al rabo**». «**Aún está el rabo por desollar**», cuando en el negocio queda alguna dificultad grande que averiguar.

RATÓN. Animal sucio que suele engendrarse de la corrupción, aunque también se multiplican por generación. [...] Proverbio: «**Ratón que no sabe más de un horado, presto le caza el gato**».

TAGAROTE. Cierta especie de falcón [...]. Hay un proverbio entre cazadores que dice: «**Alas de neblí, corazón de baharí, cuerpo y cola de girifalte, ojo y vista de borní, presa y garra de sacre, seguridad de alfanegue y riza de tagarote**».

VACA. La hembra del ganado vacuno [...]. Proverbio: «**Vaquita tenéis acá me quedo**»; este es dicho que le atribuyen a hidalgos pobres, que no hacen olla sí no es por gran fiesta y se arriman a donde hallan entrada, aunque no los conviden. «**Cuando te dieren la vaquilla acude con soguilla**»; quiere decir que cuando os prometieren algo no dilatéis el recibir la merced y regalo, como sea en tiempo y en sazón y que no parezca se pida por justicia. Proverbio: «**Más vale vaca en paz que pollos con agraz**»; el comer los hombres con mucho regalo vienen a empobrecer y a verse en necesidad, cargándose de deudas que no pueden pagar.

[YEGUA]. Iegua. [...]. Proverbio: «**La coz de la yegua no lastima al potro**»; esto se dice cuando la mujer da con la mano algún golpe al hombre que quiere bien. Proverbio: «**El que desecha la yegua ese la lleva**», para disimular el contento que se tiene de una cosa que se vende.

[ZURRA]. Çurra. Es lo mesmo que zorra [...]. De la vulpeja hay muchos apólogos, que nos han quedado en proverbio. «**Lo que arrastra, honra**», fue la respuesta de la zorra a la mona, que le pidió un pedazo de lo que sobraba y arrastraba la cola para poder ella cubrir su asiento. «**No huelo nada, que estoy romadizada**», respondió al león que le pedía llegase a ver si le olía mal la boca; como le habían dicho, si le decía que no, había de entender la lisonja, y diciéndole de sí, amargarle la verdad; y excusose con no hallarse dispuesta para juzgar del olfato.

El **calendario** (sistema de división del tiempo por días, semanas, meses del año y días de la semana) y el **clima** (las condiciones atmosféricas, en función de la cantidad y frecuencia de lluvias, nieve, temperatura o viento) están menos representados que en otras relaciones léxico-semánticas:

ABRIL. Uno de los doce meses del año [...]. Proverbio: «**Por abril, aguas mil**», porque en ese tiempo tienen necesidad del agua los panes y las plantas; «**Marzo ventoso y abril lluvioso, sacan a mayo hermoso**»; «**Las mañanicas de abril buenas son de dormir**», porque crece entonces la sangre con que se humedece el cerebro y causa sueño.

AGOSTO. Uno de los meses del año [...]. Proverbio: «**Agosto y vendimia no es cada día y sí cada año, unos con ganancia y otros con daño**». Y porque ya el sol va bajando del solsticio, y refresca las noches, hay otro proverbio que pertenece a los muy delicados para que se arropen: «**Agosto, frío en rostro**».

AÑO. [...]: es el tiempo de trescientos y sesenta y cinco días, y poco menos de seis horas, en el cual el sol acaba su curso, y vuelve al mismo punto desde el cual se dio principio al año. [...] . «**Año de nieves, año de bienes**»; la nieve se empapa la tierra y la cala suavemente, y es ocasión de que el pan encephe y haga buenas raíces. «**Remienda tu sayo y pasarás el año**».

AYER, El día precedente inmediato a hoy. [...] . «**Ayer putas, y hoy comadres**», de las mujercillas que riñen y se deshonran unas a otras, y luego se hacen amigas.

BODA Y BODAS. Es un término español antiguo y muy usado por lo que en latín llamamos *nuptias* [...]. «**Boda buena, o boda mala, martes en tu casa**», ordinariamente se hacen las bodas el domingo, y el lunes es la tornaboda y el martes cada uno se despide y dejan los novios en su casa, y se van a las suyas.

DÍA. [...] Considerase el día en muchas maneras. «**Más días hay que longanizas**», dicese de los que se comen lo que tienen con mucha prisa sin mirar que hay mañana. «**El buen día, meterle en casa**», no perder la ocasión de la buena suerte y tiempo oportuno. «**Buenos días, Pero Díaz. Más quisiera mis blanquillas**»; este refrán se trae a propósito de los que pagan a sus acreedores con buenas palabras y mucha cortesía; y otros lo hacen aun peor que, sin saludarlos, les vuelven las espaldas.

DOMINGO. El día del Señor. [...] Proverbio: «**El lobo hace entre semana por donde no va a misa el domingo**», dicese de los traviesos, que por sus liviandades o delitos andan retirados y escondidos, sin osar salir en público. [...] «**Obispo por obispo, séaselo don Domingo**»; este proverbio se trae a propósito cuando dan facultad a alguno o él la tiene de conferir alguna dignidad, beneficio o lugar honorífico, y pudiendo hacer el nombramiento en sí, no quiere perder la ocasión.

ENERO. El mes primero del año. [...] Proverbio: «**El pollo de enero a San Juan es comederó**».

FEBRERO. Hebrero. Nombre del mes, que a nuestra cuenta es el segundo del año. [...] . Llamamos vulgarmente a hebrero, **loco**, por la destemplanza y mudanza que tiene entonces el tiempo, porque en un mismo día llueve y hace sol, nieva y arrasa y hace viento.

FIL. [filo] Es lo mismo que hilo [...]. Proverbio: «**En abril no quites fil**», quiere decir que aunque en el mes de abril haga algún poco de calor, que no mudemos la ropa de invierno porque suele volver al tiempo fresco.

GRANIZO. [...] Proverbio: «**Saltar como granizo en albarda**», del que se alteró con alguna cosa que le dijeron fuera de su gusto, porque como la albarda está tiesa con el bálago, salta en ella el granizo, que de ordinario viene con aire tempestuoso.

LLOVER. [...] caer agua del cielo o pluvia. Proverbio: «**Llover sobre mojado**», cuando a una culpa se recrece otra. [...] «**Que llueva que no llueva, pan se coge en Orihuela**»; djóse así por ser tierra de regadío.

MAÑANA. Dicese del día que se ha de seguir inmediatamente, como: «**Hoy no fian aquí, mañana sí**».

MAYO. Uno de los doce meses del año [...]. Proverbio: «**Pan para mayo leña para abril**». «**Agua de mayo, pan para todo el año**», porque en este mes es la sazón, y así le llaman la llave del año. «**Deseado como agua de mayo**». «**Marzo ventoso y abril lluvioso, sacan a mayo hermoso**».

MES. [...] Divídese el año en doce meses. Lo demás lo dejo para astrólogos y matemáticos. [...] . Proverbio: «**Cuando un mes demedia, otro semeja**».

NIEVE. [...] La nieve se engendra del vapor frío y húmedo, y es agua congelada, como lo es el granizo. [...] Antiquísima cosa debe ser el resfriar el verano con la nieve, pues ultra del lugar alegado de los Proverbios, hay en los autores profanos mucha noticia deste negocio y del vario uso que tenían de la nieve.

NOCHE. [...] Proverbio. «**La noche es capa de pecadores**». «**De noche todos los gatos son pardos**». [...] Proverbio: «**Mala noche y parir mi hija**», de los que han trabajado mucho en un negocio y no les ha sucedido como esperaban.

VIENTO. [...] Toman los vientos diferente nombre, según aquella parte de donde corren y señalan primero cuatro, que llaman cardinales, de las cuatro partes del mundo, conviene a saber de oriente, poniente, septentrión y medio día [...]. «**Palabras y plumas el viento las lleva**», conviene asegurarnos con escritura auténtica o con testigos para que no se vuelva atrás el que nos diere alguna palabra. [...] «**Quando fa vento, fa mal tempo**», proverbio gallego.

VIERNES. Uno de los días de la semana, dicho así por los gentiles, en honor a la diosa Venus o del planeta Venus. [...] Proverbio: «**Achaques al viernes por no ayunarle**».

[**ZAMARRO**]. Çamarro. Vestidura de pieles de corderunas o abortos, que son delgadas y tienen el pelo blando y corto. [...]. Proverbio: «**Cuando marzo vuelve de rabo, no deja manso encerrado, ni pastor enzarramado**».

El conjunto de unidades léxicas, relacionadas semánticamente por tener una base común de significado con el **cuerpo humano** (organismo de una persona; cabeza, tronco y extremidades), es uno de los ejemplos más característicos de ‘jerarquías meronímicas’, “las que se producen como resultado de relaciones de inclusión parte/todo” (ESCANDELL, 2008, p. 88-89). COVARRUBIAS elabora una escueta definición lexicográfica (*brazo* ‘lo que hay del hombro a la mano’, *cara* ‘el rostro del hombre’, *pierna* ‘parte del animal’, *uñas* de los dedos y de las manos; *uñas* de las aves’, ‘las *uñas* de las aves de rapiña son corvas’):

ABARCAR. Vale lo mesmo que abrazar, conviene a saber, comprehender con los brazos torciéndolos, en arco. [...] De los codiciosos o ambiciosos, que lo querrian poseer o mandar todo, decimos que no hacen sino abarcarlo todo; a los cuales cuadra muy bien el proverbio: «**Quien mucho abarca, poco aprieta**».

BOCA. En la sinificación que comúnmente se toma, es lo mesmo que en latín [...] «**No diga la boca con que pague la coca**», por haber sido algunos libres en hablar les han sucedido muchas desgracias. [...] «**En boca cerrada no entra mosca**», mucho bien se sigue del callar y muchos inconvenientes se excusan.

[BRAZO]. Braço. [...] Tómake por lo que hay del hombro a la mano. Proverbio: «**A dineros pagados, brazos quebrados**»; cuando el oficial ha recibido la paga de antemano, siempre empereza acabar la obra.

[CABEZA]. Cabeça. [...], porque en la cabeza del animal reinan los sentidos, y es como un alcázar do está la fuerza y el gobierno, y por eso la colocó la naturaleza en lo más alto. [...] «**A mula vieja cabezadas nuevas**», cuando se engalana el anciano, que está más para la otra vida que para esta. [...] Proverbio: «**Entrar por la manga y salir por el cabezón**», habiendo tenido alguna cabida con persona poderosa o señor, se ha ido poco a poco apoderando de él.

CARA. El rostro del hombre [...]. Proverbio: «**Lo barato es caro**»; porque siempre es malo, y ningún precio por bajo que sea, lo hace bueno. [...] «**Cara a cara vergüenza se cata**». «**Más vale mancilla en cara que vergüenza en corazón**»; díjose por los que de cortos y vergonzosos no se atreven a negar lo que les está mal conceder, y después se lamentan de haberlo hecho.

COCOTE. Y corruptamente cogote [...] Díjose de coca, que vale cabeza, en lenguaje antiguo castellano [...], por el refrán: «**No diga la boca por do pague la coca**».

COZ. El golpe que se da con el pie [...]. «**La coz de la yegua no hace mal al potro**»; los golpes que suele dar la mujer a quien bien quiere no le lastiman.

CRENCHE. La partidura del cabello, por medio de la cabeza, frontero de la nariz, echando la mitad de la cabellera a una parte y la otra mitad a la otra, que llaman la nazarena. [...] hace del refrán: «**La crencha al ojo, marido tiñoso**» [...] por ser perfección de los cabellos estar bien repartidos.

DEDO. [...]. Proverbio: «**No son todos los dedos de las manos iguales**», ni tampoco en una república son todos caballeros, ni todos cortesanos.

DIENTE. [...]. Los dientes de la boca tienen en sí diferencia, según la forma y el uso para que los crió naturaleza. [...] Proverbio: «**Más cerca están mis dientes que mis parientes**», primero es uno obligado a sí y

luego a los otros. [...] «**Aquí me nacieron los dientes**», vale aquí me crié desde niño. «**A pan duro, diente agudo**».

EPIGLOSIS. También usan vulgarmente los médicos y cirujanos deste término. Es una lengüecita pequeña que tapa la vía de la áspera arteria, porque el manjar o la bebida no entre por ella al pulmón; [...] Comúnmente la llaman el gallillo; y ultra de lo que nos advierte el proverbio: «**Oveja que bala, bocado que pierde**», es cosa peligrosa el hablar estando comiendo porque no suceda este accidente.

GÜESO. La carne firme del cuerpo que naturaleza ató con las ligaduras de los niervos, armadura del edificio animal que la cerca y abriga la carne dispuesta por la naturaleza, según la calidad del animal. [...] «**Róete ese güeso**», cuando lo que se da es más de trabajo y costa que de provecho. [...] «**A otro perro con ese güeso**», cuando está entendida la flor del que nos viene a engañar.

LAGAÑA. El humor que corre por los ojos y se cuaja y pega a los lagrimales y a las pestañas. [...] Proverbio: «**Ojos hay que de lagañas se enamoran**»; tales y diferentes son los gustos de los hombres.

MANO. [...] della manan los cinco dedos. Las acepciones de mano y los modos de hablar con este término son infinitos, pondremos aquí algunos, y los demás quedarán por no dar molestia. [...] “meteré la mano en un fuego”, juraré con seguridad.

MUELAS. Los dientes últimos que están encajados en las mejillas. Proverbio: «**A quien le duele la muela que se la saque**».

OJO. [...] son los ojos la parte más preciosa del cuerpo, pues por ellos tenemos noticia de tantas cosas [...]. Proverbio: «**Ojos que no ven, corazón no quebrantan**». Dijo Horacio en la Arte poética [...]. Proverbio: «**Al ojo, limpiarle con el codo**» [...]. Proverbio: «**No me dijo: negro has el ojo**», no me habló palabra, ni buena ni mala.

PIE. [...] «**La pierna en el lecho y el brazo en el pecho**» [...]. «**Al villano dalde el pie, tomaros ha la mano**».

PIERNA. Parte del animal y miembro conocido [...]. **Dormir a pierna tendida** es con descuido. [...] «**La pierna en el lecho y el brazo en el pecho**».

TRESQUILAR. Quitar el cabello, dijose tresquilar por quitar el cabello [...]. Proverbio: «**Tresquilenme en concejo, y no lo sepan en mi casa**».

TRIPAS. [...] dijéronse tripas [...] por estar revueltas en el vientre. [...] Proverbio: «**Hacer de tripas corazón**», mostrar uno mucho ánimo siendo interiormente cobarde.

UÑA [...] es de materia de cuerno. Tienen los hombres uñas en los dedos de las manos y de los pies, y a su semejanza las monas. También llamamos uñas las de las aves, y las que son de rapiña las tienen corvas, para hacer mejor la presa. Hay un símbolo de Pitágoras, que dice: “**No críes aves de uñas corvas**”, que vale tanto como no favorezcas los ladrones, ni a los que pretenden quedarse con haciendas ajenas.

En el grupo de unidades léxicas relacionadas con el grupo de personas que tienen lazos de parentesco, la **familia**, no se incluyen unidades léxicas, porque no incorporan paremias en el artículo (p. ej., *cuñado* ‘el hermano del marido, respeto a la mujer’, *estirpe* ‘comúnmente llamamos la decendencia de cada uno y su origen discurriendo hasta el tronco y raíces del linaje’, *linaje* ‘la decendencia de las casas y familias’, *manceba* ‘la mujer soltera que tiene ayuntamiento con hombre libre’, *mancebo* ‘el mozo que está en la edad que en latín decimos *adolescens*’, *nieto* y *nieta* ‘los hijos de los hijos, respeto de los abuelos’, *padrastro* ‘el segundo marido, que en respeto de los hijos del primer matrimonio, que se llaman antenados, *id est, ante nati*, se llamó padrastro por suceder al padre’, *suegro* ‘padre de la mujer’...):

ABUELO. Y corruptamente *agüelo*, [...]. Proverbio: «**Quien no sabe de agüelo no sabe de bueno**», porque los agüelos quieren mucho a los nietos, en razón de que se van perpetuando en ellos más adelante de los hijos.

AHIJADO. El que saca el compadre de pila, que le es como padre espiritual. Dice un refrán: «**Del pan de mi compadre, buen zatico a mi ahijado**», cuando de la hacienda ajena hacemos gracia y damos liberalmente.

ALCAHUETE. [...] *Alcahueta* [...]. La tercera, para concertar al hombre y la mujer se ayunen, no siendo el ayuntamiento legítimo, como el marido y la mujer [...]. Buen ejemplo tenemos en la famosa tragicomedia española dicha *Celetina*.

COMADRE. Vale madre, juntamente con la que lo es verdadera; y llamamos comadre a la que ayuda a parir, que cura de la madre y de la criatura. [...] «**Riñen las comadres y dícense las verdades**», la mujer enojada, y aun sin enojarse, no sabe guardar secreto. Proverbio: «**Mal me quieren mis comadres, porque les digo las verdades**».

COMPADRE. [...] Llamamos compadres a los que nos sacaron de pila, que se obligan a hacer con nosotros oficio de tales. [...]. «**Del pan de mi compadre, buen zatico a mi ahijado**»; este proverbio viene a cuento cuando uno de hacienda ajena es liberal.

NOTE. La hacienda que lleva consigo la mujer cuando se casa [...]. Y porque lo que pertenece a la dote muchas veces se niega, hay un refrán que dice: «**Por casar mi hija, mandé mi viña; casé mi hija, negué mi viña**». Tenía un viejo dos cosas que quería mucho, una hija y una viña; y para casar la hija fue menester mandar la viña.

[HERMANO]. Ermano. El que es engendrado con otro o otros, de un padre y de una madre. [...] Proverbio: «**Entre hermanos no metas tus manos**», porque hoy riñen y mañana vuelven a ser amigos y suele llover sobre terceros.

HIJO. [...]. Viene con el dicho del morisco: «**El hijo de mi hija estar mi nieto**». Proverbio: «**El hijo de la puta a su madre saca de duda**», cuando parece al padre, pues entonces, como dicen, no le puede negar. [...] «**Muchos hijos y poco pan, contento con afán**».

HITO. Es lo mismo que fijo [...] y de allí nació el proverbio dar en el hito [...] «**Si mi hijo muda hitos señal es que pierde**»; está tomado del juego del hito.

IGUAL. La cosa que está justa, cotejada con otra, o justa en sí mesma, en razón de sus partes. [...] Proverbio: «**Cada cual case con su igual**».

MADRASTRA. La mujer que casa con alguno que tiene hijos de antecedente matrimonio, en respeto de los cuales se llama madrastra [...] un refrán que dice: «**Madrastra, madre áspera, ni de cera ni de pasta**».

MADRE. [...] correlativo de hijo. [...] Proverbio: «**Quien no cree a buena madre, crea a mala madrastra**». «**Riñome mi madre, y yo trómposelas**». «**Cual madre, tal la hija**».

[MOZO]. Moço. Esta palabra significa ordinariamente la edad juvenil. [...] Proverbio: «**Si quieres ser mozo asienta con amo**».

NUERA. La mujer del hijo respeto de los suegros [...] Proverbio: «**A tí te lo digo, mi hijuela; entiéndelo tú, mi nuera**».

PADRE. [...] correlativo de hijo, puede ser nombre honorífico que damos a los ancianos [...]. Proverbio: «**Un padre para cien hijos, y no cien hijos para un padre**». «**Mi padre se llama hogaza, y yo muero de hambre**».

PARIENTE. El deudo que es de un mismo linaje [...] «**No hay pariente pobre**».

TÍO. El hermano de padre o madre [...]. Hay un proverbio que dice: «**A casa de tu tía, mas no cada día**». Quiere que vamos a casa del pariente para que no se pierda la amistad ni se olvide, según acontece en los linajes donde hay pobreza y riqueza; pone también una limitación, que no sea cada día; como el otro que dice: «**De ida y venida por casa de mi tía**».

[**YERNO**]. Ierno. El marido de la hija de aquel en cuyo respeto se llama suegro [...]. Para declarar sus calidades dice el refrán: «**Tal es el yerno como el sol de invierno, sale tarde y pónese luego**». [...] donde una suegra que vio que el yerno los seis primeros días la trataba como a madre y no hacía cosa sin pedirle licencia, después que tuvo la hacienda y mujer, tomando casa, viéndolo ir sin más cuenta dijo: «**Amistad de yerno sol de invierno**».

El tema **forense** lo vemos en escasos ejemplos, porque lo relacionado con la ley y el derecho correspondía a las nomenclaturas de los diversos campos del saber (*scientia*), “a los juristas”. En el *Fuero Juzgo* consta la exigencia de la «maestría para saber las cosas de raíz», distinguir «la verdad de la mentira», partir «de buenos é honestos comendamientos» y que los intervinientes no deben parecerse a los *boceros*, sino a los «omnes sabidores de derecho»:

ALEGAR. Vale traer leyes para comprobación de lo que propone, defendiendo o acusando, según el brocárdico de los juristas [...]. Proverbio: «**Cada uno alega en derecho de su dedo**», dando a la ley el sentido a su propósito.

ALEVE. El que es traidor, que se levanta contra su señor [...]. Proverbio: «**A un traidor dos alevosos**», da a entender que no se debe guardar la fe al que la quebrante.

ARROYO. Agua corriente, pero no con tanto caudal que se pueda llamar río. [...] Dice un proverbio: «**La mar que se parte, arroyos se hace**»; una hacienda por gruesa que sea, repartida entre muchos herederos viene a menoscabarse.

AVENENCIA. Concierto entre partes [...]. Proverbio: «**Más vale mala avenencia que buena sentencia**», porque si se echa bien la cuenta de lo que se ha gastado con letrados, procuradores y escribanos, hallaremos haberse consumido casi tanto como lo que se saca con sentencia a favor.

CARTA. [...] «**Hablen cartas y callen barbas**», dando a entender que las escrituras auténticas tienen más autoridad, y se les debe dar más fe que al dicho del testigo, que por muchas razones puede testificar falso.

CODICILO. Es el escrito en que uno declara su última voluntad [...]. Proverbio: «**Si no vale por testamento, valga por codicilo**», cuando se duda si una cosa ha de tener efecto en todo aquello que se pretende, y la parte dice que valga lo que valiere, si no fuere tanto, que será algo.

COHECHAR. Sobornar con dádivas al juez, al testigo o a cualquier otra persona que encaminamos a que diga o haga lo que nos está bien [...]. Proverbio: «**Ni tomes cohecho, ni pierdas derecho**».

CONSENTIR. [...] Dice el proverbio: «**Hacientes y consintientes, pena por igual**».

COSTUMBRE. [...] Proverbio: «**A mala costumbre quebrarle la pierna**». **La costumbre hace ley**, entiéndese cuando no hay ley en contrario, ni repugna a la razón y justicia. «**Costumbre buena, costumbre mala el villano quiere que vala**». [...] «**Mudar de costumbre a par de muerte**».

CRÍTICO. Vale como judicial o judiciario. [...] Días críticos llaman los médicos aquellos que se puede hacer juicio y discurso de la enfermedad del paciente, que ellos llaman términos [...]. Otras enfermedades hay que se llaman crónicas [...] Por lo cual sería buen consejo lo que dice el refrán: «**Ni con cada sed al jarro ni con cada duele al médico**».

DICHO. A veces significa la deposición de testigo [...]. Proverbio: «**Del dicho al hecho hay gran trecho**».

DUEÑO. El señor de la cosa. [...] «**Donde no está su dueño, está un duelo**».

FIADOR. El que fía a otro. [...] Dice un proverbio: «**Ni fies ni porfies, ni apuestes ni prestes y vivirás entre las gentes**».

GÜEVO. [...] Tenemos algunos refranes y modos de hablar usando el término güevo, como [...]: «**No por el güevo sino por el fuero**»; impuso un señor a sus vasallos por reconocimiento un güevo, y ellos pleiteáronlo y gastaron sus haciendas en defenderse y diciéndoles que cómo por tan poca cosa aventuraban tanto, respondían que no lo hacían por el güevo sino por el fuero.

LAVAR. Mundificar y limpiar alguna cosa con agua. [...]. “Lavar las manos”; cosa usada para sentarse a comer; y los jueces, para dar a entender la pureza con que sentencian, lavaban sus manos, de donde quedó el proverbio: «**Deste negocio, yo lavo mis manos**», queriendo

significar no consentir en el hecho. [...]«**No la lavaré con cuanta agua lleva el Duero**», dicese del que no puede purgarse de la culpa manifiesta, queriendo significar no consentir en el hecho.

MADURO. [...] todo lo que está en su sazón, como las frutas de los árboles; [...]. Proverbio: «**Quien come las maduras, coma las duras**»: el que ha de llevar el provecho no se excuse del trabajo.

PERALVILLO. Un pago junto a Ciudad Real [...] Proverbio: «**La justicia de Peralvillo, que después de asetado el hombre le fulminan el proceso**»; fúndase en que los delitos que se cometen en el campo, que merecen muerte, son atroces, y piden breve ejecución constando del delito, especialmente si le han cogido infraganti al delincuente.

PLEITO. Palabra forense, muy común y ordinaria; parece sinificar contienda o diferencia judicial entre partes. Pero, si bien se advierte, en rigor vale conveniencia y conformidad, porque los que pleitean concurren en una cosa y sobre esta se siguen las diferencias [...]. «**Quien mal pleito tiene, mételo a barato**».

[QUEJA]. Quexa. La querella que tenemos de alguno [...]. Proverbio: «**Más vale buena queja que mala paga**». Dice delante del juez, porque quejarse al ajeno o decir el hombre su pena a quien no se mueve por ella, no le sirve de consuelo; y así dice el adagio castellano: «**Dices tu pena a quien no le pena; quéjaste a madre ajena**»; porque no consuela al hombre decir su pena al que no le duele cuando la oye.

VENDER. [...] es conmutar la mercaduría o otra cosa por precio cierto o justo. Proverbio: «**Pregonar vino y vender vinagre**». [...]. Proverbio: «**Compra lo que no has menester, y venderás lo que no podrías excusar**». [...] «**Venta deshace renta**»: el que tiene arrendada alguna posesión, en vendiéndola su dueño cesa el contrato.

VIENTO. [...] «**Palabras y plumas el viento las lleva**», conviene asegurarnos con escritura auténtica o con testigos para que no se vuelva atrás el que nos diere alguna palabra.

[VOZ]. Boz. [...] es propiamente el sonido que profiere el animal por la boca. [...] Proverbio: «**Quien ha mal pleito, mételo a voces**».

Entre los temas relacionados con los **lugares** hallamos topónimos e hidrónimos. Proporciona información y distingue rasgos semánticos de las unidades léxicas: *bosque* ‘es monte espeso y maleza adonde se acogen las fieras, por estar encubiertas; *ciudad* ‘es multitud de hombres y ciudadanos,

que se ha congregado a vivir en un mesmo lugar, debajo de unas leyes y un gobierno; *pago* ‘significa también el distrito determinado de tierras o heredades, especialmente de viñas’ (DA); *provincia* ‘es una parte de tierra extendida, que antiguamente acerca de los romanos, eran las regiones conquistadas fuera de Italia’; *pueblo* ‘el lugar y la gente dél’; *nación* ‘vale reino o provincia extendida, como la nación española’; *provincia* ‘es una parte de tierra extendida, que antiguamente cerca de los romanos eran las regiones conquistadas fuera de Italia’; *villa* ‘es propiamente y en rigor la casería o quinta que está en el campo, a do consiste la labranza de la tierra del señor y la cosecha a do se recogen los que la labran con sus ganados, y tienen su vivienda apartada de las demás caserías’:

[**ANDÚJAR**]. Andújar. Ciudad en el Andalucía, de que hace mención Plinio [...] Hay entre los árabes un proverbio que dice: «**Antes que tomes casa andor alchar**», *id est*, mira al vecino.

ATENAS. [...] Ciudad celeberrima [...] «**Llevar lechuzas a Atenas**», proverbio griego, cuando uno lleva mercaduría a parte donde hay abundancia della, porque dicen había en aquel lugar abundancia destas aves nocturnas.

CALAHORRA. Ciudad y obispado [...] y de aquí nació un proverbio para encarecer una gran hambre, que decía: «**Fames calagurritana**».

CAMINO. La tierra hollada de los que pasan de un lugar a otro, de la cual no puede ningún particular tomar nada e incorporarlo en su haza o tierra [...] «**Camino de Santiago tanto anda el cojo como el sano**».

CASTILLA. Una de las provincias principales de nuestra España. [...] Es apellido de casas ilustres. «**Villa por villa Valladolid en Castilla**». [...] Hay algunos proverbios, como: «**Villa por villa, Valladolid en Castilla**»: este ha cesado con haberlo hecho el rey nuestro señor ciudad y cabeza de obispado.

***CIMEROS**. Son ciertos pueblos [...]. Dijéronse cimmericos, *quasi* dormientes [...]. Quedó en proverbio cerca de los latinos: «**Cimmeriae tenebrae**», *pro densissima caligine*.

CUENCA. Ciudad de Castilla, puesta en los confines de la Celtiberia, según las particiones antiguas. [...] cuenca vale tanto como cóncava. «**Hecha es Cuenca para ciegos**»; dícese irónicamente por el

cuidado con que se debe andar por ella, especialmente si es invierno y están heladas las calles.

DUEÑAS. Villa de Castilla la Vieja, dicha antiguamente Eldana. Dice un proverbio, por ironía, cuando casan dos, que el uno no puede poner tacha al otro: «**Ruin con ruin así casan en Dueñas**».

DUERO. Río famosísimo en España, por el cual se dijo: «**Yo soy Duero, que todas las aguas bebo**», [...] Arlanga, Pisuegra y aun Carrión gozan de nombres de ríos; empero después de juntados llamámoslos Duero.

EBRO. Uno de los cuatro ríos caudalosos de nuestra España. [...] Dice un refrán: «**Ebro traidor, naces en Castilla y riegas en Aragón**».

[EXTREMADURA]. Estremadura. Provincia de España, dicha antiguamente Beturia [...] y para que se conozcan, pónelos cada ganadero su señal de almagre, y de aquí nació el refrán: «**Enalmagrar y echar el extremo**», que cada uno lo aplica a lo que quiere, en razón de mejorarse.

GORMAZ. Hay un pueblo dicho Santisteban de Gormaz, cerca del cual han sucedido algunas cosas notables. [...] y de allí nació el proverbio: «**Mirá no sea esta la de Gormaz**», cuando queremos decir que escarmiente alguno de lo pasado. [...] Para dar a entender que lo que uno ha dicho es una muy grande mentira decimos: «**Esa es de las finas de Gormaz**».

GÜERTO. Huerto. Es lugar o en el campo o la ciudad o poblado en el cual se crían árboles frutales y hortaliza [...]. «**Después de yo muerto, ni viña ni güerto**»; hase de entender este refrán en razón de las cosas temporales, el cuidado de las cuales queda a los vivos; pero no de aquellos que pueden pertenecer al bien espiritual de las ánimas.

GÜETE. Ciudad del obispado de Cuenca [...]. «**Pleito en Güete y viña en Cuenca**» se dice por refrán; las viñas de Cuenca son muy ruines, y suélenlas vendimiar los que no las podaron ni cavaron; los pleitos en Güete dicen ser largos, pero todo el mundo es Güete.

JÚCAR. [...] Uno de los ríos que pasan por Cuenca: es caudaloso y de buena agua y dulce, en tanto no se mezcla con otros ríos. [...] Dice un chistecillo: «**Júcar y Huécar, y Cuenca en medio**». Va a descargar al mar de Valencia, por la villa de Cullera.

+**[LÉRIDA].** [...] dicen que estuvo en esta ciudad Herodes Antipas, que degolló a San Juan Baptista, retirado con la manceba Herodías y su hija, bailarina [...] muriendo de mancomún, conforme obraron, pues bailando sobre los hielos del Segre, año 34, se hundieron y ahogaron, verificando el adagio: «**Muere cada uno con su oficio**».

MULADAR. El lugar fuera de los muros de la villa o ciudad donde se echa el estiércol y la basura y porque es fuera de los muros se dijo muralda, y de allí muladar, trocando las letras. Proverbio: «**Álzanse los muladares, y abájanse los adarves**»; cuando la gente noble y buena viene a descaecer, y los ruines se alzan a mayores.

OLMEDO. Villa nombrada en Castilla la Vieja, y famosa por la batalla que se dio entre los conjurados y leales que seguían al rey don Enrique el cuarto [...]. Fue tan populosa, noble y fuerte que corría por refrán: «**Quien de Castilla señor pretende ser, a Olmedo y Arévalo primero de su parte ha de ser**».

ORGAZ. Villa en el reino de Toledo [...]. Proverbio: «**La danza de Orgaz**», y «**Den caldo a los de Orgaz**»; pienso que lo uno y lo otro se dijo por chocarrería.

ORIHUELA. Ciudad del reino de Murcia [...]. Proverbio: «**Que llueva que no llueva, pan se coge en Orihuela**»; porque gran parte de su tierra se riega.

PALMA. Villa del Andalucía [...]. Proverbio: «**Su alma en su palma**».

PARDO. El bosque y casa de recreación de los reyes, cerca de Madrid [...]. «**De noche todos los gatos son pardos**».

PERALVILLO. Un pago junto a Ciudad Real.

VILLA. [...] es propiamente y en rigor la casería o quinta que está en el campo, a do consiste la labranza de la tierra del señor y la cosecha [...]. «**Quien vergüenza no tiene, toda la villa es suya**». «**Quien ruin es en su villa, ruin será en Sevilla**». «**Al villano, dalde el pie y tomarse ha la mano**». «**Villanos te maten, Alfonso**»; estas palabras quedaron en proverbio por las que dijo el Cid Ruy Díaz al rey don Alonso, en la jura que tomó en Santa Gadea de Burgos.

Los temas nucleados en torno a **la mujer** presentan una notable frecuencia de aparición; la misoginia es evidente. Formula reglas de conducta [‘las doncellas han de estar retiradas, recogidas y haciendo su labor’ (**ángulo**)]. Se las descalifica o censura por sus defectos o vicios. Así, su tendencia a la inquietud y mutabilidad (**bailar**); por su aspecto físico (**barba**); por acudir a todas las fiestas (**boda y bodas**); por el mal ejemplo de su madre (**cabra**); por ser maliciosamente delicadas (**callar**); por su marcada tendencia a gritar (**casa**); por engañar y ser mentirosas o no saber guardar un secreto (**comadre**);

por destruir al hombre en honra, hacienda y salud (**comino**); por hacer traición a su marido (**cornudo**); por ser peligrosas (**estopa**); por tener caprichos cuando están embarazadas (**fréir**); por salir de casa, ser andariegas y envidiosas (**gallina**); por ser desenvueltas (**mar**); por la necesidad de que estén calladas (**pera**), por ser cabezas locas (**toca**), etc.:

ÁNGULO. Dicen los géometras ser lo que consta de dos líneas que se vienen a juntar en un punto [...]. Dice un refrán: «**Boca con rodilla y el rincón con el almohadilla**», por las doncellas que han de estar retiradas, recogidas y haciendo su labor.

[BAILAR]. Bailar. [...] Proverbio: «**Si Marina bailó, tome lo que halló**»; hay costumbre en algunas aldeas que acabando de bailar el mozo abraza la moza, y debió ser el abrazo que dieron a esta Marina tan descompuesto que escandalizó y dio que decir al lugar todo, de donde nació el proverbio, y aplícase a la mujer que desenvueltamente hace o dice alguna cosa, por la cual se le sigue alguna nota. «**A la mujer bailar y al asno rebuznar**», el diablo se lo debió mostrar; esles tan natural a las mujeres la inquietud y mutabilidad, que esta las inclina y facilita al baile, que no es otra cosa sino una inconstancia en su cuerpo y en todos sus miembros.

BARBA. [...]. La barba distingue en lo exterior el hombre de la mujer, porque a la mujer no le salen barbas, y si algunas las tienen, son de condición singular, como en nuestros tiempos hemos visto la barbuda de Peñaranda, y otras algunas; por estas dijo el proverbio: «**A la mujer barbuda, de lejos la saluda**».

BODA Y BODAS. Es un término español antiguo y muy usado por lo que en latín llamamos *nuptias* [...]. Hay algunos proverbios deste nombre boda: «**No hay boda sin doña Toda**», de algunas señoras que apetece hallarse en todas las fiestas, aunque sean particulares. «**En la boda, quien menos come es la novia**», porque está mesurada y no se osa descomponer; y también está turbada, medrosa y confusa con el nuevo estado.

CABRA. [...] «**Por do salta la cabra salta la que la mama**», la ruin madre, con su ejemplo, es causa que su hija siguiendo sus pisadas sea mala.

CALLAR. [...] Hay algunos proverbios españoles, que no es razón dejarlos de poner aquí: [...] «**Las buenas callan**»; este proverbio se dijo por las mujeres melindrosas, que si les dijeron alguna libertad, y podrían pasar

disimulándola sin detrimento de sus honras, lo van a poner en pico a sus maridos o padres, y son ocasión de quistiones, y algunas veces de muertes.

CASA. [...] Habitación rústica, humilde, pobre, sin fundamento ni firmeza, que fácilmente se desbarata [...]. «**Tres cosas echan al hombre de su casa, el humo, la gotera y la mujer vocinglera**».

COL. Género de berza [...]. Proverbio: [...] «**No es sino el alba que andaba entre las coles**»; este proverbio nació de una mujer de un hortelano simple, que al reír del alba sintió ruido y le pareció persona que iba a gatas por entre las berzas. La mujer le aseguró que era el viento de la mañana, que meneaba las coles.

COMADRE. Vale madre, juntamente con la que lo es verdadera; y llamamos comadre a la que ayuda a parir, que cura de la madre y de la criatura. [...] «**Riñen las comadres y dícense las verdades**», la mujer enojada, y aun sin enojarse, no sabe guardar secreto. Proverbio: «**Mal me quieren mis comadres, porque les digo las verdades**».

COMINO. [...]. Hay dos especies de cominos, uno hortense, y otro salvaje o rústico. [...] «**Putas y dados y cominos de odre matan al hombre**», las mujeres, el juego y la embriaguez y gula destruyen al hombre en honra, hacienda y salud.

CORNUDO. Es el marido cuya mujer le hace traición, juntándose con otro y cometiendo adulterio. [...] y un proverbio de los moriscos: «**Cual es la cabra, tal es la hija que la mama**». [...] y quedó en proverbio «**tras cornudo apaleado**». Ninguno destes deja de tener algún descuido o dar a su mujer más licencia de la que conviene, y de ser poco recatados les sucede lo que a [...] y a otros infinitos príncipes y señores.

ESTOPA. [...] Es lo grueso del lino que queda en el rastrillo cuando se peina y rastrilla; [...] «**No está bien el fuego cabe las estopas**». Este proverbio nos advierte excusemos la mucha familiaridad con las mujeres peligrosas. «**La camisa de nuestra novia, cuerpos de fino y faldas de estopa**», las mujeres caseras en lo exterior andan al uso y en lo interior a la comodidad.

FREÍR. [...] Otro dicho vulgar hay, que dice: «**Tomá fruta, Locía, y dábale sartenazo**». Una recién casada de aldea habíase criado en la ciudad, y estando preñada antojósele un poco de fruta de sartén y díjosele a su marido; el villano arrebató de la sartén y diole con ella muchos sartenazos, diciendo: «Tomá fruta, Locía»; y así quedó en proverbio.

GALLINA. Ave conocida [...]. «**La mujer y la gallina, hasta casa la vecina**»; dicen que si se aleja de su propia casa la gallina, no sabe volver

a ella. Este proverbio da a entender cuánto importa que las mujeres no sean andariegas, por lo que les puede suceder fuera de sus casas. Otro proverbio hay, que es casi el mismo: «**La mujer y la gallina, por andar se pierden aina**». «**¿De dónde la vino a la gallina la pepita?**», cuando alguna mujer ha hecho por donde tenga ruin fama. [...]. «**Dijo la envidia: la gallina de mi vecina más huevos pone que la mía**».

MAR. [...]. **Marina**, este nombre dio ocasión a un proverbio: «**Si Marina bailó, tome lo que ganó**», dando a entender que las mujeres no han de ser desenvueltas.

PERA. [...] Proverbio: «**La mujer y la pera, la que calla es buena**».

TOCA. El velo de la cabeza de la mujer. Dice un proverbio: «**En cabeza loca poco dura la toca**».

Entiende COVARRUBIAS por **salud** 'la sanidad y entereza del cuerpo'; incluye referencias al buen funcionamiento del organismo y condiciones físicas. Presenta consejos: 'abstinencia en el manjar' (**ayuno**); indica alimentos que son buenos y malos para la salud (**bazo**); recomienda 'a los tocados de la gota que deben seguirlos para no dar gritos de dolor' (**bocado**); 'no debe el hombre comer cada día de banquete' (**caldo**); menciona síntomas de enfermedades infecciosas (**lepra**) o la inflamación de una mucosa del aparato respiratorio (**catarro**). La lengua usada entre los médicos era el latín («*Crudum supra indigestum general morbum*»). Decía PIQUER, uno de los médicos más famosos de Europa, en su *Dictamen* (1768) sobre la reforma de los estudios de esta disciplina: "Los estudiantes de medicina han de saber latín decentemente [...] es cosa extravagante que se fie la salud de los hombres a quien no se puede fiar un párrafo de lengua latina" (LÁZARO CARRETER, 1985, p. 167):

ACHAQUE. [...]. La excusa que damos para no hacer lo que se nos pide o demanda, de do nació el proverbio: «**Achaques al viernes, por no ayunarle**».

AGUA. El elemento principal de los cuatro. [...] Proverbio: «**El enfermo que es vida, el agua le es medicina**».

ALTO. El lugar levantado como monte, peñasco, torre, y lo demás que tiene en sí altura [...] Proverbio: «**Come poco y cena más, duerme en alto y vivirás**».

ATAR [...] «**Poco, mal y bien atado**», cuando la indisposición es muy ligera y el paciente se recata mucho, como si fuese cosa de momento.

AYUNO. La abstinencia del manjar, o los días en los cuales hemos de abstener de comer [...] «**Ayunar o comer trucha**», no contentarse con poco, y dejar pasar algunas ocasiones razonables por esperar las mayores. «**Harto ayuna quien mal come**», dicese de los pobres, que comen cuando lo tienen y no cuando lo quieren, como los ricos.

[BAZO]. Baço. Parte de la asadura que tiene su asiento en la siniestra del animal. [...] Proverbio: «**Lo que es bueno para el hígado es malo para el bazo**», lo que aprovecha para una cosa, daña para otra.

BEBER. [...] «**Nadie diga desta agua no beberé**», cuando viéremos al prójimo en algún trabajo, consideremos que nos podríamos ver en otro tal. «**Si no bebo en la taberna, huélgome en ella**», hay muchos que por solo ver jugar a otros, se están desvelados toda una noche.

BOCA. [...] el enfermo no hacer exceso en el comer, ni exceder de lo que manda el médico. «**Guarda la boca, y excusaría la sangría**».

BOCADO. [...] «**A buen bocado buen grito**»; suelen algunos tocados de la gota no guardarse de lo que les ha de hacer daño, y después lo pagan cargándoles la enfermedad que les hace dar gritos de dolor. «**A bocado harón espolada de vino**»; cuando se ha perdido la gana de comer, con ir bebiendo a tragos se ayuda a pasar el bocado.

CALDO. [...] «**Cada día olla, amargaría el caldo**»; no debe el hombre comer cada día de banquete, porque viene a amargar cuando se halla empeñado por lo que ha ido a la letrina.

CANDELA. La vela de sebo o cera [...] Proverbio: «**Media vida es la candela, pan y vino la otra media**».

CATARRO. La distilación que cae de la cabeza a la garganta y el pecho. [...] Proverbio: «**No huelo nada, que estoy romadiza**»; cuando alguno da a entender ignora lo que no ha de dar gusto a quien se lo pregunta.

CIRUJANO. El médico que cura de heridas o llagas. Antiguamente, y en tiempo de Galeno, el barbero, en cuanto sangraba, y el boticario, en cuanto aparejaba las medicinas, y el cirujano, en cuanto curaba las heridas, y el médico en curar universalmente todo género de enfermedades, estaba reducido a una persona. [...] . Allí clínicos entiende por los tullidos en las

camas. «**No hay mejor cirujano que el buen acuchillado**», conviene a saber, los que tienen experiencia y han probado la trementina.

CODERA. La sarna que nace en los codos, la cual da mucha pena por ser parte sensible más que otra. «**Muerte de suegra, dolor de codo, que duele mucho y dura poco**»; muchas nueras harán cuenta que pierden madres, si son tratadas dellas con amor.

COMER. [...] «**Bien comer o mal comer, tres veces beber**».

DIGERIR. Vulgarmente se toma por cocer el manjar en el estómago y repartir la sustancia o quilo dél. [...] **Indigesto**, lo mal digerido; axioma entre los médicos es: «*Crudum supra indigestum general morbum*».

DORMIR. [...] es suspender los sentidos con el sueño [...] «**Cobra buena fama y échate a dormir**»: en el principio ha de procurar cada uno acreditarse.

ENFERMO. [...] Y no solo llamamos enfermos a los hombres y a los animales brutos, cuando no están con salud, mas también a los árboles. [...] «**Comer hasta enfermar y ayunar hasta sanar**».

HIGO. [...] Dice un proverbio: «**Mee yo claro, y una higa para el médico**»; díjolo Marcial. [...] «**Lo que es bueno para el hígado es malo para el bazo**», cuando el provecho que se recibe de una cosa para un particular, es dañoso para otro.

HUERCO. [...] las andas en que llevan enterrar a los muertos, en la lengua castellana antigua; y así dice el refrán: «**La casa hecha y el huerco a la puerta**»; por los que habiendo alcanzado lo que han pretendido con gran solicitud, costa y trabajo, en teniéndolo en casa se mueren y no gozan.

MEAR. [...] Proverbio: «**Mear claro y una higa para el médico**».

MÉDICO. [...] por otro nombre físico, y también se ha alzado con el nombre de doctor. Proverbio: «**Mear claro, y una higa para el médico**».

SORDO. [...], el que no oye. «**No hay peor sordo que el que no quiere oír**».

TIÑA. [...] Una especie de lepra que nace en la cabeza, que va royendo la piel del casco y corrompiéndola, [...] «**No le falta sino tiña**», se dice del ruin, que en poco tiempo y sin saber cómo se ha hecho rico. [...] «**El ajuar de la tiñosa, todo en cofias**».

VÓMITO. El trueque que se hace, o de la comida o de la cólera, flema o sangre, o de otra cosa que eche de sí el estómago. [...] «**Volver al vómito**», es proverbio, tomado del perro que vuelve a comerse lo que ha vomitado.

El artículo dedicado a DIOS es uno de los más extensos, cita fragmentos de la Biblia en latín (*Génesis, Éxodo, Reyes...*) y textos de teólogos; construye varias hipótesis sobre la etimología:

DIOS. Del nombre latino *deus*, cuya etimología es varia. [...] Hay algunos proverbios desta palabra Dios, como: «**A quien Dios quiere bien, la casa le sabe**», por más retirado y escondido que esté el bueno, le busca Dios y le saca de los rincones y entre las breñas [...]. «**No hizo Dios a quien desamparase**», Dios que cría todas las cosas, Él las sustenta y mantiene. [...] «**Ayúdate, y ayudarte he**», y con la que dice: «**A Dios rogando y con el mazo dando**».

4. Morfología léxica

Por morfología léxica entendemos la disciplina que “estudia la estructura de las palabras y las pautas que permiten construir las o derivarlas de otras. Se divide tradicionalmente en dos subdisciplinas: la DERIVACIÓN y la COMPOSICIÓN” (RAE-ASALE, 2010, p.7). La “derivación” opera mediante afijos (‘prefijación’ y ‘sufijación’). La afijación es el más común, el que da lugar a un gran número de formaciones y el que permite más posibilidades de diversidad formal “no solo por la variabilidad en cuanto al modelo de adjunción (pre-, in-, su-fija-ción, etc.), sino también por la posibilidad de repetir en una formación dada el mismo modo de afijación” (PENA, 1990, p. 80-81).

Entre los prefijos documentados, está *con-* que presenta las alomorfas, *com-* unido a bases que comienzan por consonante bilabial y *co-* (*cohabitar, comadre*). Sus valores semánticos son muy heterogéneos, podemos sintetizarlos en dos: a) ‘unión con X’ (*componer*) y (b) ‘relación de igualdad con X’ (*condicipulo*): *compadre* ‘el que saca a un hijo de pila a otro, o es padrino de confirmación’ (DA, 1737), *componer* (poner > componer > descomponer) [se adjuntan dos prefijos], *cohabitar* ‘vivir en uno como marido y mujer’ (**habitar**), *contenerse* ‘refrenarse, irse a la mano’, *convenir* ‘ser a propósito’:

[COJO]. Coxo. Se dijo de coja [...]. Proverbio: [...] «**Cabra coja no quiere siesta**», el estudiante que no tiene mucho ingenio debe trabajar siempre para poder correr parejas con sus *condicípulos* que son más hábiles, y cuando ellos huelgan conviene que él estudie.

COMADRE. Vale madre, juntamente con la que lo es verdadera. [...] «**Riñen las comadres y dícense las verdades**», la mujer enojada, y aun sin enojarse, no saber guardar secreto. Proverbio: «**Mal me quieren mis comadres, porque les digo las verdades**».

COMPADRE. [...] los que nos sacaron de pila, que se obligan a hacer con nosotros oficio de tales. [...]. «**Del pan de mi compadre, buen zatico a mi ahijado**»; este proverbio viene a cuento cuando uno de hacienda ajena es liberal.

COMPONER. Poner juntamente una cosa con otra [...] Proverbio: «**Muchos componedores descomponen la novia**»; el consejo no se ha de tomar de muchos, sino de pocos, y esos sean tales que le puedan dar cual conviene.

CONSENTIR. [...] Dice el proverbio: «**Hacientes y consintientes, pena por igual**».

El prefijo *des-* puede presentar diversos valores; se adjunta a cualquier categoría gramatical, preferentemente a bases verbales. Los valores significativos principales son: a) ‘negación de X’ en bases sustantivas, adjetivas o verbales; la formación más productiva es la ‘egresiva’, en la que se indica la anulación implícita del verbo base resultativo: *desacomodar* ‘perder su cómodo’, *desalabar* ‘poner tacha a alguna cosa’, *desamparar* ‘dejar de favorecer al que tenía necesidad de nuestra ayuda’, *deshonrar* ‘quitar la honra’; (b) ‘acción inversa a X’: *desagradar* ‘no dar agrado ni contento’, *descomponer* ‘desbaratar lo compuesto’, *deshazer* ‘borrar lo hecho’.

El principal valor del prefijo *re-* es el de ‘repetición’ de la acción de la base [*recrecer* (**alfayate**), *relucir*, *rempujar* ‘dar golpe con que movemos a otro de su lugar’ (**clavo**), *repelar*, *repicar*] o la intensificación de la acción indicada por el verbo (*relucir*, *repelar*). Otras formaciones prefijadas: *reformular* ‘volver a dar forma’, *rehacer* (**rehazer**) ‘volver a hacer’, *remorder* ‘volver a morder’, *renacer* (**renacer**) ‘nacer otra vez’, *renovar* ‘hacer nuevo’, etc. El

valor principal del prefijo *tras-* es ‘del otro lado de X’, aporta el significado de ‘posición’ (*transportar* ‘llevar de un lugar a otro’):

[AJ]. Ax. Es una voz de dolor y sentimiento, cuando somos lastimados de algún golpe. [...] Y así dice un proverbio antiguo: «**No digas aj, que deshonrarás tu linaje**». En los tormentos hay muchos que aunque los hagan pedazos no hacen más mudamiento que si fuesen de piedra.

ALABAR. Loar [...] Proverbio: «**Cada bohonero alaba sus agujas**», y todos alaban su mercadería. [...] «**El que desalaba la yegua, ese la lleva**», astucia es de los que compran no mostrar mucha satisfacción ni voluntad de lo que quieren comprar, porque no les suban el precio.

ATAR [...] «**Quien bien ata, bien desata**» [...] «**Ni ata ni desata**».

CLAVO. [...] Proverbio: «**Un clavo saca a otro, un trabajo hace que se olvide otro**», tomada la metáfora de los que para sacar el clavo que está fuertemente asido al madero, le *rempujan* con otro.

DESALABAR. Poner tacha en alguna cosa. Proverbio: «**El que desalaba la yegua ese la lleva**»; para disimular el comprador la gana que tiene de la cosa que le ha agradado, procura ponerle algunas tachas.

LLOVER. [...] Proverbio: «**Llover sobre mojado**», cuando a una culpa se *recrece* otra.

[RELUCIR]. Reluzir.[...]. Proverbio: «**No es oro todo lo que reluce**»; acomodado a las apariencias exteriores de los hipócritas.

REPELAR. Sacar el pelo, y particularmente de la cabeza, castigo que se suele dar a los muchachos. [...] Proverbio: «**Más viejo que el repelón**»; comúnmente suelen repelar el cabello que cae en las sienas.

REPICAR. Picar muchas veces [...]. Proverbio: «**En salvo está el que repica**»; en las costas de la mar descubren desde las torres cuando hay enemigos y al punto el que está allí tañe a rebato y este no tiene peligro, porque está encastillado en la torre.

TRASPONER. Suele sinificar lo mismo, trasponiendo un arbolico nuevo en otra parte [...] vale algunas veces desmayarse y otras ausentarse; de do nació el proverbio: «**Más vale una traspuesta que dos asomadas**».

La parasíntesis es un proceso que ha sido y es objeto de debate. Citamos únicamente a tres autoridades distantes en el tiempo. MENÉNDEZ PIDAL (1966, p. 235) afirmaba: “al contrario que los sufijos, los prefijos, en

romance son átonos” [...] “todos son de origen latino”, [...] “los compuestos de prefijo y sufijo a la vez se llaman parasintéticos”. SCALISE (1987, p. 168-171) destacaba: “tradicionalmente las palabras parasintéticas se definen como formas complejas derivadas mediante la adjunción simultánea de prefijo y sufijo a una misma base, produciendo la forma de [Pref + X + Suf]”. La definición de la RAE y la ASALE la resumimos en el siguiente párrafo:

Tradicionalmente se ha denominado PARASÍNTESIS el procedimiento de formación de palabras que participa de la derivación y la composición [...] Como la prefijación se asimilaba tradicionalmente a la composición también se consideran parasintéticos los verbos que contienen un AFIJO DISCONTINUO, formado por prefijo y sufijo [...] entre los que se puede situar un adjetivo [...] o un sustantivo [...] (RAE-ASALE, 2010, p. 7-8).

La definición registrada en el diccionario HOUAISS (2001) no difiere sustancialmente de las expuestas anteriormente: “**parassíntese** s. f. GRAM processo de formação da palavra por prefixação e sufixação, simultaneamente (por ex., anoitecer [a- + noit- + -ecer])”.

En el leuario del *Tesoro*, el prefijo *a-* se usa, básicamente, para formar verbos parasintéticos de una base sustantiva o adjetiva con el significado de ‘hacer X’, ‘poner X’; se encuentran verbos, sin una significación precisa del prefijo como *acepillar* ‘alisar la madera con el cepillo’, *aclarar* ‘volver clara la cosa’, *acostumbrar* ‘hacer costumbre’, *ahumar* ‘poner al humo’, *alargar* ‘hacer más largo’, *arremangar* ‘recoger las mangas’ [manga > remangar > arremangar], *arrollar* ‘coger alguna cosa y envolverla a modo de rollo’, etc.:

ACHICAR. Relajar una cosa, recogerla y reducirla a menor forma [...]. Dice un proverbio vulgar: «**Achica, compadre y llevaréis la galga**»; cuando uno miente a lo largo y desmesuradamente.

ACUCHILLAR Y ACUCHILLADO. [...] «**Del bien acuchillado se hace el buen cirujano**», porque ninguno está tan bien en la teórica de las cosas como el que prácticamente ha pasado por ellas.

ADELGAZAR. [...] Proverbio: «**La verdad adelgaza, pero no quiebra**»; es tomada la semejanza de los metales correosos que se adelgazan, y parece maravilla que estirándolos tanto no quiebren.

APALEAR. [...] dar con palo [...] Proverbio: «**Cornudo y apaleado**»; dicese de aquel que sobre haber sido el agraviado, le condenan como reo.

ARREGAZAR. Es lo mesmo que alzar las faldas o enfaldarse, alzando las primeras sayas [...] Dice un proverbio: «**Vieja escarmentada pasa el vado arregazada**»; en las aldeas, cuando pasan algún arroyo o vado, las mujeres mozas por la honestidad no alzan las faldas, y cuando salen del agua hállanse mojadas.

ARREMANGAR. Es recoger las mangas la mujer para hacer alguna cosa con liberalidad y limpieza [...] Proverbio: «**Arremangose mi nuera, y trastornó en el fuego la caldera**».

ARROPARSE. Ponerse ropa por recelo del frío. Dice un proverbio: «**Arrópate que sudas**», del que habiendo trabajado poco hace del cansado.

PAN. Los poetas antiguos fingieron ser un dios de los pastores y dios de toda la naturaleza [...]. Proverbios: «**Amancebados a pan y cuchillo**».

El prefijo *des-* es bastante productivo para formar verbos parasintéticos, la base, con algunas excepciones, es un sustantivo (*despeñar* ‘echar de las peñas abajo’, *despiojar* ‘quitarse los piojos’, *desplumar* ‘quitar las plumas’, *destetar* ‘quitar la teta’, etc.) . Se combina con distintos prefijos (*des-a-venirse* ‘desconcertarse’). El prefijo *en-* presenta dos alomorfías, *em-* que se une a bases que comienzan por consonante bilabial y *en-* en los demás casos. Entre otros verbos parasintéticos vemos: *embravecerse* ‘hacerse bravo’, *encallecer* ‘hacer callos del trabajo’, *encanecer* ‘tornarse uno cano’, *encarcelar* ‘prender y echar en la cárcel’, *encastillarse* ‘encerrarse en el castillo’, *enfriar* ‘reducir a frío lo que está caliente’, *engrandecer* ‘hacer grande’...

En algunos casos estamos ante *palabras posibles y no documentadas* en el *Tesoro*, creadas por reglas de la formación de palabras (RFP) de la propia lengua: *achicar* ‘reducir a menos el cuerpo o tamaño de alguna cosa, minorándola o cortándola’ (DA); *amancebar* ‘tener trato ilícito con mujer’ (> amancebado); *apicarar* ‘tener algo de pícaro’ (> apicarado). La estructura es trimembre [prefijo + base + sufijo] y, semánticamente, el significado del

verbo resultante se conforma a partir del de la base sustantiva o adjetiva. Los esquemas derivativos de los ejemplos seleccionados son [a- + N +-ar], [a- + A + -ear]; [des- + N + -ar]; [en- /em- + N + -ar], [en-/em- + A + -ecer]. El verbo *emprestar* es sinónimo de *prestar* [‘emprestar lo mismo que prestar’ (DA)], presenta formas alternantes con prefijo y sin sufijo (*emprestar* – *prestar*). Está ya en el *Cantar de Mio Cid* y las *Partidas*:

AMANCEBADO. El que trata de asiento con la que no es su legítima mujer [...] **amancebada** la que de propósito cohabita con el que no es su marido. [...] Dijose de mancebo, que vale mozo y por casar, en razón de que los tales están a peligro más que los casados, por estar libres y solteros.

ANCHO. Lo espacioso, lo holgado, contrario de lo estrecho, angosto [...] Proverbio: «**Al ruín, cuando más le ruegan, más se ensancha**», lo que se añade en el vestido angosto.

COLCHÓN. [...] Hay un refrán, aunque *apicarado*, que dice: «**No es nada lo meado, y calaba siete colchones**», cuando una cosa que es mala y ha hecho mucho daño, la disminuyen diciendo que no es nada.

DESPEDAZAR. Hacer una cosa pedazos, sin partirla con cuchillo u otro instrumento para cortar. Proverbio: «**Al conejo y al villano, despedázale con la mano**».

EMPRESTAR. Dar alguna cosa para que otro, por cierto tiempo y cierto uso, se aproveche de ella, como prestar el caballo, el carro, etc.; [...] Dice un refrán: «**Quien presta no cobra; y si cobra, no tal; y si tal, enemigo mortal**».

EMPRINGAR. [...] cuando de lo que se escurre del tocino cuando se asa, untamos las rebanadas del pan. Proverbio: «**Aun no asamos, ya empringamos**»; dicese de los que muy antuviados quieren empezar a sacar el fruto de la cosa que aún no está en sazón.

ENALMAGRAR. Señalar con almagre. Proverbio: «**Enalmagrar y echar a extremo**», tomado de los ganaderos que señalan sus rebaños.

ENSILLAR. Echar la silla al caballo [...]. La bestia se vende o ensillada o enfrenada o en pelo. «**Uno piensa el bayo, y otro el que le ensilla**», cuando dos discrepan en intención.

[**ZAMARRO**] Çamarro. Vestidura de pieles de coderunas o abortos [...]. Proverbio: «**Cuando marzo vuelve de rabo, no deja manso encerrado ni pastor enzarramado**».

5. La sufijación homogénea apreciativa

En la sufijación derivativa es pertinente distinguir dos tipos funcionales: (a) la que cambia la clase o subclase de palabras (*sufijación heterogénea*) y (b) la que no cambia ni la clase ni la subclase de palabras (*sufijación homogénea*); a este segundo tipo pertenecen los denominados sufijos «apreciativos». En la sufijación homogénea, la base léxica a la que se aplican estos sufijos conserva su contenido nocional básico, y se denominan *sufijos apreciativos*, porque “transmiten connotaciones subjetivas (atenuación, encarecimiento, cercanía, ponderación, cortesía, ironía o menosprecio entre otras [...] alguna cualidad objetiva, generalmente un tamaño mayor [...] o menor” (NGLE-ASALE, 2010, p. 163). En el uso se entrecruzan dos dimensiones, la dimensión representativa, que podemos denominar «cuantificación» y la dimensión expresiva, la «valorización» (HENRÍQUEZ, 1996, p. 911- 929).

Si ponemos en relación los tres grupos de sufijos (aumentativos, diminutivos y depreciativos) con las clases de palabras base de derivación, se observa que los aumentativos operan tanto sobre sustantivos como sobre adjetivos, pero existen bastantes lagunas en la formación de depreciativos sobre bases adjetivas. Pueden llegar a perder su significado apreciativo; p.ej., *cabestrillo* ‘la banda, o cinta que pende doblada del hombro para sostener el brazo o la mano herida’, *monacillo* ‘el niño que sirve en los monasterios e iglesias, para ayudar a misa’ y, por el contrario, *almohadilla* ‘dimin. de almohada’, *blanquilla* dim. de blanca, ‘úsase de esta voz [...] para expresar la cortedad del valor de la moneda llamada blanca, no porque ella en sí sea menor u de menor precio’ (DA).

Presentan una productividad bastante alta; los sufijos más documentados son *-illo / -illa*, *-ico/-ica*, *-ito/-ita*, *-uelo/-uela*. El más productivo es *-illo/-illa*: “A partir del siglo XV, cuando se deja sentir por primera vez la productividad del nuevo sufijo diminutivo *-ito* (...), *-illo*, el sufijo diminutivo por excelencia, entra en un período de decadencia gradual” (PHARIES, 2002, p. 327): *albardilla* (**albarda**), *almilla* (**tocino**), *almohadilla*,

arillo (**cercillo**), (*barquillo* (**artesa**), *blanquilla*, *becerrilla*, *botoncillo* (**arrollar**), *canastillo* (**nieve**), *candelilla* ‘candela delgada’, *cantarcillo*, *cantillo*, *capilla*, *capillo* ‘el que ponen al recién bautizado en la pila, en figura de vestidura de la gracia’, *cardillo* ‘género de cardo’, *casquillo* (**virote**), *cedacillo*, *cercillo* ‘los arillos de las orejas’, *cestilla* (**nieve**), *chistecillo* (**Júcar**), *cochinilla* ‘sabandija que se crís en lo húmedo’ (**soga**), *colodrillo* ‘la parte inferior de la cabeza’ (DA), *corderilla*, *corrillo* ‘la junta que se hace de pocos’ (**corro**), *costrilla* (**postilla**), *dardillo* (**dardo**), *dominguillo*, *esportilla* ‘la espuerta pequeña’, *estaquilla*, *frailecillo* ‘pájaro’ (**fraile**), *frenillo* (**freno**), *fulanillo* (**fulano**), *gallillo* (**epiglosis**), *gestillo* (**lechuga**), *gusanillo*, *hablilla* (**Barahona**), *ladroncillo*, *lamparilla* (**candelilla**), *lobillo*, *losilla*, *manguillo monillo* (**encubar**), *mujercilla*, *piececillo* (**vencejo**), *portillo* ‘una quebrada o pedazo de pared caída en algún cercado’, *pulpitillo* (**nieve**), *rabanillo*, *rastrillo*, *refrancillo*, *regalillo*, *saquillo*, *soguilla*, *telilla* (**castaña**), *vaquilla*, *varilla* (**arrollar**), *verguilla* (**nieve**), *zulanillo* (**fulano**), etc.. Una misma unidad léxica puede aparecer con dos sufijos *vaquilla* y *vaquita*, *gusanillo* y *gusanito*:

ABAD. [...] «Como canta el abad responde el monacillo», este proverbio nos advierte que seamos con todos bien criados, aunque nos sean inferiores; porque si les hablamos mal nos podrán responder peor.

ALFAYATE. Vale en arábigo sastre [...] y es el mesmo que el común, con nombre de sastre «El sastre del Campillo ponía de su casa el hilo». Otros dicen: «El alfayate del cantillo hacia la obra de balde y ponía el hilo».

ÁNGULO. [...] Dice un refrán: «Boca con rodilla y el rincón con el almohadilla», por las doncellas que han de estar retiradas, recogidas y haciendo su labor.

BECERROJ. Bezerro. [...] buey cerril, buey joven [...] Proverbio: «Becerrilla mansa, a su madre y a la ajena mama»; los hombres modestos y comedidos, no solo entre los suyos mas también entre los extraños hallan buena comida y amparo

BOLSA. Comúnmente se toma por el *saquillo* de cuero en que echamos el dinero [...] Dice un *refrancillo* común: «La bolsa sin dinero dígola cuero».

CABRA. [...]. Una cabra que cría un *lobillo* significa el que hace bien al ruin, de ruin casta y de malas inclinaciones, que al cabo se ha de volver contra él.

CABESTRO. [...] **Cabestrillo**, llaman cierta banda que cuelga del cuello al pecho, de que usan los que tienen en el brazo o mano alguna indisposición para ponerla allí, por no traerla colgando, conforme al refrán: «**La pierna en el lecho, el brazo en el pecho**».

CAPILLA. Cuando significa la cobertura de la cabeza del fraile, se llama cuculla [...] Proverbio: «**No quiero, no quiero, mas echádmelo en la capilla**»; de los que tienen empacho en recibir alguna cosa, aunque la deseen [...]. Otro refrán dice, para significar que una cosa es muy poca: «**Eso es meaja en capilla de fraile**». Los frailes cuanto menos tienen, tanto son más liberales, y lo que les dan los ricos reparten con los pobres.

CEDAZO. [...] Dice un proverbio: «**Cedacillo nuevo, tres días en estaca**», los primeros días que la mujer compra el *cedacillo* para colar el vino o otro licor, pónelo luego colgado en un clavo o en una *estaquilla*, pero dentro de pocos días se olvida, y anda rodando por el suelo.

CEGAR. [...] Y volviendo a la palabra cegar, tenemos algunas frases, aunque de la gente común y vulgar [...]. «**Antes ciegos que tal veas**», es dicho de *mujercillas*.

CONTAR. [...] «**A Dios he de dar cuenta**»; respuesta de *mujercillas* libres, cuando les retan algún mal hecho.

CUCHILLO. Es nombre diminutivo [...] Proverbio: «**En casa del herrero cuchillo mangorrero**», de los que son para los de fuera, y no son para los de su casa, como el sastre que cosiese a los otros y él anduviese roto.

DÍA. [...] «**Buenos días, Pero Díaz. Más quisiera mis blanquillas**»; este refrán se trae a propósito de los que pagan a sus acreedores con buenas palabras y mucha cortesía.

DOMINGO. [...] Proverbio: «**El lobo hace entre semana por donde no va a misa el domingo**», dicese de los traviesos, que por sus liviandades o delitos andan retirados y escondidos, sin osar salir en público. [...] digo *dominguillo* de los que echan al toro.

FUENTE. [...] Proverbio: «**Cantarillo que muchas veces va a la fuente, alguna traerá hecha la frente**».

GALLINA. Ave conocida [...] «**¿De dónde la vino a la gallina la pepita?**», cuando alguna mujer ha hecho por donde tenga ruin fama. Pepita vale tanto como pituita, porque es humor acuoso que se le congela a la gallina en la cabeza, y le cae al *gallillo*.

HILO. [...] A la que trae la camisa cumplida, cuadra el proverbio y *cantarcillo* [...] «**Poco a poco hila la vieja el copo**»; la continuación y perseverancia en la obra, aunque sea despacio, al fin viene a acabarla.

LOSA. Piedra extendida y labrada en cuadro o en otra forma, y con poco grueso, de que cubren los pavimentos de los templos y atrios. [...] **Losilla**, cierto armadizo con losa para coger pájaros, de do vino el proverbio: «**Cogiole en losilla**», que vale tanto como engañole.

MANGA. La parte de la vestidura que cubre los brazos. [...] «Buenas son mangas después de Pascua», se dice cuando lo que deseamos se viene a cumplir después de lo que nosotros queríamos. [...] De manga se dijo *manguillo*, por otro nombre más cortesano *regalillo*.

MEGA. Vocablo antiguo, vale halagüeño [...] Proverbio: «**Corderilla mega, mama a su madre y a la ajena**».

***MELAMPIGO.** [...] Nota esta historia Plutarco en un *librito* [...]. Quedó en proverbio amenazando los *ladroncillos* atrevidos «**Ne in Melampygam incidas**». Verás Erasmo.

PERRO. [...] «**Perrillo de muchas bodas**».

PULGA. Una especie de *gusanillo* bien conocida por ser tan importuna que no nos deja reposar en la cama, especialmente en tiempo de verano. [...] Proverbio: «**Echarle la pulga detrás de la oreja**», es decirle alguna cosa».

SASTRE. El oficial de cortar ropas y vestidos [...]. Proverbio: «**El sastre del Campillo, o del Cantillo, que ponía de su casa el hilo**».

SOGA. [...] es la cuerda gruesa, hecha de esparto curado, de gran servicio para diferentes cosas. [...] Responde al adagio latino [...] «**Cuando te dieren la cochinilla, acude con la soguilla**».

VACA. [...] Proverbio: «**Vaquita tenéis acá me quedo**»; este es dicho que le atribuyen a hidalgos pobres, que no hacen olla si no es por gran fiesta y se arriman a donde hallan entrada, aunque no los conviden. «**Cuando te dieren la vaquilla acude con soguilla**».

La productividad del sufijo *ico* / *-ica* en castellano “se limita al período entre la segunda mitad del siglo XV y la segunda mitad del XVII, pero que sigue vigente en algunas hablas de la Península oriental y de América” (PHARIES, 2002, p. 306): *animalico* (**polilla**), *arbolico*, *avecica* (**coagujada**), *bartolomico*, *borrico*, *laminica* (**lana**), *mañanica*, *pajarico* (**pájaro**), *perrico*

(retozar), *zatico*, etc. Una misma unidad léxica puede aparecer con dos sufijos *cantarico* y *cantarillo*:

ABRIL. [...] Proverbio: [...] «**Las mañanicas de abril buenas son de dormir**», porque crece entonces la sangre con que se humedece el cerebro y causa sueño.

ARCADIA. [...] Cría esta tierra unos *borricos* o asnos de gran cuerpo, de donde nació el proverbio: «**Los asnos de Arcadia**».

BARTOLOMÉ. [...] Hay un refrán que dice: «**Lleno está el mundo de bartolomicos**»; tuvo origen del ilustre Colegio de San Bartolomé, que por su antigüedad le llaman el Colegio Viejo, del cual han salido grandes supuestos, y como por su virtud, letras y valor ocupasen todos los grandes lugares [...], así de gobiernos seculares como de iglesias, empezaron a tenerles invidia, y dispararon con decir: «**Todo el mundo está lleno de bartolomicos**».

CÁNTARO. [...] Hay algunos proverbios del cántaro: [...] «**Cantarico que muchas veces va a la fuente**», alguna vez se ha de quebrar.

[PÁJARO]. Pájaro. [...] es nombre genérico que comprende toda especie de *pajaricos* y pájaros [...]. Proverbio: «**Más vale pájaro en mano que buitre volando**». «**De un tiro matar dos pájaros**».

POLILLA. Un *gusanito* que se cría en la ropa y la come. Engéndrase de no sacudir y orear las ropas; y así se dijo de polvo, que es la materia deste *animalico*.

TRASPONER. Suele sinificar lo mesmo, trasponiendo un *arbolico* nuevo en otra parte [...] vale algunas veces desmayarse y otras ausentarse.

[ZATICO] Çatico. Vale pedazo; vocablo español antiguo. Dice un proverbio: «**Del pan de mi compadre, buen zatico a mi ahijado**», cuando uno hace liberalidad de la hacienda ajena [...]. Otro proverbio dice: «**Romero ahito saca zatico**», el pobre reacio y porfiado que, no embargante le hayan despedido se está quedo, cuando no sea por caridad le dan por su importunidad limosna.

Con el sufijo *-ito* /*-ita*: *animalito* (**abeja**), *agujerito* (**nieve**), *cabrito* ‘vale lo mesmo que choto’ (**chivo**), *gallitos* ‘los mozalbetes entonados, enamoradizos y arriscados’ (**gallo**), *gusanito* (**polilla**), *lengüecita* (**epiglosis**), *librito* (**melampigo**), *mosquito*, *pequeño*, *vaquita*, *verguita* (**nieve**), etc.; es

el más extendido en la actualidad, pero existen diferencias entre las zonas de América y España. Y el sufijo *-uelo / -uela*: *corregüela (correa)*, *espejuelo*, *hijuela*, *hojuela* ‘miel sobre hojuelas’, *lengüezuela (gallillo)*, *nervezuelos (freno)*, *moyuelo* ‘pan de salvado para los perros, cuasi, mojuelo porque se lo mojan para ablandarlo’ (*hogaza*), *mozuelo* ‘el que es pequeño u de poca edad’, *pajuela*, *pedrezuelas (elefante)*, *piojuelo (arador)*, *plaçuela* ‘plaza pequeña y particular’, etc. “Hasta finales del siglo XV [...] aparece en contextos fonéticos muy restringidos” (PHARIES, 2002, p. 518):

***AGRAZ.** Es zumo de la uva verde que está por madurar [...] Cómense con él ordinariamente los pollos y dice un proverbio, «**Más vale vaquita en paz que pollos con agraz**», dando a entender que la buena regla en la comida ultra de ser saludable, excusa verse el hombre en necesidad.

CARNE. [...]. Dice un proverbio: «**Vaca y carnero, olla de caballero**»; [...] llegando a la puerta del labrador su vecino, decía: «**Vaquita tenéis, acá me quedo**».

CHICO. [...]. Hay algunas maneras de hablar [...] «**Chico baque, y gran caída**», del *pequeñito* ardiente, que hace tanto ruido como el que es grande.

HIJO. [...]. *Hijuela*, nombre diminutivo de hija, proverbio: «**A ti te lo digo, hijuela, entiéndelo tú, mi nuera**»; las suegras no osan desgustar a las nueras, porque no se quejen a los maridos, y así, teniendo cuñada, la madre riñe a su hija lo que le parece mal en la nuera.

MIEL. [...] «**Miel sobre hojuelas**», cuando a una cosa que es a propósito le sobreviene otra que le ayuda.

MOSQUITO. Mosca pequeña [...]. Proverbio: «**Tragarse un elefante y soplar el mosquito**», esto se dice de los hipócritas escrupulosos.

PAJA. La caña seca del trigo o cebada [...] por ser comida de bestias. **Mearle la pajuela**, juego de niños [...] **Pajuelas**, suele significar lo mismo que *alguaquidas*, por poner el acrebite en los cabos dellas; y así los valencianos las llaman *pallets*.

VACA. [...] Proverbio: «**Vaquita tenéis acá me quedo**»; este es dicho que le atribuyen a hidalgos pobres, que no hacen olla si no es por gran fiesta y se arriman a donde hallan entrada, aunque no los conviden.

VARA. [...] Las viejas cuando entretienen a los niños contándoles algunas patrañas, suelen decir que cierta ninfa, [...] hace maravillas y

transmutaciones, aludiendo a la vara de Circe, encantadora y usan deste término: «**Varita, varita, por la virtud que Dios te dio, que hagas esto o estotro**», etc.

En las formaciones con sufijos que aportan nociones depreciativas, el que más aparece es *-ón / -ona* “sufijo nominal aumentativo [...] sus efectos semánticos son más complejos (puede expresar ‘golpe dado con X’). Puede conferir “una connotación más bien diminutiva que aumentativa” (PHARIES, 2002, p. 429-430): *abejón* ‘abeja bastarda que no hace miel, antes se come la que labran las abejas’, *albardón* (**albarda**), *ansarón*, *barreñón* (**colodra**), *cabezón*, *coscorrón* ‘el golpe que se da en la cabeza, que no saca sangre y duele’, *dormilón* ‘el que duerme más tiempo del que es necesario y se acostumbra’, *gorrón*, *mamón* ‘el animal que mama’ o *mamantón*, *mozón* ‘el mozo robusto y de estatura o cuerpo grande’, *pelón*, *perdigón* ‘la perdiz cuando es nueva’, *pestorejón* ‘golpe dado con el pestorejo’, *rabón*, *regalón*, *regañón* ‘viento septentrional, porque hace regañar y es desabrido y molesto’, *rollona*, *tarazón*, *zaharrón*, *zancarrón* ‘el pie enjuto sin carne’ (**zancajo**), etc. Con el sufijo diminutivo-depreciativo *-uco* encontramos (*abejoruco* ‘es una ave que destruye las colmenas, porque se come las abejas’, *almendrucas* ‘almendras verdes’ (**almendra**):

ÁNSAR [...] Decimos ánsar y ansarón. «**Cornada de ansarón, uñarada de león**», conviene a saber, el yerro o falsedad del escribano que no es legal. [...] Dicen los niños: «**Ganso, pato y ansarón tres y uno son, o tres cosas y una son**».

[CABEZA]. Cabeça. [...]. Proverbio: «**Entrar por la manga y salir por el cabezón**», habiendo tenido alguna cabida con persona poderosa o señor, se ha ido poco a poco apoderando de él.

GORRA. [...] Dice el Comendador Griego: «**Migas hechas con gorriones no las comen todos los hombres**»; deben ser las que se tuestan y salen de la sartén hechas tortas redondas, a modo de gorras.

NIÑO. [...] Refrán. [...] «**El niño de la rollona, que tenía siete años y mamaba**»; hay algunos muchachos que con ser grandes no saben desasirse del regazo de sus madres; salen estos grandes tontos o grandes viciosos.

RABÓN. El animal que le han cortado la cola, como mula rabona.

REGALO. [...] *Regalón*, el muchacho regalado de sus padres.

[**TARAZÓN**]. *Taraçon*. El trozo que se corta de lo que está entero, como el pescado que suele dividirse en tarazonas. Dice el proverbio: «**Vizcaíno necio, tarazón de en medio**»; estaban los tres a una mesa y concertáronse los castellanos a burlar al vizcaíno, y dijo el uno.

[**ZARRAHÓN**] *Çaharrón*. El momarrache o botarga, que en tiempo de carnaval sale con mal talle y mala figura, haciendo ademanes algunas veces de espantarse de los que topa, y otras de espantarlos.

El sufijo *-azo* es polisémico “puede designar golpes dados con los instrumentos designados por las bases” (PHARIES, 2002, p. 131): *espaldarazo* ‘el golpe que se da con la espada en las espaldas de uno sin desenvainarla’, *garrotazo* ‘el golpe que se da con el garrote’, *pistoletazo* ‘el golpe dado con el pistoleta’. Y el sufijo *-udo* “aplicado a las bases sustantivas de sentido anatómico, sugiere que dicha parte anatómica es de forma o tamaño exagerado o excesivo” (PHARIES, 2002, p. 314). Por ejemplo, *patudo* ‘el que tiene los pies grandes’ (**pata**), *zancudo* ‘epíteto del alcaraván, por tener largas las zancas’ (**zanco**):

ALCARAVÁN. Es ave conocida, que de ordinario anda cerca de las lagunas. [...] y también hay un proverbio: «**Alcaraván zancudo, da a los otros consejo, sin tomar para sí ninguno**».

FREÍR. [...]. Otro dicho vulgar hay, que dice: «**Tomá fruta, Locía, y dábale sartenazo**». [...] y estando preñada antojósele un poco de fruta de sartén y dijosele a su marido; el villano arrebató de la sartén y diole con ella muchos *sartenazos*.

BARBA. [...] a la mujer no le salen barbas, y si algunas las tienen, son de condición singular, como en nuestros tiempos hemos visto la barbuda de Peñaranda, y otras algunas; por estas dijo el proverbio: «**A la mujer barbuda, de lejos la saluda**».

CORNUDO. Es el marido cuya mujer le hace traición, juntándose con otro y cometiendo adulterio. [...] y quedó en proverbio «**tras cornudo apaleado**».

El sufijo aumentativo-despectivo *-ote* se adjunta a bases sustantivas o adjetivas; aporta nociones de ‘golpe dado con X’ o ‘de baja calidad’; su productividad en el diccionario que analizamos es baja (*cocote* ‘la parte inferior de la cabeza que está opuesta a la frente, que por otro nombre se llama colodrillo o cerebro’; *papirote* ‘el golpe que los niños se daban en los papos en cierto juego, que después le mudaron a la frente; *picote* ‘es una tela basta de pelos de cabra, y porque es tan áspera que tocándola pica’):

CAPIROTE. Cobertura de la cabeza, y hay muchas diferencias dellos: unos capirote de doctores, que se los ponen en los actos públicos con borlas en los bonetes. [...] Motejéronse un capón y un confeso; este le dijo: “¿Cómo le va a su pájaro de v. m. sin cascabeles?”. El capón le respondió: “¿Cómo al vuestro sin capirote?”, motejándole de retajado.

TAGAROTE. Cierta especie de falcón [...]. Hay un proverbio entre cazadores que dice: «**Alas de neblí, corazón de baharí, cuerpo y cola de girifalte, ojo y vista de borní, presa y garra de sacre, seguridad de alfaneque y riza de tagarote**». Suelen llamar **tagarotes** unos hidalgos pobres que se pegan a donde puedan comer, y estos si hallan qué, harán buena riza.

VIROTE. [...] Estos sirven solamente para matar conejos, liebres y algunas aves como la perdiz. Tienen diferentes casquillos, unos se llaman virote jostrados [...]. «**Estar tuyo este virote**»; deste proverbio se usa cuando de un mal hecho secreto hay algún rastro.

El sufijo *-ada* también es polisémico, puede significar ‘conjunto’, ‘cantidad’, ‘bebida de X’, ‘herida’, ‘medida’, ‘acción propia de X’, ‘golpe dado con X’: *almendrada* ‘bebida que se hace del jugo o leche de las almendras’, *arencada*, *asomada*, *azadonada* ‘el golpe que se da con el azadón’, *barraganada* ‘acción propia de X’, *brazada* ‘medida de lo que toman los dos brazos abiertos y estirados’, *cabezada*, *dentellada*, *espolada* ‘la herida que se da con el espuela’ (**espolear**), *manotada* ‘el golpe que se da la bestia con la mano’, *martillada*, *muchachada* ‘acción propia de muchachos’, *pinclada* ‘el golpe que se da con el pincel’, *pulgarada* ‘el golpe que se da con el pulgar’, *puñada* ‘el golpe que se

da con el puño’ (**cielo**), *puñalada* ‘la herida que se da con el puñal’, *uñarada* ‘el rasguño que se hace con la uña’ (DA). Si bien no está claro qué desarrollo semántico pudo producir el uso de *-ada* que, “según RAINER (1993, 387), es el más productivo en el español actual, a saber, el de designar despectivamente en derivados denominativos una acción considerada como característica de alguna persona o animal” (PHARIES, 2002, p.41).

ALFAYATE. Vale en arábigo sastre [...] Proverbio: «**El alfayate de las encrucijadas cosía de balde y ponía el hilo de su casa**». Hay muchos que no solo se contentan con que los sirváis, haciendo por ellos algún oficio, mas aun si se recrece gasto, os lo dejan lastar.

ARENQUES. [...] Y ayuda a este parecer un refrán que trae entre los demás el Comendador Griego: «**La sardina arencada, debajo del sobaco se asa**».

[ASOMAR]. Assomar. Parecer en lo alto [...] y dice un proverbio: «**Más vale una traspuesta que dos asomadas**».

BARRAGÁN. [...] Trae el Comendador Griego un refrán de un judío que hablaba con su hijo y le decía: «**A bien te salgan, hijo, tus barraganadas**», estando medroso no le sucediese alguna desgracia, por ser tan arriscado.

[CABEZA]. Cabeça. [...] «**A mula vieja cabezadas nuevas**», cuando se engalana el anciano, que está más para la otra vida que para esta.

CAPIROTADA. Cierta manera de guisado [...], que se hace de ajos, aceite y queso, y huevos, yerbas y otras cosas; la cual se echa encima de otro guisado, que va debajo; y porque lo cubre a modo de capirote se dijo capirota.

CIELO. [...] Hay algunas frasis vulgares [...] Y «**El que escupe al cielo, a la cara se le vuelve**». Eso será como dar una *puñada* en el cielo, por un imposible.

ESPUELA. [...] Proverbio: «**A bocado lerdo, espolada de vino**»; el que no puede pasar el bocado y lo trae de un carrillo a otro, suele tomar algunos tragos de vino o agua para hacerlo pasar.

HERRERO. «**El perro del herrero duerme a las martilladas y despierta a las dentelladas**»; de los que dejando trabajar a los otros, acuden a la hora de comer, y se sustentan del sudor ajeno.

Los sufijos *-ajo /-aja, -ejo / -eja* presentan un matiz despectivo, los encontramos en ejemplos como *escobajo, meaja, zancajo; animalejo, hazaleja* ‘la toballa para limpiar el rostro’, *sarteneja*:

CHINCHE. [...] La chinche es un *animalejo* engendrado de putrefacción, por la suciedad y por poco aliño de los que no limpian, o la cama o lo demás donde se crían. [...] Proverbio: «**De amigo a amigo, chinche en el ojo**», cuando uno que profesa ser amigo de otro, no le hace obras de tal.

ÉCIJA. Ciudad de Andalucía [...]. Llaman a Écija, para exagerar el mucho calor que suele hacer en aquel lugar, la *sarteneja* de Écija.

HAZ. , la delantera del rostro, o del hombre, o de otra cualquier cosa [...] **Hazaleja, facialeja**, la toballa para limpiar el rostro. Hay algunas maneras de hablar que usan este término, como: “En haz y en paz de todos se fue desta tierra fulano”; como si dijera con gusto de todos que lo vieron y lo consintieron.

MEAJA. Cierta moneda de las más menudas y bajas de peso y precio, porque seis dellas hacían un maravedí [...] Proverbio: «**Eso es meaja en capilla de fraile**», dicese de una cosa que es muy poca para el ánimo o la necesidad del que ha de gastar.

[**ZANCAJO**] Çancajo. El extremo del pie cuando tiene el hueso del carcañal salido. [...] **Zancarrón**, el pie enjuto sin carne. Este nombre han puesto a los hombres de poca suerte, y que en su profesión saben poco.

ZURRAPAS. Las raspas que salen en el vino de los *escobajos*, las cuales poco a poco se van asentando en lo hondo de la cuba o de la tinaja [...] Proverbio: «**Al primer tapón, zurrapas**»; dicese de los que en la primera ocasión que se ofrece descubren su poquedad y flaqueza.

6. Conclusiones

1ª. Se observa una evidente falta de unanimidad respecto al problema terminológico, ya desde los autores clásicos como HERNÁN NÚÑEZ, nuestro lexicógrafo o el primer diccionario académico (“en el que se explica el verdadero sentido de las voces [...] con las frases o modos de hablar, los proverbios o refranes”), que interpretan como equivalentes las categorías

paremiológicas más relevantes (refrán y proverbio). Será a partir del siglo XIX, cuando se empezaría a distinguir entre refrán y proverbio; el término paremia es el abarcador de todos los demás, sería el *archisemema* (el sema común).

2ª Las paremias se podrían entender con una concepción amplia, en la que tendrían cabida los enunciados de carácter sentencial, o una concepción más restrictiva. Constituyen enunciados autónomos, pueden ser ‘frases sin verbo’ y ‘frases nominales’ con una afirmación intemporal, con elipsis del verbo ‘ser’, debido al carácter usual de un grupo de palabras. Por otra parte, el uso del predicado verbal sin cópula se daba en el latín vulgar tanto en el habla popular como en el lenguaje literario. En conformidad con los postulados de COSERIU (1977, p. 115-117): “ciertas unidades del «discurso repetido» (proverbios, refranes, dichos...) solamente son conmutables en el plano de las oraciones y de los textos”.

3ª En el léxico documentamos metáforas de animales referidas a conductas y situaciones humanas (*a cada puerco le viene su San Martín*). Estadios de la lengua y arcaísmos: *aína* ‘pronto, fácilmente’; *do* [del adverbio latino *unde*, que en el latín vulgar tomó el lugar semántico de *UBI*, de la contracción de la preposición *de* + el adverbio *o* (*en donde* < *UBI*), en el español antiguo puede ser tanto adverbio relativo (*donde*) como interrogativo (*dónde*)]; formas antiguas (*la puente* de plata); la presencia de la perífrasis romance para el futuro de indicativo, compuesto de infinitivo + presente de indicativo de *haber* (*ayudarte he*, *sacarte ha*), formas escindidas, vinculadas a la inserción de un pronombre personal clítico, fusionados con posterioridad; futuro simple de subjuntivo con uso en la lengua clásica (*vieres*), se registra “como rasgo arcaizante en textos jurídicos y administrativos” (RAE-ASALE, 2010, p. 459):

AYUDAR. [...] «Ayúdate y ayudarte he».

BARBA. [...] «Cuando vieres la barba de tu vecino pelar, echa la tuya en remajo».

CATAR. [...] «Haz bien y no cates a quien».

CUERVO. [...] «Cría el cuervo y sacarte ha el ojo».

MADRUGAR. [...] «Por mucho madrugar no amanece más aína».

PUENTE. [...] «Al enemigo que se retira la puente de plata».

4ª Las paremias seleccionadas son polimembres con una marcada tendencia a estar constituidas por una estructura bimembre; también encontramos textos reducidos a un solo miembro o que han perdido algún miembro (formas truncadas). Abundan las construcciones coordinadas copulativas:

CALENTAR. [...] Proverbio: «Ándeme yo caliente y ríase la gente».

COMER. «Comer hasta enfermar y ayunar hasta sanar».

CUCARRO. [...] «Fraile cucarro deja la misa y vete al jarro».

ESCONDER. [...] «Tirar la piedra y esconder la mano».

Otro grupo interesante son las construcciones condicionales:

BOBO. [...] «Si soy bobo méteme el dedo en la boca».

CODICILO. Proverbio: «Si no vale por testamento, valga por codicilo».

HERRAR. [...] «El que pregunta no yerra, si la pregunta no es necia».

MAR. [...]: «Si Marina bailó, tome lo que ganó».

5ª Para determinar las que han sobrevivido hasta la actualidad, hemos realizado una sucinta encuesta entre estudiantes universitarios y nos han confirmado que conocen y usan bastantes ejemplos de los documentados en el *Tesoro*: *a Dios rogando y con el mazo dando, ande yo caliente y ríase la gente, a río revuelto ganancia de pescadores, arrímate a los buenos y serás uno de ellos, cobra buena fama y échate a dormir, cría cuervos y te sacarán los ojos, entre hermanos no metas tus manos, no hay peor sordo que el que no quiere oír, obras son amores y no buenas razones, perro ladrador poco mordedor, quien calla otorga, quien fue a Sevilla perdió su silla, quien tiene tienda que atienda, tirar la piedra y esconder la mano, etc.*

Bibliografía

ALAÑÓN, F.; HENRÍQUEZ, M^a do C.; OTERO, J.: **El latín en la jurisprudencia actual**. Cizur Menor (Navarra): Civitas – Thomson Reuters, 2011.

ARELLANO, I. Prólogo primero a la edición integral e ilustrada del *Tesoro* de Covarrubias. In: COVARRUBIAS HOROZCO, Sebastián de. [1611]. *Tesoro de la lengua castellana o española*. Edición integral e ilustrada de ARELLANO; ZAFRA. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, p. XIII-XLIII, 2006.

AZORÍN, D. Sebastián de Covarrubias y el nacimiento de la lexicografía española monolingüe. In: **Cinco siglos de lexicografía del español**. Edición preparada por I. AHUMADA. Jaén: Universidad de Jaén, p. 3-34, 2000.

CERVANTES, M. de: **Don Quijote de la Mancha**. Real Academia Española; Asociación de Academias de la Lengua Española Madrid: Santillana Ediciones Generales, 2004.

CORPAS, G.: **Manual de fraseología española**. Madrid: Gredos, 1997.

CORREAS, G.: *Vocabulario de refranes y frases proverbiales* (1627). Edición crítica de L. COMBET, Bordeaux: Institut d'Études Ibériques et Ibéro-Américaines de L'Université de Bordeaux, Féret et Fils, 1967.

COSERIU, E.: **Principios de semántica estructural**. Madrid: Gredos, 1977.

DA. REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (1726-1739): **Diccionario de la lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua**. Madrid: Imprenta de Francisco del Hierro, Impressor de la Real Academia Española. Madrid, 1726, 1729, 1732, 1734, 1737, 1739.

DACL. *Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Verbo, 2001.

ESCANDELL, V.: **Apuntes de semántica léxica**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2008.

HENRÍQUEZ, M^a do C. ‘Nota sobre os pejorativos em espanhol e em português’. In: CASADO, M.; FREIRE, A.; PÉREZ PASCUAL, J.I. (eds.). **Scripta Philologica in memoriam Manuel Taboada Cid**. Coruña: Universidade de Coruña, Tomo II, p. 911-929, 1996.

HENRÍQUEZ, M^a do C. La descripción y explicación de la preposición y los grupos preposicionales en el *Tesoro* de Covarrubias. In: ASSUNÇÃO, C.; FERNANDES, G.; KEMMLER, R. (Eds.). **Tradition and innovations in the History Linguistics**. Münster: Nodus Publikationem, Vol. 1, p. 296-305, 2016.

HENRÍQUEZ, M^a do C. La descripción y explicación del adverbio en el *Tesoro* de Covarrubias: los adverbios de cantidad, de tiempo y de manera. In: SALVADOR PLANS *et al.* (Eds.). **La Historiografía Lingüística como paradigma de investigación**. Madrid: Visor Libros, p. 533-548, 2016.

HOUAISS. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2001 (1^a edição).

MADROÑAL, A.: Los refranes o proverbios en romance (1555) de Hernán Núñez Pinciano. In: **Revista de Literatura**, LXIV, 127. p. 5-39, 2002.

MANS, J. M.: **Los Principios Generales del Derecho. Repertorio de reglas, máximas y aforismos jurídicos con la jurisprudencia del Tribunal Supremo de Justicia**. Barcelona: Bosch, 1979.

MENÉNDEZ PIDAL, R.: **Manual de gramática histórica española**. Madrid: Espasa Calpe. 1966 [1^a ed. 1904].

NÚÑEZ DE TOLEDO, H. (1555): **Refranes de la lengua castellana**. Ediciones Guillermo Blázquez, 2 vols. Madrid, 2001.

PENA, J. La palabra: estructura y procesos morfológicos. In: **Verba**. n. 18, p. 69-128, 1991.

PHARIES, D.: **Diccionario etimológico de los sufijos españoles**. Madrid: Gredos, 2002.

RAE-ASALE. REAL ACADEMIA ESPAÑOLA ; ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA: **Nueva gramática de la lengua española**. Madrid: Espasa Libros, 2010.

RIQUER, M. de: *Tesoro de la lengua castellana o española según la impresión de 1611, con las adiciones de Benito Remigio Noydens, publicadas en la de 1674*. Barcelona: Editorial Alta Fulla, 2003 (1ª ed. 1987).

SCALISE, S.: **Morfología generativa**. Madrid: Alianza Universidad, 1987 (1ª ed. 1984).

Marcadores de evidencialidade no português do Brasil

Evidentiality markers in Brazilian Portuguese

Gerda Haßler*

RESUMO

Este artigo trata dos marcadores de evidencialidade no português do Brasil. O português não tem marcadores de evidencialidade obrigatórios e gramaticalizados. Contudo, de uma perspectiva geolinguística, coloca-se a questão de se saber se o contacto com línguas com tais marcadores tem algum impacto no tipo e frequência de marcação de evidencialidade no português do Brasil. Primeiro, serão discutidas algumas expressões de evidencialidade em línguas indígenas no território brasileiro. Depois serão introduzidos alguns marcadores de evidencialidade, em particular *diz que* e *parece que*, e discutidas as suas funções. Muitos dos usos destes marcadores de evidencialidade não permitem a atribuição a tipos específicos de evidencialidade. Globalmente, pode concluir-se que o contacto com línguas com evidencialidade gramaticalizada pode ter contribuído para a elevada frequência de marcadores de evidencialidade no português do Brasil, mas não resultou em empréstimos de formas ou demarcações de tipos de evidencialidade.

Palavras-Chave: evidencialidade, marcadores, contacto linguístico, gramaticalização.

Articulista convidado

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.511>

*Universidade de Potsdam, hassler@uni-potsdam.de, orcid.org/0000-0002-0873-4186

Confluência. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, Especial 30 anos, p. 148-177, junho 2021

ABSTRACT

This paper is about evidentiality markers in Brazilian Portuguese. Portuguese does not have obligatory and grammaticalised evidentiality markers. From a geolinguistic perspective, however, the question arises as to whether contact with languages that have such markers has an influence on the nature and frequency of the marking of evidentiality in Brazilian Portuguese. First, some expressions of evidentiality in indigenous languages on the territory of Brazil will be discussed. Then, some evidentiality markers, especially *diz que* and *parece que*, are presented and their functions are discussed. Many uses of these evidentiality markers do not allow for attribution to specific types of evidentiality. Overall, it can be concluded that contact with languages with grammaticalised evidentiality may have contributed to the high frequency of markers of evidentiality in Brazilian Portuguese, but has not led to borrowings of forms or to the greater delineation of types of evidentiality.

Keywords: evidentiality, markers, linguistic contact, grammaticalization

Os estudos sobre evidencialidade em línguas românicas tornaram-se uma verdadeira moda nos últimos anos. A evidencialidade é entendida como qualquer tipo de marcação que aponta para a origem do conhecimento do falante, independentemente de esta advir da sua própria observação, de uma comunicação externa, de boato ou da sua própria reflexão. Enquanto em algumas línguas a marcação da evidencialidade é obrigatória em todas as enunciacões, nas línguas românicas não existem meios gramaticalizados para tal. Contudo, marcar a origem dos conhecimentos do locutor é uma necessidade universal, para a qual são utilizados elementos de diferentes níveis da língua, que desenvolveram secundariamente o significado da expressão da evidencialidade. Para o português, houve apenas estudos isolados, mas nenhum estudo sistemático dos marcadores de evidencialidade. Este artigo visa a investigar alguns marcadores de evidencialidade no português do Brasil. Considerar-se-á, igualmente, se podem ser detetadas alterações semânticas e morfológicas que sejam indicativas de processos de gramaticalização. Tentar-se-á ainda responder à questão de se saber se os contactos linguísticos com línguas com marcadores evidenciais gramaticalizados (inglês *evidentials* ‘evidenciais’) influenciam a marcação da evidencialidade no português do Brasil.

1. Evidencialidade em línguas indígenas no Brasil

Todas as línguas têm meios de expressar a origem dos conhecimentos do falante, desde verbos de fala ou expressão de opinião até advérbios, frases parentéticas, frases preposicionais e partículas. Cerca de um quarto das línguas do mundo desenvolveram uma categoria gramatical específica, a evidencialidade, para tal. Outras línguas, como as línguas românicas e o alemão, anexaram significados evidenciais a dispositivos linguísticos que originalmente desempenhavam outras funções. Enquanto os marcadores evidenciais, como meios de expressão gramaticalizados, estão estritamente relacionadas com o sistema gramatical de expressão obrigatória da fonte de informação, estes outros meios de expressão são heterogêneos e revelam sobreposição nas suas funções (Aikhenvald, 2007, p. 209). Os sistemas evidenciais são inventários gramaticais fechados, cujo significado principal é a referência à fonte de informação.

Em línguas com marcadores evidenciais obrigatórios, está disponível um sistema fechado de morfemas para expressar diferentes origens de conhecimento dos falantes, os evidenciais. Por exemplo, para a Tuyuca, língua falada no estado brasileiro do Amazonas e na parte colombiana de Vaupés por cerca de 500 a 1000 pessoas, foram identificadas diferentes expressões de evidencialidade, que, nos nossos procedimentos habituais, podem ser representadas como uma espécie de sufixos e ser relacionadas com tipos de evidencialidade definíveis (Barnes, 1984; cf. Haßler, 2016, p. 354)

1. Evidencialidade visual

- a. díiga apé-wi
futebol jogar-3^a PES.PRET.VISUAL
'Ele jogou futebol [eu vi].'

2. Evidencialidade auditiva, que muitas vezes se estende aos sentidos do olfato, do paladar e do tato

- b. díiga apé-ti
futebol jogar -3^a PES.PRET.NÃO-VISUAL
'Ele jogou futebol [ouvi-o, mas não o vi].'

3. Evidencialidade inferencial, baseada em factos sensualmente perceptíveis
 - c. díigaapé-yi
futebol jogar-3^a PES.PRET. INFERÊNCIA
'Tenho sinais de que ele jogou futebol, mas não o vi.'
4. Evidencialidade assumptiva baseada em inferência lógica, suposições, ou conhecimento do mundo
 - d. díigaapé-hīyi
futebol jogar-3^a PES.PRET.CONCLUSÃO
'É lógico assumir que ele jogou futebol.'
5. Evidencialidade reportativa ou de quota, com base na reprodução de afirmações ouvidas
 - e. díigaapé-yigi
futebol jogar-3^a PES.PRET.COMUNICADO
'Foi-me dito que ele jogava futebol.'

Em algumas línguas, é feita uma distinção entre a interpretação sem indicação do locutor original (evidência reportativa, *hearsay*) e com indicação desta fonte (evidência de quota) (cf. Aikhenvald, 2007, p. 211). A proposição *p*=que ele jogou futebol não é expressa na língua Tuyuca sem indicação da fonte a partir da qual um locutor tem esta informação. Ao receber uma indicação da fonte dos conhecimentos do locutor, o destinatário tem também uma forma de decidir por si próprio a fiabilidade da informação que recebeu. Assim, a evidencialidade também tem pontos de contacto com a modalidade epistémica em línguas com evidenciais, na medida em que a sua expressão também marca a cautela com que um locutor trata a informação e a sua atitude em relação à sua veracidade.

Mesmo em línguas com evidenciais puros, os marcadores evidenciais podem assumir a função pragmática de marcar a incerteza do falante. Tais relações estão presentes, por exemplo, nos sufixos *-mi/-shi/-chi* no dialecto huallaga da língua quíchua. Estes morfemas permitem ao locutor assumir ou rejeitar a responsabilidade pelo conteúdo do que é dito (cf. Haßler, 2016,

p. 355). Com *-mi* o locutor assume a responsabilidade, com *-shi* ele remete-a para outra pessoa, com *-chi* ele indica que é um conteúdo pelo qual não é possível assumir responsabilidade. De acordo com Weber (1989, p. 421), com (1) o locutor expressa a sua certeza, com (2) ele refere-se à comunicação de outra pessoa e com (3) ele refere-se a uma possibilidade:

- (1) quíchua: Wañu-nqa-paq-*mi*. ‘[Afirmo] ele vai morrer.’
- (2) quíchua: Wañu-nqa-paq-*shi*. [Foi-me dito] que ele morrerá.’
- (3) quíchua: Wañu-nqa-paq-*chi*. [Talvez] ele morra.’

O marcador de evidencialidade *-shi*, que sinaliza uma reprodução, vai muito além da expressão informativa em segunda mão. É também utilizado no chamado passado narrado, pelo qual não se quer assumir a responsabilidade. Na cultura quíchua, a credulidade deve ser evitada sempre que possível, e isto reflete-se na utilização deste marcador evidencial. Uma mistura das evidências morfologicamente concebidas com factos pragmáticos parece assim notória, logo que se examina para além das questões tipológicas a utilização destes elementos, nos quais há significados tanto evidenciais como modais.

A categoria de evidencialidade é, assim, organizada hierarquicamente em termos de previsibilidade tipológica. Se uma língua tem meios morfológicos específicos para expressar inferências, também dispõe de meios para marcar a fonte de conhecimento como percepção não-visual mais ainda como percepção visual (Haßler, 2016, p. 356):

percepção > percepção > boato > conclusão
(direta) visual não-visual

Um conceito de universais linguísticos que se concentra nas funções e permite que nem todas as línguas tenham meios gramaticais para a realização de uma função correspondente parece promissor para a descrição desta categoria em línguas como o português. Tomando como base restrições comunicativas-

pragmáticas e cognitivas, as evidenciais descritas para a Tuyuca poderiam ser vistas como uma solução, nomeadamente gramatical, para o problema da marcação da origem dos conhecimentos do locutor. No entanto, pode assumir-se que mesmo na utilização de línguas que, tal como o português, não possuem recursos especializados nesta área, existem situações em que a origem estrangeira dos conhecimentos do locutor ou a expressão de incerteza devida a inferência deve ser marcada, sendo esta marcação reconhecida como tal.

Hengeveld & Dall’Aglio Hattner (2015) conseguiram identificar quatro subcategorias de evidencialidade baseadas na gramática do discurso funcional em 64 línguas indígenas faladas no Brasil: evidencialidade reportativa, indução, dedução, e percepção direta do evento. Com a evidencialidade reportativa, o locutor refere-se ao ter a informação comunicada por outra pessoa. No seguinte exemplo da língua Lakondê, o sufixo *-setaw* é utilizado numa função reportativa (Telles & Wetzels, 2006, p. 240):

- (4) Lakondê: *ta’wɛn* ‘*teh-’naw* *ta-’qjh-wi-setaw-’tan*
 bosque caminho-loc dir-ir-1.você-**rep**-impf
 ‘Vamos para o caminho no bosque, alguém me disse.’

Hengeveld & Dall’Aglio Hattner (2015, p. 485) definem a inferência como uma conclusão do locutor com base no seu conhecimento e não como uma reação a impressões sensoriais recebidas do exterior. Difere da incerteza epistémica, na medida em que nesta última a incerteza não resulta de um processo de pensamento, mas o conhecimento enquanto tal já é incerto para o locutor. Neste sentido, no Karo, a partícula evidencial *memã* é utilizada para uma conclusão que é tirada no exemplo que se segue com base no conhecimento de um padrão de comportamento (Gabas, 1999, p. 269):

- (5) Karo: *aʔ=ket-t* *memã*
 3.sg=dormir-ind **infer**
 ‘Presumo que ele esteja a dormir.’

Dedução é o que Hengeveld & Dall’Aglio Hattner (2015, p. 486) chamam à derivação de informação a partir de percepções sensoriais, aproximando-as assim da evidencialidade, que de outra forma é normalmente chamada de inferencial. Em Tariana, o sufixo evidencial *-nihka* é utilizado para algo que não é derivado da percepção visual, mas que é derivado de características visíveis. Na frase seguinte, o locutor transmite o conhecimento de uma mordedura de cão que ocorreu, que adquiriu através dos seus traços visíveis (Aikhenvald, 2003, p. 288):

- (6) Tariana: *tʃinu niwħa-nihka di-na*
 cão 3.sg.nf.morder-rec.pst.ded 3.sg.nf-obj
 ‘O cão mordeu-o (consigo ver sinais disso).’

A dedução baseia-se principalmente na percepção visual, mas também pode ser baseada noutras impressões sensoriais, tais como percepções auditivas, como no seguinte exemplo da linguagem de Yuhup (Ospina Bozzi 2002: 183):

- (7) Yuhup: *jĩdǎh ǰabma ǰho*
 3pl dance ded
 ‘Eles dançam’ (como deduzo a partir do ruído).

Com expressões de percepção direta de eventos, o locutor indica que experimentou o que lhe foi comunicado com os seus próprios sentidos. Esta categoria inclui tanto a percepção visual direta como a percepção através de outros órgãos sensoriais (cf. exemplos 6 e 7 acima). Neste contexto, também podem existir sufixos que exprimem a presença e ausência de percepção direta, podendo mesmo contrastá-las (cf. Dixon, 2004, p. 204):

- (8) Jarawara: *Wero kisa-me-no ka-me-hiri-ka*
 ‘Wero desceu da sua rede (que eu não vi), e saiu (que eu vi).’

Hengeveld & Dall’Aglío Hattner (2015, p. 488) sublinham o critério da presença da percepção sensorial imediata, e, nesta base, contrastam a percepção direta do evento com a dedução, a inferência e a evidencialidade reportativa, que não implicam a percepção sensorial.

Willett (1988, p. 57) divide os diferentes tipos de probabilidades de forma algo diferente quando distingue, por um lado, a sua própria experiência como probabilidades diretas e, por outro lado, a comunicação e a inferência como probabilidades indiretas:

	{	experiência	{ visual	
	{	direta - pessoal	{ audição	
	{		{ outros sentidos	
	{			
tipos de evidência	{	{	{ de segunda mão] boato
	{	{comunicação	{ de terceira mão	
	{	{	{ folclore, tradição	
	{	indireta {		
	{	{Conclusão	{ resultados de	
	{	{	{ considerações	

Contudo, trabalhos recentes, em particular, sublinham que a forma de delimitação entre tipos de evidencialidade é específica para cada língua individual (Haßler, 2016, p. 354). O espaço semântico de evidencialidade pode ser dividido de tal forma que a distinção entre o acesso direto e indireto à percepção do facto comunicado é primordial, como nas línguas balcânicas e caucasianas, onde as utilizações de quotas são apenas uma variante pragmática e contextual dentro de um grupo maior de marcadores de evidencialidade indireta. Em quíchua e letão, por outro lado, a distinção entre formas de quotas e formas não-quotativas é sistemática. Plungian (2001, 353) fala de “diferentes possibilidades de agrupamento de valores evidenciais”, o que parece aplicar-se também às condições, nas línguas indígenas no território do Brasil.

2. Evidencialidade de uma perspectiva geolinguística

Uma vez que a evidencialidade é sistematicamente processada em várias línguas faladas no Brasil e deve ser obrigatoriamente expressa, a questão de se saber se o português do Brasil também desenvolveu tais meios de expressão parece, pelo menos, não rebuscada. Quando as línguas estão em contacto numa região, podem pedir emprestadas quaisquer categorias à parte e podem convergir na expressão de significados obrigatórios. Uma vez que a expressão de significados evidenciais é obrigatória nas línguas indígenas no Brasil, coloca-se a questão de saber se os meios correspondentes também evoluíram no português do Brasil para a expressão de marcadores evidenciais que são importantes para os falantes. Dado que a evidencialidade é uma categoria semanticamente importante e comunicativamente rica, a omissão de marcadores da origem do conhecimento do locutor poderia ser associada à incompetência de falar, à violação de normas sociais, ou mesmo à mentira (Aikhenvald, 2018, p. 148).

Na bacia do rio Vaupés e áreas adjacentes do Brasil e da Colômbia, existe uma área deste tipo, onde línguas tucanas e línguas aruaques não aparentadas estão em contacto entre si. Nesta área existem contactos entre línguas, o que também levou à adoção de marcadores evidenciais. Após os falantes da língua arahuaca Tariana terem migrado para a região de Vaupés, há vários séculos, marcadores opcionais de temporalidade e modalidade foram reanalisados como sinais da fonte de informação fundidos com uma característica temporal (Aikhenwald, 2018, p. 154; cf. também Aikhenvald, 2004, p. 294; Epps, 2005):

- (9) Tucano: diâyi wa'î-re ——— yaha-a-**mi**
 cão peixe-TOP.NON.A/S roubar-REC.P-VIS.3sgnf
- (10) Tariana: tsinu kuphe-nuku ——— di-nitu-**ka**
 cão peixe-TOP.NON.A/S 3sgnf-roubar-REC.P.VIS.
- ‘O cão roubou o peixe (eu vi-o)’

A língua tariana também desenvolveu os evidenciais correspondentes para as outras fontes de informação. É claro que não se pode presumir um desenvolvimento tão completo de um sistema de evidencialidade para o português do Brasil. Os marcadores evidenciais também não precisam de ser emprestados como tal, o que corresponderia a uma propagação direta desta categoria. O facto de o empréstimo de morfemas gramaticais ser bastante raro é também verdade para os marcadores evidenciais (Aikhenvald, 2018, p. 162). No entanto, a expressão de certos significados evidenciais sob as impressões derivadas de línguas de contacto – mesmo que estas estejam ameaçadas de extinção e só sejam faladas por alguns falantes – pode associar-se a elementos da língua dominante.

No contexto de evidenciais emergentes, tem havido um intenso debate sobre um continuum entre a marcação lexical e gramatical da evidencialidade (Squartini, 2007; Aikhenvald, 2007; Diewald & Smirnova 2010; Alcázar 2018), que ainda está em curso. Já se falou do aparecimento de um marcador de evidencialidade no contexto do marcador espanhol *dizque* (Alcázar, 2018, p. 725). Para *dizque*, derivado do verbo *dezir* e contraído com o complementador *que*, comprovou-se no espanhol colombiano um aparecimento tanto como marcador da reprodução da fala como do boato e da modalidade epistémica. Isto foi tomado como prova de que dispositivos de expressão lexical e gramatical deste tipo de evidencialidade indireta podem estender o seu significado no sentido da expressão de dúvida epistémica (Travis, 2006).

Estudos sobre o marcador espanhol *dizque* assumem que esta forma pertence a duas categorias, entre as quais existe um continuum: por um lado, é uma partícula, e, por outro, é um modificador verbal (Alcázar, 2018, p. 726). Como partícula, *dizque* tem uma distribuição parentética relativamente ilimitada (Kaltenböck, Heine & Kuteva, 2011, p. 852-854) e várias funções semânticas e pragmáticas. Assim, *dizque* pode exprimir a evidencialidade quotativa, reportativa e indireta, a modalidade epistémica e a miratividade. Como modificador verbal, *dizque* produz uma nova unidade sintática com o verbo que tem principalmente significado evidencial e, no máximo,

associações epistêmicas fracas. Neste uso, *dizque* tem escopo sobre toda a frase e, pelo menos em espanhol colombiano e equatoriano, tem características que pertencem a uma evidencialidade gramaticalizada. Como resultado de processos de gramaticalização, pode ter surgido da fusão ou aglutinação da 3ª pessoa do singular (11), da 3ª pessoa do plural (12) ou da forma impessoal pronominalizada (13) e com o complementador *que* (cf. Alcázar, 2018, p. 729):

- (11) Dice que llegaron tarde. - - - - -
 (12) Dicen que llegaron tarde. - - - - -
 (13) Se dice que llegaron tarde. - - - - -
- ▶▶▶ (14) Diz que llegaron tarde.

Como Travis (2006) já observou, *dizque* pode ocorrer em espanhol colombiano com uma função puramente evidencial no sentido de quota (15) ou reportativa (16) (cf. Alcázar, 2018, p. 729):

- (15) A: Y yo dizque
 M: @@@
 A: [XXX], <VOX mi amor. ¿A qué horas fue que llegamos VOX?>
 Y <@no, dizque @>, <VOX No, hace como dos o tres horas VOX>
 Y hacia como media hora acabábamos de llegar.

- (16) porque dizque iba a enterrar a una persona.

Além disso, *dizque* também pode expressar dúvidas sobre o conteúdo do enunciado, numa função epistêmico-modal. Especialmente em usos com incidência sobre adjetivos é realçada a leitura epistêmica (17) (cf. Alcázar, 2018, p. 730):

- (17) - Pues, ¿que oíste?
 Una cosa que dijeron los del gobierno ese *dizque* provisional.

Tendências semelhantes às encontradas no espanhol colombiano e equatoriano podem ser encontradas no português do Brasil. É de notar que o aparecimento de marcadores evidenciais a partir de formas do verbo ‘dizer’ foi ainda observado noutras línguas românicas, e em particular em línguas na periferia da área românica, por exemplo por Cruschina & Remberger (2008) para o galego, o romeno, o sardo e o siciliano, por Haßler (2002) para o francês canadiano e por Friedman (2000) para o romeno. López Izquierdo (2006) descreveu o surgimento de *dizque* como uma estratégia evidencial (*stratégie médiative*) no espanhol medieval.

Os dispositivos linguísticos que poderiam tornar-se marcadores de evidencialidade, neste caso, de probabilidades reportativas e de quotas, estariam, assim sendo, presentes nas línguas românicas. Que um marcador como *dizque* se estabeleceu mais em certas variedades de espanhol e no português do Brasil do que em outras variedades pode estar relacionado com a presença de marcadores de evidencialidade obrigatórios nas línguas de contacto indígenas. Os marcadores de evidencialidade obrigatórios criam uma imposição à marcação da origem dos conhecimentos do locutor, o que também pode ter um efeito no uso de uma língua sem meios de evidencialidade obrigatórios.

3. *Diz que* no português do Brasil

Na sua dissertação, Vânia Cristina Casseb Galvão (2001) estabeleceu o objetivo de demonstrar que a construção (*ele*) *diz que*, partindo de uma frase matriz, se tornou um marcador de evidencialidade em certos usos num processo de gramaticalização. Conduziu a sua pesquisa utilizando um corpus do português do Brasil moderno, escrito, da Universidade Estadual Paulista, compreendendo 100 milhões de palavras (Galvão, 2001, p. 26). Em certos contextos, a construção *diz que* introduz uma oração incorporada, mas não desempenha uma função predicativa e não requer um agente de fala. O facto de no mundo real não haver nenhuma referência à qual se possa

atribuir o papel da origem do enunciado é ilustrado por Galvão (2001, p. 21) com o seguinte exemplo.

- (18) L1 [...] e assim:: morreu um colosso de gente aqui em São Paulo nessa ocasião que foi ...()
- L2 *diz que* em Jundiá também enterravam ...agora (da um) [...] em ()
Campinas foi menos (NURC/SP,D2, INQ.396)

Neste exemplo, a construção *diz que* não só introduz uma informação não confirmada, mas também marca a estratégia do locutor de fazer o interlocutor compreender que ele próprio não é a fonte da informação e que não a quer identificar. Tais usos da construção *diz que* são frequentes, especialmente na língua falada, e foram comprovados pela primeira vez entre os Xingu (Galvão, 2001, p. 21), um grupo de povos indígenas que vivem nas zonas altas do Rio Xingu, em Mato Grosso, Brasil.

Embora *diz que* no exemplo (18) seja claramente utilizado no sentido pragmático, há também indicações da atitude do locutor em relação ao valor de verdade da oração. Os marcadores da origem dos conhecimentos do locutor estão frequentemente associados a valores modais, especialmente em línguas sem marcadores evidenciais gramaticais.

O desenvolvimento de *diz que* num marcador epistêmico e evidencial pode ser bem rastreado pela mudança na sua função em relação à predicação encaixada. Na frase seguinte, *tia Ursula diz* é uma oração matriz que introduz a proposição.

- (19) Tia Ursula diz que a água daqui faz bem ao cabelo (...) (PD -LD) (Galvão, 2001, p. 21)

Neste uso, o verbo *dizer* denota uma relação entre um ser humano e o seu ato de fala, que toma como segundo complemento. *Dizer* ocorre aqui, portanto, numa predicação em que a predicação encaixada *que a água*

daqui faz bem ao cabelo é um complemento do verbo. Este *diz que* pode ser chamado de construção predicativa, enquanto que o *diz que* evidencial é não predicativo (cf. Galvão 2001, p. 131).

Galvão (2001, p. 187-188) apresenta vários argumentos para a construção predicativa (*ele diz que* como o ponto de partida mais provável para a gramaticalização, em comparação com *dizem que*, no decurso da qual o significado concreto da marcação do ato performativo do discurso se perdeu em favor do significado mais abstrato da marcação de uma fonte de conhecimento. Primeiro, de acordo com Lyons (1977, p. 638), a terceira pessoa (*ele*) não está associada a qualquer papel no processo de comunicação. Esta distância, argumenta, é preservada no significado gramaticalizado de *diz que*. Segundo Frajzyngier (1996, 103), *que* é um complementador universal que, em ligação com os verbos de dizer, faz uma distinção entre o mundo discursivo *de dicto* e o mundo real *de re*. Com base neste uso predicativo de *ele diz que*, Galvão (2001, p. 189-192) estabelece um continuum de significados predicativos e não predicativos evidenciais que vão desde um determinado agente humano da fala até à perda do agente. Os diferentes significados neste continuum são representados como presentes no uso da língua, ou seja, tanto o ponto de partida como as fases intermédias não se perdem no processo de gramaticalização. Nos casos em que *diz que* é reanalisado como marcador evidencial, há mesmo uma fusão, feita por alguns autores com um hífen (20), apóstrofe (21) ou como contração (22) (cf. Galvão, 2001, p. 208):

- (20) – O turco só quando chegou perto do homem reparou na sua grandeza e se espantou:
 – Homem, como o senhor é grande! [...]
 – *Diz-que* Deus fez eu no mesmo dia que fez o Brasil e nesse dia tinha levantado com mania de exagero, com o perdão da palavra. Tenho para mais de dezena de arrobas de peso e quase que braca e meia de comprimento.
 (ID –LR)

- (21) – O corpo de Inacinho ficou o tempo todo fechado no caixão, proibido de ninguém ver ele, mo'de o estrago... Seu Xisto do Engenho? Veio sim, vieram de volta o povo todo; cada um de embornal mojado, mas tudo milho carunchado, sem serventia...

Seu Tonho Inácio parece que 'ta com muita esperança mas é um zunzum que chegou do Campanário: *diz'que* Seu Isé de Arimatéia foi visto de noite, já descendo o Caramujo, por uns cujos que velavam a criança defunda numa casa de tábua... (CH - LR)

- (22) [...] o Facebook *dizque* está ciente de o compartilhamento de este tipo de mensagem (CdP, Globo.com 17-07-19)

É impressionante que, no seu significado mais gramaticalizado, *diz que* se encontre normalmente no início de uma frase. No entanto, em situações de discurso cotidiano, também pode ser encontrada no final de uma frase, à qual se refere então de forma anafórica:

- (23) Nas Escrituras Sagradas há muitos casos como esses em que Jesus Cristo expulsou o demônio do corpo de muita gente, *diz que*. (Galvão, 2001, p. 211)

Reanalisado como um marcador de evidencialidade não predicativo, *diz que* já não vincula um sujeito e já não é infletido por tempo, modo ou pessoa. Nos exemplos seguintes, *diz que* é utilizado com uma função não predicativa; um portador da ação de dizer não está presente, nem está implícito. Galvão (2001, p. 131) nota diferentes significados evidenciais nestes exemplos, de acordo com a tipologia de Givón (1995). Enquanto que *diz que* em (24) marca evidencialidade indireta, esta construção em (25) marca inferência e em (26) boato:

- (24) *Diz que* era um rei, tinha uma filha por casar... (CNT-LR)

- (25) Geni: Pois e, no Cassino da Urca, olha que chique. Parece ate que ela e uma jovem muito simpatica, culta, prendada...E rica, e claro. *Diz que* a família dela tem muito dinheiro. (OM – LD)
- (26) Bastiao: *Diz que* pedacim do chifre cura quebrante. (REBLD)

Como marcador do mundo narrado, como em (24), *diz que* ocorre particularmente em português como língua de contacto entre falantes da língua indígena baníua (Galvão 2001: 137), que é falada na região fronteira do Brasil, Colômbia e Venezuela. A construção é produtiva com este significado especialmente na introdução de fábulas, lendas e textos folclóricos:

- (27) *Diz que* um leão enorme ia andando chateado, não muito rei dos animais, porque tinha acabado de brigar com a mulher e esta lhe dissera poucas e boas (FAB-LR). (Galvão, 2001, p. 137)

A omissão de *diz que* neste exemplo poderia levar a um atraso na compreensão ou a uma falsa compreensão. As atitudes humanas são atribuídas aos animais em (27) e o facto proposicional descrito não é real enquanto tal, resultando na necessidade da utilização de uma construção que confirme o valor da verdade e dê coerência ao enunciado. Por exemplo (25), por outro lado, a construção *diz que* marca uma conclusão que o locutor retirou do facto de o adolescente apresentado frequentar um casino chique. Já na frase anterior, parece que introduz a conclusão de que ela deve ser simpática e educada; *diz que* é então usada para acrescentar a suposição de que a sua família deve ter muito dinheiro.

Implícito na evidencialidade do boato é o baixo grau de envolvimento físico e cognitivo por parte do locutor, que pode obter o conteúdo das suas afirmações a partir do conhecimento comum, sem ter de o comprovar ou indicar uma fonte exata. O não-predicativo *diz que* ocorre mais frequentemente como expressão de boato, desempenhando três funções (Galvão, 2001, p. 140):

a) Afirmação de uma verdade comumente tida como tal

Embora a marcação do conteúdo de uma declaração como sendo do conhecimento comum não seja realmente necessária, pode ser vantajoso para o processamento na comunicação marcar a informação comunicada como de conhecimento comum sem que o falante tenha de citar uma fonte para a mesma (Galvão, 2001, p. 141-142):

(28) O cabelo? Ora, cabelo cresce. *Diz que* cabelo raspado, quando cresce, vem ate mais cacheado... (BP-LJ)

A certeza e credibilidade de afirmações como (28) são reforçadas pela construção *diz que*, embora o falante não possa dar qualquer prova ou citar fonte específica para elas. Estas são afirmações absolutas, atemporais, que têm reivindicações de verdade incondicionais, que, segundo Barnes (1984, 262), são correspondentes à evidencialidade assumptiva da língua tuyuca.

b) Reprodução de boato

Quando uma informação é ouvida e não tem uma fonte específica, normalmente é-lhe dada pouca credibilidade. Para ultrapassar a relação de tensão entre a informatividade e o facto de o falante não poder ou não querer nomear a fonte do seu discurso, são utilizados marcadores evidenciais de boato, com os quais o locutor renuncia à responsabilidade pelo valor da verdade do discurso. Por exemplo (29), *diz que* é usado para marcar a fonte incerta de informação, e esta incerteza é então sublinhada de forma predicativa por *mas, para mim, isso e boato*:

(29) – E o Betico, Antero, tiveram notícias dele?
– *Diz que* pegaram ele la perto da Moeda. Mas, para mim, isso e boato....
companheiro nos perdemos (...) (V-LR)

Neste enunciado, é retomada uma fonte estranha, mas é feita referência a um boato em vez de uma citação, como na evidencialidade de quota. O locutor não tem experiência direta da fonte da comunicação; limita-se a transmiti-la sem mencionar a sua origem. O marcador *diz que* aproxima o enunciado do domínio do irreal e hipotético. De todos os significados evidenciais da construção *diz que*, a marcação de boato é o mais frequente no corpus utilizado por Galvão (2001).

c) Formulação de suposições por parte do locutor

Em outros usos não predicativos *de diz que*, só o próprio falante é a prova do conteúdo do enunciado, que surge apenas do seu pensamento. A informação comunicada pode advir de situações anteriores, que, contudo, não precisam de ter uma relação direta e imediata com a conjectura comunicada. Isto pode ser observado no exemplo (28), onde Estela pergunta a Amorim se Jason ainda conheceria a pobreza e, após uma frase interrompida, afirma que dois rapazes estariam à procura do seu pai na esquina. Aqui, não se trata apenas de estabelecer a indeterminação da origem da proposição, mas é deixado em aberto mesmo o quadro comunicativo, o que, de outra forma, indicaria uma perspectiva das pessoas ou dos factos envolvidos (Galvão, 2001, p. 146):

(28) Estela: Inda conhece pobre? Que beleza...*Diz que* tem dois meninos procurando o pai ali na esquina.

Amorim: Ce ta ficando louca, mulher? (GA-LD)

Em todas as utilizações não predicativas da construção *diz que* acima mencionadas, o orador é marcado como não estando presente no local do evento representado. Trata-se assim de uma evidencialidade indireta, que ocorre de várias formas.

Na análise quantitativa realizada por Galvão (2001) sobre um total de 1051 ocorrências, verificou-se que a construção *diz que* ocorre mais frequentemente em sentido predicativo, com 89,6%. Dentro desta

percentagem, os textos jornalísticos representaram 39,5%, o que resulta do facto de o valor da verdade nestes textos dever ser confirmado por referência a uma instância de afirmação. Segundo a investigação de Galvão, o grau de utilização de marcadores evidenciais não predicativos decresce nos textos de maior formalidade. Os usos não predicativos de *diz que* verificaram-se em 9,1% das ocorrências do corpus escrito. Isto explica-se principalmente pelo facto de tais mudanças de significado se darem muito raramente em linguagem escrita (Galvão, 2001, p. 153). Além disso, existem aparentemente limitações regionais, na medida em que não foram encontrados exemplos não predicativos de *diz que* em entrevistados do Rio de Janeiro e Salvador. A maioria das 96 ocorrências não predicativas de *diz que* ocorreram em romances (64,5%, ou seja 29) e dramas (23,9%, ou seja 30) (Galvão, 2001, p. 156), aparentemente devido a passagens em oralidade fingida, em discurso pessoal:

- (29) O pobre do ceguinho *diz que* apareceu na porteira inchado, todo sangrando de topadas no arvoredo, e daí rolou uma praga brava no seu Sabianinho. (ID-LR)
- (30) Coronel Fuão: Esse é um doido inofensivo. Parece que era mesmo menino quando caiu do arraial do Conselheiro. Vigia Marcolino: *Diz que* andou com Lampião também, mais o Corisco...(FO-LD)

O significado evidencial do marcador *diz que* não predicativo não é afetado pela temporalidade da seguinte predicação. Assim, ocorre de forma atemporal como um marcador de evidencialidade com predicações subsequentes no presente (31), no imperfeito (32) e no futuro perifrástico (33):

- (31) Mas ele vai vivendo no seu bem-bom. Já não tem onde botar dinheiro. *Diz que* esconde até no oco do santo. (SELR)
- (32) *Diz que* o bafo do bicho era tanto e a goela se via lá dentro que era um nojo completo. (SAR-LR)
- (33) Mas tão roubando a venda e *diz-que* vão agarrar as mulher a pulso e passar a geral em nos, uma por uma. (TG-LR).

No *Corpus do português* (2012-2019), foram encontradas 298072 provas de *diz que* do português do Brasil, das quais 2000 foram selecionadas de forma aleatória e analisadas. Os resultados qualitativos e quantitativos do estudo de Galvão (2001) foram confirmados. Enquanto na maioria dos casos *diz que* é usado predicativamente (34), também surge como um marcador geral de evidencialidade indireta em algumas afirmações, a maioria das quais são casuais ou parentéticas (35, 36):

- (34) Bolsonaro *diz que* leis em excesso “amarram” ações de o governo Presidente fez declaração. (CdP, <https://www.ofuxico.com.br/noticias-sobre-famosos/silvio-santos-brinca-com-filtro-em-que-vira-mulher-eu-era-travesti/2019/07/01-352703.html>)
- (35) [...] um pedaço de o livro “Nobrezas de o Novo Mundo” a ele, *diz que* prefere o índio — que se tornou cavaleiro português por decisão de Dom Sebastião (CdP, <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/justica-do-rio-concede-616-medidas-protetivas-mulheres-em-seis-meses-23773125>)
- (36) De Sanctis, em o entanto, rejeita a comparação – *diz que* não viu similaridades, pois sua situação foi muito mais difícil. (CdP, <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48753426>)

4. Outros marcadores de evidencialidade indireta e resumo

Além da construção *diz que*, o verbo *parecer* é também frequentemente utilizado para marcar a evidencialidade (cf. Gonçalves, 2003). O verbo *parecer* pode ocorrer em diferentes construções sintáticas. Em primeiro lugar, os usos de *parecer* com o significado ‘assemelhar-se’ (37), que não podiam tornar-se o ponto de partida de marcações evidenciais, devem ser distinguidos das ocorrências enquanto verbo copulativo ou semelhante com um significado modal (38):

- (37) Eu *pareço* mais a mãe dela, porque a mãe dela fica o tempo todo fora de casa. (PEUL/TEM/T11) (Gonçalves 2003: 129)
- (38) Mas você é tão bela e tão perfeita: *parece* feita de a pequena parte de perfeição que há em cada criatura. (CdP, Jornal do Globo 17-05-21)

Frequentemente, a predicação evidencializada e modalizada é encontrada encaixada na construção *parece que* que a precede:

- (39) *Parece que* tem um colega de trabalho que quer aprender com você. (CdP, Jornal Visão Oeste 19-06-30)

Em tais construções, o locutor pode também acrescentar-se como portador da conclusão (40) ou mencionar outra pessoa como fonte (41):

- (40) Do ponto de vista formal, *me parece* inadequado dar esse tratamento em o âmbito de a reforma previdenciária. (CdP, Terra 19-06-23)
- (41) Adora, *lhe parece* um retrato acertado de o negócio de a imprensa. (CdP, El País Brasil, 18-11-04)

O que salta aqui à vista, porém, é que *me parece*, com 10088 ocorrências, ocorre 13 vezes mais frequentemente do que o *lhe parece* (790 ocorrências) para o português do Brasil, no *Corpus do português*. Assim, a subjetividade da inferência do locutor parece dominar claramente no uso de *parecer*. Predicações com formas verbais não finitas também podem ser marcadas evidencialmente com *parecer*:

- (42) *Parece* haver uma decisão para intensificar a situação em a montanha. (CdP, UOL 19-06-30)

No seguinte exemplo de Gonçalves (2003, p. 115), *parece que* marca três vezes as conclusões do locutor, tal como a sua distância do seu conhecimento

e a sua base empírica, o que é realçado pelas inserções em versaletes. Para além da sua função de marcador de evidencialidade assumptiva, parece que o marcador *parece que* aqui também transporta valores modais, na medida em que lança dúvidas sobre a exatidão do conteúdo das afirmações:

- (43) Tem um posto de saudezinho aí embaixo que *parece que* faz ali uns curativozinho de vez em quando. Vem um medico que *parece que* NÃO SEI SE VEM TODO O DIA, NÃO ESTOU AO PAR, EU NÃO ESTOU EM CONDIÇÕES DE DAR ESSA INFORMAÇÃO, PORQUE EU NÃO FREQUENTO ESSE POSTO DE SAÚDE, não foi preciso ainda. Mas vem um medico aí. *Parece que* vem de manhã cedo, oito ou nove horas, e dá lá umas consulta é vai embora. (PEUUCEN/E03)

Também no seguinte exemplo de Gonçalves (2003, p. 115) é feita uma conclusão numa base empírica muito fraca, recorrendo à memória de um tempo passado, cuja fiabilidade não é, consequentemente, muito elevada:

- (44) A moto *parece que* naquela época custou uns oitenta e poucos mil cruzeiro. (PEUUCEN/E33)

As proposições contidas em (43) e (44) são representadas como remotas da consciência do falante, e nenhuma facticidade lhes é associada. No exemplo seguinte, ao explicar a perda da base para a conclusão, a evidencialidade assumptiva é ainda mais sobreposta pela modalidade irreal. O interlocutor interrompe então a locutora e tenta preencher o conhecimento em falta, utilizando um marcador evidencial modal (*acho que > ach!*) para manter a declaração em aberto:

- (45) Inf: eu tenho assistido umas Peças eu assisti u::ma com a::aquela artista magrinha de televisão aquela moreninha que é bailarina também ... eh
Doc: Marília Pera
Inf: Mal é ... também NÃO LEMBRO O NOME DA PEÇA mas me PARECE QUE era ...

‘Um grito num:.’

Doc: ‘parado no ar’ ...

Inf: ach/ não não foi essa... (NURC/SET/DIDI234/SP)

As formas de *parecer* também podem ocorrer parenteticamente ou como satélites para reduzir a responsabilidade do locutor pelo conteúdo do enunciado. Em tais usos, estas construções aproximam-se dos advérbios, como se pode verificar nos dois exemplos seguintes de Gonçalves (2003, p. 123):

- (46) hoje pode-se fazer o [casamento] religioso com efeitos civis e tal... então mas no/ [nós nos casamos no civil... *parece que* de manhã ... assim por volta de ... dez e meia onze horas por aí]. (NURC/RJ/SET/71)
- (47) [o pedágio] passou para *parece que* setenta cruzeiro a partir de dia prime – depois de amanhã. (PEUUCEN/E32)

Em tais usos, *parece* pode ainda ocorrer sintaticamente, de forma independente do seu contexto e sem um complementador (Gonçalves, 2003, p. 125):

- (48) [...] naquele tempo não se tomava uísque tomava-se chope então tinha um barrilzinho de cho:pe uns ... uns sanduíches ... naquele tempo devia ser presunto e queijo ... *parece* ... eu não me lembro bem ((risos)) mas devia ser assim. (NURC/RJ/SET/71)

Entre os dispositivos linguísticos que competem com *parecer* na marcação da evidencialidade, os verbos *achar* e *crer* (Gonçalves, 2003, p. 153) e os advérbios *provavelmente*, *obviamente* e *visivelmente*, que ocorrem também no português europeu e no português do Brasil, merecem particular atenção.

Os verbos *achar* e *crer* podem igualmente ser usados para marcar conclusões inferenciais e assumptivas:

- (49) Hoje eu me sinto péssimo por não saber falar em libras. *Acho que* como professor eu preciso aprender. (CdP, Jornal Opção, 19-06-30)
- (50) Será que um dia isso ocorrerá em o Brasil? Sou otimista. *Creio que* em 200 anos chegaremos lá. (CdP, O Diário 19-06-26)

No marcador *visivelmente*, a característica da evidencialidade visual ainda domina, o que especializa este advérbio à expressão da evidencialidade direta. Por exemplo (51), a característica de o Presidente Lula estar fora de si é inferida a partir dos seus movimentos corporais:

- (51) Notabilizou-se por arroubos políticos grosseiros, como o ataque a o Presidente Lula em uma reunião de trabalho em que, *visivelmente* fora de si, esmurrou a mesa a exigir que seu suposto desafeto tomasse prisão perpétua. (CdP, <https://jornalggn.com.br/artigos/general-helene-peca-para-sair-ou-seja-exonerado-por-eugenio-de-aragoa/>, 19-06-27)

Também no exemplo seguinte, a conclusão do autor do texto de que o público está a ficar cada vez mais jovem a cada ano é derivada das suas características físicas:

- (52) A cada ano que passa, tem atraído um público *visivelmente* mais jovem, e por isso trazemos alternativas que combinem com esse perfil, [...] (CdP, Jornal Correio, 19-06-12)

Embora *visivelmente* pareça ser especializado na expressão da evidencialidade visual, *obviamente* já não revela qualquer especialização num determinado tipo de evidencialidade. Enquanto a presença de muitas coisas novas numa plataforma ainda pode ser derivada da evidencialidade visual (53), a conclusão de que a tapioca falta nos menus brasileiros porque a aristocracia identificou-se com a França e não com os índios (54) parece puramente especulativa e deve, portanto, ser atribuída à evidencialidade assumptiva:

- (53) Há um monte de coisas novas, *obviamente*, em esta plataforma [...] (CdP, SempreUpdate Notícia, 19-06-30)
- (54) Quase não existe menção de tapioca em os menus de o Brasil, *obviamente* porque a aristocracia queria se identificar com a França, e não com os índios (CdP, Estado de Minas, 19-06-30)

No exemplo (55), *obviamente* realça a afirmação de que é importante ter boas notas, ao que acresce a apreciação das atividades extracurriculares.

- (55) Envolve-se em atividades extracurriculares. Não adianta ter só um histórico da graduação cheio de notas 10, apesar de ser importante ter boas notas, obviamente. Mostrar que se envolve com algumas causas e atividades extraclasse é bastante valorizado. (CdP, <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/06/26/estudante-de-porto-alegre-e-aceita-em-seis-universidades-para-mestrado-nos-estados-unidos.ghtml>)

Os valores evidenciais de *provavelmente*, que na realidade é considerado um advérbio modal, também não são delimitados de acordo com a escala de evidencialidade. Predominantemente, este advérbio assinala uma evidencialidade inferencial (56) ou assumptiva (57), embora não se exclua o boato (58).

- (56) Uma grande e forte massa de ar frio de origem polar avança sobre o Brasil durante a primeira semana de julho de 2019. Entre os dias 1 e 8 de julho, o país deve sentir um resfriamento muito intenso, que ocorre poucas vezes durante um inverno. Muito *provavelmente* será a mais intensa de 2019 e talvez só tenhamos uma com esta força este ano. (CdP, <https://notisul.com.br/geral/148722/brasil-gela-durante-a-primeira-semana-de-julho>)
- (57) A desigualdade, portanto, tem a ver com outra coisa, *provavelmente* por razões políticas, como os incentivos seletivos, o fechamento de os sindicatos (CdP, Rede Brasil Atual 19-06-30)

- (58) Contudo, logo quando entraram no banco o alarme de segurança disparou, o que provavelmente motivou a fuga sem levar nada. (CdP, Diário de Nordeste, 19-06-30)

Para o português do Brasil, não é possível falar de um sistema gramaticalizado de evidencialidade no qual diferentes valores evidenciais seriam distribuídos entre formas linguísticas específicas. A influência das línguas de contacto com evidenciais gramaticais pode ser vista mais na intensidade do uso de marcadores evidenciais do que em demarcações de acordo com diferentes fontes de conhecimento. A expressão da evidencialidade no português do Brasil é principalmente lexical, juntamente com as formas verbais de condicional, de imperfeito (Haßler, 2016, p. 332-340) e de futuro (Oliveiro, 2016), que também ocorrem em formas verbais de outras línguas românicas. Além disso, os marcadores léxicos da origem dos conhecimentos dos falantes podem ser utilizados para múltiplas fontes e, ademais, podem ainda ter significados modais. Em comparação com o uso predicativo, o marcador *diz que*, que é típico do português do Brasil, é modificado na medida em que ocorre regularmente sem um sujeito e também não dá uma referência específica a uma instância de locutor citado. O facto de a construção *dizer que* ainda poder ser utilizada em predicados, a inexistência da natureza obrigatória da sua utilização, bem como a mistura de vários significados evidenciais, sugerem que neste caso não estamos perante o resultado de um processo de gramaticalização, mas de pragmatização.

Bibliografia

- AIKHENVALD, Alexandra. **A Grammar of Tariana, from northwest Amazonia**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- AIKHENVALD, Alexandra. **Evidentiality**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

AIKHENVALD, Alexandra. Information source and evidentiality: what can we conclude? **Italian Journal of Linguistics/Rivista di Linguistica**, v. 19, n. 1, p. 209-227, 2007.

AIKHENVALD, Alexandra. Evidentiality and language contact. In: AIKHENVALD, Alexandra Y. (ed.). **The Oxford Handbook of evidentiality**. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 148-174.

ALCÁZAR, Asier. Dizque and other emergent evidential forms in Romance languages. In: AIKHENVALD, Alexandra Y. (ed.). **The Oxford Handbook of evidentiality**. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 725-740.

BARNES, Janet. Evidentials in the Tuyuca verb. **International Journal of American Linguistics**, v. 50, p. 255-271, 1984.

COMRIE, Bernard. **Tense**. Cambridge, New York, Port Chester, Melbourne, Sydney: Cambridge University Press, 1985.

CORPUS do português. <https://www.corpusdoportugues.org/now/>, 2012-2019 (último acesso 06.05.2020)

CRUSCHINA, Silvio; REMBERGER, Eva-Maria. Hearsay and reported speech: evidentiality in Romance. In: Benincà, P.; Damonte, F.; Penello, N. (eds.). **Selected proceedings of the XXXIV incontro di grammatica generativa**. = **Rivista di grammatica generativa** vol. 33, p. 95-116, 2008.

DIEWALD, Gabriele; SMIRNOVA, Elena (eds.). **Linguistic realization of evidentiality in European languages**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2010.

DIXON, Robert M. W. **The Jarawara language of Southern Amazonia**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

EPPS, Patience. Areal diffusion and the development of evidentiality. Evidence from Hup. **Studies in Language**, v. 29, n. 3, p. 617-650, 2005.

FRAJZYNGIER, Zygmunt. **Grammaticalization of the complex sentence: a case study in Chadic**. Amsterdam: John Benjamins, 1996.

FRIEDMAN, Victor. Confirmative/nonconfirmative in Balkan Slavic, Balkan Romance, and Albanian with additional observations on Turkish, Romani, Georgian, and Lak. In: JOHANSON, Lars; UTAS, Bo (eds.). **Evidentials. Turkic, Iranian and neighbouring languages**. Berlin: De Gruyter, 2000, p. 329-366,.

GABAS Jr., Nilson. **A Grammar of Karo, Tupi, Brazil**. Santa Barbara, CA: University of California Santa Barbara dissertation, 1999.

GALVÃO, Vânia Cristina Casseb. **Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão diz que**. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, tese, 2001.

GIVÓN, Thomas. **Functionalism and grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. **Gramaticalização, modalidade epstêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

HASSLER, Gerda. Evidentiality and reported speech in Romance languages. In: GÜLDEMANN, Tom; RONCADOR, Manfred von (eds.). **Reported discourse. A meeting ground for different linguistic domains**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2002, 143-172. (Typological Studies in Language 52)

HASSLER, Gerda. **Temporalität, Aspektualität und Modalität in romanischen Sprachen**. Berlin; Boston: Walter de Gruyter, 2016.

HENGEVELD, Kees; HATTNER, Marize Mattos Dall'Aglio. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. **Linguistics**, v. 53, n. 3, p. 479-524, 2015.

HOPPER, Paul J. **Tense-aspect: between semantics and pragmatics**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1982. (Typological Studies in Language 1)

KALTENBÖCK, Gunther; HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. On thetical grammar. **Studies in Language**, v. 35, p. 852-897, 2011.

LÓPEZ IZQUIERDO, Marta. L'émergence de dizque comme stratégie médiative en espagnol médiéval. **Cahiers d'études hispaniques médiévales**, v. 29, p. 483-493, 2006.

LYONS, John. *Semantics*. Cambridge: University Press, 1977.

OLIVEIRO, Teresa. Between evidentiality and epistemic modality: The case of the future and the conditional in European Portuguese. **Belgian Journal of Linguistics**, v. 29, n. 1, p. 101-122, 2016.

OSPINA BOZZI, Ana Maria, **Les structures elementaires du Yuhup Maku: langue de l'Amazonie colombienne**: Morphologie et syntaxe. Paris: Université Paris 7 thèse, 2002.

PLUNGIAN, Vladimir A. The place of evidentiality within the universal grammatical space. **Journal of Pragmatics. An interdisciplinary Journal of Language Studies**, v. 33, p. 349–357, 2001.

SQUARTINI, Mario. Investigating a grammatical category and its lexical correlates. **Italian Journal of Linguistics / Rivista di linguistica**, v. 19, n. 1, p. 1-6, 2007.

TELLES, Stella; WETZELS, Leo. Evidentiality and epistemic mood in Lakonde. In: ROWICKA, Grażyna J.; CARLIN, Eithne B. (eds.), **What's in a verb? Studies in the verbal morphology of the languages of the Americas**. Utrecht: LOT, 2006, p. 235–252.

TRAVIS, Catherine E. *Dizque*: a Colombian evidentiality strategy. **Linguistics**, v. 44, n. 6, p. 1269-1296, 2006. <https://doi.org/10.1515/LING.2006.041>

WEBER, David J. **A grammar of Huallaga (Huánuco) Quechua**. Berkeley: University of California Press, 1989. (Publications in Linguistics 112)

WILLETT, Thomas. A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. **Studies in Language**, v. 12, n. 1, p. 51–97, 1988.

El lenguaje en acción: apuntes sobre el diccionario escolar de Juan Benejam (1846-1922)

El lenguaje en acción: Notes on the School Dictionary by Juan Benejam (1846-1922)

Miguel Ángel Esparza Torres*
Nerea Fernández de Gobeo Díaz de Durana**

RESUMEN

El maestro Juan Benejam Vives (1846-1922), figura relevante en el entorno educativo menorquín de finales del siglo XIX y principios del XX, fue autor de *El lenguaje en acción. Diccionario que comprende la mayor parte de los vocablos que tienen dos ó más significados con su correspondiente aplicación* [...] (1888), obra que no ha sido objeto de un estudio detallado. En ella, Benejam defiende la enseñanza de la lengua materna mediante el uso y explicita su concepción del lenguaje como instrumento estructurador del pensamiento. Así, en este trabajo se examinan las ideas sobre didáctica de la lengua que se incluyen en el prólogo del repertorio y en otros textos de Benejam y se detalla cómo estas se concretan en la configuración y el contenido de la obra. De esta forma, esperamos contribuir al conocimiento del texto de Benejam y de sus ideas acerca de la enseñanza de la lengua materna, pues consideramos que constituyen una propuesta de interés para la historia de la lingüística española.

Palabras Clave: diccionario escolar, Juan Benejam, siglo XIX, enseñanza del castellano.

Articulistas invitados

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.505>

*Universidad Rey Juan Carlos, miguelangel.esparza@urjc.es, orcid.org/0000-0001-9400-2397

**Universidad Rey Juan Carlos, nerea.gobeo@urjc.es, orcid.org/0000-0002-1715-1361

Confluência. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, Especial 30 anos, p. 178-198, junho 2021

ABSTRACT

Juan Benejam Vives (1846-1922), a relevant figure in the Menorcan educational environment of the late 19th and early 20th centuries, was the author of *El lenguaje en acción. Diccionario que comprende la mayor parte de los vocablos que tienen dos ó más significados con su correspondiente aplicación* [...] (1888), work that has not been studied in detail. In it, Benejam defends the teaching of the mother tongue through use and the introduces the idea of language as a structuring tool of thought. This paper examines the ideas on language didactics that are included in the prologue of the repertoire and in other texts by Benejam, and details how they are specified in the configuration and the content of his work. In this way, we hope to contribute to the knowledge of his dictionary and his ideas about language teaching since we consider that they should be taken into account in the history of Spanish linguistics.

Keywords: school dictionary, Juan Benejam, 19th century, Spanish language teaching.

Introducción

Juan Benejam (Ciudadella de Menorca, 1846-1922), pedagogo, gramático y lexicógrafo, es uno de esos maestros, tan competentes e innovadores como poco reconocidos, que colaboraron de manera destacada a la renovación de la enseñanza en las últimas décadas del siglo XIX. Una de sus obras, particularmente, será el objeto de nuestro trabajo. Su título es bastante descriptivo del contenido que atesora:

El lenguaje en acción. Diccionario que comprende la mayor parte de los vocablos que tienen dos o más significados con su correspondiente aplicación; incluyendo un gran número de sinónimos de nuestra lengua, con un extenso suplemento que encierra interesantes curiosidades del lenguaje, no registradas muchas de ellas en ningún tratado gramatical.

La obra se publicó en su ciudad natal en 1888. Benejam, que había obtenido el título de maestro en 1866 en Barcelona, fundó, de regreso en Ciudadella, una escuela privada, en 1869, pero obtuvo ya plaza en la escuela pública en 1873. Tras una breve estancia en Cuba, entre 1912 y 1914, regresó de nuevo a Ciudadella, localidad de la que fue concejal desde 1917 hasta su muerte en 1922.

Benejam desarrolló una intensa actividad pedagógica que encuentra reflejo en varias publicaciones (cf. VILAFRANCA 2002a; 2002b; MOTILLA 2003). Enamorado de su vocación de maestro, quiso volcar su elevado concepto de su profesión y su experiencia en un libro que tituló *La alegría de la escuela. Obra redactada para que sirva de guía a los jóvenes maestros, a fin de hacer agradable, digna y provechosa, su noble profesión* (1899).

Pero no son las ideas pedagógicas en sí mismas las que nos interesan en esta ocasión, sino ciertos planteamientos lingüísticos, concretados, entre otras obras, en aquella citada al comienzo: *El lenguaje en acción*. Nos parece que este libro, que se presenta en forma de diccionario, es digno de una atención que hasta ahora no se le ha prestado. Benejam, siempre con un propósito pedagógico y didáctico, había publicado otros estudios interesantes antes que *El lenguaje en acción*. Así, en 1978, apareció su *Gramática educativa o Método racional de educación*, y algunos años más tarde, en 1885, publicó un *Vocabulario menorquín-castellano*.

1. Algunos aspectos interesantes de las ideas lingüísticas de Benejam

1.1 Una advertencia previa

Una advertencia importante antes de entrar en detalles sobre las ideas sobre el lenguaje de Benejam es, ante todo, aclarar que nuestro autor no dedica muchas páginas a desarrollar de manera sistemática su pensamiento lingüístico. Los preámbulos que encontramos al comienzo de sus obras son siempre unas brevísimas consideraciones iniciales, a modo de escueta introducción en la que expone sencillamente sus puntos de partida y sus intenciones.

En segundo lugar, conviene también señalar que, en las ideas de Benejam, resulta difícil deslindar su concepción del lenguaje como instrumento estructurador del pensamiento y medio de comunicación y sus ideas pedagógicas. De hecho, como su interés es la educación del pensamiento

y su expresión a través de lenguaje, su producción intelectual tiene un carácter eminentemente práctico —didáctico— y no especulativo.

Por otra parte, en el primer plano de la actividad de Benezam se encuentra siempre la formación de la gente común. Nuestro autor no busca en absoluto el reconocimiento en el ámbito académico, sino elaborar materiales que sirvan a la mejora cultural de las clases populares. En unas obras se nota más claramente, en otras quizá algo menos, pero se trata de una intención constante que de un modo u otro se hace explícita. Por ejemplo, en las *Breves consideraciones* que preceden al *Vocabulario menorquín-castellano*, Benezam es del todo explícito:

[...] este Vocabulario se halla destinado á prestar muy útiles servicios en tierra de Menorca, tanto más cuando sus condiciones materiales lo hacen asequible á las clases más menesterosas. Tal es el objeto primordial del autor: servir al país y sobre todo contribuir á la instrucción del pueblo (BENEJAM, 1885, p. 6).

No encontraremos referencias a otros autores —ya sean gramáticos, lexicógrafos o tratadistas en general— pero, a poco que comienza uno a leer sus obras, se topa con planteamientos que reflejan las ideas de los gramáticos influidos por la Ideología¹. Benezam evita incluso las menciones directas a la Academia. Así ocurre, por ejemplo, cuando critica que el papel en la escuela de la gramática se limite solo al mero aprendizaje de reglas:

Pero, señor, ¿á qué estará reducida la gramática? Casi diríamos á una calamidad para las escuelas; á desempeñar el papel de cero para el común de las gentes; pero tratándose del mundo literario, es otra cosa: entonces limpia, fija y da esplendor. (BENEJAM, 1888, p. I)

1 Recientemente ha habido un importante desarrollo de la investigación en torno a la Ideología y la gramática escolar, como puede observarse, entre otros, en los trabajos de Calero Vaquera (2008, 2009, 2012), García Folgado (2013, 2014), Haßler (2009) o Zamorano Aguilar (2008, 2009).

Efectivamente, Benezam trabaja para “el común de las gentes”, no para lo que llama “el mundo literario”. Esta misma idea expuesta en el preámbulo de la obra se expresa de esta otra manera: “Hemos escrito para lectura de los más, no para consulta de los menos. Para estos hay otras obras y otros autores” (BENEJAM, 1888, p. II).

1.2 Gramática y diccionario

La importancia de las relaciones entre gramática y diccionario en el análisis historiográfico es un asunto cuya importancia se ha puesto de relieve hace ya mucho tiempo:

De cuántas maneras puedan entenderse las relaciones entre gramática y diccionario, es una pregunta previa que merece la pena plantear [...].

En este sentido, hay que hacer una primera distinción entre lo que podríamos denominar relaciones ‘externas’ e ‘internas’ entre gramática y diccionario. Aunque quizá la denominación no es muy afortunada, lo que quiero señalar al emplear el término ‘externo’ es que es necesario considerar diccionarios y gramáticas como productos que pueden guardar entre sí ciertas relaciones derivadas de consideraciones de tipo teórico o práctico. Después de tantos siglos de coexistencia de gramáticas y diccionarios, creo que considerar este tipo de relaciones entre productos está plenamente justificado.

Cuando empleo el término ‘internas’ me refiero a la consideración de léxico y gramática como partes de la estructura de una lengua, cuyas relaciones se pueden plantear de muy distintas maneras —el diccionario como apéndice de la gramática, el diccionario como componente de la gramática, etc.— o, sencillamente, a la relación entre un fenómeno gramatical determinado del que debe dar cuenta un diccionario o, por el contrario, a un problema léxico concreto del que debe dar cuenta una descripción gramatical (ESPARZA, 1999, p. 246).

¿Y cuál es, en este marco de análisis, el punto de vista de Benezam? Nuestro autor no discute que existan muy buenas gramáticas y muy buenos

diccionarios, de acuerdo con los fines para los que hayan sido unas y otros concebidos:

Se publican diccionarios muchos de los cuales son monumentos levantados al habla castellana, ante los cuales los españoles debemos descubrirnos la cabeza; se dan á luz gramáticas que son verdaderas obras de arte con mucho de ciencia, cuyos autores deben merecernos el mas profundo respeto; pero creemos que faltan libros que enseñen el idioma á quienes no puedan aprenderlo ni en los diccionarios ni en las gramáticas (BENEJAM, 1888, p. II).

Benezam defiende, sin embargo, que, para la enseñanza del lenguaje, es necesaria una obra que aúne gramática y diccionario, en el sentido, claro está, en que él entiende los conceptos de ‘gramática’ y ‘diccionario’:

[...] Nosotros hemos adoptado, por una parte el diccionario; pero el diccionario que defina al par que ilumine el vocablo con un pensamiento interior; y por otra parte hemos adoptado algo de la gramática, precisamente aquel algo que es en nuestro concepto lo mas racional, lo que pone de relieve las bellezas de nuestro idioma, con sus abundantes giros, ricos conceptos é interesantes curiosidades, haciéndolo todo sensible por medio de los ejemplos (BENEJAM, 1888, p. II).

Como vemos, según Benezam, el diccionario auténtico define iluminando el vocablo con un pensamiento interior y la gramática alude, al menos en su esencia, a lo más racional del lenguaje, que se pone de manifiesto en “giros, ricos conceptos é interesantes curiosidades”. Está claro que los planteamientos de Benezam están remitiendo a la relación entre la correcta formación del pensamiento interior a través de los vocablos y su expresión racional en una forma exterior a través de la gramática. Y la percepción sensible se produce a través de los ejemplos.

Diez años antes, en su *Gramática educativa o Método racional de educación por medio de lecturas y ejercicios lógico-gramaticales* (1878)

encontramos los mismos planteamientos quizá expuestos de una manera más elaborada:

Nosotros queremos enseñar los principales, los más lógicos preceptos gramaticales al niño, para graduar la enseñanza de la palabra, como manifestación externa de la idea; no de la palabra vaga y estéril, que nada representa.

Queremos servirnos de la gramática, de la misma manera que el albañil se sirve de los andamios para construir el edificio. Queremos continuar el método maternal con los recursos que el arte nos proporciona, emancipando las infantiles inteligencias de una enseñanza para los niños vana é indigesta.

Para ello conduciremos al niño, como por la mano, ora en presencia de la naturaleza, ora en el seno de la sociedad, para ensancharle gradualmente el horizonte de sus conocimientos; y le conduciremos de la percepción á la idea, de la idea al juicio, del juicio al raciocinio, invocando á todas horas el sentimiento; y como para ello necesitamos valernos de ciertos procedimientos, hemos adoptado un sencillo curso de lenguaje bajo el nombre de *Gramática Educativa* (BENEJAM, 1878, p. 6-7).

Queda quizá más claro, entonces, por qué Benezam llama ‘diccionario’ a su obra *Lenguaje en acción*: porque nos presenta palabras como manifestaciones externas de las ideas. Las ideas son la base del conocimiento. Y eso que Benezam llama “lo más racional de la gramática” o “los más lógicos preceptos gramaticales” remiten a los principios en virtud de los cuales esas ideas se estructuran o a la lógica que subyace en los mencionados “giros, ricos conceptos é interesantes curiosidades” y que de ellos mismos se desprende.

En definitiva, el modo de entender ‘gramática’ y ‘diccionario’ de Benezam es lo que explica por qué su obra *El Lenguaje en acción* se presenta externamente en forma de diccionario: porque define los vocablos “iluminándolos”. Para el autor, sin embargo, es también una gramática o, si se quiere, la mejor manera de enseñar la auténtica gramática, ya que su obra procura hacer explícitas las relaciones nocionales entre las palabras:

El plan es enteramente nuevo, y el objeto no es otro que enseñar el lenguaje por la aplicación, y la gramática, o mejor dicho, las más importantes nociones del mismo lenguaje, por los ejemplos (BENEJAM, 1888, p. I-II).

Su concepción sobre la enseñanza práctica del idioma entronca, entre otros autores, con las ideas de Odón Fonoll y Guardia, de quien fue discípulo —probablemente cuando acudió a la Escuela Normal de Barcelona—, como se señala en la dedicatoria de su *Gramática educativa*:

Á mi difunto director D. Odon Fonoll y Guardia.

Los muertos no hablan ni protejen; pero yo que venero tu memoria, alma justa, santificada en el corazón de tus discípulos, yo te consagro este libro, elaborado al calor perenne de tus doctrinas. Si llega hasta tí el misterioso efluvio de mi pensamiento, acoge esta humilde y respetuosa ofrenda (BENEJAM, 1978, p. 3).

Fonoll y Guardia fue director de las escuelas normales de Lleida y de Barcelona y autor de varias obras de carácter didáctico². Entre otras, elaboró una *Guía del lenguaje o síntesis de gramática. Colección de homónimos, sinónimos, galicismos, refranes y frases figuradas de la lengua castellana, con otras latinas que se usan comúnmente*, publicada por primera vez en 1872. En ella se incluye un apartado en el que señala diferencias de uso entre sinónimos, de forma muy semejante a lo que encontramos en la obra de nuestro autor (cf. § 2). A este respecto, en los preliminares de su *Método práctico para la enseñanza de la lengua castellana en Cataluña*, Fonoll defiende la enseñanza la gramática a través de la práctica y deja entrever la utilidad de la lengua como instrumento para la expresión de las ideas:

El fin de la Gramática en las escuelas debe ser enseñar á hablar.

La Gramática tal cual se enseña en las mismas no satisface á este fin, y es por lo tanto perdido el tiempo que en ella se emplea.

2 Sobre este pedagogo, v. González Corrales (2021); Elías de Molins (1889).

El estudio de esta materia en las escuelas ha de hacerse prácticamente, debiendo ser su tendencia dar á los niños el mayor número posible de ideas, al propio tiempo que enseñarles la manera de representarlas (FONOLL, 1862, p. III).

Esta visión de la importancia de la lengua como representación de las ideas y como herramienta para el desarrollo del pensamiento de los niños va a estar presente en buena parte de los textos pedagógicos y en los preceptos educativos que se difunden en las Escuelas Normales españolas durante el siglo XIX³ (GARCÍA FOLGADO 2020).

1.3 El papel del uso: “lenguaje en acción”

Queda, en definitiva, claro, que la auténtica ‘gramática’ no son las reglas o los preceptos gramaticales, la auténtica gramática es otra cosa, íntimamente relacionada con las ideas.

En efecto; qué son las reglas sin el lenguaje? ¿Qué es el lenguaje, divorciado de la idea? A nadie se le ocurre que una madre necesita de reglas, las más veces caprichosas, para enseñar á hablar á sus tiernos hijos; y que éstos, á su vez, no necesitarán mas tarde preceptos gramaticales para expresar sus ideas, si se fijan en los objetos que las representan y aprenden las relaciones que les son peculiares. Y vosotros mismos, lectores ilustrados ó medianamente instruidos que leéis estas líneas; de dónde habéis sacado

3 En relación con esto, no podemos dejar de señalar, siguiendo a García Folgado, la relevancia del estudio de la producción lingüística en torno a las Escuelas Normales «como fuente para reconstruir la historia de la enseñanza gramatical, en general, y en concreto, la historia de la gramática escolar» (2017, p. 97). Nos referimos a los textos didácticos elaborados por profesores instruidos en estos centros y por los propios docentes de las Escuelas, y tanto a las obras destinadas a la enseñanza primaria y secundaria como a las dedicadas a la instrucción de los maestros. De la misma forma deben considerarse como objeto de estudio dentro de la historia de la gramática los programas de enseñanza de lenguas, como ya ha sido manifestado en otras ocasiones (cf. MARTÍNEZ DOMÍNGUEZ y ESPARZA TORRES 2014).

los elementos para hablar y escribir con mas ó menos arte, con más ó menos ciencia? De la comunicación, ó las reglas? ¿Del trato íntimo con vuestros autores favoritos, ó de la gramática? (BENEJAM, 1878, p. -6).

Esta concepción del lenguaje que pone en primer término el uso no es, como todos sabemos, nueva en la historia de la lingüística española. ¿A quién no le vienen a la mente las palabras de Juan de Valdés?:

He aprendido la lengua latina por arte y libros, y la castellana por uso, de manera que de la latina podría dar cuenta por el arte y por los libros en que aprendí; y de la castellana no, sino por el uso común de hablar (VALDÉS, 1969, p. 43).

Se aprecia una semejanza entre el planteamiento de Benezam y el de Valdés. Sin embargo, en Benezam hay algo más que un rechazo de la gramática concebida como conjunto de reglas y preceptos, como un saber libresco. Ese algo más es consecuencia, precisamente, del concepto de ‘gramática’ como elemento configurador del pensamiento. La ‘gramática’ tiene que ver, en su sentido más profundo, con las relaciones que les son peculiares a los objetos y a las ideas que los representan. Pero los objetos y sus relaciones se aprenden con la observación, a partir del uso del lenguaje, del lenguaje en acción, y también se pueden enseñar intentando imitar a la naturaleza —por eso Benezam escribe sus obras. En este punto, vemos cómo se identifica ya el uso del lenguaje con la acción.

Como el foco de interés se desplaza a lo nocional, a la configuración de las ideas, a las relaciones que se establecen entre unas y otras o con los objetos que representan, lo que realmente cobra importancia es la cuestión del significado de las palabras, pero no de cualquier manera: “la palabra, como manifestación externa de la idea; no de la palabra vaga y estéril, que nada representa”.

Este planteamiento conduce a Benezam a intentar definir los significados de las palabras viéndolas en su uso, en acción, como él mismo

dice. De ello se derivan muchos matices interesantes que son los que él intenta plasmar en su diccionario, como intentaremos mostrar a continuación.

2. Análisis de *El lenguaje en acción*: mostrar las ideas a partir de los usos

2.1 Estructura y contenido

La obra de Benezam, publicada en Ciutadella de Menorca en 1888, consta de 256 páginas y se divide en varios apartados: unas consideraciones iniciales (pp. I-II), un repertorio léxico (pp. 1-190) y un «Suplemento» (pp. 191-256), en el que se incluyen varias «Curiosidades gramaticales».

El diccionario se presenta en dos columnas, ordenado de forma alfabética, y recoge algo más de 1620 voces. Observamos que, en general, las palabras incluidas son sustantivos y verbos y, en menor medida, adjetivos. En la nomenclatura no nos encontramos, salvo alguna excepción, adverbios, preposiciones, conjunciones o determinantes. Su ausencia no se justifica en la obra, pero es muy probable que se deba a que estas clases de palabras se describen en el mencionado «Suplemento» que Benezam incorpora tras el repertorio.

Si nos fijamos brevemente en la microestructura de los artículos lexicográficos, podemos ver que no hay una organización sistemática de la información, pero que presenta un esquema que se repite en la mayor parte de ellos. Así, tras el lema en mayúsculas, Benezam incluye diversos ejemplos de uso entre comillas que, en ocasiones, van seguidos de una aclaración o definición (en muchos de los casos, sinónima). De esta forma queda patente cómo Benezam trata de caracterizar los significados de las palabras insertándolas en su uso; como hemos indicado, pretende enseñar el lenguaje a través la aplicación, mediante los ejemplos que nos presenta siempre en primer lugar.

BABA.— «La baba del caracol» o líquido espumoso que exhala por la boca.—«Tiene mala baba» o calumnia con frecuencia.—«Se le cae la baba» ó toma gran gusto.—«Este jóven es muy baboso con las damas» o sea enamoradizo o rendido.

CALDO.—«Le dio una taza de caldo» o jugo de la carne cocida.—«Este caldo está muy caro» sea vino aceite etc.—«Le hace á uno el caldo gordo» ó le proporciona los medios para hacer una cosa.—«Haz de este caldo tajadas» como lo de repartir entre muchos una cantidad muy corta.

Siguiendo lo señalado en el propio título de su obra, introduce varias acepciones dentro de cada uno de los artículos. En general, coloca primero las correspondientes al significado o significados propios o literales y, después, añade usos metafóricos y fraseología. En todos los casos, se sigue con el mismo esquema comentado más arriba:

DERROTAR.—«Quedó derrotado el ejército» esto es, vencido y desordenado.—«Lleva el vestido derrotado» ó bién roto.—«Sigue su derrota» ó su camino.—«El buque lleva buena derrota» que es llevar buén rumbo.

ESCOLLO.—«La embarcación chocó contra un escollo» ó peñasco que está debajo del agua.—«Esta empresa tiene muchos escollos» ó peligros.

ESPÁRRAGO.—«Ha comido espárragos» ó los tallos tiernos de la planta del mismo nombre.—«Esta mujer es un espárrago» según es de seca y delgada.—«Anda á freir espárragos» decimos á uno para despedirlo con enfado y desprecio.

Las unidades fraseológicas que, en ocasiones, se incluyen tras las acepciones se introducen sin diferenciarse de otros ejemplos de uso, como hemos visto en *espárrago*, o marcadas en cursiva, en último lugar:

ABARCAR.—«Abarca mucho espacio.» por ciñe ó alcanza. —«Quiere abarcar demasiado» ó hacer muchas cosas á un tiempo. *Quien mucho abarca, poco aprieta.*

Uno de los aspectos más interesantes del repertorio es la inserción de un apartado o subentrada en el que presenta en negrita voces que pueden ser consideradas sinónimos o que pueden aparecer en contextos similares y explica, a continuación, las diferencias entre ellas. De los 1620 artículos lexicográficos que hay en el diccionario, 269 cuentan con estas subentradas (es decir, un 16,56 % del total).

ARTE.—«Posee un arte» ó conjunto de reglas para hacer bién una cosa. —«Carece de arte» o habilidad. —«Procede con malas artes» ó con malos medios. —«Por arte de birli birloque» o por medios ocultos. —«No tener arte ni parte en un negocio» ó no tener interés ni intervención. —*Quién tiene arte va por toda parte.*

Arte, oficio y profesión

El *arte* requiere un trabajo de ingenio; el *oficio* un trabajo material, y la *profesión* es una ocupación cualquiera.

Para establecer las diferencias entre estas voces, Benezam introduce información lingüística de diverso tipo. Es, por tanto, en estos apartados donde podemos percibir de una manera más específica el modo en que se concretan sus ideas y concepciones acerca del lenguaje.

2.2 Observaciones sobre el contenido lingüístico en los artículos lexicográficos

Hemos comentado anteriormente que, según Benezam, las relaciones que les son peculiares a los objetos y a las ideas que los representan se deben aprender a través de la observación del lenguaje en acción, es decir, mediante el uso. A este respecto, la concepción de Benezam de hacer “todo sensible a través de los ejemplos” se manifiesta, entre otros aspectos, en el hecho de que no aporte ninguna información sobre la clase de palabras a la que pertenecen las voces, pues esto se deduce a través de las muestras de uso y de las aclaraciones que nos ofrece:

EJEMPLAR.—«Compró un ejemplar del Quijote» ó libro que es copia del original.—«Observa una conducta ejemplar» ó sea digna de servir de ejemplo.

De forma similar, tampoco da cuenta de otras informaciones gramaticales, como la diferencia entre los usos pronominales de los verbos, la transitividad e intransitividad, como vemos en *despachar*:

DESPACHAR.— «Despachó el negocio» ó bien lo terminó ó resolvió.— «Despachó el criado» ó le despidió.—«Despacha en la tienda» ó sirve.—«Despacha pronto» ó date prisa.—«Lo despachó al otro barrio» ó le quitó la vida.—«Se despacha á su gusto» que es hacer ó decir sin reparo lo que le acomoda.—«El despacho queda abierto» ó sea la pieza destinada para despachar.

Si bien apenas encontramos una reflexión especulativa de forma explícita, en consonancia con el carácter práctico de la obra, en las subentradas se distinguen las voces a través de restricciones de uso y de la descripción de diversas características lingüísticas (tanto gramaticales como léxicas). En ellas se observa, además, la importancia que concede al significado de las palabras “como manifestación externa de la idea”, así como a las relaciones que se establecen entre ellas. Abundan, de esta forma, interesantes matizaciones de naturaleza semántica.

En relación con esto, en los siguientes ejemplos observamos cómo distingue las voces dependiendo del complemento seleccionado por el verbo (o que acompaña al verbo) o de quién es el que realiza la acción expresada por el verbo:

ALARGAR.—«Se alarga el día» ó toma más extensión.—«Se alargó el empleo» ó se lo cedió.

Alargar, prolongar y prorogar

Se *alarga* una cuerda; se *prolonga* una sala, y se *proroga* una licencia.

ABSOLUCIÓN.—«El acusado ha sido absuelto» ó perdonado.

Absolución, perdón, amnistía é indulto.

La *absolución* corresponde á un tribunal; el *perdón*, á cualquiera; la *amnistía* al gobierno, y el *indulto* al rey.

En otros casos, por ejemplo cuando define adjetivos, Benezam alude a las características propias del referente:

Fino, suave, liso, delicado, tenue y sutil.

Lo *fino* se refiere á la calidad; así es que todo lo superior suele ser *fino*. Lo *suave* se refiere á todo lo que es dulce y agradable a los sentidos. Lo *liso* se refiere á la superficie, así es que un espejo es *liso*. Lo *delicado* se refiere á la estructura; de modo que todo lo que pueda romperse ó deshacerse con facilidad, es *delicado*. Se dice que es *tenue* una cosa sencilla y debil como las alas de una mariposa. La palabra *sutil* es lo que penetra facilmente, como un pensamiento, el aire, etc. (s.v. *fino*).

Firme, constante y perseverante

El que no cede es *firme*; el que no varia es *constante*, y el que continúa practicando con ahinco una cosa es *perseverante* (s.v. *firme*).

Por otro lado, la concepción del lenguaje como elemento estructurador del pensamiento se pone de manifiesto constantemente a lo largo del repertorio en la importancia que se les da a las ideas, a las entidades que estas conllevan y a “las relaciones que les son peculiares”:

Cambio, trueque, permuta y canje.

El *cambio* supone idea de comercio: el *trueque*, uso doméstico ú ordinario: la *permuta*, cambio oficial: el *canje* se refiere á un cambio de prisioneros en tiempo de guerra (s.v. *cambio*).

Claustro, convento y monasterio.

El *claustro* lleva en si la idea de encierro; el *convento*, la de comunidad; el *monasterio*, la de retiro. Convento y monasterio son palabras más materiales que claustro; y así se dice: fundar ó derribar un convento ó monasterio; y no se dice fundar o derribar un claustro (s.v. *claustro*).

Benezim también establece diferencias por el sentido y se refiere, así, a las distinciones entre el sentido *material* y el *figurado*:

Restos, escombros, ruinas

La palabra *escombros* se usa siempre en sentido material; *restos* y *ruina* se pueden usar en sentido figurado. Así, diremos los *escombros* de un edificio, los *restos* de una fortuna, la *ruina* de una familia (*s.v. resto*).

Cima y cumbre

El sentido material de estas dos palabras es idéntico; y así se dice indistintamente: «las elevadas cimas, o cumbres, de los montes»; pero no sucede lo mismo cuando se toman en el sentido figurado; así se dice con mucha propiedad.—«Fulano ha llevado á cima (no a la cumbre) su proyecto».—«Ningún mortal llegará jamás á la cumbre (no á la cima) del saber» (*s. v. cima*).

De todo ello también es ejemplo la información contenida en la voz *excitar*, en la que se diferencia entre *excitar*, *incitar*, *mover* y *conciatar*:

Aunque las palabras *excitar* é *incitar* se toman siempre en idéntico sentido, que es el de estimular y aún obligar; sin embargo, existe una diferencia muy notable con respecto á los objetos á que se aplican, sobre los cuales recae su acción directa sucediendo que *incitar* solo es aplicable directamente á personas, como «*incitar* los soldados á la pelea» [...]; mientras que *excitar* se puede aplicar á muchas cosas materiales e inmateriales; pero nunca á personas directamente; así se dirá por ejemplo: «*excitar* [*sic*] el ánimo de los guerreros» [...]. Con la palabra *mover* se espresan ciertos sentimientos de ternura, como cuando se dice: «su lastimoso estado *movía* á compasión.» Por último, la palabra *conciatar* tiene un sentido más violento, aplicándose á ciertas acciones poco laudables y muchas veces criminales, como *conciatar* los ódios, *conciatar* á un pueblo ó á varias personas á la rebelión, etc. (*s. v. excitar*).

La importancia del uso —la idea del lenguaje en acción, que nos remite al título de la obra— se refleja asimismo en las explicaciones sobre

los contextos en los que se utilizan las palabras, como observamos en los siguientes fragmentos. En ellos hace referencia asimismo a su *extensión*, ahondando en la caracterización semántica de las voces:

Cama, lecho y tálamo.

Cama es palabra de uso corriente; *lecho* es palabra culta y en sus distintas aplicaciones envuelve la idea de placer ó dolor. El *talamo* es nupcial ó sagrado (*s.v. cama*).

Belleza y hermosura

Todo lo *bello* es hermoso; no todo lo *hermoso* es bello. Se dice indistintamente: aurora bella ó aurora hermosa; ó hermosa pintura. Pero diría un despropósito el que dijera: “estos zapatos son muy bellos” y sin embargo, se puede decir que son hermosos. De los ejemplos citados y otros mil que pudieran citarse se deduce, que la última de dichas palabras tiene una extensión más lata que la primera, pudiéndose aplicar á cosas de poca entidad que por su índole vulgar no admiten el adjetivo bello.

En algunos casos, Benezam especifica tanto el uso que presenta combinaciones de elementos que aparecen juntos en una frecuencia muy alta y que se asemejan a “colocaciones” o solidaridades léxicas.

ALABAR.— «Lo alaban mucho» ó celebran con palabras.— *Quien no se alaba de ruin se muere.*

Alabar, elogiar, encarecer y encomiar

Todas estas palabras ponderan y enaltecen, siendo las dos primeras aplicables á personas y á cosas; y las dos segundas, á cosas inmateriales generalmente. Se *alaba* á Dios; se *elogia* una persona por su conducta; se *encarece* un mérito; se *encomia* una virtud.

Para finalizar con nuestro análisis, recuperamos la distinción que realiza Benezam entre los términos *voz* y *palabra*, dentro de la entrada de *voz*, pues en ella se reflejan de forma explícita sus concepciones acerca de la palabra como manifestación externa de la idea y la relación del lenguaje con el pensamiento:

Voz y palabra

La *voz* supone sonido y la *palabra* idea. Por esto decimos que la *voz* es sonora, debil etc. y la *palabra* es propia, adecuada, elocuente etc. La voz se refiere al organismo y la palabra al pensamiento.

A modo de conclusión

De algunas de las observaciones que realiza Benezam, y no solo de sus escuetas explicaciones preliminares, se desprende claramente que, de haber tenido el autor un mayor interés por los aspectos teóricos, quizá hoy sería un autor mejor considerado, no solo en lo que atañe a la pedagogía, sino también en el marco de la lingüística española.

Benezam, ciertamente, no ha llamado mucho la atención de los investigadores, pero creemos que sus observaciones sobre la definición de los significados de las palabras, que empiezan a incorporar precisiones y matizaciones de carácter semántico relevantes, y a su manera también pragmático, así como el hecho de que considere estas como la base misma de la gramática, hacen que merezca un lugar en la historia de la lingüística española del siglo XIX.

Bibliografía

BENEJAM, Juan. **Gramática educativa. Método racional de educación por medio de lecturas y ejercicios lógico-gramaticales.** Palma: Imprenta de Pedro J. Gelabert, 1878. 229 p.

BENEJAM, Juan. **Vocabulario menorquín-castellano. Comprende por orden alfabético los vocablos de significación común, modismos, frases, refranes y ejercicios de traducción en los casos que ofrecen mayores dificultades.** Ciutadella: Imprenta de Salvador Fábregues, 1885. 171 p.

BENEJAM, Juan. **El lenguaje en acción. Diccionario que comprende la mayor parte de los vocablos que tienen dos o más significados con su correspondiente aplicación; incluyendo un gran número de sinónimos**

de nuestra lengua, con un extenso suplemento que encierra interesantes curiosidades del lenguaje, no registradas muchas de ellas en ningún tratado gramatical. Ciutadella: Imprenta de Salvador Fábregues, 1888. 256 p.

BENEJAM, Juan. **La alegría de la escuela. Obra redactada para que sirva de guía a los jóvenes maestros, a fin de hacer agradable, digna y provechosa, su noble profesión.** Ciutadella: Imprenta y Librería de Salvador Fábregues, 1899. 242 p.

CALERO VAQUERA, M.^a Luisa. Análisis lógico y análisis gramatical en la tradición española: hacia una (r)evolución de la sintaxis. In: MAQUIEIRA, Marina; MARTÍNEZ GAVILÁN, M.^a Dolores (eds.). **Gramma-temas 3. España y Portugal en la tradición gramatical.** León: Centro de Estudios Metodológicos e Interdisciplinares, 2008. p. 11-42.

CALERO VAQUERA, M.^a Luisa. Lo que la Sintaxis debe a la Filosofía. In: VEYRAT RIGAT, Montserrat; SERRA ALEGRE, Enric (eds.). **La lingüística como reto epistemológico y como acción social.** Estudios dedicados al Profesor Ángel López García con ocasión de su sexagésimo aniversario. Madrid: Arco/Libros, 2009. V. I, p. 25-36.

CALERO VAQUERA, M.^a Luisa. Ideología y análisis en dos obras de José Giró y Roma. In: EILERS, Vera; ZOLLNA, Isabel (eds.). **La recepción de la ideología en la España del siglo XIX.** Münster: Nodus, 2012. p. 157-172.

ELÍAS DE MOLINS, Antonio. **Diccionario biográfico y bibliográfico de escritores y autores catalanes del siglo XIX (apuntes y datos).** Barcelona: Fidel Giró, 1889. V. 1, 687 p.

ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. Gramática y diccionario en las primeras descripciones del español. In: FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Mauro; GARCÍA GONDAR, Francisco; VÁZQUEZ VEIGA, Nancy (eds.). **Actas del I Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística.** A Coruña, 18-21 de febrero de 1997. Madrid: Arco/Libros & Centro Ramón Piñeiro, 1999. p. 245-255.

ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. La gramática española del siglo XIX: estado actual de la investigación y perspectivas. **Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana (RILI)**, Madrid/Frankfurt, v. 7, n. 13, p. 11-40, 2009.

FONOLL, Odón. **Método práctico para la enseñanza de la lengua castellana en Cataluña**. Barcelona: Librería La Preceptora, 1862. 180 p.

GARCÍA FOLGADO, M.^a José. **Los inicios de la gramática escolar en España (1768-1813)**. Una aproximación historiográfica. München: Peniope, 2013. 258 p.

GARCÍA FOLGADO, M.^a José. La gramática general y las enseñanzas lingüísticas (1812-1823). **Boletín de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística**, Fuenlabrada (Madrid), n. 9, p. 91-109, 2014.

GARCÍA FOLGADO, M.^a José. La formación lingüística para el magisterio: las *Contestaciones sumarias a los programas de gramática* de Cervera y Royo (1898). **Revista Argentina de Historiografía Lingüística**, Buenos Aires, v. IX, n. 2, p. 97-113, 2017.

GARCÍA FOLGADO, M.^a José. Creencias y actitudes sobre la lengua de enseñanza en la España del siglo XIX. In: RIVAS ZANCARRÓN, Manuel.; GAVIÑO RODRÍGUEZ, Victoriano (eds.). **Creencias y actitudes ante la lengua en España y América (siglos XVIII y XIX)**. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2020. p. 67-84.

GONZÁLEZ CORRALES, Leticia. Fonoll, Odón (1810-1875). In: **Biblioteca Virtual de la Filología Española**. Disponible en <<https://bvfe.es/es/autor/9757-fonoll-odon.html>>. Acceso el 9 de marzo de 2021.

HAßLER, Gerda. 2009. Los *Elementos de gramática castellana* compuestos por Juan Manuel Calleja (1818) en el contexto de las ideas lingüísticas de los ideólogos. In: GARCÍA MARTÍN, José María (dir); GAVIÑO RODRÍGUEZ, Victoriano (ed.). **Las ideas y realidades lingüísticas en los siglos XVIII y XIX**. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2009. p. 345-359.

MARTÍNEZ DOMÍNGUEZ, Luis Manuel; ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. Materiales para el estudio de los programas de enseñanza de lenguas en España y América en el siglo XIX. **Boletín de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística**, Fuenlabrada (Madrid), n. 9, p. 47-90, 2014.

MOTILLA SALAS, Xavier. Mestre Joan Benezam i Vives (1846-1922). **Revista de Menorca**, Menorca, n. 87, p. 141-147, 2003.

VALDÉS, Juan. **Diálogo de la lengua**. Ed., introducción y notas por José F. Montesinos (= Clásicos Castellanos, 86). Madrid: Espasa-Calpe, 1969. 222 p.

VILAFRANCA I MANGUÁN, Isabel. Joan Benezam Vives (1846-1922): un mestre menorquí a l'avantguarda pedagògica. **Revista Catalana de Pedagogia**, Barcelona, n. 1, p. 313-340, 2002a.

VILAFRANCA I MANGUÁN, Isabel (ed.). **Mestre Joan Benezam Vives. Antologia d'un compromís pedagògic**. Menorca: Institut Menorquí d'Estudis, 2002b. 141 p.

ZAMORANO AGUILAR, Alfonso. Ideología, lengua y enseñanza en la España del XIX. La teoría gramatical de Ángel María Terradillos. **Lingüística**, Montevideo, n. 20, p. 49-98, 2008.

ZAMORANO AGUILAR, Alfonso. Luis de Mata y Araujo en el marco de la gramática general del siglo XIX. Evolución de un ideario teórico. **Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft**, Münster, n. 19, p. 87-120, 2009.

210 anos de educação jesuítica: o ensino de línguas na babel brasílica

210 years of jesuit education: languages teaching in the “babel brasílica”

Leonor Lopes Fávero*
Thiago Zílio Passerini**

RESUMO

Os duzentos anos do trabalho pedagógico dos jesuítas deixaram marcas indeléveis na história da educação brasileira. Dentre as inúmeras ações dos religiosos que chegaram com a missão de catequizar e instruir o gentio, estavam as de caráter linguístico, atendendo às necessidades da metrópole e da colônia que aqui se desenvolvia. O presente artigo, de cunho teórico e analítico, vale-se dos princípios da *História das Ideias Linguísticas* (AUROUX, 2014 [1992]; FÁVERO; MOLINA, 2006; COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017 [2010]) a fim de traçar um panorama das ações dos jesuítas concernentes ao ensino de línguas no Brasil. Para tanto, consideraram-se as seguintes obras: a *Cartinha*, de João de Barros (1539); a *Arte de Gramática da lingua mais usada na costa do Brasil*, do Padre José de Anchieta (1595); e a *Arte de Grammatica da Lingua Brasílica*, do Padre Luís Figueira (1687 [1620]). O estudo demonstrou que a ação dos religiosos se concentrou

Articelistas convidados

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.447>

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade de São Paulo, lplfavero@uol.com.br, Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7141-8939>

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, thizilio@yahoo.com, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8196-6282>

Confluência. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, Especial 30 anos, p. 199-232, junho 2021

principalmente no ensino do português, da língua brasílica e do latim, cujo enfoque variou ao longo dos séculos, visando à manutenção dos *stati* da Colônia, definidos pelos moldes da sociedade portuguesa da época.

Palavras-chave: educação jesuítica; ensino de línguas; História das Ideias Linguísticas; educação missionária.

ABSTRACT

The two hundred years of the Jesuit pedagogical work have left indelible marks in the history of Brazilian education. Among the countless actions of the preachers who came here with the mission of catechizing and instructing the gentiles, there were those with a linguistic purpose, responding to the interests of the metropolis and the colony that developed in the country. The present paper, theoretical and analytical, uses the principles of the History of Linguistic Ideas (AUROUX, 2014 [1992]; FÁVERO; MOLINA, 2006; COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017 [2010]) in order to draw an overview of the Jesuit actions related to the language teaching in Brasil. For that purpose, the following works have been taken in consideration: the João de Barros' *Cartinha* (1539); the José de Anchieta's *Arte de Gramática da lingua mais usada na costa do Brasil* (1595); and the Luis Figueira's *Arte de Grammatica da Lingua Brasílica* (1687 [1620]). The paper show that the preachers' action was especially focused on the teaching of Portuguese, Língua Brasílica and Latin. In this sense, the focus varied over the centuries and aimed at maintaining of the Colony's status, defined by the models of the Portuguese society at these periods of time.

Keywords: Jesuit education; language teaching; History of Linguistic Ideas; Missionary Education.

Introdução

A educação jesuítica no Brasil representou parte importante do projeto de colonização portuguesa, iniciado no segundo quartel do século XVI e posto em prática efetivamente a partir de 1549. A ação dos missionários, ao longo de duzentos e dez anos, apresentou diversas facetas, atendendo às necessidades com que se foram deparando os colonizadores no processo de fortalecimento do domínio português no solo brasileiro.

Um dos aspectos essenciais à consecução do projeto pedagógico da Companhia de Jesus nas terras brasileiras era, indubitavelmente, o linguístico. A variedade de línguas nativas com que se depararam os

colonizadores fez com que, no século XVII, o Padre Antônio Vieira dissesse ser pouco comparar o Amazonas à lendária Babel, aspecto sobremaneira importante para a adoção de um plano de ensino linguístico capaz de cumprir os objetivos dos colonizadores.

Partindo de tal premissa, este artigo apresenta os resultados da pesquisa empreendida visando à elucidação dos questionamentos sobre como se deu o ensino de línguas durante a educação jesuítica; qual o lugar do português nessa ação pedagógica promovida pelos missionários; e se houve modificação na importância dada a determinada língua no contexto de ensino.

Concomitantemente, será traçado um panorama da educação jesuítica no Brasil, acompanhado da análise de alguns manuais didáticos utilizados com finalidades linguísticas. Visando à consecução do objetivo proposto, serão utilizados os princípios teórico-metodológicos propostos por Auroux (2014 [1992]); Fávero e Molina (2006); e Colombat, Fournier e Puech (2017 [2010]), concernentes à História das Ideias Linguísticas.

1. A História das ideias linguísticas

Tendo em vista o interesse linguístico do presente artigo e a sua intersecção com o período colonial do Brasil, é necessário mensurar como os pressupostos teórico-metodológicos aqui adotados dão conta de estabelecer o diálogo entre língua e história. Afirma-se isso porque, ao reconstruir o passado, invariavelmente emergem as ideias linguísticas que permearam o processo de implantação do sistema educacional nas terras brasileiras.

De acordo com Fávero e Molina (2006, p. 24), com base em Auroux (1989), uma ideia linguística é “todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento”, inexoravelmente ligado ao contexto em que se desenvolve. Nesse sentido, por meio das operações históricas ligadas à História das Linguísticas, “exploram-se os textos (às vezes esquecidos), e restaura-se ou repara-se o esquecimento do qual são objeto as teorias ou as ideias que eles expõem” (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017 [2010], p.17).

Para tanto, o estudo da documentação deve, ainda conforme Fávero e Molina (2006, p. 28), considerar: a interpretação do documento “no seio em que foi criado”; a impossibilidade de transposição existente entre o contexto de produção dos documentos e o momento em que se reconstrói a história; a recuperação e a análise do contexto de produção; e a visão dos homens como sujeitos de sua ação. O último aspecto é sobretudo importante para a compreensão das ideias presentes nos documentos, que devem ser considerados em sua totalidade. Essa é uma das premissas da nova história, à qual a História das Ideias Linguísticas se mantém ligada.

Ainda sobre a metodologia empregada quando se faz a História das Ideias Linguísticas, é importante mensurar os três princípios postulados por Auroux (2014[1992], pp. 13-16), quais sejam: a *definição fenomenológica do objeto*, a *neutralidade epistemológica* e o *historicismo moderado*. Em linhas gerais, o historiador precisa ter em mente que qualquer saber relacionado à linguagem é considerado linguístico – e não apenas os surgidos a partir do século XIX. Além disso, os saberes linguísticos devem ser analisados individualmente, com base no contexto de sua produção. Entretanto, a individualidade de cada fenômeno não deve impedir o diálogo com outros saberes, pois as estratégias cognitivas adotadas na sua construção não são totalmente infinitas.

Levando em conta tais princípios, o historiador é capaz de mensurar o *horizonte de retrospecto e o de projeção* (AUROUX, 2014 [1992], p. 12). Sobre esses dois aspectos, deve-se considerar a construção do conhecimento como advinda de um passado, embora ele possa ser refutado pelo cientista no momento de sua produção. Ainda que o pesquisador se insira no futuro a cada descoberta, ela sempre será, de certo modo, relacionada a um estágio anterior, do qual não se pode apartar completamente.

2. A educação jesuítica: um esclarecimento necessário

A educação jesuítica é, muitas vezes, tratada como um *continuum* de 210 anos de vigência em que se exaltam os esforços dos missionários para

levar a doutrina cristã ao gentio. No entanto, é preciso ponderar a existência de certas particularidades, tendo em vista as mudanças por que passou o Brasil do século XVI ao XVIII. Por essa razão, adotaremos a divisão proposta por Saviani (2010, p. 19). Segundo o autor, a ação dos missionários caracteriza o primeiro período da educação brasileira e está dividida em dois momentos:

- a) de 1549 a 1599, que compreende o chamado “período heroico” da educação missionária dos jesuítas;
- b) de 1599 a 1759, que compreende o período de consolidação da educação jesuítica.

Neste trabalho, serão contemplados ambos os períodos, tendo em vista a proposta assumida: traçar um panorama do ensino de línguas no período de vigência da educação missionária no Brasil, com especial destaque ao ensino de português. No cerne de tal proposta, também será considerado o elitismo dessa educação, de grande importância para a compreensão das ações linguísticas desenvolvidas na colônia.

2.1 A chegada dos jesuítas ao Brasil e as primeiras ações pedagógicas e linguísticas: o período heroico e a pedagogia brasílica

As três primeiras décadas de colonização foram marcadas pelo desinteresse de Portugal. Isso se deveu, inicialmente, ao desafio que a nova terra impunha ao colonizador português, inapto à vida em um ambiente tão contrário à sua formação social e até mesmo fisiológica. A natureza em flor, intocada, representava, por si só, o primeiro dos grandes obstáculos na efetivação do domínio português. Além disso, as primeiras expedições não demonstraram a existência de especiarias nem de pedras preciosas, que despertavam o interesse dos colonizadores à época (Cf. FREYRE, 2013, pp.77-87).

Somente a partir de 1530, com a chegada de Martim Afonso, a situação de abandono começa a se transformar. Em 1532, o rei de Portugal decide dividir a costa brasileira, de Pernambuco ao rio da Prata, e doá-la em

capitanias de cinquenta léguas. O desinteresse de muitos dos donatários frente à empreitada fez com que apenas duas delas prosperassem efetivamente: a de São Vicente e a de Pernambuco. Diante do insucesso, em 1548, instaura-se um governo-geral, cujo objetivo era a centralização administrativa do território na figura de um governador-geral, auxiliado por outros designados.

No ano seguinte, Tomé de Souza, o primeiro governador-geral, desembarca na baía de Todos-os-Santos com 400 soldados, 600 degredados, muitos mecânicos e seis jesuítas (ABREU, 2009, p.41). O objetivo inicial da expedição era escolher o local ideal para a fundação e a fortificação de uma cidade, bem como a construção de edifícios mais urgentes. Dentre os missionários que com ele chegaram, destaca-se Manuel da Nóbrega, o responsável pelo início não só da história da educação no Brasil como também da mais longa e prolífica fase dessa história, pelo tamanho da obra erigida e pelos efeitos que dela advêm em nossa cultura e sociedade (AZEVEDO, 1963, p. 501).

Assim chegaram os jesuítas e colonizadores para tomar posse da terra, povoá-la, fazê-la produzir e converter os gentios. Vale a pena ressaltar que a conversão era a ocupação precípua dos religiosos, que tiveram de se adaptar à nova situação para defender e propagar a fé cristã, bem como salvar e aperfeiçoar as almas. (BIOTO-CAVALCANTI, 2013, pp. 27-29).

O primeiro movimento dos missionários consistiu no contato *in loco* com os índios. Os jesuítas adotaram uma postura semelhante à feita com os hereges europeus valendo-se do convencimento por meio de visitas ou permanências em aldeias. A missão confiada aos religiosos esbarrava, entre outras, na questão do multilinguismo imperante. Nas palavras de Mattos e Silva (2011, p. 76):

Sobre a multiplicidade das línguas indígenas no Brasil no momento da chegada dos europeus, como sabemos, é impossível um cálculo exato. As avaliações variam. Ayron Rodrigues (1986:19), admitindo para a atualidade cerca de 180 línguas sobreviventes, considerou possível o dobro em 1500. Em artigo posterior (1993: 91), com base em cálculos

de distribuição de línguas no passado da humanidade como um todo, faz crescer esse número para 1.175 línguas. Antônio Houaiss (1985:100) admite verossímil o montante de 1.500 línguas”. Entre esses limites díspares – 360 a 1.500 línguas –, o fato é que os colonizadores portugueses se encontravam com a Babel, imagem recorrente nos escritos de Pe. Antônio Vieira, que aqui viveu durante o século XVII, referindo-se ele, sobretudo, ao Maranhão e Pará, à Amazônia, portanto.

Durante os contatos iniciais, os sacerdotes eram auxiliados por intérpretes: os *línguas* - colonos estabelecidos no Brasil em expedições anteriores - ou os mamelucos – mestiços dos colonos com índias. A metodologia baseava-se sobretudo em dramatizações, ensino de algumas palavras em português, doação de presentes aos nativos visando à construção de empatia, entre outras ações. Nessa etapa, os religiosos também aprendiam palavras da terra e vivenciavam as práticas locais a fim de apreender valores culturais que seriam, posteriormente, substituídos pelos cristãos.

Em carta endereçada aos irmãos e padres da Companhia de Jesus, Nóbrega demonstrava como ocorria a catequese rudimentar, com palavras de ambos os idiomas, já em 1549: “Esta gentilidade a nenhuma coisa adora, nem conhece a Deus, somente aos trovões chamam tupã, que é como quem diz coisa divina. E assim nós não temos outro vocábulo mais convincente para os trazer a conhecimento de deus, que lhe chamar pai tupã”¹.

Do ponto de vista linguístico, seria necessário ensinar o português aos indígenas, a fim de facilitar sua inserção na cultura europeia, da qual o cristianismo era elemento primordial. No caminho oposto, também era preciso aprender as línguas locais, um desafio a muitos dos jesuítas. No entanto, como se verá adiante, esse primeiro obstáculo será, de certa forma, superado, ou ao menos minimizado.

1 Tradução nossa, do original em espanhol: “Esta gentilidad a ninguna cosa adora, ni conoce a dios solamente a los truenos llaman tupana, que es como quen dize cosa diuina. Y assi nos no tenemos otro vocablo mas conueniente, para los traer a conoscimiento de dios, que llamarle padre tupana” (NÓBREGA, 1549, p.2)

Tendo em vista o insucesso do primeiro movimento, os jesuítas resolvem proceder de modo distinto: optam pela retirada de indígenas de suas tribos e a sua instalação em aldeamentos (para os adultos) e em missões (para os meninos). A ação certamente se deveu à percepção de haver mais facilidade em ensinar as crianças, menos enraizadas nos costumes – muitas vezes duvidosos e pouco ortodoxos – dos adultos. Também passou a ser adotado o envio de órfãos portugueses, a fim de atraírem os pequenos às práticas cristãs.

Em 1551, Nóbrega manifesta, em outra carta, uma reflexão sobre o melhor aproveitamento dos “moços”, bem como do produtivo resultado do envio dos órfãos:

[...] principalmente pretendemos ensinar bem aos moços. Porque estes bem doutrinados e acostumados à virtude serão firmes e constantes: os quais seus pais deixam ensinar e folgam com isso. E portanto nos repartimos pelas capitanias, e com os línguas que nos acompanham nos ocupamos nisso, aprendendo pouco a pouco a língua para que entremos pelo sertão adentro, aonde ainda não chegaram os Cristãos [...] Os meninos órfãos que nos enviaram de Lisboa com seus cantares atraem a si os filhos dos gentis e edificam muito os Cristãos. (NÓBREGA, 1551, s/p.)²

Outros dois aspectos do trecho devem ser mencionados. O primeiro deles é a não oposição dos índios à educação de seus filhos, o que, de certa forma, facilitaria o trabalho dos religiosos. O segundo aspecto é o interesse dos missionários em aprender as línguas locais. Tal atitude ia ao encontro das Constituições da Companhia de Jesus e permitiu, em parte, a sobrevivência de alguns dos falares nativos, que talvez tivessem sido extintos com mais

2 Tradução nossa (do original em espanhol): principalmēte pretēdemos de enseñar biē los moços. Porque estos biē doctrinados y acustūbrados em virtud serā firmes y cōstātes: los quales sus padres dexā enseñar, y huelgā con eso. Y por tātō nos repartimos por las capitanías, y cō las lēguas que nos acōpañan nos ocupamos en esto, aprēdiēdo poco a poco la lēgua, para que entremos por el sertō a dētro, adōde aun no hā llegado los Christianos. (NÓBREGA, 1551, s/p.)

rapidez caso fosse adotada uma política de imposição sumária do português (Cf. MAGALHÃES, 2011, p. 377)

No mesmo ano, o padre João de Azpilcueta Navarro dava notícias do sucesso da empreitada jesuítica junto aos meninos. Ele também menciona a existência de uma casa construída com a finalidade de instruí-los na doutrina cristã, como se pode ler no trecho a seguir:

Desde que vos escrevi, irmãos caríssimos, a última vez, estive três ou quatro meses no porto seguro, aonde me enviou o P. Nóbrega. Ali me ocupava em ensinar aos meninos a doutrina: porque nisso principalmente me ocupo aqui. Eles já agora aprendem tão bem que é para folgar de ver, e dar graças a N. Senhor: dado que a principio tivemos trabalho em os trazer à doutrina assim por eles como por contradição de seus pais, como também por muitos enganos de muitos feiticeiros que há nestas partes, que o queriam impedir. Começam já a nos dar seus filhos, e ao presente estão três ou quatro aprendendo em uma casa, que ordenamos para isso.³ (NAVARRO, 1551, s/p.)

Mais uma vez, aparece o fato de os índios entregarem seus filhos aos missionários, corroborando a fala de Nóbrega. No entanto, Navarro cita uma “contradição” inicial por parte dos pais, podendo denotar que, em um primeiro momento, tivesse havido certa resistência dos indígenas em permitir a ação dos jesuítas.

A sistematização dessa ação ocorre efetivamente por volta de 1552-1553, quando os padres passam a concentrar seus esforços nas “casas de meninos” ou “casas de bê-á-bá”, o embrião dos primeiros colégios dos

3 Tradução nossa, do espanhol: “Des que os escreui, hermanos charissimos, la portrera vez, he estado tres o quatro meses em el porto seguro, a dõde me embio el P. Nobrega. Alli me ocupaua ã enseñar los muchachos la doctrina: porque en esto principalmẽte me ocupo aca. Ellos ya agora aprẽdẽ tãbien q es para holgar de ver, y dar gracias a N. Señor: dado q al principio hallamos trabajo ã los traer a la doctrina, assi por ellos como por cõtradiciõ de sus padres, com tãbien por muchos engaños de muchos hechizeros que ay en estas partes, que lo queriã impedir. Comiençã nos ya a dar sus hijos, y al presente estã tres o quatro aprẽdiendo en vna casa, que ordenamos para ello”. (NAVARRO, 1551, s/p.)

jesuítas no Brasil. Aliás, é importante mencionar que a fundação dessas casas contrariava as ordens das Constituições, segundo as quais a preocupação deveria estar na construção dos colégios.

Em 1555, Anchieta informa à Companhia de Jesus os avanços da empreitada no Brasil, reiterando os compromissos dos missionários:

Estamos, padres e irmãos caríssimos, nesta Índia do Brasil sob as ordens de nosso reverendo em Cristo Padre Nóbrega, repartidos em quatro partes, na cidade do Salvador, onde reside o governador e o senhor Bispo, e aqui se tem cuidado de ensinar os meninos. Na capitania de Porto Seguro onde um padre dos nossos visita quatro povoações com muito trabalho, e às vezes vai a uma que está daí seis léguas, do que se espera muito fruto, também há aqui um irmão que ensina a doutrina e a ler e escrever aos meninos[...] (ANCHIETA, 1555, s/p.)⁴

No trecho, deve-se destacar a menção feita ao ensino da leitura e da escrita, uma das bases da *pedagogia brasílica* idealizada por Nóbrega. De acordo com Saviani (2011, p. 43), o plano de educação dos jesuítas tinha início com o “[...] aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava em um lado, com a gramática latina[...]”. Esta última era destinada àqueles que aspiravam aos estudos na Europa.

As considerações do autor e a análise das cartas apresentadas dão conta da preocupação com o ensino de língua portuguesa, tanto na oralidade quanto na escrita. Também se deve mencionar que o processo de alfabetização dos catecúmenos no vernáculo lusitano foi uma atitude

4 Tradução nossa, do espanhol: “Estamos padres y hermanos charissimos em esta India del Brasil debaxo dela obediencia de nuestro reuerendo em Christo padre Nobrega repartidos em quatro partes, em la ciudad del Salvador dõde reisde el governador y el señor Obispo, y aqui se tiene cuydado de enseñar los niños. En la capitania de puerto seguro donde vn padre nuestro vistira quatro poblaciones con mucho trabajo, y algunas vezes va a vna q esta day seys leguas, delo que se espera mucho fructo, tambiẽ aquí ay vn hermano q enseña la doctrina y a leer y scriuir a los niños” (ANCHIETA, 1555, s/p.)

pioneira de Nóbrega, considerando-se o número de analfabetos existentes na metrópole (PAIVA, 2010, p.43).

Outra atitude pioneira do missionário relativa à alfabetização dos índios foi a tentativa de incluir as meninas nesse processo. Dentre as justificativas, estavam a assiduidade e a maior presença feminina no catecismo, bem como a possibilidade de defendê-las dos inúmeros abusos perpetrados pelos colonos. No entanto, a proposta de Nóbrega não teve o apoio da Rainha Catarina, a quem endereçou uma carta. Para ela, tal atitude seria uma ousadia, que podia trazer sérias consequências à colônia (RIBEIRO, 2010, pp. 80-81).

2.2 As *cartinhas*: um recurso didático

Segundo Vieira (2017, p. 55), um dos recursos utilizados pelos jesuítas foram as *cartinhas*. Tais manuais nada mais eram que cartilhas acompanhadas de preceitos religiosos, o que demonstrava a impossibilidade de se pensar um ensino não vinculado às ideias católicas. A mando de D. João III, o então rei, foram entregues aos missionários alguns desses exemplares, para empreenderem sua missão em terras brasileiras.

A ação do rei demonstra uma visão de língua como instrumento de reafirmação do poder da metrópole frente aos colonizados, corroborando a célebre máxima de Nebrija (1492, a.ii) de que “sempre a língua foi companheira do império”⁵. Dessa maneira, a colonização seria efetivamente posta em prática por meio das letras. Paiva (2010, pp. 43-44, grifos do autor) assinala que “as *letras* deviam significar a adesão *plena* à cultura portuguesa [...]” e, além disso, “[...] pelas letras se confirma a organização da sociedade”.

Dentre os possíveis exemplares trazidos ao Brasil estariam as *cartinhas* de João de Barros e a de Frei João Soares. À guisa de ilustração, será apresentado um breve comentário sobre a obra de Barros, datada de

5 Tradução nossa, do espanhol: “siempre la lengua fue compañera del imperio” (NEBRIJA, 1492, a.ii)

1539. Vale a pena ressaltar que da primeira edição há somente um exemplar conhecido, depositado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro⁶.

A obra está impressa com o título: *Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da santa mãe igreja*, embora, de fato, seu conteúdo seja composto simplesmente pela cartilha e pelas instruções religiosas. No *fac-símile* analisado, datado de 1995, há uma apresentação feita por Ronaldo Menegaz, mencionando o fato de não se tratar da gramática em si, mas da *cartinha* para o ensino das primeiras letras e dos rudimentos da religião católica⁷.

Antes do texto propriamente dito, há uma dedicatória feita “ao muito alto e excelente príncipe Dom Felipe⁸”, filho de D. João III. Nesse momento, o autor faz uma preleção para justificar a importância do conhecimento da língua, não só por parte das crianças portuguesas como também dos habitantes das novas terras, que devem aprender a língua do colonizador, “com que muitos povos da gentilidade são metidos no curral do Senhor”⁹. Nota-se aqui a estreita ligação entre língua e religião, sendo aquela um instrumento para a conversão dos gentios, ou seja, de colocá-los nos moldes desta (Cf. PASSERINI, 2019).

Como inovação, a *cartinha* apresenta ilustrações, que vão desde desenhos das palavras utilizadas pelo autor até uma mandala com motivos zodiacais. Nela estão dispostas as vogais, entremeadas pelas consoantes *l*, *m*, *r* e *s*, visando à formação de sílabas. As outras consoantes também aparecem encabeçando a sequência das vogais, completando as possibilidades de

6 Conforme consta na apresentação (p.8) da edição crítica da cartilha de João de Barros, organizada por Gabriel Antunes de Araujo e publicada em 2008.

7 Ainda sobre essa questão, é importante ressaltar que a *cartinha* vem a lume em dezembro de 1539, e a gramática propriamente dita é publicada em janeiro do ano seguinte.

8 “AO MVITO ALTO E EXCELENTE PRINCIPE DOM FELIPE nosso Senhor” (BARROS, 1939, A ji). Nota-se que, nesta parte, há um risco sobre o nome de Felipe e, ao lado, o nome “Ioam”. A rasura teria sido feita por motivo da morte prematura do príncipe Felipe, embora ela tivesse ocorrido antes da publicação da *cartinha*.

9 “[...] com que muitos pouos da gentilidade sam metidos em o curral do Senhor” (BARROS, 1939, s/p)

composição silábica. De acordo com Araujo (2008, p.8), a obra de João de Barros é “possivelmente, o primeiro livro didático ilustrado da história. Assim, o emprego de ilustrações na *Cartinha* a torna precursora dos livros didáticos ilustrados que surgiram mais de cem anos depois”.

2.3 Caminhos para a questão do multilinguismo dos nativos e a gramática de Anchieta

Se por um lado parece ser explícito o interesse na alfabetização dos gentios (indígenas e mamelucos) de tenra idade, por outro não se pode dizer que os adultos foram alvo da mesma ação. O fato de os jesuítas concentrarem grande parte de seus esforços nas casas de meninos não significa nem que os pequenos aprendiam português somente pelas cartinhas, tampouco que os adultos tivessem sido completamente esquecidos.

Tanto para ensinar o vocabulário às crianças (que muitas vezes não falavam português) quanto para continuar o projeto de catequização, era necessário dominar a “língua da terra”. Por essa razão, os religiosos se lançaram ao aprendizado da nova língua, com a qual não só se comunicavam com os nativos como também a usavam para catequizá-los. O primeiro a aprender a língua foi padre Navarro, conforme se constata na carta enviada pelo missionário Antônio Pires, em 2 de agosto de 1551:

[...] o P. Nóbrega [...] logo ordenou que o padre Navarro fosse ao Porto Seguro a trasladar as orações e sermões na língua desta terra, com alguns intérpretes que, para isso, havia muito bons: as quais trasladou muito bem: e é muito para dar louvores ao Senhor, vendo-o pregar muitas partes do Velho e do Novo Testamento, e outros sermões do Juízo, Inferno, Glória etc. [...] ¹⁰ (PIRES, 1551, s/p.)

10 Tradução nossa, do original em espanhol: “[...] el P. Nobrega [...] luego ordeno q el padre Navarro fuesse al porto seguro a trasladar las oraciones y sermones en la lengua desta tierra, con alguns interpretes que para esso auia muy buenos: las quales traslado muy bien: y es mucho para dar alabanzas al señor viédole predicar mucha parte del viejo testamêto y nuevo, y otros sermones del juyzio, infierno, gloria &c. [...]” (PIRES, 1551, s/p.)

Também é importante depreender do excerto o fato de, já no século XVI, ter-se iniciado a escrita de textos em tupi, dos mais variados gêneros. Embora não houvesse imprensa no Brasil, alguns deles foram publicados em Portugal, como ocorreu com a primeira gramática da língua tupi. De acordo com Cordeiro (2016, pp.67-68), além das traduções, Navarro possivelmente teria deixado um relato com os primeiros fundamentos para a tradução tupi-português/ português-tupi, a base para que, anos mais tarde, José de Anchieta compusesse a primeira gramática.

Para Azevedo (1963), a vinda de Anchieta, com o objetivo de ensinar latim no colégio de Piratininga, revela um aspecto importante da ação jesuítica: a rapidez com que a obra vinha tomando corpo, a ponto de as primeiras “casas de meninos” darem início aos famosos colégios. A própria menção feita ao ensino de latim dá conta do avanço no nível de ensino nessas instituições, pois a língua latina era destinada aos estudos mais avançados.

De acordo com Drumond (1990, p. 9), em 1556, ou seja, apenas três anos após sua chegada, o missionário biscainho já teria produzido os manuscritos da “Arte de Gramática da língua mais usada na Costa do Brasil”, fonte obrigatória de estudo tanto dos missionários que aqui já estavam quanto daqueles que tencionavam vir ao Brasil. Sobre a necessidade do conhecimento do tupi, Fávero (2000, p. 90), afirma que

[...] o conhecimento do tupi era exigido dos aspirantes à Companhia de Jesus e o desconhecimento do latim passou a ser considerado de menor importância se o candidato fosse versado na “língua brasílica”, que no Brasil substituiu o grego, estudado nos cursos de humanidades nos colégios jesuíticos da Europa.

No trecho, merece destaque o fato de, no Brasil, o estudo da *língua brasílica* ter substituído o grego nos colégios dos jesuítas. A adaptação demonstra o *status* que o idioma foi adquirindo, tendo em vista a sua predominância em grande parte do território. Nesse sentido, a gramática representa um auxílio no ensino-aprendizagem da língua.

Apesar da existência dos manuscritos largamente utilizados, somente em 1592 é solicitada a licença para a publicação, obtida em 1595. O período de 1556 a 1592 é tido como uma fase de maturação dos princípios dessa gramática, trazida a lume no último quartel do século XVI. O título, *Arte de Grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*, já demonstra a predominância do modelo latino, comum às gramáticas surgidas à época. Acerca dessa questão, Fávero (2008, p. 6) destaca:

Ars é tradução do grego. Aristóteles, na Metafísica atribui ao termo o sentido de ofício, habilidade para se fazer algo; artesão é o que possui essa habilidade e conhece as coisas pelo efeito, não pelas causas. Dionísio chamou sua obra de arte gramatical, por não ser ela especulativa, mas prática. A Gramática, a Retórica, a Poética, a Lógica, a Geometria, a Aritmética e a Astronomia são artes; a Matemática e a Física não o são, pois seu objeto é o necessário e elas não são instrumentais. É no sentido de gramática como uma das Artes Liberales da Idade Média (própria dos homens livres), que vamos ter do Renascimento até o século XVIII, obras intituladas Arte de Gramática, Arte e Gramática. Note-se que no século XVI, a designação aparece quase exclusivamente em obras gramaticais das chamadas línguas exóticas.

Ainda segundo Fávero (2008, p.5), é bem possível que essa gramática tivesse sido escrita inicialmente em latim e posteriormente traduzida ao português. Tal hipótese corrobora, uma vez mais, tanto a influência greco-latina no processo de gramatização¹¹ das línguas quanto o *status* do latim como língua de erudição, com a qual foi escrita grande parte da produção intelectual da época.

A gramática de Anchieta segue o modelo de divisão e classificação dos manuais da época, apresentando, em linhas gerais, as seguintes partes: *das letras, da ortografia ou pronúncia, do acento, dos nomes, dos pronomes, dos verbos*. Conforme ressalta Drumond (1990, p. 10), os demais

11 Cf. AUROUX, 2014 [1992]

capítulos (*Anotações na Conjugação, Construção dos verbos ativos, Como evitar anfibologias na construção dos verbos, das preposições, do verbo ser, dos verbos neutros feito ativos, dos ativos feitos neutros, da composição dos verbos, da reduplicação dos verbos e de alguns verbos irregulares*) fazem uma série de observações fonéticas, morfológicas e sintáticas dos verbos, intercaladas com outras classes, como a das preposições.

Apesar da predominância do modelo tradicional latino, o religioso já assinala a existência de aspectos que merecem ser notados na língua descrita. Dentre eles, pode-se citar a existência de diferença na pronúncia de alguns vocábulos por parte dos “Pitiguares do Paraíba do Norte até os Tamoios do Rio de Janeiro” e dos “Tupis de São Vicente” (ANCHIETA, 1595, s/p.)¹². Essa observação é sobremaneira importante por demonstrar a percepção de Anchieta com relação às variantes existentes na costa brasileira.

2.4 Breves considerações sobre a língua registrada na gramática de Anchieta

A gramática de Anchieta é até hoje alvo de muitos estudos, não só por sua composição mas também pelo idioma que ela procurou gramatizar. Sobre este, muito se tem especulado e ainda não é consensual a relação entre essa língua e o que efetivamente se falava “na costa do Brasil”.

Inicialmente, é preciso considerar novamente a questão do multilinguismo imperante. No período colonial – sobretudo no primeiro século e na metade do segundo –, coexistiu um grande número de línguas indígenas. Tal situação leva ao questionamento sobre qual teria sido o idioma registrado pelo missionário em sua *Arte de Gramática*.

A resposta mais imediata é que se trata de um “tupi antigo”. No entanto, pode-se questionar como uma mesma língua teria sido falada uniformemente

12 “[...] Pitiguães do Paraíba até os Tamôyos do Rio de Janeiro[...]” “[...] Tupys de Sam Vicente[...]” (ANCHIETA, 1595, s/p.)

na faixa litorânea do Brasil, considerada a sua extensão. Por conta disso, é necessário ponderar o fato de essa língua ter sido, na verdade, um conjunto de variedades muito próximas, faladas ao longo de toda a costa e na bacia do Paraná/Paraguai. Nas palavras de Elia (1979, p, 181):

Sabemos que, por ocasião do descobrimento, os tupis ocupavam o litoral, de São Paulo ao atual Maranhão. A língua que falavam – que convencionamos chamar genericamente *tupi* – era uma série de dialetos que deviam ser bastante aparentados entre si. [...] Foi portanto sobre essa base linguística mais ou menos uniforme que os jesuítas [...] trabalharam, para, sob a ação da disciplina gramatical, poderem dispor de um instrumento prático de evangelização pela palavra.

Desse modo, a gramática de Anchieta teria servido para estabilizar as variedades de origem tupi muito próximas. Durante o período de atividade dos jesuítas, o conjunto dessas variedades ficou conhecido como *língua brasileira*¹³, utilizada no trato com os índios tanto da etnia tupi quanto os aldeados nas missões. Posteriormente, ela passou a ser chamada de *língua geral*, dando origem a uma série de mitos, dentre eles o de ter sido uma língua homogênea ou artificial, criada a partir da gramática de Anchieta.

Com relação a essas afirmações, devem-se considerar dois aspectos. Em primeiro lugar, a gramática de Anchieta não “criou” uma língua geral, mas promoveu a sistematização de falares semelhantes espalhados pela costa do Brasil. Dessa forma, conforme assinala Elia (1979, 182), tampouco se deve considerar essa língua uma língua franca ou pidgin, cujo surgimento está atrelado a uma situação de emergência.

Em segundo lugar, deve-se salientar que o conceito de língua geral varia entre autores. Rodrigues (1996, pp.6-9) prefere empregar o termo “geral” não para se referir aos falares aparentados dos índios que habitavam o território brasileiro à época da colonização, mas sim para designar as línguas surgidas

13 RODRIGUES, 1986, p. 99, apud. SILVA, 2011, p. 77

do contato entre os colonizadores e os nativos. Partindo de tal premissa, o autor destaca não ter havido apenas uma língua geral, mas várias. Dentre elas, destacam-se a língua geral paulista, resultado do processo de miscigenação dos homens portugueses e das mulheres índias – que transmitiam aos filhos sua língua materna e, por essa razão, também sofriam interferências do português em seu idioma nativo (de origem tupiniquim) –, e a língua geral amazônica, que sofre processo semelhante, entretanto com línguas de origem tupinambá.

3. O período de consolidação

Afora todos os esforços empreendidos pelos jesuítas para estabelecer uma política educacional no Brasil, é necessário considerar que, nas esferas superiores da Companhia de Jesus, ocorriam mudanças importantes, cujos reflexos seriam sentidos também na colônia. Se os primeiros cinquenta anos foram marcados por um projeto educacional baseado na pedagogia brasílica de Nóbrega, o século e meio vindouro daria conta de uma ampliação na atividade educacional missionária.

Como retrospecto, deve-se ressaltar que, já nos primeiros anos observaram-se: o nascimento das “escolas de meninos”, dos primeiros “colégios” e também das políticas de língua que contemplavam o aprendizado das línguas locais (para catequizar os índios, aprioristicamente), o ensino da língua portuguesa (oral e escrita, sobretudo às crianças índias, mamelucas e filhas de colonos portugueses) e o ensino de latim, no âmbito dos colégios.

3.1 A *Ratio Studiorum* e as mudanças no Brasil

Em 1599, a Companhia de Jesus promulga a *Ratio atque institutio Studiorum*, um código pedagógico baseado nas Constituições e também na experiência dos jesuítas em suas atividades docentes. Esboçado em 1586 e impresso a título de experiência em 1591, configurava-se como um conjunto metódico e sistemático de disposições legais, cujo escopo era estabelecer os

princípios fundamentais das atividades missionárias, voltadas à busca do reino de Deus, à salvação de almas e à edificação da igreja (PAIVA, 1981, pp. 1-2).

Nos dizeres de Rocha (2005, p. 5):

A pedagogia jesuítica inspirou-se na Universidade de Paris, centro de uma restauração tomista (São Tomás de Aquino 1227-1274) e, principalmente, na teoria do educador espanhol Quintiliano (40-118) [...]

De forma semelhante à organização dos estudos da Universidade de Paris, a RATIO previa um currículo único para os estudos, dividindo-os em dois graus e supondo o domínio das técnicas elementares da leitura, escrita e cálculo [...]. Na adaptação dessa Pedagogia ao Brasil, estabeleceram-se quatro graus de ensino, sucessivos e propedêuticos: os cursos elementar, de humanidades, de artes e de teologia.

Com relação à organização curricular, o código propunha uma educação dividida em três frentes de formação: a de letras humanas, a de filosofia e ciências e a de teologia e ciências sagradas. Ainda havia a possibilidade do curso de um biênio para a formação de lentes em universidades.

De acordo com Paiva (1981, pp.3-4), a primeira frente, de base eminentemente literária, alicerçava-se nas línguas clássicas – latim e grego –, divididas em níveis progressivos de dificuldade, e em aulas de gramática, humanidades e retórica. Esse primeiro período, que compreendia as Classes Inferiores, teria durabilidade de aproximadamente cinco anos, podendo-se estender conforme a necessidade dos estudantes. A segunda frente, também chamada de “Artes”, compreendia as chamadas Faculdades Superiores e era dividida em 3 anos, nos quais se estudariam: Lógica (1ºano), Física, Matemática, Geografia e Astronomia (2ºano), Psicologia, Metafísica e Ética (3ºano). A terceira, dedicada à formação religiosa, era destinada aos vocacionados, com duração de quatro anos.

Esse curso teria se instalado em colégios maiores ou em seminários, que visavam especificamente à formação religiosa. Via de regra, o mesmo plano foi seguido no Brasil com algumas exceções, tais quais a supressão

do ensino de grego, seguida da adição da língua brasílica, muito mais útil à catequese. Segundo Azevedo (1963, p.519), o curso que mais se propagou na colônia foi o de letras humanas.

Fatores internos também motivaram a nova face assumida pela educação da segunda fase jesuítica. O crescimento dos colégios, que no século XVII já eram onze, além dos colégios menores e as escolas de meninos, deveu-se principalmente à política adotada por Nóbrega já no século XVI. Sobre ela, assinala Ferreira Jr (2010, p. 21):

Assim, a evangelização jesuítica teria fracassado não fosse a proposta econômica formulada por padre Manuel da Nóbrega, pois as casas de bê-á-bá e os colégios demandavam a existência de uma base material de sustentação. Nóbrega partia do pressuposto de que não seria possível manter as casas de bê-á-bá apenas com as esmolas arrecadadas entre os colonos, já que o processo de montagem da empresa agrícola colonial exigia uma considerável quantidade de capital inicial. Assim, ele reivindicou que a Coroa portuguesa repassasse uma fração dos dízimos, a redízima, para a Companhia de Jesus como forma de financiamento da missão evangelizadora dos “brasis”. Além disso, passou a solicitar de forma sistemática que o Rei de Portugal cedesse terras (sesmarias), “negros da Guiné” e gado para garantir o consumo material das “casas de meninos.

Das considerações do autor devem-se depreender alguns aspectos importantes. Inicialmente, a questão da redízima, essencial à captação de recursos para financiar a construção e a manutenção de novos colégios. Além disso, a solicitação de sesmarias e também dos “negros da Guiné”. Este último chama a atenção, considerada a política de proteção que os jesuítas adotaram com relação aos índios, evitando que fossem escravizados pelos colonos. Entretanto, outras práticas de escravidão não eram descartadas pelos missionários, como a dos negros, constantemente solicitados.

Assim, a política adotada por Nóbrega servirá de base para a expansão da obra, e a nova fase não terá mais como foco a catequese, embora fossem conservadas algumas dessas escolas até a interrupção das atividades

jesuíticas. Bioto-Cavalcanti (2013, p.32) afirma que, no momento da expulsão dos religiosos, ainda restavam três delas no Brasil.

Inúmeros fatores estão relacionados à mudança operacional por parte dos religiosos e ligam-se intimamente ao aumento da mortalidade dos índios. O crescimento do número de combates com os colonos, a não adaptação dos índios às novas condições de vida a que os submeteram os próprios jesuítas e as inúmeras doenças trazidas pelos colonizadores figuram entre os principais fatores que levaram às baixas demográficas e à extinção de aldeias inteiras (ALMEIDA; NÖTZOLD, 2008, p.2).

Apesar das novas preocupações, o ensino de língua geral foi mantido, inclusive nos cursos de formação teológica, como já se mencionou. Além disso, os textos da época revelam a surpresa dos missionários frente ao fenômeno do multilinguismo que ainda imperava. Padre Antônio Vieira, por exemplo, em carta enviada ao Rei no ano de 1660, mencionava a multiplicidade de “línguas diferentes e dificultosas”¹⁴ (VIEIRA, 1735 [1660], p. 22). Também no Sermão do Espírito Santo, o inaciano alude à questão, conforme se pode observar no trecho abaixo:

Pela muita variedade das linguas houve quem chamou ao rio das Amazonas rio Babel, mas vem-lhe tão curto o nome de Babel [...], porque na Torre de Babel, como diz São Jerônimo, houve somente setenta e duas línguas, e as que se falam no rio das Amazonas são tantas e tão diversas, que se lhe não sabe o nome, nem o número. As conhecidas até o ano de 639, no descobrimento do rio de Quito, eram cento e cinquenta. Depois se descobriram muitas mais [...]”¹⁵ (VIEIRA, 1683, p. 409)

14 “línguas diferentes, e difficultosas” (VIEIRA, 1735 [1660], p.22)

15 “Pela muita variedade das linguas houve quem chamou ao rio, das Amazonas rio Babel, mas vem-lhe tão curto o nome de Babel [...] porq na Torre de Babel, como diz S. Jeronymo, houve sómente setenta & duas linguas, & as que se fallão no rio das Amazonas, são tantas, & tão diversas, que se lhe não sabe o nome, nem o número. As conhecidas até o anno de 639. no descobrimento do rio de Quito, erão cento & cincoenta. Depois se descubrirão muitas mais [...]” (VIEIRA, 1683, p. 409)

Na fala do sacerdote, fica evidente a quantidade de idiomas indígenas falados ao longo do rio Amazonas. Note-se que ele menciona o número de 150 até o ano de 1639 e cita a descoberta posterior de outros. Essa presença, ainda no século XVII, certamente demandava uma ação linguística por parte dos jesuítas. Por isso, houve continuidade na elaboração de manuais de gramática, visando à instrumentalização da língua, facilitando, desse modo, o processo de ensino-aprendizagem.

3.2 A gramática do Padre Luis Figueira

Cordeiro (2016, p. 104) destaca que a área dos atuais Pará, Amazonas, Amapá e Piauí só passou a ser efetivamente explorada pelos colonizadores um século após a chegada de Cabral. Pela vulnerabilidade, a região foi constantemente visitada por alguns povos europeus, como os ingleses e os franceses. Estes últimos, inclusive, chegaram a fundar a França Equinocial, de 1612 a 1615.

Diante desse cenário, o padre Luís Figueira, chegado ao Brasil em 1602 e estabelecido inicialmente no Colégio da Bahia, rumou para a Serra do Ipiapaba, na divisa dos estados do Ceará e do Piauí. Em sua empreitada, iniciada em 1607, foi acompanhado pelo padre Francisco Pinto, grande conhecedor da língua brasílica e provavelmente o preceptor de Figueira no aprendizado da língua geral.

Segundo Magalhães (2011, p. 377), por volta de 1618, urgiu a necessidade de uma nova gramática do idioma indígena, sobretudo “que contemplasse uma língua que se transformava na medida em que os tupinambás migravam para as áreas ao norte da América portuguesa”. Por essa razão, em 1620, já se encontrava pronta a *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica*, de autoria do Padre Figueira. O exemplar aqui analisado data de 1687 e, conforme assinala o próprio Magalhães (2011, p. 378), a primeira edição era rara mesmo no século XVII.

Logo na *Aprovação*, assinada por Manuel Cardoso, exaltam-se todas as qualidades da obra, cuja impressão era necessária para facilitar o aprendizado da língua brasileira:

Na ordem e disposição das cousas que propõe, na clareza das regras e preceitos que de novo dá para a formação dos verbos e seus modos e tempos; na mudança que faz de alguns deles e outras coisas curiosas que de novo se acrescentou, fica a obra muito proveitosa e curiosa; e se deve ao P. Luis Figueira muito agradecimento por facilitar, com seu trabalho, o muito que os que aprendem esta língua Brasileira costumam ter: não obstante a arte do P. José de Anchieta, que por ser o primeiro parto, ficou muito diminuta e confusa, como todos experimentamos [...]”¹⁶
(FIGUEIRA, 1687, s/p.)

No trecho apresentado, merecem destaque três aspectos. O primeiro é a menção feita ao que “de novo” se acrescentou, revelando a proposta de uma gramática diferente das que já haviam sido produzidas até então. O segundo é a mudança feita na formação e no modo de alguns verbos, denotando, talvez, um estágio diferente da língua geral, se comparada àquela registrada por Anchieta. O terceiro e último aspecto é justamente o modo como se qualifica a gramática de Anchieta, chamada de “diminuta e confusa”, o que àquela altura já poderia configurar um entrave aos aprendizes da língua.

Em linhas gerais, a disposição da gramática obedece também ao padrão tradicional greco-latino, abordando aspectos como as letras e os sons do idioma, as conjugações verbais, as oito partes da oração, entre outros. Um fato curioso é a menção aos casos – nominativo, genitivo, dativo, acusativo,

16 “Na ordem, & disposiçãõ das cousas , que propoem, na clareza das regras, & preceitos, que de novo dá pera as formaçoẽs dos verbos, & seus modos, & tempos; na mudança que faz algũs deles, & outras cousas curiosas, que de novo acrescentou, fica a obra muy proveitosa, & curiosa; & se deve ao P. Luis Figueira muito agradecimento, por facilitar com seu trabalho, o muito, que os que aprendem esta lingua Brasileira costumao ter: nao obstante a arte do P. Joseph Anchieta, que por ser o primeiro parto ficou muy diminuta, & confusa, como todos experimentamos[...]” (FIGUEIRA, 1687, s/p.)

vocativo e ablativo -, recurso não usado por Anchieta. Tal característica de aproximação com o latim reitera o *modus operandi* recorrente em inúmeros manuais produzidos sob a influência da gramatização das línguas.

De acordo com Magalhães (2011, pp. 384-385), o contato de Figueira com “quase todos os povos indígenas que habitavam o Brasil desde a costa da Bahia até o Ceará” foi de extrema importância para a elaboração da gramática, conferindo-lhe maior abrangência e profundidade, se comparada à de Anchieta, que manteve contato com menos grupos linguísticos para elaborar a sua *Arte*. Além disso, o autor menciona o fato de Figueira também estabelecer efetivamente um alfabeto na língua geral, lançando mão, por exemplo, da letra k. Ainda sobre a questão do registro da língua brasílica, o inaciano considera as diferentes grafias assumidas por uma mesma palavra por conta de os índios pronunciarem-na com diferentes inflexões.

Com relação ao interesse no aprendizado da língua brasílica, é importante mensurar outro aspecto importante. Conforme já se mencionou, o século XVII foi marcado por inúmeras tentativas de invasões ao território brasileiro. Frente à ameaça, os portugueses aliaram-se aos índios na defesa dos territórios e, nesse contexto, o papel da língua geral não era mais o de catequizar. Ela assumiu o papel de comunicação entre os companheiros de luta. Por conta dessa necessidade, a *Arte* de Figueira insere-se em “um projeto ultramarino que alinhava a criação de um sistema defensivo com baixo custo e capaz de repelir as incursões militares de outras nações europeias, utilizando um sistema de aldeias que bloqueavam o acesso de forças estrangeiras ao território português” (MAGALHÃES, 2011, p. 392).

3.3 O ensino do português e do latim

Por influência da *Ratio Studiorum*, o latim passa a ser uma das grandes ocupações do curso de Letras Humanas dos Colégios. A essa altura, já se estava demarcando o ensino que dividiria a educação em privilégios, relegando aos nativos uma alfabetização precária ou, no máximo, o termino

da educação mais rudimentar. Eram, portanto, os filhos das elites do Brasil que usufruiriam da educação humanista proposta pelos jesuítas, cujo ápice se deu entre o século XVII e a primeira metade do XVIII.

No entanto, de acordo com Kaltner (2016, p.44), tal política começou ainda no século XVI, com o uso do latim como “instrumento de integração à cultura eclesiástica e acadêmica europeia ultramarina de tradição ibérica”. Na mesma época, definiram-se os materiais a serem adotados pelos colégios, sobre os quais o autor afirma:

Entre o material didático utilizado na época, encontravam-se textos de humanistas e de autores clássicos, seguindo, dentro de suas limitações, o padrão educacional adotado em Coimbra. A estes se acrescentariam os *Cursus Collegi Conimbricensis*, editados a partir de 1591, sobre a filosofia aristotélica, que compunha o ensino de Artes, por exemplo. Já o ensino de Humanidades inicial era composto pelo estudo das *Humaniores Litterae*, da Literatura Latina, tendo primazia o estudo de Vergílio, Cícero e Ovídio, como em Coimbra. A respeito da metodologia de ensino do Latim empregada na época do Renascimento, pode-se afirmar que uma disputa pedagógica entre *ratio* e *usus* era tópico central no ensino de Latim. (KALTNER, 2016, p.55)

Fixadas as bases do ensino clássico no século XVI, pode-se dizer que, no século e meio posterior, elas apenas foram aprofundadas, tendo em vista o processo de elitização por que passou a educação brasileira. Além disso, a instrução destinada aos indígenas não seguia os mesmos rumos da oferecida aos habitantes de origem portuguesa. De acordo com Paiva (2010, p. 44), a própria organização social, confirmada pelo acesso às letras, determinava o acesso a elas, “a uns mais, a outros menos”.

Levando em conta o decréscimo da população indígena e o aumento do número de portugueses e de seus descendentes, não é difícil compreender a importância dada ao latim dentro dos colégios e seminários. Como o público que frequentava os colégios já tinha domínio da língua portuguesa, o ensino

do vernáculo lusitano passou a ter papel secundário, pois as bases sociais já estavam impostas, e a elite dos colégios dominava a língua do colonizador.

Por essa razão, era necessário instruir os jovens na língua latina, veículo de erudição incontestável, cujo *status* se manteve, grosso modo, até meados do século XIX. Tal necessidade era, em grande medida, reflexo das aspirações dos que tinham filhos nos colégios. Nas palavras de Paiva (2010, p. 44), esses alunos “[...] seriam ou padres ou advogados, ocupariam cargos públicos, possibilitariam à sociedade se reproduzir”.

A discrepância entre o estudo de latim e o estudo de português nos colégios pode ser observada no seguinte trecho, de Vilhena (1969, pp. 273-275), apud Mattos e Silva (2011, pp. 39-40):

No tempo em que existiam os jesuítas [...] haviam nos gerais do Colégio [...] sete classes em que se instruía a mocidade, não só da capital, como de todas as vilas... na primeira das sete classes mencionadas se ensinava gramática portuguesa, desta passavam os meninos a aprender na segunda os primeiros rudimentos da língua latina, estudavam sintaxe e sílaba na terceira classe, da qual passavam para a quarta, onde aprendiam a construção da mesma língua, a retórica, tal qual se ensinava; na sexta filosofia e na sétima teologia moral. No ano de 1709 [sic], fô o paternal amor do augustíssimo Sr. Dom José I servido obviar abusos que nos estudos se haviam inovado por todo o tempo que aqueles religiosos haviam dirigido, extinguindo também aquele pernicioso método por que se gastava meia vida de um estudante com o simples estudo da gramática latina.

Essa fala nos permite inferir não só o excesso de latinidade que perpassava o currículo jesuítico - de seis aulas com foco no latim para uma com foco no português - mas também o início de uma mudança em marcha, que culminaria com a expulsão dos jesuítas. Ela fica evidente principalmente no trecho em que se menciona o fato de Dom José I considerar abusivas algumas práticas dos religiosos, sobretudo as concernentes ao excesso de latinidade do currículo.

Os últimos anos de vigência da educação jesuítica no Brasil foram marcados por uma série de querelas, motivadas pelo aumento do poder dos missionários sobre a Colônia, tanto do ponto de vista social quanto do econômico. Apesar das denúncias constantes, os sacerdotes não se demoveram de algumas de suas práticas, tampouco cumpriam as bulas e ordens papais ou determinações reais. A situação conflituosa levou à expulsão de todos os inacianos do Brasil, em 1759 (SAVIANI, 2010, p. 75).

Apesar dos esforços empreendidos ao longo dos mais de dois séculos de atividade, o saldo da educação jesuítica terminou com uma porcentagem de 0,5% de letrados no século XVIII, segundo Mattos e Silva (2011, p. 130). Um número tão pequeno leva à reflexão sobre o alcance do projeto dos religiosos, que se foi distanciando de seu objetivo precípua, obedecendo às necessidades dos novos tempos que surgiam. O resultado, por si só, dá conta da elitização que permeou a ação dos missionários no Brasil, considerada a indubitável pertinência do número de letrados às classes mais abastadas da colônia.

Conclusão

O panorama traçado no presente artigo permitiu mensurar aspectos importantes da ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, principalmente com relação ao ensino de línguas na colônia. Sobre ele, é possível afirmar que se concentrou em três idiomas principais: o português, a língua brasílica e o latim.

Com relação ao português, é notório, sobretudo no primeiro período, o esforço empreendido pelos missionários para alfabetizar o gentio. Tal ação foi, inclusive, a responsável pela criação das casas de bê-á-bá, embrião dos colégios construídos posteriormente. A língua, nesse caso, representaria o acesso ao mundo religioso e conseqüentemente à cultura portuguesa. Em linhas gerais, ensinar aos povos dominados a língua do colonizador fazia parte da política de colonização, visando a marcar a presença da metrópole na nova terra.

No entanto, essa preocupação foi diminuindo com o aumento do contingente português na Colônia. Uma vez elitizada a educação, os

frequentadores das escolas já tinham domínio da língua da metrópole e, por conta disso, o ensino de português foi perdendo força diante da necessidade de formação daqueles que ocupariam cargos de destaque na sociedade brasileira.

O multilinguismo também lançou os missionários ao aprendizado da “língua da terra”, em consonância com os mandamentos da Companhia de Jesus, que previa a necessidade de aprendizagem das línguas locais para melhor realizar as práticas catequéticas. Assim, os falares aparentados de diversas tribos foram estabilizados por meio de gramáticas, como a de Anchieta e a de Figueira. A importância conferida a esse aprendizado é visível, considerando-se, por exemplo, a substituição do grego pela língua brasílica nos colégios, preocupados com a formação de sacerdotes.

Além disso, deve-se mensurar que a “língua da terra”, no segundo período, deixa de ser um simples meio de comunicação com os catecúmenos e passa a ser a garantia da união territorial, sobretudo do norte do Brasil, frente à investida de invasores. Na ocasião, como já se mencionou, os índios se uniram aos portugueses nas lutas travadas para a defesa territorial, e a língua geral tornou-se franca entre os aliados.

Com relação ao latim, é importante mencionar que, tão logo se estabeleceram os colégios, seu ensino passou a ser posto em marcha. Prova disso é o fato de Anchieta ter sido enviado ao Brasil para dar aulas de latim já em 1553, ou seja, apenas quatro anos após a chegada dos primeiros jesuítas. A valorização acentua-se na medida em que os colégios se elitizam, e a língua latina, como veículo de transmissão da erudição, passa a ser sobremaneira valorizada nos colégios, ocupando mais tempo que o ensino da língua portuguesa.

Apesar de todo o pioneirismo da ação jesuítica, é inconteste o fato de ela ter se distanciado de sua premissa evangelizadora e contribuído para a configuração de um ensino elitista, visando à manutenção dos *stati* já definidos na Colônia, nos moldes da sociedade portuguesa. Nesse sentido, os diferentes níveis de acesso à cultura letrada eram mediados pelas

condutas dos religiosos com relação aos idiomas que deveriam ser ensinados e aprendidos. Por essa razão, a análise da educação missionária, sob uma perspectiva linguística, permite não só compreender a história do período como também perceber a importância do ensino de línguas para a realização do projeto pedagógico jesuítico no Brasil.

Referências

ABREU, Capistrano. **Capítulos da História Colonial**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

ALMEIDA, Carina Santos de; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. O impacto da colonização e imigração no Brasil meridional: contágios, doenças e ecologia humana dos povos indígenas. **Tempos Acadêmicos**, n.06, pp.1-18, 2008. Disponível em: <periódicos.unesc.net/historia/article/download/431/440>. Acesso em: 11/2018.

ANCHIETA, José de. **Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil**. Feita pelo padre Ioseph de Anchieta da Cõpanhia de IESV. Com licença do Ordinario & do Preposito geral da Companhia de IESV. Em Coimbra per Antonio de Mariz, 1595.

ANCHIETA, José de. **Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. Edição fac-similar. São Paulo: Loyola, 1990.

ANCHIETA, José de. Carta del Hermano Ioseph que scriuiu del Brasil a los padres y hermanos dela compañía de IESVS en Portugal. In.: **Noticias das sagradas missoens executadas por varões apostólicos na China, Japão e Etiopia, collegidas por Diogo Barbosa Machado**: Abbade da Igreja de Santo Adrião de Sever, e Academico da Academia Real. Tomo I. Comprehende do ano de 1555, até o ano de 1693. [s.n., s.d.]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or20081/or20081.pdf. Acesso em: 11/2018.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. 3.ed. Campinas: Editora Unicamp, 2014 [1992].

AUROUX, Sylvain. **Histoire des idées linguistiques**. Tomo I. Paris: Pierre Mardaga, 1989.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

BARROS, João de. **Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja**. Edição crítica, leitura modernizada e reprodução fac-similar organizada por Gabriel Antunes de Araujo. São Paulo: Humanitas, Paulistana, 2008.

BARROS, João de. **Gramática da língua portuguesa com os mandamentos da santa madre igreja**. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 1995.

BIOTO-CAVALCANTI, Patricia Ap. Entre o devocional e o operacional: a obra educativa da Companhia de Jesus no Brasil. In.: BIOTO-CAVALCANTI, Patricia Ap.; TEIXEIRA, Rosiley A. (org.). **História da Educação Brasileira**. Pedagogia de A a Z. Vol. 6. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, pp. 13-47.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. **Historiografia da Língua Portuguesa: século XVI**. 1.ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984.

COLOMBAT, Bernard.; FOURNIER, Jean-Marie.; PUECH, Christian. **Uma história das ideias linguísticas**. São Paulo: Contexto, 2017 [2010].

CORDEIRO, Tiago. **A grande aventura dos jesuítas no Brasil**. São Paulo: Planeta, 2016.

DRUMOND, Carlos. Apresentação. In.: ANCHIETA, José de. **Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. Edição fac-similar. São Paulo: Loyola, 1990.

ELIA, Sílvio. **A unidade linguística do Brasil**: condicionamentos geoeconômicos. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

FÁVERO, Leonor Lopes. A política Linguística na América Latina Colonial e as Línguas Gerais. Apresentação de Trabalho na Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Universidade Católica de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://elvira.llf.uam.es/clg8/actas/pdf/paperCLG64.pdf>.

FÁVERO, Leonor Lopes. Heranças – A educação no Brasil Colônia. **Rev. ANPOLL**, n. 8, p. 87-102, jan./jun. 2000.

FÁVERO, Leonor; MOLINA, Márcia. **As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FERREIRA JR, Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

FIGUEIRA, Luis. **Arte de Grammatica da Lingua Brasílica**. Lisboa: Miguel Deslandes, 1687,

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal**. 52.ed. São Paulo: Global, 2013.

GONÇALVES, Nuno da Silva. Baltasar Teles, Cronista da Companhia de Jesus. In: **Quando os padres faziam história: de Marcos de Lisboa a Simão de Vasconcelos**. Centro Interuniversitário da História da Espiritualidade, 2001, pp. 95-100. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5270.pdf>. Acesso em: 11/2018.

HUE, Sheila Moura. **Primeiras cartas do Brasil: 1551-1555**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

KALTNER, Leonardo. O latim na colonização do Brasil quinhentista. **Cadernos de Letras da UFF Dossiê: Línguas e culturas em contato** n° 53, p. 39-60, 2016. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php/cadernosdeletras/article/download/243/153>. Acesso em: 11/2018.

MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. A palavra e o império: A Arte da Língua Brasílica e a conquista do Maranhão. **Revista de História**, São Paulo, n. 165, p. 367-401, jul./dez. 2011.

MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.

NAVARRO, João de Azpilcueta. Otra embiada de la ciudad del Saluador. In.: **Copias de unas cartas embiadas del Brasil por el padre Nobrega de la companhia de Jesus**: y otros padres que estan debaxo de su obediência: al padre mestre Simon preposito dela dicha compañía em Portugal: y a los padres y hermanos de Jesus de Coimbra. Tresladadas de portugues en Castellano. Recebidas en el año de MDLI. [s.n.,s.d.]. Disponível em: http://purl.pt/12671/4/res-842-3-p_PDF/res-842-3-p_PDF_24-C-R0150/res-842-3-p_0000_1-28_t24-C-R0150.pdf. Acesso em 11/2018.

NÓBREGA, Padre Manuel da. Informacion de las partes del Brasil. In.: **Copias de unas cartas embiadas del Brasil por el padre Nobrega de la companhia de Jesus**: y otros padres que estan debaxo de su obediência: al padre mestre Simon preposito dela dicha compañía em Portugal: y a los padres y hermanos de Jesus de Coimbra. Tresladadas de portugues en Castellano. Recebidas en el año de MDLI. [s.n., s.d.]. Disponível em: http://purl.pt/12671/4/res-842-3-p_PDF/res-842-3-p_PDF_24-C-R0150/res-842-3-p_0000_1-28_t24-C-R0150.pdf. Acesso em: 11/2018.

NÓBREGA, Padre Manuel da. Otra de otro padre embiada de la misma capitania de Pernãbuco. In.: **Copias de unas cartas embiadas del Brasil por el padre Nobrega de la companhia de Jesus**: y otros padres que estan debaxo de su obediência: al padre mestre Simon preposito dela dicha compañía em Portugal: y a los padres y hermanos de Jesus de Coimbra. Tresladadas de portugues en Castellano. Recebidas en el año de MDLI. [s.n. s.d.]. Disponível em: http://purl.pt/12671/4/res-842-3-p_PDF/res-842-3-p_PDF_24-C-R0150/res-842-3-p_0000_1-28_t24-C-R0150.pdf. Acesso em: 11/2018.

NEBRIJA, Antonio de. **Grammatica de la lengua castellana**. 1492.

PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil Colonial. In.: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia. **500 anos de educação no Brasil**. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PAIVA, José Maria de. **O método pedagógico jesuítico**: uma análise do Ratio Studiorum. Viçosa: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Viçosa, 1981.

PASSERINI, Thiago Zílio. **Ocultação de paternidade ou filiação ilegítima?** O lugar do galego na origem da língua portuguesa em textos dos séculos XVI e XIX. 2019. 256p. Dissertação de Mestrado. Instituto de Português, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na Colônia. In.: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia. **500 anos de educação no Brasil**. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ROCHA, Maria Aparecida dos Santos. A educação pública antes da Independência. In.: PALMA FILHO, J. C. (organizador) **Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed.** São Paulo: UNESP-Pró-Reitoria de Graduação/ Santa Clara Editora, 2005.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. As línguas gerais sul-americanas. **Papia**: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 6-18, 1996. Disponível em: <http://abecs.net/ojs/index.php/papia/article/view/143/210>. Acesso em: 11/2018.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Editores Associados, 2010.

SOUSA, Carlos; CAVALCANTE, Maria Juraci (orgs). **Os jesuítas no Brasil**: entre a Colônia e a República. Brasília: Liber Livro, 2016.

VIEIRA, Padre Antônio. Carta II. A El Rey. Senhor. In.: **Cartas do P. Antonio Vieira da Companhia de Jesu** Tomo Segundo. Offerecido ao Eminentissimo Senhor Nuno da Cunha e Attaide: Presbytero Cardeal da Santa

Igreja de Roma do Titulo de Santa Anastasia, do Conselho de Estado, Guerra, e Despacho de Sua Magestade, Inquisidor Geral nestes Reynos, e Senhorios de Portugal. Lisboa: Officina da Congregação do Oratorio, 1735. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000009213&bbm/4524#page/1/mode/2up>. Acesso em: 11/2018.

VIEIRA, Padre Antônio. Sermão do Espírito Santo. In.: **Sermoens do P. Antonio Vieira da Companhia de IESV, Prégador de Sua Magestade**. Terceira Parte. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1683. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000009221&bbm/4562#page/1/mode/2up>. Acesso em: 11/2018.

VIEIRA, Zeneide Paiva Pereira. **Cartilhas de alfabetização no Brasil: um estudo sobre trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita**. 2017. 197p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2017.

A ciência, a história da ciência e o seu ensino¹

Science, the history of science and its instruction

Cristina Altman*

RESUMO

O artigo propõe que a descontinuidade percebida entre a prática científica em Linguística e sua trajetória histórica deva ser superada e que é em uma situação de ensino que essa conexão pode, de forma privilegiada, se restabelecer. Entendendo o termo ‘linguística’ de forma ampla, tanto como o conhecimento produzido pelo homem sobre a linguagem e as línguas, quanto como disciplina introdutória e obrigatória da formação em Letras, sugerem-se algumas diretrizes que podem subsidiar seu ensino, a partir de princípios gerais compartilhados pelos historiógrafos da linguística.

Palavras-Chave: Historiografia Linguística; ensino da Linguística; manuais de Linguística.

ABSTRACT

The article proposes that the perceived gap between the scientific linguistic practice and its historical path must be overcome and that it is in the language sciences teaching situation that this connection can be re-established in a privileged way. The term ‘linguistics’ in

Articulista convidado

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.506>

*Universidade de São Paulo, altman@usp.br, orcid.org/0000-0002-5121-4282

1 O texto é uma pequena homenagem à *Confluência. Revista semestral do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português* (Rio de Janeiro, 1991-corrente), que celebra 30 anos de trabalho ininterrupto, dedicados à divulgação do conhecimento em ciências da linguagem. Feito digno de nota no editorial científico brasileiro. À equipe editorial, meus respeitos e admiração.

the text refers to both the vast knowledge that men produced about the nature of human language and their languages, as well as to the introductory discipline offered in the Language and Literature undergraduate schools. Basing on general principles shared by contemporary linguistic historiographers, we suggest some guidelines that can subsidize language sciences education.

Key Words: Historiography of Linguistics; Linguistics teaching; Linguistics manuals.

Advertência

Embora o título possa levar o leitor a presumir que essa pequena reflexão sobre os modos pelos quais introduzimos o jovem alunado universitário em uma disciplina científica como a Linguística traga soluções para nossos dilemas didáticos, é preciso advertir-lhe desde já que o objetivo do texto é mais modesto. O que aqui procuramos fazer, primordialmente, é nos interrogarmos se alguns dos princípios consensualmente compartilhados pelos historiógrafos contemporâneos da Linguística poderiam servir de diretriz para os cursos introdutórios de Linguística Geral. Com efeito, após quase 50 anos da sua institucionalização como campo legítimo de estudo e pesquisa — se considerarmos a criação do periódico *Historiographia Linguistica* (Amsterdam: John Benjamins, 1974-corrente) como um marco inicial — muito se aprendeu sobre a dinâmica da produção, circulação e recepção do conhecimento em ciências da linguagem, não apenas nos séculos XIX e XX, mas também em séculos anteriores. Nada mais justificado do que nos perguntarmos, portanto, em que medida esse conhecimento acumulado sobre nossa história pode contribuir para as práticas de ensino em sala de aula, principalmente no que diz respeito ao público que entra em contato pela primeira vez com as disciplinas relativas ao estudo da linguagem humana e suas línguas.

Com efeito, se, do ponto de vista da sua teorização, as coisas têm andado bastante bem para a Historiografia Linguística (HL) — há pelo menos

cinco periódicos especializados, várias sociedades científicas, boletins, antologias, colóquios e encontros internacionais consolidados² — do ponto de vista da sua aplicação didática, parece haver ainda um bom caminho a percorrer. A crermos em Schmitter (2003), por exemplo, os resultados obtidos pela moderna HL parecem não estar chegando aos manuais de linguística, aos dicionários de terminologia linguística, ou mesmo aos manuais de história da linguística. Dado o interesse recente, e crescente, pela divulgação da HL no contexto acadêmico brasileiro — observe-se o número respeitável de colóquios, traduções, manuais de história e outras publicações monográficas no país surgidos nos últimos anos — é de se perguntar até que ponto podemos secundar Schmitter (cf. ALTMAN, 2021, a sair).

À primeira vista, parece que estamos indo muito bem, também no Brasil, ao menos entre pares. A questão que se coloca, pois, é até que ponto o conhecimento que temos adquirido (e divulgado) sobre as tradições linguísticas do passado, notadamente a portuguesa e brasileira, tem chegado às salas de aula. Ou, até que ponto a história que nossa geração está revendo, redesenhando, reestruturando, tem contribuído para o ensino de Linguística?

2 Sem pretensão de exaustividade, cf. *Historiographia Linguistica* (1974-), *Histoire, Epistémologie, Langage* (1979-), *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft* (1991-), *Revista Argentina de Historiografía Lingüística* (2008-), *Language and History* (2009-), além dos boletins publicados regularmente pelas sociedades científicas e grupos de trabalho: a *Société d'Histoire et d'Épistémologie des Sciences du Langage*, desde 1979; a *Henry Sweet Society for the History of Linguistic Ideas*, desde 1984 (1984-1997; 1997-2009); a *North American Association for the History of the Language Sciences (NAAHoLS)*, desde 1987; a *Sociedad Española de Historiografía Lingüística*, desde 1997, e, desde 1999, a *Sociedade Mexicana de Historiografía Lingüística*. Para uma visão geral dos temas recobertos pelo campo, consultem-se os monumentais volumes editados por Auroux, Koerner, Niederehe & Versteegh (2000, 2001 e 2006). Para encontros internacionais, v. a respeitável literatura sobre as *International Conference on the History of the Language Sciences (IChOLS)*, desde 1978, todos os volumes publicados pela John Benjamins.

Enquanto os dados sobre as relações entre o ensino da Linguística no Brasil e o estudo da sua história aguardam consolidação (SUGYIAMA, 2020;³ OLIVEIRA, 2020⁴), me parece legítimo sondar quais subsídios a moderna pesquisa em HL pode oferecer àqueles que participam da formação, tanto do pesquisador que se dedicará à carreira acadêmica, quanto do professor da área de Letras e Linguística, atividades geralmente complementares. O presente texto pretende ser uma primeira contribuição nessa direção.

1. História e Historiografia da Linguística: a seleção dos objetos

História e Historiografia da Linguística, ou, simplesmente, Historiografia Linguística, não são domínios co-extensivos. A História, i.e., o conjunto de todos os eventos que aconteceram no âmbito de um amplo campo de estudo que poderíamos arbitrariamente denominar de ‘conhecimento sobre

-
- 3 Sugiyama (2020) oferece um mapa precioso sobre o ensino da Linguística no Brasil. Seu estudo focalizou a emergência e o desenvolvimento da institucionalização da disciplina no período 1960 -2010. Serviram de suporte informacional documentos oficiais tais como os projetos pedagógicos de curso, currículos, ementas de disciplinas das quatro universidades que oferecem formação especializada em Linguística: Unicamp, USP, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal de São Carlos; bem como das outras universidades públicas federais do país, perfazendo um total de 54 instituições, 93 cursos; 134 currículos, dos quais 79 apresentavam as ementas de disciplinas. Além dos cursos de graduação em Linguística e Letras, foram considerados 11 programas de pós-graduação ofertados por universidades federais cadastrados junto à CAPES sob a designação de *Linguística*. Os níveis privilegiados por sua análise foram a configuração dos cursos que oferecem titulação em Linguística em nível de graduação e pós-graduação e, ainda, as formas sob as quais a disciplina é ofertada nos cursos de graduação em Letras.
 - 4 Oliveira (2020) em seu trabalho ainda inédito identifica 13 grupos de pesquisa que têm na HL um dos seus referenciais teóricos principais. São grupos de pesquisa de tamanhos e temáticas variáveis, ligados à Universidade de São Paulo, PUC-SP, Mackenzie -SP, UFRJ, UFMG, UFG, UFPR Univale, UFSC, UFMA e UFPB. Entre esses Departamentos ou Institutos de Letras começa a se formar uma rede de intercâmbio e de troca de experiências de pesquisa que nos autorizam a situar a HL no Brasil como um grupo de especialidade, em vias de institucionalização (na escala de MURRAY, 1994).

a linguagem humana' é o objeto em potencial das nossas historiografias. A historiografia deste campo — termo ambíguo tal e qual o termo 'gramática' — é, ao mesmo tempo, o estudo teórico e metodológico deste objeto e o texto que, a partir deste estudo, o historiógrafo constrói. Dito de outra maneira, a HL tem como objeto, não a linguagem humana, mas todas as formas de conhecimento que o homem produziu sobre a linguagem humana ao longo do tempo. A relação que a HL busca manter com a história que lhe serve de objeto é de 'iconicidade', o que significa dizer que a HL não é a história, mas sim, uma interpretação da história.

Do ponto de vista da formatação desse conhecimento sobre a linguagem, i.e., do seu grau de elaboração teórica e metalinguística, Swiggers (1990) distingue, ao longo da história, três níveis: um nível 'zero', digamos assim, em que o 'conhecimento linguístico' (*linguistic knowledge*) tem baixa formatação. Geralmente se expressa em hinos, em práticas sociais diversas, como enigmas, jogos, traduções, ou até em contextos militares, como no exemplo bíblico do *shibboleth*.⁵ Trata-se do que modernamente se tem chamado de *folk linguistics*, i.e., linguística popular ou, nos termos de Borges Neto (2020), de *linguística ingênua* (v. também HYMES, 1974; BREKLE, 1989 e, mais recentemente, PAVEAU, 2020). Essas práticas podem atingir gradualmente um grau mais elaborado de formulação e se constituírem em 'visões [mais codificadas] sobre a língua' (*linguistic views*), principalmente quando se beneficiam de um contexto bilíngue ou multilíngue, como as reflexões sobre as 'partes do discurso' dos Sofistas, de Platão, ou Aristóteles. Ou ainda, os conjuntos

5 "Jephthah then mustered all the men of Gilead and fought Ephraim, and the Gileadites defeated them. The Gileadites seized the fords of the Jordan and held them against Ephraim. When any Ephraimite who had escaped begged leave to cross, the men of Gilead asked him, 'Are you an Ephraimite?' , and if he said 'No', they would report, 'Say shibboleth'. He would say 'sibboleth', and because he could not pronounce the word properly, they seized him and killed him at the fords of the Jordan. At the time forty-two thousand men of Ephraim lost their lives." (*Judges [Juizes]* XII, 4-6, *apud* SWIGGERS, 1990, p. 30, nota 10).

vocabulários e as *artes gramaticais* feitas pelos missionários católicos no séc. XVI. Por fim, o formato mais sofisticado de todos corresponde ao nível das ‘teorias linguísticas’ (*linguistic theories*), que são quadros coerentes de formulações sistemáticas sobre a linguagem, que aparecem mais tarde na história. No mundo ocidental, para além das primeiras sistematizações gramaticais dos alexandrinos, Swiggers (1990) aponta os *Modistas* (séc. XIII) como o contexto da emergência teórica gramatical em relação a categorias de pensamento. Sem nos esquecermos, como menciona, de que tradições não ocidentais, como a hindu, desenvolveram de forma independente descrições coerentes e sistemáticas sobre o Sânscrito ainda mais antigas, como as de Pāṇini (séc. IV, a.C.).⁶ Todas essas formas de conhecimento sobre a linguagem e as línguas são objetos de interesse da HL. Tal diversidade sugere uma primeira pista sobre a natureza do conhecimento linguístico, que pode nos interessar em sala de aula: ele não é limitado a uma única tradição linguística, nem se desenvolve em ritmos comparáveis em cada uma delas. Donde a natureza da emergência do conhecimento linguístico e a dimensão temporal interna do seu desenvolvimento serem dois dos problemas-chaves da HL. Cabe observar que desenvolvimento não quer dizer, necessariamente, progresso (cf. SWIGGERS, 1990, p. 24). Voltarei a essa questão nas seções seguintes.

Qualquer que seja o formato sob o qual se nos apresenta o conhecimento linguístico, a primeira tarefa do historiógrafo que se debruça sobre ele é seleccionar o período, os dados, os fatos, agentes e produtos que comporão a sua historiografia. Essas pré-seleções são hipóteses iniciais de trabalho que se

6 De acordo com o Prof. Edgard Bikelis (Doutorando CEDOCH-DL/USP), em comunicação pessoal, as primeiras observações gramaticais da que poderíamos chamar, retrospectivamente, de ‘tradição hindu’ estão espalhadas em textos extensos de exegese ritualística, nos brāhmanas, e são mais antigas ainda do que a gramática de Pāṇini. “The available evidence does not allow one to determine Pāṇini’s dates with absolute precision. Nevertheless, the evidence also precludes placing Pāṇini at a time later than the early fourth century B.C.; 500 B.C. is a reasonable date to accept. [...]” (CARDONA, 1997, p. 3). Agradeço ao professor Edgard a explicação e a referência.

sustentarão, ou não, ao longo da sua análise. O importante é frisar que, sejam quais forem, o historiógrafo tem que deixar claro no seu texto os critérios de relevância que utilizou para selecionar essa ou aquela ideia, ou obra, ou agentes, para que relações possam ser estabelecidas entre eles. Ter sido o ‘primeiro’ a realizar determinada prática de análise, ou a utilizar tal ou qual termo linguístico que, ao longo do tempo, se mostrou produtivo é, em si, um critério muito pobre, se essa informação se esgotar em si mesma. Por exemplo, o fato de Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970) ter sido o primeiro a propor uma descrição estrutural do sistema fonológico do Português do Brasil (MATTOSO CÂMARA, 1953[1949])⁷ só assume relevância na historiografia linguística brasileira por outras razões. A descrição dos fonemas do Português que apresentou, consistente e elegante, marcou uma ruptura com uma longa tradição de descrição (fonético)-normativa do português, ao mesmo tempo em que significou o ponto de partida de um programa de investigação que será percebido como novo pela geração de linguistas que o sucedeu (ALTMAN, 2004). No didático exemplo de Schaff (1991:210), milhares de pessoas atravessaram o Rubicon antes e depois de 49a.C., mas só a passagem de Cesar pode ser ligada ao declínio do Império Romano e às suas implicações. Fora dos seus contextos de ocorrência, a *Fonêmica* de Mattoso e a passagem de Cesar se reduzem a fatos passados, como milhares de outros. É no momento ‘teórico’ das relações que um historiógrafo estabelece entre os dados que selecionou, que um fato passado assume um significado histórico.

A elaboração de uma HL pressupõe, assim, um conjunto de procedimentos que precisam ser explicitados ao longo da sua atividade, para que sua adequação possa ser avaliada. Uma historiografia linguística sobre determinado período, ou tradição, é, pois, função não apenas do objeto selecionado, mas também do historiógrafo que o seleciona, descreve e interpreta. Essa observação aponta para um segundo princípio geral que

7 A rigor, não foi, descrições parciais em moldes bloomfieldianos o antecederam: Hall (1943 a, b), Sten (1944) e Reed & Leite (1947).

poderíamos transportar para a sala de aula: o manual, o texto, ou exemplo sobre o passado que utilizamos para introduzir nosso alunado em uma determinada teoria reflete um ponto de vista sobre a história, nem o único, nem o mais verdadeiro, mas aquele pertinente aos objetos selecionados, ao seu contexto de realização e ao historiógrafo que construiu uma rede de relações entre eles.

2. Historiografia da Linguística: os textos sobre esses objetos

Na seção anterior, mencionei a ambiguidade do termo ‘historiografia’. Ao mesmo tempo em que a HL é o estudo (teórico e metodológico) do conhecimento sobre a linguagem e as línguas ao longo do tempo, ela é o texto no qual o historiógrafo descreve a emergência e o desenvolvimento (interno e externo) deste conhecimento, e o interpreta.

Não insisto aqui sobre o seu primeiro sentido, o de reconstrução metateórica das várias formas sobre as quais se apresentou o conhecimento linguístico através do tempo. Tive a oportunidade de fazê-lo em várias ocasiões (por ex., ALTMAN, 2019; 2020c). O que caracteriza a HL face a vários outros textos sobre a história é, basicamente, a sua procura consciente por uma metodologia própria, que seja explícita e tão rigorosa quanto aquela alcançada por outras metadisciplinas com as quais dialoga, entre outras, a História da Ciência, a Filosofia da Linguística e a Sociologia da Linguística (cf. ALTMAN, 2020b; BORGES NETO, 2020).

Insisto, por outro lado, no seu segundo sentido, aquele em que o estudo de um período das ciências da linguagem feito por um autor, em geral também linguista, se apresenta como um texto. Texto esse que pode ter a forma de um ensaio monográfico, de um manual de história, de um manual de Linguística, ou ainda, de um texto de divulgação qualquer. A construção dessa narrativa sobre a história pressupõe, como se viu, um trabalho de seleção, hierarquização e interpretação da história, não importa o rótulo com o qual se apresente: ‘historiografia linguística’, ‘história das ideias’, ‘história

da linguística? Há vários manuais em circulação, alguns bastante recentes, que se apresentam com títulos variados, mas que têm em comum o objetivo de conectar o linguista do presente com seu passado. Todos são pertinentes, em princípio, à presente reflexão.

Em qualquer dos casos, o importante a sugerir é que, ao introduzirmos o aluno do presente através de um desses textos, o façamos com um certo ceticismo inicial. Explico. Minha geração, por exemplo, que se introduziu na disciplina Linguística na década de setenta, leu seu passado através de manuais europeus, cuja língua de divulgação era, na sua maioria, o francês.⁸ A maioria devidamente traduzida para o português e publicada ao longo dos anos 1960, 1970. Praticamente todos apresentavam a história da Linguística como uma sucessão de ensaios e erros cometidos por estudos anteriores, até o momento de atingirem seu ponto máximo de progresso, que coincidia, não por acaso, com o presente do seu autor. Sem nos darmos conta disso, aceitamos, simplesmente, a interpretação dos autores desses manuais como a totalidade da disciplina: a ‘verdadeira’ ciência da linguagem era estruturalista e começou com Ferdinand de Saussure (1857-1913), em 1916. Os demais estudos que se realizavam em nosso contexto imediato, fossem filológicos, gramaticais, normativos, ou históricos, estavam, de antemão, descartados, uma vez que não faziam parte da ‘moderna’ ciência da linguagem. Não que o pioneirismo de Saussure fosse uma interpretação falsa, evidentemente. O que faltou acrescentar a ela, principalmente em um contexto didático, foi: em que lugar(es) esse fato foi estabelecido dessa maneira? por quem? e por quê? O valor do acontecimento selecionado pelo historiógrafo depende não apenas da seleção em si — quem foi o estudioso que formulou as questões a serem

8 Por exemplo, Leroy (1963), Malmberg (1964 [1959]), Lepschy (1971 [1966]), Mounin (1970 [1967], 1972), Coseriu (1980), muitos deles revistos e republicados nos anos 1990. Observe-se, aliás, que, a partir dos anos 1990 a volta do interesse por disciplinas de orientação histórica no Brasil mudou a situação anterior: os manuais de história têm chegado às nossas bibliotecas quase que simultaneamente às dos países originários das publicações.

respondidas por uma ciência da linguagem: Saussure (1916)? Bopp (1816)? Chomsky (1957)? — mas também do momento, do lugar e da motivação do historiógrafo que operou essa seleção.

Outro exemplo interessante é a exclusão sem justificativa, digamos assim, nos manuais de história da Linguística Geral do século XX, de uma longa e produtiva tradição de descrição de línguas ágrafas, ditas ‘exóticas’, a partir do modelo latino de oito partes do discurso. Raramente esses manuais incluem, no percurso de constituição de uma Filologia Comparada no século XIX europeu, o conhecimento produzido no âmbito do que denominamos hoje Linguística Missionária (HOVDHAUGEN, 1996). Trata-se de um conjunto respeitável de *artes gramaticais* sobre as mais diversas línguas do mundo, produzidas no contexto da colonização europeia, entre os séculos XVI e XIX. Como se sabe, a expansão das jovens nações europeias dependia da concessão papal. Nada mais natural, pois, que as expedições de conquista se fizessem acompanhar de religiosos católicos — franciscanos, dominicanos, jesuítas — que, para legitimar a posse das terras conquistadas, convertiam os novos súditos de Sua Majestade à ‘verdadeira’ fé. Conversão essa que dependia, como é fácil imaginar, de interação linguística com os povos conquistados. O resultado dessa necessidade prática foi a produção de centenas de gramáticas descritivo-pedagógicas, vocabulários e catecismos ao longo de três séculos. O monumental *Catálogo* (1979[1800-1805]), de Lorenzo Hervás y Panduro (1735–1809), registra esse material e constitui, dessa maneira, uma preciosa fonte de dados das mais diversas línguas, descritos sob um ‘mesmo’ molde. O que a história da elaboração dessas gramáticas, vocabulários e glossários produzidos pelos missionários poderia nos ensinar hoje a respeito de como desenvolvemos nossa prática de observação e representação de dados linguísticos? As gramáticas missionárias, no seu conjunto, teriam tornado igualmente viável, três séculos depois, a ideia de um programa de investigação baseado em estudos comparados de línguas não indo-europeias. Por que isso não aconteceu é uma pergunta interessante de se fazer, principalmente se tivermos em mente a evolução das relações entre ciências e a religião.

Uma última observação sobre a subjetividade/ objetividade dos nossos textos sobre a história de uma disciplina científica talvez se faça necessária neste ponto. Dizer que nossas historiografias são parciais, como se viu, não quer dizer que sejam falsas. A exigência da HL contemporânea de que explicitemos nossa metodologia de trabalho é justamente o procedimento que visa a controlar nosso inevitável subjetivismo. É um pouco como interpretar uma pesquisa de levantamento qualquer, como a pesquisa eleitoral, por exemplo, ou como aceitar o número que quantifica os indivíduos infectados em uma pandemia. Os dados apresentados só podem ser adequadamente avaliados por quem os lê, se vierem acompanhados da explicitação da metodologia que os produziu. Se eu admito a história como uma das estratégias válidas para introduzir meu aluno na disciplina Linguística, e me valho de uma HL para isso, é preciso saber qual foi a metodologia empregada pelo seu autor. É a partir daí que eu posso avaliar a qualidade de uma historiografia, e decidir sobre o melhor modo de sua aplicação em uma situação de ensino.

3. O que extrair dessas observações

3.1 As ciências da linguagem não são atemporais

O que é aceito hoje por uma comunidade científica como ‘verdade’, portanto, nem sempre o foi. O estágio mais avançado do nosso conhecimento é relativo ao estágio atual das nossas pesquisas. Com efeito, a ciência se define como um dos instrumentos da racionalidade que busca o saber, busca a verdade, mas não se confunde com eles. As formas de apresentação e de representação do conhecimento científico são necessariamente parciais e provisórias. Nada mais natural, portanto, que, ao introduzirmos nossos alunos nas questões contemporâneas das nossas ciências, também nos perguntemos se lidamos com problemas semelhantes no passado e como os resolvemos. Dito de outra maneira: as perguntas que dirigimos ao problema x, hoje, são as mesmas que fizeram nossos precursores? Quais respostas ao problema x

foram consideradas satisfatórias? Essas respostas são aceitáveis hoje? Por que sim? Por que não?

Acho que uma diretriz importante da HL para o ensino da Linguística em sala de aula passa pela tomada de consciência de que o conhecimento não brota em um vazio histórico. A explicação da universalidade da linguagem humana, por exemplo, pela existência de uma alma, ou pela concessão do dom da palavra por um Deus onipotente, não seria aceita hoje por nenhuma ciência. Por que não as aceitamos é uma pergunta a se considerar, não só porque suscita discussões relevantes sobre o que a biolinguística (cartesiana) contemporânea tenta responder (THOMAS, 2017), por exemplo, mas também porque nos leva a pensar por que será, *mutatis mutandis*, que certos ‘terraplanismos’ estão ressurgindo como verdade quatro séculos depois de superados (a leitura de WHITE, 1896, sobre essa evolução é ainda válida).

Outro exemplo que costuma fazer parte dos nossos cursos introdutórios gira em torno do tema da relação entre ‘palavras’ e ‘coisas’. Ela foi problematizada no passado? Por quem? Em que circunstâncias? Como se pensou a relação ‘signo’ e ‘mundo’ e o que aprendemos com isso? A resposta de Saussure (1916), inescapável na formação do linguista, foi excluir a referência do seu modelo de unidade signica. Neste modelo, o signo é uma relação necessária entre um conceito e uma imagem acústica, de onde ele extrai seu valor e sua significação, ou seja, para Saussure, o signo é uma forma, independente da substância fônica que o realiza. Toda a Linguística estrutural que se seguiu às suas proposições foi, como sabemos, diádica, binária e autônoma, tanto em relação à fisiologia, quanto à psicologia. Neste quadro, aprendemos muito ao longo do século XX sobre a dinâmica interna dos sistemas fonológicos, morfológicos e sintáticos.

Mas, nada impede que eu me pergunte (ou incite meu alunado a se perguntar) se foi sempre assim, ou, se foi assim em programas de investigação que advieram e se desenvolveram a partir de outras tradições de reflexão sobre a linguagem, como como as sintaxes e as semânticas formais que também constam dos nossos currículos. Pense-se no caso de um professor

de Linguística clássica, medievalista. Interessa a ele problematizar a questão sógnica a partir de outro eixo, aquele do circuito entre um signo, a mente e o mundo, uma vez que esses elementos eram justamente os *hot points* relevantes naquele contexto. Em contraposição, as formas linguísticas, fossem ‘sons’, fossem ‘morfemas’, por serem efêmeras, não suscitavam interesse neste contexto: “The study of language ‘in and for itself’ —so characteristic of nineteenth and much twentieth-century scholarship— was precisely what medieval scholars wanted to avoid.” (LAW, 2003, p. 108). Por essa razão, nesse ponto da história, não emergiram nenhuma fonética, nenhuma fonologia, nem nenhuma gramática descritiva ou comparativa. Mas sim, ao invés, uma semântica (lexical e sintática) forte. O que se espera é que essa revisão do pensamento medieval seja feita sem o pressuposto de que Saussure, por estar muito mais avançado na cronologia da questão, tenha dado uma resposta muito melhor ao problema, ou que, mais indesejável ainda, por serem medievais, os estudiosos em pauta eram atrasados e ignorantes. O ‘uso’ da história para introduzir meu aluno nas ciências da linguagem consiste em comparar os dois contextos e buscar mostrar por que as respostas, em cada um deles, foram diferentes, ou (ou mais, ou menos) adequadas em relação aos objetivos da disciplina que me cabe ministrar.

É razoável admitir, sem dúvida, que não é possível discorrer sobre dois mil anos de reflexão sobre a linguagem, sobretudo em uma situação de sala de aula. Quem se inicia não precisa saber tudo isso — a diretriz não é quantitativa — nem nenhum professor de Linguística, ou Filologia, ou Semiótica, terá domínio sobre todo esse percurso, para ficar só nas tradições ocidentais. Mas, certamente, em um curso de introdução, eu posso me lembrar, e lembrar ao meu aluno, que os conteúdos apresentados são apenas uma parte do conhecimento do homem sobre a linguagem, produzida por determinados agentes, em determinados tempo e lugar. Tal e qual para o historiógrafo da Linguística, o caminho que considero mais produtivo para o professor é o de explicitar quais foram os critérios de que se valeu para selecionar esta ou aquela tradição de pesquisa como relevante.

3.2 O conhecimento produzido sobre a linguagem/ línguas não é unilinear, nem unidimensional

O termo ‘linguística’ hoje compreende pelo menos duas dimensões de natureza bastante diferente: ao mesmo tempo em que representa um vasto campo do conhecimento de mais de dois mil anos, é uma disciplina institucionalizada, parte dos nossos currículos de Letras, área de especialidade reconhecida pelas comunidades científicas e órgãos competentes. Como tal, a Linguística que conhecemos faz parte, pois, da história geral do conhecimento humano sobre o mundo e faz parte da história da institucionalização das disciplinas científicas (HYMES, 1974, p. 1). Não tratar uma pela outra, indistintamente, é outra diretriz a sugerir. No Brasil, por exemplo, a Linguística se institucionalizou como disciplina autônoma nos cursos de Letras por um decreto federal, em 1962, o que não quer dizer que não tenha havido nada antes que não pudesse ser chamado de Linguística, ou que não valesse a pena ser estudado porque se desenvolveu em outros ambientes intelectuais, sob o guarda-chuva de disciplinas de designação diferente (ALTMAN, 2004).

A *História da Linguística* de Mattoso Câmara (1975[1962]), manual que, ao lado dos seus *Princípios* (1967[1941]), introduziu pelo menos duas gerações de linguistas no Brasil, traz um exemplo interessante nesse sentido. Publicado postumamente, em 1975, Mattoso aí traçou um panorama da ciência linguística que encontrou seus limites entre o início do século XIX alemão, momento em que a *Sprachwissenschaft* começou a constituir um grupo de especialidade, e meados do século XX, momento em que os estruturalistas europeus e norte-americanos ocuparam o centro das atenções no mundo acadêmico ocidental. As tradições da Antiguidade Clássica, da Idade Média, e aquelas que se desenvolveram até o século XVIII foram mencionadas apenas rapidamente nos capítulos iniciais. No seu manual, Mattoso imprimiu um formato unilinear e unidimensional à sua narrativa, como se a ciência da linguagem fosse una e tivesse se desenvolvido em uma única direção. Todos os passos dados anteriormente desembocaram no conceito ‘estrutural’ de ciência da linguagem, tal como ele a entendia (e praticava) no seu presente histórico.

Mas, o mais relevante do ponto de vista que nos interessa aqui destacar, são as considerações que Mattoso teceu sobre a especificidade da ciência linguística face aos outros tipos de estudo da linguagem que identificou, como o estudo do certo errado; o estudo da língua estrangeira; o estudo filológico; o estudo lógico; o biológico; o histórico e o descritivo. Apenas os dois últimos, o histórico e o descritivo, constituíam, na sua visão, a ciência da linguagem. Os demais não eram ciência: os estudos do certo errado, da língua estrangeira, e o filológico seriam pré-linguísticos, i.e., embora tivessem perdurado no tempo, não chegaram a constituir uma ciência da linguagem. O biológico e o lógico não faziam parte do domínio próprio da linguagem, e constituíam, portanto, para Mattoso, estudos paralinguísticos.

Assim, mesmo reconhecendo que uma história da linguística não se limitava à linguística propriamente dita, (MATTOSO CÂMARA, 1975[1962], p. 21), na retrospectiva que fez do caminho que os estudos linguísticos percorreram desde os gregos, o cronômetro científico só começou andar a partir do séc. XIX europeu. Antes disso, só seria possível encontrar, na tradição ocidental, estudos do tipo que denominou pré-linguísticos e paralinguísticos. E, na tradição oriental, mesmo entre os que considerou os “... países mais adiantados de então, ou seja, a China e a Índia antigas.”, não houve qualquer tipo de linguística (MATTOSO CÂMARA, 1975[1962], p. 20). Ora, as implicações dessas considerações em um contexto pedagógico incluem, no mínimo, o desinteresse imediato do alunado por outras formas de produção (e de institucionalização) do conhecimento linguístico que não se enquadrem nesses limites. A geração que se introduziu na disciplina nos anos 1960 no Brasil viu no estruturalismo o ponto de chegada dos esforços anteriores. Tudo que decorresse das tradições gramatical e filológica foi descartado de antemão como pré-científico (cf., por ex., ALTMAN, 1994; 2004; 2020a).

Uma das principais consequências de sabermos que a linha de evolução do conhecimento sobre a linguagem e as línguas não é unilinear, nem unidimensional, é não confundir o programa de investigação mais recente na cronologia da disciplina com o mais ‘correto’. Fazer ciência de ponta é

uma percepção relativa ao desenvolvimento do programa de investigação em que se está. Não é porque se sucederam na cronologia da disciplina e ocuparam o centro das atenções da comunidade científica norte-americana em momentos sucessivos, que estruturalismos e gerativismos, por exemplo, constituíram etapas descartáveis a caminho do progresso. Cada um teve seu momento relevante do ponto de vista da aceitação de uma comunidade paradigmática, o que não é o mesmo que dizer que se confundiram com a ciência linguística como um todo. Outros programas de investigação que não aquele em evidência tiveram continuidade, avançaram, reformularam-se e estabeleceram conhecimento, ao mesmo tempo. Lá e cá.

A complexidade das relações entre a comunidade científica que compartilha o paradigma que ocupa o centro das atenções e a Linguística entendida como um vasto campo de conhecimento é magnificamente discutida por Hymes (1974). Chomsky, para reproduzir apenas um dos seus exemplos, tem sustentado que a Linguística é um ramo da Psicologia Cognitiva. Mas, como considerar a Filologia Românica, por exemplo, como um ramo da Psicologia Cognitiva? As ciências da linguagem são múltiplas, fragmentadas e incomensuráveis. Dito de outra maneira, o trabalho em Linguística parece refletir a gama dos múltiplos interesses de um contexto cultural, ou nacional e, em princípio, não seguem todos a mesma linha de evolução. Assim, por qualquer que seja a porta de entrada, é vantajoso nos lembrarmos de que estamos introduzindo nosso alunado em um dos programas de investigação de uma disciplina bastante heterogênea, aquele, talvez, que tenha feito parte da nossa formação, ou aquele que está em evidência em nosso privilegiado presente histórico, mas, certamente, nenhum é o único, nem o mais verdadeiro.

3.3 O conhecimento produzido sobre a linguagem e as línguas não é (apenas) cumulativo

Para comentar este tópico, não será demais citar um trecho do ensaio de Marcelo Dascal sobre o tema:

É prática corrente, no ensino da linguística, apresentar-se ao estudante uma imagem mais ou menos monolítica e homogênea da ciência à qual é iniciado. Limita-se o ensino aos textos mais recentes da teoria considerada ‘correta’ pelos organizadores do currículo. As teorias rivais são simplesmente ignoradas ou então relegadas a um plano totalmente secundário, sendo interpretadas como ‘desvio’ sem importância da doutrina ‘correta’. Além disso, raramente considera-se necessário apresentar essa doutrina dentro de uma perspectiva histórica. Nos raros casos em que isso é feito, os autores do passado são apresentados como meros ‘precursores’ da teoria presente favorecida. (DASCAL, 1978, p. 17)

Se o percurso das ciências da linguagem ao longo de uma linha de desenvolvimento não é unidirecional, nem unidimensional, tampouco fará sentido pensarmos na evolução dessas ciências por acumulação progressiva. O conceito cumulativo de progresso científico mata a história, em uma formulação livre a partir de Kuhn (1969), na medida em que valoriza apenas o último *paper* publicado pelos heróis da minha teoria e relega todo o conhecimento anterior à lata de lixo da história. Claro que se eu trabalho em um programa de investigação fechado, como o projeto de busca dos princípios linguísticos universais, então sim, a dimensão cumulativa é pertinente. Eu tenho que me inteirar da última palavra dada sobre esse assunto porque estou caminhando, junto com outros linguistas, para a solução do mesmo quebra-cabeça. Mas, do contrário, o modelo que interpreta a história das ciências da linguagem como uma linha única de progresso cumulativo é inadequado.

Há discontinuidades ‘diacrônicas’, digamos assim, entre tradições de pesquisa que saem de evidência em determinado momento para ressurgirem, renovadas, em outro. Veja-se, por exemplo, a retomada da ‘linguística cartesiana’ do século XVII por Chomsky, nos anos 1960, que, por sua vez, está sendo revisitada pela biolinguística contemporânea, no século XXI. E há também discontinuidades ‘sincrônicas’ entre programas de investigação que competem em um determinado momento histórico, que se sobrepõem uns aos outros, e que reemergem conciliados em um momento posterior.

Um exemplo interessante deste movimento é o que se deu entre as oposições que se criaram na comunidade de estudiosos brasileiros dos anos 1950-1970 entre estudos diacrônicos e estudos sincrônicos, e que se materializaram em duas comunidades paradigmáticas diferentes, a dos filólogos e a dos linguistas (ALTMAN, 2016). Enquanto os primeiros defendiam a primazia da diacronia sobre a sincronia (ex. SILVA NETO, 1960), os segundos postulavam o contrário, a primazia da descrição sincrônica sobre os estudos históricos (ex. MATTOSO CÂMARA, 1967[1941]). Essa descontinuidade salta aos olhos no levantamento que realizei dos artigos de pesquisa com dados de língua natural, publicados em dois periódicos brasileiros do período, a *Revista Brasileira de Filologia (RBF)*, 1955-1961, não corrente) e a *Revista Brasileira de Linguística (RBL)*, 1974-1984, não corrente). Enquanto a primeira publicou, em números absolutos, 19 artigos de orientação histórica (de um total de 61 artigos), e nenhum artigo de orientação gramatical, descritiva, a segunda inverteu as proporções. Dos 51 artigos que trabalharam dados de uma língua natural publicados na *RBL*, 20 trataram de descrição gramatical sincrônica, e, apenas 2, imprimiram uma orientação histórica aos dados que apresentaram (cf. ALTMAN, 2016). Ora, qualquer observador interpretaria esses dados como índice de ruptura paradigmática definitiva entre os dois grupos. Mas, se observarmos a evolução dessa descontinuidade, de fato ocorrida e de fato percebida como tal, veremos que o desenho mudou. A partir do final dos anos 1980, a comunidade de linguistas brasileiros redescobriu a diacronia, a ‘fênix finalmente renascida’ (TARALLO, 1984) e os estudos de orientação histórica voltaram aos seus interesses (v. CASTILHO, 2012). Embora a especificidade de ambos os grupos, enquanto comunidade paradigmática, tenha se mantido, o que se observa é que, gradualmente, modelos sincrônicos, acrônicos e diacrônicos passaram a fazer parte da bibliografia tanto de filólogos, quanto de linguistas, no Brasil.

A ‘volta’ de um programa de investigação na cronologia de uma disciplina científica, entretanto, não deve significar que ele permaneceu congelado ao longo do tempo e renasceu tal e qual. Por analogia ao experimento

do pêndulo de Foucault (1851), em que a cada período a trajetória percorrida não é exatamente a mesma, dada a rotação da terra, a retomada de um programa de investigação anterior não passa exatamente pelos mesmos lugares, dada a evolução da ciência que os abriga, sempre em movimento (ALTMAN, 2014).

Nem tudo são descontinuidades, entretanto, por mais que ‘revoluções’ e ‘rupturas’ sejam valorizadas em uma comunidade de cientistas, as continuidades são igualmente relevantes (cf. o conceito de *ciência normal* de KUHN, 1962) e também fazem parte dos movimentos da ciência que nos cabe ensinar. Introduzir conteúdos da perspectiva da sua continuidade em relação a tradições passadas traz algumas vantagens. O sentimento de *pertencimento* a um grupo, a um projeto que tem fascinado gerações de linguistas que nos antecederam é uma delas. Esse sentimento reforça o apego à determinada orientação teórica, proporcional ao esforço intelectual investido, e isto é motivador. Ninguém se sente tentado a dedicar anos de estudo a um projeto que se revela obsoleto antes mesmo que seus pressupostos teóricos e técnicos sejam assimilados. A ideia de que determinado programa de investigação se mantém ao longo do tempo, como as questões que envolvem uma teoria gramatical e o seu ensino, por exemplo, além de promover certa nobreza ao campo, garante o engajamento do jovem estudante na ciência na qual se inicia.

A título de conclusão

Do que me cabe concluir, acho desejável que a descontinuidade percebida entre uma ciência da linguagem e sua história seja superada, e a instância do seu ensino me parece ser o *locus* privilegiado para isso. O conhecimento, também aquele produzido pelas ciências da linguagem, não nasce sozinho de uma ideia luminosa, de um estalo brilhante em uma noite de insônia. Ele é resultado de um longo caminho de ensaios e erros, de divergências e convergências, de continuidades e descontinuidades ao longo da história, percorrido diariamente por estudiosos em trabalhos de campo, em laboratórios, e em horas de reflexão e estudo em suas mesas de trabalho.

Resgatar a perspectiva histórica do trabalho que o linguista executa no seu presente é também consolidar uma ética desejável no trabalho do profissional de Letras e de Linguística. Aquela em que reconhecemos que o conhecimento que recebemos resulta dos esforços daqueles que nos antecederam, sobre os quais construímos as plataformas que nos lançarão para os modelos de futuro.

Referências

ALTMAN, Cristina. **Trinta anos de Linguística brasileira: o caso do GEL.** Conferência proferida por ocasião do 42º seminário - 25 anos do GEL. São Paulo: Universidade de São Paulo, 21 de maio de 1994.

ALTMAN, Cristina. A conexão americana: Mattoso Câmara e o Círculo Linguístico de Nova Iorque. **D.E.L.T.A.** n. 20, p. 129-158, 2004,

ALTMAN, Cristina. **O pêndulo de Foucault: sincronia e diacronia no estudo do português no Brasil.** Texto proferido na *XIII International Conference on the History of the Language Sciences*. UTAD – Vila Real, Portugal, 25-29 de agosto de 2014.

ALTMAN, Cristina. Saussure e o (des)encontro de duas gerações acadêmicas no Brasil. **Signo y seña. Revista del Instituto de Lingüística de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires** n. 30, p. 3-21, 2016.

ALTMAN, Cristina. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. In: BATISTA, R. (org.). **Historiografia da Linguística.** São Paulo: Contexto, p. 19-43, 2019.

ALTMAN, Cristina. Formação de grupos em ciências da linguagem: o caso do GEL. **Revista Estudos Linguísticos** v. 49, n. 1, p. 36-47, 2020a.

ALTMAN, Cristina. **Filosofia, linguística e suas historiografias.** Texto proferido no *I Workshop de Filosofia e Historiografia da Linguística*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 13 de novembro de 2020, 2020b.

ALTMAN, Cristina. **A guerra fria estruturalista**. Conferência proferida em Abralin ao Vivo, em 12/06/2020. <https://www.youtube.com/watch?v=UsgBMHjwbxU>, 2020c.

ALTMAN, Cristina. **Historiografia linguística e suas aplicações: manuais de ensino e dicionários terminológicos**. MS inédito, 2021.

AUROUX, S.; KOERNER, E.F.K.; NIEDEREHE, Hans-Josef & VERSTEEGH, Kees (Eds.) **History of the Language Sciences: An international handbook on the evolution of the study of language from the beginnings to the present / Geschichte der Sprachwissenschaften: Ein internationales Handbuch zur Entwicklung der Sprachforschung von den Anfängen bis zur Gegenwart. / Histoire des Sciences du Langage: Manuel international d'histoire des études linguistiques des origines à nos jours**. Berlin & New York: Walter de Gruyter & Co., 3 vols., vol. I, 2000; vol. II, 2001; vol. III, 2006.

BORGES NETO, José. Linguística ingênuas. In: BARONAS, Roberto & COX, Maria Inês P. (orgs.). **Linguística popular/ Folk linguistics: Práticas, proposições e polêmicas**. Homenagem a Amadeu Amaral. Campinas: Pontes, p. 51-64, 2020a.

BORGES NETO, José. Historiografia da linguística e filosofia da linguística. In: BATISTA, Ronaldo & BASTOS, Neusa B. (orgs.). **Questões em Historiografia da Linguística. Homenagem a Cristina Altman**. São Paulo: Pá de Palavra, p. 167-187, 2020b.

BOPP, Franz. **Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache**. [...]. Frankfurt am Main: Andreäische Buchhandlung, 1816.

BREKLE, H. La linguistique populaire. In: AUROUX, S. (ed.). **Histoire des idées linguistiques**. Liège/ Bruxelles: Pierre Mardaga, tome 1, p. 39-44, 1989.

CARDONA, George. **Pāṇini. His Work and its traditions**. Background and introduction, vol. I, 1997.

CASTILHO, Ataliba T. de. Celebração de Rosa Virgínia Mattos e Silva. In: LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., e RIBEIRO, S. (Orgs.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias** [online]. Salvador: UFBA, p. 10-24, 2012. Disponível em <<http://books.scielo.org>>

CHOMSKY, Noam. **Syntactic structures**. The Hague/Paris: Mouton, 1957.

COSERIU, Eugenio. **Tradição e novidade na ciência da linguagem; estudos de história da linguística**. [Trad. do esp. Tradición y novedad en la ciencia del lenguaje de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira]. Rio de Janeiro/São Paulo: Presença/ Edusp, 1980.

DASCAL, Marcelo. Ensaio introdutório. As convulsões metodológicas da linguística contemporânea. In: DASCAL, M. (Org.). **Fundamentos Metodológicos da Linguística** v.1. São Paulo: Global, p. 17-41, 1978.

HALL Jr., Robert A. The Unit Phonemes of Brazilian Portuguese. **Studies in Linguistics** vol.1, n. 15, p. 1-6, 1943a.

HALL Jr., Robert A. Occurrence and Orthographical Representation of Phonemes in Brazilian Portuguese. **Studies in Linguistics** vol. 2, n. 1, p.6-13, 1943b.

HERVÁS Y PANDURO, Lorenzo. **Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas, y numeración, división, y clases de éstas según la diversidad de sus idiomas y dialectos**. 6 vols. Madrid: Ediciones Atlas, 1979 [1800–1805]. (1a ed. it., Catalogo delle Lingue Conosciute e Noticia dell loro Affinitá, e Diversitá. Cesena, 1785)

HOVDHAUGEN, Even. Missionary grammars — an attempt at defining a field of research. In: HOVDHAUGEN, E. (ed.) ... **and the Word was God. Missionary Linguistics and Missionary Grammar**. Münster, Nodus Publ., p. 9-22, 1996.

HYMES, Dell. Introduction; traditions and paradigms. In: HYMES, D. (ed.). **Studies in the History of Linguistics. Traditions and Paradigms.** Bloomington/ London: Indiana University Press, p. 1-38, 1974.

KUHN, Thomas S. **The structure of scientific revolutions.** Chicago: Univ. of Chicago Press, 1962.

KUHN, Thomas S. Comment. **Comparative Studies in Sociology and History** vol 11, n. 4, p. 403-412, 1969.

LAW, Vivien. **The history of linguistics in Europe. From Plato do 1600.** Cambridge: University Press, 2003.

LEPSCHY, Giulio. **A linguística estrutural.** [Trad. de Nites Therezinha Feres do orig. La Linguistica Strutturale, 1966]. São Paulo: Perspectiva, 1971.

LEROY, Maurice. **Les grands courants de la linguistique moderne.** [Trad. brasileira de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1971.] Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1963.

MALMBERG, Bertil. **New Trends in Linguistics: An orientation.** [Trad. brasileira de Francisco da S. Borba, As Novas Tendências da Linguística. Uma orientação à Linguística Moderna. São Paulo: Nacional, 1971.] Stockholm & Lund: Naturmetodens Språkinstitut, 1964 [1959].

MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. **Para o estudo da fonêmica portuguesa.** Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953 [1949]. (Publicado parcialmente como “Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa: Os fonemas em português.” **Boletim de Filologia** vol.3, n. 9, p. 1-30, 1949).

MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. **Princípios de linguística geral como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa** [4a. ed. revista e ampliada]. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967[1941]. (1ª. ed. reimpr., 1942.)

MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. **História da linguística.** [Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo dos originais manuscritos em inglês de 1962.] Petrópolis: Vozes, 1975 [1962].

MOUNIN, Georges. **História da linguística**: das origens ao século xx. [Trad. portuguesa de F. J. Hopffer Rêgo, do orig. francês, *Histoire de la linguistique: des origines au XXe siècle*. Paris: PUF, 1967]. Porto: Despertar, 1970 [1967].

MOUNIN, Georges. **A linguística do século XX**. [Trad. brasileira de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira do orig. francês *La Linguistique du XXe siècle*. Paris: PUF, 1972.) Lisboa/ São Paulo: Presença/ Martins Fontes, 1972.

MURRAY, Stephen O. **Theory Groups and the Study of Language in North America**. A social history. Amsterdam: John Benjamins, 1994.

OLIVEIRA, Meryane. **A Historiografia Linguística no Brasil (1993-2020)**: um estudo acerca da recepção de ideias e da produção de materiais ao longo de quase três décadas de implantação da área. Projeto de Doutorado. Universidade Federal do Piauí, 2020.

PAVEAU, Marie-Anne. Novas proposições sobre a linguística popular: metadiscursos militantes e crianças-linguistas. In: BARONAS, Roberto & COX, Maria Inês P. (Orgs.). **Linguística popular/ Folk linguistics**: Práticas, Proposições e Polêmicas. Homenagem a Amadeu Amaral. Campinas: Pontes, p. 27-49, 2020.

REED, David W. & LEITE, Yolanda. The segmental phonemes of Brazilian Portuguese: standard paulista dialect. In: PIKE, Kenneth L. **Phonemics**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, p. 194-202, 1947.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de linguistique générale**. Paris: Payot, 1916.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SCHMITTER, Peter. **Historiographie und Narration. Metahistoriographische Aspekte der Wissenschaftsgeschichtsschreibung der Linguistik**. Seoul/Tübingen: Sowadamedia/ Gunter Narr, 2003.

SILVA NETO, Serafim da. Ferdinand de Saussure e o seu tempo. **Língua, Cultura e Civilização**. Estudos de Filologia Portuguesa. Rio de Janeiro: Acadêmica, p. 19-38, 1960.

STEN, Holger. **Les particularités de la langue portugaise**. Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague. Copenhague: Ejnar Munksgaard, 1944.

SUGIYAMA, Enio. **O ensino de linguística no Brasil: efeitos do processo de institucionalização da disciplina na configuração curricular dos cursos de letras e linguística**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado, inédita CEDOCH-DL-USP, 2020.

SWIGGERS, Pierre. Reflections on (models for) linguistic historiography. In: HÜLLEN, W. (ed.). **Understanding the Historiography of Linguistics. Problems and Projects**. Symposium at Essen, 23-25, November 1989. Münster: Nodus, p. 21-34, 1990.

TARALLO, Fernando. A fênix finalmente renascida. **Boletim da ABRALIN** n. 6, p. 95-103, 1984.

THOMAS, Margareth. On the reception and revification of *Cartesian Linguistics*. In: AUSSANT, Émilie e FORTIS, J., M. (eds.). **History of Linguistics 2017**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, p. 157-169, 2017.

WHITE, Andrew Dickson. **History of the warfare of science with theology in Christendom**. New York: 2 vols, 1896.

As línguas Tupi-Guarani bolivianas e o conjunto Kawahiwa: novas hipóteses sobre as origens

The Bolivian Tupi-Guarani languages and the Kawahiwa ensemble: new hypotheses about their origins

Wolf Dietrich*

RESUMO

As línguas Tupi-Guarani bolivianas são constituídas por quatro subgrupos diferentes de línguas: o subgrupo Chiriguano-Tapiete (subconjunto I), o subgrupo Sirionoide (Siriono, Yúki, Horá, com a inclusão de dados novos para o Horá, subconjunto II), o Guaráyu (II) e o Warázu (II). Discute-se, à luz da hipótese de Rodrigues (2000) sobre as migrações dos povos Tupi-Guarani, o problema das relações genéticas entre todas essas línguas. Neste contexto, o subgrupo Sirionoide apresenta problemas ainda não resolvidos. O Kawahiwa (VI), a única língua Tupi-Guarani de Rondônia e áreas limítrofes, do “Grande Madeira”, rodeada de línguas de outras famílias Tupi, é uma língua tipologicamente vizinha às línguas Tupi-Guarani dos subconjuntos I – V, o que leva à hipótese de o Kawahib ter voltado, em migrações históricas, à terra de origem do tronco Tupi inteiro.

Palavras-chave: Fonologia. Morfossintaxe. Filiação Genética.

Articulista convidado

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.497>

*Universidade de Münster, dietriw@uni-muenster.de, orcid.org/0000-0002-3548-2527

Confluência. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, Especial 30 anos, p. 258-295, junho 2021

ABSTRACT

The Bolivian Tupi-Guarani languages are made up of four different language subgroups: the Chiriguano-Tapiete subgroup (subset I), the Sirionoide subgroup (Siriono, Yúki, Horá, with the inclusion of new data for Horá, subset II), the Guaráyu (II) and Warázu (II). In the light of the hypothesis of Rodrigues (2000) about the migrations of the Tupi-Guarani peoples, the problem of genetic relations between all these languages is discussed. In this context, the Sirionoide subgroup presents problems that have not yet been resolved. Kawahiwa (VI), the only Tupi-Guarani language from Rondônia and neighboring areas, of the “Grande Madeira”, surrounded by languages from other Tupi families, is a language typologically close to the Tupi-Guarani languages of subsets I - V, which leads to the hypothesis that Kawahib returned, in historical migrations, to the land of origin of the entire Tupi trunk.

Keywords: Phonology, morphosyntax, genetic affiliation

1. Introdução

1.1. As línguas Tupi-Guarani bolivianas

As línguas TG bolivianas não formam uma unidade, nem genética, nem tipológica. Formam um grupo bem definido somente com respeito à geografia e a certos traços areais. Trata-se do subgrupo Chiriguano-Tapiete, do subgrupo Sirionoide formado pelo Siriono, o Horá, língua extinta, e o Yúki, do Guaráyu e do Warázu, língua provavelmente extinta também. Quando falamos aqui de “continuidades”, estamos pensando, em primeiro lugar, na continuidade tipológica de certos traços morfossintáticos que caracterizam as línguas TG em geral, como a marcação da pessoa diferente no verbo e no nome, os pronomes pessoais, a distinção de diáteses verbais como a reflexiva, recíproca, causativa, comitativa e factitiva, a flexão relacional, certas formas de negação verbal e nominal, entre outros.

1.2. O grupo Tupi-Guarani do Grande Madeira

Rondônia, que se considera como a possível terra de origem de todo o tronco Tupi, é a região onde vivem muitas das famílias não Tupi-Guarani,

as línguas das famílias Arikém, Mondé, Ramarama, Tupari e Poruborá. Mas Rondônia é também o estado brasileiro em que vive grande parte do subgrupo VI da família TG, concretamente o extenso grupo Kawahiwa. Mais que a Rondônia nos referimos à área chamada de “Grande Madeira” por Henri Ramirez (2010), que é a área na qual vivem os grupos Kawahiwa Setentrionais (Parintintin, Tenharim, Diahói e Juma) e Kawahiwa Meridionais (Jupaú ou Uru-Eu-Wau-Wau, Amondawa, Karipuna, Apiaká, e Piripkura). Adotamos aqui a classificação de Sampaio (2001), segundo a qual há uma única língua, o Kawahiwa, com quatro grupos de dialetos, o Uru-Eu-Uau-Uau e o Amondawa, o Karipuna e o Diahói, o Tenharim e o Parintintin e, em último lugar, o Juma. De todos estes dialetos estreitamente vinculados, talvez com a exceção do Juma, que é mais distante, temos informação linguística pelo dicionário Kawahiwa de Betts (2012), que abrange todos os dialetos, e pela pequena gramática de Pease (2007), que se refere ao dialeto Parintintin. Tomamos conhecimento também da classificação etno-histórica sugerida por Aguilar (2017), mas não incluímos aqui dialetos sobre os quais não há informação linguística, nem incluímos o Kayabí porque, embora de pertencer ao subgrupo VI, é uma língua mais distante. Tampouco consideramos aqui o Apiaká porque está um pouco mais distante do grupo Kawahiwa em si mesmo.

1.3. Objetivo do estudo

O objetivo deste estudo é juntar as particularidades de todas as línguas TG bolivianas, inclusive duas que até agora nunca se incluíram em estudos comparativos, o Warázu e o Horá. Além disso, o objetivo é classificar as línguas TG bolivianas e confrontar os resultados com aqueles do estudo do Kawahiwa do Grande Madeira. Pela confrontação de dados talvez possamos compreender melhor as razões pelas quais, em alguns casos, há ou parece haver continuidades na evolução fonológica e morfossintáticas entre o Kawahiwa e as línguas TG bolivianas, paralelismos que se explicam por convivências temporárias ou até por origens comuns. Em outros casos, descontinuidades,

evoluções interrompidas pelo contato intenso com outras línguas, por reduções internas devidas a choques violentos ocorridos na história ou outros motivos que ignoramos. O objetivo, portanto, é saber ou, pelo menos, reflexionar mais sobre possíveis migrações históricas na base da confrontação de dados tipológicos ou, em outras palavras, interpretar certos dados tipológicos em perspectivas históricas e genéticas, para saber mais sobre a hipótese de uma região fecunda na criação de núcleos linguísticos e culturais como é a região do Guaporé-Mamoré (cf. Crevels & van der Voort 2007).

Primeiro, vamos apresentar uma vista de conjunto das assim chamadas línguas TG bolivianas.

2. O subgrupo Chiriguano-Tapiete

O subgrupo Chiriguano ou Guarani do Chaco consiste em dois grandes grupos dialetais, o Ava, com os subdialetos Ava, Simba e Chané, e o Issocenho. Grupos de falantes Ava, Chané e Issocenho encontram-se não só na Bolívia, mas também na Argentina (Províncias de Salta e de Jujuy). Neste contexto, o Chané, que continua o nome de uma parcialidade Arawak boliviana, é um subdialeto particular do Ava, falado somente numa única aldeia da Província argentina de Salta, Tuyunti. Veja-se Dietrich (1986, 198) e o trabalho sociolinguístico de Maria Agustina Morando (2020). O número total de falantes do Chiriguano estima-se a mais de 60.000.

O Tapiete, que a meu modo de ver é mais um dialeto Chiriguano, embora um pouco mais distante dos outros, para outros especialistas é uma língua independente. Não vou entrar aqui nesta discussão. Sobre o Chiriguano temos fontes históricas que documentam a migração de grupos Guarani que emigraram, nos séculos XV e XVI, dos Itatins, no atual Mato Grosso do Sul, para os contrafortes andinos no atual Departamento de Santa Cruz, na Bolívia. Diz-se que o motivo dessas migrações foi religioso, a procura da Terra Sem Mal. Apesar de certas influências devidas ao contato do Chiriguano nascente com o Quéchua e apesar de influências talvez Arawak no dialeto Issocenho,

a maior parte dos traços que caracterizam todo o subgrupo Chiriguano-Tapiete se explica pela origem Guarani, meridional, dessa língua.

2.1. Características fonológicas do Guarani do Chaco

O acento das palavras isoladas ocorre na penúltima sílaba. Pode-se interpretar essa característica como mudança do acento oxítono que trouxeram consigo os Guarani dos Itatins sob a influência do Quéchuá. Mas também se pode ver como um traço areal, já que o acento na penúltima é um traço tipológico que caracteriza todas as línguas TG bolivianas, tanto o Guaráyu como o Warázu, o Siriono, Horá e Yúki. O PTG provavelmente tinha um acento isótono, como tem o francês e o turco, por exemplo (Aryon Rodrigues, c.p.). Se nas línguas TG bolivianas a fixação do acento na penúltima sílaba parece ser uma escolha histórica livre, no subgrupo Guarani do Chaco deve ser resultado de mudança brusca, já que teve consequências graves na estrutura da palavra que sofreu síncope e simplificações de grupos vocálicos e consonânticos frequentes como, por exemplo

- (1) guar. *a-jahe'ó* > chir *a-jájo* ‘chorei/choro’, *a-kyhyjé* > *a-kýje* ‘tive/tenho medo’, *a-purahéi* > *a-puráe* ‘cantei, dancei’, *kanguẽ* > *kãwe* ‘osso’.

A distinção entre os resultados de PTG */tʃ/ e */ts/. PTG */tʃ/ passa regularmente a /s/: PTG * *ʃi* > chir *sy* ‘mãe’, mas se conserva /tʃ/ depois de /i/: *i-chy* ‘sua mãe’. PTG */ts/ passa a /h/ ou zero: PTG **-o-tso* > *ó-ho* ‘foi (a um lugar)’. No dialeto issocenho o resultado /s/, < PTG */tʃ/, passa a /h/: PTG **jaʃi* > *jáchy* > *jáhy* ‘lua’, enquanto *PTG */ts/ passa a zero: PTG **-o-tso* > *ó-ho* > *ó-o* ‘foi (a um lugar)’.

A distinção entre os resultados de PTG */tʃ/ e */ts/ é única nas línguas TG bolivianas, diferenciando assim o subgrupo Chiriguano-Tapiete das outras línguas TG bolivianas, que pertencem ao subconjunto II de Rodrigues e Cabral (2002), enquanto o Chiriguano-Tapiete forma parte do subconjunto I, como o Kaiowá, Mbyá, Guarani paraguaio, Atxê, Xetá, entre outras.

A oclusiva glotal /ʔ/ foi abandonada em todas as línguas TG bolivianas com sínopes históricas, tanto no subgrupo Chiriguano-Tapiete como em Siriono, Horá e Warázu. Parece que funciona só em Guaráyu, língua que não conhece sínopes históricas, e no subdialeto Ava do Chané.

2.2. Características morfossintáticas do Guarani do Chaco

Como no Guaráyu e Warázu, mas à diferença do subgrupo Sirionoide, a flexão relacional funciona perfeitamente no Guarani do Chaco e, com algumas modificações morfológicas, também em Tapiete.

A maioria das línguas TG distingue entre a posse referencial e a posse correferencial ou reflexiva, pelo menos na 3ª pessoa. Entre as bolivianas, a correferencialidade funciona no Guaráyu, Warázu e no Yúki:

- (2) *gyu t-u* ‘o pai dele’ – *g-u* ‘seu próprio pai’, *ts-éte* ‘o corpo dele’ – *gu-éte* ‘seu próprio corpo’; *war tsé-hi* ‘minha mãe’ – *i- tsí* ‘a mãe dele’ – *ó-hi* ‘a sua própria mãe’, *yúki e-raaĩ* ‘dente dele’ – *gu-raaĩ* ‘seu próprio dente’, *e-résa* ‘olhos dele’ – *gu-résa* ‘seus próprios olhos’,

assim como em Kawahiwa:

- (3) *kaw gá-po* ‘a mão de alguém’ – *ó-po* ‘sua própria mão’.

Algumas línguas, sobretudo amazônicas como o Asurini do Tocantins, o Tapirapé, o Kayabí e o Kawahiwa, mas também o Yúki, generalizaram essa distinção a todas as pessoas. No subgrupo Chiriguano-Tapiete e no Siriono a distinção se perdeu completamente. Sobre o Horá não sabemos nada com respeito a este critério.

A distinção morfológica e sintática entre diversas diáteses verbais, como a reflexiva, recíproca, causativa, comitativa e factitiva, é um dos critérios pertinentes para caracterizar as línguas TG com morfossintaxe rica. Chiriguano e Guaráyu manifestam a riqueza de cinco diáteses, todas efetuando uma mudança da valência do verbo: a reflexiva com o prefixo *je-/*

ñe-, a recíproca com o prefixo *jo-/ño-*, a causativa com o prefixo *mbo-/mo-*, a comitativa com o prefixo *ro-* e a factitiva com o sufixo *-uka*. O Warázu conhece o transitivizador *mo-*, *mu-*, *m-* e a voz reflexiva em *de-* e a recíproca em *do-*. A voz causativa-sociativa em *[e]ro-* *[e]nu-* fossilizou-se em alguns verbos (*núhe* 'extrair', *ru* 'trazer', *róho* 'levar'), perdendo-se a voz factitiva em *-uka*. No Tapiete observamos quatro diáteses, já que a reflexiva e a recíproca coincidiram em uma só, com o prefixo *ji-*, *ñi-*. No Siriono e Yúki funcionam muitas destas diáteses, mas com algumas alterações e reduções. A reflexiva e a recíproca existem em Yúki enquanto o Siriono as fusionou em uma só em *di-*. O Siriono distingue entre a causativa em *mu-/mbu-* e a factitiva em *-uka*, mas o Yúki generalizou o morfema *-bua-* para as duas funções. A comitativa em *ru-* existe em Siriono, mas não no Yúki.

Um critério adicional que serve para distinguir o subgrupo Chiriguano-Tapiete das outras línguas TG bolivianas e do Kawahiwa é o funcionamento do sufixo do participio passivo em *-py*, PTG **-pyr*. Esse sufixo funciona com verbos transitivos na maioria das línguas TG, entre as bolivianas no Guaráyu (*-pyr*), Siriono (*-i/ -hi-/ -ki*) e Yúki (*-hi*):

- (4) *gyu saysú-pyr* 'o amado, querido', *jabyký-pyr* 'o que é tocado (por alguém)'; si *e-re-ru-hi* 'o que foi trazido', *e-r-ea-hi* 'o que/quem foi visto', *e-ðasu-ki* 'quem foi banhado'; yuki *iré-hi* 'o (que é) lavado', *jibõ-hi* 'o (que foi) caçado'.

Mais uma vez não sabemos nada sobre seu funcionamento no Horá. Parece que se abandonou em Warázu. Mas sabemos que a categoria de participio passivo foi abandonada no subgrupo Chiriguano-Tapiete, já que hoje não existe, embora tenha sido mencionada na primeira gramática do Chiriguano de finais do séc. XVIII (cf. Santiago 2005).

As formas da negação permitem estabelecer um conjunto areal boliviano formado pelos subgrupos Chiriguano-Tapiete e Sirionoide, com a exclusão do Guaráyu e do Waráyu. A maioria das línguas TG faz a distinção entre a negação predicativa, expressa pelo morfema descontínuo *nd(a) ... i*, e a

negação nominal pelo sufixo *-e'ym*, *-e'ỹ*, *-ỹ ou -ã*. Essa distinção não funciona nos subgrupos Chiriguano-Tapiete e Sirionoide, os quais generalizaram o sufixo *-ã*, com variantes, para todas as funções. No Guarani do Chaco, a distinção, isto é a negação predicativa com *nd(a)* ... *i* existe ainda no dialeto Simba, e para o resto dos dialetos é documentada ainda na gramática do Chiriguano de 1791. Por outro lado, León de Santiago, o autor da gramática, menciona já a existência da negação predicativa moderna dizendo que se trata de um regionalismo da cordilheira, não usado fora dela (Santiago 2005, 404).

A negação predicativa enfática *mbáety* é outra negação característica do Guarani do Chaco e do Tapiete. Explica-se, provavelmente, a partir de outro elemento típico deste subgrupo, que é o uso de *mbáe* ‘coisa’ como pronome indefinido no sentido positivo de ‘alguma coisa’ e no negativo de ‘nada’¹: *chir mbáety mbáe a-écha* ‘não nada vi’, ‘não vi nada’. O elemento pronominal *mbáe* em combinação com o verbo citado por Montoya, em seu dicionário Guarani de 1640, *hetyp* ‘não assentir, não querer’ poderia estar na base da negação *mbáety*. Esta corresponde ao sufixo negativo *-biti/-bete* do Yúki:

- (5) *yu o-kie-ke-biti*
 3ª p-dormir-PAS-NEG
 ‘ele/ela não dormiu’

Parece que há uma distinção pragmática entre as duas formas de negação: aquela que se forma com o sufixo *-ã* ou variantes nega sobretudo o conteúdo lexical do predicado, aquela com *mbáety* ou *-biti* nega, em primeiro lugar, o enunciado inteiro.

Para expressar uma ordem negativa existe o sufixo proibitivo PTG **-eme*, sufixo que funcionava em tupinambá e no Guarani de Montoya (1640)

1 Trata-se aqui de um fenômeno que tem paralelo na evolução das línguas românicas, quando o pronome *nihil* ‘nada’ foi substituído pela paráfrase enfática do latim vulgar *nullam rem natam* ‘nem uma coisa existente’. Dessa paráfrase resultou, por simplificação, o italiano *nulla*, o francês *rien* e o espanhol e português *nada*, todas expressões que significam ‘nada’. Nelas o francês *rien* corresponde exatamente com o *mbáe* do Chiriguano.

e continua funcionando em línguas TG tão distantes uma da outra como o Mbyá, o Kamayurá e o Wayãpi, mas também em Guaráyu, Warázu e Yúki. Mais uma vez não temos informação sobre o Horá, fato que demonstra mais uma vez laços areais entre o Guaráyu, Warázu e Yúki. Perdeu-se no Guarani do Chaco, e parece que não existe tampouco em Tapiete.

3. O subgrupo Sirionoide (Siriôno-Yúki-Horá)

3.1. O modelo das línguas românicas

As línguas desse subgrupo divergem muito com respeito à configuração das línguas TG tradicionais, isto é tipologicamente “completas”, como o Guaráyu ou as línguas do grupo Guarani (Kaiowá, Mbyá). Observam-se, no subgrupo constituído pelo Siriono, o Yúki e o Horá, não só mudanças fonológicas profundas, mas também reestruturações morfossintáticas consideráveis. É por isso que se tem presumido mais de uma vez que, na evolução histórica do Siriono, não há continuidade a partir do PTG, mas que se trata de falantes de uma outra língua, não TG, que foram “tupi-guaranizados” ou, em outra perspectiva, que adotaram uma língua TG histórica de seus vizinhos de então.

Nesse contexto, deve-se compreender que tal acontecimento não é um “acidente” histórico, mas é um caso de transmissão linguística que se repete quase regularmente. A história dos estudos indo-europeus – história agora de dois séculos de tradição – nos ensina que, basicamente, temos que distinguir entre as línguas e os indivíduos ou povos que as falam. No caso de muitas das línguas indo-europeias não há continuidade com respeito à gente que falava a suposta proto-língua indo-europeia, mas provavelmente essa língua reconstruída já não era uma língua única, sem variação. Assim, o proto-indo-europeu com proto-famílias como o proto-eslavo, o proto-indo-irânico, o proto-italico, o proto-grego são conceitos de linguistas, línguas virtuais que são códigos reconstruíveis, mas não necessariamente línguas históricas existentes.

A lição que nos dá a história das línguas românicas é ilustrativa nesse sentido: Nenhuma das línguas românicas pode ser considerada a continuação direta do latim. Na perspectiva indo-europeia, o latim é uma das línguas itálicas da Antiguidade. Ainda no Império Romano, o latim foi adotado pelos habitantes das diversas partes do Império, por Lusitanos, Galegos (Gallaeci) e Celtíberos na Península Ibérica, por Celtas no que é hoje a França e o Norte da Itália, por Dácios na Península Balcânica. O caso da Itália é sumamente complexo porque o latim, que era a língua de praticamente uma única cidade, foi adotado pelas nações itálicas, Oscos, Umbros, e pelos Etruscos de origem desconhecida até hoje. Todos esses habitantes transformaram as diversas formas de latim que tinham ouvido na sua região. O latim originário desapareceu. Na realidade, as línguas muitas vezes não têm transmissão direta, mas transmitem-se não só de geração em geração, mas também de povo em povo, de uma comunidade social em outra.

As mudanças que caracterizavam já o Latim Vulgar, isto é o latim falado perante o latim clássico do código elaborado e literário, afectaram a fonologia, especialmente a perda da oposição de quantidade vocálica e consonântica e, com isso, a reestruturação das sílabas; afectaram a morfologia, a sintaxe e também o léxico. Nesse último se fez uma escolha diafásica, segundo o nível alto ou baixo da fala, e se desenvolveu, em larga escala, a formação de palavras, por processos de derivação e composição. Em geral, o sistema nominal foi mais afectado pelas reestruturações, do que o sistema verbal. Nos nomes se abandonou o sistema de flexão casual introduzindo-se um sistema analítico de diferenciação de caso por preposição. No verbo se conservaram e até se completaram os sistemas de tempo, aspecto e modo.

Línguas como o romeno da Romênia e também o português brasileiro são muito diferentes do latim que conhecemos. Não teria muito sentido dizermos que se trata de línguas que mostram uma transmissão não normal, interrompida pelo contato intenso com falantes de outra língua, sendo este o

caso normal na evolução das línguas românicas. Os traços de substrato galego se mantêm no português até hoje, como, por exemplo, a perda de /n/ e /l/ intervocálicas do latim: latim *luna* > *lua*, latim *corona* > *coroa*; latim *colore* > *cor*, latim *salute* > *saúde*, latim *salire* > *sair*, latim *anellu* > *elo*, *anel* sendo um latinismo culto. Contatos posteriores pelas conquistas de povos germânicos (Suebos e Visigodos) transformaram de novo o latim regional do Noroeste da Península Ibérica. O português primitivo sofreu outro contato violento quando chegaram os Árabes no século VIII.

Na América do Sul, exemplos da troca de línguas, em outras palavras, da adoção de uma outra língua, são não só os Baré, Warekena e Baniwa, que abandonaram suas línguas Arawak para adotar o Nheengatu, uma língua nascida da dispersão do Tupinambá na época colonial, mas também os Tariana, cuja maioria abandonou a sua língua da família Tukano para adotar o Arawak dos vizinhos e que, na atualidade, já estão passando ao Português, pelo menos a maioria deles, que vive no Brasil.

Aplicando o ensino dessas experiências históricas ao caso do subgrupo Sirionoide, Siriono, Yúki e Horá, eu diria que as transformações que observamos nessas três línguas, embora sejam grandes, não são fundamentais como no caso do Kokama (veja Cabral 1995) ou do Atxê (veja Dietrich 2015). No Siriono, Yúki e também no Horá – na medida em que temos documentação suficiente para darmos conta da morfossintaxe Horá – a morfossintaxe verbal corresponde muito à das línguas TG tradicionais representadas, em nosso caso, pelo Guaráyu. Por outro lado, a morfossintaxe tanto do Kokama como do Atxê não corresponde em quase nada à das línguas TG tradicionais. Contudo, é muito provável que as línguas Siriono, Yúki e Horá tenham se formado a partir da adoção do Tupi-Guarani do subconjunto II por povos que falavam uma língua ou línguas não TG antes do contato intenso com os falantes de TG do subconjunto II. O substrato não TG seria então responsável pela mudança fonológica que provocou a perda da oclusiva /p/ de que vamos falar mais abaixo, assim que a reestruturação sintática do Siriono e do Yúki..

3.1. O Siriono e o Yúki

Os Siriono, cujo número, segundo as fontes existentes, varia entre 500 e 1200 pessoas, vivem no departamento boliviano do Bêni. O número de falantes vai diminuindo drasticamente: Gasparini (2018) conta entre as mil pessoas que encontrou em duas aldeias somente 30 falantes fluentes. O Yúki é falado por aproximadamente 200 pessoas no Território Indígena do Pueblo Yuki chamado de Bia Rekuaté, situado nos vales tropicais do departamento de Cochabamba, nas margens do rio Chimoré, perto de Puerto Villaroel.

Em Dietrich (2002, 360-362) aponte a natureza fundamentalmente Tupi-Guarani do léxico Siriono, evidentemente com particularidades que lhe são próprias, como os conceitos ‘orelha’ e ‘ouvido’ em *isa* ‘orelha, ouvido’, que corresponde a chir *apýsa*, *gyu apýsa* ‘ouvido’. Em todo caso, o Siriono abandonou o tipo lexical *nambí*, *námbi* ‘orelha’ conhecido em muitas línguas TG.

Como vamos ver também abaixo, o critério fonológico que mais caracteriza o subgrupo Sirionoide, o Siriono, o Yúki e também o Horá, é a perda da oclusiva /p/ em posição inicial e intervocálica:

- (6) si *uã*, *yu uã* ‘unha’, *gyu pöãpe*, chir. *poãpe* < PTG **p^wã-pê* ‘unha de mão’; si *e-ía* ‘fígado, alma, ânimo’ < PTG **pi’a* ‘coração, ânimo’, *yu hja* ‘fígado’, *gyu pi’a*; si, *yu -he* < PTG **-pe* LOC, DAT, *gyu*, chir *-pe*.

Quando falarmos do Horá, veremos mais exemplos. Chama a atenção a perda parcial de /p/ em Munduruku. Nesta língua, **/p/ do Proto-Tupi se emudece "diante de vogais anteriores (inclusive *i* < ***i*)" (Rodrigues 2007, 173), exemplos também em (6):

- (7) *mu i* ‘pé’, si *e-i*, *gyu pi* < PTG *pi* ‘pé’; *mu ifik* ‘pegar, segurar’, si *a-isi*, *yu hísisi* < PTG **pitsik*, ao passo que PT ***potsij* ‘pesado’ > *mu poši* ‘pesado’, mas si *e-usi*, *yu éhusi*, hr *usi*.

Será que esses traços comuns resultam de um período de prehistória comum do Proto-Munduruku e do Proto-Siriono-Yúki-Horá, ou trata-se de perdas posteriores em uma ou outra das línguas respectivas ?

O acento da palavra isolada ocorre na penúltima sílaba, como em todas as línguas TG bolivianas, embora com reservas no que se refere ao Horá. É provável, porém, que o acento oxítono marcado em muitas palavras pelos antropólogos Hanke e Béghin na metade do séc. XX se deve a um preconceito corrente ainda no séc. XX, segundo o qual uma língua Guaraní deve se comportar como o Guaraní melhor conhecido, o Guaraní paraguaio, isto é ter o acento na sílaba final das palavras. Essa foi minha experiência também com a documentação do Chiriguano feita por antropólogos naquela altura.

Observamos, além disso, a fusão de */tʃ/ e */tʂ/ em /s/ em Siriono, Yúki e Horá e, em Yúki, a fusão das vogais /i/ e /i:/ em /i/. No Siriono o resultado é /i/ e /i:/, muitas vezes contrariamente aos resultados em outras línguas TG, sem que se possa reconhecer um motivo ou uma regra. Schermair, em seus estudos publicados entre 1950 e 1960, não percebeu a existência de [i] no Siriono. Estudos ulteriores, como os de Firestone e Priest, e os recentemente feitos por Gasparini (2018, 65-66) mostraram esse equívoco.

Na morfossintaxe, o não-funcionamento da flexão relacional é um dos critérios mais importantes para estabelecer o subgrupo Sirionoide. Nestas línguas, as formas dadas como exemplos em (8) são fixas, não há alternância nas consoantes iniciais:

- (8) PTG **-akuβ* ‘quente, calor’ > si *e-raku*, yu *jakju*, hr *daku*, war *hako*,
gyu *-aku*; PTG **-afĩ* ‘dor, dói’ > si *e-rasi*, yu *erasi*, hr *dasi*, gyu *-asi*.

No Yúki a perda da flexão relacional não é completa, pelo contrário, a conservação é maior do que no Siriono. Funciona, porém, só em certos casos isolados, como por exemplo

- (9) *s-o* ‘carne’, *de r-o* ‘carne de você, tua carne’, *e r-o* ‘sua carne’; *ch-enkjõdõ* ‘minha língua’, *h-enkjõdõ* ‘sua língua’.

A morfossintaxe do Siriono e Yúki não é tão diferente das línguas TG tradicionais como antes se pensava, também em Dietrich 1990. As diversas diáteses verbais e as formas da negação do Siriono e do Yúki, já foram mencionadas na seção do Guarani do Chaco (2.1. acima). Conservou-se, por exemplo, a morfologia tradicional das línguas TG para a expressão da hierarquia de pessoa, isto é, a expressão da relação entre o sujeito de uma 1ª p e um complemento de objeto pronominal de 2ª p, PTG **oro-*, *opo-*. Enquanto em Chiriguano e Guaráyu, o sujeito de 1ª p se exprime geralmente pelos pronomes *che* ou *ore*, esses faltam com frequência em Siriono e Yúki. Em Siriono, o plural de objeto é marcado pelo sufixo de plural, *-ha*, enquanto em Yúki se emprega o prefixo *ha-*, o qual, à diferença do sufixo Siriono, se explica como a continuação Yúki do PTG **opo-*:

- (10) *si are-rea*, *yu are-icha* ‘eu vi/nós vimos você’; *si are-rea-ha*, *yu ha-icha* ‘eu vi/nós vimos vocês’.

3.2. O Horá

Sobre o Horá não se sabia nada mais que o nome até muito pouco tempo atrás. O Horá é uma língua extinta, somente lembrada por alguns ex-falantes e descendentes deles. Os estudos recentes feitos por Danielsen e Gasparini (2015) reuniram os testemunhos linguísticos, quase exclusivamente referentes ao léxico, de antropólogos do séc. XX, e recuperaram as lembranças dos últimos falantes, que vivem em contato com falantes de Baure (Arawak) no sueste do departamento boliviano de Bêni, no limite com aquele de Santa Cruz.

3.2.1. Características do Horá

Já o léxico evidencia que o Horá é, sem nenhuma dúvida, uma língua TG:

- (11) *hr džesi* ‘lua’ < PTG **jaŋfi*, *hr tata* ‘fogo’ < PTG **tata*, *hr maná* ‘morrer’ < PTG **manõ*, *hr daku* ‘quente’ < PTG **i-akuβ*, *hr kusa* ‘mulher’ < PTG **kujã*.

3.3.2. Características fonológicas do Horá

No que diz respeito à fusão de */ɣ/ e */ts/, provavelmente o resultado é o mesmo como em Siriono e Yúki, isto é /s/: PTG *ro'ifan 'frio' > hr *disá*; PTG *jafɨ > *dzesi* 'lua'. Devido à escassa documentação não há certeza sobre o resultado de PTG */ts/, mas os poucos exemplos falam em favor de /s/ também: hr *t-a-sa* OPT-1-ir < PTG *t-a-tso; *kisa* 'rede' < PTG *kitsab.

Parece que a oclusiva glotal /ʔ/ se perdeu no Horá como em todas as línguas TG bolivianas, com a exceção do Guaráyu, a língua mais conservadora entre todas estas.

O critério que mais caracteriza o subgrupo Sirionoide é a perda da oclusiva bilabial /p/ em posição inicial e intervocálica:

- (12) PTG *pira 'peixe' > hr *jíra*, si *sira*, *hira*, yu *jíra*; PTG *puku 'comprido' > hr *eku*, si *e-oko*, *hoko*, yu –; PTG *potsij 'pesado' > hr *usi*, si *e-úsi*, yu *éjusi*.

Igual ao Warázu, o Horá perdeu toda a nasalidade vocálica:

- (13) hr *kusa* 'mulher' – si *kũña*, yu *kjujã*, gyú *kũñã*; hr *acha* 'cabeça' – si *eãki*, yu *-ãnkja*, gyú *ãkä*; PTG *ja'ẽ 'vasilha, panela' > hr *senia*, si *niõ*, yu *j-ého*, *e-rého*, gyú *ñäë*; PTG *mitũ 'mutum' > hr *mita*, si *mbitõ*, gyú *mýtü*; PTG *jati'ũ 'mosquito' > hr *niša*, si *ñisiõ*, yu *jichõ*, war *désu*, gyú *ñachi'ü*.

Fusão das vogais /i/ e /i/ em /i/, como no Warázu: PTG *jafɨ > hr *dzesi* 'lua'.

A evolução de PTG */j/ mostra traços similares no subgrupo Sirionoide, com a exceção do Yúki, e o Warázu. Se observa a desfricativização das fricativas /j/ [j] e [ɲ] e mudança para a oclusiva alveolar [d], [dʒ] ou a nasal [n]. Para o Warázu, Ramirez/de França (2017) anotam a fricativa interdental sonora <ð>, que nós adotamos aqui:

- (14) PTG **juka* ‘matar’ > hr *dufa*, si *ikja*, yu *jukja*, war *duka*, gyu *juka*;
 PTG **jukir* ‘sal’ > hr *dikitra*, war *duki*, gyu *júkyr*; PTG **jafi* ‘lua’ >
 hr *dzesi*, si *ñasi*, *nzasi*, yu *jasi*, war *ðahi*, gyu *jasy*;

vimos em (13) o exemplo de **ja’ẽ* ‘panela’ e de *jati’ũ* ‘mosquito’; em posição interna /j/ passa a /s/, PTG **kujã* > hr *kusa*, como em tembé onde o resultado é *kuzə*, vejam-se os exemplos em (11).

3.3.3. Flexão relacional fossilizada

Outro traço areal que reúne o grupo Sirionoide com o Warázu, línguas que abandonaram a flexão relacional, é a conservação de lexemas que mostram restos dela, por exemplo, uma consoante inicial fossilizada da flexão relacional. No Horá, geralmente não se trata de reflexos das consoantes iniciais *r-*, *h-* ou *t-*, mas de um /d/ que pode se reconstruir como /i/- ou /j/- de 3ª pessoa precisamente de uma classe nominal diferente da flexão relacional, indício do não funcionamento da flexão relacional no Horá e Warázu. Trata-se de um indício de uma tupi-guaranização de povos alheios à família Tupi-Guarani ou de uma redução linguística devida a contatos violentos? Vimos o exemplo de *daku* ‘quente’ em (11).

4. O Guaráyu

O Guaráyu, descrito pelo missionário austríaco Alfredo Höller nos anos vinte do século passado em uma gramática e um dicionário, foi pouco estudado por linguistas. Existem, porém, observações linguísticas modernas: a linguista Swintha Danielsen viveu por alguns anos entre os Guarayu de Urubichá, colecionando dados da língua atual..

Há três dialetos, caracterizados por divergências no acento, na pronúncia e no léxico: o dialeto de Ascensión (com San Pablo e Yotaú), aquele de Urubichá e Salvatierra e o de Yaguarú e Cururú. Os Guaráyu

contam com uns 12.000 a 13.000 indivíduos, com uns 40% de falantes fluentes da língua. A maioria deles vive no Depto. de Santa Cruz, Bolívia. Se o antropólogo Métraux (1942, 95) tem razão, os Guaráyú chegaram aos locais onde vivem hoje, à região Mamoré-Guaporé, em princípios do séc. XVI, na mesma onda migratória que trouxe os Chiriguano. A origem comum teria sido a região dos Itatins, no nordeste do Paraguai, o sul do atual estado de Mato Grosso do Sul. Em favor dessa hipótese são os traços tradicionais comuns às duas línguas; contra, os traços que separam as duas línguas, sobretudo o fato de pertencerem ao dois subconjuntos diferentes: o Chiriguano pertence ao subconjunto I de Rodrigues & Cabral (2002) por apresentar a distinção entre os resultados de */tʃ/ e */ts/, pela perda das consoantes finais e pela mudança */pʲ/ em /tʃ/ e de */pʷ/ em /kʷ/. O Guaráyú é membro do subconjunto II pela fusão de */tʃ/ e */ts/ em /ts/, a conservação de */pʲ/ e a mudança de */pʷ/ em /kʷ/.

Por outro lado, as duas línguas acham-se, de certa maneira, entre os subconjuntos estabelecidos porque o Chiriguano mudou o acento, como as línguas do subconjunto II, e o Guaráyú conservou uma parte das consoantes finais, traço que, parcialmente, reuniria o Guaráyú com o subconjunto III. Vamos discutir mais abaixo as consequências histórico-genéticas que é preciso tirar desses fatos. As diferenças entre as duas línguas não se podem explicar a partir de uma origem comum. As diferenças só se podem explicar se supusermos que duas línguas vizinhas, mas distintas, tenham se deslocado de uma mesma região. As diferenças não se podem explicar com base na hipótese de uma língua que se teria diferenciado só depois da chegada à Bolívia. Vamos propor aqui a hipótese de o Guaráyú ser provavelmente o vínculo entre o subconjunto I, com o Guarani antigo que também tinha certas consoantes finais, e o subconjunto III, cujo representante mais importante foi o Tupinambá. Sua terra de origem teria sido, conseqüentemente, um pouco ao leste dos Itatins, numa região que se encontrava ao leste do rio Paraná.

4.1. Características fonológicas do Guaráyu

Fusão de */tʃ/ e */ts/ em /ts/. O fato de o Guaráyu preservar uma africada, em lugar da simplificação em fricativas como /s/ ou /h/ que ocorre na maioria das línguas TG, é um dos muitos indícios do caráter tradicional dessa língua. Na fala feminina o /ts/ hoje se realiza [s] em muitos casos, e também na grafia oficial moderne se escreve <s>.

O traço que corrobora a impressão do caráter tradicional do Guaráyu é a preservação de pelo menos uma consoante final, -[r]. Línguas TG como o Tupinambá, o Kamayurá, o Kayabí e o Kawahiwa apresentam vários tipos de consoantes finais, oclusivas, nasais e semiconsoantes. A preservação mínima do Guaráyu se limita a -r, resultado também de *-n e *-k finais no PTG. Exemplos são

- (15) PTG *jukir > gyu júkyr ‘sal’, chir júky; PTG *aman ‘chuva’ > kaw, kb, te aman, gyu amar; PTG *apiter > gyu apíter ‘cimo, cima’, si itere ‘centro’, chir apýte; PTG *-epik ‘preço, valor’ > te t-epyk ‘vingança, gyu t-epyr, s-epyr, chir h-epy ‘tem preço, é caro’; PTG *kiβir ‘irmão (da mulher)’ > gyu kíwir, chir kývy; PTG *memir ‘filho/filha (da mulher)’ > te memyr, gyu mémbir, chir mémby; PTG *potyr ‘flor’, gyu pótir, chir póty; PTG *mo’ir ‘contas’ > gyu mbó’ir, pó’ir, chir póy; PTG *-ajir > gyu -ájir ‘filha (do homem)’, te -azyr, kb -ajyt, chir -á jy.

Muitas vezes, as consoantes finais se emudecem nas palavras isoladas, mas se manifestam nas composições, como *ãkã* ‘cabeça’, mas *ãkãng- átsy* ‘dor de cabeça’, *che mẽ* ou *měr* ‘meu marido’, mas sempre em construções como *che mēr-e’y* ‘na ausência de meu marido/ como não tenho marido’.

Sobre a palatalização de /t/ diante da palatal /i/ vamos falar quando tratarmos desse fenômeno com respeito ao Warázu (abaixo 5.1.).

No inventário fonológico do Guarayu figura a oclusão glotal /ʔ/, como também no Warázu e, segundo as observações de campo de Henri Ramirez, no Siriono (Ramirez/de França 2017, § 2.1.). Esta observação não se encontra em Gasparini (2018).

4.1. Características morfossintáticas do Guaráyu

Na sua morfossintaxe, o Guaráyu preserva todas as categorias tradicionais: o bom funcionamento da flexão relacional separa o Guaráyu do subgrupo Sirionoide, reforçando, por outro lado, o laço – histórico ou areal – com o subgrupo Chiriguano- Tapiete.

Sobre distinção entre posse referencial e posse correferencial ou reflexiva, já falamos acima com referência ao Guaráyu e o Yúki. Vejam-se os exemplos em (2).

Já se mencionaram as diferentes formas de diáteses ou mudanças de valência, dizendo que no Guaráyu funcionam como no Chiriguano.

A mesma coisa pode se dizer sobre o sufixo *-pyr* do particípio passivo. Já dissemos que funciona em Guaráyu, Yúki e Siriono.

Com referência às formas da negação, já registramos que o Guaráyu é mais conservador do que todas as outras línguas TG bolivianas delas se distinguindo a esse respeito. Isso significa que o Guaráyu, por exemplo, não adotou ainda as inovações regionais do subgrupo Sirionoide que adotaram o Chiriguano e o Tapiete em tempos modernos. A base da negação predicativa do subgrupo Sirionoide e do subgrupo Chiriguano-Tapiete moderno, PTG **-e'ym > -ã*, não a adotou o Guaráyu. Essa língua preserva plenamente a negação tradicional do tipo

- (16) *nd-a-tsepia-i* ‘eu não vi’, *nde-re-tsepia-i* ‘você não viu’, *nda-ja-tsepia-i* ‘nós não vimos’, *nda che ma'endu'a-i* ‘não me lembro’.

O sufixo proibitivo *-eme* já se mencionou na seção sobre o Chiriguano-Tapiete, onde não funciona; mas sim funciona em Guaráyu: (21) *e-mbo'e-eme* ‘não ensines!’ (Hoeller 1932a, 96; e hoje também, Danielsen c.p.).

Na seção sobre o Siriono e Yúki, 3.2.1. acima, já se mencionou a morfologia da hierarquia de pessoa: os resultados dos prefixos PTG **oro-*, *opo-* funcionam também no Guaráyu (formas de Hoeller 1932a):

- (17) *che oro-kua'a* 'eu te conheço/ conheço você', *che opo-kua'a* 'eu conheço vocês', *ore oro-kua'a* 'nós conhecemos você', *ore opokua'a* 'nós conhecemos vocês'. Formas modernas: *che oro-kwa* etc.

5. O Warázu

O Guarasu (tradicionalmente Pauserna), mais corretamente Warázu, é uma língua Tupi-Guarani boliviana independente de todas as outras. Os falantes, que abandonaram sua língua já duas gerações atrás, hoje falam espanhol. Vivem na margem boliviana do rio Guaporé ou Itenes. Tudo o que sabemos sobre a língua tem origem em informações de antropólogos como von Horn e Jürgen Riester, que visitaram os Guarasug-we, plural de Guarasu, nos anos sessenta do século passado. A primeira descrição linguística é a de Ramirez/de França (2017) efetuada sobre a base de um trabalho de campo recente com um casal isolado que ainda falava a língua.

5.1. Caraterísticas fonológicas

Fusão de */tʃ/ e */ts/ provavelmente em */s/, desenvolvido depois para /h/, que é a realização atual, [h]:

- (18) PTG **jaf̃i* 'lua' > war *dahi*, chir/gyu *jasy*; PTG **if̃e f̃i* > war *se hi* 'minha mãe', chir *ché sy*, gyu *che sy*; PTG **kiʃe* > war *kiha* 'faca', chir *kyse*, gyu *kise*; PTG **-eʃa* > war *-eha* 'olho(s)', chir *-ésa/-éha*, gyu *-ésa*; PTG **o-tso* > war *ó-ha* 'ele/ela foi', chir *ó-ho*, gyu *ó-tso*; PTG **tseβoi* > war *hohoi* 'verme', chir/gyu *sevói*.

Este é um traço que os Guarasu-gwe ou Warazu-kwe têm em comum com o Guaráyú e o subgrupo Sirionoide, separando-o do subgrupo Chiriguano-Tapiete. Esse traço estabelece o subconjunto II de Rodrigues-Cabral (2002), enquanto o Chiriguano-Tapiete pertence ao subconjunto I.

Conservação de */p/ como /p/: PTG **epjak* 'ver' > *a-h-épa* 'vejo-o', *tse-r-épa* '(ele/ela) me viu'.

Este último exemplo evidencia o funcionamento bem conhecido das línguas TG da hierarquia de pessoa no caso de 3 > 1/2. Neste caso, observamos que a construção verbal ativa é substituída por uma construção existencial nominal na qual aparece o morfema *-r-* da flexão relacional (veja Dietrich 2017): *(ele/ela) me viu* é uma tradução regular, mas a construção específica Warázu significa 'ocorreu seu ver de mim'.

Intercâmbio de */i/ e */i/

- (19) *war se hi* 'minha mãe', *se memi* 'meu filho (diz a mulher)', *ivira* 'árvore, madeira' – chir *yvyra*, *gyu iwíra*; *maapoti* 'flor' – chir *mbaepoty*, *gyu mbaepotir*. Mas *war píra* 'pez, pescado' – chir/*gyu píra*; *war píre* 'pele, couro' – chir/*gyu píre*.

Desnasalização de todas as sílabas que não sejam sílabas finais que começam com consoante nasal:

- (20) *war peti* 'tabaco' – chir *pěty*, *gyu pětÿ*; *war mókui* 'dois' – chir *mōkoi*; *kuđa* 'mulher' – chir/*gyu kũña*; *war dée* 'vasilha' – chir *ñāe*, *gyu ñāē*; mas *war ãmã* 'chuva' – chir *ãma*, *gyu amar*; *war desu* 'mosquito' – chir *ñatũ*, *gyu ñāchũ*; *war mana* 'morrer', chir/*gyu mãno*; *war póra* 'bom, bonito' – chir *pōra*, *gyu porã*; *war t-e*, *se r-e*, *h-e* 'dente, meu dente, seu dente' – chir *t-ãi*, *che r-ãi*, *h-ãi*, *gyu t-ãi*, *r-ãi*, *s-ãi*.

Transposição das fricativas /j/ [j] e [ɲ] e mudança para a fricativa interdental [δ]:

- (21) *war kuđa* 'mulher', *war đuru* 'boca', mas *war jane* 'nós (incl.)', provavelmente por dissimilação de **đane* < PTG **jane*, *war đava* 'onça', chir *jagwa*, *gyu jagwar*, *war đi* 'machado', chir/*gyu jy*, *war đuki* 'sal', chir *juky*, *gyu jukyr*.

À diferença das outras línguas TG bolivianas, o Guarasu não aceita oclusivas prenasalizadas, como [mb], [nd], [ŋg]. A um nível mais geral se observa a fusão de */ŋ/ e */n/ em /n/ (Ramirez/de França 2017, 2.2.8):

- (22) war *memi*, chir *mémby*, war *kuimaa*, gyu *kujmbá'e*, war *na*, chir, /gyu *nde* 'você', war *maniju*, chir/gyu *mandiju* 'algodão', war *kawe* 'osso', chir *kangue*, gyu *kanguer*, war *moi* 'serpente', chir/gyu *mboi*; **moŋeta* 'conversar' > war *munéta*, **mo-iŋe* 'fazer entrar' > war *mó-ine*.

Como nas outras línguas TG bolivianas o acento está deslocado da última para a penúltima sílaba.

As vogais */e/ e /o/ finais, não acentuadas passam a [a]:

- (23) war *kiha* 'faca' – chir/gyu *kise*; war *se ria* 'minha barriga' – chir/ gyu *che rye/ríe*; war *kuimaa* 'homen, varão' – chir *kuimae* gyu *kuimbá'e*; war *a-ðahea* 'eu choro/chorei' – chir *a-jáeo/ajajo*, gyu *a-yase'o*; war *a-mana* 'eu morro/morri' – chir/gyu *a-mãno*; war *ðakára* 'jacaré', chir/gyu *jakáre*.

Como todas as demais línguas TG bolivianas, com a exceção do Chiriguano, /t/ diante de /i/ se fricativiza, quer dizer, passa a /s/ [s] ([ʃ] ou [ʝ]):

- (24) war *morosi* 'branco', gyu *chĩ*, *morochĩ* – chir *tĩ*; war *avásiki* 'milho', gyu *abachi* – chir *aváti*; war *pisia/pitia* 'peito', gyu *pochi'a* – chir *pytia*; war *ðavasu* 'jabuti', gyu *jabochi*, kaw *javoti*, kam *jawatsi* (raíz inexistente em Chiriguano, Guaráyu e Siriono, veja-se chir *karúmbe*, gyu *karúmbe*, si *konõmbe*, yu *kérẽmbe* 'jabuti').

No caso de war *ðavasu* aparece um /u/ depois de /s/ que precisa ainda de explicação. O mesmo fenômeno se dá na variante *morosu* de *morosi* 'branco'.

5.1. Morfossintaxe do Warázu

Segundo a informação contida em Ramirez/de França (2017), o Warazu é uma língua que conservou a maioria das categorias tradicionais

da morfologia e sintaxe Tupi-Guaraní como a marcação da pessoa nominal e verbal, e flexão relacional (*tse-r-emiréko* 'minha esposa', *h-emiréko* 'sua esposa'), o modo permisivo em *t-*, a negação verbal descontínua em *n(ä)-...i*, o proibitivo em *-me*, o nominalizador de cláusula *-waʔe* (*h-ai-waʔe* 'que tem dentes; piranha'; *u-maʔewiki-waʔe* 'aquele que trabalha'), etc. Observe, porém, certo número de perdas categoriais: Entre as diáteses verbais perderam-se a voz recíproca em **-jo*, conservando-se so a reflexiva em *-*je > war ðe-*, e a causativa-sociativa em **ro-*, **no-* (veja-se acima 2.2.) e a factitiva em **-ukar*. Não há reflexo do nominalizador de agente em **-tsar*, do participio passivo em **-pyr*, nem do pronome genérico humano **-poro-*. Com isso, o Warazu se apresenta como uma língua parcialmente alterada na sua morfossintaxe. Neste sentido difere claramente do Guaráyu.

6. O Tupi-Guarani do Grande Madeira: Kawahiwa

Em 1.2. mencionaram-se os dialetos da língua Kawahiwa, segundo Sampaio (2001). Aguilar (2017) permite, mais uma vez, considerar os diferentes dialetos como uma língua única. Agora, apresentaremos informações sobre o inventário fonológico e as particularidades morfossintáticas desta língua TG. Tudo isso nos servirá para demonstrar que o Kawahiwa é uma das línguas TG mais tradicionais, com um inventário fonológico simples, conforme a maioria das línguas TG, e um sistema morfossintático rico, conforme línguas como o Mbyá, Guarani, Guaráyu, Tupinambá, Tembé, Kamayurá.

6.1. Fonologia

Os inventários de fonemas vocálicos dos dialetos Parintintin-Tenharim e Uru-eu-uau-uau-Amondava descritos por Sampaio (1997) são os mesmos como em Mbyá, Guarani paraguaio, Guaráyu e Chiriguano: as conhecidas seis vogais orais /i, i, u, e, o, a/ e suas correspondentes nasais /ĩ, ã, õ, ã/. Os sistemas consonânticos contêm as oclusivas /p, t, k, k^w, ʔ/, a africada

/tʃ/, as nasais /m, n, ɲ, ŋ, ŋw/, com as variantes prenasalizadas [mb, nd, ŋg, ŋgw], pouco conhecidas em outras línguas TG amazônicas; as variantes [j] e [dʒ] no caso do fonema /ɲ/. Os dois dialetos não apresentam /s/, só /tʃ/. As fricativas são raríssimas: /v/ e /h/ no Parintintin-Tenharim, nenhuma no Uru-eu-uau-uau-Amondava, que tem a aproximante /w/. Os dois grupos de dialetos apresentam um tepe /t/.

O acento da palavra isolada ocorre na última sílaba. Ocorre na penúltima, nos frequentes casos em que se tem a presença do sufixo átono *-a* do caso argumentativo.

Um dos critérios que constitui o subgrupo VI da classificação de Rodrigues/Cabral (2002) é a fusão de PTG */tʃ/ e */ts/ em /h/, que é o resultado do Kawahib:

- (25) PTG **tʃi* > kaw *hy* ‘mãe’, PTG **jaʃi* > kaw *jahy* ‘lua’; PTG **o-tso* > kaw *o-ho* ‘foi (a um lugar)’, PTG **pytsatsu* ‘novo’ > kaw *pyahu* ‘jovem, novo’.

Em todos os dialetos do Kawahiwa, as antigas consoantes finais só se conservam diante da *-a* do antigo caso argumentativo:

- (26) kaw *akuv-a* ‘quente’, *akym-a* ‘molhado’, *yvag-a* ‘nuvem’ [iʔβag-ə], *ypoty-r-a* ‘flor’, *kaŋ-a* ‘osso’ [‘kãŋ-ə̃], *aman-a* ‘chuva’ [ãʔmã-ə̃].

A oclusiva /t/ diante de /i/ se preserva em Parintintin-Tenharim (*ãti* ‘chifre’, *avati* ‘milho’), mas se palataliza no Uru-eu-uau-uau-Amondava (*aʃiə* ‘chifre’, *avaʃi* ‘milho’).

6.2. Morfossintaxe

As marcas de pessoa no verbo e no nome são as “clássicas”: *a-*, *ere-*, *o-*, *oro-*, *xa-* [tʃã], *pe-* no verbo; *ji-*, *nde-/e-*, *i-/h-*, *ore-*, *nhande-*, *pe-* no nome.

Na 3ª p o Kawahiwa distingue entre posse referencial e correferencial, como o Guaráyú, o Warázu e o Yúki. A marca da correferencialidade ou reflexividade é *o-*: Exemplos em (3) *ga-po* – *o-po* ‘sua própria mão’.

Com respeito à expressão da hierarquia de pessoa, isto é, a expressão da relação entre o sujeito de uma 1ª p e um complemento de objeto de 2ª p, PTG **oro-*, *opo-*, o Kawahiwa preserva perfeitamente a morfologia e a sintaxe do PTG.

Nos pronomes pessoais o Kawahib apresenta uma inovação na 3ª p, distinguindo uma forma feminina, *hẽa*, de uma masculina, sg. *ga*, pl. *gã*.

Observa-se morfossintaxe tradicional na distinção entre uma negação verbal, com o morfema descontínuo *n(d)a ... i* e uma nominal, com o sufixo *-e'ym*, como em muitas outras línguas TG. Não funciona em Kawahiwa o sufixo proibitivo *-eme*, que se mencionou em 2.2., na seção sobre o Chiriguano, Yúki, Guaráyu e Warázu (cf. 5.2.).

No Kawahib funcionam as diáteses, com mudança de valência, reflexiva (em *ji-/ñi-*), recíproca (em *jo-/ño*), causativa (em *mbo-/mo-*) e factitiva (em *-uka(r)*). Não se conhece a causativa-sociativa do Guarani, Mbyá, Chiriguano, Guaráyu e Siriono.

A flexão relacional está parcialmente conservada com respeito aos prefixos *t-* e *r-*:

- (27) *kaw t-apyj* ‘casa’, *ji-r-apyj* ‘minha casa’, *ij-apyj* ‘sua casa’, *gw-apyj* ‘sua própria casa’, *y embe* ‘beira, margem de água’ (palavra composta), *y r-embe* ‘beira da água’, *ji-r-eakwar* ‘meus olhos’, *t-eakwar* ‘o olho (sem posse)’.

Mas não funciona em construções atributivas (“genitivas”) nominais. O uso da forma em *h-* está limitado a poucas construções, não correspondendo ao uso em outras línguas TG.

O pronome demonstrativo *ki-*, *ki-a* chama a atenção porque é um elemento que aparece em algumas das línguas TG, com funcionamento restrito ao Tupinambá, ao Wayãpi, às línguas TG bolivianas e ao Kawahiwa (veja-se também Jensen 1998, 601, no. 69). No Kawahiwa, *ki-*, *ki-a* significa ‘aquele/aquela lá perto’, referindo-se a pessoas e a objetos; *ki-rupi* ou *kia-rupi* se usa no sentido de ‘ali, por ali’ e ‘então, por então’, exprimindo uma dêixis

vaga. Em Siriono e Yúki também é um demonstrativo: *si ki* ‘aquele perto do falante’ (Gasparini 2018, 88), *yu kjo* ‘aqui’. O siriono *ke, kje, kjee*, porém, é um indefinido local e temporal: *ke mia mō* ‘qualquer pessoa, alguém’, *kje-enda r-ea he, tjō –eru eae!* ‘onde quer que você o veja, leva-o para cá!’. Em Chiriguano *ke-, ki-* é um indefinido que se usa em negações:

(28) *mbáety kía* ‘não há quem, ninguém’, em interrogações *kéa-pa nde?* ‘quem é você?’,

(29) *keá-pe-pa* *uj-apákwa* *ō-i mbyá?*
DEM-LOC-INT 3^a p-deitar-se 3^a p-estar homem
‘onde está deitado o homem?’

e forma a base de construções com sufixos locais como

(30) *ké-rupi* ‘por alguma parte’, *ké-rupi-pa?* ‘por onde?’.

Há indícios para pensar que *ke-* está em relação com o demonstrativo *ko* ‘este, -a’.

7. Conclusão: considerações históricas

Resumindo, podemos dizer que os resultados da nossa análise, na perspectiva de possíveis relações genéticas entre as línguas estudadas aqui, permitem ver claramente certas configurações históricas e entrever outras que podem servir como base para novas hipóteses ou modificações de hipóteses anteriores, sobretudo as de Rodrigues (2000) sobre as migrações dos três subconjuntos meridionais da família Tupi-Guarani.

7.1. Inclusão do Horá e do Warázu

O fato de ter podido incluir dados novos sobre o Horá e o Warázu nos permite ver com mais clareza a história das duas línguas. Resulta que o Horá, embora não saibamos quase nada sobre a sua morfossintaxe, é um membro do subgrupo Sirionoide, mais estreitamente vinculado com o Yúki

do que com o Siriono. Por sua parte, o Warázu, que poucas vezes se incluiu em estudos comparativos anteriores porque a língua estava mal documentada, ocupa uma posição particular no subconjunto II, já que o resultado /h/ da fusão do PTG */ɣ/ e */ts/, em lugar do resultado /s/ do subgrupo Sirionoide e /ts/ do Guaráyu, surpreende. Provavelmente, trata-se de uma evolução recente. Também a perda da nasalidade é única no subconjunto II. Com o Horá, o Warázu compartilha a perda do caráter fricativo do fonema /j/ e a substituição pela fricativa /ð/, fenômeno que as duas línguas compartilham, em certa medida, com o Siriono, onde o fonema /j/ tem os alofones [dz] e [ts].

7.2. As migrações históricas

O trabalho de Rodrigues (2000) sobre as hipotéticas migrações dos três subconjuntos meridionais da família TG dá uma explicação tentadora e ao mesmo tempo fundamentada sobre a dispersão desses povos e dessas línguas, sempre com a reserva de que se trata de transmissão direta e não da adoção de uma língua por povos que falavam outras línguas. Segundo Rodrigues, “depois de sair da área delimitada a oeste pelo alto rio Madeira e seu formador Guaporé e a leste por um dos afluentes direitos desse mesmo rio, como o alto Aripuanã” [...] “os falantes do Proto-Mawé-Aweti-Tupi-Guarani se teriam deslocado para leste, passando para o alto Juruena.” Depois de deixar o Proto-Mawé na área onde se encontra ainda hoje, os falantes do Proto-Tupi-Guarani-Aweti, prosseguindo seu caminho o rio Amazonas abaixo, teriam tido um contato cultural importante “com um ancestral do Karib”, talvez entre o alto Juruena e o Arinos. Desse contato, resultam empréstimos do Karib de termos culturais como aqueles para ‘arco’, ‘tamanduá’, ‘pacu’, ‘milho’, ‘gato do monte’, ‘maracujá’ e ‘maracá’, palavras que o Mawé não compartilha com o Tupi-Guarani e o Aweti, mas que o Kawahiwa compartilha com essas famílias.²

2 Algumas das palavras como, por exemplo, *pako* ‘pacu’ foram emprestadas também pelo Munduruku.

Cito mais a Rodrigues (2000, 1600):

Algum tempo após esse encontro e após a migração do Aweti, os falantes do Proto-Tupi-Guarani teriam começado a dividir-se e a separar-se. Os antepassados de três dos oito subconjuntos atuais, I, II e III, ter-se-iam deslocado para o sul, subindo talvez o rio Arinos e passando deste para a bacia do Paraguai, seja pelo alto Paraguai, seja pelo Cuiabá. Nos primeiros deslocamentos nesse sentido, ainda antes de deixar a bacia amazônica, II e III teriam estado mais próximos um do outro do que ambos de I.

Não repito a argumentação com base nas evoluções fonológicas comuns entre II e III, evoluções que explicam a mudança de PTG /tʃ/ a /s/ como no Siriono, no Proto-Warázu, provavelmente, e no Tupinambá.

7.1.1. Sobre as origens do Guaráyu, do Warázu e do subgrupo Sirionoide

Mais uma vez Rodrigues (2000): “Na migração para e pela bacia do Paraguai os falantes de II e III devem, portanto, ter precedido os falantes de I e, a certa altura, devem ter-se separado por sua vez. Os de II – os ancestrais das línguas TG bolivianas – devem ter descido o rio Paraguai até talvez 20º sul e daí ter-se deslocado para noroeste e descido o rio San Miguel, afluente do Guaporé, reentrando assim na bacia fluvial amazônica; parte deles, entretanto, teria seguido pelo Paraguai um pouco mais para o sul, até a altura dos rios Apa e Aquidabã. Tanto estes, como os que foram pelo São Miguel ficaram conhecidos pelos europeus, nos séculos XVI e XVII, pelo nome de Itatins. Deles procederiam os atuais Guaráyu e Pauserna, e de sua língua seriam derivadas as do Sirionó, Horá (Jorá) e Yúki.”

Essa última hipótese particular apresenta, porém, problemas. É difícil aceitar que o subgrupo Sirionoide provenha do Warázu tendo em vista o critério da conservação de */p/ na raiz PTG **epjak* ‘ver’, que sim se preservou em Warázu (veja (5.1.) *a-hépa* ‘eu o vi’, mas parece que não se conservou

em Siriono, mas sim em Yúki, onde *ícha* não apresenta a conservação de */p^j/, mas sua mudança em /tʃ/. Ou seria um empréstimo do Chiriguano *écha*? Além disso, a hipótese de o Warázu ser a origem do subgrupo Sirionoide não é confortável porque pressuporia que tanto o resultado /h/ de PTG */tʃ/ e */ts/ seria recente e que o resultado anterior teria sido o /s/ que se prevê para o subconjunto II. A mesma argumentação valeria para o intercâmbio de */i/ e */í/ e para a desnasalização total. A reestruturação da sintaxe do subgrupo Sirionoide teria sucedido depois da sua separação do Warázu.

Talvez as afirmações de Rodrigues (2000, 1601) “Deles procederiam os atuais Guaráyu e Pauserna, e de sua língua seriam derivadas as do Sirionó, Horá (Jorá) e Yúki”, não muito claras, possam interpretar-se também no sentido de uma descendência do subgrupo Sirionoide a partir do Guaráyu. Nesse caso, a morfossintaxe ofereceria mais segurança: as três línguas do subgrupo Sirionoide teriam herdado categorias como as diáteses verbais, o sufixo do particípio passivo em *-pyr*, a morfologia da hierarquia pessoal e a distinção entre posse referencial e posse correferencial. Como já dissemos antes, defendemos a hipótese de que o subgrupo Sirionoide seria o resultado da adoção do TG do subconjunto II por falantes de outra(s) língua(s). Daí provavelmente a perda da flexão relacional. Mais tarde, o grupo teria adotado inovações areais, como certas formas de negação.

Mas também é oportuna uma reflexão sobre a natureza mesma das migrações aludidas. Só um mínimo de conhecimento histórico sobre migrações realizadas e documentadas na história mundial, por exemplo na época das migrações dos povos chamados “bárbaros” pelos habitantes do Império Romano, nos ensina que as migrações não se fazem sempre em linha reta, sem rodeios e voltas repetidas, remigrações em diversas ocasiões e, sobretudo, não se pode imaginar que não houvesse contatos, muitas vezes através de grandes distâncias. À luz dessas reflexões é possível que paralelos fonológicos do subgrupo Sirionoide e do Munduruku, como o emudecimento de /p/, se devam a contatos posteriores às grandes migrações ou a novas

migrações, tardias, realizadas entre a região do Mamoré-Guaporé e a do Amazonas. Precisa-se de mais estudos aprofundados para saber mais sobre as relações históricas entre esses povos.

Voltando à história do Guaráyu, queria ressaltar a alta qualidade da pesquisa que se evidencia na releitura da hipótese sobre as migrações Tupi-Guarani de Rodrigues (2000). A impressão de o Guaráyu se encontrar entre os subconjuntos II e III é confirmada pelas reflexões que faz Rodrigues (2000) com respeito aos contatos posteriores à separação dos subconjuntos II e III e, dentro de III, do Tupinambá e do Tupi Austral. Parece evidente que certas inovações do Tupi Austral passaram também ao Guaráyu, mas não ao Tupinambá. Uma delas é a perda parcial das consoantes finais do Tupi Austral, enquanto Tupi Austral e Guaráyu preservam a forma **-amōj* para ‘avô’ contra a inovação *-amÿj* do Tupinambá.

7.1.2. Sobre as origens do subgrupo Chiriguano-Tapiete

Quanto à origem do Guarani do Chaco ou Chiriguano, trata-se de migrações, relativamente bem documentadas, da área dos Itatins para os contrafortes dos Andes, na altura da área situada entre Cochabamba e Potosí. Os Guarani do Chaco agrediram o reino incaico, repetidas vezes, e também subjugaram os Chanés, provavelmente falantes de uma língua Arawak, aos quais fizeram adotar a própria língua. Deles procederam os atuais Issocenhos. Os chamados Chanés da Província de Salta (Argentina) conservaram esse nome, mas devem ter um história migratória bem diversa da dos Issocenhos. O Chiriguano, por vários critérios, pertence ao subconjunto I, embora tenha adotado alguns traços areais bolivianos, os quais ficam fora dos critérios da classificação de Rodrigues & Cabral (2002). Não se conhece bem a origem do Tapiete. Os próprios Tapiete não aceitam a hipótese da sua origem de fora do grupo Guarani, hipótese segundo a qual seus antepassados, falantes de uma língua do Chaco, foram tupi-guaranizados pelos Guarani do Chaco.

7.1.3. Hipótese sobre a origem do Kawahiwa

O Kawahiwa, por sua parte, compartilha com as línguas TG do subgrupo I muitas características, tanto fonológicas como morfossintáticas. Apresenta, no seu léxico, a maioria dos empréstimos que o Proto-Tupi-Guarani-Aweti adotou de um ancestral Karib (veja-se Rodrigues 2000). Portanto, não se pode dizer que se trate de uma língua TG que tivesse permanecido na Amazônia, antes deve ter migrado durante muito tempo, no conjunto do Proto-Tupi-Guarani, para o sul.

Na sua migração para o sul, quando se formou a família Tupi-Guarani, o Kawahib adquiriu os traços que o caracterizam, a fusão de */tʃ/ e */ts/ em */s/ e /h/ ou ø, como no Warázu, a mudança de */pw/ em /k^w/ [kw] ou [ɣw], A distinção entre consoantes nasais como /m, n, ŋ/ e oclusivas prenasalizadas como [mb, nd, ŋg] é um traço que lembra as línguas do subconjunto I, mas também o Guaráyu.

Isso indica que os membros de VI poderiam ter migrado com os ancestrais do subconjunto II, emprestando elementos como o pronome demonstrativo e indefinido *ke-/ki-*. Mais tarde, de volta para o norte, o subconjunto VI teria precedido o subconjunto II quando este último se estabeleceu na área limitada pelos rios Mamoré e Guaporé. Reentrando na bacia amazônica, o subconjunto VI teria adotado a inovação amazônica de pronomes de terceira pessoa masculina, feminina e plural.

No caminho para o norte, o subconjunto VI ter-se-ia separado do Apiaká na área situada entre os rios Teles Pires e Juruena, e o Kawahiwa teria voltado ao Grande Madeira, trazendo ao berço do tronco Tupi uma língua Tupi-Guarani impregnada de muitos traços meridionais. À luz dessa hipótese se pode dizer que há indícios para contatos históricos entre dialetos Tupi-Guarani bolivianos, do subconjunto II, com dialetos do Grande Madeira, subsumidos no termo genérico de Kawahiwa. Neste sentido a bacia do

Guaporé-Mamoré contribuiu para formar o subconjunto TG VI, confirmando-se assim a hipótese de Crevels e van der Voort (2008).³

Em geral, as relações histórico-genéticas entre as línguas aqui estudadas manifestam mais continuidades que descontinuidades. As descontinuidades aparecem, sobretudo, na história das línguas do subgrupo Sirionoide, línguas que acusam evoluções talvez interrompidas e cuja natureza ignoramos.

3 Serão necessários mais trabalhos de pesquisa para esclarecer a proto-história dos subramos V (Anambé, Araweté), VII (Wayãpi, Emerillon, Zo'ê; Guajá) e VIII (Kamaiurá). Esses, como também os membros do subramo IV (Avá-Canoeiro, Asurini do Tocantins, Parakanã, etc.), segundo a lógica dessa hipótese sobre migrações pré-históricas, devem ter migrado com os membros dos demais subramos da família Tupi-Guarani. Alguns, como os de VII, separaram-se cedo, para deslocar-se mais tarde rumo norte/nordeste. Outros, como V, desistiram de migrar com I, II e III na altura do baixo Tocantins, ao passo que IV e VIII ficaram mais tempo com os subramos I, II, III antes de se separar por sua vez. Todas estas reflexões são ainda muito provisórias, já que faltam pesquisas de todo tipo, arqueológicas e lingüísticas, que as confirmem.

Tabela 1. Formação hipotética do TG boliviano

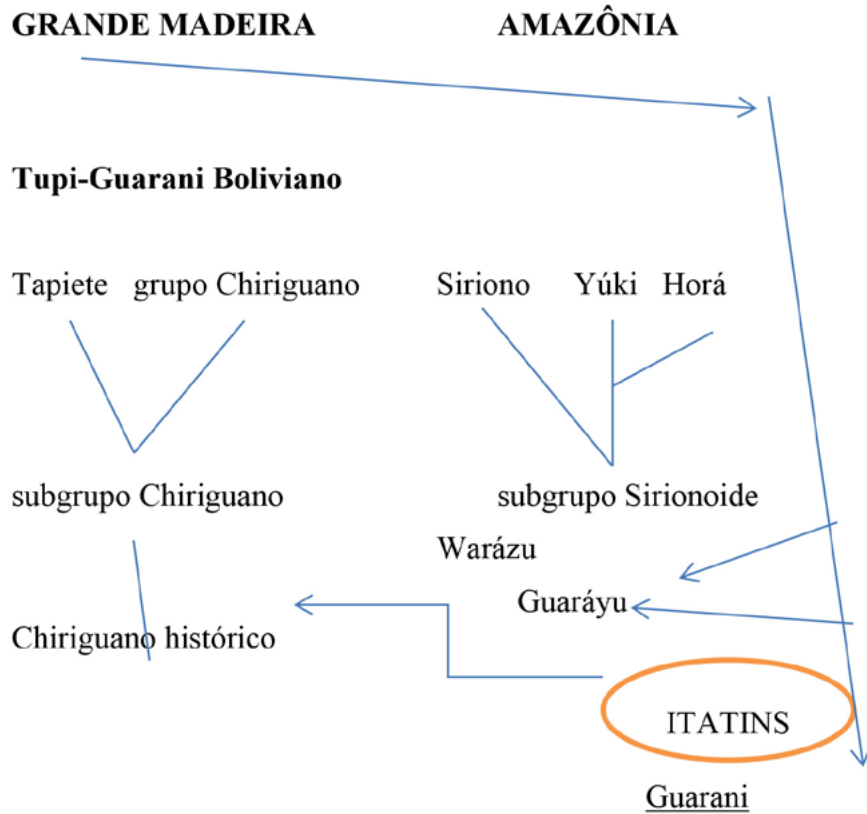
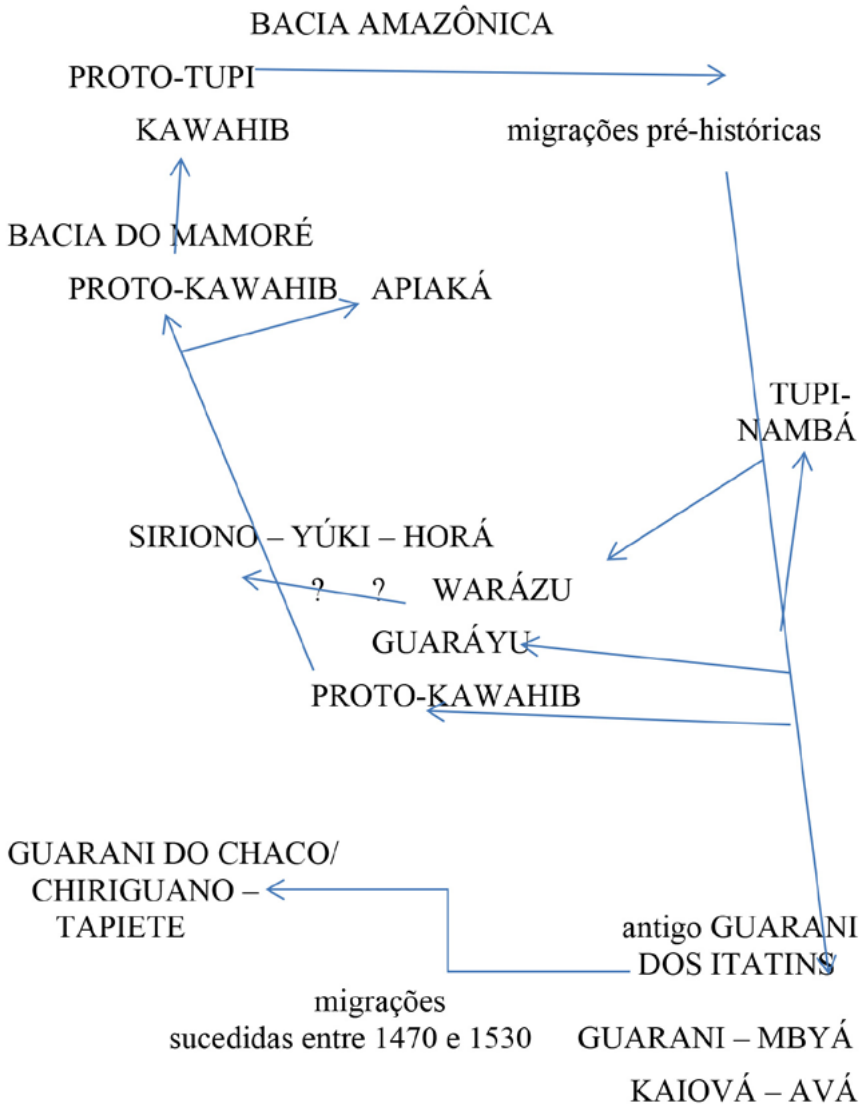


Tabela 2. Hipotéticas migrações pré-históricas



Abreviaturas

chir = Chiriguano, DEM = demonstrativo, gyu = Guaráyu, hr = Horá, INT = interrogação, kb = Kayabí, kam = Kamayurá, kaw = Kawahib, LOC = locativo, mu = Munduruku, NEG = negação, PAS = passado, PTG = Proto Tupi-Guarani, si = Siriono, te = Tembé, TG = Tupi-Guarani, war = warázu, yu = yúki.

Referências

AGUILAR, Ana Maria Gouveia Cavalcanti. “Kawahiwa como unidade linguística”, **RBLA** 9, 139-161, 2017.

Betts, LaVera D. 2012. **Kagwahiva Dictionary**. Anápolis: SIL-Brasil.

CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara. **Contact-induced language change in the Western Amazon: the non-genetic origin of the Kokama language**. Pittsburgh: University of Pittsburgh. Tese de doutorado, 1995.

CREVELS, Mily & Hein van der Voort. The Guaporé-Mamoré region as a linguistic area. In: Muysken, Pieter. **From Linguistic Areas to Areal Linguistics**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 151-179, 2008.

DANIELSEN, Swintha & Noé Gasparini. News from the Jorá (Tupi-Guarani): sociolinguistics, description, and classification. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. 10,2, p. 441-466, 2015.

DIETRICH, Wolf. **El idioma chiriguano**. Gramática, vocabulario, textos. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericano, 1986.

DIETRICH, Wolf. A importância da gramática do Siriôno do Padre Anselmo Schermair para a lingüística comparativa Tupi-Guarani. In: Cabral, Ana Suely Arruda Câmara e Rodrigues, Aryon Dall'Igna (Orgs.). **Línguas Indígenas Brasileiras**. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL., Belém: Editora Universitária da UFPA, t, I p. 358-373, 2002.

DIETRICH, Wolf. Formas de la negación en las lenguas Tupi-Guaraníes de Bolivia. *Thule* (Perugia) 14/15, p. 233-250, 2003.

DIETRICH, Wolf. A posição do Yúki dentro do conjunto das línguas Tupi-Guarani bolivianas. In: Cabral, Ana Suelly Arruda Câmara e Rodrigues, Aryon Dall'Igna (Orgs). **Línguas e culturas tupi I** Campinas: Curt Nimuendajú, Brasília: LALI, UnB, p. 205-218, 2007a.

DIETRICH, Wolf. Nuevos aspectos de la posición del conjunto Chiriguano (Guarani del Chaco Boliviano) dentro de las lenguas Tupi-Guaraníes bolivianas. In: Romero-Figueroa, Andrés, Garay, Ana Fernández, Corbera Mori, Angel (Coord.), **Lenguas indígenas de América del Sur: Estudios Descriptivo-Tipológicos y sus Contribuciones para la Lingüística Teórica**. Caracas: Universidad Católica Andres Bello, p. 9-18. 2007b.

DIETRICH, Wolf. Nuevos aspectos de la clasificación del siriono y del yuki (Tupi-Guarani), In: Messineo, Cristina, Malvestitti, Marisa e Bein, Roberto (Eds.). **Estudios en Lingüística y Antropología**. Homenaje Ana Gerzenstein. Buenos Aires: UBA, Fac. de Filosofía y Letras, p. 39-48, 2008.

DIETRICH, Wolf. Sintaxis pronominal en las lenguas mawetí-guaraní: oraciones agentivas y oraciones existenciales. **Lingüística (ALFAL)**. 33,2, p. 69-95. 2017.

FIRESTONE, Homer L. **Description and classification of Sirionó**. The Hague, London, Paris: Mouton, 1965.

GASPARINI, Noé. **Documentation, lexique et grammaire du siriono, langue tupi-guarani de Bolivie**. Ms. 2018.

GONZÁLEZ, Hebe Alicia. **A Grammar of Tapiete (Tupi-Guarani)**. Pittsburgh: University of Pittsburgh. tese de doutorado, 2005.

HOELLER, P. Fray Alfredo. **Grammatik der Guarayo-Sprache**. Guarayos/Santa Cruz, Hall/Tirol: Verlag der Missionsprokura der P.P. Franziskaner, 1932.

HOELLER, P. Fray Alfredo. 1932. *Guarayo-Deutsches Wörterbuch*, Guarayos/Santa Cruz – Hall/Tirol: Verlag der Missionsprokura der P.P. Franziskaner.

JENSEN, Cheryl. Comparative Tupi-Guarani Morphosyntax. In: Derbyshire, Desmond C. and Geoffrey K. Pullum (Eds.), *Handbook of Amazonian Languages*. Berlin, NewYork: Mouton de Gruyter, v. 4, p. 487-618, 1998.

MÉTRAUX, Alfred. The native tribes of Eastern Bolivia and Western Matto Grosso. **BAE** 134. Washington: Smithsonian Institution, 1942.

PADUA, Alexandre Jorge. **Contribuição para a fonologia da língua Apiaká (Tupi-Guarani)** Brasília: UnB, diss. de mestrado, 2007.

PEASE, Helen. **Parintintin Grammar**, Porto Velho: SIL-Brasil, 2007.

RAMIREZ, Henri. Etnônimos e topônimos no Madeira (séculos XVI-XX): um sem-número de equívocos. **RBLA**. 2,2, p. 197-224. 2010.

RAMIREZ, Henri e Victorino de França, Maria Cristina. O Warázu do Guaporé: sua primeira descrição linguística. **LIAMES Especial**, p. 7-102. 2017.

RIESTER, Jürgen. **Die Pauserna Guarašug-wä. Monographie eines Tupi-Guarani-Volkes in Ostbolivien**. St. Augustin: Anthropos-Institut, 1972.

RODRIGUES, Aryon D.. Hipótese sobre as migrações dos três subconjuntos meridionais da família Tupi-Guarani, In: **Atas do II Congresso Nacional da ABRALIN e XIV Instituto Lingüístico**. Florianópolis: CD-ROM, p. 1596-1605, 2000.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. As consoantes do Proto-Tupi. In: Cabral, Ana Suelly Arruda Câmara e Rodrigues, Aryon Dall’Igna (Org.). **Línguas e Culturas Tupi**. Campinas: Curt Nimuendaju; Brasília: UnB, LALI, v. p. 167-203, 2007.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna e Cabral e Ana Suelly Arruda Câmara. Revendo a classificação interna da família Tupi-Guarani. Rodrigues, Aryon D. e Cabral, Ana Suelly A. C. (orgs.), **Línguas Indígenas Brasileiras. Fonologia, Gramática e História**. Belém: Editora Universitária, t. I, p. 327-337, 2002.

SAMPAIO, Wany Bernardete de Araujo. **Estudo comparativo sincrônico entre o Parintintin (Tenharim) e o Uru-Eu-Uau-Uau (Amondava): Contribuições para uma revisão na classificação das línguas Tupi-Kawahib**. Campinas: Unicamp, dissertação de mestrado, 1997. Disponível em: www.etnolinguistica.org/tese:sampaio_1998

SAMPAIO, Wany. **As línguas Tupi-Kawahib: um estudo sistemático filogenético**. Guajará-Mirim: UNIR, tese de doutorado, 2001.

SANTIAGO, León de. Alguna noticia de la gramática chiriguana. **Italian Journal of Linguistics**. 17,2, p. 373-414. Primeira edição do manuscrito de 1791, 2005.

SCHERMAIR, P. Fr. Anselmo. **Gramática de la lengua sirionó**, La Paz: Gráfica de A. Gamarra, 1949.

Classes de palavras: um percurso crítico com vista a uma meta didática

Parts of speech: a critical path towards a didactic relevance

José Carlos de Azeredo*

RESUMO

A unidade da língua conhecida como ‘palavra’ sempre ocupou o centro da análise gramatical no Ocidente, desde os estudos dos filólogos gregos realizados no século II a.C. A associação entre o conceito de palavra e a estruturação do pensamento percorreu os séculos: o ato de pensar envolve seres, nomeados por substantivos, e as ações que eles praticam, nomeadas pelos verbos. Aprendemos nos bancos escolares uma grade classificatória oficial, em vigor no Brasil desde 1959 (a Nomenclatura Gramatical), que compreende dez classes. A tradição escolar nos ensinou a identificá-las pelo que significam: substantivos nomeiam seres e objetos, verbos denotam ações e processos, advérbios expressam circunstâncias etc. etc. Esse é, de fato, o perfil de muitos substantivos (*peixe, lápis*), verbos (*nadar, crescer*) e advérbios (*agora, assim*). No entanto, a existência de tantas outras espécies semânticas de substantivos, de verbos e de advérbios impede a formulação de definições concisas e abrangentes para essas classes com base no que as formas reunidas em cada uma significam. Os critérios de classificação devem ser objetivos e abrangentes. No caso das palavras, esses critérios têm de se basear em suas propriedades gramaticais, presentes em sua forma (características morfológicas) e reveladas nas posições que ocupam e nas relações que contraem

Articulista convidado

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.500>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, jc.azeredo@terra.com.br

Confluência. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, Especial 30 anos, p. 296-323, junho 2021

no interior da frase (características combinatórias ou sintáticas). O presente artigo aborda o status das diferentes classes de palavras à luz da história do pensamento gramatical, de sua problematização teórica e de sua relevância pedagógica.

Palavras-chave: Conceito de palavra; critérios de classificação; relevância pedagógica.

ABSTRACT

The unity of the language known as 'word' has always been at the center of grammatical analysis in the West, since the studies of Greek philologists in the 2nd century BC. The association between the concept of word and the structuring of thought has gone down through the centuries: the act of thinking involves beings, named by nouns, and the actions they perform, named by verbs. We learned in school benches an official classificatory grid, in force in Brazil since 1959 (the Brazilian Grammatical Nomenclature), which comprises ten classes. School tradition has taught us to identify them by what they mean: nouns name beings and objects, verbs denote actions and processes, adverbs express circumstances etc. etc. This is, in fact, the profile of many nouns (*fish, pencils*), verbs (*to swim, grow*) and adverbs (*now, so*). However, the existence of many other semantic species of nouns, verbs and adverbs prevents the formulation of concise and comprehensive definitions for these classes based on what the forms gathered in each mean. The classification criteria must be objective and comprehensive. In the case of words, these criteria must be based on their grammatical properties, present in their form (morphological characteristics) and revealed in the positions they occupy and in the relationships they contract within the sentence (combinatory or syntactic characteristics). This article addresses the status of the different classes of words in the light of the history of grammatical thought, its theoretical problematization and its pedagogical relevance.

Keywords: Word concept; classification criteria; pedagogical relevance.

Introdução

‘Linguagem’ e ‘palavra’ são termos que fazem parte de nossa experiência corriqueira da vida social, onde estão enraizados como certezas construídas pelo senso comum. Somente a experiência escolar, promovendo o acesso ao mundo da escrita, será capaz de suscitar questionamentos e criar as condições favoráveis à compreensão técnica desses conceitos. Aí é chegado o momento de conhecer cada coisa para além da respectiva utilidade prática.

É o momento de descobrir até onde a indagação sobre a linguagem pode nos levar. É o momento das definições e da análise. ‘Linguagem’ e ‘palavra’ deixam, então, de ser entidades “óbvias” estocadas no senso comum, e se tornam objetos a ser observados, compreendidos e explicados. É o momento da experiência científica.

Começemos, então, por uma reflexão que revele características de nosso objeto de estudo que as lentes do senso comum não alcançam.

1. O que é uma língua?

A comunicação entre duas pessoas se realiza por meio de sinais de tipos variados. Os sinais mais comuns são os produzidos por meio de sons e de gestos, frequentemente combinados no mesmo ato comunicativo. Quando a substância utilizada na produção desses sinais é a voz, o conjunto estruturado deles recebe o nome de LÍNGUA, dom que distingue a espécie humana e sintetiza sua complexidade no conjunto dos seres vivos.

Há muitos critérios para conceituar **língua**. Um deles, provavelmente o mais óbvio para a comunidade de seus usuários, é a função social na vida cotidiana. Trata-se do critério que dá conta da face mais óbvia de uma língua: sua utilidade como meio de interação humana. Podemos chamá-lo de critério *interacional* ou *sociocomunicativo*.

Esta é uma característica eminentemente externa de uma língua, a face pela qual ela se exterioriza, mas não é sua propriedade essencial, já que tal utilidade não lhe é exclusiva. A função comunicativa é, na verdade, o “produto final”, no qual se concretiza uma série de outras propriedades da língua. Embora sejam menos óbvias, essas propriedades são, entretanto, mais importantes como critério de definição, uma vez que são determinantes do sucesso ou do fracasso da função comunicativa. A identificação dessas outras propriedades, por assim dizer ocultas ou menos evidentes, passa por três critérios, que chamaremos *cognitivo*, *estrutural* e *antropológico*.

A abordagem cognitiva busca explicar como a língua organiza e expressa o conhecimento das coisas. Por esse critério, a língua que aprendemos a falar em virtude de nossa predisposição natural para o uso de símbolos é um fenômeno mental; seu papel é funcionar como um filtro que processa e enquadra a experiência do mundo em categorias (p. ex., as representações de ‘lugar’ e de ‘tempo’, de ‘singular’ e de ‘plural’, e a atribuição dos papéis de ‘agente’ e ‘paciente’, etc.), a fim de transformar tudo que possa ser concebido e retido pela mente humana em assunto de nossas conversas, de nossos textos.

O ponto de vista estrutural realça o conceito de língua como um complexo sistema de unidades combináveis por meio de regras. Essas unidades pertencem a dois planos: expressão (ou plano do significante) e conteúdo (ou plano do significado). O plano do significante corresponde à parte sensível, ao material sonoro ou gráfico, e o plano do significado diz respeito às informações, às ideias, aos pensamentos, aos conceitos armazenados na mente e processados por ela. À menor unidade da língua em que essas duas faces ocorrem combinadas a linguística estrutural chamou ‘signo linguístico’. Uma palavra (ou uma parte dela provida de significado) é um signo linguístico.

O olhar antropológico, por sua vez, se interessa pela relação entre a língua e o conhecimento do mundo como um fato histórico e cultural. Desse ponto de vista, uma língua é um sistema de comunicação criado pelos seres humanos ao longo de sua história como seres organizados em sociedade. Ela é, portanto, um bem cultural – assim como as artes, as profissões, os esportes, o vestuário, a culinária etc. –, com uma importante diferença em relação aos demais bens culturais: a língua acompanha o ser humano desde que ele nasce e, ao longo de sua existência, vai modelando a forma pela qual ele conhece o mundo e faz desse conhecimento o assunto de suas interações com seus semelhantes. É principalmente por meio de uma língua que a cultura de um povo, sob a forma de conhecimento memorizado, se expressa e se dissemina na sociedade.

Essas conceituações revelam diferentes pontos de vista sobre a linguagem, mas são complementares entre si. De fato, uma língua é ao

mesmo tempo um instrumento de comunicação (ponto de vista social), um sistema (ponto de vista estrutural), um fato histórico-cultural (ponto de vista antropológico) e uma forma de organização do conhecimento das coisas (ponto de vista cognitivo).

Portanto, para fazer justiça à complexidade da língua, a teoria linguística deverá ter em conta que a finalidade da língua é a comunicação entre os indivíduos, mas que os conteúdos comunicados não são ‘retratos fiéis’ do mundo, e sim ‘conceptualizações da experiência’. Tais conceptualizações são ao mesmo tempo ‘modos de perceber/interpretar’ as cenas da circunstância comunicativa e produto da realidade histórico-cultural em que a comunidade vive. A análise linguística consiste, desse modo, em descrever como os recursos formais da língua são mobilizados em cada ato discursivo para cumprir essa finalidade.

Para os propósitos da presente exposição, interessam-nos, especialmente, o ponto de vista estrutural e, subsidiariamente, o ponto de vista cognitivo, tendo em vista a relevância do conceito de categoria para o tema enunciado no título.

2. Sobre o conceito de ‘categoria’, quando aplicado à língua

O mundo natural é regido por leis, como as que produzem o frio e o calor, as que formam as nuvens, as que fazem soprar o vento, as que regulam o ciclo da vida. Esse mundo existe por si como uma engrenagem que funciona à revelia de uma escolha, de um comando, de uma decisão. Como seres vivos, fazemos parte desse mundo e estamos sujeitos a essas mesmas leis. A capacidade de pensar e de criar sistemas simbólicos, no entanto, projeta os seres humanos em outro plano, de onde eles são capazes de interferir até mesmo na ordem da natureza: o mundo das relações humanas é regido por um conjunto de convenções e de sinalizações de um universo criado pelos próprios seres humanos.

A matéria prima desse universo não tem limites, até porque muito dela é fruto da imaginação. São experiências, intuições, raciocínios, que se compartilham por meio de enunciados de variada extensão e complexidade. Entretanto, o que o ouvinte ou o leitor fica sabendo não é um ‘retrato fiel’ – que não se sabe ao certo como seria – de umas e outros, mas a forma pela qual as experiências, as intuições e os raciocínios se transformam em conteúdos objetiváveis e objetivados.

Ou seja, nossos discursos não expressam ‘decalques’ do mundo real ou do mundo imaginário, mas significações estruturadas por meio dos materiais e recursos simbólicos constitutivos de uma língua natural. A objetivação depende do conjunto coletivamente disponível de recursos, do conhecimento que o enunciador tem desse conjunto e das escolhas que ele faz com vista ao sucesso do ato comunicativo. Esse ‘conjunto coletivamente disponível de recursos’ compreende um amplo rol de categorias.

E o que são essas categorias, entendidas aqui como componentes básicas da linguagem? Pensemos nas palavras *vento*, *gato* e *medo* e em três enunciados que as contenham: ‘o gato miava’, ‘o vento soprava’, ‘o medo aumentava’.

Estes enunciados se referem a dados da realidade – ou fatos observáveis – objetivamente muito diferentes em função dos modos como são percebidos ou experimentados: *gato* é um animal, um ser ao alcance de nosso olhar e de nossas mãos; *vento* é um fenômeno atmosférico, perceptível sensorialmente, mas apenas nos seus efeitos; *medo* é uma experiência estritamente emocional, um sentimento. No entanto, as expressões usadas para relatar os três fatos são estruturalmente idênticas: o que confere aos três a mesma estrutura é o conjunto comum de categorias: *vento*, *gato* e *medo* apresentam a especificação [substantivo, masculino, singular] e desempenham a função de ‘sujeito’; *miava*, *soprava*, *aumentava* apresentam a especificação [verbo; intransitivo; pretérito imperfeito; indicativo] e desempenham a função de predicado.

Se pararmos para observar os dados da realidade representados nesses enunciados, não encontraremos nada que os assemelhe e possa justificar o uso da mesma construção para dizer o fato observado. A experiência auditiva que

designamos como ‘miar’ denota uma atividade do animal que designamos como ‘gato’, mas o gato é um ‘ser no mundo’ independentemente do que ele faça. Ele não precisa miar para que eu o reconheça e registre sua presença diante de mim. Já a experiência sensorial que designamos como ‘vento’ só existe vinculada ao processo de ‘soprar’; não há vento se não há sopro. Por sua vez, ‘aumentar’ não faz existir a ‘coisa’ que aumenta, mas denota um acréscimo em sua dimensão e em sua capacidade de produzir efeitos.

Tendo por referência os exemplos citados, podemos dizer que a língua ignora as peculiaridades que distinguem objetivamente os respectivos fatos da realidade e, por meio de uma mesma estrutura, formaliza gramaticalmente as três situações como se elas fossem equivalentes. Isso é feito por meio das categorias e do sistema gramatical da língua. As categorias são, portanto, os recursos simbólicos que a língua impõe a seus falantes no ato de ‘pôr em palavras’ as experiências, as intuições, os raciocínios compartilhados.

As experiências dos sentidos e as obras da imaginação são incontáveis e mesmo irrepetíveis, mas a língua não dá conta da singularidade de cada uma. Para exprimi-las, precisa operar por generalização e catalogação. Entre os seres humanos, não há outra forma de inserir os objetos de suas percepções nesse amplo arquivo mental que se chama ‘conhecimento’: os ‘dados do mundo’ ingressam nesse domínio sempre assimilados a esquemas, a categorias formais, a classes.

3. Um grão de história

Como quase tudo que pertence à cultura intelectual do Ocidente, a análise da linguagem dá seus primeiros passos na filosofia grega dos anos 400-300 a.C. Em pouco mais de um século esse movimento se consolidaria na obra dos filólogos estabelecidos na colônia de Alexandria, onde foi escrita a primeira gramática da língua grega – a *Tekhné grammatiké* – atribuída a Dionísio Trácio. É nesse trabalho que se encontra um rol de oito partes do discurso (classes de palavras), ratificado ao longo dos séculos e que

perdura nos dias de hoje: nome, verbo, participípio, pronome, artigo, advérbio, conjunção e preposição.

A análise gramatical consagrou a palavra – ou vocábulo – como sua unidade fundamental. Para tanto, foi especialmente notável o detalhamento das categorias de gênero, número, caso, tempo e aspecto com base na variação morfossintática das palavras do grego e do latim, fato que, sabidamente, dá fundamento ao conceito de flexão como meio de acomodar a palavra ao contexto sintático em que ocorre. Por isso, a gramática tradicional tem sido caracterizada como uma "gramática baseada na palavra".

4. Palavra – entre o senso comum e a teoria

A unidade formal que chamamos de ‘palavra’ ocupa um lugar central nas análises empreendidas desde o trabalho pioneiro de Dionísio Trácio. Essa centralidade tem um débito enorme com o modelo de escrita alfabética adotado no mundo greco-romano. Por sua vez, a premissa de que a estrutura do enunciado reproduz uma imagem da estrutura do raciocínio encorajou alguns filósofos antigos – bem como os gramáticos influenciados por eles – a dizer que do mesmo modo que as ideias se combinam para formar pensamentos, as palavras se combinam para formar enunciados.

O parágrafo inicial da seção dedicada à sintaxe de uma gramática sucessivamente editada ao longo de cinquenta anos – a *Gramática Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira – explicita essa hipótese: “Dois aspectos gerais caracterizam as operações do nosso espírito: *ideias e combinação de ideias*, isto é, IDEIAS e PENSAMENTOS; dois aspectos gramaticais devem corresponder ao estudo da língua como instrumento das manifestações de nossa atividade espiritual: – a PALAVRA e a FRASE. A palavra é a expressão da *ideia*, como a frase é a expressão do *pensamento*”. (PEREIRA, 1942, p. 205).

O *Curso de linguística geral* (1916), de Ferdinand de Saussure, protagonizou uma ruptura com essa tradição. Para Saussure, por mais que sirva para a ‘expressão do pensamento’ e para a prática da interação social,

não é por esses papéis que uma língua deve ser reconhecida como objeto da ciência da linguagem. Exprime-se o pensamento e pratica-se a interação social por outros meios não necessariamente linguísticos. Segundo Saussure, “a língua é um sistema que não conhece senão sua ordem própria e peculiar”¹. Por esse postulado, a forma pela qual a substância material de que a língua é feita se organiza nos limites de um sistema autônomo. A intercompreensão depende das relações convencionais entre formas significantes e respectivos significados realizadas por meio de signos depositados na mente das pessoas como produto da experiência do convívio social. Esses signos são analisáveis em unidades menores organizadas por meio de oposições e combinações, configurando uma estrutura particular.

Tal ponto de vista sobre a língua ficou conhecido como ‘estruturalismo’. Na América do Norte, essa tese foi radicalizada nos anos 1930-1940 diante dos problemas suscitados pela descrição de línguas sem tradição escrita. Linguistas envolvidos no estudo de línguas indígenas apontavam a imprecisão teórica da unidade ‘palavra’, e reivindicavam para o morfema o status de verdadeira unidade da estrutura gramatical.

A proposta não vingou nas décadas seguintes, e a palavra permaneceu no lugar de sempre, certamente favorecida por outros fatores. Entre eles estão, a meu juízo, a realidade e o triunfo da escrita alfabética no mundo ocidental, cenário maior do desenvolvimento dos estudos gramaticais. Com efeito, a delimitação da palavra mediante espaços em branco comprova sua realidade intuitiva como unidade, por mais que seu status teórico seja posto em questão. Os problemas que persistem podem ser enfrentados e contornados, contanto que se tenham presentes dois pressupostos: a) as convenções gráficas não são isentas de incoerências (cf. *depressa* / *de repente*; *sem-sal* / *sensabor*), b) existem graus variados de soldadura das unidades em contato no contexto da frase (cf. *toda vez que* / *todas as vezes em que*; *vamos embora* / *vambora*).

1 Cito pela tradução espanhola de Amado Alonso: “la lengua es un sistema que no conoce más que su orden propia y peculiar.” (p. 70).

5. A palavra como unidade: critérios

Apresentaremos a seguir alguns critérios que se adotam no esforço de conferir à unidade ‘palavra’ um status descritivo operacional nas modalidades falada e escrita. A intuição da palavra na fala é apenas um ponto de partida, pois é comum o erro gráfico por parte de pessoas semialfabetizadas, que consiste em juntar o artigo e o substantivo (*amesa*, por *a mesa*), o verbo e o pronome átono (*memudei*, por *me mudei*), fenômeno indicador de que na fala só intuímos como palavras distintas as que têm acento próprio.

5.1 Critério I: pausa potencial

Segundo este critério, os limites entre palavras são pontos em que se pode fazer uma pausa considerada normal na enunciação lenta. Assim, no enunciado *Você pode ultrapassar esta marca*, temos cinco palavras separáveis por pausas que coincidem com os espaços em branco. Embora relevando o fato de que, mesmo na enunciação lenta, uma pessoa em sua fala normal não faz pausas entre todos os vocábulos, mas entre grupos de vocábulos, pelo menos duas razões tornam este critério ineficiente para os nossos propósitos descritivos: 1a – o *me* de *Ela me viu sair* tem o status de palavra, embora não se separe jamais do verbo, seja por meio de pausa, seja pela intromissão de outra unidade; 2a – certas construções como *banana-maçã*, *portajóias*, que consideramos vocábulos compostos, podem no discurso lento ser desmembradas por pausa com duração equivalente à que separa o adjetivo *verde* do substantivo *banana* em *banana verde*, obviamente uma combinação de dois vocábulos.

5.2 Critério II: coesão interna

Por este critério, os segmentos *ultra* e *passar*, que são formas com significado, constituem juntos uma só palavra, visto que a ordem deles é

irreversível tanto quanto não se pode separá-los pela intercalação de uma terceira unidade. O mesmo se pode dizer de estruturas como *banana-maçã* e *porta-joias*.

A coesão interna reside ainda na indissolubilidade do vocábulo: seus constituintes são resistentes à elipse. Assim, se podemos dizer 'os guardas-florestais correm mais riscos do que os de trânsito', suprimindo por elipse a segunda ocorrência de *guardas*, é porque a construção *guarda de trânsito* constitui uma combinação de palavras gramaticalmente autônomas, e não uma palavra composta. Por outro lado, os constituintes de *pé de cabra* (nome de uma ferramenta) não estão sujeitos à elipse, haja vista a estranheza de um enunciado como **O pé de valsa é um dançarino, e o de cabra uma ferramenta*.

5.3 Critério III: autonomia gramatical

O critério II é capaz de conduzir-nos à conclusão de que em *fala-se* e em *a casa* estamos diante de dois vocábulos, mas nada nos diz sobre a natureza mesma de *se* ou de *a*, isto é, não esclarece se, por não apresentarem qualquer "coesão interna" – pois são segmentos unitários do ponto de vista gramatical – eles não deveriam pertencer a outra classe de unidades. O critério que permitirá essa decisão é o III, segundo o qual uma unidade se diz gramaticalmente autônoma sempre que pode separar-se, pela intercalação de outra unidade, da que lhe vem contígua, ou com esta trocar de posição. Podemos então decidir que tanto *ultrapassar* como *me* e *a* são palavras, já que satisfazem o que prescreve o critério III. Com efeito, tanto podemos dizer *me viu* como *viu-me*, *a casa* ou *a minha casa*, mas não *passarultra* ou *ultra pode passar*.

Foi baseado no compromisso entre os critérios II e III que Celso Cunha (1975: 89) assim definiu o vocábulo enquanto unidade gramatical: "menor unidade significativa autônoma da frase, constituído por um ou mais morfemas, associados segundo uma ordem própria da língua".

6. Classes de palavras: critérios de identificação

A tradição escolar nos ensinou a identificar as diferentes classes de palavras pelo que elas significam: substantivos nomeiam seres e objetos, verbos denotam ações e processos, advérbios expressam circunstâncias. Esse é, de fato, o perfil de muitos substantivos (peixe, lápis), verbos (nadar, crescer) e advérbios (agora, assim). No entanto, a existência de tantas outras espécies semânticas de substantivos, de verbos e de advérbios impede a formulação de definições concisas e abrangentes para essas classes com base no que as formas reunidas em cada uma significam.

Os critérios de classificação devem ser objetivos e abrangentes. No caso das palavras, esses critérios têm de se basear em suas propriedades gramaticais, presentes em sua forma (características morfológicas) e reveladas nas posições que ocupam e nas relações que contraem no interior da frase (características combinatórias ou sintáticas). Algumas vezes a aplicação de um único critério é suficiente: o critério morfológico é bastante para o reconhecimento de um verbo; o critério sintático é o único capaz de distinguir uma preposição de uma conjunção subordinativa. Outras vezes, é preciso combinar os dois critérios.

Uma característica importante de uma classe de palavra está nas combinações que ela aceita ou que rejeita. A interjeição distingue-se de todas as outras por não apresentar essa propriedade: sua ocorrência no discurso equivale sempre a um ato comunicativo autônomo. Desse modo, podemos dizer que, excetuada a interjeição – que só existe como expressão concisa de um ato comunicativo – as classes de palavras são peças de um sistema formal a que damos o nome de *língua*.

É na estrutura desse sistema formal que devemos encontrá-las, caracterizá-las e defini-las. Tenhamos sempre presente a seguinte premissa: as palavras não são parcelas do pensamento, nem tampouco expressões de fenômenos, situações ou coisas encontradas ao nosso redor. As palavras são categorias da linguagem, conforme o conceito apresentado no item 3.

7. Importância e utilidade das classificações

Sabemos que todo procedimento classificatório é um esforço para pôr as coisas em ordem para diversos fins. Quando classificamos palavras, o que se pretende é revelar como elas tomam parte no sistema de regras da língua: a gramática. A classe de uma palavra é, portanto, a essência de sua identidade gramatical.

O reconhecimento de um rol de classes serve para que as regularidades relativas ao funcionamento de cada palavra na organização geral da língua possam ser enunciadas de forma objetiva, abrangente e econômica. Toda classificação é baseada em algum critério, de acordo com o objetivo que se pretende alcançar por meio dela. No caso que aqui nos interessa, a classificação leva em conta o que acontece regularmente com a palavra, considerando sua forma e as combinações de que ela participa na construção dos enunciados.

Uma classe de palavra equivale, portanto, a um molde gramatical, caracterizado por propriedades sintáticas (posição e combinações obrigatórias ou possíveis na frase) e morfológicas (variações de forma a que está sujeita). Ao privilegiar esses dois critérios, estamos, implicitamente, indicando que a classe de uma palavra não é deduzida do significado que ela expressa. Isso quer dizer que é inadequado definir substantivo como ‘espécie de palavra de nomeia os seres em geral’ ou verbo como ‘palavra que expressa ação, estado ou fenômeno’. Pode-se perfeitamente identificar a classe de uma palavra cujo significado não se conheça. Não se deve, porém, concluir desse fato que a classe de uma palavra nunca tem qualquer influência sobre seu significado.

Tomemos o caso de ‘atleta’ no enunciado *o atleta ganhou sua segunda medalha de ouro na competição*. Trata-se de um substantivo, não porque designe uma pessoa no mundo, um ser vivente, mas porque reúne as características gramaticais gerais da classe *substantivo*. E que características são essas? 1) ser portador de um gênero (*masculino* versus *feminino*: atleta famoso / atleta famosa), 2) ser variável em número (*singular* versus *plural*: atleta / atletas) e 3) poder ser imediatamente precedido da forma *o* ou *a*

conforme o respectivo gênero (*o* atleta / *a* atleta). Essas informações valem para *medalha*, *ouro* e *competição*, que também são substantivos.

Tomemos agora o caso de ‘ganhou’. Trata-se de um verbo, não porque denote uma ação, mas porque integra um grupo de formas – um paradigma – para a expressão de um conjunto sistemático de informações, como tempo – *passado* ([eu] ganhei) versus *presente* ([eu] ganhou) –, pessoa – *primeira* ([eu] ganhou) versus *terceira* ([ele] ganha) – e número – *singular* ([ele] ganha) versus *plural* ([eles] ganham). Essas informações valem para ‘conquistar’, ‘disputar’ e ‘perder’, que também são verbos (conquistei / conquisto / conquista / conquistam; disputei / disputo / disputa / disputam; perco / perdi / perde / perdem).

8. A proposta de j. mattoso câmara jr.

Em vigor no Brasil desde 1959 como medida voltada especialmente para a área pedagógica, a nomenclatura oficial contempla dez classes de palavras: substantivo, adjetivo, verbo, numeral, pronome, artigo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

Atentas aos requisitos do mercado do livro didático, as gramáticas escolares escritas desde então aderiram amplamente à uniformização terminológica, prática que se mantém resistente às inovações oriundas da renovação teórica que se processa no campo da ciência linguística.

Um fruto bem conhecido dessa renovação é a *Estrutura da língua portuguesa*, obra publicada postumamente em 1970, em que o linguista brasileiro J. Mattoso Câmara Jr. Propôs uma classificação baseada na aliança de dois critérios. O primeiro agrupa as palavras em quatro classes amplas, de acordo com características semânticas e formais (critério morfossemântico) : NOME, VERBO, PRONOME, e CONECTIVOS. O segundo critério as discrimina, dentro da respectiva classe ampla, conforme as posições que ocupam e as combinações que aceitam na frase.

O verbo apresenta um paradigma exclusivo, pois só ele se flexiona em tempo-modo e número-pessoa. O nome e o pronome, por sua vez, são palavras

dotadas de número e gênero, expressos pelo mesmo mecanismo flexional. A diferença entre eles se baseia, de um lado, na maneira pela qual fazem referência aos conteúdos comunicados, e, de outro, em certas propriedades formais exclusivas de uma subclasse dos pronomes, como veremos mais à frente.

Os nomes realizam uma referência a seres ou a classes de seres, que permite distingui-los no conjunto de nossas experiências biossociais. Os pronomes, por sua vez, efetuam uma referência que os interlocutores só identificam quando compartilham o contexto e/ou a situação comunicativa. Em *As roupas sujas ficam no cesto redondo*, ‘roupa’, ‘sujas’, ‘cesto’ e ‘redondo’ são nomes porque permitem reter na memória a identidade de algum objeto conhecido, igual a si mesmo independentemente do contexto ou da situação em que o enunciado seja proferido. Pensemos agora em *Essas roupas ficam naquele cesto*. Para ser compreendido, esse enunciado tem de ser proferido em uma situação comunicativa que permita ao destinatário interpretar corretamente a referência de ‘essas’ e ‘aquele’. Essa interpretação só é possível se a situação comunicativa for compartilhada com o emissor do enunciado. Logo, ‘essas’ e ‘aquele’ são pronomes. Levando mais longe a ligação entre pronomes e situação comunicativa, note-se o efeito das substituições em um enunciado ainda mais sintético: *Elas ficam ali*. As referências de ‘elas’ e ‘ali’ se tornaram dependentes da situação. Ambos são pronomes.

Do ponto de vista mórfico, uma parte dos pronomes apresenta formas distintas conforme a pessoa do discurso a que se referem. Entre estes pronomes, os denominados “pessoais” têm formas distintas para cumprir as funções de sujeito e complemento (eu/me/mim). Acrescente-se, quanto ao aspecto mórfico, que vários pronomes apresentam, ao lado das formas masculina e feminina, uma terceira forma “neutra” (cf. *aquilo*, em face de *aquela / aquela*).

O segundo critério de Mattoso Câmara Jr. Redistribui os nomes, os pronomes e os conectivos segundo características posicionais e combinatórias, isto é, sintáticas. O nome e o pronome podem ser substantivos, adjetivos ou advérbios; os conectivos podem ser conjunções ou preposições. Estes papéis

só podem ser identificados no contexto da frase: em *meus amigos mineiros*, *amigos* é o núcleo da construção, classificado por isso como substantivo, ao passo que *mineiros*, constituinte acessório, é um adjetivo; por outro lado, em *os povos amigos*, *amigos* funciona como adjetivo. Substantivos são termos nucleares ou determinados, e adjetivos são termos periféricos ou determinantes, para usar uma terminologia conhecida.

Na mesma linha de raciocínio, diz-se que em *Eles são meus amigos*, *eles*, sujeito da oração, é um pronome substantivo, enquanto *meus*, periférico em relação a *amigos*, é um pronome adjetivo. Ademais, o nome e o pronome podem funcionar como advérbios se o termo que acompanham é um verbo. É o que se passa com *alto* e *aqui* em *Eles conversavam alto* (nome adverbial) e *Eles conversavam aqui* (pronome adverbial).

Quanto aos conectivos, há, segundo Mattoso Câmara, os que ligam palavras (preposições) e os que ligam orações (conjunções). Assim, em *casa de tijolos*, *de* é uma preposição, cabendo, porém, a *enquanto* o papel de conjunção em *Ela ria enquanto você chorava*.

9. Considerações sobre a proposta de J.M.C.JR.

9.1 Conectivos

É insatisfatório o fundamento escolhido por Mattoso Câmara para distinguir preposições e conjunções. Com efeito, *e* é uma conjunção em *Paula e Vera são primas*, apesar de estar ligando palavras; *para* é uma preposição na frase '*Comprei esta cesta para jogar lixo*', embora ligue estruturas dotadas de verbo e sujeito, isto é, orações. Comparem-se: *para jogar lixo*, *para você jogar lixo*, *para que você jogue lixo*. Seria descritivamente antieconômico considerar o *para* ora conjunção, ora preposição. Na realidade, a preposição têm muito em comum com a conjunção subordinativa, já que a construção (vamos chamá-la de B) encabeçada por uma delas tem um valor sintático distinto da unidade precedente (vamos chamá-la de A). A construção maior, formada por A + B,

tem uma identidade formal e funcional projetada por sua base, o constituinte A. Na coordenação, a base vem duplicada: A e B são equivalentes.

Trocando em miúdos: a função de *cestas* em *Comprei cestas de plástico* equivale à do conjunto *cestas de plástico*. A diferença entre preposições e conjunções subordinativas consiste em que as primeiras introduzem estruturas sem conteúdo modo-temporal explícito (*Comprei esta cesta para você jogar o lixo*), enquanto as últimas introduzem estruturas cujo conteúdo modo-temporal se explicita (*Comprei esta cesta para que você jogue o lixo*). As conjunções coordenativas ligam quaisquer construções niveladas funcionalmente na frase: elas não criam novas funções, ao contrário dos outros conectivos. Assim, diante da frase *Soubemos que a chuva durou uma semana e os rios transbordaram*, percebemos que as estruturas *a chuva durou uma semana e os rios transbordaram* se igualam funcionalmente por intermédio do *e*; já em *Soubemos que os rios transbordaram porque a chuva durou uma semana*, as mesmas estruturas se acham numa relação hierárquica; a conjunção *porque* "criou" a função de adjunto adverbial exercida pela oração que ela introduz.

9.2 Pronome relativo

Sensível ao seu papel conectivo, Júlio Ribeiro lhe chamou pronome conjuntivo; Eduardo Carlos Pereira também se vale dessa terminologia, mas em caráter alternativo à designação pronome relativo.

O pronome relativo não tem lugar no quadro elaborado por Câmara Jr., que não prevê um papel conectivo para os pronomes, nem, tampouco, um papel pronominal para os conectivos. Proponho uma seção à parte para o pronome relativo, considerando sua natureza mista; deveria ter outra denominação – algo como ‘conectivo pronominal’ – e constituir uma classe independente. Não vou me estender mais sobre essa questão aqui. Remeto para o quadro final, em que se reúnem e se contrastam as características das diferentes classes de palavras.

9.3 Artigo e numeral

Passamos em seguida a examinar duas classes reconhecidas pela nomenclatura oficial brasileira, mas que não vêm discriminadas como tais na proposta de Mattoso Câmara: o artigo e o numeral. Veremos que não se trata de uma omissão, e sim de uma interpretação diferente.

Uma análise mais detida do que as gramáticas escolares chamam “artigo” poderia revelar que as unidades arroladas sob esta rubrica constituem subclasses dos pronomes demonstrativos e indefinidos. Os artigos definidos (*o, a, os, as*) perderam certos privilégios sintáticos dos pronomes demonstrativos propriamente ditos, mas guardam o valor dêitico de sua origem histórica. Eunice Pontes (s/d: 5), investigando a distribuição dos determinantes em português, chegou a afirmar que não encontrou evidência sintática que a levasse a considerar o artigo definido uma classe distinta dos demonstrativos. Este era também o pensamento de Vendryes (1943: 157), relativamente ao francês, e de Jespersen (1975: 85) em relação ao inglês.

Morfossintaticamente, não falta ao artigo qualquer das características dos pronomes demonstrativos: todos variam em gênero e número e apresentam uma forma “neutra”. Com efeito, em *Não entendi o que ele disse*, o *o* é o equivalente neutro da série *o, a, os, as* do mesmo modo que *isto, isso e aquilo* o são das séries encabeçadas por *este, esse e aquele*.

Para a língua espanhola, Llorach (1970: 170-1) manteve a classe dos artigos, restringindo esta denominação, entretanto, às formas ditas definidas, em face da diferença de privilégios sintáticos entre *el* e *un*. O mesmo se pode dizer do português, em que o que se opõe às formas *o, a, os, as* é a ausência delas. Este esquema é, aliás, o que se verifica na origem dessas formas, como esclarece Mattoso Câmara: “É uma forma pronominal nova, chamada tradicionalmente ‘artigo’, que o latim clássico desconhecia, mas se desenvolveu pouco a pouco no latim vulgar por uma extensão do emprego de um demonstrativo (...); assim, a sua ausência indicava **ipso facto** uma

referência indefinida, que podia ser mais enfática com a presença do numeral *unus, una* em nova função”. (1975: 97-8)

Em *Comprei os sapatos* e *Comprei sapatos*, a presença de *os* institui uma referência dêitica, ao passo que sua ausência indetermina, deixa indefinido o objeto *sapatos*. O que se opõe a *um, uma, uns, umas* é *vários, muitos*.

Quanto aos privilégios sintáticos, vale observar os seguintes dados: *Se você for à cidade comprar doces húngaros, compre uns doces pra mim* ou, simplesmente, *compre uns pra mim*. Por outro lado, se dissermos *Se você for à cidade comprar os doces húngaros...*, a sequência *traga os para mim* não é possível, se quisermos considerar aquele *os* um artigo. Donde se conclui que o artigo requer sempre a presença de um constituinte do sintagma nominal a que pertence para figurar no discurso, ao passo que *um, uma* não fazem esta exigência. Observe-se: *Apanhe as bolas azuis, mas deixe as amarelas onde estão*. Neste exemplo, *as bolas amarelas* forma um único sintagma; assim, a presença do adjetivo ‘amarelas’ satisfaz a exigência a que nos referimos e permite a ocorrência do *as* desacompanhado de bolas. Esta peculiaridade sintática nos parece suficiente para conferir às formas *o/a/os/as* uma classe à parte – artigos – distinta dos pronomes demonstrativos (*este/esse/aquele* e flexões) e dos pronomes indefinidos (*um/uma/uns/umas*).

Por fim, uma palavra sobre a classe tradicionalmente denominada *numerais*. Na *Estrutura*, Mattoso não chegou a fazer qualquer referência a eles. Já no *Dicionário de filologia e gramática* define-os como uma espécie de nome. Os numerais, como os nomes, ora são determinantes (posição periférica), ora determinados (posição nuclear), na estrutura do sintagma nominal. Semanticamente, são quantificadores definidos por oposição a *todo, muito, vários, menos*, etc, que são quantificadores indefinidos. Uma parte deles é variável em gênero (*dois / duas, quatrocentos / quatrocentas*).

Pelas definições que se leem nas gramáticas, vê-se que a designação de quantidade definida é que tem valido aos numerais uma classe à parte. Todavia, se parece “normal” considerar *dez, década, dezena* numerais, o mesmo não acontece quando se trata de *lustro, semana, hora, polegada*,

que, no entanto, também denotam quantidades determinadas. Cremos que as propriedades gramaticais – distribuição e morfologia – desses vocábulos são muito mais relevantes. Do ponto de vista da morfologia lexical, a associação observada entre *quinzena* e *quinzenal* é a mesma que vincula *mês* a *mensal*, *semana* a *semanal*. Também em *decímetro*, *quinquênio*, vemos numerais formando compostos como raízes nominais em aglutinação. Por essas razões, as formas que nossas gramáticas classificam como numerais pertencem à ampla classe dos nomes, ora substantivos, ora adjetivos.

10. Quadro sinóptico

	A (Características morfológicas)	B (Características sintáticas)	C (Características semânticas)
Nome (substantivo)	É dotado de gênero gramatical (masculino / feminino) e passível de variação em número (singular /plural). O gênero respectivo pode ser indicado na forma: <i>primo</i> [m.]/ <i>prima</i> [f.]; <i>coroamento</i> [m.], <i>coroação</i> [f.]. A variação de número é sempre expressa na forma: <i>primo/primos</i> ; <i>anel/anéis</i> .	Ocupa a base de um SN para a função de sujeito ou de complemento. No desempenho de função referencial (v. coluna C), depende, geralmente, de outras palavras adjuntas, para as quais pode transferir as categorias mencionadas na coluna A: <i>o primo / a prima</i> , <i>meu outro primo/minha outra prima</i> , <i>esse primo famoso/essa prima famosa</i> .	Sua função primordial na comunicação é “dar nome”, ou, em sentido mais técnico, possibilitar a objetivação de um conteúdo de consciência por meio de um ato referencial.

continua

	A (Características morfológicas)	B (Características sintáticas)	C (Características semânticas)
Nome (adjetivo)	Pode apresentar variação de forma para distinguir feminino de masculino (muro <i>alto</i> /cerca <i>alta</i>) e plural de singular (muro <i>alto</i> /muros <i>altos</i>), sempre de acordo com a condição prevista na coluna B do substantivo.	Ocorre sempre acompanhando um substantivo ou a ele se referindo por intermédio de um verbo na função de adjunto (caverna <i>escura</i>) ou de predicativo (a caverna é <i>escura</i> /ela é <i>escura</i>)	Expressa um atributo qualificador ou propriedade classificatória de uma entidade nomeada pelo substantivo (castelo <i>mal-assombrado</i> , carta <i>extensa</i> ; castelo <i>medieval</i> , carta <i>comercial</i>)
Nome (advérbio)	É sempre uma forma derivada de um nome adjetivo, seja por conversão, seja por derivação sufixal.	Acompanha – em carácter acessório – verbo (Conversavam <i>calmamente</i> / <i>frequentemente</i> / <i>baixinho</i>), nome adjetivo (<i>ricamente</i> vestidas) ou oração (<i>Felizmente</i> todos se salvaram).	Expressa uma variedade de circunstâncias associadas ao significado do nome adjetivo básico (Conversavam <i>calmamente</i> / <i>baixinho</i> (modo) / <i>raramente</i> (frequência), <i>Felizmente</i> todos se salvaram (ponto de vista/opinião).
Verbo	Apresenta um conjunto (paradigma) de formas exclusivo para exprimir e distinguir épocas ou momentos em que se passam fatos ou se observam situações: a nuvem <i>cobre</i> a montanha / a nuvem <i>cobria</i> a montanha / a nuvem <i>cobrirá</i> a montanha.	É sempre parte obrigatória do que chamamos uma oração.	Representa situações, processos, ações (a nuvem <i>cobre</i> a montanha /a pedra <i>rolou</i> do morro / <i>pintei</i> a parede).

continua

	A (Características morfológicas)	B (Características sintáticas)	C (Características semânticas)
Pronome (substantivo)	Apresenta formas diferentes para distinguir pessoa gramatical (<i>eu/ tu/ele isto/isso/aquilo</i>) e funções sintáticas (<i>eu/ me/mim, ele/o</i>); distingue singular e plural com formas diferentes (<i>eu/ nós</i>) ou variando de forma (<i>você/vocês, ele/eles, </i>); varia de forma também para especificar a distinção masculino <i>versus</i> feminino (<i>ele/ela; este/esta; meu/ minha</i>) ou para neutralizar tal diferença (<i>isto/isso/ aquilo/alguém/nada</i>).	Preenche o lugar do SN nos papéis de sujeito (<i>eu/nós/ ele</i>), complemento de verbo (<i>me/nos/o</i>) e complemento de preposição (<i>mim/nós/ ele</i>).	Expressa uma variedade de sentidos (pessoa gramatical, localização, posse, identidade, diferença, quantidade/ espécie indeterminada)
Pronome (adjetivo)	Apresenta formas diferentes para distinguir pessoa gramatical (<i>este/ esse/aquele</i>); distingue masculino e feminino, singular e plural variando de forma (<i>este/esta/estes/ estas; meu /minha/ meus/ minhas</i>).	Antepõe-se – e eventualmente se pospõe – ao substantivo (<i>esse muro/ muro esse, o meu primo/ um primo meu, algum sapato/ sapato algum, outro sapato</i>).	Expressa uma variedade de sentidos (pessoa gramatical, localização, posse, identidade, diferença, quantidade/ espécie indeterminada)

continua

	A (Características morfológicas)	B (Características sintáticas)	C (Características semânticas)
Pronome (advérbio)	É invariável	Acompanha verbo (trabalha <i>aqui</i> , voltará <i>amanhã</i>), nome adjetivo (eram <i>tão</i> pobres) e outro advérbio (acordei <i> muito</i> tarde).	Exprime três conjuntos básicos de noções: a) <u>dêicticas</u> : o lugar(ex.: trabalha <i>aqui</i>), o tempo (ex.: nasceu <i>ontem</i>) e o modo (andava <i>assim</i>) do fato enunciado; b) <u>quantificadoras</u> : a intensidade de atributos e processos (<i>muito</i> rápido, fala <i>pouco</i>) e a frequência do fato (está <i>sempre</i> sozinho); c) <u>escalares</u> : o lugar (lavar por <i>fora/ dentro</i>); o tempo (acordam <i>cedo/tarde</i>).
Artigo	Varia de forma, distinguindo masculino de feminino (<i>o</i> muro/ <i>a</i> parede) e singular de plural (<i>o</i> muro/ <i>os</i> muros)	Sua ocorrência implica sempre a existência de um substantivo, claro ou elíptico. Posiciona-se ordinariamente no início do SN, precedendo várias outras palavras – p. ex., os pronomes que também se antepõem ao substantivo (<i>o</i> sapato, <i>o</i> outro muro, <i>o</i> meu outro sapato)	A função semântica primária do artigo é caracterizar a entidade denotada pelo substantivo como conhecida na situação comunicativa, seja em referência à espécie (<i>O</i> gato é um animal doméstico), seja em referência a uma situação específica (Lúcia levou <i>o</i> gato para vacinar)

continua

	A (Características morfológicas)	B (Características sintáticas)	C (Características semânticas)
Conectivo de coordenação (Conjunção Coordenativa)	É invariável.	Ocorre na fronteira de duas palavras, de duas construções, de duas orações.	Expressa uma variedade de sentidos ao relacionar pelo menos duas palavras, duas construções, duas orações equivalentes quanto à função: Comprei calças <i>e</i> camisas (dois objetos diretos); Vocês vieram de ônibus <i>ou</i> de avião? (dois adjuntos adverbiais); Come muito, <i>mas</i> é magro (duas orações independentes).
Conectivo de subordinação I (Preposição)	Não muda de forma, é invariável.	Vem sempre anteposta a uma unidade nominal para formar com ela uma estrutura no papel de adjunto ou de complemento: café <i>sem açúcar</i> ; sentou <i>para descansar</i> ; acredite <i>em mim</i> .	Expressa uma variedade de sentidos entre as palavras ou construções que esteja conectando. Quando é selecionada pela palavra que a precede, a preposição pode ter seu significado esvaziado. Nesse caso, a construção que ela introduz tem o papel de complemento. Ex.: preciso <i>de ajuda</i> ; acredite <i>em mim</i> .

continua

	A (Características morfológicas)	B (Características sintáticas)	C (Características semânticas)
Conectivo de subordinação 2 (Conjunção subordinativa)	É invariável.	Precede uma oração provida de tempo especificado, com a qual forma uma construção no papel de adjunto (conj. adverbial) ou de complemento (conj. integrante), traço que tem em comum com a preposição.	Como introdutora de orações adverbiais, expressa uma variedade de significados: tempo, causa, condição, consequência etc. Como introdutora de oração completiva, pode ser fatural (que) ou hipotética (se).
Conectivo de subordinação 3 (Pronome [substantivo, adjetivo ou adverbial] relativo)	Quando é substantivo, compreende uma forma invariável (que) e um quarteto de formas que variam em gênero e número (o qual / a qual / os quais / as quais); quando é adjetivo, também é variável em gênero e número (cujo / cuja / cujos / cujas); quando é advérbio, é invariável (onde / como / quando)	Integra uma construção oracional – ao mesmo tempo que conecta essa construção ao antecedente nominal imediato – e, sendo variável, absorve os traços de gênero e número desse antecedente (<i>o qual</i> etc.) ou do substantivo subsequente (<i>cujo</i> etc.)	Em função substantiva, este conectivo é estritamente anafórico, a exemplo dos pronomes pessoais. No caso específico da série adjetiva <i>cujo/ cuja/ cujos/ cujas</i> , soma-se ao valor anafórico um leque de sentidos – com destaque para posse ou parte – que se depreendem de seu emprego como adjunto: a criança <i>cujos</i> pais...; o livro <i>cuja</i> capa... No papel adverbial, denotam lugar (<i>onde</i>), modo (<i>como</i>) e tempo (<i>quando</i>)

Finalizando

Ao se assumir movida pelo compromisso em oferecer subsídios para um tratamento didático do tema ‘classes de palavras’, nossa proposta buscou um equilíbrio entre a tradição consolidada nas gramáticas escolares e a revisão classificatória conduzida pelo linguista que deu início à modernização dos estudos gramaticais no Brasil. Desse modo, acolhemos o espírito geral da proposta de Mattoso Câmara, que parte do agrupamento das palavras em quatro grandes classes morfossemânticas – *nomes*, *verbo*, *pronomes* e *conectivos* – e, em seguida, as subclassifica no interior de cada grupo por critério sintagmático. Essa taxonomia não modifica substancialmente a tradicional, mas procura reduzir o problema da heterogeneidade de critérios.

Algumas particularidades não foram abordadas por limitação de espaço do presente texto. A classe dos pronomes, por exemplo, comporta subclasses, já identificadas pelos rótulos tradicionais – pessoais, indefinidos, etc. – mas não suficientemente caracterizadas em função de suas peculiaridades sintáticas. Numa comunicação intitulada "Os Determinantes em Português", Eunice Pontes examinou algumas dessas subclasses; entre elas a dos *referenciadores*, que se distinguem dos *indefinidos* por poderem vir precedidos de "todos os" (cf. todos os *outros* / *mesmos* / *tais* meninos), o que não acontece com os indefinidos (cf. *todos* ou *alguns* meninos). Por sua vez, os indefinidos ocorrem nas construções partitivas (cf. *alguns dos* meninos).

O primeiro requisito para uma abordagem proveitosa das classes de palavras é estar sensível às limitações do modelo tradicional herdado da análise das línguas clássicas. Afinal, esse é o modelo mais completo de que dispomos. Mesmo as gramáticas mais ambiciosas e modernas se apoiam nele. Em nível universitário, a tarefa central do professor é investigar esse modelo em sua natureza e limitações; no 2o grau, chamar a atenção para essas limitações, a fim de familiarizar o estudante com o status da linguagem como objeto de conhecimento científico e filosófico. No 1o grau, cabe-nos apresentar, sem envolvimento crítico, o modelo, evitando, porém, certas

definições viciosas que, exclusivamente baseadas no significado, têm pouca abrangência, tendem a ser subjetivas e acabam se revelando imprestáveis como pistas para reconhecimento da classe ou categoria em questão.

Toda classificação é fruto da observação de caracteres que, relevantes de um certo ponto de vista, são comuns a um conjunto de fenômenos ou objetos. Iniciar o aluno na taxonomia é, portanto, desenvolver a habilidade racional da observação e da organização dos dados da nossa experiência. Tarefa de todos os professores, de todas as disciplinas. Trabalho integrado do qual se extraem as consequências para aplicação no objeto particular de cada disciplina.

Subsídios bibliográficos

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de filologia e gramática**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1964.

_____. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Problemas de linguística descritiva**. Petrópolis: Vozes, 1969.

_____. Sobre a classificação das palavras. In: ---. **Dispersos**. Sel. e introd. de Carlos Eduardo Falcão Uchoa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. p. 3-7.

CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática da língua portuguesa**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Fename, 1975.

FERNANDES, Eulália. Classes de palavras: um passeio pela História. In: VALENTE, André (org.) **Língua, linguística e literatura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 139-152.

JESPERSEN, Otto. **The philosophy of grammar**. London: George Alien & Unwin, 1975.

LLORACH, Emilio Alarcos. **Estudios de gramática funcional del español**. Madrid: Gredos, 1970.

LYONS, John. **Introduction to theoretical linguistics** [1968]. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

PONTES, Eunice. Os determinantes em português. Revista Tempo Brasileiro (53/54). RJ: Tempo Brasileiro, 1978.

ROSA, João Guimarães. **Tutaméia (terceiras estórias)**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística general** [1945]. Traducción, prólogo y notas de Amado Alonso. Buenos Aires: Editorial Losada S.A., 1961.

VENDRYES, Joseph. **El lenguaje**. Trad. Manuel de Montoliu y José M. Casas. Barcelona: Ed. Cervantes, 1943.

Estruturas árabes no léxico ibero-românico¹

Arabic Structures in the Ibero-Romance Lexicon

Volker Noll*

RESUMO

Durante o período árabe (711-1492), as línguas ibero-românicas receberam um grande número de empréstimos tanto no léxico como na toponímia e hidronímia. Como os dicionários etimológicos costumam se limitar à análise individual de cada lema, este artigo se propõe a explicar as estruturas árabes subjacentes que influenciaram nas formas ibero-românicas.

Palavras-Chave: empréstimos árabes, etimologia, estruturas linguísticas árabes

ABSTRACT

Ibero-Romance integrated an important number of Arabic loanwords including toponyms and hydronyms, especially during the Moorish period (711-1492). This article aims to provide some explanatory notes on underlying Arabic language structures in these borrowings, as etymological dictionaries usually only refer to the headword in question.

Keywords: Arabic loanwords, etymology, Arabic language structures

Articlista convidado

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.509>

*Universidade de Münster, vnoll@uni-muenster.de, orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0261-747X>

1 Este artigo é a adaptação de um artigo publicado em língua alemã: “Arabische Strukturen im spanischen Wortgut”, in: FRANKE, A.-S.; ÁLVAREZ VIVES, V. (Org.). *Romaniae Pontes. Beiträge zur Sprache in der Gallo- und Iberoromania*. Berlin: Lang, 2018, p. 335-349.

Considerações iniciais

A história de al-Ándalus começou com a conquista da Península Ibérica por tribos árabes e berberes em 711 e chegou a um final com a rendição de Granada em 1492. Do ponto de vista militar, o fim da Reconquista já se anunciou no século XIII, quando, após a unificação dos reinos de Castela e Leão, os centros do Sul foram recuperados (Córdova 1236, Sevilha 1248, Cádiz 1262). A tomada de Faro em 1249 marcou o fim da Reconquista em Portugal. A seguir, os muçulmanos que foram batizados permaneceram na Península até o começo do século XVII quando a população mourisca foi expulsada da Espanha.

O contato com a cultura árabe teve múltiplas influências na economia e nas ciências da Península Ibérica e também sobre o vocabulário das línguas autóctones. Atualmente, o dicionário da Real Academia Española contém 1.274 palavras de origem árabe (árabe dialetal, árabe clássico, mediação moçárabe e formações híbridas) (cf. DRAE²³2014).² Nos dicionários atuais da língua portuguesa, o número de arabismos não alcança 700 lemas, no catalão são por volta de 350.

Num trabalho sobre o artigo *al* nas línguas ibero-românicas, Winet (2006, 299) estabeleceu, em perspectiva diacrônica, um corpus de arabismos que inclui 1.437 palavras em espanhol, 901 em português e 647 no catalão. Na área da toponímia, Lautensach (1960: 24, 32) identificou 2.343 elementos árabes na Espanha (incluindo a Catalunha). Conforme o mesmo autor, existem 290 nomes árabes ou arabizados na hidronímia da Península Ibérica, enquanto Terés (1986) lidou com até 436 hidrônimos de origem árabe em seu estudo.

2 No entanto, o mero número de empréstimos é relativo porque não informa sobre o uso e a frequência destes arabismos ou atribuições inseguras. Quanto a possíveis erros, o DRAE, p. ex., atribui a etimologia de *zafar* 'livrar-se de' a "ár. clás. *azāḥa* 'quitar'" (2014, s.v.). Contudo, a verdadeira origem da palavra é *ṣāff(i)* do árabe dialetal de al-Ándalus (CORRIENTE 2008, s.v. *saḥar*). Esta solução é confirmada pela presença de *ṣāfi* 'basta, chega!' no dialeto árabe de Marrocos.

Genealogicamente, o árabe pertence às línguas afro-asiáticas (semíticas), tipologicamente é uma língua flexionada baseada em radicais consonânticos. Em regra, um radical consta de três consoantes que constituem um conceito. A partir da modificação do radical por meio de alternância vocálica, reduplicações e diversos afixos, formam-se a morfologia e o vocabulário. A fim de sistematizar o funcionamento da derivação, a gramática árabe se serve de um modelo com base na variação do radical F-Ṣ-L ‘fazer’. Deste modo, o modelo *mafʿūl* aplicado ao radical K-T-B ‘escrever’ dá *maktūb* ‘escrito; carta’.

Ao contrário das línguas europeias, a estrutura escrita do árabe, moldada com a compilação das partes até então fragmentadas do Alcorão no meio de século VII, ficou notavelmente estável ao longo dos séculos. Além da forma standardizada do árabe (árabe escrito, neo-árabe), existe um grande número de dialetos entre os quais o magrebino do noroeste da África se afastou mais do padrão do que os outros. Porém, salvo o maltês, estes dialetos não se usam na escrita exceto em transliterações destinadas à aprendizagem de idiomas. Como língua do Alcorão e vínculo dos crentes, os muçulmanos acham imprescindível preservar a unidade da língua árabe sem dar nenhuma importância oficial aos dialetos.

A forma dos arabismos nas línguas ibero-românicas depende, por um lado, do sistema da língua de chegada, sobretudo na fonética. Na morfologia, por outro lado, destacam-se também estruturas subjacentes do árabe clássico e dialetal. Como os dicionários etimológicos costumam indicar estas estruturas apenas em relação ao lema respetivo, nos propomos a analisar aqui algumas características em conjunto. Contudo, não vamos examinar paralelismos sintáticos presentes nas variedades ibero-românicas antigas. Para aprofundar aspetos da gramática árabe remetemos para a obra de Corriente (2002).

1. Fonética e alfabeto

1.1 Consonantismo e assimilação

A língua árabe possui 28 consoantes que, na gramática tradicional, são divididas em “letras solares” e “letras lunares”. Na posição inicial, as letras solares assimilam o [l] do artigo determinativo árabe *al*. A denominação particular decorre da palavra *aš-šams* ‘o sol’ que exhibe este fenômeno. Refere-se a 14 consoantes que são as interdentais /t̪/, /d̪/, /ð̪/, as dentoalveolares /t/, /d/, /t̪/, /d̪/, /n/, as alveolares /r/, /l/, /s/, /z/, /ʃ/ e a pré-palatal /ʃ/. As 14 letras lunares (< ár. *al-qamar* ‘a lua’) não assimiladoras são, na maioria, fonemas com articulação labial ou (salvo /ǧ/ [(d)ʒ]) palatal e pós-palatal /b/, /m/, /w/, /f/, /ǧ/, /j/, /k/, /ħ/ [x], /ǧ/ [ɣ], /q/, /ħ/, /ʕ/, /ʔ/, /h/.³ Os dois tipos de aglutinação do artigo se refletem nos exemplos *alcáçova* < ár. *al-qaṣaba* e *açúcar* < ár. *as-sukkar*. Em *açúcar*, o artigo árabe foi reduzido ao *a-* inicial da palavra (cf. 2.2).

Foneticamente, o árabe não influenciou no sistema das línguas ibero-românicas. Contudo, notam-se processos adaptativos. Ao contrário das línguas românicas ocidentais, o árabe possui consoantes geminadas. É possível que a geminação tenha interferido no espanhol e no português antigos. Pois em combinação com a assimilação do artigo, a consoante longa [ss] (ár. *as-sukkar*) era interpretada como africada (esp. ant. *açúcar* [ts > s > θ]) em vez de converter-se simplesmente à sibilante [s]. Pode-se também que a associação com a africada [ts] se deva ao [s̠] apicoalveolar autóctone (que perdura no castelhano, no catalão assim como na Beira, no norte de Portugal) por ser mais chiante que o /s/ pré-dorsal árabe. Outro caso de adaptação ocorreu na preposição *ḥattā* que deu *hasta* [> st] em espanhol (pt. *até*).

No castelhano antigo, o *f-* inicial costumava transformar-se em [h-] na fala (na escrita, a partir do século XIV). Daí resulta uma interferência que incluiu também a fricativa faringal árabe [ħ]. Deste modo, *ḥattā* se anotava

3 Formalmente, deve-se notar que, na transliteração das palavras árabes, <j> é apresentada como <y>.

<fasta> ['hasta]. A fricativa velar [x], ainda ausente no espanhol antigo, foi substituída pela fricativa [f] como no exemplo *al-ḥayyāt* > esp. ant. *alfayate* (pt. *alfaiate*). Além disso, há casos de perda como em *al-maḥzan* > esp. *almacén* (cf. 2.1), pt. *armazém* (vs. cat. *magatzem*, it. *magazzino*).

Para além de velares e faringais típicas, o árabe possui quatro consoantes enfáticas (t, d, ḏ (z) s) cuja peculiaridade reside na velarização que influi também no ambiente vocálico. Nas línguas ibero-românicas, o ḏ enfático foi substituído pelo nexa [ld] (ár. *al-qāḏī* ‘juiz’ > esp., cat. *alcalde*, pt. *alcaide*; ár. *aḏ-dayʿa* ‘burgo’ > esp., cat. ant. *aldea*, pt. *aldeia*). A relação particular entre a consoante lateral e o ḏ se nota também na evolução do lat. *bellus* para *bèḏḏu* na Sicília e em partes da Calábria e da Apúlia. Não obstante, os árabes consideravam o ḏ enfático como um som que existia apenas em seu idioma e, por isso, chamavam o árabe a língua do *ḏāḏ*.

Resulta da descrição das consoantes acima que o [g] não faz parte do inventário fonético árabe (salvo em certos dialetos). Por conseguinte, o [g] românico foi substituído por [(d)ʒ] em árabe. Somente com base nesta substituição é possível explicar a evolução do lat. *Tagus* a Tejo. O espanhol que conservou a vogal original deslocou a consoante para a área velar na segunda metade do século XVI (esp. *Tajo* [ʒ > x]).

O [p] também não existe em árabe e foi substituído por [b]. Assim, Sevilha (lat. *Hispalis*) se chamava *Iṣbīliya* em árabe. Este topônimo ilustra também o tratamento que recebia o /s/ apicoalveolar [s̺] castelhano em árabe que era interpretado como [ʃ], devido a sua articulação algo chiente. Consequentemente, anotava-se com <ش š> na literatura aljamiada que se servia do alfabeto árabe. Palavras espanholas alteradas por esta substituição são *jabón* (orig. germ. → lat. vulg. **sapone*) cuja consoante inicial velar só pode ser explicada através da prepalatal árabe [ʃ-] (cf. pt. *sabão*) assim como *jibia* (< lat. *sepia*) cuja forma antiga é preservada na variante galega *xiba*.

O nexa árabe *-st-* em *mustaʿrab* ‘arabizado’ esteve sujeito a uma metátese que resultou em *moçárabe*. Os moçárabes eram cristãos sob o domínio árabe que falavam uma variedade ibero-românica nascida durante

a latinização antiga da Bética no sul da Península. A denominação deste grupo que poderia prestar-se a confusão se deve à adoção de modos de vida árabe depois da Conquista.

1.2 Vocalismo e acentuação

O árabe tem um sistema de vogais de dois níveis com as vogais básicas /i/, /a/, /u/. Fonologicamente, a língua distingue também entre vogais longas e breves. Nos dialetos modernos, as condições alofônicas são diferenciadas.

Um fenômeno fonético que já existia na Idade Média é a imala (ár. *imāla*). Trata-se do fechamento das vogais tônicas /ā/, /a/ que teve como resultados [ɛ: ɛ] ou, no caso extremo, [i: i]. O segundo degrau desta evolução é chamado *imala granadina*. Destaca-se em *Bib-Rambla*, uma praça em Granada onde havia uma porta do mesmo nome (ár. *bāb* ‘porta’ > [bi:b]) e, aliás, no caso já mencionado de lat. *Hispalis* > ar. *Isbīliya* > esp. *Sevilla*. No vocabulário espanhol comum, deparamos com *albañil* ‘pedreiro’ < ár. *al-bannā*? Elementos típicos de origem árabe na agricultura como *acequia* ‘regueira’ < ár. *as-sāqiya* e *aceña* (pt. *azinha*) < ár. *as-sāniya* mostram o primeiro degrau do fechamento. Outros elementos afetados são topônimos compostos com *Beni-* (< ár. *banū*, *banī* ‘filhos de ...’) que derivam de nomes de tribos, p. ex., *Benicasim* (Castellón) < *banī Qāsim* e *Benifató* (Alicante) < *banī Fathūn*; cf. 2.1). Atualmente, o artigo determinativo árabe *al* se pronuncia com imala até no árabe padrão ([ɛl ɛ-]). Mas os arabismos nas línguas ibero-românicas com artigo árabe aglutinado começam quase sempre com *a-* (cf. 3.2).⁴

Quanto à acentuação, o árabe aplica o princípio das regras do latim, ou seja, a penúltima é enfatizada se for longa, caso contrário a antepenúltima.⁵ Enquanto o português reproduz a forma proparoxítone árabe *al-qaṣaba* com

4 Uma exceção conhecida é *elixir* (< ár. *al-ʿiksīr*). A imala não ocorre em combinação com as consoantes enfáticas (t, ḏ, ḏ, ṣ) e o [q] uvular.

5 Existem exceções como os adjetivos relacionais oxítonos em *-ī* (> esp., pt., cat. *-í*; cf. 3.5).

alcáçova, o espanhol adiou o acento para a penúltima (esp. *alcazaba*). Como isto ocorreu sistematicamente, formas proparoxítonas como *cómodo* se reconhecem facilmente como cultismos.

1.3 Alfabeto e escrita

O alfabeto árabe é perfeitamente adaptado à estrutura consonântica dos radicais de modo que é possível limitar-se à representação das consoantes e das vogais longas na escrita. Contudo, isto gera certa ambiguidade, dado nem <j> e <ī>, nem <w> e <ū> se distinguem na grafia. Existe um inventário de marcas diacríticas que indicam por cima e por baixo da linha vogais breves, a falta de vogais e consoantes longas. Mas a notação vocalizada só se usa no Alcorão e em livros didáticos. Sem vocalização, o leitor deve discernir por si mesmo se, p. ex., o carácter <j> representa <j>, <jj>, <ī>, <aj> ou <ja>.

Por conseguinte, o alfabeto árabe é deficiente na notação de línguas que têm uma estrutura morfológica diferente. As limitações são ainda mais significativas quando se trata de um vocalismo variado com três ou quatro níveis. A fim de contornar estas dificuldades, o turco adotou o alfabeto latino em 1928. Na história linguística da Península Ibérica, os problemas de notação concernem sobretudo à interpretação das carjas (esp. *jarchas*). São as estrofes finais de poemas do género chamado *muwaššah* (existe também uma série hebraica), escritas em árabe a partir do século XI que contêm também formas românicas (moçárabes). O exemplo seguinte faz parte da carja XXXV (cf. GALMÉS DE FUENTES 1994, 34):

bkʔlh ʔl ʔqd	Bokēlla ^h al-ʔiqdi,	Boquita de collar,
dlj km ʔlšhd	dolche komo-š-šuhdi,	dulce como la miel,
bʔn bjm	ven, bėjame.	ven, bésame.

A coluna da esquerda representa a transliteração árabe, a do meio a interpretação vocalizada e a da direita a tradução ao espanhol moderno. É

manifesto que o vocalismo românico exposto aqui se restituiu unicamente a base de formas conhecidas. Só o <-h> na primeira linha representa o -a final de *bokella* (f.), dado que a desinência do feminino árabe se nota com <-h> acrescentado de dois pontos diacríticos < ̣ > (chamado *tāʾ marbūʿa*). Por isso, a transliteração da desinência feminina árabe varia entre -a e -ah. Em <dl̥j>, a consoante <j̥> [(d)ʒ] representa o [tʃ] românico, visto que a africada surda não faz parte do alfabeto árabe. Em <b̥jm> “bésame”, portanto, a grafia corresponde à fricativa sonora (cf. pt. *beija-me*).

A notação meramente consonântica dos elementos moçárabes nas carjas sugere que os escriturários tinham um bom conhecimento da variedade românica, pois, na escrita árabe, palavras estrangeiras costumam reproduzir-se com vogais longas (cf. ingl. *telephone* > ár. <tlīfūn>). Em contrapartida, na literatura aljamiada dos mouriscos batizados à força (depois de 1492), os textos espanhóis escritos no alfabeto árabe apresentam sistematicamente as marcas diacríticas. A palavra *aljamiado* deriva do ár. *ʿaḡamī* ‘bárbaro, persa; não árabe’. É interessante constatar que o verbo correspondente *aḡama* tem o significado ‘colocar marcas diacríticas’. O uso do alfabeto árabe para anotar textos espanhóis (sobretudo aragoneses) exprime a dedicação dos novos cristãos à sua cultura de origem.

2. Morfologia

2.1 O substantivo

O árabe distingue dos géneros gramaticais, o masculino e o feminino. Nas formas indeterminadas, o feminino termina geralmente em -a^{tan} (*muslima^{tan}*) que corresponde a -a [a] na posição final (transliterada -a ou -ah). O [t] da desinência só aparece na inflexão (formação do plural, construções genitivas). Na declinação, o nominativo, o genitivo e o acusativo (o dativo é preposicional) têm as desinências -u, -i, -a no masculino em nomes determinados e, respetivamente, -atu, -ati, -ata no feminino. Há

também substantivos diptóticos com nominativo e uma forma oblíqua só. Com vista às línguas ibero-românicas, a morfossintaxe árabe se manifesta sobretudo na aglutinação do artigo assim como nas construções genitivas em topônimos e hidrônimos (cf. 3.3).

Em conexão com a inflexão, é significativo que o árabe tenha reduzido e modificado as terminações na língua falada já na Idade Média. Esta forma de linguagem é comumente chamada de árabe médio (cf. VERSTEEGH 2006-09, s.v. *Middle Arabic*). A denominação se refere à reestruturação, não é entendida como uma época intermediária como, por exemplo, o francês médio. Enquanto, na língua padrão, ‘a língua árabe’ se diz *al-luġatu ‘l-‘arabīyatu*, a língua falada realiza *al-luġa ‘l-‘arabīya*.

O plural regular “sano” se forma por sufixação (*muslim^{un}* (m.) > *muslimūn^a*, *muslima^{un}* (f.) > *muslimāt^{un}*). Para além disso, o árabe dispõe do dual com as desinências *-ānⁱ* (Nom.) e *-āynⁱ* (Gen./Ac.). Como aconteceu na formação das línguas românicas, o árabe coloquial prefere as formas flexivas oblíquas. Por conseguinte, os dialetos modernos não formam o plural em *-ūn^a*, mas em *-īn* (> *muslimīn* ‘muçulmanos’). O topónimo *Alcalatén* (Castellón) representa o dual (→ ‘as duas fortalezas’) do étimo árabe *al-qal‘a* ‘a fortaleza’. Consequentemente, não se trata do nominativo *al-qal‘tān*, mas da forma oblíqua *al-qal‘tayn* como, aliás, no nome do emirado de Barém ‘dois mares’ (< ár. *baħr* ‘mar’). O caso oblíquo está também na base de topônimos de origem tribal com *Beni-* (ár. *banī*, obl. de *banū* ‘filhos de ...’). *Benicasim*, em Catalunha (cat. *Benicàssim*), vem de *banī Qāsīm*. Em contrapartida, a história da África do Norte fala dos Banū Hilāl, na forma nominativa (“-ū”) e gramaticalmente correta. Estes tribos invadiram e arabizaram o Magrebe a partir do século XI, eliminando a variedade românica ainda existente sobretudo na área da Tunísia.

O árabe forma *nomina loci* a base de participios substantivados, prefixando, p. ex., o morfema *ma-* em *maħzan* < *ħazana* ‘guardar’ que deu *armazém* em português. *Magrebe* (< ár. *maġrib* ‘pôr-do-sol’) contém o participio ativo do verbo *ġaraba* ‘pôr-se’ (modelo *maf‘il*). Outra palavra

baseada no mesmo radical é *ġarb* ‘oeste’ que, com o artigo aglutinado, deu o nome ao Algarve. *Almocadém* (esp. ant. *almocadán*) provém do participio passivo substantivado *al-muqaddam* < ár. *qaddama* ‘antepor’ formado a partir do radical verbal II (cf. 2.4) e caracterizado pelo alongamento da segunda consoante (modelo *mufa^{sc}al*).

O diminutivo árabe se forma segundo o modelo *fu^{sc}ayl*. Assim, *albufeira* (esp. *albufera*) deriva do ár. *buhayra* ‘lago’ < *bahr* ‘mar’. Como a fricativa faringal surda [ħ] não existe nas línguas ibero-românicas, foi substituída pela fricativa [f] (cf. 2.1).

2.2 A aglutinação do artigo *al*

A aglutinação do artigo é sem dúvida a particularidade mais notória dos arabismos nas línguas ibero-românicas. Ao contrário do artigo determinativo românico, o artigo árabe *al* não indica nem gênero, nem número. Desde o início do século XX, os linguistas estavam conscientes de que havia um contraste entre o espanhol e o italiano quanto à aglutinação. Em 1931, o romanista v. Wartburg opôs arabismos com e sem artigo aglutinado em espanhol, português e catalão às formas geralmente sem artigo nos arabismos do italiano (1931, 226-227). A aglutinação ocorre também nas variedades do berbere, enquanto os arabismos nas outras línguas (turco, persa, suaíli, malaio etc.) carecem de formas aglutinadas.

Graças ao estudo de Winet (2006, 298-299; 319), é possível quantificar diacronicamente a extensão da aglutinação nas línguas ibero-românicas. O número de formas aglutinadas em relação às formas sem artigo é de 855 : 840 em espanhol, 517 : 518 em português e 309 : 434 em catalão. Há também palavras que apresentam ambas as variantes no decorrer da sua história (258 em espanhol, 134 em português e 96 no catalão).

Conforme estes resultados, o espanhol conta com um pouco mais de 50% de formas aglutinadas, enquanto, no catalão, a formas sem artigo montam a 70% (cf. esp. *algodón* vs. cat. *cotó*). A presença ou a falta do artigo

árabe (*al*, *aC-*) pode até indicar o caminho que certos arabismos tomaram antes de chegar ao centro da Europa, dado que as rotas principais originavam na Espanha e no sul da Itália. Assim, o contraste que existe entre fr. *sucre* e alem. *Zucker* frente a esp. *azúcar* aponta para a transferência italiana (cf. it. *zucchero*, lat. medieval *zuccarum*).

Desde os anos 1930, a linguística tentou explicar por qual motivo arabismos apresentavam o artigo aglutinado ou não (cf. o relatório em Noll 1996, 2006). A teoria preferida tem sido a da influência berbere (cf. CORRIENTE 2003, 61). Segundo esta teoria, é o emprego abusivo do artigo na fala árabe dos berberes que teria causado a aglutinação. Na verdade, isto é uma alegação que não explica nem o mecanismo da aglutinação, nem o paralelismo de formas com e sem artigo, nem a situação algo diferente no catalão. Não se sabe muito da fala árabe dos berberes na Península Ibérica. Contudo, não é provável que ficasse gramaticalmente defectiva através dos séculos, já que, em meados do século IX, eclesiásticos lamentavam que os moçárabes se exprimissem melhor em árabe que em latim. É preciso dar uma explicação que tome mais em consideração os próprios fatores linguísticos.

O artigo árabe *al* tem uma vogal inicial instável (ár. *alif al-wašl*). Quando as desinências flexionais (*-u*, *-i*, *-a*) deparam com o artigo, elidem sintaticamente sua vogal inicial. O contato com as 14 letras lunares (cf. 1.1) que não assimilam o [l] do artigo leva a 42 combinações possíveis do jeito { [ul il al]+letra lunar inicial }. 14 delas têm a forma *al*. O contato com as 14 letras solares gera igualmente 42 combinações. Mas dada a assimilação regressiva junto com a elisão da vogal inicial do artigo, resultam 42 alomorfos como {*a_ 's*}-*s*, {*u_ 't*}-*t* etc. Por conseguinte, a forma *al* só ocorre 14 vezes entre as 84 combinações possíveis. É claro que este cálculo nem tem em conta a frequência das formas, nem a redução das desinências na língua falada. Contudo, é óbvio que a grande variabilidade sintática do artigo contribuiu a impedir a aglutinação na maioria das línguas que integraram arabismos.

Acresce que intervém outro fenômeno fonético-sintático que resulta da elisão da vogal inicial do artigo. A perda da vogal (*al* > *'l*; *'s* etc.) que iguala

à perda de uma sílaba faz com que o artigo restante (p. ex. [l]) seja enclítico ao elemento que precede e, com isto, separado silabicamente do substantivo que determina (→ ár. *šufti_ʾl* | *-walad* ‘você viu o menino’). Na línguas crioulas de base francesa, há centenas de exemplos que mostram, que a divisão silábica interferiu com a segmentação morfemática, incorporando uma parte do artigo ao substantivo. P. ex., fr. *les oiseaux* [le-zwazo] ‘os pássaros’ – parece que o plural da palavra é mais frequente que o singular – tornou-se *zwaso* ‘pássaro’ em crioulo (cf. BAKER 1984).

Na variedade árabe de al-Ándalus (esp. *árabe andalusí*), os dados linguísticos apresentam uma particularidade. Corriente apontou para o fato que, ao contrário das outras variedades, o árabe de al-Ándalus não praticava a elisão da vogal inicial do artigo, mantendo *a-* em todas as circunstâncias.⁶ No contexto das explicações dadas acima, esta particularidade anula a separação silábica entre o artigo e o substantivo que determina (→ ár. *šufti* | *al-walad*). Além disso, a vogal inicial *a-* é conservada em todas as 84 combinações sintáticas consideradas e, na metade dos casos (→ 42) quando se trata de letras lunares, a forma é mesmo *al*. Devido à frequência, *a-*, *al* devem ter adquirido quase um status de sinal identificador para substantivos.

O paralelismo de formas aglutinadas e de empréstimos sem artigo nas línguas ibero-românicas (e as variedades berberes) tem uma explicação sociolinguística. Al-Ándalus e o Noroeste da África são territórios onde existia um bilinguismo prolongado com a língua árabe. Isto nunca foi o caso

6 “D’une façon tout a fait exceptionnelle, l’article défini en arabe andalou *ʔal+* ne perd pas sa voyelle sous l’élision, comme cela se produit dans le reste des formes de l’arabe ancien, arabe standard et néo-arabe, ce qui se reflète dans les graphies arabes comme dans IQ 9/4/4 >tağli alrāḥah< « tu retabliras le repos », 40/4/2 >alṣaqli arrāğih< « la raison pondérée », et dans les transcriptions romanes comme dans Alcalá 9 *naāti al kóbz* « je donne le pain », *mi alhayé* « eau-de-vie », mais aussi dans quelques noms de lieu : *Benialfaquí* (Alicante) < arabe andalou *bani ʔalfaquí* « les fils du fakih », *Binialmara* (Mallorca) < arabe andalou *bani ʔalmará* « les fils de la femme ». Même avec les prépositions *bi+*, *li+* et *fi+* on trouve des contractions avec chute de la voyelle /i/ [...]” (CORRIENTE et al. 2015, 103).

nas sociedades turca, persa etc. Na Sicília, a dominação árabe (827-1091) não perdurou, limitando-se a zona de influência de Palermo.

Por conseguinte, as formas ibero-românicas aglutinadas podem ser explicadas pela influência de dois fatores significativos. Estes são os meios bilíngues dos moçárabes em al-Ándalus em conexão com as partículas iniciais constantes *a-*, *al-* facilmente reconhecíveis. O menor número de aglutinações em catalão se conforma diacronicamente com a Reconquista antecipada do centro da Catalunha, o condado de Barcelona (801). As formas sem artigo têm origem no meio de contato tradicional, que naturalmente também existia na Península Ibérica como na Itália e em todas as outras áreas de contato no Oriente.

Há também empréstimos com o artigo aglutinado que foram introduzidos pela escrita, ou seja, pelas traduções. Neste contexto é importante destacar que o artigo árabe sempre forma uma unidade gráfica (e ótica) com o substantivo que segue. A despeito da assimilação fonética, a escrita nota por princípio ال *al* (p. ex., ريح <rīḥ> ‘vento’ → الريح <al-rīḥ> [a’rī:h] ‘o vento’). A adoção irrefletida da forma escritural se reconhece às vezes quando aparecem formas erradas que estão em desacordo com a realização fonética. Nos nomes de estrelas, nota-se a falta de assimilação de [l] diante as letras solares em *Aldebarã* (< ár. *ad-dabarān* ‘o que segue [as Plêiades]’) (constelação Touro) e em *Altair* (< ár. *aṭ-ṭā’ir* ‘o pássaro’) (constelação Águia). Neste último caso, existe também a forma correta *Atair*.

A proeminência do artigo árabe se repercute também em formas misturadas ou híbridas. Em *almirante* (cat. *almirall*) que deriva do ár. *ʿamīr* ‘príncipe, comandante’, *al-* não faz parte do étimo. Há até formas híbridas com elementos românicos como, no espanhol, *almatriche* ‘regueira’ (< ár. *al* + lat. *matrix*), *almena* ‘merlão’ (< ár. *al* + lat. *minae*), *azufre* ‘enxofre’ (*a* + lat. *sulphur*) (cf. MÜLLER 2004) e o topónimo *Alpuente* (Valencia). Estas formações realçam o papel de *al-* como sinal identificador que serviu até para estabelecer uma linhagem árabe de prestígio na linguagem.

2.3 Topônimos e hidrônimos. O *status constructus*

Na hidronímia, a Península Ibérica registra numerosos nomes de origem árabe que têm uma conexão com *Guad-* (em Portugal também *Od-*). Esta é uma peculiaridade linguística na medida em que os nomes dos rios estão geralmente entre os elementos mais estáveis diacronicamente que existem desde os tempos mais remotos. *Guad-* deriva do ár. *wād(in)* (ou *wādī* + N). Ao contrário do ár. *nahr* ‘rio’, denota um leito de rio, o que reflete as condições climáticas do sul da Europa e do Oriente, onde os rios podem secar na estação quente.

O desenvolvimento fonético da palavra segue uma tendência românica de evitar a labiovelar [w] em conexão com [a] no nexos inicial *wa-* e de apoiá-lo por uma consonância protética. O resultado foi o nexos *gua-* com a velar homorgânica protética [g]. O mesmo desenvolvimento ocorreu nos empréstimos germânicos respetivos (cf. germ. **wardōn* > it. *guardare*, esp. *guardar*, fr. *garder*).

Os topônimos e hidrônimos constituem com frequência grupos nominais cuja relação se define, conforme a gramática árabe, como *status constructus*. Nesta construção, ambos os substantivos estão determinados, embora o artigo só apareça diante do genitivo que segue. *Guadalajara* deriva da forma árabe dialetal *wād al-ḥaġāra* (ár. *wādī 'l-ḥiġāra*) ‘o álveo das pedras’. *Guadiana* é uma formação híbrida com um nome próprio (< ár. *wādī* + *Ana*). É possível que tenha conservado a vogal final *-ī* de *wādī*, portanto, existem também variantes do nome como *Yāna* (cf. TERÉS 1986, 454).

O exemplo do rio Guadiana mostra que, no caso de nomes próprios, o artigo árabe é omitido. Trata-se de uma justaposição como em *Calatayud* (Zaragoza) < ár. *qal'at 'Ayyūb* ‘a fortaleza de 'Ayyūb’ (Jó) e também *Gibraltar* < ár. *ġabal Ṭāriq* ‘o monte de Tárique’.

Quando um adjetivo atributivo e um substantivo se combinam, ambos levam o artigo em árabe, como é o caso no superlativo francês (*la maison la plus riche* ‘a casa mais rica’). Uma exceção notável é *Guadalquivir* (< ár.

dialetal *al-wād al-kibīr*, ár. *al-wādī 'l-kabīr* ‘o rio grande’). A omissão do artigo antes do substantivo aqui só pode ser explicada em analogia com as numerosas formas em *Guad-*.

2.4 O verbo

Chama a atenção o fato que, entre os empréstimos árabes, se encontram poucos verbos. O dicionário da Real Academia Española (DRAE 2014) conta apenas 30 que, na maioria, são derivações denominais. Isto está sem dúvida relacionado à estrutura dos radicais árabes a qual implica uma alta variabilidade morfológica dos verbos. Como não há infinitivo, a forma canônica do verbo é a 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito (*kataba* ‘ele escreveu’). Neste caso, as especificações número-pessoais se realizam por meio de sufixos (*katabta* ‘você escreveu’), o aspeto imperfectivo é formado tanto com prefixos como sufixos (*yaktubūn*^a ‘eles escrevem’). Além disso, existe um sistema de derivação com dez formas verbais (listadas com os numerais romanos I-X) que acarretam nuanças de sentido. A forma VIII, p. ex., introduz o infixo {t} no radical K-T-B: *kataba* ‘escrever’ > *iktataba* ‘firmar’, *istiktāb* ‘ditado’. Em comparação com as bases facilmente reconhecíveis das línguas românicas, este sistema é bastante opaco quando se trata de identificar uma forma verbal própria para o empréstimo.

Não obstante, a forma IV do verbo árabe, com prefixação de *a-* e significado factitivo (ár. *kataba* > *aktaba* ‘ditar’), foi colocado em conexão causal com formações verbais parecidas nas línguas ibero-românicas (cf. SALOMONSKI 1944). Todavia, não é preciso recorrer ao modelo árabe para explicar uma forma como *assentar*, dado que existe uma alternativa morfológica evidente que é a prefixação latina com *ad-* (**adsedentare* < lat. *sedēre*). Até no caso de *aforrar* (esp. ant. *aforrar*, esp. *ahorrar*) cujo étimo é mesmo árabe, a referência à forma IV não é contundente. Pois na língua árabe, só existe a forma II deste verbo (ár. *ḥarrara* ‘liberar’). Contudo, outra palavra derivada do mesmo radical é o adjetivo *ḥurr* ‘livre’ que deu *forro*,

horro ‘livre’ em português, catalão e espanhol (cf. pt. *carta de alforria*). No caso dos verbos *aforrar*, *ahorrar* se trata de uma derivação deadjetival, visto que, na forma catalã *alforrar*, destaca-se a parte <a> que é o artigo árabe. Por conseguinte, o étimo que deu origem à derivação deve ser o adjetivo substantivado *al-ḥurr* ‘o [escravo] libertado’ (→ *alforrar*, *ahorrar*).

2.5 O adjetivo

Na língua espanhola, há por volta de 130 adjetivos de origem árabe (cf. DRAE 2014). 33 destes empréstimos têm uma forma particular oxítone em *-í* (pl. *-ies*) e carecem da terminação específica do feminino. Derivam do adjetivo relacional árabe, chamado *nisba*, com as desinências *-ī* (m.) e *-īya* (f.) em árabe (p. ex., ár. *‘arabī*, *‘arabīya* ‘árabe’). Estas formações se referem ao mundo árabe-islâmico (esp. *marroquí*, *alfonsí*), mas pararam de ser produtivas nas línguas ibero-românicas. O português e o catalão têm um número reduzido das formações árabes em /i/ final (cf. esp. *marroquí* vs. pt. *marroquino*, *-a* vs. cat. *marroquí*, *-ina*; esp. *paquistaní* vs. pt. *paquistanês*). Existem também nominalizações como *javali* (esp. *jabali*) < ár. *ǧabalī* ‘montanhoso, do monte’ e *maravedi* (< ár. *murābiṭī*), uma moeda cunhada pelos almorávides na Península Ibérica.

No nome da Alhambra ‘a (fortaleza) vermelha’, deparamos com outra formação adjetival. Em árabe, os adjetivos de cor têm formas peculiares. *Ḥamrāʾ* (modelo *faʿlāʾ*) é o feminino de *ʾaḥmar* ‘vermelho’. Conforme a fonotática da língua espanhola e as leis de contato de sílabas, o nexos heterossilábico *-m|r-* integrou a consoante epentética [b] a fim de reduzir a sonoridade do ataque da segunda sílaba. Outra formação adjetival em combinação com uma cor é Canilla de Albaida, um município na província de Málaga. Como Alhambra, *Albaida* junta o artigo determinativo a um adjetivo de cor árabe no feminino. A forma *bayḍāʾ* ‘branca’ (m. *abyaḍ*) é a mesma que faz parte do nome autóctone da cidade marroquina de Casablanca (ár. *ad-dār al-bayḍāʾ*).

Bibliografia

BAKER, Ph. The Significance of Agglutinated French Articles in the Creole Languages of the Indian Ocean and Elsewhere. In: SEBBA, M; TODD, L. (Orgs.). **Papers From the York Creole Conference**, 24–27 September 1983. University of York, Department of Language, p. 1-10, 1984.

CORRIENTE, F. **Gramática árabe**. Barcelona: Herder, ²2002.

CORRIENTE, F. **Diccionario de arabismos y voces afines en iberorromance**. Madrid: Gredos, ²2003.

CORRIENTE, F. **Dictionary of Arabic and Allied Loanwords. Spanish, Portuguese, Catalan, Galician and Kindred Dialects..** Leiden – Boston: Brill, 2008.

CORRIENTE, F.; PEREIRA, Ch.; VICENTE, Á. **Aperçu grammatical du faisceau dialectal arabe andalou. Perspectives synchroniques, diachroniques et panchroniques**. Berlin – Boston: de Gruyter, 2015.

DRAE. Real Academia Española. **Diccionario de la lengua española**. Madrid: Gredos, ²³2014.

LAUTENSACH, H. **Maurische Züge im geographischen Bild der Iberischen Halbinsel**. Bonn: Dümmlers, 1960.

MÜLLER, B. Die Arabisierung romanischer Wörter im Spanischen des Mittelalters. In: GIL, A.; OSTHUS, D.; POLZIN-HAUMANN, C. (Orgs.). **Romanische Sprachwissenschaft**. Zeugnisse für Vielfalt und Profil eines Faches. Festschrift für Christian Schmitt zum 60. Geburtstag. I. Frankfurt/M.: Lang, p. 203-211, 2004.

NOLL, V. Der arabische Artikel *al* und das Iberoromanische. In: LÜDTKE, Jens (Org.). **Romania Arabica. Festschrift für Reinhold Kontzi zum 70. Geburtstag**. Tübingen: Narr, p. 299-313, 1996.

NOLL, V. La aglutinación del artículo árabe *al* en el léxico español. In: ARNOLD, Rafael; LANGENBACHER-LIEBGOTT, J. (Orgs.). **Cosmos Léxico. Contribuciones a la Lexicografía y a la Lexicología Hispánicas**. Frankfurt/M.: Lang, p. 35-49, 2006.

NOLL, V. Arabische Strukturen im spanischen Wortgut. In: FRANKE, A.-S.; ÁLVAREZ VIVES, V. (Orgs.). **Romaniae Pontes. Beiträge zur Sprache in der Gallo- und Iberoromania**. Berlin: Lang, p. 335-349, 2018.

SALOMONSKI, E. **Funciones formativas del prefijo *a* estudiadas en el castellano antiguo**. Diss. Zürich, 1944.

TERÉS, E. **Materiales para el estudio de la toponimia hispanoárabe**. Nomina fluvial. Madrid: CSIC – Instituto de Filología, 1986.

VERSTEEGH, K. (Org.). **Encyclopedia of Arabic Language and Linguistics**. 5 vol. Leiden: Brill, 2006-09.

WARTBURG, W. v. Grundfragen der etymologischen Forschung. **Neue Jahrbücher für Wissenschaft und Jugendbildung** 7, p. 222-235, 1931.

WINET, M. **El artículo árabe en las lenguas iberorrománicas** (aspectos fonéticos, morfológicos y semánticos de la transferencia léxica). Córdoba: Universidad de Córdoba, 2006.

A “Gramática Popular” no contexto da gramática portuguesa do século XIX¹

The “Gramática Popular” in the context of the 19th century portuguese grammar

Maria Filomena Gonçalves*

RESUMO

Nas últimas décadas, tem vindo a ser compulsado o “corpus fundamental” das obras gramaticais (por ex. GONÇALVES, 1998). Apesar disso, não são poucos os textos relegados para uma “historiografia menor” da gramática portuguesa. É o que acontece com várias obras do subgénero “gramática escolar”. Publicados em coleções como a *Bibliotheca Popular* (1871) ou a *Bibliotheca do Povo e das Escolas* (1882), alguns desses textos assumem o carácter de “gramática popular”. A partir de um “estado da questão” sobre a gramática escolar no último quartel do século XIX, neste artigo analisam-se, em especial, as “gramáticas populares” como textos metalinguísticos que apresentam características estruturais, conceptuais, terminológicas e discursivas sintonizadas com o objetivo de levar ao grande público um conhecimento acessível e atualizado.

Palavras-chave: gramática popular; gramática escolar; português; língua materna.

Articulista convidado

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.501>

*Universidade de Évora/ECS-DLL (Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS-UÉ (FCT, Projeto UIDB/00057/20); mfg@uevora.pt, orcid.org/0000-0001-8262-6514

1 Versão longa do trabalho intitulado “Gramática escolar e gramática popular no último quartel do século XIX: subsídios para uma historiografia do ensino da língua portuguesa”, publicado em *Quaderns de Filologia: Estudis Lingüístics*, XXV, 2020, p. 29-41 Disponível em: <https://ojs.uv.es/index.php/qfilologia/article/view/19066/16839>.

ABSTRACT

In these last decades, scholars have been examining the “fundamental corpus” of grammar publications (e.g., GONÇALVES; 1998). As a result, quite a few texts that concentrated on a “minor historiography” of the Portuguese language were produced, as in the case of many publications on the subcategory known as “college grammars” which were included in works such as the *Bibliotheca Popular* (1871) or the *Bibliotheca do Povo e das Escolas* (1882). Some of these texts can be categorized as “gramática popular”. Using as a springboard a discussion on the “state of the art” on college grammars in the last quarter of the 19th century, in this paper we pay particular attention to two “gramáticas populares” since they are metalinguistic texts with structural, conceptual, terminological, and discursive characteristics that aim at reaching a wider public, thus providing an accessible and actualized knowledge.

Keywords: “gramática popular”; college grammar; Portuguese; native language.

Preâmbulo

Neste artigo analisam-se dois exemplos de “gramática popular” no contexto da produção gramatical do século XIX. Com esta denominação distinguem-se as obras gramaticais publicadas em coleções destinadas à vulgarização do conhecimento científico, técnico, prático e humanístico, cujos principais destinatários eram as classes sociais menos escolarizadas ou menos instruídas. Dadas as suas características, a “gramática popular” pode incluir-se na produção de materiais pedagógico-didáticos, vale dizer, na “gramática escolar” (GONÇALVES, 2012). Contudo, por integrar um projeto editorial com objetivos próprios e por obedecer a certos requisitos da coleção, a “gramática popular” deve ser encarada em função do seu particular contexto de produção. Assim, o propósito deste estudo é duplo: por um lado, trazer para o âmbito historiográfico algumas gramáticas desse género, posto que nem todas constam dos repertórios gramaticais (CARDOSO, 1994), nem aparecem mencionadas nos estudos da gramaticografia do século XIX (SANTOS, 2010); por outro, contextualizar essas obras não só nas coleções em que se incluem como também na produção escolar dessa centúria.

1. As coleções de vulgarização e instrução popular

Nas últimas décadas de Oitocentos registou-se, em Portugal, um movimento editorial que, além de responder a um mercado do livro em expansão, visava promover o acesso das classes menos letradas à instrução básica, à cultura e à ciência, contribuindo não só para alterar as estatísticas do analfabetismo no país – nos inícios do século, cerca da 90% da população portuguesa era analfabeta – mas também para a circulação, vulgarização e democratização do conhecimento (humanístico, científico e técnico), que até então, devido a fatores sociais, económicos e culturais, apenas eram acessíveis a uma elite intelectual (SANTOS, 1992; MATOS, 2000) ou a pessoas letradas, uma vez que as deficiências da rede escolar e o preço dos livros distanciavam os portugueses das operações básicas da literacia, a saber, ler, escrever e contar (BOTO, 2012).

Na sequência das reformas liberais do ensino (VALENTE, 1973) e da liberdade de expressão, por um lado, e das ideias positivistas, por outro, no mesmo período do século XIX ganha impulso o movimento de vulgarização cultural e de “propaganda da educação” (RIBEIRO, 1999, p. 190-191), que irá plasmar-se em diversos tipos de iniciativas, como a criação de bibliotecas populares, a partir de 1870, e a promoção de publicações destinadas a instruir “todas as classes” e “todas as intelligencias” (GRAMM. PORT., 1871). Este processo, que na verdade se vinha desenhando desde os meados do século XIX, será mais evidente no último quartel da centúria, o que poderá dever-se não só à repercussão política e social das estatísticas relativas ao analfabetismo como à influência das ideias positivistas e republicanas. Editores, livreiros e intelectuais abraçavam então, em geral, a causa da instrução popular como meio para “modernizar a sociedade portuguesa, a partir de dentro, para construir uma civilização burguesa, erguer um povo de cidadãos” (DOMINGOS, 1985, p. 15). Com o fito de cativar as franjas menos escolarizadas da sociedade portuguesa, surgem coleções populares, em pequeno formato, de fácil leitura, com livros mais baratos e repertórios

temáticos muito abrangentes e atrativos, com destaque para a *Bibliotheca Popular* e a *Bibliotheca do Povo e das Escolas*. O diversificado espectro de conhecimentos literários, técnicos e científicos compilados nestas coleções populares torna-as fontes para a história da divulgação da ciência em Portugal (NUNES, 2001). Os opúsculos incluídos nessas coleções tratavam de matérias tão variadas como as seguintes: História, Literatura, Botânica, Geografia, Meteorologia, Aritmética, Agricultura, Higiene e Medicina Doméstica.

Ora, tanto a *Bibliotheca Popular* como a *Bibliotheca do Povo e das Escolas* incluem títulos relativos à língua portuguesa e, em concreto, à gramática, obras que constituem o objeto deste trabalho. Antes, porém, vale a pena situar essas duas gramáticas portuguesas no contexto das coleções em que vieram a lume e, ainda, na produção escolar do século XIX (SANTOS, 2010; GONÇALVES, 2012).

1.1. O contexto das gramáticas populares

Iniciada em 1870, a *Bibliotheca Popular* (Lisboa) visava pôr a “instrução ao alcance [sic] de todas as classes e de todas as intelligencias” (GRAMM. PORT., 1871, portada), motivo por que estava “dedicada ao povo portuguez por uma sociedade de homens de letras”.

Do ponto de vista físico, os opúsculos desta coleção distinguem-se por uma impressão de fraca qualidade, um formato de bolso e uma extensão reduzida (172 páginas máximo), permitindo que os editores (Lallemant Frères) os vendessem, no continente e nas ilhas, a preço mais reduzidos do que era habitual (100 réis). Em 1871, data em que a *Bibliotheca Popular* publica uma *Grammatica Portuguesa*, já tinham vindo a lume opúsculos relativos a “Direitos de deveres do cidadão”, “Economia Social”, “Vocabulario das verdades”, “Hygiene” e “Medicina Domestica”, temas cuja variedade traduz o propósito de vulgarizar conhecimentos entre os extratos mais baixos da população. É de referir que, de acordo com a política da coleção, na portada de cada opúsculo não consta o nome do autor.

Em 1881, surge a iniciativa editorial com mais repercussão e longevidade: a *Bibliotheca do Povo e das Escolas*. Respondendo às bandeiras do positivismo, cujo paradigma científico se fundava na observação e na experiência direta, esta *Bibliotheca* pretendia democratizar o acesso a conhecimentos técnicos, científicos e humanísticos (NABO, 2012, p. 35-36), uma vez que a situação educativa em Portugal demandava ações urgentes com vista à instrução (formal e informal) das classes populares. Na verdade, a emergência, em Portugal, de coleções destinadas ao povo, explica-se à luz de um movimento europeu de “edições populares do século XIX ligadas a práticas de apropriação, produção e circulação de modelos culturais, materializados no livro impresso” (NABO, 2012, p. 92), cujos avanços técnicos, permitiram que funcionasse como “meio de difusão de discursos educativos e civilizadores”.

Levado pelo espírito de missão educadora, mas impelido igualmente por uma “estratégia comercial” (BONIFÁCIO, 2019, p. 313) que o levou a apostar em públicos menos letrados, David Corazzi (1845-1896), editor e fundador da Empresa Horas Românticas, cria a referida *Bibliotheca do Povo e das Escolas*². A coleção alinhava com projetos editoriais desenvolvidos em outros países – Inglaterra, França, Itália, Estados Unidos –, então tomados como modelos de progresso civilizacional. Num estudo recente, Bonifácio (2019), baseado em características tipográficas e outras, veio demonstrar cabalmente que a Biblioteca del Popolo, publicada em Milão desde 1875, servira de modelo à coleção do editor Corazzi (BONIFÁCIO, 2019, p. 314) que, segundo Domingos (1985, p.76), constitui o “nosso primeiro episódio de livro popular de massas”. A missão social valeu-lhe vários galardões³ (NABO, 2012, p. 43), quer em Portugal, quer no estrangeiro.

2 Até 1913, saíram 237 números (BONIFÁCIO, 2019, p. 313).

3 De acordo com esta autora (NABO, 2012, p. 43), a Biblioteca do Povo e das Escolas recebeu o diploma de benemerita do *Circolo Promotore Partenopeo Giambattista Vico de Nápoles*, além da Medalha de Ouro na Exposição do Rio de Janeiro (1881) e na Exposição Universal de Paris (1889).

Como referido atrás, alguns opúsculos da coleção foram publicados anonimamente, conquanto seja possível identificar o autor ou coordenador das obras⁴. É o caso de Xavier da Cunha (ARANHA, 1911, p. 35), amigo de Corazzi, que foi diretor literário de vários números, entre eles o correspondente (nº 40) à *Grammatica Portugueza* (1882), publicada sem o nome do autor⁵. Na portada dos vários números da *Bibliotheca do Povo e das Escolas*⁶, o editor anunciava o propósito e os destinatários da coleção: difundir “a instrução para portuguezes e brasileiros”. Assim, ao mesmo tempo que se propagava a ciência, contribuía-se para o progresso e a civilização dos povos lusofalantes de ambos os lados do Atlântico, já que Corazzi tinha uma filial no Rio de Janeiro (rua da Quitanda), o que lhe franqueava as portas do mercado brasileiro (VENÂNCIO, 2005).

À missão educativa, juntava-se, pois, uma apetecível oportunidade de negócio para o “fura-vidas dos editores portugueses” (RIBEIRO, 1999, p. 200). O pequeno formato e a extensão reduzida (máximo de 64 páginas por cada número) permitia baixar custos e embaratecer cada opúsculo (50 réis).

Segundo consta na portada, cada número era um

tratado elementar completo n’algum ramo de sciencias, artes ou industrias, um florilegio litterario, ou um aggregado de conhecimentos uteis e indispensaveis, expostos por forma sucinta e concisa, mas clara, desprentensiva, popular, ao alcance de todas as inteligencias. (Gramm. Port., 1882, portada).

Ora, para alcançar as massas populares e a pequena burguesia, pouco ou mal escolarizada, era preciso que o livro, até então produto de luxo e símbolo

4 Porém, alguns opúsculos consagrados a assuntos linguísticos mencionam o autor na portada, sendo o caso dos seguintes: *Lingua Portugueza* (1888), de António Maria Baptista; *Philologia* (1891), de António Paulino de Andrade; *Archaismos* (1892), de Joaquim Augusto Oliveira Mascarenhas.

5 Xavier da Cunha também publicou alguns números sob o pseudónimo de Olímpio de Freitas.

6 Foi impressa até 1913. A República tinha sido implantada três anos antes.

da cultura erudita, se popularizasse, conquistando públicos mais alargados e diferenciados, num processo de democratização do livro, como objeto cultural e veículo de saberes, que requeria “reconfigurações no sistema de produção e circulação editorial” (SANTOS, 1992, p. 540). Ao compendiar e sintetizarem várias matérias, estas coleções, como se observa nas duas em apreço, assumem uma dimensão enciclopédica.

1.2. A Gramática Portuguesa em coleções populares



Imagem 1. Portadas das gramáticas

À data da publicação de gramáticas na *Bibliotheca Popular* e na *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, já existia um acervo gramatical que serviu de referência aos autores daquelas, pelo que a inclusão de uma *Grammatica Portugueza* nas referidas coleções sugere que os materiais didáticos então disponíveis não respondiam às necessidades de quem não frequentasse contextos formais do ensino-aprendizagem da língua materna.

Com efeito, muitas das gramáticas produzidas na primeira metade do século XIX, por sintetizarem doutrinas e terminologias bebidas em várias fontes, em especial francesas (GONÇALVES, 2006, p. 2012), comportavam

um lastro teórico que, ademais de dificultar a leitura autónoma, requeria uma preparação prévia.

Condicionadas pela missão da coleção e pela extensão máxima de cada volume⁷, as gramáticas populares são, por isso, elementares, e orientadas, portanto, para a exposição de conceitos fundamentais, com pouca margem para o desenvolvimento teórico. A presença de tábuas exemplificativas da conjugação verbal traduz o cunho escolar e prático subjacente a estas obras. No entanto, como adiante se verá, as duas gramáticas populares em apreço são bem distintas: se numa (1871) primam pela ausência as remissões teóricas e as fontes, na outra (1882), pelo contrário, estas são declaradas e, em certos passos, são até confrontadas as definições de vários autores, o que se justifica pelo facto de esta gramática visar os conteúdos do “programma official dos exames d'instrucção primaria”.

É de realçar que tanto quanto se conseguiu apurar, a Biblioteca Popular não consagrou mais opúsculos à língua portuguesa, ao passo que a Biblioteca do Povo e das Escolas contempla outros temas linguísticos. Com efeito, entre 1882 e 1892, a referida *Bibliotheca* fez sair vários números dedicados à língua e à gramática portuguesa, à filologia, aos provérbios e aos arcaísmos portugueses, títulos que, por um lado, denotam as orientações da nova ciência “glotológica” (COELHO, 1868, 1870, 1871; VASCONCELOS, 1888) e, por outro, traduzem o interesse por aspetos estruturais da língua, de que são exemplo as unidades fraseológicas.

No que diz respeito à gramática portuguesa, a sua inclusão, quer na *Bibliotheca Popular*, quer na *Bibliotheca do Povo e das Escolas* justifica-se por uma tradição pedagógico-didática que, desde o “trivium” (Retórica, Dialética e Gramática), a consagrou como matéria-âncora do ensino (CARVALHO, 2011). Herança greco-latina, a gramática forneceu o artefacto conceptual,

7 Em sintonia com o formato da coleção, os caracteres eram pequenos e tirava-se partido das notas de pé de página, que aumentavam a densidade informativa. Por vezes, a mancha tipográfica era bastante compacta.

terminológico e taxonómico que, atravessando a Idade Média, veio depois a moldar as obras normativas/descriptivas dos vernáculos renascentistas, motivo por que, em coleções de cariz divulgativo e popularizante como as aqui referidas, tinham pleno cabimento uns rudimentos gramaticais, porquanto a estes se concedia um papel crucial no estudo da língua materna.

Devido às reformas do ensino desde o período liberal (VALENTE, 1973), eram muitas as obras que procuravam responder às necessidades dos programas de ensino e de vários tipos de público⁸, pelo que às gramáticas populares estaria reservado, à partida, um papel diferente.

2. A *Grammatica Portugueza* nas coleções populares

Publicada em 1871, a gramática portuguesa da *Bibliotheca Popular* é um opúsculo com 172 páginas, tendo uma extensão superior à da coleção *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, que veio a lume onze anos depois (GRAMM. PORT., 1882). Sem prólogo ou nota prévia dedicada ao leitor, ao contrário da obra de 1882, a de 1871 não apresenta notas de rodapé que aduzam complementos informativos.

No entanto, a *Grammatica Portugueza* (1871) inclui uma componente prática (aspeto em comum com a de 1882) que consiste na apresentação de modelos de “analyse grammatical” e “analyse logica” (GRAMM. PORT., 1871, p. 105-109), e de trechos autorizados (i.e. literários) para servirem de “exercícios grammaticaes”. Além de Camões, Manuel Bernardes, Sá de Miranda e António Vieira, existem excertos de obras dos seguintes autores: dos neoclássicos Filinto Elísio, Nicolau Tolentino e Bocage; de Almeida Garrett e Alexandre Herculano, representantes da geração romântica; de Castilho, Mendes Leal, Latino Coelho, José Silvestre Ribeiro e Lopes de

8 De acordo com o repertório compulsado por Cardoso (1994, p. 289-291), entre 1880 e 1882 (data da *Grammatica Portugueza* da *Bibliotheca do Povo e das Escolas*) vieram a lume, em Portugal, pelo menos 10 gramáticas da língua portuguesa.

Mendonça. No elenco encontram-se, portanto, escritores contemporâneos do autor (anónimo) da gramática da Biblioteca Popular, tomados como bons cultores da língua materna, a cujo exemplo deveriam ser expostos os leitores da coleção popular.

Quanto ao conteúdo, o carácter elementar da obra revela-se, desde logo, no índice das matérias, reproduzido no quadro abaixo.

Quadro 1. Matérias contidas na *Grammatica Portugueza* (1871)

Introdução	
Primeira Parte – Etymologia	Cap. I - Dos nomes e adjectivos - Do nome - Formação do plural dos nomes - Do adjectivo - Gráus de qualificação dos adjectivos - Do artigo - Do pronome Cap.II - Do verbo [...] Cap.III - Da preposição - Do adverbio - Da conjunção - Da interjeição
Segunda Parte – Syntaxe	Da oração Cap. I - Syntaxe de concordancia - Syntaxe de regencia - Dos complementos - Additamentos ás preposições Cap. II - Da syntaxe regular das orações - Do periodo Cap. III - Da construcção das palavras e orações Cap.IV - Das figuras - Da Syntaxe figurada - Dos vicios da oração - Analyse grammatical - Analyse logica - Modelo de analyse

continua

Terceira Parte – Prosodia	<ul style="list-style-type: none"> - Da pronuncia - Da accentuação - Da quantidade
Quarta Parte – Orthographia	<p>Cap. I - Da escripturação das palavras</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vogaes e diphthongos - Das consoantes - Consoantes dobradas - Uso das letras maiusculas <p>Cap. II - Da pontuação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Modo de usar a pontuação - Da metrificação portugueza - Varias especies de versos - Varios trechos da lingoa portugueza

A terminologia denota a filiação conservadora desta *Grammatica Portugueza* (1871). Num período em que as mudanças epistemológicas subjacentes ao método histórico-comparativo (GONÇALVES, 2004), então em fase de expansão em Portugal – *A Lingua portugueza. Phonologia, Morphologia, Syntaxe*, obra pioneira de F. Adolfo Coelho, viera a lume em 1868 –, e em que as novidades metodológicas começavam a entrar na gramática escolar (DIAS, 1870; GONÇALVES, 2013), quer o índice das matérias, quer o tratamento destas revelam a persistência de uma estrutura quadripartida (“Etymologia, Syntaxe, Prosodia e Orthographia”, GRAMM. PORT., 1871, p. 5) que, baseada no antigo molde greco-romano, enformou as obras portuguesas até ao século XVIII e parte do seguinte, se bem que várias gramáticas, entre elas a primeira a ser oficializada para o ensino do português⁹ – a *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza* (1770) de Reis

9 Após a proibição dos manuais escolares dos Jesuítas, o marquês de Pombal indicou-a, em Alvará régio, como instrumento didático para o estudo da língua materna, o que equivalia a promover esta obra como gramática oficial.

Lobato¹⁰ –, adotassem esquemas bipartidos¹¹, dispensando a ortografia, como depois faziam as chamadas gramáticas científicas¹² (GONÇALVES, 2012). Algumas das divisões bipartidas denotavam a receção da doutrina filosófica, já que no artigo enciclopédico dedicado à “grammaire”, elaborado por Beauzée (SCHÄFER-PRIESS, 2019, p. 125-134), esta se dividia em “orthologie” e “orthographie” (BEAUZÉE, 1765, p. 841-847).

Ora, na gramática portuguesa da Biblioteca Popular o sistema é o mais clássico (quadripartido). Como não existe qualquer nota introdutória que aponte os pressupostos da obra ou as suas fontes, a linhagem doutrinal apenas pode ser apurada a partir dos termos e da sua definição conceptual. Deles se transcreve uma amostra no quadro a seguir.

Quadro 2. Termos e definições na *Grammatica portugueza* (1871)

<i>Grammatica portugueza da Biblioteca Popular</i>	
Grammatica	é a disciplina que ensina a fallar e a escrever correctamente a Lingua portugueza.
	A Grammatica divide-se em geral e particular. Em geral trata dos principios geraes e communs a todas as linguas; em particular ensina a fallar e escrever correctamente ua só lingua
Etymologia	ensina analyticamente a origem e as diversas classes de palavras que constituem uma lingua.

10 Este gramático reparte as matérias gramaticais em duas partes (Etimologia e Sintaxe), trata dos aspetos relativos à “prosódia” no “proemio” (LOBATO, 1770, p. 2-7) e exclui a ortografia. Contudo, em reimpressões posteriores, à obra de Lobato foi acrescentada uma parte referente à ortografia.

11 É o caso de Sousa (1804), cuja gramática, dividida em “ortologia” e “ortografia”, acusa inequivocamente a receção daquele autor francês; outros gramáticos portugueses e também brasileiros repartem as suas obras em “lexeologia” e “sintaxe” (GONÇALVES, 2012).

12 Sobre a gramática científica no Brasil, vejam-se, entre outros, Cavaliere (2000) e Fávero e Molina (2007).

Syntaxe	trata da construcção das palavras com as quaes se compõem as orações, os periodos e o discurso.
Prosodia	ensina a accentuação das syllabas, e a conhecer e distinguir os sons fundamentaes das palavras, para bem as pronunciar.
Orthographia	estabelece as regras para escrever correctamente as palavras, e para usar convenientemente da pontuação.
Linguagem	é o modo por que manifestamos os pensamentos por meio de palavras.
Lingua ou idioma	é a reunião de palavras e phrases que formam a linguagem de uma nação.
Palavra	É a combinação de sons articulados da voz humana.

Ao distinguir uma gramática geral de uma gramática particular, o anónimo autor do opúsculo enraíza a doutrina da obra na chamada gramática racionalista, entre nós conhecida como “filosófica”, porquanto tais conceitos se ancoram no logicismo de Port-Royal (século XVII) e nos desenvolvimentos que a teoria linguística subjacente à gramática geral registou no século seguinte (SWIGGERS, 1997; DUARTE; PONCE DE LEÓN, 2015). Aquelles conceitos ficam plasmados nas gramáticas gerais de vários autores – por ex, na de Beauzée (1717-1789), publicada em 1767 – mas também em artigos assinados por este e outros gramáticos na *Encyclopédie* (1751-1772), de Diderot e D'Alembert, obra na qual se compendiava, hierarquizava e classificava o conhecimento daquele tempo. Se as noções introdutórias já denunciavam a esteira filosófica em que a pequena gramática portuguesa de 1871 se situava, essa filiação é ainda mais notória nos capítulos consagrados à “syntaxe de regencia” e à “Construcção das palavras e orações” (GRAMM. PORT., 1871, p. 77-94), em particular quando trata dos complementos, uma vez que a teoria sintáctica em torno da frase se elabora e se instrumentaliza, como é bem sabido, precisamente ao longo do século XVIII (CHEVALIER, 1979, [1968]2006; CHERVEL, 1979; SÉGUIN, 1993). Os complementos referidos e definidos sumariamente na *Grammatica Portugueza* (1871, p. 77-78, p. 95-96) alinham com os expostos

por Soares Barbosa¹³ (1822, p. 395-396): “complementos objectivos, terminativos, restrictivos e circumstanciaes”. É igualmente no capítulo da sintaxe, em particular na classificação das orações (as “principais” e as “não principais”, vale dizer, subordinadas) que se observa um cunho renovador nesta gramática, pois, distanciando-se de Barbosa (1822), adota o seguinte esquema classificativo: por um lado, as copulativas, disjuntivas, adversativas, conclusivas, explicativas, comparativas, correlativas; por outro, as condicionais, causais, concessivas e circunstanciais e, ainda, as incidentes e integrantes.

Por sua vez, a *Grammatica Portugueza* (1882) saiu no volume 40 da Biblioteca do Povo e das Escolas. Embora não figure o nome na folha de rosto, é da autoria do eborense Xavier da Cunha¹⁴ (1840-1920), que dirigia a coleção criada por Corazzi. Em sintonia com os objetivos da coleção, o volume dedicado à gramática foi pensado para um público concreto – os alunos que, concluído o ensino primário, iriam fazer exame de admissão aos liceus – e, por isso na portada se declara que a obra segue as “instruções regulamentares, aprovadas pela Portaria de 9 de março de 1872 para os exames de admissão nos Lyceus Nacionaes”. Importa realçar que o programa desse exame incluía assuntos que iam do simples conceito de gramática, em linha com a tradição, até a elementos de morfologia e sintaxe, mas também de semântica e estilística (nestas duas se incluía a chamada “syntaxe figurada”).

O programa abrangia, pois, conteúdos de vários âmbitos da tradição gramatical, mas conferia certa autonomia a aspetos que anteriormente cabiam na sintaxe, como é o caso do ponto relativo ao “sentido: explicação

13 A sua *Grammatica Philosophica* foi reimpressa até 1881 (COELHO; KEMMLER, 2017, p. 29-30), altura em que, no resto da Europa, o método “científico” (GONÇALVES, 2013) já substituíra a abordagem logicista da linguagem e das línguas.

14 Médico por formação, foi também escritor, poeta, bibliógrafo e diretor da Biblioteca Nacional (ARANHA, 1911, p. 31-49), perfil intelectual que explica o seu interesse por assuntos relativos à língua portuguesa.

das palavras e frases”, ainda que esta matéria fosse tratada na “analyse”. A partir deste termo/conceito, que remonta ao século XVIII – veja-se o artigo de Beauzée, na *Encyclopédie méthodique* (1782, p. 183-184) – e se filia no logicismo gramatical, desenvolvem-se duas tendências nas gramáticas: a “categorial descendente” (Lauwers, 2008), que divide as proposições em segmentos semântico-lógicos, e a “categorial ascendente”, que centra a sintaxe nas partes do discurso.

Assim, o programa de 1872 é manifestamente conservador, visto incluir termos/conceitos (“analyse”, “sintaxe regular”, “atributo”) que se vinculam ao modelo genericamente denominado como “gramática filosófica”, a qual assume, no século XIX, uma feição “ideológica” (*idéologie*)¹⁵. Como adiante veremos, a opção pelo método de A. Epifânio da Silva Dias contradiz a linha teórica patente no referido Programa, situação que não é invulgar em obras cujos autores procuram adaptar-se aos ditames oficiais, ao mesmo tempo que tentam assimilar teorias novas.

15 O termo foi cunhado pelo filósofo francês Destutt de Tracy (1754-1836). A “ideologia” concebia a gramática em função de uma teoria geral da linguagem que se funda na lógica (“ideias”).

Quadro 3. A gramática no Programa dos Liceus

<p>I. Definição de grammatica</p> <p>II. Palavras. Decomposição das palavras. Palavras variaveis e invariaveis.</p> <p>III. Palavras variaveis</p> <p>1º Substantivo: proprio, comum e collectivo</p> <p>2º Pronome.</p> <p>3º Adjectivo: qualitativo e determinativo.</p> <p>Numero, género e graus de comparação.</p> <p>4º Verbo transitivo e intransitivo; regular e irregular.</p> <p>a) Conjugações dos verbos regulares.</p> <p>b) Conjugações dos verbos – ser. Ter, haver, estar, dizer, fazer, poder, pôr, saber, trazer, valer, ir, vir.</p> <p>- IV. Palavras invariaveis. Conhecimento práctico das preposições, conjunções, advérbios e interjeições.</p> <p>- V. Discurso, período, e oração.</p> <p>a) Oração absoluta e orações complementares.</p> <p>b) Elementos da oração: sujeito, verbo, attributo e complementos.</p>	<p>- VI. Syntaxe regular. Regras principaes de concordancia do sujeito com o verbo, do adjectivo com o substantivo.</p> <p>- VII. Analyse.</p> <p>a) Do sentido: explicação das palavras e frases.</p> <p>b) Da Syntaxe.</p> <p>c) Orações absolutas e complementares.</p> <p>d) Elementos da oração: sujeito, verbo, attributo e complementos.</p> <p>- VIII. Syntaxe figurada – ellipse e syllepse.</p> <p>- IX. Vicios de linguagem.</p>
---	---

Por outro lado, o autor do opúsculo em apreço declara que o programa foi “ampliado e consideravelmente mais desenvolvido em pontos de capital importancia afim de poder tambem ser proveitosamente consultado pelos alunos que nos Lyceus Nacionaes frequentam o curso de Lingua Portuguesa”. Ora, ao confirmar o subtítulo do opúsculo (“redigida ante o programma oficial dos exames d’instrucção primaria”), esta “Advertência” visa inscrever os conteúdos gramaticais no contexto institucional vigente¹⁶, muito embora seja evidente a discrepância entre o modelo praticado pelo autor e aquele que

16 O quadro legal para o ensino constava no decreto de 22 de outubro de 1870, no qual entre outras disposições se previa a reforma dos liceus, criados no período liberal, em 1836, por Passos Manuel.

presidira à Portaria de 1872. Na “prevenção oportuna” que abre a gramática propriamente dita, o autor enuncia um corte entre a metodologia adotada no opúsculo e a praticada nas escolas, já que estas privilegiavam a memorização de “definições para inconscientemente decorar” (GRAMM. PORT., 1882, p. 1). Para alterar essa prática, o conteúdo do opúsculo deveria ser “meditado e entendido, – nunca para ser materialmente decorado”, divergindo, portanto, do

systema pedagogico infelizmente vulgarizado em grande numero das nossas aulas de instrucção primaria, systema que parece exclusivamente fundado no desejo de tornar idiotas os educandos (estafando-lhes a memoria com o improbo decorar dos compêndios) ou na mira de arvorar igualmente censurável de arvorar em pedantes aquelles cuja intellectualidade mais robusta saiba resistir a tão inquisitorial tormento, outro é o lemma da *Bibliotheca do Povo e das Escolas*. Quem d'elle não gostar, passe adeante (GRAMM. PORT., 1882, p. 1-2).

O ensino privilegiava, de facto, mais a “leitura colectiva, a apreensão auditiva e a memorização do conteúdo” (RIBEIRO, 1999, p.190-191) do que a compreensão, sobretudo em “grupos sociais fora dos círculos letrados”, o que evidentemente não favorecia nem a aquisição de conhecimentos nem o sucesso escolar. Na “advertência oportuna”, o autor prevenia o leitor a respeito do método, aspeto com óbvia repercussão nas questões pedagógicas e didáticas envolvidas no ensino da gramática da língua materna, e menciona, já nos “Prolegómenos”, as obras que constituem o seu “horizonte de retrospecção” (i.e. o conjunto de referências teóricas disponíveis). Neste texto preambular, o autor aponta as discrepância teóricas entre as gramáticas então existentes, motivadas por “diversos pontos-de-vista [...] em harmonia com os fins a que especialmente se destina, dentro sempre todavia do seu campo privativo” (GRAMM. PORT., 1882, p. 4). Com efeito, as definições apresentadas nos Prolegómenos revelam as perspetivas confrontadas pelo autor para elaborar o opúsculo.

Quadro 4. Definições na *Grammatica portugueza* (1882)

<i>Grammatica</i> conjunto de leis e preceitos, a que practicamente deve obedecer quem se propõe falar ou escrever bem em erros.
<i>Grammatica comparada ou philosophica</i> - Atendendo a que só pela comparação dos elementos comuns ás diversas línguas poderemos estabelecer e unificar os princípios geraes a que todas obedeçam, - conclusão, a que não será licito chegar senão pela sabia aplicação de processos philosophicos, com cujo auxilio, abstrahindo do que é individualmente peculiar em cada idioma, se averiguem apenas os meios geraes de que todos os povos têm lançado mão e feito uso, já para exprimir por palavras seu pensamento, já para graficamente pintál-o.
<i>Grammatica geral</i> se denomina quando apenas trata dos princípios fundamentaes, comuns a todos os idiomas.
<i>Grammatica particular</i> ocupa-se apenas de nos dar a conhecer as leis, preceitos e idiotismos de uma língua em especial.
<i>Grammatica portugueza</i> - Disciplina que ensina a falar e a escrever correctamente a lingua portugueza.

Quanto à organização interna da gramática, ainda que sem remeter para obras concretas, o autor da *Grammatica Portugueza* (1882) traça uma panorâmica dos sistemas adotados em gramáticas coetâneas da sua.

Quadro 5. Partes de gramática: sistemas

Sistema 1	Sistema 2	Sistema 3
		(<i>auctores moderníssimos, e sem duvida mais filosoficamente inspirados, mais scientificamente dirigidos...</i>) Augusto Ep. da Silva Dias, Adolfo Coelho

continua

Sistema 1	Sistema 2	Sistema 3
<p>- <i>Orthologia</i> (maneira de bem falar)</p> <p>► lexicologia (o exame isolado de cada palavra)</p> <p>► syntaxe (o exame das leis por que têm de governar as palavras no seu conjuncto para exprimirem juízos e formarem proposições)</p> <p>- <i>Orthographia</i> (maneira de bem escrever)</p>	<p>Etymologia</p> <p>Syntaxe</p> <p>Prosodia ou orthoepia</p> <p>Orthographia</p>	<p>Augusto Ep. da Silva Dias:</p> <p>- <i>Fonologia (tratado dos sons) ou phonetica</i></p> <p>- <i>Morphologia</i>¹⁷ (<i>tratado das formas, - que estuda e classifica as diversas partes da oração, investiga as flexões ou accidentes das palavras, e procura na etymologia a formação e derivação das palavras</i>).</p> <p>- <i>Syntaxe (a parte em quês e estuda a maneira de combinar entre si as diversas palavras para a correcta expressão das idéas e cabal enunciação dos juizos)</i>.</p> <p>Adolfo Coelho (1881): fonologia, morfologia, syntaxe e semiologia.</p> <p>“Essa parte tem que determinar as leis geraes que preside á transformação da significação das palavras (Coelho, 1881).</p>

Apesar de o “sistema 2” ser frequente em obras didáticas, o autor opta pela “divisão estabelecida pelo sr. Epiphanio Dias” (sistema 3), vale dizer, uma estrutura tripartida – *Phonologia*, *Morphologia* e *Syntaxe* –, por se lhe afigurar como “a mais plausível” para a finalidade de uma gramática popular. A adoção desse modelo não se traduz, contudo, num maior equilíbrio da economia interna da gramática, uma vez que a syntaxe ocupa na obra apenas 3 das suas 64 páginas. É nesta matéria que mais se nota a distância entre a estrutura adotada e o ideário (incluindo neste a componente conceptual

17 Ao tratar da Morfologia, o autor refere-se também à “Etymologia”, a cujo propósito menciona a gramática de Soares Barbosa (1822).

e a terminológica). Dessa contradição é bom exemplo a classificação dos “complementos” (“objectivo, terminativo, restrictivo, circumstantial, continuado e de causa efficiente”), herdeira da teoria filosófica de Beauzée (cf. supracitada *Encyclopédie méthodique*) e habitualmente tratada no domínio da chamada “syntaxe de regência regular” (BARBOSA, 1822, p. 396-404). Conquanto o autor anuncie um especial desenvolvimento de certas matérias, o certo é que ele apenas afeta a morfologia, porque era preciso contemplar os pontos estipulados no programa do exame. Assim, a gramática da *Bibliotheca do Povo e das Escolas* afasta-se da obra de referência: a *Gramática Práctica* de S. Epifânio da Silva Dias. Embora adote o modelo de Epifânio¹⁸ (possivelmente a 3ª ed. da sua *Grammatica práctica*, 1880), o autor da *Grammatica Portuguesa* remete para a *Grammatica Philosophica* (Barbosa, 1822)¹⁹, cujos fundamentos não encaixavam nas concepções gramaticais do “positivismo linguístico”. Isto revela uma recepção híbrida, enxerto de terminologia nova em doutrina velha (“gramática geral”), à semelhança do que também fizeram Freire de Macedo (1810-1874) e Figueiredo Vieira²⁰ (1818-1849), autores de duas famosas gramáticas escolares.

O cotejo textual ilustra cabalmente a relação entre a *Grammatica* da Biblioteca do Povo e das Escolas e a obra de Epifânio da Silva Dias, se bem que a conexão entre ambas seja assistemática. Alguns exemplos do confronto entre os termos definidos nas partes da *Grammatica* da Biblioteca do Povo e das

18 Entre os vários autores que sintetizaram e replicaram a gramática de Epifânio da Silva Dias conta-se Carlos Claudino Dias (1844-1897), professor do Colégio Militar, cujos *Rudimentos de grammatica portugueza* (1884) foram, conforme declara no subtítulo da obra, “extraídos da Grammatica portugueza” daquele autor.

19 A mais famosa gramática filosófica em/da língua portuguesa saiu postumamente com a chancela da Academia Real das Ciências de Lisboa, da qual o autor era sócio. Teve várias edições em Portugal (COELHO; KEMMLER, 2017), influenciando também o ensino da gramática no Brasil (RANAURO, 2005). Sobre esta obra, entre outros estudos, vejam-se: Casteleiro (1980), Torres (1982), Cardoso (1986), Ranauro (2005), Coelho (2013).

20 Publicada em 1841, a sua gramática escolar – *Compendio elementar da grammatica da lingua portugueza* – teve muitas edições, o que indicia a grande recepção da obra.

Escolas e os expostos por Silva Dias mostram o grau de adesão daquela obra a esta, permitindo identificar, ao mesmo tempo, as dissemelhanças entre ambas.

Quadro 6. Cotejo da gramática de E. Silva Dias e a *Grammatica Portugueza* (1882)

A. Epifânio da Silva Dias ([1870] 1880) – <i>Grammatica práctica</i>	<i>Grammatica Portugueza</i> (1882) da Biblioteca do Povo e das Escolas
Os sons elementares da lingua portugueza	Os sons elementares
Ha monosyllabos que, em certos casos, se pronúncia subordinados ao acento tónico de uma palavra precedente, v.g. entregavão-se-nos. As palavras que se pronúncia d’este modo, chamão-se enclíticas.	(...) acontece (...) ás vezes, agremiarem-se dois monosyllabos, subordinados na pronúncia ao vocabulo que imediatamente os precede, como se realmente as três não tendessem a formar mais do que uma simples palavras (...). Enclíticas se chamam as palavras quando por esta fôrma se pronunciam (Fixavam-se-me; prenderam-se-lhe; estreitam-se-lhes; alargam-se-nos);
As palavras, segundo a sua natureza e o modo como exprimem as ideias, dividem-se em classes, chamadas partes da oração ou partes do discurso.	(...) em relação á sua natureza e papel que desempenham na linguagem, as palavras classificam-se em diversos grupos ou categorias a que se dá o nome de partes do discurso ou partes da oração.
Substantivos próprios – que dão a conhecer individualmente as pessoas e as cousas.	Substantivos propios dizem-se os que individualmente servem para nomear uma certa pessoa ou uma certa coisa.
Chamão-se pronomes pessoais os pronomes que designam as pessoas que representam no discurso.	Chamam-se pronomes pessoais os que indicam (...) as pessoas que gramaticalmente se consideram podendo figurar no discurso.

Afora as questões relacionadas com a teoria gramatical e a metodologia didática da obra, é de realçar o registo de certos aspetos da língua. Veja-se a nota sobre os chamados participios abundantes: o verbo aceitar tem duas formas – “aceitado” e “aceito” –, mas esclarece que

“Também se usa a fôrma aceite”, que em Portugal se sobrepôs a “aceito”, forma participial que no Brasil, por sua vez, prevalece até hoje. Neste ponto, a descrição do autor da *Grammatica Protugueza* (1882) coincide com a de Silva Dias²¹, muito embora nenhum dos dois aponte regras de uso das duas formas irregulares (“aceito” e “aceite”).

Para finalizar, e porque esta pequena gramática pretendia servir o povo de ambos os lados do Atlântico, sublinhe-se que esse objetivo não se traduz na explicitação de diferenças entre o Português Europeu e o Português Brasileiro, conquanto elas então fossem notórias e delas houvesse testemunhos diretos e indiretos, inclusive em gramáticas portuguesas elaboradas no princípio do século XIX, como se observa na do citado Soares Barbosa (1822, p. 51), onde se encontram exemplos quer da pronúncia brasileira, quer da colocação dos clíticos no Brasil. A aproximação ao público brasileiro passava, pois, pela ilustração dos conteúdos por meio de exemplos alusivos ao Brasil ou a realidades próprias desse território (léxico comum, topónimos, por exemplo); porém, são pouco abundantes.

Notas finais

As duas gramáticas publicadas em coleções de pendor divulgativo correspondem a uma dimensão mal conhecida e pouco estudada da Historiografia Linguística: a popularização da gramática ao serviço da instrução das classes desfavorecidas. Por esse viés, tanto a gramática da Biblioteca Popular como a da Bibliotheca do Povo e das Escolas revelam a importância de um estudo da gramática como instrumento integrado num programa social e institucional. Entre os aspetos ainda mal esclarecidos, valeria a pena estudar a gramática como objeto, meio e finalidade, isto é,

21 Numa observação, acrescenta Dias (1882, p. 67) que “Em logar de aceito aceita, diz-se tambem aceite”, denotando, portanto, que esta forma participial era mais recente na língua portuguesa do que as outras duas.

como produto quer das ideias e doutrinas metalinguísticas, quer do contexto, considerando, portanto, fatores de vária ordem (tipo de escola, nível escolar, público-alvo, programas de ensino, por exemplo), elementos que, obviamente, não são irrelevantes numa Historiografia holística (por assim dizer) da gramática portuguesa e, por extensão, do ensino do português. Por outro lado, obras como a gramática da Biblioteca do Povo e das Escolas trazem à tona a concorrência entre modelos de descrição gramatical, comprovando a coexistência desses modelos na mesma obra.

A publicação de gramáticas em coleções de propaganda educativa, a preços acessíveis, visando a instrução das massas e a democratização do acesso à cultura, constitui, sem dúvida, um marco na história da gramaticografia portuguesa, marco esse que, todavia, tem passado despercebido aos estudiosos da tradição gramatical do português, cuja atenção, ao privilegiar as obras emblemáticas das teorias gramaticais, desatendeu produtos como os dois opúsculos em apreço neste estudo.

Contudo, tal como as outras, essas gramáticas “menores”, ademais de refletirem a situação educativa do país, proporcionam elementos para a análise das continuidades e das rupturas na tradição gramatical, e bem assim para o conhecimento dos meios de difusão das novidades epistemológicas. Daqui se infere que a gramática, entendida como instrumento de explicitação/classificação das unidades da língua e sua organização, deve ser estudada do ponto de vista intra e extragramatical. No caso das gramáticas portuguesas publicadas em coleções populares, tanto ou mais do que o conteúdo (i.e. conceitos, taxonomia, terminologia e exemplificação), o que as singulariza é o contexto de produção e a sua função social. Embora os elementos aduzidos neste trabalho não esgotem a análise dos conteúdos das duas obras, ficou demonstrado que estas gramáticas, em virtude do ambiente sócio-cultural em que surgiram e das matérias nelas expostas, têm pertinência num estudo da disseminação do conhecimento gramatical e, por conseguinte, numa história social e institucional da gramática, capítulo até agora descuidado na Historiografia da Língua Portuguesa e para o qual se procurou aqui contribuir.

Referências bibliográficas

ANDRADE, A. P. de. **Philologia. Biblioteca do Povo e das Escolas**, nº 194. Lisboa: David Corazzi-Editor, 1891.

ARANHA, B. **Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brazil, continuados e ampliados por [...] em virtude de contrato celebrado com o governo portuguez XX** (13º do Supplemento). Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

BAPTISTA, A. M. **Lingua Portugueza. Biblioteca do Povo e das Escolas 162**. Lisboa: David Corazzi-Editor, 1888.

BARBOSA, J. S. **Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem**. Lisboa: Na Typographia da Academia das Sciencias, 1822.

BEAUZÉE, Nicolas. Grammaire. In: DIDEROT, D. & D'ALEMBERT, J. Le R. (Eds.). **Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers VII**. Paris/Neuchâtel: Le Breton, 1765, p. 841-847.

BEAUZÉE, Nicolas. **Grammaire générale**. Paris: Barbou, 1767.

BONIFÁCIO, V. Um modelo para a Bibliotheca do Povo e das Escolas. In: ANDRADE, M. L.; CARRINGTON, M. C. (Coords.). **Do manuscrito ao livro impresso**. v. I. Coimbra / Aveiro: Imprensa da Universidade de Coimbra/ Universidade de Aveiro, 2019, p. 313-339. Disponível em: https://doi.org/10.14195/978-989-26-1711-4_9. Acesso em: 22 abril 2020.

BOTO, C. **A escola primária como rito de passagem: ler, escrever contar e se comportar**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0572-2>. Acesso em: 12 maio 2020.

CARDOSO, S. C. **A Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa: reflexos da Gramática Geral**. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Faculdade de Letras, 1986.

CARDOSO, S. (Comp. e Org.). **Historiografia gramatical (1500-1920)**. Série Línguas e Literaturas. Porto. Faculdade de Letras, 1994. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo7241.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2020.

CARVALHO, L. **O ensino do Português. Como tudo começou**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0235-6>. Acesso em: 3 abr. 2020.

CASTELEIRO, J. M. **Jerónimo Soares Barbosa: um gramático racionalista do século XVIII**. Boletim de Filologia, v. XXVI, 1980, p. 101-110.

CAVALIERE, R. **Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira**. Niterói: EDUFF, 2000.

CHERVEL, A. **Et il fallut apprendre á écrire à tous les petits français: Histoire de la grammaire scolaire**. Paris: Payot, 1977.

CHEVALIER, J.-Cl. **Histoire de la syntaxe. Naissance de la notion de complément dans la grammaire française (1530-1750)**. Paris: Honoré Champion, [1968]2006.

CHEVALIER, J.-Cl. Analyse grammaticale et analyse logique, esquisse de la naissance d'un dispositif scolaire. **Langue Française**, nº 41, 1979, p. 20-34.

COELHO, F. A. **A Lingua Portuguesa. Phonologia, Etymologia, Morphologia e Syntaxe**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868. Disponível em: <http://purl.pt/141>. Acesso em: 28 abr. 2020.

COELHO, F. A. **Sobre a necessidade da Introdução do Ensino da Glótica em Portugal**. Lisboa, 1870.

COELHO, F. A. Sobre a Lingua Portuguesa. In: VIEIRA, Fr. Domingos. **Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Lingua portugueza**, v. I. Porto: Em Casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871, p. IX-CCCVI.

COELHO, S. C. G. **A Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa de Jerónimo Soares Barbosa**: Edição crítica, estudo e notas. Coleção Linguística 10. Vila Real: UTAD/Centro de Estudos em Letras, 2013. Disponível em: https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL_Lingu%C3%ADstica_10.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

COELHO, S.; KEMMLER, R. A Grammatica philosophica da lingua portugueza de Jerónimo Soares Barbosa e as suas edições. *Confluência - Revista do Instituto de Língua Portuguesa* 53, 2017, p. 9-34. Disponível em: doi: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v2i53.208>. Acesso em: 12 maio 2020.

DIAS, C. Cl. Rudimentos da grammatica portugueza [...] extrahidos da Grammatica Portugueza de A. Ephifanio da Silva Dias. Lisboa: A. Ferreira Machado & C^a, 1884.

DIAS, A. E. da S. **Grammatica practica da lingua portugueza para uso dos alumnos do primeiro anno dos lyceus**. Porto: Typographia Jornal do Porto, 1870.

DIAS, A. E. da S. **Grammatica portugueza para uso das aulas de instrução primaria. Obra approvada pela Junta Consultiva de Instrução Publica** (3^a ed. revista). Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz—Editores, 1880.

DOMINGOS, M. D. **Estudos de Sociologia da Cultura. Livros e leitores no séc. XIX**. Lisboa, 1985.

DUARTE, S.; PONCE DE LEÓN, R. (Orgs.). **A gramática racionalista na Península Ibérica (séculos XVI-XIX)**. Porto: Faculdade de Letras/CLUP, 2015.

ENCYCLOPÉDIE méthodique. Arts et métiers mécaniques, v. I. Paris/Liège: Panckoucke/Plomteux, 1782.

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. A gramática luso-brasileira e o método científico. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 9, p. 27-42. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i9p27-42>. Acessado em 2 maio 2020.

GOMES, J. F. **Estudos para a História da Educação no Séc. XIX**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1996.

GONÇALVES, M. F. Corpus des grammaires portugaises em Bernard Colombat. (Coord.). **H.E.L. – Histoire, Epistémologie, Langage**. Hors Série, nº 2 (Corpus représentatif des grammaires et des traditions linguistiques), t. 1. Paris: SHESL/Presses Universitaires de Université de Vincennes, 1998, p. 381-415.

GONÇALVES, M. F. Notas sobre o positivismo linguístico em Portugal no século XIX: ‘Sobre a Língua Portuguesa’ (1871), de F. Adolfo Coelho. **Diacrítica - Ciências da Linguagem**, v.18, 2004, p. 29-56.

GONÇALVES, M. F. Iluminismo e pensamento linguístico em Portugal: o exemplo das gramáticas filosóficas. **Actes del VII Congrès de Linguística General** (Barcelona. 18-21 d’abril de 2006). CDrom. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006, 18pp.

GONÇALVES, M. F. Gramáticas do português na transição do século XIX para o século XX: a ‘gramática científica’. In: CESTERO MANCERA, A. M.; MOLINA MARTOS, I.; PAREDES GARCÍA, F. (Eds.). **La lengua lugar de encuentro**. Actas del XVI Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística e Filología de América Latina. Alcalá de Henares: Servicios de Publicaciones, 2012. p. 2570-2580. Disponível em: <http://www.mundoalfal.org/alfal2011/index.html#/pdf/290alfal.pdf>. Acesso em: 12 maio 2020.

GONÇALVES, M. F. Sobre a projecção do método histórico-comparativo na gramática elementar portuguesa: a Grammatica Portugueza Elementar, fundada sobre o methodo historico-comparativo (1876). In: CASANOVA HERRERO, E.; CALVO RIGUAL, C. (Eds.). **Actas del XXVI Congreso Internacional de Lingüística y de Filología Románicas** (Valencia 2010), v. VII. Berlin/ Boston: Walter de Gruyter, 2013, p.561-571.

GRAMMATICA portugueza. Bibliotheca Popular. Lisboa: Editores-Proprietarios Lallemand Frères & Companhia, 1871.

GRAMMATICA portugueza redigida ante o programma oficial dos exames d’instrucção primaria nos Lyceus Nacionaes. Bibliotheca do Povo e das Escolas, Segundo Anno – Quinta Serie, nº 40. Lisboa/Rio de Janeiro: David Corazzi-Editor. 1882.

LAUWERS, P. *La description du français entre la tradition grammaticale et la modernité linguistique. Étude historiographique et épistémologique de la grammaire française entre 1907 et 1948*. Leuven/Paris/Dudley: Peeters, 2004.

LAUWERS, P. L’analyse de la proposition dans la grammaire française traditionnelle: une syntaxe à double directionnalité ?. In: SÉRIOT, P.; SAMAIN, D. (Eds.). *La Structure de la proposition: histoire d’un métalangage*. Lausanne: Université de Lausanne, 2008, p. 117-136. Disponível em: doi 10.3406/igram.2003.2617. Acesso em: 26 maio 2020.

LOBATO, A. J. dos R. **Arte da grammatica da lingua portugueza**. Lisboa: Na Regia Officina Typographica, 1770. Disponível em: <http://purl.pt/196>. Acesso em: 12 abr. 2020.

MACEDO, J. F. de. **Compendio de grammatica portugueza, colligido e coordenado para os alumnos da instrucção secundaria** (2^a ed. mais correcta). Lisboa: Sociedade Typographica Franco-Portugueza, 1865.

MATOS, A. C. de. Os agentes e meios de divulgação científica e tecnológica em Portugal no século XIX. **Scripta Nova**, v. 69. 2000. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-29.htm>. Acesso em: 4 mar. 2020.

NABO, O. de J. de B. Mourato. **Educação e difusão da ciência em Portugal A ‘Bibliotheca do Povo e das Escolas’ no Contexto das Edições Populares do Século XIX**. (Dissertação de Mestrado). Portalegre: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre, 2012. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/8402/1/OI%C3%ADmpia%20de%20Jesus%20de%20Bastos%20Mourato%20Nabo.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2020.

NUNES, M. de F. 2001. A Bibliotheca do Povo e das Escolas: Fonte para a História da Ciência. In: ÁLVAREZ LIRES, M.; BUGALLO RODRÍGUEZ, Á.; FERNÁNDEZ, J. M.; SISTO EDREIRA, R.; VALLE PÉREZ, X. C. (Coords.). **Estudios de Historia das Ciencias e das Técnicas**, v. I. Vigo: Deputación Provincial. Servicio de Publicacións, p. 221-231.

RANAURO, H. Jerônimo Soares Barbosa: sua contribuição ao estudo e ao ensino do português no Brasil. In: GONÇALVES, M.; SILVA, A. S. da; COUTINHO, J.; MARTINS, J. C. de O. (Coords.). **Gramática e Humanismo: Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres**, v. I. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 579-589.

SANTOS, M. H. P. **As ideias linguísticas portuguesas na centúria de oitocentos**. 2 vols. Série Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010.

SANTOS, M. de L. L. dos. *A elite intelectual e a difusão do livro nos meados do século XIX*. **Análise Social**, v. XXVII (nº116-117), 1992, p. 539-546

SCHÄFER-PRIESS, B. **A gramaticografia portuguesa até 1822. Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa**. Col. Linguística, 14. Vila Real: UTAD/CEL, 2019. Disponível em: https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2019/02/CEL_Lingui%CC%81stica_14.pdf. Acesso em: 4 de abr. 2020.

SÉGUIN, J.-P. **L'invention de la phrase au XVIII^e siècle**. Louvain/Paris: Peeters, 1993.

SOUSA, M. D. **Grammatica portugueza ordenada segundo a doutrina dos mais celebres grammaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros**. Coimbra: Real Imprensa da Universidad. 1804. Disponível em: <http://purl.pt/17363>. Acesso em: 2 abr. 2020.

SWIGGERS, P. **Histoire de la pensée linguistique, Analyse du langage et**

réflexion linguistique dans la culture occidentale de l'Antiquité au XIX^e siècle. Paris: PUF, 1997.

TORRES, A. Gramaticalismo e especulação: a propósito da Grammatica Philosophica de Jerónimo Soares Barbosa. **Revista Portuguesa de Filosofia**, v. 38(4), 1982, p. 519-542.

VALENTE, V. P. **O estado liberal e o ensino. Os Liceus portugueses (1834-1930).** Col. Cadernos do GIS 5. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, 1973.

VASCONCELOS, J. L. de. **A Filologia Portuguesa** (A propósito da Reforma do Curso Superior de Letras de Lisboa). Lisboa: Livraria Bertrand, 1888.

VENÂNCIO, G. M. Lisboa-Rio de Janeiro-Fortaleza: os caminhos da coleção Biblioteca do Povo e das Escolas, traçados por David Corazzi, Francisco Alves e Gualter Rodrigues. **Cultura**, v. 21, 2005, p. 185-204. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cultura/3221>. Acesso em: 30 mar. 2020.

VIEIRA, C. A. de F. V. **Compendio elementar da grammatica da lingua portugueza [...] adoptado, para uso das Escolas, pelo Conselho Superior de Instrução Publica** (9^a ed.). Porto: Na Typographia de Sebastião José Pereira, [1844]1858.

Método de ensino de gramática em Portugal nos séculos XVII e XVIII: de Roboredo a Verney¹

Grammar teaching method in Portugal in the 17th and 18th centuries: from Roboredo to Verney

Marli Quadros Leite*

RESUMO

Neste artigo, analiso aspectos do método de ensino de gramática em Portugal, por meio de *corpus* formado pelos prefácios das obras *Verdadeira grammatica latina* (1615) e *Methodo grammatical para todas as linguas* (1619) de Amaro de Roboredo (~1580-165?)² e *Verdadeiro método de estudar*, cartas 1, 2 e 16, de Luis António Verney (1713-1792), com o intuito de revelar como esses autores viam, de modo crítico, a situação do ensino de gramática (latim) em Portugal de então. O apagamento, por mais de cem anos, do discurso de Roboredo, que foi elaborado consoante princípios da mais moderna filosofia educacional de sua época (cf. Erasmo de Roterdã, Thomas More e Juan Luis Vives), deixa evidente a dificuldade política de mudar a metodologia jesuítica de ensino, vigente há quase um século.

Articulista convidado

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.496>

*Universidade de São Paulo, mqlite@usp.br, orcid.org/0000-0002-8417-0140

- 1 Partes deste texto foram publicadas em Leite (2010 e 2011) e as retomo aqui para discutir a questão das propostas de formulação de método de ensino de gramática em Portugal dos séculos XVII, por Roboredo, e XVIII, por Verney.
- 2 Outros dados sobre o autor podem ser obtidos em Kossarik (2002) e Assunção e Fernandes (2007).

A retomada, por Luis António Verney, de princípios metodológicos já difundidos em Portugal por Roboredo, mais de cem anos antes, corrobora a coerência de suas ideias linguístico-didáticas e foi relevante para a superação do método jesuítico. A pesquisa foi desenvolvida com base nos princípios teóricos da História das Ideias Linguísticas (Auroux 1992, 1989, 2007; Colombat; Fournier; Puech 2017), especialmente na categoria *horizonte de retrospectção*, de níveis *amplo e específico* (cf. Leite e Siqueira, 2021).

Palavras-chave: Método de ensino de língua; séc. XVII-XVIII; Língua portuguesa; Amaro de Roboredo; Luis António Verney.

ABSTRACT

In this paper, I analyze aspects of the teaching of grammar in Portugal, by means of corpus formed by the prefaces of the works *Verdadeira grammatica latina* (1615) and *Methodo grammatical para todas as linguas* (1619) by Amaro de Roboredo (~1580-1653) and *Verdadeiro método de estudar*, letters 1, 2 and 16, by Luis António Verney (1713-1792), in order to reveal how these authors viewed, critically, the situation of the teaching of grammar (Latin) in Portugal at the time. The erasure, for over a hundred years, of Roboredo's discourse, which was elaborated according to the principles of the most modern educational philosophy of his time (cf. Erasmus of Rotterdam Thomas More and Juan Luis Vives), makes clear the political difficulty of changing the Jewish teaching methodology, in force for almost a century. The resumption, by Luis António Verney, of the methodological principles already disseminated in Portugal more than a hundred years before, by Roboredo, corroborates the coherence of his linguistic-didactic ideas and was relevant for overcoming the Jewish method. The research was developed based on the theoretical principles of the History of Linguistic Ideas (Auroux 1992a, 1989, 2007; Colombat; Fournier; Puech 2010), especially in the category *horizon of retrospection*, of broad and specific levels (cf. Leite and Siqueira, 2021).

Keywords: Method of teaching language; XVII-XVIII centuries.; Portuguese language; Amaro de Roboredo; Luis António Verney.

Introdução

Para falar sobre o método de ensino gramatical no mundo português dos séculos XVII e XVIII, dois autores são de referência obrigatória: o primeiro, Amaro de Roboredo (1615, 1619) e Luis António Verney (1746), ambos arautos de novas concepções sobre o método de ensino de línguas, em

Portugal dos séculos XVII e XVIII. Cada um em seu tempo trabalhou com a preocupação de tornar mais fácil, para o aluno e para o professor, tanto a tarefa de ensinar quanto a de aprender línguas, por isso é possível dizer que ambos escreveram seus trabalhos pedagógicos com vistas a melhor e mais rapidamente formar o aprendiz (nativo ou estrangeiro). Os dois autores, um do primeiro quartel do século XVII e o outro do segundo do século XVIII, partem dos mesmos princípios, razão por que, como se espera mostrar, o primeiro foi o gramático português mais original no âmbito da pedagogia de línguas e, o segundo foi um intelectual português (teólogo, filósofo) e renovador do método de ensino em Portugal.

O que se observa pelos documentos históricos que comprovam o desenvolvimento da gramaticografia portuguesa é que a lição de Roboredo, embora inovadora, não ecoou em Portugal. Foi preciso esperar mais de cem anos para retomar e aplicar o fundamento de sua metodologia, o que veio a ocorrer pelo conhecimento da obra de Verney, *Verdadeiro Método de Estudar* (1ª edição em Nápolis, 1746). Esse autor também blaterou, como Roboredo, contra os princípios metodológicos jesuíticos. Mesmo assim, o método jesuítico de ensino de línguas só foi substituído treze anos depois de publicado o *Verdadeiro Método de Estudar* (VME), em Portugal, como se verá a seguir.

Nosso objetivo neste trabalho é (i) mostrar aspectos da metodologia de ensino de gramática em Portugal durante a vigência do domínio jesuítico; (ii) revelar como, muito cedo, em 1619, já havia resistência à metodologia de ensino dos padres da Companhia de Jesus; e (iii) apresentar como, cento e vinte e sete anos depois, os fundamentos do método exposto em 1619, por Amaro de Roboredo, foram retomados por Luis António Verney. No entanto, as ideias defendidas por Verney foram decisivas para, treze anos depois de publicada a sua obra, o VME, em 1759, serem aproveitadas oficialmente em benefício dos alunos, pela reforma educacional portuguesa, ocorrida no período de 1751 a 1759.

Para desenvolver o assunto, divido este texto em três partes: na primeira, apresento os princípios do método jesuítico quanto ao ensino de gramática, apenas para criar o contraponto com o que vem depois sobre a didática; no segundo, desenho a proposta metodológica de Amaro de Roboredo para o ensino de gramática de línguas; no terceiro, delinheiro a metodologia apregoada por Verney, aproveitada somente depois que ele já havia deixado Portugal, em razão da perseguição que sofreu. Sua obra serviu, então, de fundamento à reforma de ensino promovida pelo Marquês de Pombal, pelo Alvará Régio de 30 de setembro, de 1770; enfim, concluo pelo reconhecimento da identidade de princípios existente entre esses dois autores, por suas ideias renovadoras sobre o ensino de gramática para o tempo em que viveram, mas que foram rejeitados por seus compatriotas e, por isso, não tiveram o sucesso que mereciam enquanto viveram.

Os materiais examinados durante o desenvolvimento desta pesquisa foram os seguintes:

1. De Amaro de Roboredo **o prefácio** das seguintes obras:
1615 – *Verdadeira grammatica latina*.
1619 – *Methodo grammatical para todas as linguas*.
2. De Luís António Verney, as seguintes cartas (capítulos) do *Verdadeiro método de estudar*:
 - a) Carta “Aos Reverendisimos Padres Mestres, da Veneravel Religiam da Companhia de Jezus. No Reino de Portugal.” (T1)

b) Carta 1. (T1)

Motivo desta correspondência: e como se-deve continuar. Mostra-se, com exemplo dos Antigos, a necessidade de uma Gramatica Portuguesa, para começar os estudos. Dá-se uma ideia, da melhor Ortografia Portugueza: e responde-se aos argumentos contrarios. Que o Vocabulario do Padre Bluteau se-deve reformar, para utilidade da Mocidade. (p. I).

c) Carta 2. (T1)

Danos que rezultam da Gramatica Latina, que comumente se-ensina. Motivos porque nas escolas de Portugal, nam se-melhora de metodo. Nova ideia de uma Gramatica latina facilima, com que, em um ano, se-pode aprender fundamentalmente Gramatica &c. (p. a 59).

e) Carta XVI. (T2)

Apona-se o metodo regular de estudos, em todas as escolas; comesando da Gramatica, até a teologia. Fazem-se algumas reflexoens particulares, sobre o modo de exercitar utilmente os rapazes, na Gramatica: em que se-reprovam alguns estilos, introduzidos em Portugal. Modo util de exercitar os Medicos, e Cirurgioens. O mesmo sobre as leis, Canones, Teologia: onde se-aponta, como se-podem exercitar, os Confessores. Dá-se uma ideia, do modo de instruir as Molheres, e nam só nos estudos, mas na economia, com utilidade da Republica. (p. 253).

1. Reflexão sobre o Horizonte de retrospecção

Sob o ponto de vista teórico trabalho com o conceito de *horizonte de retrospecção* (HR), retomando-o de Auroux (1987, 2006, 2021), para quem essa categoria diz respeito ao “conjunto de conhecimentos antecedentes”³ presentes em uma obra. Com vistas a esclarecer mais o escopo desse conceito, subdivido-o em dois níveis: um *amplo* e outro *específico* (cf. Leite e Siqueira). O conceito de *horizonte de retrospecção* para Auroux aparece, de modo geral, sem classificações ou hierarquizações, mas deduz-se da argumentação do francês que os conhecimentos componentes do HR presentes no texto de um dado autor sejam aqueles existentes e válidos em um espaço / tempo, que podem ser tanto lhe serem específicos quanto comuns a todos. O filósofo francês esclarece que tais conhecimentos podem aparecer no texto tanto de

3 Auroux, 2007, p. 161.

modo *explícito*,⁴ por meio de referências autor/data, presentes na obra, quanto de modo *implícito*, quando a fonte do conhecimento não é citada, mas pode ser com facilidade reconhecida e identificada, pois está presente na memória discursiva dos interpretantes.

Vale esclarecer, no entanto, que é possível pleitear, como HR um outro tipo de conhecimento: aquele cuja fonte é de difícil identificação, tanto pelo autor do texto quanto por seu interpretante, historiador, já que esse tipo de conhecimento encontra-se incorporado ao *senso comum próprio* de um dado domínio da ciência, razão por que os autores se valem *naturalmente* de conteúdos já dados, pois os têm como se fossem "de domínio público". A esse tipo de conhecimento Auroux chama *conhecimentos comuns* (ibidem).

O ciclo de produção de novos conhecimentos é renovado quando os cientistas se apropriam desse *conhecimento comum* e dele se beneficiam. Ao manejarem os *conhecimentos comuns*, os autores, em geral, podem ir além deles para construir o *conhecimento novo* que, se validado pelos pares (conjunto de interpretantes), renova a ciência. Esse *conhecimento novo*, em geral, aparece referenciado em textos até que passe, no curso do tempo, a ser integrado ao núcleo do *conhecimento comum*.

Ao refletir sobre essa diferença, então, acrescentamos ao horizonte de retrospectão as classificações *amplo* e *específico*, o que, a nosso ver, pode ajudar a esclarecer o conceito por sugerir um nível a mais para integrar sua descrição. Assim, o HR *amplo* diz respeito ao conhecimento que vige e é predominante em cada *tempo / espaço* e que, de tão historicizado, e mesmo diversamente historicizado, é absorvido *naturalmente* pelos autores. Por exemplo, a teoria linguística greco-latina empregada em todos os estudos sobre língua e linguagem, tornou-se tão transparente, natural, que é, às vezes considerada, por certos autores até "ateórica". Isso ocorre devido ao fato de, de um lado, a autoria dos pressupostos e princípios teóricos que a construíram ter-se esmaecido no

4 Na terminologia do autor, trata-se dos conhecimentos *indexados*. Utilizo outra linguagem para tentar esclarecer o conceito de horizonte de retrospectão.

curso do tempo, até torná-la transparente e, de outro, por estar, de há muito, integrada ao domínio comum do conhecimento. São poucos os que se voltam à história do conhecimento e fazem, por exemplo como Roboredo (1615) o fez, uma síntese histórica, para defender sua posição quando, na simulação de debate que adicionou à *Verdadeira grammatica*. Isso ocorreu quando o gramático português respondeu a uma objeção a respeito do número das partes da oração de que ele diz reconhecer: cinco. Assim responde Roboredo, retomando o percurso histórico que, na medida de seu objetivo naquele texto seria adequado:

Quinta objeção:

He deminuta nas partes da oração, porque todos ensinão oito:

Muitos Autores em numero não são equivalen[t]es a [...], & ainda que muitos ensinem o[ito] p[ar]tes, n[em] [t]odos: porque os Logicos com Aristoteles cont[ã]o duas. D[es]ta mesma opinião foi Varrão, & depois por senten[ça] de Dião numerou tres: & tantas, ainda que mal, numerão os Hebreos: Hum moderno segue quatro, Nome, Verbo, Conjunção & Adverbio: Os Stoicos cinco, Nome, Appellatio, Verbo, Pronomen, Coniunctio. Francisco Sanchez seis. S. Agostinho na sua Grammatica sete, porque rejeitou interjeição. Quintiliano com Aristarcho, & Palaemon, Charisio, Diomedes, Donato, Probus, Phocas, Asperus Iunior, Erasmo, Vasaeo, Despauterio, Scaligero, Manoel Alvarez, Pedro Sanchez, & outros que seria processo referir oito. Nibrisense acrescentou o Gerundio. Servio chegou a onze: Prisciano diz que algũs fezerão nove, algũs dez, outros onze (*Verdadeira grammatica*, p. 59v.)⁵

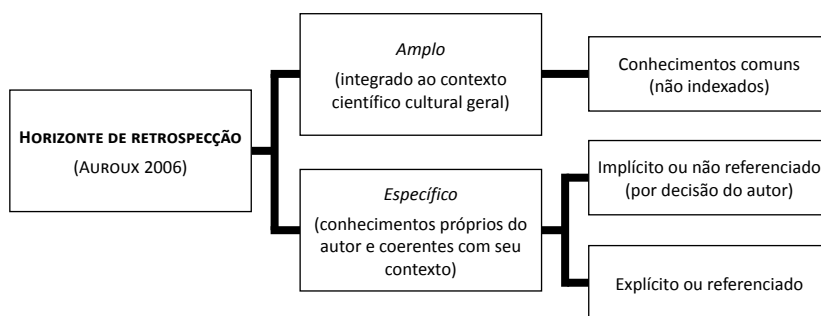
Também lembro do nível de historicidade que a teoria racionalista dos séculos XVII e XVIII, oriunda da França, alcançou em muitos países, inclusive em Portugal e no Brasil (séc. XIX), quando autores se valiam dessa teoria sem apresentar seus pressupostos e sem citar os autores que construíram aquele conhecimento, porque ele já estava integrado ao conhecimento comum. Cito a utilização que João Casimiro, no *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza* (1792) faz dos termos “relativo” e “determina(do), sem defini-los

5 Segui a edição do parágrafo feita por Fernandes; Ponce de León e Assunção (2007, p. XXIX).

nem lhes dar a origem, mas, certamente, importando-os, sem disso ter plena consciência, da teoria dos enciclopedistas Du Marsais (1676-1756) e Beauzée (1717-1789), pelos artigos de l'*Encyclopedie*.⁶ O mesmo expediente se vê na *Grammatica portugueza*, de Manuel de Sousa Dias (1804), que se beneficia silenciosamente, por exemplo, do termo e da noção de “complemento”, em vez do termo e da noção tradicionais “regime”.⁷

Já o HR *específico* refere-se ao conhecimento próprio do autor cuja obra se analisa e que por ele é indexado, explícita ou implicitamente. Nesse último caso, um autor pode se valer de seu HR que pode estar em descompasso com o HR amplo vigente numa época e coincidente com o da maioria dos autores em um dado tempo / espaço. Refiro-me, por exemplo, a Paulino de Souza, autor da *Grammaire portugaise raisonnée et simplifié*, publicada em 1870, em Paris, por Garnier et Frères, que faz essa obra racionalista quando, comumente, o HR amplo já não comportava predominantemente o racionalismo, pois não se faziam mais obras segundo essa teoria, e o conhecimento comum partilhado por contemporâneos já era outro (era referente ao naturalismo e ao historicismo). As obras racionalistas que, então, saíam do prelo eram, como Fournier (2013) as denominou, tardias.

O modelo do *horizonte de retrospecção* redesenhado com o acréscimo aqui proposto assim pode ser representado:



6 Sobre a relação complemento e determinação, leia-se Fournier (2014).

7 Cf. Bouard (2008) para uma discussão aprofundada a respeito da emergência do termo “complemento”.

Volto a Auroux (2007, p. 161), para concluir:

Um horizonte de retrospectiva pode ser estruturado de muitos modos. Os conhecimentos podem figurar de modos indistintos como *conhecimentos comuns*. Mas eles podem também ser *indexados*, com os autores e também as datas. A existência de horizontes de retrospectiva testemunha que o conhecimento tem necessariamente relação com o tempo: não existe *conhecimento instantâneo* o que não significa que o objeto do conhecimento ou seu valor sejam temporais, como sustenta o relativismo. Isso significa que *é preciso tempo para saber*. (Traduzi)

2. O método jesuítico

A Companhia de Jesus, criada em Paris no ano de 1534 e consagrada pela bulla papal *Regimini militantis Ecclesiae*, de 27 de setembro de 1540, foi responsável, também em Portugal, pela organização e condução do ensino. A atuação dos jesuítas no ensino é matéria de muitas discussões e controvérsias, o que não será aqui matéria de estudo. Mesmo dentre seus críticos, todavia, é pacífica a ideia de que a criação da Companhia foi o maior evento pedagógico do século XVI (Cf. Compayré, 1904, p. 162).

A organização da Companhia, que tinha antes do objetivo pedagógico o da catequização,⁸ pautou-se por dois documentos principais: as *Constitutions*, cujas concepção e redação foram de Inácio de Loyola, o principal idealizador da Companhia, que só veio a lume três anos depois da morte do fundador, em 1559.⁹ O quarto livro desse documento era dedicado à exposição sobre o método de educação a ser seguido nos colégios dos jesuítas. O segundo, o mais importante documento, pois dedicado à

8 A bula do papa dizia “La Societé est principalement instituée pour travailler à l’avancement des âmes dans la vie et dans la doctrine chrétienne.” (Apud Compayré, *ibidem*.)

9 Loyola morreu antes de o documento ficar completamente concluído, por isso, a revisão e a apresentação do documento (escrito em latim) foi de responsabilidade do sucessor de Loyola, o Pe. Lainez. Conforme explica Compayré (*op. cit.*), o principal objetivo das *Constitutions* era os trabalhos relativos aos noviços, futuros membros da Companhia.

regulamentação dos estudos, foi o *Ratio Studiorum*, publicado em 1599. Nesse documento ficam fixados, minuciosamente

l'ordre et la division des études, l'objet de enseignement dans chaque classe, les devoirs et les fonctions de chaque professeur, les attributions du préfet des études et du recteur qui dirigent chaque maison, et qui correspondent à peu près, le premier au censeur de nos lycées modernes, le second au principal ou au proviseur. (op. cit., p. 168)

O rigor da educação jesuíta é também tema de muitas discordâncias, dentre as quais vale citar aquela havida pelas opiniões diversas de dois de seus grandes alunos: Montaigne e Descartes. Enquanto aquele dizia "que certaines maisons des jesuites étaient 'des geôles de jeunesse captive'", esse rendia elogios aos padres e à educação que lá recebeu. O que é certo, porém, é que os alunos ficavam internos em clausura, muitas vezes impedidos até de receber a visita dos pais, e eram, em certos casos, punidos com chicote. Para que a Companhia preservasse sua imagem de isenção diante dos castigos, a severidade do chicote, no entanto, não era de responsabilidade dos padres: havia alguém que se encarregava desse serviço, esse era "un correcteur spécial attaché à l'établissement, mais qui ne faisait partie de l'ordre et était chargé d'administrer les châtiments" (Op. cit., p. 175-180). A literatura produzida sobre a Companhia deixa ver claramente que a disciplina jesuítica era muito rígida, mas ostentava um discurso de amenidade quanto a esse assunto. A história, contudo, registra fatos de acidentes acontecidos com alguns alunos em decorrência dos castigos aplicados com excessivo rigor. Compayré, por exemplo, conta uma história, segundo ele conhecida por todos, e que foi primeiro contada por Saint-Simon em suas *Mémoires*:¹⁰

Le fils aîné du marquis de Boufflers avait quatorze ans: il était joli, bien fait, il réussissait à merveille, il promettait toutes choses. Il était

10 Compayré indica em nota que esse acidente ocorreu em 1711 e foi contado por Saint-Simon, IX, p. 83.

pensionnaire aux jésuites avec eux. Les pères voulurent montrer qu'ils ne craignaient et ne considéraient personne et fouettèrent le petit garçon, parce qu'en effet ils n'avaient rien à craindre du maréchal de Boufflers; mais ils se gardèrent bien d'en faire autant aux deux autres, quoique également coupables, parce qu'ils avaient à compter tous les jours avec Angerson, lieutenant de police. Le petit Boufflers fut saisi d'un tel désespoir qu'il en tomba malade le jour même. En quatre jours cela fut fini... Pour le jésuites le cri universel fut prodigieux, mais il n'en fut autre chose. (Op. cit, p. 175)

Apesar de a história ter registrado fatos assim tão graves, é preciso dizer que a saúde dos alunos era muito bem cuidada nas *maisons* dos padres. Ao contrário de outras ordens, os jesuítas não partilhavam da ideologia segundo a qual “*on travaille pour l'âme en mortifiant le corps*”, ao contrário, a Companhia tinha por princípio cuidar muito bem da saúde dos internos, mas defendia o uso moderado do chicote. Nas *Constitutions* se lê: “*Servons-nous de petites ficelles qui blessent la peau, en effleurant l'extérieur, sans atteindre l'intérieur, pour ne pas nuire à la santé*”.¹¹

O rigor com a disciplina se estendia ao método de ensino. A base da educação jesuítica era o ensino das línguas clássicas, grego, hebraico e latim, mas com ênfase nessa última, já que o objetivo era o de que os alunos falassem e escrevessem latim. Por isso, nas primeiras versões do *Ratio*, a língua vulgar era de uso proibido até mesmo na conversação pessoal e privada entre os estudantes, salvo para os novos alunos que ainda não conheciam essa língua. A permissão para o uso do vernáculo, entre os alunos da classe intermediária para cima, era dada somente para os dias de festa, para, antes de tudo, recompensar o jovem pelo esforço despendido com os estudos, e, também, a fim de que ele se sentisse mais confortável, como se estivesse em casa. Somente no final do século XVII, quando os vernáculos já estavam gramatizados e consolidados, abriu-se o acesso ao seu uso nas classes. Segundo Compayré (op. cit., p. 186), na

11 Apud Compayré, p. 179.

França, a influência da *Grammaire de Port Royal* foi decisiva para a mudança de posição dos jesuítas quanto a essa questão. O vernáculo passou a ser usado na explicação das regras que, contudo, eram escritas nas línguas de origem, e a explicação sobre textos de autores gregos e latinos continuaram, durante muito tempo, a ser dada em latim.

Aqueles que elogiam o trabalho dos jesuítas, e mesmo alguns que lhe são críticos, admitem que o esforço dos padres da Companhia, no que se refere ao ensino e aprendizagem do latim, chegava aos resultados desejados, tendo em vista que, em geral, o estudante aprendia essa língua. O problema, como se percebe nos comentários dos críticos, era o próprio método de ensino de línguas, penoso, difícil e demorado para o jovem estudante, que tinha de decorar uma infinidade de regras.

Quanto à ordem dos estudos, sabe-se que

la philosophie et les sciences occuppe [occupaient] les deux ou trois dernières années d'études. Mais la rhétorique est [était] le véritable couronnement des cours. C'est [c'était] en rhétorique que se produit [produisaient] dans tout son éclat l'élève des jésuites, c'est [c'était] là qu'il se révèle [révélaient] comme orateur latin, après s'être manifesté comme poète dans la classe d'humanités. Avant d'arriver en rhétorique, l'écolier a passé [passait] par quatre classes préparatoires, trois années de grammaire, et une classe d'humanités qui correspond [correspondait] à nos deux classes de troisième et de seconde. En cinq années, le cycle des études purement littéraires est [était] parcouru. (Compayré, p. 184)

Relativamente às três classes de gramática, o *Ratio Studiorum* previa uma hierarquia de três níveis: *suprema*, *media* et *infima classis grammaticae*, e o manual recomendado para uso do professor e do aluno em tais classes foi sempre o do português Manuel Álvares, *De Institutione Grammatica libri tres* (1572). Lê-se no próprio texto do *Ratio Studiorum* a seguinte recomendação:

Gramática do Pe. Álvares. - Cuide que os nossos professores adotem gramática do Pe. Manuel [Álvares]. Se em algum lugar o seu método

parecer muito elevado para a capacidade dos alunos, adote então a gramática romana, ou, após consulta do Geral, mande compor outra semelhante, conservando sempre, porém, a importância e propriedade de todas as regras do Pe. Álvares. (Franca, p. 182)

O primeiro livro, para a classe inferior, abrangerá o 1º livro do Pe. Álvares e uma breve introdução à sintaxe tirada do segundo. (Franca, p. 166)

O segundo livro, para a classe média, compreenderá o livro segundo do Pe. Álvares sobre a construção das oito partes do discurso até às figuras e alguns apêndices mais fáceis. (Ibidem)

O terceiro livro, para a classe superior, abraçará do livro segundo os apêndices mais elevados e da construção figurada até ao fim e o livro terceiro sobre a medida das sílabas. (Ibidem)

O método empregado para a fixação das regras da gramática era o da repetição e da decoração e, ainda, exercícios escritos e composição, que os alunos faziam, todos os dias da semana, exceto aos sábados. Para leitura, interpretação e, também, para subsidiar os exercícios escritos, os três níveis das classes tinham textos de dificuldades diferentes, embora dos mesmos autores, do seguinte modo:

Classe superior:

Quanto às leituras, poderão explicar-se no primeiro semestre dos prosadores, as cartas mais importantes de Cícero aos parentes, a Ático, ao irmão Quinto; no segundo, o livro da Amizade, da Velhice, os Paradoxos e outros assim; dos poetas no primeiro semestre algumas elegias ou epístolas de Ovídio, escolhidas e expurgadas, no segundo, trechos, também escolhidos e expurgados, de Catulo, Tibulio, Propércio e das Éclogas de Virgílio, ou ainda, do mesmo Virgílio, os livros mais fáceis como o 4o. das Geórgicas, o 5o. e o 7o. da Eneida; dos autores gregos, S. João Crisóstomo, Esopo, Agapetos e outros semelhantes.

Classe média;

Nas preleções só se usem as epístolas familiares de Cícero, algumas poesias muito fáceis de Ovídio e, no segundo semestre, se o Prefeito julgar conveniente, o Catecismo grego e a tábula de Cebes.

Classe inferior:

O objetivo desta classe é o conhecimento perfeito dos elementos da gramática, e inicial da sintaxe. Começa com as declinações e vai até a construção comum dos verbos. Onde houver duas subdivisões, na subdivisão inferior se explicarão, do primeiro livro, os nomes, verbos, as regras fundamentais, as quatorze regras da construção, os gêneros dos nomes; na superior do primeiro livro a declinação dos nomes sem os apêndices, e ainda os pretéritos e os supinos; do livro segundo, a introdução à sintaxe sem os apêndices até aos verbos impessoais. Em grego, a subdivisão mais atrasada aprenderá a ler e escrever, a mais adiantada os nomes simples, o verbo substantivo e o verbo barítono. Nas preleções adotem-se, dentre as cartas de Cícero, só as mais fáceis, escolhidas para este fim, e, se possível, impressas separadamente.

A gramática do Pe. Manuel Álvares foi, assim, utilizada no mundo Português (Portugal e suas colônias) durante 160 anos, se contados a partir da redação final do *Ratio Studiorum*, em 1599, e 173 anos, se contado o período de sua primeira recomendação, em 1586, época da elaboração, experimentação e revisão do *Ratio*. A gramática do Pe. Manuel Álvares circulou por todos os lugares em que havia penetração dos jesuítas. Somente para informar a grandeza dos números que envolvem as edições dessa obra, reproduzimos uma nota em que Cardoso (1995, p. 159, nota 3) informa o seguinte:

O Pe. Emilio Springethi, no estudo *Gloria e Fortuna della Grammatica di Emmanuel Alvares*, in “Humanitas” (volumes XIII e XIV), indica, baseado em Sommervogel, 530 edições em 22 países, ‘incluindo o México, a China e o Japão, fora da Europa (...) Na Itália contaram-se [mais de] 100 edições, na Bélgica, 73, na Checoslováquia, 71, Polônia com igual número e Portugal, 25’. (Cf op. cit, p. XV)

A gramática de Manuel Álvares caiu em desuso junto com a interdição dos jesuítas, quando foi promulgado o *Alvará régio*, de 28 de junho de 1759,¹²

12 O Alvará foi concebido por Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro conde de Oeiras

época em que se extinguíram todas as Escolas reguladas pelo método dos Jesuítas, e se estabeleceu um novo regime para os estudos. No mesmo alvará, no item “dos professores de gramática latina” proibiu-se o uso da gramática de Álvares, e o rei determinou que fossem usadas gramáticas de padres oratorianos, como se lê no artigo sétimo:

7. Nem nas ditas Classes, nem em outras algumas destes Reinos, que estejam estabelecidas, ou se estabelecerem daqui em diante, se ensinará por outro Methodo, que não seja o Novo Methodo da Grammatica Latina, reduzido a Compendio para uso das Escolas da Congregação do Oratorio, composto por António Pereira da mesma Congregação: ou a Arte da Grammatica Latina reformada por António Felix Mendes, Professor em Lisboa. **Hey por prohibida para o ensino das Escolas a Arte de Manoel Alvares**, como aquella, que contribuiu mais para fazer difficultozo o estudo da Latinidade nestes Reinos. E todo aquelle, que usar na sua Escola da dita Arte, ou de qualquer outra, que não sejam as duas acima referidas, sem preceder especial, e immediata licença minha, será logo prezo para ser castigado ao meu Real arbitrio, e não poderá mais abrir Classe nestes Reinos, e seus Dominios. (Cf. <https://www.unicamp.br/iel/memoria/crono/acervo/tx13.html>)

e marquês de Pombal, secretário de Estado do reino de Portugal no período do rei D. José I (1750-1777). O marquês de Pombal é considerado um dos *intelectuais estrangeirados* de Portugal, pois exerceu na Inglaterra (Londres) e na Áustria (Viena) a carreira diplomática, quando foi embaixador de Portugal de 1738 a 1749. Em 1750 foi nomeado secretário de Estado pelo rei D. José I. O Marquês de Pombal, tendo, de um lado, conhecido o desenvolvimento econômico dos países onde viveu e, de outro, conhecido a realidade econômica de outros países europeus, reconhecia a situação de atraso de Portugal, onde ainda predominavam no campo das ciências, da economia e da religião ideias medievais. Conforme se diz na literatura histórica, Pombal foi um “representante do despotismo esclarecido”, já que viveu sob a influência dos ideais iluministas e, a seu modo (e com muito exagero), os aplicou na reforma de seu país.

Desse contexto resultou a reforma do ensino português, iniciada pelo referido alvará com a expulsão dos jesuítas. A justificativa que se tem dado para esse ato é a de que os objetivos do Estado haviam deixado de ser a **fé** e passado a ser a **economia**, para que, pela ciência e pelos estudos, Portugal pudesse sair do obscurantismo medievalesco em que se encontrava.

A história da gramática latina de Manuel Álvares revela tanto muitas vozes que lhe são favoráveis quanto outras que lhe são contrárias. Conforme diz Cardoso (1995), a gramática alvarista tem o mérito de reunir o *usus* - considerando o latim praticado nas universidades, já que essa língua não era a essa altura uma língua natural de comunicação - e a *ratio*, “fundamentada na filosofia que investiga ‘os princípios reguladores, os *vera principia* capazes de sustentar toda a gama de construções reunidas nos textos,¹³ e que, portanto, configura um instrumento que é ao mesmo tempo descritivo e racional.

A oposição que a gramática alvarista recebeu baseia-se principalmente na complexidade e no exagero das regras que contém (para a sintaxe dos substantivos, por exemplo, há 247 regras)¹⁴ e das glosas que recebeu quando foi reformada após a morte do autor. Para além do próprio texto, a crítica é feita ao método pelo qual se dá o ensino da gramática, conforme já se comentou antes.

Neste trabalho, privilegiam-se os dois mais importantes opositores do uso escolar da gramática do Pe. Manuel Álvares e do método jesuítico para o ensino de gramática, Amaro de Roboredo e Luís António Verney. A importância que se lhes atribui justifica-se por meio de dois argumentos: primeiro, porque, mesmo em marcha lenta, no caso de Roboredo, a denúncia dos pontos negativos que enxergou no método de ensino¹⁵ frutificou, pois alguns autores¹⁶ começaram a traduzir para o português as lições da *De*

13 O autor cita Lozzano Guilén, Carmen. *La aportación gramatical renascentista a la luz de la tradición*. Universidad de Valladolid, 1992. p. 33 ss.

14 Cf. Oliveira (1998, p. 4).

15 Ensino, cujo princípio era o de transmitir conhecimento gramatical, para estudantes que ignoravam completamente os princípios de gramática, a língua alvo que já não era língua de uso, pela língua vernácula, materna do aprendiz.

16 Um deles foi Bartolomeu Rodrigues Chorro, em suas *Curiosas advertencias da boa grammatica no compendio e exposiçaõ do P. Manuel Alvares*, publicadas em Lisboa, no mesmo ano em que saiu o *Methodo* de Roboredo, 1619, segundo expõe Ponce de León (2001).

institutione grammatica libri tres, produzindo, assim, um gênero de *instumento linguístico* denominado na época como “cartapácio”; segundo, porque foi a partir desse sentimento de inadequação do ensino de latim praticado na época e da publicação de um método para ensinar a língua latina, não somente escrito em português mas também composto por estudo das especificidades gramaticais dessa língua, que a produção de *instrumentos linguísticos* portugueses para ensino de latim começou a ser feita em vernáculo.¹⁷ Trata-se das obras de Amaro de Roboredo.

As denúncias feitas por Roboredo no prólogo de suas obras, em 1615 e 1619, acerca da falha do ensino (e da aprendizagem), decorrente do fato de a gramática latina ser escrita em latim, quando era destinada a um público jovem que desconhecia tanto a gramática da língua latina quanto a de sua própria língua materna, não levaram as autoridades a promover alterações na metodologia do ensino de línguas. Essas mudanças desejadas por Roboredo somente vieram a ser implementadas, como já declarado, com as reformas pombalinas e, como se procurará mostrar, por influência do *Verdadeiro método de estudar*, de Luís António Verney, publicado em Portugal, no ano de 1746.

3. Amaro de Roboredo e seu método de ensino de latim

Em Leite (2010 e 2011), com outros propósitos, falei de Roboredo: em 2010, para tratar da teoria da tradução utilizada pelo autor e, em 2011, para revelar aspectos de uso e norma do português, presentes naquela obra. Agora, retomo-a para discutir a ação de Roboredo, de um lado, carregado do HR *amplo* vigente em seu tempo / espaço, pela circulação das ideias gramaticais de Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600) e, de outro, das ideias relativas à educação humanística e natural, então em voga na Europa.

17 Em 1610, Pedro Sanches escreveu uma gramática latina em português, a *Arte de grammatica para em breve saber latim*, que ficou muito tempo desaparecida, mas recentemente localizada e reeditada por Ponce de León; Fernandes; Assunção (2007).

Refiro-me, principalmente à difusão do pensamento e dos argumentos de humanistas como Thomas More (1465?-1536), Erasmo de Roterdã (1478-1535) e Juan Luis Vives (1478-1535) e de outros, como Tommaso Campanella (1568-1639) e Wolfgang Ratke (1571-1635). Esses pensadores defendiam princípios educacionais segundo os quais a educação deveria ser pautada na natureza, e o ensino deveria ser preciso para possibilitar aprendizagem rápida, motivada e duradoura.

A seguir, passo a dar algumas pistas sobre a biografia e a obra do autor. Amaro de Roboredo teria nascido na cidade de Algosó (Trás-os-Montes), hipótese feita porque essa é a cidade indicada no frontispício do *Método gramatical para todas as línguas* (1619). Sabe-se que, profissionalmente exerceu a função de tutor de filhos de homens da nobreza espanhola e portuguesa.

Roboredo elaborou seu *Methodo de ensino para todas as línguas* com base em princípios educacionais reformadores, explicitamente formulados no prólogo de sua obra, embora sem referir-se aos pensadores humanistas, salvo a Vives, a quem cita ao recomendar a literatura pela qual o estudante deve observar o emprego do vocabulário e da gramática, o que faz no final do segundo livro (“Exemplo latino da copia de palavras”), quando diz: “Os livros, que no principio se irãõ acrescentando, sejaõ primeiramente de conceito, & frase clara: *como os Dialogos de Vives*, ou outros semelhantes, cujo exercicio de memoria fazendo as figuras naõ importa pouco.” (Roboredo, p. 83, grifei).

Apesar disso, sobre o ensino de língua, propriamente dito, suas ideias eram diferentes das dos humanistas antes citados, embora de pleno acordo com Sánchez. Esses filósofos escreviam em latim e, salvo Vives, que no entanto escreveu sempre em latim, não defenderam seu ensino por meio do vernáculo, mas tinham ideias avançadas sobre a educação. Já o brocense é explicitamente citado por Roboredo, na *Verdadeira gramática* e no *Methodo*, especialmente para fundamentar seu método gramatical de ensino de latim, pois a defesa de Roboredo era, como defendia o brocense, que o ensino do

latim deveria ser feito por meio da metalinguagem da língua vernácula do aprendiz. Exatamente por isso, seu *Methodo* é iniciado por uma apresentação comparativa da gramática portuguesa com a latina, no primeiro livro, intitulado "Exemplo português e latino da grammatica."¹⁸

O século XVII não foi fértil em trabalhos gramaticais sobre a língua portuguesa, mas, sim, em trabalhos sobre a ortografia desta língua. Além disso, a produção portuguesa desse autor demorou séculos a despertar o interesse de linguistas e filólogos. Contemporaneamente, Kossarik (2002) talvez tenha sido a se dedicar ao estudo da obra de Roboredo, o que chamou a atenção de outros especialistas, tais como Assunção e Fernandes (2007), e, depois, outros trabalhos sobre o autor foram surgindo, como os já citados de Leite (2010 e 2011).¹⁹ As obras linguísticas de Amaro de Roboredo, publicadas durante a sua vida são as seguintes:

1615 - *Regras de orthografia portugueza*. [Desaparecida]²⁰

1615 - *Verdadeira grammtica latina para se bem saber em breve tempo, scritta na lingua portugueza*.

1619 - *Methodo grammatical para todas as linguas*.

1621 - *Raizes da lingua latina mostradas em hum trattado e dictionario, isto he, hum compendio do Calepino com a composição, e derivação das palavras, com a ortografia, quantidade e frase dellas*.

1623 - *Porta de linguas, ou methodo muito accomodado para as entender publicado primeiro com a tradução espanhola*.

1625 - *Gramática latina de Amaro de Roboredo. Mais breve e facil que as publicadas até agora na qual precedem os exemplos aas regras*.

18 Para mais informações sobre a *A arte para em breve saber latim* (1595), escrita em espanhol por Francisco Sánchez de las Brozas, consulte-se Fernandes (s.d.).

19 Sobre esses trabalhos, vejam-se as recensões de Ponce de León (2004) e Rosa (2008).²⁰

20 Cf. Fernandes; Ponce de León e Assunção (2007, p. XI).

Sobre a obra *Das Regras de Ortografia e Língua* não se conhece o original do autor, diz-se que se trata apenas de uma edição elaborada no século XVIII pelo Padre Vitorino José da Costa. *A verdadeira grammatica latina* foi considerada extinta até muito recentemente, mas foi recuperada por três linguistas portugueses, Fernandes, León, e Assunção, e reeditada em 2007. A obra *As Raízes da Língua Latina* é um dicionário Latino-Português-Espanhol, no qual Roboredo dá particular atenção aos problemas de "formação das palavras e às mudanças fonéticas e semânticas que ocorrem nos processos de derivação". O livro *Porta de linguas* é uma coleção de textos escritos em latim, português e espanhol, enriquecida com tratados e conteúdos linguísticos, baseados na obra latina *Ianua linguarum* (1611). Em seu último trabalho, *Gramática Latina, mais curto e fácil do que os publicados até agora*, o autor retoma em suas explicações algumas ideias pedagógicas e linguísticas do *Methodo Gramatical para todas as linguas* (Cf. Assunção; Fernandes, 2007).

Dentre essas obras, o *Methodo*, além de ser, sem dúvida, a mais conhecida foi, também, norteadora de importantes obras do século XVIII, como a de Jeronymo Contador de Argote, *Regras da Língua Portuguesa, espelho da Língua Latina*, de 1721/1725, e *A Arte da Gramática Portuguesa*, de António José dos Reis Lobato. Essa última obra é também aquela que se tornou, após as reformas pombalinas, a “gramática oficial” para o ensino da língua portuguesa.

O *Methodo* segue a tendência racionalista no processamento da linguagem, iniciada por Escalígero (1540),²¹ continuada por Sánchez (1587), mas somente tornada *conhecimento comum* depois da publicação da *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal* (1660) e dos textos dos enciclopedistas Du Marsais et Beauzée. Na Península Ibérica, Francisco Sánchez de las

21 Ver Colombat (1999, p. 43), citando Lardet 1988: “La référence des des éléments constitutifs du langage aux causes d’Aristote – matérielle, efficiente, formelle, finale – permet a Scaliger de poser le principe de la rationalité linguistique, parfois perturbée par la tyrannie de l’usage”.

Brosas, em sua *Minerva* (1587), adepto do racionalismo, que preside à teoria das elipses por ele elaborada, é inspiração para Roboredo, especialmente no tocante à metodologia do ensino de línguas. O português elabora seu *Methodo grammatical para todas as línguas* na senda de Sánchez, que havia publicado em espanhol a *Arte para saber latín* (1595), e assume a metodologia de ensino cujo princípio é a tradução de uma língua por outra, no caso o ensino do latim pelo português. Esse método teve suporte também no princípio universalista de que línguas tinham regras comuns, o que ganhou força depois da publicação em 1611 da *Ianua linguarum*, dos padres irlandeses. Pela combinação de pedagogia e gramática, Roboredo afirma que pode ensinar o aluno a aprender o latim, muito rapidamente, em seis meses, primeiro fazendo-o conhecer a gramática de sua própria língua e, depois, pela metalinguagem dela e, também, por regras comuns a ambas as línguas, levá-lo a conhecer o latim. Segundo essa metodologia, Roboredo publicou o *Methodo grammatical para todas as linguas*, em 1619, e, em 1623, o *Porta de linguas*.

A ideia de que o latim era "a" língua universal, mais perfeita que todas as outras, era corrente. A ação dos gramáticos renascentistas que *transformaram os vernáculos em arte*, gramatizando as línguas europeias, contudo, impulsionou a tendência da valorização da metalinguagem das línguas maternas como ferramenta para o ensino do latim, língua morta há séculos. Em Portugal isso foi feito por Roboredo. Antes dele, porém, como informam Ponce de León, Fernandes e Assunção (2008, p. XIV), Pedro Sanches, um parente próximo de Francisco Sánchez de las Brozas, escrevera, em 1610, a *Arte de grammatica pera em breve saber latim*, mas essa obra, ainda segundo os autores citados, não teve repercussão no ensino da época, totalmente dominado pela gramática latina de Manuel Álvares. Roboredo afirma que a sua obra é a primeira a praticar essa metodologia, mas dá notícia da *Arte de grammatica pera em breve saber latim* (1610), de Pedro Sánchez, em sua *Verdadeira grammatica latina*, de 1615, conforme anotam Fernandes; Ponce de León; Assunção (2007, p. XIII-XIV).

O discurso de Roboredo presente nos prólogos de suas obras delinea perfeitamente suas intenções, seus objetivos e postura teórico-metodológica diante da interpretação e descrição da língua além de, também, revelar com nitidez o método que elabora para o ensino de gramática. Tudo isso fica declarado de modo mais amadurecido nas vinte e quatro páginas do prólogo ao *Methodo grammatical para todas as linguas*. Nesse espaço, o autor defende:

1. a simplificação da descrição gramatical;
2. o uso da língua portuguesa para a descrição e ensino do latim;
3. o método da tradução no ensino de línguas, sendo o primeiro movimento nesse sentido a tradução feita da língua materna para a estrangeira e o segundo, o inverso, da estrangeira para a materna, quando o aluno já estivesse adiantado nos estudos;

4. a sistematização do método de ensino em três partes: **gramática** (exposição das regras gerais da língua); **cópia** (exposição de frases latinas, com números interlineares que indicam a ordem das palavras na tradução portuguesa, para estudo de vocabulário); **frase** (exposição de frases, organizadas a partir de dados gramaticais, para o estudo do texto).

Na exposição feita na introdução do *Methodo* também fica claro que Roboredo sabia distinguir bem o conhecimento que o usuário/locutor poderia ter da língua e da gramática, ao reconhecer que a língua é maior do que a gramática e que esta está escondida naquela. É o seguinte trecho que mostra tais conceitos:²²

De star a [lingua] Latina reduzida a arte ha tantos annos, & irse sempre a arte aperfeiçoando, podemos dizer, q[ue] soube Francisco Sánchez Brocense mais Grammatica latina em nossos tempos, que Cicero, & Varrão columnas da lingua, nos seus, que lhe precederom 1640 annos. Porque a Grammatica depende da razão, que a natureza vai pelo tempo

22 A citação dos trechos do *Methodo grammatical para todas as linguas*, de Roboredo (1619) será realizado pelo título da obra, indicação dos folios e da página do facsimile de Assunção e Fernandes (2007), como se vê na seguinte citação.

descobrimo aos bõs ingenhos, que sobre ella trabalhão: & como a lingua consta de Grammatica, Copia, & Frase (como abaixo direi) aquelle alcançou mais Grammatica, & estes sabião mais Copia, & Frase com mais propriedade, porque como Materna lingua a usavam des os berços. E a natural pronunciação, & sítio das palavras no modo de fallar, não o podia o Espanhol encontrar facilmente; porque nem a Latina se falla em provincia alguma; nem era nascido em Italia, cuja disposição em sitio, & particulares influencias modificão a voz para a tal pronunciação. Exemplo seja hoje hum Castelhana avisado, & ainda escritor, que pronunciará melhor sua língua Materna, saberá mais Cópia, & Frase, que hum Português, & cõtudo pode haver Português que lhe ensine a Grammatica da lingua que tambem falla. Daqui resulta hũa conclusão cõtra os que cuidão, que sô na Grammatica consiste a lingua, & hé, que sejam Mestres, tornem a aprender o que cuidavam que sabião. (*Methodo*, ff. b.r; p. 17)

A comparação feita entre Francisco Sánchez, Cícero e Varrão, exemplifica perfeitamente o raciocínio de Roboredo, pois ele ensina que, embora o gramático domine muito bem as regras de uma língua, nesse caso a do latim, em um tempo em que essa língua não era mais usada, não era mais viva, ele jamais a dominaria como os falantes nativos. E por que ele dizia que Sánchez conhecia mais gramática do que Cícero e Varrão, dois latinos exímios conhecedores da gramática latina? De uma parte, a da razão, porque as condições de Sánchez, pela evolução da ciência em sua época, que leva à evolução das ideias sobre as a realidade, eram outras, mais avançadas do que aquelas dos romanos citados; de outra, a do uso, porque Sánchez conheceu a gramática de uma língua que não se renovava mais na prática cotidiana, caso em que, portanto, a sua “arte” se refinaria sempre, já que não era mais burlada pela prática cotidiana da língua, pela mudança e ampliação do vocabulário e da sintaxe e pela variação fonética, pelo modo de pronunciar as palavras, que, na época de vida do brocense, já estava perdido, restou paralisado no tempo. Toda a argumentação de Roboredo foi feita para comprovar que a gramática é apenas uma explicação sobre aspectos da língua, e que o gramático tem de aprender continuamente a gramática de uma língua viva, que *acham que sabem*, porque,

sendo a língua dinâmica, a gramática é continuamente ultrapassada pelo uso e que, por isso, tem de ser sempre renovada e, portanto, reaprendida.

A preocupação de Roboredo tanto com o método de ensino quanto com a aprendizagem do aluno é revelada por sua insistência em utilizar a língua materna, a língua do uso do aluno para que ele possa entender as regras de sua língua e, depois, transferi-las para o latim, ou para outra que vier a estudar. Por isso ele diz:

Fica logo clara a obrigação do Artifice quero dizer minha neste Methodo de me accomodar aa rudeza pueril, screvendo o na lingua Materna do principiante, levando per exemplos claros, & ainda corporaes della para a Latina: que he a primeira raiz, que acima disse: A notis ad ignota procedendum est. E fica clara a obrigação de dispor a materia ainda da lingua Materna segundo a natureza do discurso humano depêdête dos sêtidos: que he a següda raiz: A facilioribus incipiendum est in tradendis artibus; ajuntando muitos exemplos em o livro, & em voz, que o aprendiz veja, ouça, apalpe. (*Methodo*, ff. b2.v; p. 20)

Os princípios (raízes) a que Roboredo se refere para desenvolvimento do método são três, o que faz de acordo com a teoria aristotélica: (i) parte-se do conhecido ao desconhecido; (ii) e do mais fácil ao mais difícil; (iii) e, finalmente, pelo estudo contínuo do texto, para tornar hábito o que se aprende. O hábito, ou seja, a aprendizagem, consolida-se pela experiência (veja, ouça, apalpe) e pela vivência da língua, pela leitura, audição e repetição. O princípio (i) é cumprido pelo estudo da gramática da língua e metalinguagem do que é conhecido, a língua materna; o (ii) pelo estudo, primeiro, do vocabulário e, depois, da sintaxe (frase); e (iii) pela prática da língua, por meio de leitura e escrita.

O método de ensino de línguas estrangeiras por meio da tradução, da materna para a estrangeira, primeiro e, depois, da estrangeira para a materna, é um princípio defendido por Roboredo, por entender que para o aprendiz dominar teoricamente as regras de uma gramática deve partir do conhecimento que tem de sua própria língua, de sua gramática internalizada, pela prática

cotidiana da língua. Depois que esse processo se faz, ou seja, depois que o aluno passa a ter consciência do funcionamento de sua língua materna, e de conhecer teórica e racionalmente suas regras, é que tem condições de transferir para outras línguas as regras da sua, já que a maioria delas é universal. Isso fica muito claro na seguinte passagem em que o gramático português discorre sobre o ensino do latim, quando essa língua era ainda viva, e, também, sobre o ensino dessa língua, em seu tempo, quando já, de há muito, era uma língua morta. Diz ele:

Os que screverom Grammatica na lingua Latina, quãdo ella era vulgar, acertarom; porque sô restava ao minino entender o conceito das regras, retelas, & applicalas. Os que os seguïrom despois que ella não foi vulgar, foram ovelhas, que receando perigo ao passar de hua porta se deteem; mas se hua, ou duas passaçõ, todas as seguem sem examinar o incommodo da detença. Assi os sequazes dos Latinos, detidos muitos annos nesta primeira porta das sciencias, se arremessaram apos as frases dos primeiros; & por assoalharem as quatro, que alcançarom, não examinarom, o incommodo de quem havia de entrar per ella. Finalmente screverom de balde: porque os que não sabem Latim não entendem suas artes; & os que as entendem, bem as escusão; porque entendem qualquer livro Latino, de que colhem a lingua, & não dessas artes nem o entendimento as quer ver, quando com artes, & materias superiores se pode melhorar. (*Methodo*, ff. a3.r; p. 13)

De modo claro e decisivo, o autor defende o ensino do latim por meio da língua materna, a que conhece, pois esse é o modo de diminuir a dificuldade de o aprendiz chegar à língua desconhecida, o latim. É o método escolhido para diminuir a distância a ser percorrida para que o estudante consiga aprender a língua a ser aprendida. O corolário do qual parte Roboredo para sustentar a sua tese é o de que “quanto maior he a distancia entre os extremos, maior he a dificuldade de passar de hum a outro” (Ibidem). Assim, o aluno que parte do conhecimento de sua língua e da gramática dela, mais fácil e rapidamente chegará à aprendizagem do latim (ou de qualquer outra língua desconhecida). Esse seria o método natural de se ensinar e aprender.

O cuidado de Roboredo com a aprendizagem dos estudantes é extremo, e ele não se conforma com o método vigente então, que visava mais a despejar sobre o aluno uma carga excessiva de teoria, o que mais o confunde que o ajuda a tornar-se um usuário da língua estudada. Sobre isso é taxativo quando afirma, que

esta he a causa, porque hum discipulo anda tanto tempo na arte cego, e perdido; porque lhe metem na mão não a sua arte para aprender, mas a do Mestre para ensinar, que excede sua capacidade, havendoselhe de dar a sua arte mui proporcionada a sua rudeza (*Grammatica latina*, 1625, § 2 r.).²³

Também é nesse sentido, o da atenção com o locutor a ser formado pelo estudo (para possível aprendizagem) de uma língua nova, que Roboredo defende que o método de ensino de línguas deve partir da experiência linguística do aluno, a ser valorizada e aproveitada pelo professor. Por essa razão, ele entende que os exemplos devem preceder as regras, já que elas são formadas pela razão, mas a partir do uso. Esse é um ponto de divergência de seu método com o alvarista, que apresenta ao jovem estudante (o menino) primeiro as regras, e para que o estudante as entenda, apresenta-se-lhe uma série considerável de exemplos retirados principalmente das epístolas de Cícero. A justificativa que dá para isso pode ser lida em muitos trechos dos prólogos de suas obras, mas este esclarece bem sua posição:

Alem das razões que me moverom a escrever em Portuguès as regras com seus exemplos em Latim (...), se me offereceo outra razão mais nova pela qual me parecem as regras das artes postas aas avessas antes dos exemplos. Porque sempre o exemplo devia preceder; e ensinaremse as artes liberaes a modo das mecanicas, em que se obra com o exemplo diante, o qual fica servindo juntamente de regra: pois mais facilmente

23 Apud Assunção e Fernandes (2007, p. XXVI).

colhe o entendimento a regra do exemplo que o exemplo da regra (*Grammatica latina*, 1625, “Prologo” § 1 v.).²⁴

No caso do latim, Roboredo era, inclusive, contra o objetivo de tornar o aluno um falante, pois essa, como língua morta, não tinha mais parâmetros regulatórios para ser praticada naturalmente em conversações espontâneas.

Quanto à simplificação da descrição gramatical, que ele opõe à complexidade da descrição da gramática jesuítica, lê-se no prólogo da *Verdadeira grammatica* uma explicação elucidativa no primeiro parágrafo:

A diligencia, que algũs teveraõ em acrescentar a Grammatica para que não ficasse diminuta, teveraõ outros em a diminuir, para que não fosse superflua, que os discursos de mortaes carecem de consistencia. Fugindo pois extremos quanto pude, elegi do muito, o necessario, & de muitos o melhor, mais breve e mais facil a quem imito. Este hẽ o Doutor Francisco Sanchez, a quem tambem seguirão os reformadores de Nibrissense no anno de noventa, & oito, se elle não foi o principal (...): bastaõ Nominativos, & Conjugações, Genero, & Preteritos, com as concordias e regencias de casos em summa: & o trabalho empregara na muita explicação de livros, em que consiste tudo, & dos quaes aprendemos hoje a lingua Latina. (*Verdadeira grammatica latina*, 1615, § 3)

No final da *Verdadeira grammatica* há outro texto metadiscursivo de grande importância para o estudo histórico da metodologia de línguas: trata-se de oito objeções à obra, feitas pelo próprio autor, a que respondeu no fim do texto da edição de 1615, com o título *Objeiões contra esta Grammatica , & respostas a ellas*, e são as seguintes as objeções:²⁵

24 Ibidem.

25 Mantivemos as convenções de Fernandes; Ponce de León; Assunção (2007, p. XXIV e XXV): indicação de folios (ff.) e colchetes para trechos ilegíveis no texto da gramática, mas recuperados pelos autores responsáveis pela reedição da obra e do estudo introdutório sobre ela.

- 1^a) Se este modo de grammaticar fora bom ja pelos antigos stivera ensinado. (*Verdadeira grammatica*, ff. 56v.-57r.)
- 2^a) Quando este methodo fora de proveito os que teem carrego publico de ensinar, o praticarão. (*Verdadeira grammatica*, ff. 57r.-57v.)
- 3^a) Nas Conjugações faltão modos e algũs tempos. (*Verdadeira grammatica*, ff. 57v.-58v.)
- 4^a) [Esta arte] he falta de rudimentos & diminuta no genero. (*Verdadeira grammatica*, ff. 58v.-59r.)
- 5^a) He deminuta nas partes da oração, porque todos ensinão oito (*Verdadeira grammatica*, ff. 59r.-62r.)
- 6^a) He falso [reger todo o] verbo que não for passivo, accusativo, & n[ão regerem] os [ver]bos neutros dativos, & outros. (*Verdadeira grammatica*, ff. 62v.-64r.)
- 7^a) E[sta] grammatica da regencia por diante he mui larga, [para] a brevidade que promete, & assi não fica mais curta que outras que hoje se ensinão. (*Verdadeira grammatica*, ff. 64r.-64v.)
- 8^a) Devia esta grammatica ser scritta na lingua latina assi para o ornamento della como para os principiantes se acostumarem aa pronunciação das palavras latinas, & saberem suas significações. (*Verdadeira grammatica*, ff. 64v.-67r.)

Segundo os autores da reedição da *Verdadeira gramatica* (Fernandes; Léon; Assunção, 2007, p. XXV), as *Objeiçõs* foram escritas como respostas antecipadas a possíveis impugnações que a obra viesse a receber. O autor, nesse caso, tem consciência do quanto sua obra difere das demais, tanto no método de ensinar quanto no conteúdo do que se ensina. As objeções são formuladas principalmente com fundamento principal na teoria de Sánchez, embora Júlio-César Escalígero (1484-1558) seja o autor mais citado no

discurso de Roboredo.²⁶ Isso exemplifica o caso dos dois níveis de *horizonte de retrospectão*, conforme defendemos aqui: nas respostas às *Objeiçõs* pode-se reconhecer, no HR *amplo* as vozes de gramáticos de quem ele discorda e a quem ele responde, e no *específico*, as de quem ele recorre para defender-se, as de Sánchez e Escalígero, citados nessa obra, sendo, nesse caso, Escalígero o mais referido por Roboredo.

Vejamos, então, um pouco do texto das *Objeiçõs* para comentar as respostas à primeira, segunda e oitava perguntas, que tocam de modo mais próximo os temas aqui comentados, sobre o método de ensino. A primeira pergunta vai de encontro à novidade do método, isto é, ao fato de o ensino do latim dar-se pela língua vernácula e, também, de a lição gramatical ter sido simplificada, pela afirmação de que se esse método fosse bom já teria sido usado pelos antigos. Na resposta, Roboredo usa argumento de autoridade, no fundo, apoiado em sua fonte principal, apesar de não ser a mais citada, Francisco Sánchez de las Brosas, de quem veio a novidade do método quanto ao emprego do vernáculo para o ensino do latim e, principalmente, quanto à simplificação das regras, para mostrar que as coisas novas que introduz têm lastro e já foram experimentadas antes, ainda que novas. Dos anteriores, invoca Prisciano e Escalígero, autores de clássicas gramáticas latinas, citados em latim, cujas vozes vêm apoiar suas inovações, pois em seu tempo também houve novidades. O excerto a seguir reproduzido revela tal discurso:

Como o vulgo recebe melhor as cousas por fama, que per exame, recorre ao antigo [...], para cega[r]. Pode ser que este modo tenha algu[m...] ainda que disso não tenhamos noticia[:]; porque nihil sub sole nouum. Et, nihil est iam dictum, quod prius non fit dictum. E de muitas cousas darei autores como a Francisco Sanches da principal; mas o modo com

26 É importante registrar que, como pontuam Fernandes; Ponce de León; Assunção (2007, p. XXIV e XXXV), Roboredo, na *Verdadeira grammatica*, tem em Escalígero seu principal apoio para desenvolvimento da teoria gramática, embora, seja ele, também o mais citado no que respeita à metodologia de ensino. No entanto, sempre segundo os autores, seja Sánchez o autor preferido de Roboredo para suportar suas ideias.

[todas] *as circumstancias hê com a pessoa singular. Por agora digamos dos scrittos de nossos antepassados, o que Prisciano [pelos] scrittos dos [...]. In quibus maxime vetustissima ætas grammatica in arte arguitur pec[casse], cuius autores quanto funtiuniores, tanto perspicatiores. &c ingenijs floruisse, & diligentia aluisse [omnium] iuditio confirmatur eruditiss[im]orum Porque [é dos] modernos aperfeiçoar o inventado pelos antigas, [des]cobrindo a ignorancia, com que andamos adiectivados: pois, nulla ars repente perfecta ex[te]tit, como diz Julio Cesar Scaligero, & ajunta. Sapientia vix tandem sero cœlitus demissa est, vel ad hanc vsque diem quanta latitauere? Quot adhuc latent, quæ posteritas eruit adiuta? Não negaremos o louvor do inventado, mas a perfeição delle. Nihil enim ex omni parte perfectum in humanis inuentionibus esse posse credo. E ainda que em algum tempo tivera sido tal modo, como se não tivera, tirandoo agora das mãos do esquecimento, o podemos offerecer por novo.*

Est quoque cunetarum noutras gratissima rerum. (*Verdadeira grammatica*, ff. 56v.-57r. Itálicos do autor.)²⁷

À segunda resposta à objeção, segundo a qual os professores das escolas oficiais não usam o novo método, Roboredo recorre não somente à autoridade dos escritores e gramáticos já citados, mas também a um outro gramático, Francisco Martinez,²⁸ citado várias vezes, no que respeita a pontos com os quais concorda. A resposta à segunda objeção traz uma crítica à pouca

27 Segui aqui as emendas ao texto feitas por Fernandes; Ponce de León; Assunção (2007, p. XXXV) na parte da citação escrita em português. Observo que Escaligero, um pouco diferentemente da transcrição de Roboredo escreveu “Sapientia verò vix tandem serò cœlitus demissa est: vel ad hanc vsque diem quanta latitauere? quot adhuc latent, quæ posteritas eruet adiuta?” (Scaliger, M.DCXXII, p. 280).

28 Francisco Martinez, conforme Ponce de León (2004), é um português de Lamego que foi catedrático de latim, na segunda metade do século XVI, portanto, coetâneo de Sánchez. “Colega e inimigo de Sánchez”, em razão da divergência teórica havida entre ambos, pois Martins era contra os princípios racionalistas defendidos por Sánchez. Ponce de León destaca que, mesmo Roboredo sendo o mais sanchista gramático português, ele era rigoroso e imparcial, por isso, não se furtou a dar a Martins os créditos que merecia, pela defesa do novo método de ensino do latim, como o qual ele concordava.

importância que se dá ao ofício de ensinar a gramática, diferentemente do que acontece com outras áreas do conhecimento. São poucos, mas preciosos, os que se dedicam à gramática e a seu ensino, ressaltando, por meio de metáforas, Escalígero, Sánchez e Martins, pilares da *Verdadeira grammatica*. O teor da resposta é o seguinte:

Neque spernas hominem in visu suo: breuis in volatilibus est apis, & initium dulcoris habet fructus illius: *Responde a divina sabedoria pelo simples, & humildes que regeitados com desprezo admitem su[a] tutela*. Et (como diz Prisciano) solatio mihi ipse [...] qui veterum scriptorum artis grammaticæ vitia corrigere, quanuis audacissimo, sed maximis autoribus consisus ingredior, si quid in meis quoque humani erroris scriptis acciderit, quod fit emendandum.

Por ser a Grammatica materia de pouca consideração, se não devem occupar nella os que tem um carrego pu[bli]co de ensinar, & como sufficientes para cousas maiores se empregão nellas, como são Philosophia & Theologia, que levão atras si o entendimento. Porem algũs considerando os incommo[dos] [...] os mal entendidos, deixando maiores occupações [...] odirão, descobrindo de entre terra suas raizes, & de entre toscos accidentes sua sustancia, como forão Cesar Scaligero, Sanchez, Martinez, & outros que a deixarão tão, mais perfeita, quanto a natureza mais imitada: Ars enim atque usus dicitur naturam imitari. E de taes autores, o que melhor me pareceo, sigo, cujas opiniões, se boas, não devião perder por serem referidas per hum rude: nem as de outros se falsas, melhoraremse por serem gavadas por muitos.

Bono probari malo, quam multis malis. (*Verdadeira grammatica*, ff. 57r.-57v. Itálicos do autor.)

A frase, citada em no fim da resposta, “Prefiro ser estimado por um único homem bom (virtuoso) a sê-lo por muitos maus (desonestos)” é um argumento em seu favor e de sua obra: os poucos que a entendem valem mais do que os muitos que a criticam ou rejeitam.

A oitava objeção trata do fato de a gramática latina ter sido escrita em português. Para respondê-la, Roboredo retoma os argumentos, já comentados aqui, sobre a importância e a necessidade de o estudante ter conhecimento sistemático de sua própria língua, para poder estender esse conhecimento à

língua alvo e, assim, assimilá-la de modo conveniente e rápido. Além disso, argumenta que, para haver eficácia do ensino e sucesso na aprendizagem, professor e aluno têm de compreender o que leem e estudam. Transcreve-se a seguir um pequeno trecho da resposta formulada pelo autor:

*Se o aprendiz soubera a lingua latina para entender o modo, [...] entendèra outro livro, & es**s*ra grammatica, como a es**sa para entender os livros na lingua materna: mas darlhe a grammatica em lingua estranha he impossibilitarlha. Melhor o [...] e[Kemp]lo na lingua Grega ou Hebraica, como houverão, [...] se a arte fora [...] scritta em grego ou hebraico?*

Desta implicação nasce tão grande dificuldade ao triste principiante, por mais que o mestre trabalhe, que primeiro aborrece a arte, do que a goste: & o que persevera chega a penetrála, quando ja tinha tempo para saber a lingua, & outras artes. Antes posso afirmar, que ninguem aprende hoje grammatica pelas que stão scrittas em latim, por mais que o discipulo quebre a cabeça repetindo infinitas vezes o que não [...]tende; senão da boca do mestre, que tambem quebra a sua em lhe querer meter na memoria as significações das palavras, & o conceito das regras: & porque a rudeza he muita e a memoria pouca, para remendar o absurdo, usão de cartapacios, em que se traduz a arte da lingua latina na materna, da qual percebem então as regras. E o mestre em dittar, o discipulo em screver, gastão o tempo, (que queriamos para muita explicação de livros, dos quaes se devem saber as significações, & frases, & não a arte)²⁹ & no cabo de três anos saem com a arte mal remendada, [...] duplicada em latim, & vulgar, sufficientes remendas para começar. A quem viver de ensinar nao lhe pesará da ordem cartapacial, porque hora della, hora com ella da dilação da cura de que vive [...], tirarão algum proveito [...] se em mestres entra [...] malicia não [...] descargo. (Verdadeira grammatica, ff. 65r. Itálicos do autor.)

Essa é a resposta mais longa entre as que formulou às objeções, porque o autor retoma os principais argumentos de que faz uso para defender seu

29 Parênteses do autor.

método. No pequeno trecho reproduzido, por exemplo, embora curto, ficam enunciados cinco argumentos: 1. a gramática escrita em língua que o aprendiz não compreende impede a aprendizagem; 2. a dificuldade de compreensão leva o aluno à rejeição ao estudo de gramática; 3. o ensino de *latim pelo latim* é difícil tanto para o mestre quanto para o discípulo; 4. as dificuldades do método de aprendizagem *do latim pelo latim* leva à perda de tempo de estudo e de aprendizagem; 5. o método *latim/latim* exigiu a criação de instrumentos de tradução das gramáticas latinas, os cartapácios.

Também no *Methodo*, Roboredo traz uma argumentação contra as críticas que recebeu sobre a *Verdadeira grammatica*. Disse ele:

Disse aborrecido antes de formado, porque participou este methodo o aborrecimento do outro também apressado dirigido sô a Latina, em que não fiz mais que provar a pena, & juntamente as mordeduras *Porque lhe chamáron confuso, deminuto, instavel; nem queriam que se intitulasse verdadeiro, ainda que sua verdade constasse*. Arguião per hum dos argumentos de sua Logica, que he Enthimema de antecedente calado, asi: Eu não entendo este Methodo, logo elle não presta. O Antecedente por lhe tocar calavão; o Consequente por perjudicar, publicavão. Algũs censores de faltas alheas encobrem as proprias: & jactãose por sabios deminuindo em outros, o que em si desejão. Porque cada hum suppõ i por certo, que em seu entendimento empregou a natureza seu cabedal. Donde, entende, que elle acerta; & o outro erra, herança de Adam, que tornava a culpa a sua molher. (*Methodo*, ff. a3.r; p. 13. Grifamos.)

Aqui no *Methodo*, mais do que responder a supostas objeções, Roboredo desqualifica as críticas que sofreu, já que seus algozes não entendiam do que falavam. Considera-os, além de intelectualmente desonestos, invejosos. O fato é que nem a *Verdadeira grammatica*, nem o *Methodo grammatical para todas as línguas* foram adotados na época em que foram publicados, exatamente pela inovação metodológica que traziam. A história, porém, tirou o *Methodo* do anonimato e o tornou a fonte portuguesa inspiradora da renovação da educação.

Feitas essas considerações sobre as duas obras de Roboredo, no que concerne ao método de ensino do Português, passaremos à terceira parte deste artigo, que é o exame do *Verdadeiro método de estudar*, de Luís António Verney.

4. O horizonte de retrospectiva de Luís António Verney no *Verdadeiro método de estudar* (1746)

4.1 Notas sobre o autor

Luís António Verney (1713-1792) foi um português considerado “estrangeirado”, por duas razões: primeiro, porque descendia de franceses, que imigraram para Portugal e lá fizeram fortuna no comércio e, segundo, porque desde jovem saiu de Portugal e nunca mais retornou a sua terra. Como os Verney não queriam que os filhos fossem comerciantes como eles, incentivaram-nos, os três, a estudar; então, dois deles (Diogo e Henrique) se tornaram padres, e Luís António, escritor, filósofo e teólogo.

Os primeiros estudos de Verney foram realizados no Colégio Jesuíta de Santo Antão; depois, ele foi aluno de Filosofia dos padres oratorianos (1727-1730), mas concluiu seu bacharelado em Artes, em 1731, na Universidade de Évora, comandada pelos jesuítas. Vê-se, pois, que Verney teve boa experiência com o sistema jesuítico e, também, com o ensino de outra orientação, a oratoriana, o que lhe permitiu avaliar bem o primeiro, ao qual se contrapôs com veemência.

Verney, como ficou conhecido na história, depois de tornar-se “mestre em artes”, aos 23 anos (1736), partiu para Roma, onde se doutorou em ciências jurídicas e onde passou o resto de sua vida. Segundo informação de Serrão (1971, p. 272), a viagem de Verney a Roma foi motivada por uma demanda do rei de Portugal, para que observasse a organização dos estudos na capital italiana e, depois, pudesse propor a remodelação da universidade portuguesa. O viajante, todavia, jamais regressou a Portugal, mas dez anos

depois de sua partida, enviava, por navio, a remessa do *Verdadeiro metodo de estudar*, que, embora constituísse uma proposta de remodelação dos estudos, era conflitante com os interesses reais da época, motivo pelo qual não foi bem acolhida.

Apesar de morar na Itália, parte de sua obra teve como público-alvo os estudantes das universidades portuguesas, como declarou em subtítulos de alguns de seus livros. Escreveu em português sua obra mais conhecida, o *Verdadeiro metodo de estudar*, editada pela primeira vez em Nápoles, no ano de 1746. Essa obra, pelos motivos que passarei a explicar, foi envolta em escândalo, quando aportou em Portugal logo depois da sua edição. As demais obras que escreveu, com exceção de uma, foram escritas em latim, dentre as quais citam-se: sobre ortografia, *De orthographia latina liber singularis* (1747); sobre filosofia e teologia, *De conjungenda philosophia cum theologia e Apparatus ad philosophiam e theologiam* (1751); sobre lógica, *De re logica*; sobre gramática, escreveu em português a *Gramática latina* (1758). Em 1762 escreveu um resumo do *Verdadeiro metodo de estudar*, em edição bilingue latim-francês, com o título em latim *Synopsis primi tentaminis pro litteratura scientiisque instaurandis apud lusitanos*, e a publicou sob o pseudônimo de António Teixeira Gamboa.

A aparição do *Verdadeiro metodo de estudar* em Portugal foi cercada de problemas e escândalo. Tudo decorreu do fato de o autor ter elaborado uma obra que contradizia fortemente a metodologia de ensino dos jesuítas. Verney sabia que a obra não seria bem recebida em Portugal, razão por que a publicou sob pseudônimo, o do Pe. Barbadinho. O livro foi publicado com a seguinte referência: *Verdadeiro metodo de estudar, para ser util à república e à igreja, proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal. Exposto em várias cartas, escritas pelo R. P. XXX, Barbadinho da congregação de Itália, ao R. P. XXX, Doutor da Universidade de Coimbra*, pelos impressores Gennaro e Vincenzo Muzio. Como já se esperava, a remessa do livro foi apreendida no porto de Lisboa. Esse malogro, contudo, não impediu o autor de fazer nova tentativa

de divulgá-la em Portugal:³⁰ ele alterou a página de rosto do livro, retirou as licenças eclesiásticas e modificou o local da impressão, que passou a ser “Valensa” (Valência, Espanha) e desse modo conseguiu que o livro entrasse em Portugal pelo porto de Lisboa.

Conforme diz Serrão (op. cit., p. 272), os livros foram espalhados por Portugal, “fizeram escândalo e o *stock* esgotou-se”. O escândalo fez-se pela polêmica que o livro provocou e que se realizou por meio de cartas e panfletos apócrifos, inclusive do próprio Verney, que se defendia sob o pseudônimo de Barbadinho. O autor, ainda, incumbiu-se de atribuir a autoria dos panfletos a outro “estrangeirado”, chamado Alexandre de Gusmão, um homem revolucionário para a época e que, por isso, levava a fama de provocar escândalos dos quais não havia participado, como esse sobre o *Verdadeiro método de estudar* (ib).

Embora encoberto por pseudônimo(s), havia quem soubesse da verdadeira autoria da obra, e, por isso, Verney, embora estivesse fora de Portugal desde os 23 anos, tornou-se lá conhecido. Durante o reinado de D. João V, nosso autor não teve muita penetração em seu país de origem, mas, depois que esse rei morreu, em 1750, e em seu lugar D. José I ascendeu ao trono, Verney passou a ter algumas regalias e a angariar simpatias e benefícios. Imediatamente, então, escreveu, de 1751 a 1753, três obras, as já antes citadas, dirigidas diretamente aos estudantes portugueses e dedicadas ao novo rei, que, agradecido, mandou reembolsar ao autor os gastos com as obras. Para além disso, o rei concedeu a Verney o posto de arcediago (arquidiácono) da Basílica Metropolitana de Évora,³¹ cargo que nunca exerceu, pois sempre morou na Itália, embora tenha usufruído de todos os benefícios a ele inerentes.

30 Serrão (op. cit.) informa que houve uma segunda tentativa de envio do livro, sem nenhuma alteração na edição, para Lisboa. Como foi, pela segunda vez, denegada a licença, o autor alterou os dados do livro.

31 Segundo Andrade (1946, p. 25), mas segundo Serrão (op. cit.), Verney foi arcediago da Igreja de Santa Maria de Beja. Fiquei com o primeiro autor por ser essa a informação que predomina na literatura sobre o autor.

Mais tarde, em 1759, Verney voltou com força à cena da vida portuguesa, pois sua obra da mocidade, o *Verdadeiro metodo de estudar*, foi tomada como base para a reforma do ensino português, a partir da expulsão dos jesuítas de Portugal e de todas as suas colônias.

4.2 O *Verdadeiro metodo de estudar* e o ensino de latim e português

O *Verdadeiro metodo de estudar* é uma obra cujo objetivo principal é propor novo método de ensino para substituir o que estava em vigor em Portugal, por isso o autor faz críticas contundentes ao sistema de ensino jesuítico que vigorava no país desde o ano de 1555. A obra é organizada na forma de cartas, que fazem as vezes dos capítulos. Verney criou uma situação enunciativa em que um dos interlocutores é o Reverendo Padre Barbadinho que se dirigia, por meio das cartas, a um Padre que seria Doutor na Universidade de Coimbra. A obra consta de dois volumes em que se distribuem igualmente dezesseis cartas. Uma apresentação é feita por um personagem criado por Verney como se fosse dono da editora em que supostamente se imprimiu o livro, o sr. António de Balle.³² Nessa introdução o sr. Balle/Verney tece muitos elogios aos jesuítas, talvez para iludir quem fosse avaliar a obra e apor-lhe as licenças para publicação. Um pequeno trecho que pode comprovar o nível dos elogios feitos aos padres da Companhia é o seguinte:

Não quero trazer à memoria, o que esa sua Religiam tem feito, e faz, nas mais partes da Europa Catolica. Deixo de parte, a inviolavel uniam que sempre teve com a Sé Apostólica: e as peregrinasoens, e censuras criticas, que tem sofrido por esa cauza. Nem menos falo na gloria, que

32 Andrade diz que "reimprimiu o livro onde quis, tirando-lhe as licenças da autoridade eclesiástica e régia de Nápoles, e apôs-lhe o nome do novo editor: António Balle, em Valença". O mesmo autor acredita que a segunda edição da obra foi impressa em Nápolis, como a primeira, "visto haver identidade de papel e aspecto tipográfico entre a inicial de Nápoles e a que corre com a menção de Valença". (Apud, Martins, p. 17)

rezulta à Companhia, de ver que tantas Religioens, e Congregaçoens, que se-fundaram depois dela, todas a-tem tomado por treslado: e nam julgam merecer com justisa, os louvores dos omens pios, senam quando se-avizinham mais, ao seu instituto. Este é com milagre continuo daquele bemaventurado espirito, que la no-Ceo está sempre pedindo a Deus, pela propagasam, e aumento da Religiam que ca deixou: unir tantas vontades, para imitarem uma Religiam, que nam conta longa serie de seculos, mas que é a mais moderna, entre as famosas.³³ (VME, carta inicial, [p.4])³⁴

Nada do que se lê nas dezesseis cartas que compõem a obra vem, todavia, confirmar o que ficou dito por meio desse discurso laudatório da introdução.

O texto das cartas constrói o diálogo entre as personagens criadas: Barbadinho/Verney, escrevendo para o R. Pe. Da Universidade de Coimbra. Na primeira carta, o autor se preocupa em declarar as suas intenções ao dizer que cumpre um pedido de seu interlocutor, que seria o de avaliar o método de estudos de Portugal, observar o que se pratica em outros países europeus nos quais a situação do ensino, ao contrário do que se passa em Portugal, vai bem, para, ao fim, sugerir soluções que possam acabar com o obscurantismo em que seu país se encontra. Desse modo, a primeira carta assim se inicia:

Meu amigo e senhor: Nesta ultima carta, que recebo de V.P. entre varias coizas que me propoem, é a principal, o dezejo que tem, que eu lhe-diga o meu parecer, sobre o metodo dos-estudos deste Reino: e lhe-diga seriamente, se me-parece racional, para formar omens, que sejam utis a Republica, e Religiam: ou que coiza se-pode mudar, para conseguir o dito intento. Além disso, quer também, que eu lhe-dê alguma ideia dos estudos das outras Nasoens, que eu tenho visto (VME, c.1, p. 1)

A leitura do VME mostra claramente que Verney elabora um programa de ensino que se contrapõe ao *Ratio Studiorum*, mas que é elaborado sobre

33 Vale alertar que Verney segue suas próprias regras ortográficas, baseadas na pronúncia, como ele expõe nesta primeira carta.

34 As referências ao *Verdadeiro método de estudar* serão feitas pelas iniciais do título, VME, seguidas do número da carta, c.1, e da página, p.1, por exemplo.

o seu modelo. Por isso, as cartas perpassam não só problemas didático-pedagógicos como também de conteúdo de diversas disciplinas. O quadro apresentado a seguir resume a situação:

Conteúdo das Cartas do VME

Carta nº	Assunto
1	Motivo das cartas. Necessidade de estudar a gramática portuguesa. Ortografia
2.	Gramática latina.
3	Crítica ao método de ensino da Companhia de Jesus. Fundamentos para o estudo da latinidade.
4	Necessidade de ensino das línguas orientais (grega e hebraica). Necessidade de ensino das línguas modernas (italiano e francês).
5	Retórica.
6	Retórica.
7	Poesia.
8	Filosofia. Lógica (danos e impropriedade).
9	Metafísica. (lógica, física).
10	Física.
11	Ética.
12	Medicina.
13	Direito.
14	Teologia.
15	Direito canônico.
16	Método para regular os estudos em todas as escolas.

Elaboração da autora.

A enunciação dos títulos por si já revela que, como fizeram os jesuítas no *Ratio Studiorum*, Verney tratou tanto de conteúdos quanto de práticas pedagógicas, embora com proposta diferente. Por isso, pôde contradizer minuciosamente o plano de estudos jesuíta. Aqui pretendo mostrar aspectos dessa crítica no que tange, especificamente, ao método de ensino da gramática latina e portuguesa.

A reprovação do método, na primeira carta, ainda aparece antecedida de elogios, mas também de críticas que não são diretamente assumidas pelo locutor da carta, pois aparecem sob a responsabilidade de terceiros. Isso é o que se verifica no trecho seguinte em que o autor, depois de render elogios à Companhia e a seus membros, diz que “*alguns jesuítas estrangeiros tem reprovado diante de mim o metodo de Portugal.*” (c. 1, p. 3)

A avaliação do método, feita no início da primeira carta, é encerrada com a conclusão de que ele, Verney, não seguirá o método, resguardando-se de possíveis repercussões negativas de sua ação, ao dizer que as diferenças devem ser enfrentadas racionalmente e não com os sentimentos. Então, escreve:

Asim tambem nam será maravilha, que eu me-desvie em muitas coizas, do-estilo que seguem, os Religiozos da-Companhia neste Reino: e reprove outras, que observam alguns dos-seus autores. Para tudo teria exemplos na mesma Companhia, e tambem em Portugal. Mas nam me-é necessario tanto: porque os mesmos Jezuitas reconhecem de antemam esta verdade; e sabem, que, sem injuriar uma Religiam, pode um omem, ser de contrario parecer. Conhecem muito bem estes doutos Religiozos, que nestas diferensas de pareceres, nam deve entrar o corasam, porque estam fôra da-sua jurisdisam: e se-podem dar entre pessoas mui unidas de inclinam. (VME, c. 1, p. 4)

Verney é conhecido como o defensor das ideias iluministas em Portugal, um *Aufklärer* (difusor das luzes), como a ele se refere Serrão (1971). Verney, como outros tantos escritores de sua época, não foi generoso na citação de suas fontes, tanto que deixa o leitor avisado quanto a tal decisão. Veja-se como diz isso no trecho transcrito:

Occorre-me ainda terceira: e vem aser, que eu suponho, que V.P. me dispensa, de citar a todos os momentos autores, de que tiro algumas das noticias, que lhe-diser, com tanto que eu aponte, o que é necesario, nam emporta quem o-diz. Basta que eu diga, uma vez por todas, que a major parte do-que digo, experimentei eu mesmo: outras coizas, observei em terceira pesoa; ou li em autor aprovado. V.P. olhe para a razam, em que eu me-fundo: porque esta deve valer mais, que a autoridade extrinseca. (VME, c. 1, p.24-25)

Ao avaliar esse metadiscurso sob o ponto de vista do *horizonte de retrospectão*, identifico, de um lado, o que corresponde ao HR *amplo* do autor: (i) o conhecimento que vem de sua experiência pessoal, do clima social, cultural e científico do qual participou; (ii) o conhecimento predominante de sua época, o ambiente favorável para o desenvolvimento de ideias acordes e favorável ao que reinava no ambiente científico-cultural da época (o que “observou em terceira pessoa”); de outro lado, o que corresponde a seu HR *específico*: (iii) o conhecimento que extraiu de obras lidas, de “autores aprovados”. Esse último é o conhecimento que tanto pode aparecer citado, explícito, o que, segundo ele, não é o que predomina em seu texto, ou *implícito*, o que é o predominante na obra, conforme afirmou no trecho citado.

É no primeiro tipo de HR de Verney que o interpretante reconhece a presença de autores latinos, espanhóis, portugueses e franceses e onde vemos aparecer vozes que habitaram também os textos de Roboredo, como a de humanistas como Juan Luis Vives.³⁵ Do HR *específico*, sua fonte principal, essa referida explicitamente, é o italiano Escalígero; outra, essa entre os espanhóis, Francisco Sánchez de las Brosas; já relativamente aos autores franceses, Lancelot e Arnauld e Lancelot, que dominavam a cena das ciências da linguagem da época, são referidos, mas não aproveitados como

35 Vives é citado uma vez por Verney, na carta 11, p. 76-77 do segundo volume sobre a importância de se escrever na língua vernácula.

fundamento ao VME. As ideias de Descartes estão presentes em vários temas de seus escritos, inclusive na gramática, pois ele se revela “um cartesiano”.³⁶

Passarei agora a tratar especificamente, do que, no VME, o autor diz sobre o método de ensino de gramática (portuguesa e latina), para, assim, refletir sobre sua preocupação com a relação do método de ensino com a formação do aprendiz da língua estudada, buscando mostrar como a renovação que essa obra traz está baseada no horizonte de retrospecto *amplo*, e tardio, porque foi aquele que vigorou em Portugal e em outros países da Europa, um século antes, e deu origem a obras como a *Porta de linguas* (1623), de Roboredo, a *Ianua Linguarum Reserata* (1631) e a *Didática magna* (1657), de Jan Amós Comenius (1592-1670). Essas duas últimas obras citadas foram as que impulsionaram a renovação do ensino em muitos países europeus, tais como Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Polônia, Suécia, Hungria etc. Tais obras tiveram tanto êxito que Comenius ficou mundialmente conhecido como o fundador da pedagogia. As ideias com as quais Comenius operou, porém, faziam parte do horizonte de retrospecto amplo de seu tempo, formado pelas ideias dos humanistas citados no início deste texto: Thomas More, Erasmo de Roterdã, Juan Luis Vives (talvez quem desses mais se dedicou à educação), Tommaso Campanella e Wolfgang Ratke além dele próprio, Comenius. As mesmas ideias das que Roboredo se valeu para construir as obras que Portugal rejeitou. O resultado disso foi o atraso desse país diante do progresso educacional de outras nações europeias.

A *Ianua linguarum reserata*, publicada em 1631 por Comenius, foi a obra que divulgou para o mundo esse método de ensino pela tradução, o que foi bem recebido porque em todos os lugares procura-se renovar o método de ensino. A *Porta de linguas* de Roboredo, publicada em Portugal doze anos antes não aconteceu para o mundo pelos motivos políticos e religiosos antes comentados.

36 Cf. Calafate (s.d.).

4.2 A formação do locutor no *Verdadeiro metodo de estudar*

O primeiro assunto sobre o qual o autor discorre no VME é *Gramática*, pois, como declara, é a partir daí que o estudante terá condições de ler e interpretar os textos de todas as matérias. Deste modo ele define a importância da gramática:

Também incidentalmente digo, nam a V.P. que sabe conhecer as coizas, mas a algum que posa ler estas cartas: que, se algumas vezes apontar como optimos, alguns autores Erejes, nam louvo neles a sua particular religiam, mas a erudisam ou metodo. Comummente avizarei, quais sam os Eerejes, paraque nam se-leiam, sem lisensa devida. Mas, se acazo me-esquecer entam advertilo, aqui o-advirto para sempre. (VME, c. 1, p. 24-25)

E, em seguida, Verney passa a tratar diretamente de temas linguísticos, fazendo uma introdução ao estudo da língua portuguesa, esboçando um conceito de gramática e tratando, também, de certos aspectos históricos dos estudos gramaticais, como se vê no seguinte trecho:

Começo pois, nesta carta, pela Gramatica: que é a porta dos-outros estudos: da-qual depende, a boa eleiçam dos-mais. Porque muitos nam intendem, o que significa este nome, por-iso nam fazem grande progresso na Gramatica. Eu, ainda que falo com V.P. que o sabe, falarei daqui emdiante, como se faláse, com quem o-não-soubesse. (VME, c. 1, p. 27)

Logo nesse início de discurso sobre gramática, vemos nas entrelinhas de Verney as linhas de Roboredo, mas, também de Comenius, e ambos de William Bathe (1564-1614), o autor da primeira *Ianua Linguarum* (1611), pela referência à gramática como “porta”. Disse Roboredo (Methodo, p. 11): “Do que se admiravão algũs, que tendose por contrapontistas em artes superiores escassamente vão per canto chão nesta; que *como primeira porta das letras devia ser mais estimada; pois per porta cerrada, ou mal aberta não se entra bẽ.*” Como se observa, o raciocínio de Verney é paráfrase do que disse Roboredo.

O conceito de gramática que apresenta parece baseado no de Sánchez e no de Arnauld et Lancelot na *Grammaire Générale e Raisonnée de Port Royal* (GGR), e no de Roboredo, mas com uma alteração que o diferencia fundamentalmente desse: a relação direta da gramática com a normatividade da língua culta, o que aparece logo na primeira afirmação “arte de escrever” enquanto os outros voltam-se ao aspecto mais teórico sobre a língua e a linguagem e não à técnica da escrita. Isto é o que diz Verney:

A Gramatica, é a arte de escrever, e falar correctamente. Todos aprendem a sua língua no-berço; mas, se acazo se-contentam com esa notícia, nunca falaram como omens doutos. Os primeiros mestres das-linguas vivas, comumente sam molheres ou gente de pouca literatura: de que vem, que se aprende a propria lingua, com muito erro e palavra impropria e pola maior parte plebeias. (VME, c. 1, p.27)

A definição de gramática deixa explícita uma visão estritamente normativa do autor. Segundo Aurox (1998, p. 279), esse tipo de normatividade purista decorre de um engajamento *normativo normativo*, o que Leite (1999) relaciona ao purismo ortodoxo,³⁷ relativo a uma visão histórica da língua, presa a uma tradição considerada a mais correta.

Vejamos como Francisco Sánchez de las Brozas, na *Minerva* (1982 [1587], p. 107), define gramática:

A gramática é a *ars* “arte” de falar corretamente; quando digo *ars* entendo disciplina “ensino”, pois o conhecimento se adquire pelo que se aprende por meio do ensino que se recebe. Ademais, acrescenta-se: cujo fim é a oração correta. Esta oração consta de palavras ou vocábulos, as palavras, por sua vez, de sílabas, as sílabas de letras, e porque avançamos mais fazendo divisões, chamamos letra à apreensão do som indivisível.

37 Cf. Leite (1999) para uma discussão sobre o conceito de purismo. A autora define purismo como uma *atitude linguística* de tentativa de *preservação de norma* que se realiza de modos diferentes. Nesse caso, o purismo decorre da atitude de preservar a norma da tradição literária, a que denomina *purismo ortodoxo*.

Dividimos, pois, a oração em palavras ou vocábulos, e os chamaremos partes da oração. (Sánchez, 1976 [1587], p. 48. Traduzimos do espanhol.)

Do que diz o brocense não se vê no fundo a normatividade purista, pois a expressão “oração correta” no contexto da *Minerva* corresponde à normatividade do *uso*, o que, nas palavras de Auroux (Ibidem), é a norma que decorre de um engajamento *normativo ontológico*, isto é, de como a língua é em sua essência. Por isso, Sánchez se refere às unidades formadoras da língua a partir de um ponto de vista decrescente, considerando que, para o autor, o “fim” da gramática é a “oração correta”, quer dizer, conforme entendemos, coerente em relação ao uso ordinário da língua, disso decorre que o gramático tem por objeto primeiro a oração, depois as palavras e, em seguida as sílabas e as letras que são o “som indivisível”. Não há, pois, referência à escrita nessa definição.

Por sua vez, Roboredo apresenta, tanto na *Verdadeira grammatica* (1615), quanto no *Methodo grammatical para todas as linguas* (1619), definição que, sem dúvida, ecoa a voz de Sánchez vinda da *Minerva*:

Grammatica he arte de fallar; seu fim he hũa oração bem concordada, [e] regida. Oração he hũa ordenada [dis]posição de palavras, que são suas partes: e estas são cinco, Nome, Verbo, Preposição, Adverbio, Conjunção. (*Verdadeira grammatica*, 1615, p. 1r.)

Grammatica he arte de fallar, que tem por fim a Oração bem concertada: a qual he hũa coerente disposição de palavras, de que consta, como de partes. Procedese para a Oração per Letras, Syllabas, & Dicções, ou Palavras. (*Methodo*, ff. h4.v.,p. 64)

Também nesse caso, o fundamento do conceito não é a normatividade de engajamento normativo, purista. Vê-se, na definição do VME um conceito resumido, consoante a ideia de Sánchez e, no conceito declarado no *Methodo* que o autor, também de acordo com o brocense, foi um pouco mais explicativo, mas não seguiu, como ele, a ordem decrescente de elementos formadores da oração, preferiu a crescente, visualizando a formação da oração a partir do

menor elemento, quando explica que se constrói a oração a partir da letra (som), depois da sílaba e, finalmente da palavra.

Já o conceito de gramática de Arnauld e Lancelot (1754 [1660], p. 1) é o seguinte:

A Gramática é a arte de falar. Falar é explicar seus pensamentos por signos que os homens inventaram para esse fim (...). Assim, pode-se considerar duas coisas nesses signos: a primeira, o que são por sua natureza, isto é, enquanto sons e caracteres; a segunda, sua significação, isto é, a maneira pela qual os homens deles se servem para expressar seus pensamentos. (GGR, 1774 [1660], p. 1-2. Traduzi do francês.)

A definição da GGR assenta-se na declaração de Sánchez “gramática é arte de falar”, mas, nesse caso, os autores partem imediatamente para a questão filosófica da relação da linguagem com o pensamento, o que não fez o brocense. O foco dos padres de Port-Royal é a relação da fala com o pensamento, para a sua expressão e, conseqüentemente, para a comunicação dos significados, daquilo que se quer dizer. Nenhuma conotação normativa aparece na definição de gramática dos padres de Port-Royal, e a “arte” traduz a capacidade de falar e não uma técnica para exercitar o “bom uso” da língua. É, pois, um conceito que parte do engajamento *normativo ontológico* da língua para sua prática de expressar pensamentos, sentidos.

Desse modo, vê-se que o conceito de Verney não é o mesmo desses autores, embora eles componham seu horizonte de retrospectiva *amplo*. Algumas passagens da carta I documentam, pelo teor do discurso de Verney, a sua ligação explícita com Sánchez e implícita, com Roboredo. Por exemplo, ele diz: “(...) convem, digo, que qualquer Gramatica de uma lingua, que nam é nacional, se-deve explicar na lingua, que um omem sabe” (VME, 1746, c. 1, p. 60). Aqui fica evidente a assunção do discurso do brocense e, evidentemente, de Roboredo, que publicou uma gramática latina em língua portuguesa e criou, para o mundo lusófono o método de ensino do latim pelo português, para falantes dessa língua. E mais, Verney chega mesmo a criticar o padre

Bento Pereira por ter escrito uma ortografia portuguesa em latim e exclama: “Chega este prejuizo a tal extremo, que o P. Bento Pereira, escreveo uma Ortografia Portugueza, em Latim. Desorteque quem intende Latim, segundo o dito Pe., nam pode escrever corretamente Portuguez.” (Ibidem).

Na sequência desse discurso, porém, depois de defender a proposta de Sánchez, e, implicitamente, a de Roboredo e a seu *Methodo* nessa carta, Verney declara que “Finalmente a Gramatica Latina para os Portuguezes, deve ser em português.” Essa assunção serve de base à crítica que tece ao Pe. Manuel Álvares e a sua gramática. Depois de criticar falta de inovação no campo da gramática latina, Verney, se refere a Escalígero e sua *De causis linguae latinae* (1540), obra que, segundo ele, renovou o campo dos estudos de gramática. Ele diz que a obra de Escalígero serviu para “abrir os olhos de Francisco Sanches” que renovou a gramática e, sobre isso, dizemos nós, construiu um novo o *horizonte de retrospectão*. Assim é a referência a Sánchez:

Este douto empreendeu no-seguinte seculo, com o mesmo titulo [da obra de Escalígero], a explicasam da-construisam das-partes da oração: e com tanta felicidade, que descobrio as verdadeiras causas [da construisam], até aquele tempo ignoradas. (VME, c. 1, p. 62)

Sobre a *Grammaire générale de Port-Royal*, Verney faz a seguinte observação: "Mas hoje assentam todos que a de Lanceloto, a que chamam de Porto-Real, é a mais fácil, e as reflexões mais sólidas. Mas é em Francês ou Italiano, e não é para o caso." (VME, c. 4, p. 260). Assim, fica claro que a busca do autor é por regras específicas do português, aquelas que normalizam o bom uso da língua.

Verney tece também uma crítica ao que se diz sobre a universalidade das regras do latim. Para ele, as regras da língua latina não são universais, mas particulares, ou seja, próprias dessa língua, pois diz: “A razão porque nos-parece dificultoso o estudo da Lingua Latina, (alem de outros motivos que em seu lugar direi) é porque nos-persuadimos, que toda aquela machina

de regras, é particular da-língua Latina; e nam á quem nos advirta, quais sam as formas particulares dessa língua a que chamam *Idiotismos*: quais as comuas com outras”. (VME, c. 3, p. 74-75)

Apesar de Verney rejeitar o universalismo das regras, o método que recomenda para o ensino do português é plasmado no de Roboredo, no *Methodo gramatical para todas as linguas*, que, conforme reivindicamos, configura-se como seu horizonte de retrospectção *específico* mais próximo, considerando que, além dos pontos comuns com as ideias de Sánchez, Roboredo se contrapôs ao método de ensino (jesuítico) praticado então. Lembre-se que o fundamento do método de Roboredo, extraído de Sánchez, era o da simplificação das regras da gramática. Aliado a isso, era o de que o estudante deveria partir do estudo das regras da língua, que ele denominou “gramática”, ou seja, o estudo das partes do discurso, em seguida para o estudo do léxico, que ele denominou “cópia”, e, por último, o estudo da frase, ou seja, o estudo do texto, já que as frases deveriam ser estudadas como um texto, momento em que o estudante deveria voltar-se à análise de aspectos sintáticos da gramática. Em linguagem de hoje, diríamos que a gramática para Roboredo se organizava na base do estudo da morfologia, do léxico e da sintaxe.

Vejamos, então, o texto de Verney que repete todo esse conteúdo, apesar de em outros termos:

Isso posto, julgo que este deve ser, o primeiro estudo da Mocidade, e que a primeira coiza, que se-lhe-deve apresentar é, uma Gramática da-sua língua, curta, e clara: porque nesse particular, a voz do Mestre, faz mais que os preceitos. E nam se-devem intimidar os rapazes com mau modo, ou pancadas, como todos os dias sucede: mas com grande paciencia, explicar-lhe as regras: e, sobre tudo, mostrar-lhe nos-seus mesmos discursos, ou em algum livro vulgar e carta bem escrita, e facil, o exercicio, e a razam, de todos esses preceitos. Se me-tocase o-fazelo, regularia tudo dessa maniera. Primeiro, explicaria brevemente as regras: e obrigo-lhe a repetir, as mesmas noticias gerais. Depois, dar-lheia mais facis: ou alguma istoria pequena, digo, que tivese capitulos pequenos e

periodos nam mui compridos: e mandaria, que a-lessem: e no mesmo tempo apontaria, quais eram as partes da orasam, o que se observa, com grande facilidade. Ajuntaria a isto, as regras mais principais de Sintaxe: porque como tudo isto, se-á-de recozer na Latinidade, basta nesta ocaziam, uma noticia geral. Feitos estes principios, ensinaria duas coizas mui principais em materia de linguas – a primeira é, a propriedade das-palavas: comuas, a segunda é a naturalidade da frases: ensinando-lhe, que a afetasam, se-deve fugir em tudo: e que se-deve cuidar em explicar tudo, com palavras mui naturais. Além disto, ensinaria aos rapazes, pronunciar bem, e ler expeditamente. (VME, c.1, p. 9)

Esse trecho mostra que outros autores habitam o HR de Verney e, também, que sua ideologia é decisiva na proposta de seu método de ensino. Quanto a isso, sua afirmação contra a intimidação e maus tratos a estudantes, que fazia parte da metodologia jesuítica é o sinal claro de sua luta contra o ensino jesuítico. Ele então, diferentemente do método opressor dos padres da Companhia de Jesus, recomenda “paciência” ao mestre. Quanto ao método de ensino de gramática, o trecho deixa ver, com transparência, a lição de Roboredo, embora com modificação e acréscimo de uma etapa: primeiro, o estudo da gramática, por regras simples e claras; em seguida, o estudo conjunto de léxico e sintaxe por meio da análise de um texto (e não por frases curtas sobre diversos temas, como para Roboredo); por último, o que representa o acréscimo, o estudo da leitura e da pronúncia das palavras, o que não faz parte do método do gramático seiscentista.

Uma peculiaridade do método de Verney é a importância que atribui à ortografia, tema que ele consegue relacionar à variação linguística e à formação do locutor. Sobre o método de ensino da língua materna, de que mostrei parte aqui nos trechos reproduzidos e comentados, esse é outro ponto sobre o que o pensador dedica longa teorização, o que deixa clara a importância que lhe dá, já que, em sua opinião, levaria o estudante a ser um bom escritor. Para tratar da ortografia, Verney comenta a gramática de D. Jerônimo Contador de Argote, pela segunda edição, de 1725, tecendo-lhe

ácidas e destrutivas críticas,³⁸ mas dela aproveitando algo essencial para a defesa de sua tese: a descrição da variação linguística em Portugal, naquela altura do século XVIII (1725), e a eleição da região da Estremadura como a que representava, na época, o falar padrão português.

Como a tese de Verney para a implantação de sua reforma ortográfica é a de que a ortografia deve ser baseada na pronúncia (fundamento fonético-fonológico), a eleição de um padrão de fala é essencial, o que ele faz segundo a descrição de Argote. A partir, então, da hipótese de que o português é uma língua de escrita fonética, juntamente com a castelhana e a italiana, defende, por exemplo, a eliminação do que, na escrita, tem fundamento na etimologia: o uso de letras dobradas.

Lembramos que a ortografia passou a ser parte integrante das gramáticas filosóficas particulares, como, por exemplo, a portuguesa de Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica philosophica da lingua portuguesa* (1822), em que o livro II é dedicado ao estudo da ortoepia e da ortografia. O título desse livro é “Da orthografia, ou boa escriptura da lingua portuguesa”, no qual o autor trata de dois tipos de ortografia: a baseada na pronúncia e a convencional, fundada na etimologia. Assim, também, Manoel Dias de Sousa, na *Grammatica portuguesa* (1804), trata da “ortografia das palavras e do discurso”, e outros tantos, pois a no século XIX, também em Portugal e no Brasil, a ortografia foi uma das partes da estrutura da gramática filosófica, constituída de: etimologia, sintaxe, ortografia e prosódia.³⁹

38 Diz Verney: "O que diz da Analogia das vozes parece-me mui bem; e pode-se ensinar com utilidade. A Sintaxe de concordar pode passar; a de reger nada me agrada. O P. Argote desamparou o seu mesmo método, por seguir os erros de Manuel Álvares e multiplicar regras sem necessidade, assinando regências falsas, quando tudo aquilo se reduzia a explicar a regência dos casos pelas regras fundamentais, que são mui poucas." (VME, c.1, p. 44)

39 Por exemplo, as obras gramaticais de Antônio da Costa Duarte (1877), Antônio Álvares Coruja (1835), Francisco Sotero dos Reis (1866) etc.

Ainda no que respeita ao ensino do português, uma contribuição de Verney foi a defesa da criação de *escolas públicas para os primeiros anos*, onde o estudante pudesse aprender por alguns meses o português, para, a partir dessa língua, aprender o latim. Isso, a defesa da criação de escolas públicas, constituiu realmente uma novidade, pois, até então, o ensino da língua portuguesa restringia-se aos filhos de gente nobre ou abastada, que podia pagar um mestre para dar aulas particulares, na casa do estudante. Essa situação fica registrada na seguinte passagem da obra:

Supondo pois, que os meninos sabem ja ler, e escrever, apontarei a V.P. o modo, de regular os estudos publicos. Dos-que se-fazem em cazas particulares, nam tenho que dizer; pois devem conformar-se com os publicos, no-metodo: muito mais, porque tem mais tempo, para o fazerem. Deve aver em todos os Colegios, e Universidades publicas, primeira escola, em que se-ensine, na lingua Portugueza. Nesta escola devem os meninos, estudar a sua lingua, por-alguma Gramatica. (VME, c. 16, p. 254)

A sequência do seguinte trecho traz, resumidamente, o programa a ser desenvolvido no curso de português. É importante ressaltar que essa recomendação aparece somente na última carta, quando o autor já está para finalizar os comentários sobre o ensino de gramática. Assim o texto continua:

O mestre mostrará, as oito partes da-orasam, na lingua potugueza; que é a analogia das-vozes portuguezas, o que se-reduz a mui poucas coisas, e somente a saber, o nome daquelas vozes, que uzam os meninos; e reduzidos aos seus titulos. Depois as principais regras de Sintaxe, ou uniam das partes, e sua regencia: as miudezas, e anomalias devem-se reservar para outro tempo; para nam carregar a memoria dos-rapazes, com tanta coiza. Mostrará tambem em um livro impresso, o exercicio das-regras: e os rapazes daram razam, das-partes todas da orasam. Em terceiro lugar deve saber, a Ortografia da-sua lingua. E este estudo da-Gramatica Portugueza, se-deve fazer em tres mezes, os quais bastam para o que se quer: verifique por-todo o ano da Gramatica Latina, se-deve

explicar a lingua Portugeza, meia ora cada dia; lendo algum capitulo, e explicando o mestre o que deve. (VME, c. 16, p. 254)

Não se pode negar que a reforma educacional proposta por Verney era inovadora, principalmente pela sugestão da criação de escolas públicas. Ele, todavia, não avançou tanto pois não chegou a sugerir abrir a escolas ao público feminino, como já havia sugerido Juan Luis Vives, mas se ateuve à escola para “os rapazes”. As novidades acerca do método de ensino vieram de Sánchez e de Roboredo, que trabalharam na trilha de outros humanistas, como Thomas More, Erasmo de Roterdã e Juan Luiz Vives, como antes comentado.

Veja-se a seguir como Verney articula seu discurso declaradamente contrário tanto ao método de ensino dos jesuítas, de modo geral, quanto ao uso da gramática do Pe. Manuel Álvares. Na introdução da segunda carta, por exemplo, o autor se refere a essa gramática, como se pode observar a seguir:

Depois do-estudo da-Gramatica Vulgar, segue-se o da Latina, e desta direi a V. P. o meu parecer na presente carta. Quando entrei neste Reino, e vi a quantidade de Cartapacios, e Artes que eram necessarias, para estudar somente a Gramatica, fiquei pasmado. Falando com V. P. algumas vezes, me-lembro que lhe-toquei este ponto, e que não lhe-dezagradáram as minhas reflexoens sobre esta materia. Sei que, em outras partes onde se-explica a Gramatica de Manoel Alvares, também lhe-acrecentam algum livrinho; mas tantos como em Portugal, nunca vi. (VME, c. 2, p. 59).

Pela primeira afirmação desse texto fica evidenciado o objetivo e a função do ensino da língua portuguesa: preparar o estudante para estudar, e aprender, o latim. Além disso, há a referência aos instrumentos linguísticos criados para auxiliar mestres e discípulos a ler a gramática de Manuel Álvares: os “cartapácios” que traziam a tradução dos Rudimentos, esses os mais conhecidos, e os “chorros” e os “promptuarios”, que traziam comentários sobre certos temas gramaticais, pelo estudo de textos clássicos. Quanto à crítica à gramática do jesuíta, há inúmeras outras passagens que a registram,

em termos mais graves, como, por exemplo, esses: “E qual é o estudante que entende, os versos Latinos das-regras, principalmente sendo tam embrulhados, como os do-P. Manoel Álvares?”. (VME, c. 2, p. 60)

Álvares é também criticado e acusado de ter adotado o método de ensino do latim pelo latim, quando, na verdade, já entendia que o ensino eficiente dessa língua deveria dar-se pela língua vernácula. Assim é a acusação de Verney:

Finalmente a Gramatica Latina para Portuguezes, deve ser em Portuguez. E isto parece quiz dizer o P. Manoel Alvarez, na advertencia que faz aos mestres, no-fim das-declinaçoens dos-Verbos (1), aindaque ele praticase o contrario, do-que aconsellha: pois deveria, nam ter dado o exemplo, introduzindo uma Gramática puramente Latina. (VME, c. 2, p. 61)

Verney, além de revelar sua opinião sobre a gramática de Álvares, também relata que outros mestres, mesmo jesuítas, se inquietavam com o uso dessa gramática. O autor criticou o método e sugeriu a renovação do ensino de latim com base em dois princípios fundamentais: o do emprego da metalinguagem portuguesa e o da simplificação da descrição gramatical, o que, claramente o remete ao método de Roboredo, como antes aqui exposto. A partir disso, explica o plano para o ensino da língua latina, por intermédio de gramática, leitura e produção de textos, estratégia que ajudaria a formar, de modo mais rápido e eficaz o locutor para o uso, ativo ou passivo, da língua latina.

Vê-se então que, para o autor, as classes de latim seriam duas, a dos principiantes e a dos adiantados, e a gramática seria dividida em duas partes, sendo a primeira denominada “gramática”, em que conteriam os conteúdos de etimologia (as partes do discurso), sintaxe (relação entre as palavras), ortografia e prosódia, e seria destinada aos estudantes principiantes. A segunda seria composta pelas dificuldades da primeira e pelos comentários de textos. Para Verney, a ortografia e a prosódia eram importantes porque seriam

responsáveis pela formação do locutor, no que respeitava à leitura e produção do texto, conforme se pode verificar pela leitura do seguinte excerto:

As outras duas partes da-Gramatica sam mais facis, porque menos contrariadas. A noticia das Letras, e Ortografia, é sumamente necesaria, para escrever bem, e ler correntemente nam só a moderna, mas tambem a antiga escritura: em que vareiam muito as letras. O mesmo digo da-Prozodia, ou quantidade das-silabas. Tambem nisto é necessario, uzar melhor metodo, que o da-Gramtica comua: e conheso eu muito bem, que se podem dizer, com mais clareza. (VME. c. 2, p. 71)

Esse método por ele apregoado, além da facilidade de ensino e aprendizagem, por causa da simplificação das regras, leva à economia de tempo de estudo, conforme explica o próprio autor: “O que eu posso segurar a V. P. é que, com este metodo, aprende-se em um ano mais Gramatica do que sabem muitos, que a ensinam trinta anos, ou passáram nela toda a sua vida.” (VME, c. 1, p. 71). A rapidez do ensino e da aprendizagem do latim era, também, um dos objetivos de Roboredo, no *Methodo*, embora sua meta fosse mais arrojada do que a de Verney, pois, para ele, em apenas seis meses o discípulo aprenderia o latim.

A facilidade do método, para além da simplificação das regras, relaciona-se, também, a outro motivo, à sua naturalidade, ou seja, à ideia de que o estudo da língua em uso, aquela praticada nos textos, seria a razão do ensino. Isso evitaria o estudo de regras abstratas, sem emprego prático, e, portanto, de difícil compreensão. Veja-se, então, o trecho em que aparecem essas ideias didáticas: “O metodo porem que aponto, é mais facil de se-conservar na memoria; porque é natural: e chega a origem das coisas.”

Segundo Verney, a gramática apresentada em duas partes, distribuídas para alunos das classes dos principiantes e dos estudantes adiantados, tinham conteúdos definidos, mas a sua prática, não claramente. Para o ensino da parte denominada “gramática” não há referência ao método de ensino; já para a segunda, que trata das “dificuldades e dos comentários de regras estudadas

na primeira parte”, o autor explica que o estudante deve colocar em prática o que aprendeu antes, por meio de análises das regras gramaticais, da leitura e da interpretação de textos orais e escritos. Veja-se este excerto:

Feita esta preparasam, pode o estudante pasar, à Gramatica Latina. Nam me-agrada aquela barafunda de escolas, que se-pratica em Portugal, sem sabermos por-que razam: porque as escolas de Gramatica, pode se reduzir a quatro em cadauma das-quais se-explique parte da Gramatica. Se os estudantes forem muitos, podem-se dobrar as classes, duas para cada parte da Gramatica. Isto fazem em algumas Universidades, até nas Ciencias maiores: avendo diversas escolas, em que explicam as mesmas materias, para dar à quantidade de estudantes. Mas este cazo nam sucederá facilmente, dispondo-se as clases polo modo que dizemos: porque ensinando-lhe com facilidade a Gramatica; estarám pouco tempo nas escolas, e daram lugar aos outros. Deverá pois o estudante, nos-nove meses do-dito primeiro ano, ver as duas primeiras partes da Gramática Latina, que sam Analogia, e Sintaxe. Na Analogia, sabendo o estudante as declinaçoens dos Nomes e Verbos, tem vencido a dificuldade. A sintaxe sendo como dizemos, reduz-se aos seis cazos do-Nome, e saber quando devemos uzar deles, e com que partes, o que nam é muito dificultoso. Se o mestre quizer imprimir bem estas coizas, na memoria dos-dicípulos; deve primeiro explicar-lhe, as regras todas: depois obrigálos a que escrevam as coizas, que apontar, v. g. Dando-lhe um Verbo da-primeira conjugaçam, que escrevam todas as declinaçoens do-dito Verbo; o mesmo digo dada uma regra de Sintaxe, etc. O mestre pode dar um exemplo, apontando um período de Cícero, e dizer ao estudante, que escreva toda a regencia do-dito periodo: depois dará conta de tudo o que escreveu: e assim se-impremirá na memória. (VME, c. 16, p. 255-256)

Nessa passagem, há o resumo do método de Verney para o ensino do latim: primeiro a preparação do estudante pelo ensino da língua materna, depois o tempo do curso de gramática, dois anos, uma para a primeira parte (a gramática) e outro para a segunda (comentários e estudos de textos). A análise linguística dos textos, com base nos níveis antes estudados, seria tarefa obrigatória e válida como prática do estudo de gramática, o que era tido

como estudo “natural, a partir da origem das coisas”. Essa exegese gramatical é bem explicada no trecho a seguir exposto:

O metodo porem que aponto, é mais facil de se-conservar na memoria: porque é natural: e chega à origem das-coizas. Onde deve o estudante nam só aprender a Gramatica, mas exercitar esas regras no-discurso, na leitura, e na composizam: descobrindo em toda leitura as regras, que na Gramatica lhe-ensinam, no que deve ter igual cuidado o mestre, que o estudante. No primeiro-ano deve ensinar-lhe Gramatica: o que se-pode fazer com muita facilidade. No-segundo, traduzir os autores mais facis: como algumas Cartas de Cicero, as fabulas de Fedro, Terencio, Cornelio Nepote, procurando que o estudante afine as regencias das-partes, e descubra nestes livros, os principios que estudou: e intendendo as outras particularidades mais reconditas da-Gramatica: as quais nam sam para o primeiro ano. (VME, c.2, p.72)

Nesse ponto, nota-se que o método de Verney se afasta daquele de Roboredo, pois o seiscentista não divide seu método, porque não o concebeu para ser aplicado coletivamente, a estudantes de escolas públicas, inexistentes em Portugal naquela altura.

Por fim, lembra-se que Verney reagiu, também, ao método pedagógico praticado pelos jesuítas, especificamente no que tange ao tratamento e castigo dispensado aos alunos. Os jesuítas trabalhavam com os dois polos, o da emulação, quando estimulavam e premiavam os melhores alunos, quanto com castigos e maus tratos. Por isso Verney reclama várias vezes do tratamento que os jesuítas usavam dispensar aos alunos durante as aulas. Por exemplo, ele diz:

Nam aprovo aquele estilo, de mandar argumentar os rapazes, com grandes gritos; caminhando paratraz, e para diante: e castigálos, e, se acazo nam advinham logo, o que o contrario lhe-progunta, com incrível velocidade. Com esse estilo, ninguem pode saber bem, o que deve. (VME, v. 1, c. XVI, p. 256)

Apesar de, em muitos pontos, a reforma sugerida por Verney ter sido positiva, chegou com um mais de um século de atraso. O grande ganho do esforço desse intelectual foi ter quebrado a hegemonia do método educacional dos jesuítas. No tocante ao ensino de latim, a oposição à aplicação exclusiva da gramática de Manuel Álvares, em todas as classes, foi decisiva para a mudança de orientação do ensino e do consequente resgate da obra de Roboredo, que havia se posicionado, sem sucesso, porém, contra esse método. O que houve em Portugal, durante mais de um século, foi que a força política e religiosa dos jesuítas terminou sufocando novas ideias a respeito do ensino de gramática, e de todas as demais disciplinas, ação que jogou as obras de Roboredo ao esquecimento e atrasou o desenvolvimento educacional e, conseqüentemente, cultural, do país.

Para finalizar

Depois de posto em paralelo os dois discursos em defesa da mudança do método de ensino de gramática em Portugal, de um lado, o de Amaro de Roboredo, produzido no século XVII, e, de outro, o de Luís António Verney, do século XVIII, espera-se ter alcançado os objetivos propostos: (i) ter deixado delineado a situação do ensino de gramática em Portugal, atrasado em mais de um século, por questões de política religiosa; (ii) demonstrar a presença de Amaro de Roboredo no horizonte de retrospectiva de Luís António Verney. O progresso havia sido enunciado por Roboredo, por meio de suas obras para o ensino do latim, mas que foram marginalizadas. O resgate do tempo perdido veio por meio da obra de Verney, de modo paradoxal, pois tendo sido rejeitado por suas ideias e deixado o país, foi, mais tarde o reformador da educação portuguesa, sem ter jamais voltado ao país.

Os fatos positivos do aproveitamento das ideias de Verney no tocante ao ensino de línguas, que trazia Roboredo em seu horizonte de retrospectiva amplo, foram os seguintes: 1. A renovação do ensino de latim; 2. A oficialização do ensino da língua portuguesa; 3. a criação de escolas públicas

para o ensino da língua portuguesa; 4. a elaboração de gramáticas didáticas específicas para o ensino de português e de latim.

No curto prazo, ao resultado da expulsão dos jesuítas e a interdição da continuação do método de ensino que praticavam, contudo não foi pacífica e causou imensa instabilidade na educação portuguesa, a ponto de os críticos do Marquês de Pombal - o responsável tanto pela expulsão dos padres da Companhia de Jesus quanto pela reforma - afirmarem que a educação em Portugal, de modo geral, e não somente quanto ao ensino de língua portuguesa e latina - nunca mais se alinhou.

Referências bibliográficas

Fontes

ROBOREDO, Amaro (1619). **Methodo grammatical para todas as linguas**. Ed. facsimilada. Lisboa : Pedro Craesbeeck. Estudo introdutório de Marina Kossarik. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa-da-Moeda, 2002.

ROBOREDO, Amaro (1615). **Verdadeira grammatica latina, para bem saber em breve tempo, scritta na lingua portuguesa com exemplos na latina**. Edição facsimilada com estudo introdutório de Gonçalo Fernandes; Rogelio Ponce de León e Carlos Assunção. Vila Real : Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Colecção Linguística, 2, 2007.

VERNEY, Luis António [Barbadinho]. **Verdadeiro metodo de estudar, para ser util à República, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal**. Valensa: Oficina António de Balle, 1746, t1.

VERNEY, Luis António [Barbadinho]. **Verdadeiro metodo de estudar, para ser util à República, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal**. Valensa: Oficina António de Balle, 1746, t2.

VERNEY, Luís António. **Verdadeiro metodo de estudar : para ser util à Republica, e à Igreja : proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal.** / Exposto em varias cartas, escritas polo[sic] R. P. * * * Barbadinho da Congregasam de Italia, ao R. P. * * * Doutor na Universidade de Coimbra ; Tomo primeiro [-segundo]. - Valensa [Nápoles] : na oficina de António Balle [Genaro e Vincenzo Muzio], 1746. - 2 vol

https://purl.pt/118/4/sc-53281-v/sc-53281-v_item4/sc-53281-v_PDF/sc-53281-v_PDF_24-C-R0150/sc-53281-v_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf

Estudos

ASSUNÇÃO, Carlos. **Ideias linguísticas e didáticas de Amaro de Roboredo.** Texto inédito, apresentado em conferência

ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo (2007). Amaro de Roboredo, gramático e pedagogo português seiscentista, pioneiro da didáctica de línguas e nos estudos linguísticos. In: ROBOREDO, Amaro (1619). **Methodo grammatical para todas as linguas.** Ed. facsimilada. Lisboa: Pedro Craesbeeck. Vila Real : Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Coleção Linguística, 3, 2007.

AUROUX, Sylvain. Histoire des sciences et entropie des systèmes scientifiques. Les horizons de retrospection. In: SCHIMITTER, P. (éd.). **Gescjichte der Sprachtheorie 1: Zur Theorie und Methode der Geschichtsschreibung der Linguistik.** Tübingen: Gunter Narr 1987. p. 20-42 (1ère parution en 1986 dans Archives et Documents de la SHESL, 7, 1-26).

_____. **Histoire des idées linguistiques.** La naissance des métalangages en Orient et en Occident. Liège: Mardaga, 1989, v.1.

_____. **Histoire des idées linguistiques.** Le développement de la grammaire occidentale. Liège: Mardaga, 1992, v.2

_____. **La raison, le langage et le normes.** Paris: PUF, 1998.

_____. Les modes d’historicization. **Histoire Épistémologie Langage**, 28 (1), 2006.

_____. **La question de l’origine des langues, suivie de L’historicité des sciences.** Paris: PUF, 2007.

_____. **A revolução tecnológica da gramatização.** Trad. Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____. Os modos de historicização. Tradução Jacqueline Léon e Marli Quadros Leite. **Todas as Letras** – Revista de Língua e Literatura, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 1-XX, jan./abr. 2021.

BOUARD, Bérengère. **L’émergence de la notion de “complément” est-elle une invention ou une innovation ?** Paris: Premier Congrès Mondial de Linguistique Française (CMLF), Histoire, épistémologie, réflexivité, p. 899-916, jul. 2008. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01117970>

CALAFATE, Pedro, (dir.) **História do Pensamento Filosófico Português.** Lisboa: Editorial Caminho, 1999-2004

CARDOSO, Luís Miguel Oliveira de Barros. **Luís António Verney e o Verdadeiro Método de estudar. Um pensamento inovador entre Portugal e a Europa.** Millenium, 2004. Acessado. em 17/04/2010 em <http://www.ipv.pt/millenium/miguel11.htm> (8 of 9) [17/4/2010 10:02:08]

CARDOSO, Simão (1995). A gramática latina no séc. XVI. As “Partes orationes” na gramática do Pe. Manuel Álvares (1572) e na Minerva de Sanctius (1587). **Revista da Faculdade de Letras ‘Línguas e Literaturas’.** Porto, XII, p. 159-172.

COLOMBAT, Bernard. *La grammaire latine en France à la Renaissance et à l’Âge classique.* Théories et pédagogie. Grenoble : ELLUG, 1999.

COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie.; PUECH, Christian. **Uma história das ideias linguísticas**. Trad. do francês por Marli Quadros Leite e Jacqueline Léon. São Paulo: Contexto, 2017.

COMPAYRE, Gabriel. **Histoire critique des doctrines de l'éducation en France depuis le seizième siècle**. 7ed. Paris : Hachette, 1904, t.1. Disponible sur BNF / Gallica.

_____. **Histoire critique des doctrines de l'éducation en France depuis le seizième siècle**. 7ed. Paris: Hachette, 1904, t.2. Disponible sur BNF / Gallica.

FERNANDES, Gonçalo; PONCE DE LEÓN, Rogelio; ASSUNÇÃO, Carlos. Estudo introdutório. In: _____. **Pedro Sánchez – A Arte de grammatica pera em breve saber latim**. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2008.

FERNANDES, Gonçalo. **A Arte para en breve saber Latin (Salamanca 1595) de Francisco Sánchez de las Brozas e a Arte de Grammatica, pera em breve saber Latim (Lisboa 1610) de Pedro Sánchez**. s.l.; s.d. <https://doi.org/10.1515/9783110300017.549>

FOURNIER, Jean-Marie. **Histoire des théories du temps dans les grammaires françaises**. Lyon: ENS Éditions, 2013.. DOI : <https://doi.org/10.4000/books.enseditions.4724>.

_____. Un meta-terme dans le réseau terminologique de la complémentation: déterminer et ses dérivés aux xvie et xviiie siècles. **Travaux de linguistique**, n. 68 – vol. 1, p. 9-25, 2014.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas: o “Ratio Studiorum”**: Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

LEITE, Marli Quadros. Considerações sobre uso e Norma na Gramática Portuguesa – o Methodo Grammatical para todas as Linguas (1619), de Amaro de Roboredo. **Filologia e Linguística Portuguesa**. n. 13(2), p. 337-368, 2011

_____. **Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro.** São Paulo: Humanitas, 1999.

_____. **O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma.** São Paulo: Humanitas | Paulistana, 2007.

_____.; SIQUEIRA, Cíntia Cardoso. **Ianuna linguarum: de Roboredo a Comenius.** 2021, inédito.

NISARD, Désiré. Etudes sur la Renaissance: Renaissance et réforme: Erasme, Thomas Morus, Mélanchton. 2ed. Paris: Michel Lévy, 1864. [Ressource électronique, 2002]. Disponible sur BNF / Gallica.

PONCE DE LEON, Rogélio Ponce de Léon. **Revista da Faculdade de Letras ‘Línguas e Literaturas’.** Porto, XVIII, 2001, p. 317-338. Acessado em 17/04/2010 em www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/

_____ Amaro de ROBOREDO, **Methodo Grammatical para todas as Línguas** (edição de Marina A. Kossarik; Col. Filologia portuguesa), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, 63, [283] pp. *Umaniores Litterae. Cultura e Literatura nos séculos XV-XVIII.* Instituto de Estudos Ibéricos Faculdade de Letras da Universidade do Porto, n.º 1, 2004.

_____ In grammaticos: **En torno a las ideas lingüísticas de Francisco Martins** († 1596). *Península.* Revista de Estudos Ibéricos, n. 1, p. 215-234,| 2004.

_____ Fuentes españolas en la primera gramática latina de Amaro de Roboredo. **Gramma-Temas 3:** España y Portugal en la tradición gramatical, p. 239-265, 2008.

_____. El Álvarez en vernaculo: las exegesis de los de “Institutione grammatica libri tres” en Portugal durante el siglo XVII. **Revista da Faculdade de Letras ‘Línguas e Literaturas’.** Porto, XVIII, 2001, p. 317-338.

_____ In *grammaticos: En torno a las ideas lingüísticas de Francisco Martins* († 1596). **Península**. Revista de Estudos Ibéricos, n. 1, 2004, p. 215-234.

ROSA, Maria Carlota. Amaro de Roboredo. *Methodo grammatical para todas as linguas*. Recent editions. **Historiographia Linguistica**, Volume 35, n. 3, jan 2008, p. 457 – 460.

Gramáticas e dicionários

ÁLVARES, Manuel. **De institutione grammatica libri tres** (1572). Lisboa: João de Barreira, 1572.

ARGOTE, Jeronymo **Contador de Regras da Língua Portuguesa, espelho da Língua Latina...** Lisboa: Officina da Musica, 1725.

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. **Grammaire générale et raisonnée et raisonnée**. Commentaire de M. Duclos. Paris : Prault, 1754.

CASIMIRO, João Joaquim. **Methodo grammatical resumido da lingua portugueza**. Porto: Officina de António Alvarez Ribeiro, 1792.

LOBATO, António José dos Reis. **A Arte da Gramática Portuguesa**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770.

MARTINS, António Coimbra. Verney, Luís António, (s.v.). In: SERRÃO, Joel, dir. **Dicionário da História de Portugal**. Lisboa, Iniciativas Editoriais, v. 4, 1967.

SANCHEZ de las Brozas, Francisco. **Minerva ou de la propiedad de la lingua latina** [1587]. Introducción y traducción por Fernando Riveras Cárdenas. Madrid: Cátedra, 1976.

ROBOREDO, Amaro. **Porta de linguas ou ...** Lisboa: Pedro Craesbeck, 1623.

SERRÃO, Joel (Org.). **Dicionário da História de Portugal**. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 4 vols., 1963-1967; vol. 4, p. 279.

SOUSA, Manuel Dias de. **Gramatica portugueza ...** Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1804.

SOUZA, Paulino. **Grammaire portugaise raisonnée et simplifiée**. Paris: Garnier et Frères, 1870.

A gramática de Álvares (1594): a edição de Amakusa¹

Alvares' grammar (1594): the Amakusa edition

Carlos Assunção*
Masayuki Toyoshima**

RESUMO

Entre todas as edições da gramática de Álvares, a edição de Amakusa (1594) merece especial atenção, não só por ser o primeiro tratado gramatical a mencionar os paradigmas verbais japoneses na imprensa, mas por ser a primeira adaptação da gramática jesuíta fora da Europa, tendo sido criada num contexto missionário bem definido. Através de uma análise contrastiva com a edição de Lisboa (1573), pode concluir-se que esta foi a gramática que serviu de base à elaboração da edição publicada em Amakusa, que tem algumas características únicas, como o facto de ter sido a primeira a ser publicada no Oriente em formato impresso, no contexto de um número crescente de estudantes nas escolas jesuítas japonesas.

Palavras-chave: Gramática alvaresiana; Línguas Latina, Portuguesa e Japonesa; Gramaticografia.

Articelistas convidados

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.508>

*Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras, cassunca@utad.pt, orcid.org/0000-0002-5739-0754

**Universidade Católica Sofia, mtoyo@joao-roiz.jp, <https://nrid.nii.ac.jp/nrid/1000010180192>

1 Este texto é uma versão em português, com algumas alterações, do artigo "The Amakusa Edition of Álvares' Grammar (1594): Sources and Innovation", **Onomázein** 41, 57-77.

ABSTRACT

Amongst all the editions of Álvares' grammar, the Amakusa edition (1594) merits special attention, not only for being the first grammatical treatise to mention Japanese verbal paradigms in print, but for being the first adaptation of the Jesuit grammar outside of Europe, having been created in a well-defined missionary context. Using contrastive analysis with the Lisbon Edition (1573), it can be concluded that this was the grammar that served as the basis for drawing up the Amakusa grammar which has some unique features such as being the first to be published in printed form in the East, in the context of increasing numbers of students in Japanese Jesuits schools.

Keywords: Alvaresian grammar; Latin, Portuguese, and Japanese language; Grammaticography.

1. Introdução

Em Portugal, a gramática latina conheceu um desenvolvimento crescente a partir do final do século XV, com um incremento significativo na segunda metade do século XVI. A gramática do jesuíta Manuel Álvares, intitulada *Emmanuelis Alvari è Societate Iesv de institvtione grammatica libri tres* (Lisboa, 1572), contribuiu muito para isso, uma vez que se espalhou rapidamente por todos os continentes e atingiu números editoriais verdadeiramente impressionantes.

A edição japonesa da gramática do Padre Manuel Álvares é uma versão oriental da edição de Lisboa, 1573, que, por sua vez, é uma versão concisa da edição mais conhecida desta obra, *De Institutione Grammatica Libri tres* (Lisboa, 1572), que foi transformada no texto oficial de toda a Companhia de Jesus na Europa, Ásia e América. Na América, a gramática de Álvares foi impressa no México (1579) e essa edição foi intitulada *De constructione octo partivm orationis*.

A edição de Amakusa serviu como livro de texto obrigatório para todos os estudantes japoneses que estudaram nas escolas de Nagasáqui e de Amakusa. Para auxiliar esta função pedagógica, foi feita uma descrição contrastiva das classes de palavras, incluindo conjugações verbais do latim e do português com tradução para o japonês romanizado.

O âmbito deste estudo é fazer uma breve incursão através das edições da gramática de Álvares, demonstrando, por meio das respectivas estruturas e conteúdos, que a edição que serviu de suporte à gramática de Amakusa é a edição de Lisboa de 1573. Este estudo pretende também evidenciar as contribuições inovadoras desta gramática em relação à mencionada edição de Lisboa.

2. Edições da gramática de Álvares

Desde a publicação do artigo do jesuíta italiano Emilio Springhetti (1961-1962), a afirmação de que há um total de 530 edições da gramática de Álvares em todo o mundo tornou-se uma ideia generalizada.² Enquanto Springhetti consultou a bibliografia de obras jesuítas de Backer, Backer e Sommervogel (1890-1916),³ bem como fontes bibliográficas anónimas, a sua obra, por exemplo, antecedeu o repertório bibliográfico posterior, ACL (1983), que inclui resultados derivados de pesquisas realizadas em bibliotecas públicas portuguesas. Além disso, pesquisas recentes em catálogos de bibliotecas de todo o mundo levaram ao estabelecimento de um número consideravelmente maior de edições - a recente coleção virtual de referências bibliográficas, LUSODAT⁴, lista 651 edições completas ou parciais da gramática de Álvares, de 1570 até 1974. Ainda que esta lista de edições seja impressionante, não pode, contudo, de modo algum, ser considerada completa. Entre outras edições que conhecemos, o repertório *online* não só carece de qualquer referência à primeira edição da gramática a ser impressa em Espanha (Saragoça, 1979), mas também àquela que foi identificada mais

2 Assunção (1997, p. 9) acrescenta a mais recente edição portuguesa (Álvares, 1974) ao número mencionado por Springhetti.

3 Springhetti (1962-1963, p. 304) identifica as fontes para a sua síntese estatística da seguinte forma: “*Questa statistica, compilata sul Sommervogel, op. cit. e su ricerche personali, è imperfetta e certamente suscettibile di notevole aumento*”.

4 <http://www.ghc.usp.br/lusodat.htm>.

recentemente como a primeira edição do que Springhetti (1961-1962): 291) caracteriza como “*arte pequena sin comentarios*”, ou seja, “a pequena gramática sem comentários”, um termo aparentemente utilizado pelo próprio gramático na sua correspondência espanhola com os seus superiores em Roma, quando se referia à edição publicada em 1573 (KEMMLER, 2015, p. 2-3).⁵

A *editio princeps* da gramática de Álvares é hoje principalmente conhecida devido à impressão fac-símile moderna da gramática (1974). De acordo com Kemmler (2015, p. 2-3):

in spite of the existence of some recent studies of significance (Ponce de Leon Romeo, 2002; Gomez Gomez, 2002) dedicated to the 1572 *editio princeps*, and despite even the considerable number of scientific publications that have been dedicated to several aspects concerned with its later and especially foreign editions (Ponce de Leon Romeo, 2000, 2003, 2007; Kemmler, 2012), we still remain far from a complete understanding of some of the most important questions related to Álvares’ grammar.

A existência de uma *editio princeps* da *arte pequena* com o mesmo título foi, até há pouco tempo, desconhecida⁶. Tanto as referências do autor à

5 Referindo-se a Verdelho (1995, p. 458) como fonte para a distinção terminológica, Iken (2002, p. 57) utiliza coerentemente os termos 'arte maior' vs 'arte menor'. De acordo com as suas fontes, Verdelho (1995) usa as duas variações terminológicas. Se considerarmos os termos latinos 'ars maior' vs 'ars menor' para a obra do gramático romano Aelius Donatus, não podemos deixar de pensar que o uso dos termos parece não ter qualquer consequência, se houver um uso coerente.

6 Iken (2002, p. 60) refere a existência de uma edição de 1573 sem apresentar mais pormenores bibliográficos, para além de ter encontrado tal referência em Verdelho (1995). Doi (1933), Fukushima (1973, p. 36) e Yamazawa (2006, 2008) assumem que a edição de Amakusa se baseia numa versão abreviada da gramática de Álvares, mas nenhuma destas se refere a uma edição específica. Gehl (2003) menciona a existência de duas correntes diferentes de edições, ou seja, edições para professores e edições (“*arte pequena*”) para estudantes, mas não alude a uma edição de 1573 (primeira) para esta última. A primeira referência à existência de Álvares (1573) juntamente com os correspondentes detalhes bibliográficos foi feita por Kemmler (2015).

versão não anotada da gramática, como a existência da cópia anteriormente desconhecida de Álvares (1573), que é desprovida da maioria dos textos explicativos (chamados *scholia*⁷), mostram que a edição de 1573 deve, de facto, ser vista como o início de uma tradição independente da *arte pequena*.

De facto, o termo *arte pequena* (gramática menor), por oposição à *arte grande* (gramática maior) de 1572, foi aplicado às gramáticas de Álvares por antigos gramáticos portugueses, como podemos ver, por exemplo, no caso do manuscrito de meados do século XVIII *Álvares vindicado nas Notas, que proximamente se lhe oppozeram no prologo do Novo Methodo da Gramática Latina*.⁸ Neste manuscrito ainda inédito sobre a polémica de 1750 acerca da gramática de Álvares, os dois primeiros capítulos “*Notas á arte do Padre Manuel Álvares e suas respostas*” (fols. 2 r-50 r) e “*Notas á arte pequena do dito Padre, e suas respostas*” (fols. 50 v-57 r) são claramente dedicados às duas versões da gramática jesuíta.

Como pudemos verificar no decurso de uma observação preliminar, a gramática latina de Amakusa (1594) parece partilhar algumas semelhanças com a primeira edição da *arte pequena* (Lisboa, 1573). Nos parágrafos seguintes, apresentaremos as características das duas edições, a fim de permitir uma comparação da estrutura e de alguns dos conteúdos das duas edições.

2.1 A *arte pequena* (Lisboa, 1573)

Desde o estabelecimento formal da censura literária em Portugal, em 1536, as licenças de publicação impressas juntamente com os livros censurados permitem uma visão da história dos livros portugueses. Assim, sabe-se que a primeira edição da *arte grande* foi publicada como resultado

7 O único exemplar conhecido desta edição (1573, Lisboa) conserva-se na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, com a identificação VT-18-7-3.

8 O manuscrito encontra-se na Biblioteca Pública de Évora (cota CXIII/2-21; cf. CARDOSO, 1994, p. 131).

das licenças da Inquisição datadas de 9 de setembro de 1572. As respetivas entradas mostram que o processo de licenciamento da *arte pequena* (gramática mais pequena), com o título inalterado *Emmanuelis Alvari e Societate Iesv de institvtione grammatica libri tres*, foi concluído em menos de três meses:

VI os tres liuros de Instituição Grammatica do padre Manoel Aluares da Companhia de Iesu, os quaes não tem cousa que contradiga aa fê, nem aos bons costumes, antes aproueitaram muito aos que estudão Latim & poesia. em Euora oje primeiro de Ianeiro 1573.

Dom Afonso de Castelbranco.

Aprovação do conselho Real do sancto officio. [Alvará do Conselho Real do Sancto officio].

Vista a censura podese imprimir esta arte. em Euora a cinco de Ianeiro. de 1573.

Manoel Gonçalves de Camara & Manoel de Coadros.

Para além da data que mostra que a edição de 1573 foi licenciada a 1 de janeiro de 1573, a única diferença entre as duas licenças gramaticais é a troca entre os representantes do Conselho Real Português da Inquisição: enquanto na edição de 1572, o Provincial Jesuíta Leão Henriques (1515-1589) assina como segundo membro; na edição de 1573, a segunda assinatura pertence a Manoel de Coadros.

Entre os outros paratextos que são reproduzidos na edição de 1573, está o privilégio de impressão real datado de 14 de setembro de 1567, que deu ao impressor João Barreira tanto a permissão como o direito exclusivo de imprimir todos os manuais universitários dos Jesuítas de Coimbra durante oito anos (fols. [III-IV]). De igual importância é o prefácio do autor (1573, p. [V-VI]), que consiste na reprodução do texto da edição inicial (1572, p. [V-VII]).

Há, contudo, um texto chave que não aparece nesta edição (1572), o pequeno texto “*Auctor Lectori*”, que, pelo menos na tradição portuguesa,

aparece em todas as edições *da arte pequena* desde a primeira edição em Lisboa, em 1573:⁹

Auctor Lectori. / Libros de Grammatica Institutione, quos nuper explanationibus illustratos edideram, compulsus sum Lector humanissime nudos ferè, ac luce priuatos, diligentius tamen correctos denuo foras dare: tum ne scholiorum multitudine impedirentur tyrones, tum vt eis non solùm ad diuites, sed etiam ad tenuiores, (quorum multo maior semper fuit copia) aditus pateret. Quare te etiã, atque etiam rogo, vt eorum tenuitatem, vel nuditatem potiùs boni consulas. Vale.

Neste paratexto bastante interessante, o autor queixa-se de ter sido forçado a reeditar a sua gramática sem os comentários perspicazes dos *scholia*: os comentários gramaticais, críticos, ou explicativos que são típicos das *editiones princeps* da *arte grande*. Na percepção de Álvares, a eliminação da maior parte dos *scholia* torna a gramática “quase nua e privada de brilho”, facto que ele explica referindo-se à intenção do seu superior de evitar um número elevado de *scholia*, facto que elevaria o preço do livro que passaria a ter um formato *in-quarto* e poderia dificultar ou mesmo impedir o seu acesso por parte de principiantes ou estudiosos com menos recursos económicos.¹⁰

De facto, faz sentido que este paratexto prefacie todas as edições da *arte pequena* em Portugal e no estrangeiro, pois explica as alterações feitas em relação à *arte grande*, que poderia então ser entendida como uma espécie de ‘manual do professor’.

9 Como a gramática é de origem portuguesa, consultámos um número considerável de edições portuguesas do século XVI ao XVIII. À semelhança da primeira edição, o texto não aparece na última edição portuguesa da *arte grande* que foi revista e estabelecida por António Velês (Álvares, 1599). No entanto, todas as edições portuguesas posteriores reproduzem este paratexto sem alterações consideráveis.

10 A edição da *arte pequena* de Lisboa (1573) é em formato *in-oitavo*.

2.2 Cópias existentes da edição de Amakusa (1594)

Sem quaisquer licenças, a edição japonesa *Emmanuelis Alvari e Societate Iesv de institvtione grammatica libri tres: Coniugationibus accessit interpretatio Iapponica* foi publicada onze anos após a morte do autor, em 1594, pelo Colégio Jesuíta Japonês de Amakusa.¹¹ Apenas dois exemplares desta edição são conhecidos: um encontra-se na Biblioteca Pública de Évora, Portugal, e outro na Biblioteca Angélica, em Roma, Itália.

A edição de Amakusa (japonesa) é em formato *in-quarto* e ocupa um total de 170 fólios, maioritariamente paginados e impressos em papel *torinoko*¹² japonês. O exemplar de Évora, de 22,7 x 15,7 cm,¹³ tem uma capa de cartão colado de pele de bezerro, com quatro cordas em relevo. Uma pasta e duas folhas de papel ocidental foram adicionadas em ambos os lados da capa, respetivamente, e um fragmento de um incunábulo não identificado de *Missae de nomine Iesu* (possivelmente *Missale ad usum insignis ecclesiae eboracensis*) é utilizado como forro da capa.¹⁴

-
- 11 Entre outros estudiosos, Matos (1993: 164) refere que pode ter havido uma edição de 1593 da gramática de Amakusa. No entanto, como o autor afirma que “*um exemplar encontra-se na Biblioteca Angélica, de Roma, e outro na Biblioteca Pública de Évora*”, pode concluir-se que a indicação na página de rosto “M. D. XCIIIIII” (em vez da tradicional “M. D. XCIV”) poderia ter levado a esta interpretação errónea.
 - 12 *Torinoko* é um tipo específico de papel japonês com uma superfície lisa e é lustroso, fino e bastante resistente. Os jesuítas no Japão utilizaram papéis *torinoko* (assim chamados nos inventários jesuítas) para as suas publicações em caracteres latinos em registos oficiais e em correspondências com Roma. Para publicações em caracteres japoneses, utilizaram *minogames*, ou seja, papel de amora.
 - 13 A cópia Angelica é ligeiramente mais pequena, 21,0 x 15,0 cm, porque foi, por vezes, profundamente aparada durante a encadernação.
 - 14 Na capa está impresso um bilhete “*IV CENTENÁRIO / DA FUNDAÇÃO / DA UNIVERSIDADE / DE ÉVORA*”, anexado por ocasião da exposição (1959) comemorativa do 4.º Centenário da Universidade de Évora, no qual a edição de Amakusa foi a 86.ª exposição. Na contracapa, está colado um cartão da biblioteca que diz “*Esteve exposto na Europália 89 / Japão*”.

A cópia da biblioteca Angélica também tinha uma capa de cartão de pele de bezerro colada, mas foi recentemente remodelada, com fragmentos da capa antiga colados na nova capa moderna, com três cordas em relevo. A cola usada para fixar um fragmento de uma folha impressa do *Guia do Pecador* (1599, Nagasáqui) como forro, que atualmente está destacado, foi substituída por uma cola moderna. Na folha de rosto está escrita uma dedicatória “*Anno Domi [...] 1605 / Petrus Antonius A [...] Iapp [...] / hũc librũ dono dedit / Bibliothecae / A[...]ae / [...]*”. A última linha da dedicatória (que poderia ser uma assinatura) está riscada e é ilegível.

As duas cópias diferem ligeiramente nas correções de erros tipográficos: 3v (a cópia Angelica (A) corrige o erro na cópia de Évora (E)), 20r (E corrige A), 23v (E e A estão as duas erradas), 30r (E corrige A), 100v (A corrige E). As interpolações ocasionais existem apenas na cópia de Évora.

De acordo com o anúncio do subtítulo (“*Conjugationibus accessit interpretatio japonica*”), a edição japonesa distingue-se das edições 'simples' da gramática de Álvares pela adição das conjugações japonesas às conjugações latinas e portuguesas que já faziam parte das edições portuguesas da *arte grande* e da *arte pequena*.

2.3 Estrutura das edições de Lisboa (1573) e de Amakusa (1594)

Existem duas comparações estruturais entre a edição 1572 e a edição 1573 (KEMMLER, 2015, p. 10-13; KEMMLER, 2014, p. 49-53) que diferem apenas pelo facto de uma publicação estar em português e a outra em inglês. Outra publicação (Assunção e Toyoshima, 2012, p. 263-265) faz uma comparação estrutural entre a edição 1573 e a edição de 1594.

Com base no pressuposto de que a edição de Lisboa (1573) e a edição de Amakusa (1594) pertencem à tradição da *arte pequena*, é importante atentar na estrutura de ambas:

Tabela 1. Estrutura da edição de Lisboa (1573) e da edição de Amakusa (1594)

Títulos dos capítulos	Lisboa 1573 (L73)	Amakusa 1594 (A94)
[folha de rosto]	[I]	[1]
[licenças]	II]	-
[página em branco]		[1 v]
PRIVILEGIO Real.	[III-IV]	-
liber i.	[V-VIII], 1 r - 58 r	2 r - 92 v
PRÆFATIO.	[V-VI]	[2 r - 2 v]
Auctoris carmen ad Librum. / Idem Christianum præceptorem	[VII]	[3 r]
Auctor Lectori.	[VIII]	[3 r]
ADMONITIO.	-	[3 v]
[DE NOMINVM DECLINATIONE] ^{a)}	1 r - 6 r	4 r - 8 v
[DE PRONOMINVM DECLINATIONE] ^{b)}	6 r - 9 r	8 v - 12 r
DE VERBORVM CONIVGATIONE.	9 r - 30 r	12 v - 62 v
De verbis anomalis.	30 v - 34 v	62 v - 67 v
De uerbis Defectiuis.	34 v - 35 r	67 v - 68 v
De verborum Impersonalium declinatione,	35 v - 36 r	68 v - 69 v
RVDIMENTA siue de octo partibus Orationis,	36 v - 45 v	70 r - 78 v
DE GENERIBUVS nominum, quæ ex significatione cognoscuntur.	45 v - 48 r	78 v - 82 r
De nominum Declinatione,	48 v - 54 v	82 r - 89 r
DE VERBORVM præteritis et supinis.	55 r - 58 r	89 r - 92 v
DE OCTO PARTIVM ORATIONIS CONSTRVCTIONE LIBER II.	58 v - 104 v	93 r - 157 r
De Constructione Intransitiua.	58 v - 61 v	93 r - 96 r
De Constructione Transitiua nominis.	62 r - 67 r	96 v - 101 v

continua

Títulos dos capítulos	Lisboa 1573 (L73)	Amakusa 1594 (A94)
[DE CONSTRVCIONE transitua verbi.] ^{e)}	67 r - 71 r	102 r - 105 v
DE CONSTRVCtione verbi activi. ^{d)}	71 r - 81 v	106 r - 115 v
CONSTRVCtIO VERBI INFINITI. ^{e)}	81 v - 86 v	116 r - 120 v
CONSTRVCtIO TRANSItiva PRONOMINIS.	86 v - 89 r	120 v - 122 v
PRÆPOSITIONVM CONSTRVCtIO.	89 r - 91 v	122 v - 125 r
CONSTRVCtIO ADVERBIL.	92 r - 96 v	125 v - 129 v
Interiectionis Constructio.	96 v - 97 r	129 v - 130 r
CONIVNCTIONIS Constructio.	97 r - 99 v	130 r - 132 r
DE FIGVRATA constrvcione.	99 v - 104 v	132 v - 137 r
DE GRAMMATICA INSTITVTIONE <i>LIBER III.</i>	105 r - 148 v	137 v - 170 v
De Syllabarum dimensione.	105 r - 114 v	137 v - 145 r
DE INCREMENTo SINGVLARI nominis.	114 v - 118 r	145 r - 148 r
DE VERBORVM incremento.	118 v - 121 r	148 r - 149 v
DE VLTIMIS SYLLABIS.	121 r - 138 v	150 r - 162 v
DE CAESURA.	139 r - 140 r	162 v - 164 r
DE VERBIS POETICIS.	140 v	164 r
DE PATRONYMICIS nominibus.	140 v - 145 r	164 r - 168 r
[DE FIGURIS POET.] ^{d)}	145 r - 146 v	168 r - 169 v
DE PROSODIA.	147 r - 147 v	169 v - 170 r
DE GRÆCIS VERBIS.	148 r	170 r - 170 v
DE HABRÆIS VOCIBUS.	148 v	170 v
Errata: In quibus F, folium: A, paginam primam: B, secundam significat.	[I]	-

De um ponto de vista estrutural, parece óbvio que as duas edições da gramática de Álvares são bastante semelhantes. De facto, há apenas um pequeno número de divergências significativas. Como a obra realizada na imprensa jesuíta do Japão não teve de passar pelo mesmo processo de censura que em Portugal, tanto a licença (L73, p. [II]) como o privilégio real (L73, p. [III-IV], nulo desde 1575) não precisavam de ser reproduzidos na edição de Amakusa.

A página com o “ADMONITIO” (A94, 3v) é, no entanto, uma característica única da edição japonesa. O mesmo pode ser dito sobre o capítulo “DE VERBORVM CONIVGATIONE”, no qual a edição japonesa acrescenta os equivalentes das conjugações do latim e do português em japonês romanizado.

Os títulos dos capítulos e os cabeçalhos das páginas de ambas as edições merecem uma atenção especial.

a) [*DE NOMINVM DECLINATIONE*]: Sem um título próprio de capítulo, a gramática começa com o título do subcapítulo “*PRIMA NOMINUM DECLINATIO*” (L73, 1r; A94, 4v), seguido das outras declinações. O verdadeiro título do presente capítulo só pode ser encontrado na *arte grande* (Lisboa, 1572, 1r), enquanto L73 (1v-2r) e A94 (4v-5r) apenas apresentam o título do capítulo, começando com o primeiro cabeçalho das duas primeiras páginas.

b) [*DE PRONOMINVM DECLINATIONE*]: Na falta do título apropriado, o capítulo começa com “*De pronominum primitiuorum declinatione*” (L73, 6r; A94, 8v). O título original do capítulo que precede os *scholia* pode ser encontrado em A94 (7r), sendo, mais uma vez, mencionado apenas após os primeiros cabeçalhos de duas páginas em L73 (5v-6r) e A94 (9v-10r).

c) [*DE CONSTRVCTIONE transitiua verbi*]: Sem qualquer indicação de que este parágrafo é dedicado a outro capítulo, como no primeiro, existe apenas o subcapítulo “*Genitiuus post uerbum*” (L73, 67r). O cabeçalho de página incorreto “*DE CONSTR. INT. VERBI*”, que já pode ser observado nos cabeçalhos correspondentes do capítulo “*DE CONSTRVCTIONE transitiua*

verbi” na *arte grande* (Lisboa, 1572, 125r), é reproduzido coerentemente a partir de L73 (67v-68r).

Ao contrário da edição L73, A94 (102r) apresenta explicitamente um título do capítulo “*DE CONSTRVCTIONE TRANSITIVA VERBI*”, ao mesmo tempo que corrige o cabeçalho da página “*DE CONSTR. TRANSIT. VERBI*” (A94, 102v-103r) em relação às duas edições de Lisboa (1572, 1573).

d) *DE CONSTRVCTIONE VERBI ACTIVI*: Cinco páginas duplas A94 (112v-116r) apresentam o cabeçalho da página “*DE CONSTR. COMMUNI OMNIVM VERBORVM*” que difere dos cabeçalhos “*DE CONSTRVCTIONE VERBI ACTIVI*” (Lisboa, 1572, 133v-159r) e “*DE CONSTRVC, VERBI ACTIVI*” (L73, 73v-85r) das edições de Lisboa.

e) *CONSTRVCTIO VERBI INFINITI*: Não obstante o início do capítulo sobre L73 (81v), o cabeçalho da página continua com o título incorreto “*DE CONSTRVC. VERBI ACTIVI*” para as quatro páginas duplas seguintes (L73, 82v-85r). Neste, L73 (na primeira edição da *arte pequena*) coincide com a edição de 1572, que apresenta o cabeçalho “*DE CONSTRVCTIONE VERBI ACTIVI*” em vários fôlios deste capítulo (Lisboa, 1572, 156r, 156v-157r, 158v-159r). Um fôlio intermédio (Lisboa, 1572, 157v-158r) tem o cabeçalho correto “*DE CONSTRVCTIONE VERBI INFINITIVI*”, que pode ser encontrado nas restantes páginas do capítulo (Lisboa, 1572, 159v-169r).

Após o primeiro cabeçalho “*DE CONSTRVCTIONE VERBI INFINITIVI*” (A94, 116v-117r), este capítulo tem também os cabeçalhos “*DE CONSTRVCTIONE GERVNDIORVM*” (A94, 117v-118r), “*DE CONSTRVCTIONE GERVND. ET SVPIN*” (A94, 118v-119r) e “*DE CONSTRVCTIONE PARTICIPIORVM*” (A94, 119v-120r).

f) À semelhança das primeiras edições de Lisboa (1572, 241v; 1573, 145r), o capítulo “*DE FIGVRIS POETICIS*” não surge separado do capítulo anterior. Em vez disso, o capítulo começa com o título do subcapítulo “*De Metaplasmo*”, enquanto o título do capítulo é apenas indicado nos respetivos cabeçalhos de página (1572, 241v; 1573, 145v-146v).

Do mesmo modo, o que seria o capítulo correspondente em A94 (168r) não tem título próprio, mas apresenta um título semelhante “DE FIGVRIS POET.” (A94, 168r-169r).

Enquanto a Tabela 1 mostra a estrutura das duas edições como sendo a mesma, a disparidade mais evidente reside na paginação. Como a edição de Lisboa (L73) tem [VIII] páginas, seguidas de 148 fólhos e [I] página, a edição de Amakusa (A94) ocupa um total de 170 fólhos. Dado que o texto gramatical é maioritariamente o mesmo sem alterações significativas, a explicação óbvia encontra-se no capítulo acima mencionado sobre a conjugação de verbos. Enquanto em L73 este capítulo ocupa 21 fólhos, em A94 há 50 fólhos, representando assim uma parte considerável da diferença de paginação. Outra razão óbvia é a diferença na composição tipográfica. Enquanto que em L73 normalmente se usa uma tipografia romana normal (vertical) para a maior parte do texto (usando apenas o itálico para o pequeno número de *scholia*, as formas verbais portuguesas e para alguns títulos de capítulo), em A94 a tipografia em itálico¹⁵ é a norma, enquanto que a tipografia vertical é usada principalmente para títulos de capítulo e subcapítulo, comentários marginais, *scholia*, bem como para os paradigmas portugueses e japoneses.¹⁶

Relativamente à paginação, existem alguns erros tipográficos que devem ser destacados. Em L73, o fólho 63 (entre as dobras 62 e 64) surge paginado incorretamente como fólho 93. Além disso, o fólho 69 (entre 68 e 70) é paginado incorretamente como fólho 66. Enquanto que nenhum dos erros

15 O conjunto itálico na edição de Amakusa é o primeiro exemplo do tipo móvel metálico criado no Japão. Todos os sistemas de tipo móvel anteriores - incluindo os latinos e japoneses KANA/KANJI - foram encomendados pela Delegação de *Tensho* a Roma (1582-1590) durante a sua estadia na Europa (cf. TOYOSHIMA, 2010a, 2010b). A edição de Amakusa continua a utilizar o tipo móvel europeu para as letras romanas (verticais), bem como para as maiúsculas.

16 Há também alguma variação na escrita dos títulos dos capítulos que consideramos ser insignificante. Estes casos incluem diferenças no uso de letras maiúsculas ou minúsculas, bem como o uso de *U/V*, devido à aparente falta de letras maiúsculas no conjunto itálico.

anteriores aparece em A94, em A94 o fólho 137 (entre as dobras 136 e 138) é paginado incorretamente como fólho 157.

2.4 Outras provas da relação entre a *arte pequena* e a edição de Amakusa

Para além das semelhanças óbvias na estrutura, várias características que não existem na *arte grande* (Lisboa, 1572) apoiam a relação entre a edição de Amakusa (A94) e a *arte pequena* (L73).

1. O pequeno texto “*Auctor Lectori*” existe tanto em A94 como em L73, mas não aparece na *arte grande*.
2. A menção a modos potenciais “*De modo potentiali et permissiuo, siue concessiuo*” aparece após o conjuntivo de *esse*, em L73 (fol. 12v) e A94 (15v), mas não na *arte grande*.
3. O exemplo apresentado do adjetivo da 3.^a declinação foi “*prudens*” na *arte grande* (6v), mas é substituído por “*felix*” tanto em L73 (5r) como em A94 (7v). Isto é para evitar confusão nas formas genitivas como é afirmado no *scholion*. Embora edições posteriores da *arte grande* (por exemplo, Veneza, 1575; Évora, 1599) também tenham adotado *felix*, este surgiu pela primeira vez na primeira edição da *arte pequena* (L73).
4. Na tradução portuguesa, a 2.^a pessoa do plural do futuro do conjuntivo passivo de *amare* é *Vos fordes amados* em L73 (20v) e A94 (28r), enquanto que *Vos foreis amados* na *arte grande* (35v).

2.5 Edições posteriores da *arte pequena*

Embora a primeira edição da *arte pequena* (L73) tenha semelhanças ao nível da estrutura, não é a única fonte direta para a edição de Amakusa (A94). Comparações com edições posteriores da *arte pequena*, como a edição de Lisboa de 1578 (L78H, uma adaptação espanhola) e a edição de Lisboa de

1583 (L83L, uma adaptação portuguesa), mostram que as revisões foram feitas depois de 1573, algumas das quais se refletem na edição de Amakusa (A94).

1. O *scholion* sobre o *supinum* passa de “*Rudimenta*” (L73, 40v) para uma secção após o verbo *audire* (L78H, 50r; A94, 51v-52v).
2. A ordem dos verbos em “*verba anomala*” e depoentes é *possum fero volo nolo malo fio eo coepi memini noui odi* em L73, mas é *vtor dimetior edo eo memini noui odi coepi novi possum fero volo nolo malo edo fio inquam aio poenior pugnatur* em L78H e em A94.
3. O *scholion* “*Acinaces, is, masculini generis...*” (L78H, 76v; A94, 80v) está em falta em L73.
4. O apêndice ao ablativo da 3.^a declinação de um substantivo é “*Substantiua, is, syllaba finita...*” em L78H (83v) e em A94 (86r), enquanto que foi “*Appelatiua, adiectiuis, similialeges...*” em L73 (52r) e também em L72 (87r) e V75 (p. 201) (a *arte grande*).
5. A citação de Quintilianus em “*De prosodia-de praepositionum tono*” (L72, 243v; V75, p. 522; L78H, 194v; A94, 170r) falta em L73.

A edição de Lisboa de 1578 (L78H), publicada por António Ribeiro, é uma adaptação espanhola da *arte pequena* (L73). Os exemplos são dados em espanhol, não em português, e por isso não podem ser uma fonte direta da edição de Amakusa (A94), na qual são apresentados exemplos em português.

Relativamente à edição de Lisboa de 1583 (L83L), publicada cinco anos depois pela mesma tipografia de António Ribeiro, é uma adaptação portuguesa e apresenta exemplos em português. Contudo, esta L83L também não pode ser a única fonte direta da edição de Amakusa (A94), uma vez que a L83L ostenta diferenças significativas entre a L78H e a A94.

Tanto L78H como L83L têm, após a subsecção sobre os conjuntivos com *cum* para *esse* (por exemplo, *cum sim, cum sis, cum sit*), outra subsecção “*coniunctiui propriae voces hispanae/lusitanae*” (por exemplo, *quanuis sim, sis, sit*; em espanhol: *Aunque yo sea, etc.*, em português *Posto que eu seja, etc.*). Estes conjuntivos com *quanuis* para *esse* não existem na *arte pequena*

original (L73), nem nas edições italianas posteriores (como V88, V92); as edições italianas ignoram estas formas de *quanuis*. Como a edição de Amakusa (A94) tem estes conjuntivos *quanuis* para *esse* (15v), bem como para outros verbos, não provêm da *arte pequena* original de 1573 (L73), nem das fontes italianas, mas provavelmente de fontes ibéricas.

L78H apresenta formas presentes, imperfeitas, perfeitas, mais-que-perfeitas e futuras para *esse* (19v), tal como A94, enquanto L83L dá apenas formas presentes e imperfeitas (17v) e afirma claramente que outros tempos não são usados na língua portuguesa:

Perfecti & plusquamperfecti verbi Substantiui nullae sunt propriae voces Lusitanae. neque enim dicunt: Posto que eu aja aja sido: Posto que eu houuera sido. Pro quibus, iisdem temporibus Indicatiui modi vtuntur. Nam particulae, Posto que; Ainda que: etiam indicatiuum petunt: Posto que fui: Posto que fora (18r).

Quanto ao conjuntivo de *amare* (ativo), L78H dá uma lista completa do presente, imperfeito, perfeito, mais-que-perfeito e futuro (27v-28r), enquanto L83L apresenta o presente, imperfeito, perfeito e mais-que-perfeito, mas ignora o futuro, afirmando que é deliberadamente omitido (*praetermisi*): “*Futurum praetermisi, quod semper eodem modo reddatur Lusitane, quacunque praecedente particular*” (24v).

No que diz respeito ao conjuntivo passivo de *amare*, L78H também apresenta um conjunto completo de tempos verbais (31v-32v), enquanto L83L apresenta apenas o presente e o imperfeito, omitindo outros, e afirma claramente que a omissão é intencional: “*Perfecti et plusquamperf. propriis vocibus etiam destituuntur Lusitani: cum hae voces, circuitioque necessario à verbo substantiuo mutuanda sit. Vtemur ergo iis temporibus Indicatiui modi, sicut in verbo Substantiuo diximus*” (29r).

O mesmo acontece com *docere* (ativa L83L, 32v, passiva L83L, 33v), *legere* (ativa, L83L, 35v, passiva L83L, 37v) e *audire* (ativa L83L, 39v, passiva L83L, 42r), em que não são dadas mais explicações. Como a edição

de Amakusa (A94) apresenta quase¹⁷ todos os tempos que são elencados em L78H e omitidos em L83L, a L83L não pode ser a única fonte direta da edição de Amakusa.¹⁸

Até ao momento, não conseguimos identificar uma única fonte direta para a edição da Amakusa (A94), facto que não é uma exceção nas primeiras publicações da Imprensa da Missão Cristã Japonesa dos Jesuítas. Estes não tiveram problemas em traduzir fontes espanholas para japonês - por exemplo, as três traduções das obras de Frei Luis de Granada¹⁹- em que as bases foram retiradas dos originais espanhóis, mas as provas mostram que versões noutras línguas (como o latim) também foram consultadas e incorporadas. Assim, não existe uma única fonte direta para estas edições japonesas, mas várias.

Em resumo, a edição de Amakusa aproxima-se da *arte pequena* da gramática de Álvares, que foi iniciada em 1573 (L73). A edição de Amakusa é influenciada pelas revisões posteriores da *arte pequena* e pode ter incorporado várias edições de adaptação para as línguas espanhola e portuguesa.

2.6 Inovações da edição de Amakusa

Em relação ao original da *arte pequena*, é bastante óbvio que as inovações da edição de 1594 de Amakusa (A94) se encontram nas partes que são dedicadas à língua japonesa. Como sugerido pelo título da gramática, essas inovações são na sua maioria restritas ao capítulo sobre conjugações verbais. Sem qualquer equivalente nas edições originais da

17 A única exceção é a falta do futuro para *esse* (*fuero*) com *Quanus* (A94:15v).

18 É interessante que as colunas portuguesas de A94 têm tempos completos para as conjugações ativas tal como a espanhola L78H, mas, para as conjugações passivas e o verbo substantivo *esse*, só têm colunas para o presente e o imperfeito, faltando todas as outras, tal como na portuguesa L83L.

19 *Fides no dōxi* (1592) é uma tradução japonesa da *Quinta parte de la introducción de la símbolo de la fe* de Frei Luis, *Guia do Pecador* (1599) é traduzido do *Guia de pecadores* espanhol, e *Fides no qiō* (1611) é baseado na *Primera parte de la introducción de la símbolo de la fe*. Todas estas obras de Frei Luis não tinham versões em português nesta época.

gramática jesuíta, existe, contudo, o seguinte texto em A94 (3v), que se dedica exclusivamente a apresentar aos estudantes japoneses uma noção de declinação latina vs. japonesa:

ADMONITIO / CVM ijs, qui in Iapponia, latino idiomati operam impendunt, Patris Emmanuelis Aluari Grammatica institutio necessaria sit in eaque verborum coniugationes Lusitana lingua huius insule hominibus ignota vertatur, ne tyrones in ipso limine peregrini sermonis imperitiæ tædio animum desponderent, Superioribus visum est, vt (ordine quo lib ab auctore editus est, nihil immutato) verborum coniugationibus Iapponicæ voces apponerentur, aliqua que scholia præceptoribus ad latinarum, & Iapponicarum loquutionum vim facilius dignoscendam maximè conducentia, attexerentur. Vale.

A fim de exemplificar as diferenças nos paradigmas verbais, comparar os tempos presente e imperfeito do verbo substantivo *ESSE* (*ser / estar* português) em ambas as edições:

**Sum verbum substantiuum modi indicatiui,
temporis præsentis, numer singularis,
personæ primæ, sic declinabitur,**

Modi indicatiui tempus præsens,

S VM <i>Eu sou ou estou.</i>	Præteritū imperfectū,
Es, Tu es.	Eram, Eu era ou estava.
Est, Elle he;	Eras, Tu eras.
<i>Plurali numero.</i>	Erat, Elle era.
Sumus, Nos somos.	Pl. Eramus, Nos eramos.
Estis, Vos sois.	Eratis, Vos eratis.
Sunt. Elles sam,	Erant. Elles eram.

Figura 1. L73 (Lisboa, 1573): 9r

¶ Modi indicatiui tempus præsens.

¶ Sum,	Vere	} De:u, A, yu.	} ¶ E:u: f: u: c: u: e: s: t: o: u.		
Es,	Nangi			De:u, A, yu.	¶ T: u: e: s: : c: u: e: s: t: a: s.
Est,	Are			De:u, A, yu.	¶ E: l: l: e: h: e: : c: u: e: s: t: a.
	Plurali numero.				
Sumus,	Vareia	} De:u, A, yu.	} ¶ N: o: s: o: m: o: s: : c: u: e: s: t: : n: o: s: .		
Estis,	Nangia			De:u, A, yu.	¶ V: o: s: : l: o: i: s: : c: u: e: s: t: i: s: .
Sunt,	Areia			De:u, A, yu.	¶ E: l: l: e: s: : s: u: n: t: : o: u: e: s: t: : o: .

Figura 2. A94 (Amakusa, 1594): 12v.

Obviamente, a inovação da edição de Amakusa é a introdução da coluna do meio que separa as conjugações do latim das portuguesas. Enquanto L73 oferece apenas o exemplo do verbo *ser*, exceto para o correspondente *estar* na primeira pessoa do singular, A94 apresenta as conjugações completas dos verbos *ser/estar*. Nota-se também alguma variação ortográfica, como em “*eramos*” ~ “*èramos*”, “*eram*” ~ “*eraõ*”.

Para além dos paradigmas verbais trilingues, durante este capítulo, a edição de Amakusa mostra a existência de alguns *scholia*, aparentemente destinados a ter em consideração a realidade linguística japonesa em comparação com os factos latinos ou portugueses que são apresentados na gramática.

Impresso na margem direita da página (junto ao paradigma bilingue) encontra-se o seguinte texto em L73 (9v), que é o único *scholion* dedicado aos tempos indicativos do verbo substantivo para ‘sobreviver’ à transição da *arte grande* para a *arte pequena*:²⁰ “*Si quis de Varronis sententia volet futurum perfectum, siue exactum adiungere, sic in Lusitanum conuertat, licebit. Fuero: Ia então eu serei, ou estarei*”.

20 O *scholion* original pode ser encontrado em Álvares (1974, 12r). A frase portuguesa mostra pequenas diferenças ortográficas: “*Ia entam eu serei, ou estarei*”.

A edição japonesa acrescenta o que parece ser uma nota marginal para um *scholion* dedicado principalmente a considerações sobre os equivalentes japoneses da conjugação latina:

SI quis de Varronis sententia volet futurum perfectum, siue exactum adiungere, sic in Iapponicum conuertat, licebit. Fuero: Mo faya de arōzu. A, atte. arōzu. lus. Ia eu então serei, ou estareiei.

Huic verbo Substantiuo Sum, hæc feré verba Iapponica respondent, Aru, goza u, naru, yru, voru, voriaru, vogiaru, maximasu, sōrō, fanberu, nari, &c. & ex his ea, quibus particulae, Ni, Nite, De, præponuntur, vt Nite aru, gozaru, &c. Aliqua circa indicatiuum, & reliquos modos hîc possent adnotari, quæ in prima verborum coniugatione reperientur diffusè (ÁLVARES, 1594, 13 r).

Não só a mudança de posição do pronome pessoal na frase portuguesa ‘*Ia eu então serei, ou estarei*’, mas ainda mais a conclusão acima mencionada do paradigma português de *estar*, bem como as mudanças ortográficas, levam-nos a acreditar que os editores da edição de Amakusa podem ter sido falantes nativos de português ou, pelo menos, quase nativos.

Conclusão

Mostrámos que a edição de Amakusa de 1594 da gramática de Manuel Álvares foi, de facto, elaborada a partir da base da mesma tradição gramatical da *arte pequena*, iniciada em 1573. As semelhanças estruturais - e especialmente as idiossincrasias que se devem à omissão dos títulos dos capítulos, juntamente com os *scholia* acrescentados desde Álvares (1573) - entre a primeira edição portuguesa e a primeira edição estrangeira da gramática jesuíta abreviada, não deixam dúvidas de que o editor da edição de Amakusa deve ter utilizado uma edição (ou edições) das edições de Lisboa da *arte pequena*. Como a edição de 1594 se destinava a ser utilizada nas aulas de latim num contexto missionário, o uso da gramática concisa num

formato reduzido fazia todo o sentido; afinal, foi por isso que os superiores da Companhia de Jesus pediram a Álvares que preparasse esta edição.

Fiel ao desenho da gramática jesuíta, o editor da edição de Amakusa acrescentou os equivalentes japoneses aos paradigmas dos verbos latinos e portugueses, bem como alguns *scholia* alterados ou mesmo novos que oferecem comentários sobre a língua japonesa. A par desta valiosa informação metalinguística sobre a gramática japonesa, a variação ortográfica das palavras da gramática portuguesa (em relação às edições impressas em Lisboa) podem ser alvo de um estudo interessante.

Como resultado do exposto acima, parece que algumas considerações acerca da edição de Amakusa realizadas por alguns estudiosos devem ser repensadas, especialmente quando identificam apenas a edição de Lisboa de 1572 (a *arte grande*) como a fonte da gramática. Por exemplo, no recente livro de Otto Zwartjes sobre linguística missionária portuguesa, a gramática em questão é apresentada da seguinte forma:

The Japanese Amakusa edition of the grammar of Álvares generally follows the same structure as the first edition of 1572; but there are some significant differences: the editors of the Japanese edition adapted the grammar for Japanese students, offering bilingual Latin-Japanese paradigms [...]. In the Amakusa edition, the grammar of Álvares is no longer a monolingual work designed simply for the teaching and learning of Latin (ZWARTJES, 2011, p. 100-101).

Embora seja verdade que a edição de Amakusa segue a estrutura da edição de Lisboa de 1572, mostrámos que a verdadeira filiação deve ser a edição de 1573 (a *arte pequena*). Parece, contudo, haver uma conceção errada dos paradigmas na gramática de Álvares (1594). Como vimos, estes são claramente trilingues (latim, japonês e português), da mesma forma que os paradigmas verbais das edições de Lisboa são bilingues (com latim e português). Com certeza, o número de exemplos portugueses e de frases e explicações dedicadas ao português perderam-se no decurso da redução

da maior parte dos *scholia* quando a edição de Álvares (1573) foi preparada. Mesmo assim, a presença da língua portuguesa é inquestionável no capítulo *De verborvm coniugatione*.

Outros estudos que ligam a edição de Amakusa à sua verdadeira fonte, a *arte pequena*, parecem ser bastante promissores, sendo que o mesmo se aplica em relação a edições semelhantes da gramática de Álvares noutros países.

Referências bibliográficas

ACL (ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA). **Bibliografia geral portuguesa**. Vol III, Século XVI. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983.

ÁLVARES, Manuel. **EMMANVELIS / ALVARI È SO- / CIETATE IESV / DE INSTITVTIONE / grammatica / libri tres. // olyssipone. / Excudebat Ioannes Barrerius / Typographus Regius. / M. D. LXXII. (º, [VIII] pp., 248 fols.)**, 1572 [Biblioteca nacional de Lisboa: RES. 1242 P]. (GRAMÁTICA LATINA: FACSIMILE DA EDIÇÃO DE 1572, COM INTRODUÇÃO DO DR. J[OSÉ] PEREIRA DA COSTA. FUNCHAL: JUNTA GERAL DO DISTRITO AUTÓNOMO DO FUNCHAL., 1974)

ÁLVARES, Manuel. **EMMANVELIS / ALVARI È SOCIE- / TATE IESV / DE INSTITVTIONE / GRAMMATICA / LIBRI TRES. // OLYSSIPONE. / Excudebat Ioannes Barrerius / Typographus Regius. / M. D. LXXIII. / Cum Priuilegio, (8o, [VIII] pp., 148 fols., [I] págs.)**, 1573, Biblioteca geral da Universidade de Coimbra: VT-18-7-3.

ÁLVARES, Manuel. **EMMANVELIS / ALVARI È / SOCIETATE / IESV, / De Institutione Grammatica / Libri Tres. // VENETHIS, / APVD IACOBVM VITALEM. / M. D. LXXV, (4o, 526 pp., Errata 1 pag.)**, 1575, cópia privada do Editor.

ÁLVARES, Manuel. **EMMANVELIS / ALVARI È / SOCIETATE / IESV, / DE INSTITVTIONE / GRAMMATICA / LIBRI TRES. // OLYSSIPONE, / Excudebat Antonius Riberius, expensis / Ioannis Hispani Bibliopolae. / Cum facultate Inquisitorum. / 1578. (8o, 195 ff.)**, 1578. Biblioteca de la Universidad Comptulense.

ÁLVARES, Manuel. **EMMANVELIS/ALVARI E /SOCIETATE /IESV, / DE INSTITVTIONE/GRAMMATICA/LIBRI TRES. //OLYSIPPONE, / Excudebat Antonius Riberius, expensis/ Ioannis Hispani Bibliopolae./ Cum facultate Inquisitorum. / 1583. (8o, 188 ff.), 1583. Biblioteca Nazionale Centrale di Roma: 204.23.D.13.**

ÁLVARES, Manuel. **EMMANVE-/LIS ALVARIESO-/CIETATE IESV / DE INSTITVTIONE GRAMMATICA / LIBRI TRES. / Coniugationibus accessit interpretatio / Iapponica. // IN COLLEGIO AMACV- / SENSI SOCIETATIS IESV / CUM FACVLTATE SVPERIORVM. / ANNO M. D. XCIIII, (4o, 170 fols.), 1594. Biblioteca pública de Évora: Res. 63, Biblioteca Angelica (Roma): Rari I 5.3.**

ÁLVARES, Manuel, VELÊS, António. **EMMANVELIS / ALVARI, E SOCIE- / TATE IESV / DE INSTITVTIONE GRAMMATICA / LIBRI TRES, / ANTONII VELLESI, EX EADEM SOCIETATE IESV / IN EBORENSI ACADEMIA PRÆFECTI STVDIORVM / OPERA, Aucti, & illustrati. // EBORAE / Excudebat Emmánuel de Lyra Typographus. / Cum facultate Inquisitorum, & Ordinarij. / M. D. XCIX, 1599.**

ASSUNÇÃO, Carlos. **A Gramática Latina do P. e Manuel Álvares. Série Ensaio 13. Vila Real: UTAD, 1997.**

ASSUNÇÃO, Carlos C.; TOYOSHIMA, Masayuki. **Emmanuelis Aluari e Societate Iesu de Institutione Grammatica Libri Tres: Coniugationibus accessit interpretatio Iapponica, In collegio Amacusensi Societatis Iesu cum facultate superiorum, Anno MDXCIII. Edição e introdução. Tóquio: Livraria Yagi, 2012.**

BACKER, Augustin de; BACKER, Aloys de; SOMMERVOGEL, Carlos. **Bibliothèque de la Compagnie de Jésus: première partie-bibliographie. Vol. 9. Brussell: O. Schepens, 1890-1916.**

CARDOSO, Simão. **Historiografia gramatical (1500-1920). Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1994.**

DOI, Tadao (土井忠生). 長崎版日本文典と天草版拉丁文典 [A gramática de Rodrigues e as edições de Amakusa da gramática de Álvares]. 史学[Tokyo: *Shigaku*, Universidade de Keio], 12-2 , p. 71-106, 1933.

FUKUSHIMA, Kunimichi [福島邦道]. キリシタン資料と国語研究 [Estudos em linguística japonesa com primeiros documentos cristãos]. 笠間書院 [Tóquio: Kasama-shoin], 1973.

GEHL, Paul F. Religião e Política no Mercado do Livro: Os Jesuítas e os seus Rivais. **Documentos da Sociedade Bibliográfica da América**, 97, p. 435-460, 2003.

GOMEZ GOMEZ, Juan Maria. **Emmanuelis Alvari e Societate Iesv De Institvtione Grammatica liber secvndus: De octo partivm orationis constrvctione. Estudio, edicion critica, traduccion, notas e índices**. 2002. Universidad de Extremadura, Cáceres. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=27062>. Acesso em: 14 de janeiro de 2016.

IKEN, Sebastião. Index totius artis (1599-1755): algumas reflexões sobre o índice lexicográfico latino-português da gramática de Manuel Álvares, elaborado por Antonio Velez. In: KEMMLER, Rolf, SCHAFFER-PRIES, Barbara e SCHONBERGER, Axel (Eds.). **Estudos de História da Gramaticografia e Lexicografia Portuguesas**. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea, p. 53-83, 2002.

MATOS, Manuel Cadafaz de. A tipografia quincentista de expressão cultural portuguesa no oriente: veículo de propagação dos ideias humanísticos. **Humanitas**, 43-44, p. 153-171, 1993.

KEMMLER, Rolf. The personal involvement of the grammarian Manuel Álvares in the dissemination of the *De institutione grammatica libri tres* in Spain. In: BATTANER MORO, Elena, CALVO FERNÁNDEZ, Vicente, e PEÑA, Palma (eds.). **Historiografía lingüística: líneas actuales de investigación**. Münster: Nodus Publikationen, p. 512-524, 2012.

KEMMLER, Rolf. De institvtione grammatica libri tres (Lisboa, 1573): A edição princeps da ars minor de Manuel Álvares. **Revista Portuguesa de Humanidades: Estudos Linguísticos**, 17, 1, p. 43-58, 2014.

KEMMLER, Rolf. The First Edition of the ars minor of Manuel Álvares' De institvtione grammatical libri tres (Lisbon, 1573). **Historiographia Linguistica**, 42, 1, p. 1-19, 2015.

LUSODAT. **Padre Manuel Álvares - Gramática - edições completas ou parciais**. Disponível em: <http://www.ghtc.usp.br/server/Lusodat/pri/02/pri02145.htm>. Acesso em: 9 janeiro de 2015.

PONCE DE LEON ROMEO, Rogelio. Las propuestas metodologicas para la ensenanza del latino en las escuelas portuguesas de la Compania de Jesus a mediados del siglo XVI. **Cuadernos de Filología Clásica: Estudios latinos**, 19, p. 233-257, 2000.

PONCE DE LEON ROMEO, Rogelio. **Aproximación a la obra de Manuel Álvares: edicion critica de sus *De institutione grammatica libri tres***. 2002. Tese de doutoramento. Universidad Complutense, Madrid. Disponível em: <http://eprints.ucm.es/5134>. Acesso em: 14 de janeiro de 2015.

PONCE DE LEON ROMEO, Rogelio. La difusion de las artes gramaticales latino-portuguesas en Espana (siglos XVI-XVII). **Península: Revista de Estudos Ibéricos**, 0 [sic], p. 119-145, 2003.

PONCE DE LEON ROMEO, Rogelio. El Álvarez trasladado: el romance en las ediciones quinientistas portuguesas, castellanas y catalanas de los *De institutione grammatica libri tres* (Lisboa 1572) de Manuel Álvares S.I. In: FERNANDEZ PEREZ, Milagros (ed.). **Actas del VI Congreso de Lingüística General** (Santiago de Compostela, 3-7 de mayo de 2004), Madrid: Arco / Libros, p. 2975-2985, 2007.

SPRINGHETTI, Emilio. Storia e fortuna della grammatica di Emmanuele Álvares, S.J. **Humanitas**, Coimbra, p. XIII-XIV, 1961-62.

TOYOSHIMA, Masayuki. O tipo de letra KANJI da fase anterior da imprensa da Missão Jesuíta Japonesa. **Kokugo to Kokubungaku** [Kokugo to Kokubungaku] Tóquio, H22-3, p. 45-60, 2010a.

TOYOSHIMA, Masayuki. Base-de-datos de dicionários portugueses para el estudo de la historiografía de la lengua japonesa de mil quinientos. In: ASSUNÇÃO, Carlos, FERNANDES, Gonçalo, e LOUREIRO Marlene (eds.). **Ideias Linguísticas na Península Ibérica** (séc. XIV a séc. XIX), vol. 2. Münster: Nodus Publikationen, p. 865-875, 2010b.

VERDELHO, Telmo. **As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas**. Aveiro: INIC, 1995.

YAMAZAWA, Takayuki [山沢孝至]. 天草版『ラテン文典』研究序説-概論的考察- [Uma pesquisa introdutória sobre a edição Amakusa da gramática-genérica latina de Álvares]. **Kobe miscellany** (Universidade de Kobe, Kobe, Japão), 30, p. 1-33, 2006.

YAMAZAWA, Takayuki [山沢孝至]. 天草版『ラテン文典』の羅和对訳文について [Latin-Japanese bilingual examples in the Amakusa edition of Álvares' Latin grammar]. **Kobe miscellany** (Universidade de Kobe, Kobe, Japão), 31, p. 31-46, 2008.

ZWARTJES, Otto. **Gramáticas missionárias portuguesas na Ásia, África e Brasil, 1550-1800**. Amesterdão: John Benjamins, 2011.

A primeira gramática do (Kahenda-Mbaka) Kimbundu (Lisboa 1697) de Pedro Dias, S.J. (1621/1622-1700) e a *ars minor* (Lisboa 1573) de Manuel Álvares, S.J. (1526–1583)¹

The first grammar of (Kahenda-Mbaka) Kimbundu (Lisbon 1697) by Pedro Dias, S.J. (1621/1622–1700) and the *ars minor* (Lisbon 1573) by Manuel Álvares, S.J. (1526–1583)

Gonçalo Fernandes*

Resumo

Pedro Dias, S.J. (1621/1622-1700) publicou a primeira gramática conhecida do Kimbundu, intitulado *Arte da Lingua de Angola, oeferecida (sic) a Virgem Senhora N[ossa] do Rosario, Mãy, e Senhora dos mesmos Pretos* (Lisboa 1697), para uso dos missionários jesuítas no nordeste do Brasil, com o intuito de estes instruírem e converterem os escravos oriundos de Angola e de outros países bantos da costa ocidental de África que ali viviam.

Articulista convidado

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.502>

*Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras, gf@utad.pt, orcid.org/0000-0001-5312-6385

1 Tradução e atualização do artigo “The first known grammar of the (Kahenda-Mbaka) Kimbundu (Lisboa 1697) and Álvares’ *Ars Minor* (Lisboa 1573)”, publicado na *Africana Linguistica*, n.º 21 (FERNANDES 2015b). Este trabalho foi financiado por fundos nacionais portugueses através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), no âmbito da unidade de I&D Centro de Estudos em Letras (Ref.ª 00707).

A *Arte* de Dias, embora seja um pequeno livro (tem apenas 48 páginas) sem qualquer explicação teórica, é uma obra pioneira da linguística bantu, sendo a primeira gramática sistemática conhecida do Kimbundu, provavelmente do Kahenda-Mbaka, variante diatópica usada como língua geral ou *lingua franca* na Bahia e Rio de Janeiro, Brasil, nos finais do século XVII, pelos jesuítas, e a segunda gramática impressa de qualquer língua bantu, precedida apenas pelas *Regulae quaedam pro difficillimi Congensium idiomatis faciliiori captu ad grammaticae normam* (Roma 1659) [Certas regras para melhor compreender a difícilíssima língua do povo do Congo, utilizando a norma da gramática] de Giacinto Brusciotto a Vetralla, O.F.M.Cap. (1601-1659). A *Arte da Lingua de Angola*, para além da influência do catecismo (1642) de Francesco Pacconio, S.J. (1589-1641) e António do Couto, S.J. (1614-1666), baseia-se na *ars minor* (Lisboa 1573) de Manuel Álvares, S.J. (1526-1583).

Palavras-chave: Brasil; Kimbundu; escravatura; colonialismo; língua geral; linguística missionária.

Abstract

Pedro Dias, S.J. (1621/1622-1700) published the first known grammar book of (Kahenda-Mbaka) Kimbundu, entitled *Arte da Lingua de Angola, oeferecida (sic) a Virgem Senhora N[ossa] do Rosario, Mãy, e Senhora dos mesmos Pretos* (Lisboa 1697) [Grammar of the Language of Angola, offered to our Virgin Mother of the Rosary, and Lady of the Negroes] for use by the Jesuit missionaries, particularly in the north-eastern of Brazil, to instruct and convert the several Angolan and other Bantu western African slaves living there. Dias' *Arte*, although a small book (only 48 pages) with no theoretical explanation, is a pioneering Bantu linguistic work, being the first known systematic grammar of Kimbundu whose Kahenda-Mbaka subdialect might be used as general or *lingua franca* in Bahia and Rio de Janeiro, Brazil, in the 17th century, and the second printed grammar of any Bantu language, preceded only by the *Regulae quaedam pro difficillimi Congensium idiomatis faciliiori captu ad grammaticae normam* (Rome 1659) [Some rules to better understand the most difficult language of the Congo people, using the norm of the grammar] by Giacinto Brugiotti a Vetralla, O.F.M.Cap. The *Arte da Lingua de Angola*, in addition to the influence of the catechism (1642) by Francesco Pacconio, S.J. (1589–1641) and António do Couto, S.J. (1614–1666), is based on the *ars minor* (Lisboa 1573) by Manuel Álvares, S.J. (1526–1583).

Keywords: Brazil, Kimbundu, slavery, colonialism, lingua franca, missionary linguistics.

Introdução

Atualmente, é comumente reconhecido que a *Arte da Lingua de Angola, oeferecida (sic) a Virgem Senhora N[ossa] do Rosario, Mãe, e Senhora dos mesmos Pretos* (Lisboa, 1697), escrita por Pedro Dias, S.J. (1621/1622–1700), foi a primeira gramática conhecida do Kimbundu e a segunda gramática impressa de qualquer língua bantu, antecedida apenas pelas *Regulae quaedam pro difficillimi Congensium idiomatis faciliiori captu ad grammaticae normam* (Roma, 1659) [Certas regras para melhor compreender a difícilíssima língua do povo do Congo, utilizando a norma da gramática] escritas por Giacinto Brusciotto a Vetralla, O.F.M.Cap. (1601-1659). Há, contudo, algumas referências a uma gramática e vocabulário desaparecidos (talvez do Kimbundu) do peruano Lope de Castillo (Lupus de Castilla), S.J. (1595–ca.1668) intitulados *Grammatica et Vocabularium Linguae Angolanae pro faciliiori instructione Aethiopum, qui ex Africa, illuc tanquam mancipia deducuntur, ut in fide Christi erudiantur* ou, em espanhol, *Grammatica y Vocabulario de la Lengua de Angola para poder instruir mas facilmente a los Negros que traen esclavos de Africa, en los Misterios de la Fe*, escritos — não sabemos se se manteve em manuscrito ou se chegou a ser publicado — por volta de 1680 (ver, e.g., Homburger, 1925, p.167; Maho, 2009, p. 17; Streit & Dindinger, 1952, p. 845).

Em 1954, Clement Martyn Doke (1893-1980) referiu-se ao livro de Dias como uma “meritorious piece of work” e “a remarkably accurate record of Ndongo” (Doke, 1954, p. 11), que era desconhecido pelos gramáticos posteriores, como do italiano Bernardo Maria (Cassarò) da Canicattì, O.F.M. Cap. (1749–1834), que “certainly has not profited from his work” (Doke, 1954, p. 11). Zwartjes, após analisar os tempos, modos e aspetos verbais nas primeiras gramáticas das línguas bantu, declarou que “sin duda su descripción [de Dias] no tiene nada en común con la obra de Brusciotto” (Zwartjes, 2009, p. 256), e acrescentou que “the description of

Tense Aspect Mood (TAM) in Dias's grammar is much more elaborate than that of Brusciotto" (Zwartjes, 2011, p. 232).

Contudo, se Dias não teve acesso ao trabalho de Brusciotto a Vetralla, conhecia o catecismo de Francesco Pacconio, S.J. (1589-1641), intitulado *Gentio de Angola sufficientemente instruido nos mysterios de nossa sancta Fé*, publicado postumamente em Lisboa em 1642 por António do Couto, S.J. (1614-1666)², que Dias citou por duas vezes (pp. 9 e 34). Na verdade, Pacconio não escreveu um livro de gramática, mas antepôs no seu catecismo um prólogo com "Advertencias para se ler a lingua de Angola", o que facilitou muito a compreensão do texto de Dias sobre a ortografia (Rosa, 2006, pp. 208-209; 2019, p. 99; Fernandes 2015a, pp. 48-49).

1. Pedro Dias

Pedro Dias foi um missionário jesuíta português no Brasil, no século XVII. Nasceu em Gouveia, no Distrito da Guarda, Portugal. Segundo Leite (1947, p. 11), morreu a 25 de Janeiro de 1700, aos 79 anos de idade. Assim, ele deve ter nascido em 1621 ou, o mais tardar, no início de Janeiro de 1622. No entanto, precisamos de mais provas documentais³ para fixar definitivamente esta questão. Os pais de Dias emigraram para o Brasil com o seu filho numa idade ainda muito tenra, e ele entrou na Companhia de Jesus no Colégio do Rio de Janeiro com 19 anos, a 13 de Julho de 1641 (Leite, 1947, p. 9). Para

2 O jesuíta António do Couto (1614-1666) nasceu em Luanda, Angola, a 1 de Janeiro de 1614, entrou na Companhia de Jesus em 1631, trabalhou no colégio S. Salvador do Congo (atualmente Angola) do qual foi reitor durante duas décadas, e morreu em Angola a 10 de Julho de 1666 (Ver Rodrigues, 1931-1950, tomo III, vol. II, p. 368; Brásio, 1952-1988, tomo XI, pp. 100-101, e tomo XIII, p. 249).

3 Não conseguimos encontrar o registo de nascimento de Pedro Dias no Arquivo do Distrito da Guarda nem no Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa.

Bonvini (2008, pp. 35-36), esta foi uma data importante na história de Angola e dos Jesuítas no Brasil:

O contexto histórico de 1641 não é anódino. Se esse ano coincide com a ocupação de Luanda pelos holandeses, que a consideravam o melhor mercado de escravos do mundo, no Brasil ele sucede a um ano de perturbações, tanto no Rio como em Santos e em São Paulo, que ocorrem depois da publicação do *Breve* do Papa Urbano VIII a respeito da liberdade dos ameríndios. Em 1640, revoltas antijesuíticas tiveram lugar no Rio de Janeiro (...). Um episódio, nelas ocorrido, significativo para nosso propósito, é assim evocado: “O populacho criticou acerbamente os jesuítas por possuírem mais de seiscentos escravos só em um colégio do Rio, mas os padres procuraram justificar-se alegando que os escravos ‘eram quase todos negros’” (Boxer 1973: 147) (Bonvini, 2008, pp. 35-36).

Para o historiador da Companhia de Jesus no Brasil, Serafim Leite, S.J. (1890-1969), Pedro Dias professou, no Rio de Janeiro, os três primeiros votos solenes dos jesuítas em 1660 e o quarto voto em 1679. Estudou direito civil, direito canónico e medicina, o que foi importante para cuidar dos pobres e dos escravos africanos, principalmente quando ocorreu um surto de febre amarela em Pernambuco, entre 1685 e 1694. Foi Superior da Casa dos Jesuítas de Porto Seguro (4 anos), Reitor do Colégio de Santos (3 anos), Procurador nos engenhos de açúcar (durante alguns anos) e Reitor do Colégio Jesuíta de Olinda, Pernambuco (6 anos) (Leite, 1947, pp. 9-10). Dias morreu no Colégio dos Jesuítas da Bahia no dia 25 de Janeiro de 1700.

Também segundo Leite, ele foi tão gentil e dedicado ao povo negro que os escravos africanos celebraram a sua morte com devoção (Leite, 1947, p. 10) e pediram ao Governador Geral do Brasil a honra de o conduzir ao túmulo (Leite, 1938-1950, tomo VIII, p. 199), tendo recebido o apelido de “Apóstolo do Povo Negro” (Leite, 1938-1950, tomo VIII, p. 199; 1965, p. 220; 1993, p. 220).

2. *A Arte da Lingua de Angola*

A *Arte da Lingua de Angola* de Pedro Dias foi publicada em Lisboa⁴, Portugal, em 1697, pelo impressor Miguel Deslandes⁵ (?-1703), e tem apenas 48 páginas no formato 8°. Foi escrito em português com exemplos (aparentemente) em Kimbundu, no Colégio da Bahia (Bonvini, 2009, pp. 18-19), que era na altura o mais importante colégio jesuíta brasileiro e “permanece para a posteridade o mais alto padrão dos estudos gerais no Brasil” (Leite, 1993, p. 50).

Leite apresentou o conteúdo de uma importante carta escrita por Dias, na Bahia, a 3 de Agosto de 1694, ao 13º Superior Geral da Companhia de Jesus, Tirso González de Santalla, S.J. (1624-1705), na qual falava do seu livro e de dois vocabulários⁶ da língua angolana que estava a preparar:

Diz que concluiu a *Arte da Língua de Angola*, movido pela necessidade espiritual em que jazem os angolanos. Compô-la segundo as regras da gramática e foi revista e aprovada pelo P.^o Miguel Cardoso, natural de Angola, muito versado nessa língua, e a manda agora o Provincial para se imprimir, pedindo ao Geral a indispensável licença. Estão à espera dela muitos novos e até velhos, que trabalham com estes miserabilísimos e

-
- 4 A *Arte* de Dias não poderia ter sido impressa fora de Portugal porque não havia autorização de impressão em nenhuma das suas colónias, com exceções para a Ásia. Fora de Portugal, a tipografia chegou primeiramente a Goa, Índia (1556), depois a Macau, China (1584-1588), e finalmente em Kazusa, Japão (1591) (Assunção, 2011, p. 95). No Brasil, as tipografias oficiais só se tornaram realidade no início do século XIX quando a família real portuguesa se mudou para o Rio de Janeiro, com a fundação da Imprensa Régia, através do decreto de 13 de Maio de 1808. Nas colónias africanas, começaram a imprimir apenas em meados do século XIX: Cabo Verde, em 1842; Angola, em 1845; e Moçambique, em 1854.
 - 5 O impressor Michel Deslandes nasceu em Thouars, França, instalou-se em Lisboa, Portugal, em 1669, e foi naturalizado português em 1684, com o nome Miguel. Após a morte de António de Melo Craesbeeck, em 1687, foi nomeado o “Impressor Real” português. Morreu em Lisboa, em 1703.
 - 6 Infelizmente, hoje (ainda) não é possível saber se Dias terminou o *Vocabulário Português-Angolano*, nem mesmo se chegou a iniciar o *Vocabulário Angolano-Português*. Não há quaisquer outras informações úteis sobre estes dois dicionários.

ignorantíssimos homens, e não se acha nenhuma Gramática desta língua, nem no Brasil nem no Reino de Angola. Tinha também começado um *Vocabolário Português-Angolano*; e logo que o concluir vai compor o *Vocabolário Angolano-Português*. Assim se acabará a dificuldade em aprender esta língua (Leite, 1947, p. 10).

Como já mencionado, a gramática de Pedro Dias consiste em 48 páginas (excluindo a folha de rosto e as autorizações). Sem qualquer explicação teórica, descreve os aspetos mais relevantes da língua angolana e apresenta algumas indicações ortoépicas e ortográficas sobre esta língua; morfologia [nominativos (4-8), pronomes relativos (9-10), pronomes nomes demonstrativos (10), conjugações verbais (11-21), verbos negativos (21-22), verbos substantivos (22), verbos defetivos ou “imperfeitos” (23), géneros (23-24), pretéritos (24-27), pretéritos mais que perfeitos (28-31), composições de substantivos verbais (31-32), aumentativos (32-33)], e regras de sintaxe [regras dos nominativos (33), verbos infinitivos (35), nomes adjetivos (35-37), pronomes relativos (37-39), substantivos “continuados” (39), processos de formação de perguntas e respostas (39-40), sintaxe do genitivo (40), partitivos (40), superlativos (41), verbos neutros (41-42), verbos ativos (42-43), sintaxe dos dativos e acusativos depois dos verbos (43), verbos “auferendi” (43), verbos passivos (43), locativos ou “propria pagorum” (43-44), gerúndios (45), advérbios (45-47), interjeições (47), e conjunções (47-48)].

Estudos linguísticos publicados recentemente examinaram a natureza pioneira da obra de Dias, embora ele tivesse afirmado na sua carta ao Superior Geral da Companhia de Jesus que tinha escrito o livro “segundo as regras da gramática” [latina] (Leite, 1947, p. 10). Zwartjes (2011, pp. 224-235), por exemplo, analisou em pormenor os conceitos de fonologia e ortografia de Dias e os principais aspetos da morfossintaxe do Kimbundu (morfologia nominal e verbal). Por exemplo, no capítulo “Dos nominativos”, declarou que a “língua de Angola” não tem declinação nem casos (Dias, 1697, p. 4), tendo corroborado o mesmo no capítulo sobre pronomes pessoais (Dias, 1697, p. 8) e sobre as perguntas e respostas (Dias, 1697, p. 39). Também indicou que esta língua não

tem voz passiva, que é construída usando os verbos ativos e certas partículas antes do verbo (Dias, 1697, p. 22). Em relação ao género, Dias também disse que esta língua não tem género, mas que este é especificado pelo uso de certas palavras, tais como “macho” e “senhor” ou “fêmea” e “senhora” (Dias, 1697, pp. 23-24). Dias não percebeu que o (Kahenda-Mbaka) Kimbundu era uma língua prefixal, mas, quando a comparou com a sintaxe portuguesa, encontrou uma construção semelhante. Por exemplo, no caso dos partitivos:

Servem de partitivos as particulas Bo, Mo, com advertencia que quando no Portuguez dizemos dos, das, de, poremos a particula Bo. v.g. Boyuma yâ yé nguami nequimoxi. Das vossas cousas naõ quero nem hũa só. Moyâma yosso onzamba yâ beta ocusuîna, entre todos os animaes o elefante he mais forçoso. O exêplo está em bo, antes do nome yûma, & em mo, antes do nome yâma. (Dias, 1697, p. 40)

2.1. A 'Língua de Angola'.

O missionário protestante suíço Héli Chatelain, M.E.C. (1851-1908) foi o primeiro a classificar a língua descrita na *Arte* de Dias como Kimbundu e observou que o autor, apesar de algumas limitações, tinha uma compreensão do mecanismo da língua e algumas das suas observações eram perfeitamente corretas:

A primeira obra puramente grammatical sobre o kimbundu foi a “Arte da língua de Angola, oferecida á Virgem Senhora nossa do Rosario, Mãe e Senhora dos mesmos pretos, pelo P. Pedro Dias, da Companhia de Jesus. Lisboa. Na officina de Miguel Deslandes, impressor de S[ua]. M[ajestade]. Com todas as licenças. Anno 1697”. Este livrinho era já tão raro nos fins do seculo passado que Cannecattim não teve conhecimento d'elle. Conhecemol-o nós por uma copia manuscripta que o Sr. Dr. Alfredo Troni de Loanda nos fez o obsequio de nos emprestar na véspera do nosso embarque para a Europa. Este trabalho desenvolve e completa as “regras brevíssimas” que accompanham o Catechismo, do qual também

são tirados os exemplos que devem elucidar as regras. Estas, comquanto não primem pela correccção do portuguez, nem pela propriedade da terminologia, provam, no emtanto, que o auctor entendia o mecanismo do kimbundu. No que diz respeito ao dialecto particular do Catechismo são, salvo poucas excepções, perfeitamente correctas. É provavel que o opúsculo foi escrito no Brazil, visto que a primeira licença é datada da Bahia, 13 de junho 1696 e a oitava e ultima do Paço, Lisboa, 9 de agosto 1697 (Chatelain, 1889, p. xvi).

Contudo, em todo o livro, Dias nunca se referiu à língua descrita em termos de “Kimbundu”, mas sempre como “língua de Angola” (duas vezes: título e p. 1), “língua angolana” (duas vezes: pp. 10 e 33), “língua ambunda” (uma vez: p. 17), “língua dos Ambundos” (treze ocorrências: pp. 10, 22, 33 (duas vezes), 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46 (duas vezes), e 47) e algumas expressões neutras, como “esta língua” (quatro vezes: pp. 1, 4, 22 e 23), “desta língua” (uma vez: p. 24) e “nesta língua” (sete vezes: pp. 29, 33, 34, 35, 41, 44 e 47). É importante salientar que o substantivo “Angola” não se refere ao termo geopolítico contemporâneo, o país conhecido como a atual República de Angola. Como demonstrou Rosa (2013, pp. 32-34), as fronteiras da República de Angola foram estabelecidas após a Conferência de Berlim de 1884-85. No final do século XVII, “Angola” significava a parte noroeste da atual República de Angola e parte do sudoeste da República Democrática do Congo, o que significa o reino dos Ngola habitado pelo povo Mbundu que falava Kimbundu.⁷ Em 1891, Ladislau Batalha (1856-1939) já tinha referido:

Por três nomes ella tem sido tratada na Europa: Nbundo, Umbundo e Quimbundo. Só este último é verdadeiro, embora Heli Chatelain fôsse o

7 O Kimbundu é uma língua aglutinante ou aglutinativa — por oposição às línguas flexivas, ou flexionais e as línguas analíticas ou isolantes — do grupo Bantu, também conhecida como Dongo, Kimbundo, Kindongo, Loanda Mbundu, Loande, Luanda, Mbundu, N'bundo, Nbandu, Ndongo, ou Mbundu do Norte. É falada por mais de 4.000.000 de pessoas no Noroeste de Angola, principalmente na Província de Luanda (Lewis, Simons & Fennig, 2014).

primeiro a reconhecê-lo. Effectivamente tivemos accasão de ouvir dos indigenas uma phrase, entre elles proverbial, que mostra bem a distincção apresentada pelo philologo suisso: *O nbundo zuela kimbundo*, isto é, o filho do paiz (o natural, o indigena), fala kimbundo (no sentido em que nós applicamos: falar portuguez, ser claro, pão pão, queijo queijo, e outros dizeres) (Batalha, 1891, p. 8).

Levi declarou que “the generic title ‘lingua de Angola’ should be read as ‘língua Kimbundu’, given that the *Arte* is in fact a grammar of Kimbundu” (Levi, 2009, p. 383). Por outro lado, Zwartjes referiu que o Kimbundu descrito por Dias, como no catecismo de Pacconio, era provavelmente, uma variedade diferente do dialeto falado de Luanda ou do sertão, no interior de Angola: “As Chatelain (...) observes, the Kimbundu language used in Pacconio’s catechism is not exactly the same variety as the language spoken in Luanda, not that of Ambaca, but possibly the dialect spoken in the mission of Cabinda (*sic*) in the district of Ambaca”. (Zwartjes, 2011, p. 222) A designação de Cabinda é claramente uma gralha de Zwartjes, quando, na verdade, deveria ser “Cahenda”, como foi usado por Chatelain (1889, p. XVI): “O dialecto em que está escrito não é o moderno de Loanda, nem exactamente o d’Ambaca; será talvez o que se fallava no século XVII na missão de Cahenda (concelho de Ambaca)”. Não possuímos, contudo, qualquer prova documental da existência da missão jesuíta em Cahenda, mas sim um colégio capuchinho (ver, por exemplo, Bortolami 2012, p. 104; Azevedo, 2000, p. 56). António Brásio, C.S.Sp (1906–1985), nunca se referiu a qualquer colégio jesuíta ou colégio permanente naquele local. No entanto, em meados do século XIX, David Livingstone (1813-1873) ainda encontrou vestígios da outrora missão de Cahenda e provas testemunhais do grande trabalho missionário e educativo dos capuchinos e dos jesuítas, cujo desaparecimento se deveu à expulsão pelo Marquês de Pombal cerca de um século antes:

Some ten or twelve miles to the north of the village of Ambaca, there once stood the missionary station of Cahenda, and it is now quite astonishing

to observe the great numbers who can read and write in this district. This is the fruit of the labours of the Jesuit and Capuchin missionaries, for they taught the people of Ambaca; and ever since the expulsion of the teachers by the Marquis of Pombal, the natives have continued to teach each other (Livingstone, 1984 [1857], p. 382).

Uma equipa de investigação integrada por bantuistas brasileiros e angolanos tem estudado atualmente os nove dialetos do Kimbundu (Dembo, Jinga, Kadi, Lwangu, Mbaka, Mbamba, Ntemo, Puna e Sende) e concluiu que a língua descrita na gramática de Pedro Dias (assim como no catecismo de Pacconio) não é a variedade diatótica do Kimbundu da capital, Luanda, mas o subdialeto Kahenda do dialeto Mbaka, falado nos subúrbios da missão de Cahenda, localizada perto do município de Ambaka (denominada Camabatela antes de 1975), no distrito de Kwanza Norte, entre os distritos de Bengo e Malange em Angola (Angenot, Kempf & Kukanda, 2011, p. 233).

Apesar de Dias nunca ter estado em Angola, Miguel Cardoso, S.J. (1659-1721), que supervisionou o livro, nasceu em Angola. Serafim Leite (1940, p. 258) declarou que Miguel Cardoso nasceu em Luanda e entrou na ordem dos jesuítas no Brasil, no Colégio da Bahia, em 1674, quando tinha 15 anos de idade. Portanto, é improvável que ele falasse o subdialeto Kahenda-Mbaka, mas muito provavelmente, o Akwa-Loanda, falado em Luanda no século XVII. Além disso, nesse período, havia também um importante grupo social de luso-africanos (mais tarde chamados Ambakistas), que não só foram salvos do tráfico de escravos, mas que se tornaram os mais eficientes comerciantes de escravos. Estes “Ambakistas” estudaram na Missão de Cahenda e falavam o dialeto Kahenda-Mbaka. Assim, é, de facto, possível que os Jesuítas tenham usado pedagogicamente (ou talvez tenham imposto) o subdialeto Kahenda-Mbaka de Kimbundu como língua geral ou *lingua franca* no Brasil (no Rio de Janeiro e em Salvador da Bahia) no século XVII, para instruir e converter os escravos angolanos e outros grupos étnicos bantu (Angenot, Kempf & Kukanda, 2011, pp. 233-235). São, contudo, necessários mais estudos para

confirmar (ou refutar) esta hipótese. No entanto, é importante salientar, como Bonvini (2008, p. 38) referiu, que “(...) se trata de uma língua em sua integralidade, próxima da que é falada atualmente em Angola. Não se trata, de maneira nenhuma, de um pidgin ou de uma língua mista.” Dias, porém, referiu existirem variedades diatópicas, pela “variedade das terras, & nações” do povo angolano:

Tem os verbos desta lingua geralmente tres preteritos perfeitos; o 1. significa ha pouco tempo; o 2. que ha mais tempo; o 3. que ha muito mais tempo. Porém tem-se por experiencia que algũas vezes usaõ hum por outro; deve ser pela variedade das terras, & nações (Dias, 1697, p. 24).

2.2. A pronúncia de (Kahenda-Mbaka)

Carlota Rosa (2006) levantou um problema sobre a fonética latina apresentada por Dias quando este se referiu à pronúncia do Kimbundu. Nas “Advertencias de como se hade ler, & escrever esta Lingua”, Dias (1697, p. 1) declarou que “o Pronunciar, & escrever he como na lingua Latina.” Esta afirmação não deveria, aparentemente, causar qualquer problema, especialmente numa época em que o latim era a língua de comunicação ou *lingua franca* entre os jesuítas e os missionários, os potenciais leitores do livro e que tinham uma profunda formação das línguas clássicas. O problema é que a língua de comunicação era o latim escrito e não, alegadamente, o latim falado nas conversas do dia-a-dia. Existem, pelo menos, três variedades diferentes de pronúncia do latim e não nos é possível determinar a qual delas Dias se referia: a pronúncia tradicional portuguesa, a tradicional italiana, ou seja, a pronúncia oficial da Igreja Católica, ou a pronúncia clássica restaurada, estabelecida na Renascença. Rosa (2006, p. 215) declarou que “o produto de tantas pronúncias locais para o latim somado a diversas tentativas de fixação de pronúncias reformadas levou ao paradoxo de ter-se uma língua de comunicação internacional que nem sempre podia ser compreendida se empregada fora da terra natal daquele que a falava.”

Dias referiu, por exemplo, que o Kimbundu “naõ tem *R* dobrado, nem no principio do nome, nem no meyo, v.g. *Rierino*, hoje: *Rimi*, lingua" (Dias, 1697, p. 1). Isto significa que em Kimbundu não havia oposição fonológica entre o alofone vibrante alveolar simples [r] e o alofone vibrante alveolar múltiplo [r], razão pela qual não parece ter havido razão para escrever o dígrafo inicial ou medial <rr> , *rrrierrino ou *rrimi.

Outra complexidade na compreensão da pronúncia Kimbundu, devido à utilização do alfabeto latino e à falta de distinção entre letra e som, i.e., grafema e fonema, tem a ver com a sucessão da consoante oclusiva ou plosiva linguodental nasal <n> e as consoantes , <d>, <g>, <v> e <z>: “As letras seguintes, *B, D, G, V, Z*, se *lhe* poem antes da letra *N*, v.g. *Nburi*, carneiro. *Ndungue*, traças. *Ngombe*, rapaz. *Nvula*, chuva. *Nzambi*, Deos” (Dias, 1697, p. 1). Em ambos os casos, encontramos o esclarecimento ou parte dele, no catecismo de Pacconio & Couto (1642). No primeiro, a explicação para a pronúncia do [r] (vibrante alveolar simples), encontra-se nos dois exemplos em português, *marisco* e *marinho*: “Nunca dobram a letra, *R*, ou seja, no principio do nome, ou no meyo. Exemplo, *Ririmi*, lingua, *Ritui*, orelha, *Rigimbuluilo*, declaraçam: por onde se achar nome, que comece por, *R*, não se dobrará tal letra, mas pronunciarseá como a penultima de marisco, marinho, &c.” (Pacconio & Couto, 1642, pp. [XIV-XV]).

No segundo caso, Pacconio declarou que também a língua nativa do Brasil tinha as mesmas consoantes pré-nasalizadas, como nos exemplos *nde* [“tu”] e *ndaeteè* [“por isso, eu”]:

De ordinario os nomes, ou verbos que começam nestas letras, *B, D, G, V*, consoante, & *Z*. se *lhes* poem hũa letra *N*, antes porque na pronunciaçam mostram, que requerem este *N*. Exemplo. *Nbondo*, hũa certa arvore. *Nburi*, cabrito. *Ndungue*, traças. *Ndui*, Azagaia. *Ngana*, Senhor. *Ngombe*, Boy. *Nvula*, chuva. *Nvunda*, briga. *Nzambi*, Deos. *Nzamba*, Elephante. & caet. E também na lingua do Brasil se acha esta pronunciaçaõ. Exemplo. *Nde*, id est Tu. *Ndaeteè*, por isso eu (Pacconio & Couto, 1642, p. [XV]).

Por outro lado, fica evidente que Dias não conhecia a segunda edição do *Gentio de Angola* (Roma, 1661), publicado pelo capuchinho italiano Antonio Maria de Monte Prandone, O.F.M. (1607-1687)⁸, que poderia ter ajudado Dias na fonética do Kimbundu. A edição 1661 não é apenas uma tradução latina do catecismo de Pacconio & Couto. Monte Prandone acrescentou algumas observações linguísticas (para além de novos sermões católicos) (Fernandes 2015a, pp. 49-51). Por exemplo, em “Observationes in legendo idiomate Angollae”⁹, Monte Prandone inseriu uma nova ‘observação’, a (nova) número nove: “Hae syllabae *anha. anhe.* pronunciantur, vt pronuncietur apud Italos, ana, ane. Item *ge. gi.* pronunciantur vt *ghe. ghi.* Item *chi, cho.* faciunt ci. ciò” (Pacconio & Monte Prandone, 1661, p. XV) [Estas sílabas *anha, anhe* são pronunciadas como a ana e ane italiana. *Ge, gi* são pronunciadas como ghe e ghi. *Chi, cho* fazem ci e ciò]. Noutros casos, Monte Prandone inseriu a pronúncia latina ou italiana. Particularmente interessante é o suplemento de duas páginas (pp. 104-105), na parte final do catecismo, com pronomes, numerais e os ‘casos’ dos artigos para os substantivos. No entanto, ao contrário de Pedro Dias, Monte Prandone acreditava na existência, na língua angolana,

-
- 8 O *Lexicon Capuccinum* (1951, col. 93) refere-se ao *Catechismus pro regno Matambae, lusitanico, latino et eius regni idiomate* (Roma, 1661, col. 93) e há uma carta ao Secretário da Propaganda Fide onde ele diz ter escrito alguns catecismos na língua do Congo: “Molti mesi sono presentai V. S. Il. ma e Revu. ma alcuni Catechismi per i Sacramenti in lingua Conghese, e con la lettera Dedicatoria à lei medesima, jn ordine ad esser presentati à cotesti Eminentissimi per la stampa” (Monte Prandone citado por Brásio, 1952-1988, vol. XII, p. 314) [Há muitos meses apresentei a sua excelência ilustríssima e reverendíssima alguns catecismos para os sacramentos em língua congolesa, com carta dedicatória, a fim de serem enviados para impressão]. Estas duas citações parecem ser contraditórias, pois em Matamba a língua era o Kimbundu (e não o Kikongo) e este catecismo foi o desenvolvimento do *Gentio de Angola* e tinha sido escrito em (Kahenda-Mbaka) Kimbundu.
- 9 Clement Doke (1961, p. 11) não estava correto quando disse que Monte Prandone “included three pages of ‘Observationes in legendo idiomate Angollae’ in preface”, porque na edição de 1661 existem 11 ‘regras’, das quais 10 existem na primeira edição, de 1642, e o autor é Pacconio/Couto. Parece que Doke não viu o *editio princeps*.

dos mesmos casos do Latim e da existência de artigos que definiam esses casos. Também apresentou os pronomes pessoais e possessivos, e, ainda, alguns números cardinais.

Pedro Dias também estabeleceu uma comparação da fonética do Kimbundu com a portuguesa, como, por exemplo:

As syllabas, qua, que, qui, quo, quu, pronunciaõ-se como no Portuguez, v.g. Guiria, como. E assim saõ as seguintes, ga, gue, gui, go, gu. ja, je, ji, jo, ju. ya, ye, yi, yo, yu. (Dias, 1697, pp. 1-2).

Em lugar destas particulas Portuguezas, o, os, ao, aos, aà, às, usaõ os Ambundos da vogal O, pronunciada quasi guttural, & sem apices, porque nunca serve de vocativo, como no Portuguez, & Latim. v.g. Neambi ubana omala opembela yâyê, Deos dá aos homens a sua graça. O exemplo está em O, antes de mala, & em O, antes de pembala. O nginganga jaüaba, os Padres saõ bons. O exemplo está em O, antes de Nginganga (Dias, 1697, p. 33).

3. Influência do *ars minor* (1573) de Manuel Álvares

Numa visão rápida sobre o conteúdo da gramática de Pedro Dias, temos a impressão de uma clara influência da *De Institutione Grammatica libri tres* de Manuel Álvares, S.J. (1526-1583), que foi a principal gramática latina jesuítica após a versão final da *Ratio Studiorum* (Álvares, 1599). Apenas uma vez, Dias utilizou o termo “grammatica” em toda a obra e utilizou-o como sinónimo para o uso correto da língua, de uma forma prescritiva: “Advirta-se com tudo que pondo-se hũa destas particulas por outra, não muda o sentido; mas he impropriedade do idioma da lingua, & da grammatica” (Dias, 1697, p. 3). Desde o século XIX, os estudiosos encontraram semelhanças entre o livro de Dias e as gramáticas do latim. Por exemplo, em 1891, Ladislau Batalha (1856-1939) referiu que:

O P. Pedro Dias, trabalhador decidido, fez o mais que se podia fazer com os recursos de que lhe foi possível dispor no seu tempo. O latim era a

lingua predominante e a medida do saber de cada um. (...) Pedro Dias obedeceu a esta corrente e referiu as suas observações do kimbundo ás formas e typos latinos. Assim elle imaginou descobrir na lingua de Angola casos, declinações, syntaxe equivalente, gerúndios, etc. Desconhecendo a existencia do ramo aglutinativo e dependencia e filiação que o kimbundo tem relativamente áquelle mesmo ramo a que pretence, não é difficultoso calcular a que erros foi conduzido na sua improba tarefa de conciliar o latim com a lingua de Angola (Batalha, 1891, pp. 5-6).

Dias assumiu claramente que seguiu as regras da gramática latina, mormente na segunda parte do seu livro, nas 16 páginas dedicadas à Sintaxe (pp. 33-48). Referiu expressamente que tratou das regras gerais, que pertencem a todas as línguas, incluindo esta língua africana, deixando de fora as regras específicas do latim. Explicitou também que colocou a primeira palavra da regra do latim e depois o exemplo em Kimbundu, a fim de apresentar a regra específica de que falava:

(...) tratamos sómente das regras geraes, que pertencem a todas as linguas, & que se podem accõmodar à dos Ambundos, deixando as especiaes da lingua Latina. Porem perei a primeira palavra da regra Latina, & o exemplo da lingua Angolana, declarando o exemplo da mesma lingua, para que se saiba a palavra, que pertence à regra, de que se trata (Dias, 1697, 33).

Por gramática (latina), Dias referia-se à gramática latina jesuíta ou, mais explicitamente, à *De Institutione Grammatica Libri Tres* de Manuel Álvares. Carlota Rosa (e.g, 2010, pp. 4-6; 2013, pp. 63-68) expôs a semelhança entre ambas as gramáticas e declarou, por exemplo, que “a gramática latina de Álvares, sabida de cor, oferecia uma espécie de guia de trabalho de campo. (...) O único preparo destes missionários para levar a cabo a descrição era 'saber gramática’” (Rosa, 2010, p. 6). Rosa comparou várias regras entre a edição de Álvares 1572 e a *Arte da Lingua de Angola* de Dias.

No entanto, havia quatro modelos de gramáticas de Manuel Álvares: o *ars maior*, impressa inicialmente em Lisboa em 1572 (tem 249 fólhos); a

ars minor, também impressa em Lisboa em 1573 sem as notas explicativas, comentários ou *scholia* (tem apenas 148 fólhos); a edição italiana de Orazio Torsellino, S.J. (1545-1599) publicada em Roma em 1584, com várias alterações na estrutura, nas regras sintáticas, e com anotações ou *scholia* (tem 340 fólhos); e a edição de António Velez, S.J. (1547-1609) (Évora, 1599) da *ars maior*, com novos *scholia* e um léxico final (791 páginas).

Com efeito, a gramática (prescritiva) de Álvares era a principal referência linguística para todos os jesuítas e eles deveriam conhecê-la de cor. Os jesuítas, sobretudo os missionários, teriam conhecido a edição abreviada ou mais simples, sem os *scholia* (para mais detalhes veja-se, por exemplo, Kemmler, 2013; 2015). Efetivamente, no século XVII, foi a versão mais curta que influenciou a maioria das edições pedagógicas jesuítas, tais como: as *Curiosas advertencias da boa gramática* (Lisboa, 1643, primeira edição de 1619) de Bartolomeu Rodrigues Chorro (fl. 16--); as *Margens da Syntaxe com a construcçam em portugues* (Porto, 1627) por João Nunes Freire (século XVII); ou as *Explicações em præcipuam partem totius artis Emmanuelis Alvari* (Lisboa, 1659) por José Soares (1629-1658).

Comparando o *ars minor* de Álvares e a *Arte* de Dias, as semelhanças são extraordinárias e por vezes Dias iniciou a regra de Kimbundu com as mesmas palavras de Álvares, inclusive em latim, como por exemplo:

Regras do Nominativo. Verbum personale, &c.

Todo o verbo pessoal nesta lingua tem seu nominativo claro, ou occulto. v.g. *Eyè üacolo, eme pêngacolo*, vós estais bem, eu tambem estou bem. O exemplo está no pronome, *Eye*. & no pronome *Eme*, nominativos claros. Também se pôde dizer: *Eye ücola, nguicola pè*: onde está o primeiro nominativo *Eye*, claro, & no segundo verbo *nguicola*, occulto. (Dias, 1697, pp. 33-34)

Verbum personale finiti modi antecedit nominatiuus aperte, vel occulte eiusdem numeri, & personae. (Álvares, 1573, p. 58v)

[O verbo pessoal do modo finito requer, antes de si, um nominativo claro ou occulto, que [deve concordar] em número e pessoa].

Especialmente, a regra da “*propria pagorum*” não poderia ser compreendida sem a gramática de Álvares:

Propria pagorum

Nesta lingua usaõ das preposições *Bo, Co, Mo*, em lugar das palavras, porque perguntamos: v.g. onde, de donde, para onde, perque parte. Com advertencia que as mesmas preposições se accõmodaõ à reposta de cada hũa destas perguntas conforme a significação dos verbos: v.g. com os verbos de quietação significaõ, *in*. Exemplo. *Fula üacála bobata riae*. Pedro está em sua casa. *üabichile mo Luanda*, passou por Loanda, *üatundu conzo*, sahio de casa. *üay cobata*, foi para casa (Dias, 1697, pp. 43-44).

Propria pagorum, castellorum, urbium, primae, uel secundae declinationis ponuntur in genitiuo, post quoduis uerbum, si interrogatio fiat per aduerbium, Vbi. (Álvares, 1573, p. 77v).

[Os nomes próprios de lugares, castelos, ou cidades da primeira ou da segunda declinação são colocados em genitivo depois de qualquer verbo se a pergunta começar pelo advérbio *ubi*].

No exemplo seguinte, Dias utilizou o livro de Álvares para enfatizar as diferenças entre ambas as línguas e para especificar as idiossincrasias de Kimbundu:

Prima, & secunda persona, &c.

A primeira, & segunda pessoa poem-se claramente, quando diversas pessoas mostraõ contrarios desejos. v.g. Eme ngandala culunda o milonga yâ nzambi, eye cuandala cuilundâ, eu guardo os preceitos de Deos, mas tu não queres guardalos. O exemplo está nos dous pronomes, Eye, & Eme, postos claramente; porque os agentes mostraõ diversos desejos; porque hum quer, & outro não quer. (Dias, 1697, p. 34).

Prima, & secunda persona fere non explicantur, nisi cum diuersa studia significamus. (Álvares, 1573, p. 58v)

[A primeira e a segunda pessoa não são normalmente explicadas, exceto quando queremos significar situações diferentes.]

Na citação seguinte, ao utilizar o advérbio “também”, parece que Dias se estava referindo ao livro de Álvares:

Aut cum plus significamus, &c.

Tambem se diz nesta lingua mais do que significamos. v.g. Eye üabeta Fula o cuaba o maxima, Tu levas ventagem a Francisco na bondade. O exemplo está no pronome Eye. As vezes collocaõ o nominativo depois do verbo. v.g. Momaca aa amba atu ayari, nesta pratica fallaõ duas pessoas. O exemplo está em atu ayari, nominativo do verbo Amba, posposto (Dias, 1697, p. 34).

Aut cum plus significamus, quam dicimus: (...)

Tu, innocentior, quam Mettellus? Tu, plus significat, quam uerbum ipsum per se declarat. (ÁLVARES, 1573, p. 58v)

[Ou quando queremos dizer mais do que dizemos É mais inocente do que Metello? Tu, significa mais do que o verbo se declara por si.].

Em síntese, a fonte de Dias não poderia ter sido outra senão Manuel Álvares, em particular a *ars minor* (1573), que era a versão mais curta ou resumida, com regras principalmente latinas que os jesuítas conheciam de cor, e não propriamente a *editio princeps* (1572), com o desenvolvimento do conteúdo e os *scholia* para os mestres de latim. Isto não significa, porém, que as regras não existam no *ars maior*; pelo contrário, como Rosa (2010, pp. 4-6; 2013, pp. 63-68) estabeleceu. É, no entanto, improvável que os missionários jesuítas a soubessem de cor, devido a todos os extensos fôlios e explicações científicas ou *scholia*.

Conclusão

A *Arte da Lingua de Angola* (Lisboa, 1697) de Pedro Dias, S.J. (1621/1622-1700) é a primeira gramática sistemática conhecida do (Kahenda-Mbaka) Kimbundu, escrita por um missionário português no Brasil, e a segunda gramática impressa de qualquer língua bantu. Ela é o testemunho, no século XVII, do uso corrente e habitual de uma língua africana falada por

escravos brasileiros oriundos da África Ocidental, numa vasta área geográfica não limitada ao estado da Bahia, mas também ao Rio de Janeiro. É possível que a Companhia de Jesus tenha imposto esta variedade diatópica da “língua de Angola” como língua geral em todo o Brasil para o ensino e a conversão dos escravos angolanos e de outros grupos étnicos bantu.

Pedro Dias foi claramente influenciado pela gramática de Manuel Álvares, S.J. (1526-1583) intitulada *De Institutione Grammatica Libri Tres*, em particular pela sua versão mais reduzida ou *ars minor* (Lisboa, 1573), que os jesuítas deveriam conhecer de cor, bem como pela primeira edição do *Gentio de Angola* (Lisboa, 1642) da autoria de Francesco Pacconio, S.J. (1589-1641) e António do Couto, S.J. (1614-1666). No entanto, apesar de utilizar a metalinguagem latina contemporânea, Dias percebeu as principais especificidades do Kimbundu e descreveu esta língua bantu (ou subdialeto) em termos de fonologia, ortografia, morfologia e sintaxe. Por exemplo, compreendeu a ausência de certas categorias no Kimbundu que existiam em latim, tais como declinações e casos, a voz passiva, e a distinção morfológica do género, e reconheceu alguns prefixos ou partículas desta língua africana.

Referências

ÁLVARES, Manuel. **De institutione grammatica libri tres. Antonii Vellesii ex eadem Societate Iesu in Eboresi Academia Praefecti studiorum opera aucti & illustrati.** Eborae: Emmanuel de Lyra, 1599. <http://purl.pt/15052>

ÁLVARES, Manuel. **De institutione grammatica libri tres.** Olyssipone: Ioannes Barrerius, 1572. <http://purl.pt/23043> e <http://purl.pt/23121>.

ÁLVARES, Manuel. **De institutione grammatica libri tres.** Olyssipone: Ioannes Barrerius, 1573.

ÁLVARES, Manuel. **De Institutione grammatica libri tres. Quorum secundus nuper est ad veterum fere Grammaticorum rationem revocatus.** Roma: Franciscum Zanettum, 1584.

ANGENOT, Jean-Pierre; KEMPF, Catherine Barbara; KUKANDA, Vatomene. 'Arte da Língua de Angola de Pedro Dias (1697) sob o prisma da Dialektologia Kimbundu'. **Papia**, 21 (2), 2011, p. 231-252.

ASSUNÇÃO, Carlos. Portuguese missionary work and inter-linguistic contact in the East. In: GONÇALVES, Henriqueta (ed.), **Metamorfoses: 25 anos do Departamento de Letras, Artes e Comunicação**. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, p. 91-117, 2011.

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Vol 1: A-C. Lisboa: Círculo de Leitores & Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000.

BATALHA, Ladislau [Estêvão da Silva]. **A Língua de Angola**. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1891.

BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz & PETTER, Margarida Maria Taddoni, (eds), **África no Brasil: A formação da lingual portuguesa**. São Paulo: Editora Contexto, p. 15-62, 2008.

BONVINI, Emilio. Revisitando três séculos mais tarde, 'Arte da língua de Angola' de Pedro Dias S.I. - gramática Kimbundu, escrita no Brasil, mas publicada em Lisboa em 1697'. In: PETTER, Margarida Maria Taddoni & MENDES, Ronaldo Beline (eds), **Proceedings of the Special World Congress of African Linguistics: Exploring the African Language Connection in Americas**. São Paulo: Humanitas, p. 15-45, 2009.

BORTOLAMI, Gabriele. **A Bakongo: Sociedade, Tradições e Mudança em Angola**. Tese de doutoramento, Universidade de Sassari, 2012.

BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana**. 15 Vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar (vols. 1-11) / Academia Portuguesa de História (vols. 12-15), 1952-1988.

BRÁSIO, António. **Monumenta Missionaria Africana**. II Série. 6 Vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Academia Portuguesa de História, 1958-1979.

CHATELAIN, Héli. **Grammatica Elementar do Kimbundu ou Lingua de Angola**. Genebra: Typ. de Charles Schuchardt, 1889.

CHORRO, Bartolomeu Rodrigues. **Curiosas advertencias da boa grammatica no compendio & exposição da Arte do Padre Manoel Alvarez em lingua Portugueza**. Lisboa: Antonio Alvarez, 1643. <http://purl.pt/22249>.

DIAS, Pedro. **Arte da Lingua de Angola, oeferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãe, e Senhora dos mesmos Pretos**. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1697. <https://purl.pt/31521>

DIAS, Pedro. Arte da Língua de Angola. In: ROSA, Carlota (ed.), **Uma língua africana no Brasil colônia de Seiscentos: O quimbundo ou língua de Angola na Arte de Pedro Dias, S.I.** Rio de Janeiro: 7letras, p. 130-225, 2013.

DOKE, Clement Martyn. Early Bantu literature — The age of Brusciotto. In DOKE, Clement Martyn e COLE, Desmond Thorne (eds), **Contributions to the history of Bantu linguistics**. Johannesburg: Witwatersrand University Press, p. 8-26, 1961.

DOKE, Clement Martyn. **The Southern Bantu languages**. London, New York, Cape Town: Oxford University Press, 1954.

FERNANDES, Gonçalo. Primeiras descrições das línguas africanas em língua portuguesa. **Confluência**, 49, 2015a, p. 43-67. DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i49>

FERNANDES, Gonçalo. The first known grammar of the (Kahenda-Mbaka) Kimbundu (Lisbon 1697) and Álvares' *Ars Minor* (Lisbon 1573). **Africana Linguistica**, 21, 2015b, p. 213–232. DOI: <http://dx.doi.org/10.2143/AL.21.0.3122581>

FREIRE, João Nunes. **Margens da Syntaxe com a construcçam em portugues, posta na interlinea do texto das regras della, pella arte do Padre Manoel Alvares da Companhia de Iesu, pera mayor declaraçm aos estudantes, que começam.** Porto: João Rodriguez, 1627. <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000056525>

HOMBURGER, Lílias. **Le groupe Sud-Ouest des langues bantoues: Mission Rohan-Chabot, Tome III, Fasc. 1: linguistique.** Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1925.

KEMMLER, Rolf. *De institvtione grammatica libri tres* (Lisboa, 1573): a edição *princeps* da *ars minor* de Manuel Álvares. **Revista Portuguesa de Humanidades, Estudos Linguísticos**, 17 (1), 2013, p. 43-58.

KEMMLER, Rolf. The First Edition of the *ars minor* of Manuel Álvares' *De institvtione grammatical libri tres* (Lisbon, 1573), **Historiographia Linguistica**, 42 (1), 2015, p. 1–19.

LEITE, Serafim. **Breve História da Companhia de Jesus no Brasil — 1549-1760.** Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1993.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** 10 vols. Lisboa: Livraria Portugália (vols. 1-2) / Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (vols. 3-10), 1938-1950.

LEITE, Serafim. Jesuítas do Brasil, naturais de Angola. **Brotéria, Revista Contemporânea de Cultura**, XXXI (3/4), 1940, p. 254-261.

LEITE, Serafim. Padre Pedro Dias, autor da *Arte da Lingua de Angola*, apóstolo dos negros no Brasil (Nota biobibliográfica). **Portugal em África**, IV (2), 1947, p. 9-11.

LEITE, Serafim. **Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil (Assistência de Portugal) 1549-1760.** Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1965.

LEVI, Joseph Abraham. Portuguese and other European missionaries in Africa: A look at their linguistic production and attitudes (1415-1885). **Historiographia Linguistica**, 36 (2/3), 2009, p. 363-392.

LEWIS, M. Paul, SIMONS, Gary F., & FENNIG, Charles D. (eds.). **Ethnologue: Languages of the World**. 17ª edição. Dallas, Texas: SIL International, 2014. <http://www.ethnologue.com/language/kmb>.

Lexicon Capuccinum. Promptuarium historico-bibliographicum ordinis Fratrum Minorum Capuccinorum, 1525-1950. Roma. Bibliotheca Collegii internationalis S. Laurentii Brundusini, 1951.

LIVINGSTONE, David. **Missionary Travels and Researches in South Africa: Including a Sketch of Sixteen Years' Residence in the Interior of Africa**. London: John Murray, Albemarle Street, 1984 [1857].

MAHO, Jouni Filip. **BOB – Bantu Online Bibliography**, 2009. <http://goto.glocalnet.net/jfmaho/bob.pdf>.

PACCONIO, Francesco & COUTO, António do. **Gentio de Angola sufficientemente instruido nos mysterios de nossa sancta Fé. Obra posthuma, composta pello Padre Francisco Pacconio da Companhia de Iesu. Redusida a methodo mais breve & accomodado á capacidade dos sogeitos, que se instruem pello Padre Antonio do Couto da mesma Companhia**. Lisboa: Domingos Lopes Rosa, 1642.

PACCONIO, Francesco & PRANDONE, Antonio Maria de. **Gentilis Angollae fidei mysteriis Lusitano olim idiomate per R. P. Antonium de Coucto Soc. Iesv Theologum; nunc autem Latino per Fr. Antonivm Mariam Prandomontanum, Concionatorem Capucinum, Admod. Rev. Patris Procuratoris Generalis Comissarij Socium, Instructus, atque locupletatus**. Romæ: Typis S. Congreg. de Propaganda Fide, 1661.

RODRIGUES, Francisco. **História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal**. 4 tomos em 7 vols. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1931-1950.

ROSA, Maria Carlota. *A Arte da língua de Angola* (1697) e a gramática latina de Manuel Álvares (1572). **Eutomia: Revista Online de Literatura e Linguística**, Ano III, 2, 2010, p. 1-7. http://www.revistaeutomia.com.br/volumes/Ano3-Volume2/especial-destaques/destaques-linguistica/destaque_a_arte_da_lingua_de_angola.pdf

ROSA, Maria Carlota. O quimbundo em cinco testemunhos gramaticais / Kimbundu language according to five grammars. **Confluência**, 56 (1), 2019, p. 55-113.

ROSA, Maria Carlota. Revendo uma das críticas às descrições missionárias. **Revista de Estudos da Linguagem**, 14 (1), 2006, p. 203-230.

ROSA, Maria Carlota. Uma gramática jesuíta seiscentista: a *Arte da Língua de Angola*, **REDE-A Revista de Estudos Afro-Americanos**, 1 (1), 2011, p. 141-200. <http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=4revistaafroamericanas4&page=article&op=view&path%5B%5D=460>.

ROSA, Maria Carlota. **Uma língua africana no Brasil colônia de Seiscentos: O quimbundo ou língua de Angola na Arte de Pedro Dias, S.J.**. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

SOARES, José. **Explicationes in præcipuam partem totius artis Emmanuelis Alvari quæ syntaxim complectitur**. Ulyssipone: António Craesbeeck, 1659.

STREIT, Robert & DINDINGER, Johannes (eds.). **Bibliotheca Missionum. XVI. Band: Afrikanische Missionsliteratur 1600-1699**. Freiburg: Herder, 1952.

VETRALLA, Giacinto Brusciotto a. **Regulae quaedam pro difficillimi Congensium idiomatis faciliiori captu ad grammaticae normam redactae a F. Hyacintho Brusciotto a Vetralla Concionatore Capuccino Regni Congi Apostolicae Missionis Praefecto**. Romæ: Typis Sacra Congregatio de Propaganda Fide, 1659.

ZWARTJES, Otto. **Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800**. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2011.

ZWARTJES, Otto. Tiempo y aspecto verbal en las primeras gramáticas de lenguas bantúes de las misiones católicas (siglos XVII-XVIII). **Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana**, volume VII, 1 (13), 2009, p. 233-261.

Bento Pereira e a gramática portuguesa da Companhia de Jesus¹

Bento Pereira and the Portuguese Grammar of the Society of Jesus

Rolf Kemmler*

Tradutora: Teresa Moura**

RESUMO

Entre as primeiras gramáticas da língua portuguesa dos séculos XVI a XVIII, a *Ars grammaticæ pro lingva lvsitana addiscenda latino idiomate proponitur* (1672) do jesuíta borbense Bento Pereira é a única obra de que se sabe que foi escrita por um jesuíta. Redigida em latim e com a adição de paradigmas verbais italianos, a gramática de Pereira pertence tanto à gramaticografia portuguesa no sentido estrito da palavra, como à área do português como língua estrangeira. Baseada pelo menos em parte na *De institvtione grammatica libri tres* (1572, 1573) de Manuel Álvares, a *Ars grammaticæ* é a primeira gramática portuguesa a ser impressa fora de Portugal.

Articulista convidado

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.489>

*Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras, kemmler@utad.pt

**Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras, tmoura@utad.pt

1 O presente artigo constitui uma tradução portuguesa do artigo «The Portuguese Grammar of the Society of Jesus: Bento Pereira's *Ars grammaticæ pro lingva lvsitana addiscenda latino idiomate proponitur* (1672)» de Kemmler (no prelo) que foi elaborada por Teresa Moura (CEL/UTAD), tendo a mesma sido revista e melhorada pelo autor.

Para garantir a impressão e distribuição internacional, os jesuítas optaram por imprimir a gramática no importante local de impressão francês de Lyon, uma tarefa aceita pelo tipógrafo e livreiro Laurent Anisson e os seus sucessores. A gramática de Pereira destaca-se, tanto entre as obras contemporâneas que estavam à venda na livraria Anisson em 1676, como entre o que se sabe sobre as gramáticas do italiano e do espanhol num contexto de língua estrangeira, porque não é apenas a única gramática da língua portuguesa que foi escrita em latim, mas porque igualmente parece ser a única gramática de qualquer uma das importantes *linguas francae* europeias da época, cuja publicação foi realizada pela própria Companhia de Jesus.

Palavras-chave: História da linguística; português; latim; jesuítas; Bento Pereira; século XVII; jesuítas.

ABSTRACT

Among the earliest grammars of the Portuguese language from the 16th to the 18th century, the *Ars grammaticæ pro lingua lvsitana addiscenda latino idiomate proponitur* (1672) by the Borban Jesuit Bento Pereira is the only grammar of the Portuguese language that is known to have been written by a Jesuit. Written in Latin and with the addition of Italian verb tables, Pereira's grammar belongs both to Portuguese grammaticography in the strict sense of the word as well as to the area of Portuguese as a foreign language. Based at least in part on Manuel Álvares' *De institvtione grammatica libri tres* (1572, 1573), the *Ars grammaticæ* is the first Portuguese grammar to have been printed outside of Portugal. To guarantee printing and international distribution, the Jesuits opted for printing the grammar in the important French printing place of Lyon, a task accepted by the printer and bookseller Laurent Anisson and his successors. Both among contemporary works that were on sale in the Anisson bookshop in 1676 and among what is known about the grammars of Italian and Spanish in a foreign language context, Pereira's grammar stands out, because it is not just the sole grammar of the Portuguese language to have been written in Latin, but also seems to be the only grammar of any of the important European *linguae francae* of the time, the publication of which was undertaken by the Society of Jesus itself.

Keywords: History of linguistics; Portuguese; Latin; Jesuits; Bento Pereira; 17th century; Jesuits.

Introdução

Apesar de ser composta em latim, a atribuição da *Ars grammaticæ pro lingua lvsitana addiscenda latino idiomate proponitur* (1672)² pelo jesuíta borbense Bento Pereira (1605-1681) à tradição dos manuais de ensino do português como língua estrangeira (PLE) parece ser um facto geralmente aceite, pelo menos desde os contributos de investigação de Schäfer (1993, p. 287), Ponce de León Romeo (2006, p. 14) e Fernandes (2009). Contudo, não nos parece que o papel de relevo da gramática no quadro da política metalinguística da Companhia de Jesus tenha sido devidamente apreciado até agora.

De facto, como parece ser do conhecimento geral, a consciência metalinguística dos jesuítas culminou cedo na encomenda e publicação da ‘*ars maior*’ (Álvares 1572) e da correspondente ‘*ars minor*’ (Álvares 1573) que o jesuíta madeirense Manuel Álvares (1526-1583) elaborou para o ensino do latim, as quais foram eternizadas através das edições posteriores que foram impressas ao longo dos séculos em todo o mundo. Graças ao importante esforço de investigação que tem vindo a ser realizado pelos colegas que trabalharam na área da linguística missionária ou colonial da expressão portuguesa durante as últimas décadas,³ hoje em dia quase parece como um lugar-comum que os jesuítas desempenharam um papel fundamental na elaboração de um número considerável de obras metalinguísticas dedicadas às línguas asiáticas, ameríndias e africanas ao longo dos séculos.

2 Este estudo baseia-se nas conclusões anteriores de investigadores notáveis como Fernandes (2008, 2009), Ponce de León Romeo (2006, 2010) e Schäfer (1993), bem como Schäfer-Prieß (2000, 2010).

3 No período em estudo, parece justo afirmar que, geralmente, ao lado do latim, o espanhol, o português, o italiano e o holandês constituíam as metalinguagens mais importantes nas descrições de línguas do ultramar. Para efeitos do presente artigo, devemos dar especial atenção à monografia *Gramáticas Missionárias Portuguesas na Ásia, África e Brasil, 1550-1800* de Otto Zwartjes (2011), complementada por uma revisão tão pormenorizada como perspicaz que foi oferecida por Gonçalo Fernandes (2012).

De um ponto de vista estritamente formal, a *Ars grammaticæ* destaca-se entre o número bastante reduzido de apenas onze gramáticas que foram dedicadas ao português como língua objeto desde o século XVI até finais do século XVIII. Em primeiro lugar, o autor foi o primeiro gramático português a optar por não imprimir o seu livro em Portugal, dado que este foi impresso em Lyon, França. Segundo, o gramático não oferece um manual da língua portuguesa na sua língua materna ou em qualquer outro vernáculo, mas em vez disso serve-se do latim como metalinguagem em toda a gramática.

No presente artigo, pretendemos clarificar a forma como a gramática de Pereira veio a ser impressa e distribuída na cidade francesa de Lyon. Dado que a gramática pereiriana utiliza o latim como metalinguagem, faremos igualmente uma breve alusão às outras gramáticas congêneres de línguas vernáculas que o mesmo livreiro tinha à venda na época em que imprimiu a gramática de Pereira para a Companhia de Jesus.

“Sumptibus Lavrentii Anisson”: A gramática portuguesa de Bento Pereira em Lyon, França

Desde que a tradição metalinguística de uma ocupação com a língua portuguesa começou em 27 de janeiro de 1536 através da impressão da *Grammatica da lingoagem portuguesa* do humanista Fernão de Oliveira (1507-ca. 1581) em Lisboa, as gramáticas e outros tratados metalinguísticos portugueses seriam geralmente impressos por tipógrafos que exerciam a sua profissão na parte continental do então Reino de Portugal.⁴ O mesmo

4 Como se pode ver em Kemmler (2013), existem apenas duas exceções, no caso das primeiras duas edições parciais *De constrvctione octo partvm orationis liber* (Álvares 1571b) e *De constrvctione octo partvm orationis libellus* (Álvares 1571b) de Manuel Álvares, que foram impressas em Veneza (que hoje faz parte da Itália moderna). Assim, a nossa afirmação *supra* pode ser vista como verdadeira para a tradição gramatical latino-portuguesa desde o seu início em 1497, uma vez que os tipógrafos portugueses preferiram imprimir em Portugal as obras metalinguísticas que se destinavam ao mercado livreiro de Portugal ou das suas colónias ultramarinas.

permanece válido para as gramáticas da língua portuguesa até ao surgimento de algumas edições da *Arte da Gramática da Língua Portuguesa de Lobato* (1770) noutros locais de impressão pertencentes ao império português a partir de 1812.

Curiosamente, mesmo que o próprio Bento Pereira tenha feito parte da autoridade censória em Lisboa e da Cúria jesuítica em Roma, a sua *Ars grammaticæ pro lingva lvsitana addiscenda latino idiomate proponitur* constituiu a única gramática da língua portuguesa que, aparentemente, evitou a sujeição obrigatória ao processo censório em Portugal, liderado pelo Santo Ofício da Inquisição.⁵ Impresso com as referências “Lvqdvni: Sumptibus Lavrentii Anisson”, com as suas [XIV], 323, [XI] páginas, a gramática de Pereira destaca-se não só por ser a primeira gramática portuguesa a ser impressa fora de Portugal, mas também porque todo o resto da considerável obra de autoria de Pereira é dedicada à lexicografia latino-portuguesa, bem como à teologia e às humanidades, pelo menos nas respetivas primeiras edições, foi impresso na pátria do autor.

A seguinte licença, assinada pelo superior provincial jesuíta Antão Gonçalves (1601-1680), no entanto, permite uma melhor compreensão da génese da gramática de Pereira:

EGo Antanus Gondisalvus, Provincialis Societatis Iesv, in Provincia Lusitana, potestate ad id mihi facta à R. admodum P. nostro Joanne Paulo Oliva, Præposito Generali ejusdem Societatis, facultatem concedo, ut Liber, qui inscribitur *Ars Grammaticæ pro lingua Lusitana addiscenda*, a P. Doctore BENEDICTO PEREYRA, ejusdem Societatis compositus, & gravium, Doctorúmque hominum judicio approbatus, typis mandetur. In quorum fidem has literas manu nostra subscriptas, & sigillo nostro munitas dedimus. Vlyssipone quinto Iulii anni 1669.

5 O estabelecimento da Inquisição em Portugal, em 1536, trouxe consigo a censura intelectual de todo o material impresso, quer as obras em questão tenham sido impressas em Portugal ou no estrangeiro.

Antanus Gondisalvs (Gonçalves, em Pereira, 1672, p. [XIII]).⁶

No seu documento datado de 5 de julho de 1669, Antão Gonçalves faculta a licença de impressão da *Ars Grammaticæ pro lingua Lusitana addiscenda*. Gonçalves não se refere apenas à aprovação do referido documento por estudiosos contemporâneos, mas afirma que o seu mandato também foi aprovado por Giovanni Paolo Oliva (1600-1681), um jesuíta nascido em Génova que servia como 11.º Superior Geral da Companhia de Jesus desde 1654. Do mesmo modo, o próprio autor menciona como foi incitado a proceder à publicação da sua gramática tanto por companheiros jesuítas como, em última análise, pelo próprio Padre Oliva:

Accessere repetitæ amicorum preces, quibus cum non acquiescerem, interposita fuit autoritas nostri admodum Reverendi Patris Generalis, cui dare manus necesse fuit (Pereira 1672, p. [XI]).⁷

Como resultado do interesse que os superiores jesuítas de Pereira manifestaram através da licença de Antão Gonçalves, a publicação da gramática de Pereira em Lyon não pode obviamente ser entendida como tendo sido feita para contornar o processo censório em Portugal. Pelo contrário, a emissão da licença apenas permite concluir que a Companhia de Jesus no seu conjunto tinha um interesse declarado na impressão e na difusão mundial da gramática

6 [Eu, Antão Gonçalves, Provincial da Companhia de Jesus na Província Portuguesa, pelo poder que me foi conferido pelo muito Reverendo Padre João Paulo Oliva, Superior Geral da mesma Companhia, concedo a licença para que o livro, composto pelo Padre Dr. P. Bento Pereira da mesma Companhia, e aprovado pelo julgamento de homens sérios e eruditos, intitulado *A Arte da Gramática para a Aprendizagem da Língua Portuguesa*, seja impresso. Em fé disso, assinámos estas letras com a nossa própria mão e demolas fortificadas com o nosso selo. Lisboa, quinto dia de julho do ano de 1669. Antão Gonçalves]. Todas as traduções são da responsabilidade e da autoria da tradutora e do autor deste artigo e encontram-se colocadas dentro de parênteses retos.

7 [Além disso, como não aceitei as repetidas petições dos meus amigos, a autoridade do nosso Reverendo Superior Geral foi interposta, a quem tive de ceder].

da língua portuguesa de Pereira – daí a escolha do local de impressão de renome internacional de Lyon, em vez das cidades portuguesas de Lisboa, Évora ou Coimbra que serviam de locais de impressão para as demais publicações que a Companhia de Jesus em Portugal mandava produzir para o mercado nacional.

Como a cidade francesa de Lyon era o local de impressão mais importante em França a seguir a Paris, parece evidente que a escolha da editora pode estar relacionada com a teia mundial de ligações que a Companhia de Jesus mantinha na altura.

Foi nesta cidade de Lyon, que o tipógrafo e livreiro Horace Cardon (ca. 1566-1641; cf. Lepreux, 1911, I, p. 53),⁸ oriundo na cidade italiana de Lucca, era especialmente ativo na publicação de obras religiosas e de livros escolares para os jesuítas: entre os 246 livros que se sabe terem sido impressos por Cardon entre 1599 e 1636, nada menos que 175 itens bibliográficos (ou 71%) foram escritos por autores jesuítas ou produzidos para a Companhia de Jesus (Miniussi, 1979, p. 9-59).⁹

Seguindo os passos de Cardon, o livreiro e impressor Laurent Anisson, sieur d'Hauteroche (1600?-1672),¹⁰ que tinha originalmente vindo

8 Segundo Miniussi (1979, p. 2), sabe-se que Cardon terá mantido uma correspondência regular com o 5.º Superior Geral da Companhia de Jesus, Cláudio Acquaviva (1543-1615). Fora do relacionamento comercial como tipógrafo e livreiro de livros jesuíticos, Cardon adquiriu a reputação de ser “[...] bienfaiteur des Jésuites [...]” (Vachet, 1905, p. 410) [benfeitor dos jesuítas] e sabe-se que contribuiu financeiramente para os custos de construção de muitos edifícios dos jesuítas de Lyon (ver Vachet, 1905, p. 458).

9 No *répertoire chronologique* de Michel Miniussi (1956-1992) podem encontrar-se pelo menos 161 obras que são explicitamente atribuídas a autores jesuítas, ao mesmo tempo que existem 14 livros, manuais que foram impressos para o Colégio de Coimbra da Companhia de Jesus. Não foram levadas em conta nesta contagem quaisquer outras obras que, de uma forma menos óbvia, possivelmente poderiam ser atribuídas a autores jesuítas.

10 No início da década de 1660, Laurent Anisson adquiriu o feudo de Hauteroche (perto de Oullins, hoje *Département Métropole de Lyon*). Após ocupar o cargo de *échevin* [vereador] em 1669 e 1670, Anisson tornou-se membro da nobreza a partir dessa altura. Para mais informações sobre Laurent Anisson e os seus sucessores, veja-se Bréghot du Lut / Péricaud / Société littéraire de Lyon (1839, p. 12).

do Dauphiné no sudeste da França, começou como aprendiz na livraria dos irmãos Cardon, então liderada por Jacques Cardon (? -1640). Como um dos sucessores de Horace e Jacques Cardon, Anisson manteve a ligação especial com a Companhia de Jesus e, de facto, iria tornar-se um dos impressores e livreiros mais produtivos e mais bem-sucedidos de Lyon do século XVII.

Neste sentido, parece ter sido na continuação do empreendimento comercial da tipografia para a Companhia de Jesus que Anisson assumiu a responsabilidade pela publicação da *Ars Grammaticæ pro lingua Lusitana addiscenda* de Pereira, em 1672. Dado, porém, que Laurent Anisson faleceu no mesmo ano em que mandou imprimir a gramática portuguesa, os livreiros que herdaram a responsabilidade pela comercialização da gramática pereiriana foram os seus filhos Jean Anisson, sieur d'Hauteroche (1642-1721) e o seu irmão Jacques Anisson, sieur du Perron (1650-1714), que mantinham os seus negócios livreiros em cooperação com o livreiro Jean Poysuel (ca.1644-ca.1725). De facto, é no catálogo dos livreiros para o ano de 1676, intitulado *Bibliographia Anissoniana*, que se encontram as seguintes entradas que se referem à gramática portuguesa de Bento Pereira:

Grammatica latino lusitana per Benedictum Pereira S.I. 8. Lugd. (Anisson / Anisson / Poysuel, 1676, p. 311).¹¹

Pereira S.I. grammatica latino lusitana 8. Lugd. (Anisson / Anisson / Poysuel, 1676, p. 342).

No seu capítulo “*Libri Philosophici, Morales, Mathematici, Astrologici, Astronomici, Geometrici, Architecti, Arithmetici, Politici, Rhetorici, Grammatici, Humaniores, Poëtici, & Miscellanei*”, o catálogo de Anisson / Anisson / Poysuel (1676, p. 274-361) oferece um total de 1967 entradas de obras

11 Como eles representam os respetivos títulos das obras originais, abster-nos-emos de traduzir as entradas da lista de livros disponíveis que foi publicada pelos sucessores de Laurent Anisson.

que, na altura, estavam à venda na livraria dos três sócios. Embora apenas 136 destas possam ser vistas como sendo gramáticas (entre as quais cinco obras são dedicadas a mais de uma língua), não se registam mais de 12 gramáticas dedicadas a línguas vernáculas modernas. Entre este número encontram-se seis gramáticas francesas e quatro gramáticas italianas – também aqui, a *Ars Grammaticæ pro lingua Lusitana addiscenda* de Pereira destaca-se mais uma vez, dado que a gramática do jesuíta que poucos anos antes fora impressa em Lyon não somente é mencionada uma vez, mas até conta com duas entradas no inventário que os livreiros tinham elaborado para fins publicitários.

O latim como metalinguagem nas gramáticas vernaculares contemporâneas

Numa altura em que as primeiras obras metalinguísticas sobre a língua portuguesa tinham saído dos respetivos prelos lisboetas há mais de 130 anos, à primeira vista, o uso do latim como metalinguagem pode parecer uma escolha estranha para uma gramática da língua portuguesa em face de tudo o que se sabe sobre a tradição gramatical portuguesa. Curiosamente, o próprio autor opta por abster-se de justificar a sua escolha da metalinguagem. Mesmo assim, a investigação moderna chegou a compreender a natureza da escolha de Pereira, como um instrumento para a aprendizagem e ensino de línguas estrangeiras modernas:

La elección de la lengua del Lacio como vehículo de aprendizaje puede en apariencia resultar extraña, pero queda justificada por los objetivos y por los destinatarios. En efecto, la gramática portuguesa del padre jesuita va dirigida principalmente a lectores no nativos [...]; esto es, se trata ante todo de una gramática de portugués como lengua extranjera [...] (Ponce de León Romeo, 2006, p. 14).¹²

12 [A escolha da língua do Lácio como veículo de aprendizagem pode parecer estranha, mas é justificada pelos objetivos e pelo público-alvo. De facto, a gramática portuguesa do padre jesuíta dirige-se principalmente aos leitores não nativos (...); ou seja, é antes de mais uma gramática de português como língua estrangeira (...)].

Seguindo o raciocínio de Ponce de León Romeo, a escolha do latim que Pereira terá feito de acordo com um público-alvo de língua estrangeira faz sentido. De facto, a seguir ao espanhol Elio Antonio de Nebrija (1441-1522), cujo *Gramatica sobre la lengua castellana* (Nebrija 1492) foi a primeira gramática de um vernáculo românico a ser impressa, a difusão de gramáticas de línguas vernáculas na Europa central, pelo menos desde o século XVI, pode ser dividida em a) gramáticas para falantes nativos das respetivas línguas vernáculas¹³ e b) gramáticas e manuais de ensino de línguas estrangeiras modernas. Parece evidente que no grupo a) a metalinguagem coincidiria, normalmente, com a língua-objeto, enquanto que no grupo b) a metalinguagem seria, usualmente, ou a língua nativa do respetivo público-alvo¹⁴ ou o latim.

Para efetuar uma breve análise a este último grupo, vamos considerar as entradas do capítulo *supra* mencionado da *Bibliographia Anissoniana*

-
- 13 Este é o caso da Itália, com as *Regole grammaticali della volgar lingua* (1516; cf. Fortunio 1539) de Giovanni Francesco Fortunio (c.1460-1517), cuja procura de uma norma linguística 'integralmente italiana' ainda estava em curso na altura. Do mesmo modo, a tradição metalinguística portuguesa começou com a publicação da *Grammatica da lingoagem portuguesa* (Oliveira 1536), seguida pouco depois pela *Grammatica da lingua Portuguesa* (1540) de João de Barros (1496-1570). A gramática francesa mais antiga a ser publicada em francês é *Le Treçté de la grammere françoëze* (1550) de Louis Meigret (c.1500-c.1558). Perto de finais do século, a gramaticografia inglesa propriamente dita só começaria com o opúsculo *William Bullokarz pamphlet for grammar* (Bullokar 1586; cf. Tieken-Boon van Ostade, 2008, p. 1).
- 14 Ao contrário da tradição gramatical inglesa posterior, também as primeiras gramáticas da língua francesa devem ser atribuídas a este grupo, uma vez que partilham tanto um público-alvo anglófono como a metalinguagem inglesa. Tendo sido impressos na Grã-Bretanha, este é o caso das obras *Here begynneth a Lytell treatyse for to lerne Englisshe and Frensshe* (ca.1497), editado pelo impressor alsaciano Wynken de Worde (ou Jan Van Wynkyn; ca.1455-ca.1534) *Here is a good boke to lerne to speke French* (ca.1500) do impressor Richard Pinson (1448-1529) que era natural de França. Um pouco mais tarde, mesmo o *Lesclarcissement de la langue francoyse* (1530) do inglês John Palsgrave (ca.1480-1554) não corresponde realmente à expectativa criada pelo seu título em relação a esta e outras obras anteriores: apesar do título francês, também aqui a língua inglesa em geral serve como a metalinguagem da obra.

de 1676 que informam sobre a disponibilidade de obras mais ou menos contemporâneas que estavam à venda na livraria anissoniana. Encontram-se aqui nove entradas que se referem a seis gramáticas do vernáculo francês e quatro do vernáculo italiano, todas elas redigidas em latim:¹⁵

Gammeri grammatica latino-gallica 8.º Colon. (Anisson / Anisson / Poysuel, 1676, p. 309).

De acordo com a bibliografia de Stengel / Niederehe (1976) parece não ter havido qualquer autor chamado ‘Gammer’, nem conseguimos identificar neste contexto qualquer impressão de uma *Grammatica latino-gallica* que tivesse sido realizada na cidade alemã de Colónia.

Sob a rubrica geral “Grammatica”, encontram-se as duas entradas seguintes, sendo a primeira o objeto de uma entrada mais correta mais adiante:

— Gallica Lerreij 8. Argentorati.

— — Garnerij 8. Genevæ (Anisson / Anisson / Poysuel, 1676, p. 311).

Serrerij Grammatica Gallica 8. Argentina (Anisson / Anisson / Poysuel, 1676, p. 352).

Dado que tanto a entrada que oferece o autor da *Grammatica Gallica* como ‘Lerreij’ (que implicaria um nominativo ‘Lerreius’ que se refere a uma pessoa inexistente) como também a outra que menciona um autor chamado ‘Serreij’ se referem ao lugar de impressão ‘Argentoratum’ [Estrasburgo],

15 Noutro lugar, na mesma bibliografia, existe também um pequeno número de obras em duas línguas românicas. No capítulo “Libri Italici” (Anisson / Anisson / Poysuel, 1676, p. 362-392), há 539 entradas de obras publicadas no vernáculo italiano. Entre estas, três são manuais dedicados ao italiano, uma é uma coleção plurilingue de diálogos e, para além disso, há ainda dois tratados metalinguísticos e oito dicionários. Também, entre as 416 entradas do capítulo “Libri Hispanicici” (Anisson / Anisson / Poysuel, 1676, p. 393-417) há apenas menções da referida coleção plurilingue de diálogos e de dois dicionários.

parece não haver dúvida de que as duas entradas devem referir-se à mesma obra do autor que se identificava em latim como ‘Johannes Serreius Baudovillanus Lotharingus’. Também conhecido sob o seu nome francês Jean Serre ou Jean Serrier (1575-1648), o autor desta gramática latino-francesa bem sucedida com o título *Gramática Gallica: compendiosa, vtilis, facilis et dilvcida* (1598),¹⁶ foi um médico germanófono e francófono, nascido em Badonviller, no ducado histórico de Lorena (atualmente o *Département* francês *Meurthe-et-Moselle*).

A *Institvtio Gallicæ lingvæ* (1558) do professor de língua francesa Jean Garnier (m.1574) é dedicada aos seus discípulos Ludwig IV. von Hessen-Marburg (1537-1604) e Philipp II. von Hessen-Rheinfels (1541-1583), o terceiro e quarto filho de Philipp I. o Magnânimo (1504-1567), Landgrave do condado alemão de Hessen. Não deixando margem para dúvidas sobre o foco da sua obra, na sua dedicação aos jovens príncipes, Garnier sublinha repetidamente a importância da aquisição da língua francesa, entre outras línguas estrangeiras (veja-se Garnier, 1558, p. [III-VII]), especialmente para os jovens nobres.

— Hypomneses de Gallica lingua eam discentibus necessaria; 8. ibid. [= Parisiis] (Anisson / Anisson / Poysuel, 1676, p. 314).

A quinta entrada referente a uma gramática francesa é a obra *Hypomneses de Gall. Lingua* (1582) do tipógrafo e filólogo francês Henri Estienne (1529-1598), que foi impressa juntamente com uma carta do estudioso renascentista Claude Mitalier (1540-1576). Como o autor principal afirma mais adiante na página de rosto, ele baseia a sua obra no *Gallicæ Grammatices libellus* que tinha sido publicado pela primeira vez em 1558 pelo seu pai, o famoso impressor e lexicógrafo Robert Estienne (1499-1559).

16 Para uma lista completa das edições da gramática de Serre que “[...] fut rééditée plus de dix fois entre 1598 e 1648 [...]” [foi reeditada mais de dez vezes entre 1598 e 1648], veja-se Swiggers (2000), que também oferece mais informações, com base no facto de ser a primeira gramática da língua francesa a ser impressa na cidade alsaciana de Estrasburgo.

Apesar de no seu subtítulo considerar as suas memórias puristas como sendo “[...] peregrinis eam discentibus necessariae, quædã vero ipsis etiam Gallis multum profuturæ [...]” [necessárias para os estrangeiros que a estão a aprender (ou seja a língua francesa, RK; TM), mas algumas delas também serão muito benéficas para os franceses] (Estienne, 1582, p. [I]), não podemos deixar de concluir que a obra de Estienne realmente não pode ser considerada como sendo uma gramática propriamente dita (por ser desprovida de uma descrição completa das partes da oração), mas deve ser encarada como um tratado metalinguístico de natureza mais filológica.

A sexta obra dedicada à língua francesa é simultaneamente a primeira a referir-se ao italiano:

Laudismannus de linguis Gallica & Italica rectè addiscendis 4. Sterini (Anisson / Anisson / Poysuel, 1676, p. 322).

Natural de Goldberg na Silésia (Złotyryja na Polónia de hoje), o jurisconsulto alemão Caspar Laudismann (1552-ca.1623), desde 1614, publicou várias edições do que ficaria, entretanto, conhecido como *Consilium integrum, et perfectum de exoticis linguis, Gallica et Italica rectè & eleganter addiscendis, & ad usum transferendis, em Theologicis, Oeconomicis, Ethicis, Politicis, Iuridicis, Historicis, Jocosis, Personalibus, Matrimonialibus, Militaribus, &c. conscriptum* [O desenho completo e perfeito das línguas exóticas, para a aprendizagem correta e elegantemente francesa e italiana, escrito para a utilização de tradução em matéria teológica, económica, ética, política, jurídica, histórica, lúdica, pessoal, matrimonial, militar, &c.]. Com este título bastante elaborado, Laudismann (1617) afirma que a intenção da sua obra é de ela servir como ferramenta de tradução. Mesmo assim, pode observar-se que a obra dificilmente pode ser considerada como uma gramática, uma vez que o espaço dedicado a considerações propriamente metalinguísticas ou mesmo sistemáticas é, de facto, bastante limitado.

Francosinus de particulis Italicæ Orationis 12. Romæ & Genevæ (Anisson / Anisson / Poysuel, 1676, p. 305).

Publicado pela primeira vez na Florença de 1637, o livro *De Particvlis italicæ orationis* do professor de línguas modernas florentino Lorenzo Franciosini di Castellfiorentino (ca. 1600-ca. 1645) é dedicado em primeiro lugar às partículas italianas (toscanas), sendo, em segundo lugar, uma obra de natureza paralexigráfica de referência que oferece as palavras italianas com os seus acentos e os respetivos equivalentes latinos.¹⁷

Sob a rúbrica geral “Grammatica”, podem ser encontradas as duas seguintes entradas de gramáticas italianas:

— Florentina Lapinij 8 Florentiæ.

— Etrusca Coiri 8.Coloniæ (Anisson / Anisson / Poysuel, 1676, p. 311).

A gramática florentina atribuída a um autor identificado como ‘Lapinij’ é a obra *Institutionvm Florentinæ lingvæ libri dvo* (1569) do religioso florentino Frosino Lapini (ca.1520-1571), também conhecido pelo seu nome latino Euphrosynus Lapinus.¹⁸ A obra é dedicada a Joana da Áustria (1547-1578), a Grã-Duquesa da Toscana de origem austríaca que tinha casado em 1565 com o Grã-Duque toscano Francesco I de' Medici (1541-1587). Elaborada para um público-alvo nobre (e maioritariamente germanófono), a obra constitui uma gramática propriamente dita do vernáculo florentino, oferecendo uma descrição sistemática das partes da oração por meio de uma transcrição bilingue, por vezes até interlinear.

17 A edição de Genebra, mencionada por Anisson / Anisson / Poysuel (1676, p. 311) foi impressa pelo impressor francês Pierre Chouet (ca.1580-1648) que na época estava ativo como impressor e livreiro em Genebra. No entanto, não conseguimos encontrar qualquer vestígio de alguma edição impressa em Roma. As duas primeiras edições de Franciosini (1637) e Franciosini (1638) parecem, assim, ser as únicas que alguma vez foram impressas.

18 Com a sua primeira edição em 1569, as *Institutionvm Florentinæ lingvæ libri dvo* tiveram pelo menos duas edições póstumas (cf. Lapini 1574, 1598).

Ao contrário do que se poderia pensar ao ver o título *Lingvæ Etrvscae Compendiaria Grammatica*, o seu autor Giovanni Battista Coiro (fl. 1642) de forma alguma tentou fazer uma descrição da linguagem dos Etruscos pré-históricos. Dado que o Grão-Ducado da Toscana na altura também era conhecido sob o título latino *Magnus Ducatus Etruriae*, não se pode deixar de concluir que o autor se refere ao dialeto toscano. Na sua breve gramática descritiva dedicada ao nobre alemão Ferdinand Freiherr von Degenfeld (1629-1710), filho primogénito do General Christoph Martin Freiherr von Degenfeld (1599-1653), Coiro faz uma descrição sucinta das partes da oração. Mas no capítulo “De verbo”, Coiro (1642, p. 81-118) também oferece as respetivas formas francesas nos paradigmas da conjugação verbal.

De acordo com as respetivas dedicatórias a nobres alemães (Garnier 1558) e silesianos (Serre 1598), estes dois autores dedicam as suas obras a falantes nativos do alemão que eram altamente educados, ao passo que Estienne (1582) oferece notas comparatistas sobre alguns aspetos do francês que podem ser úteis para aprendizes do francês com interesses mais filológicos. Em Laudismann (1617) temos uma obra dedicada, principalmente, ao uso de palavras-chave e frases em línguas estrangeiras, na sua maioria destinadas a melhorar o prestígio do político que utilizava esses termos. Com a exceção da obra de Franciosini, as gramáticas italianas mencionadas no nosso catálogo são também dedicadas aos nobres germanófonos.

No que diz respeito aos manuais de italiano em latim, pudemos até agora confirmar em pesquisas não exaustivas a existência de mais de uma dúzia apenas no século XVII; apareceram principalmente em Roma, mas também em locais de impressão na Alemanha e nos Países Baixos. A referência à aprendizagem do italiano como língua estrangeira está presente em todos estes livros didáticos. Contudo, na maioria deles, como se pode ver *supra*, pode ser completamente excluído um envolvimento intencional da Companhia de Jesus.

Embora a língua italiana, na época em questão, ainda não estivesse estabelecida no sentido da variedade padrão conhecida atualmente, já

existiam gramáticas influentes a partir da segunda metade do século XVI, como é o caso das *Institutionvm Florentinæ lingvæ libri dvo* de Lapini (1569), que procuravam sobretudo tornar acessível a sua variante diassistemática do toscano a um público estrangeiro, servindo-se do latim como metalinguagem. Porque no século XVII também foram publicados manuais semelhantes para o contexto da aprendizagem de línguas estrangeiras em latim, juntamente com gramáticas vernaculares para um público-alvo de falantes nativos, parece óbvio que os responsáveis da Companhia de Jesus facilmente conseguiram prescindir da elaboração de uma própria gramática italiana jesuíta, especialmente porque o italiano se encontra relativamente próximo do latim, pelo menos ao nível da escrituralidade conceptual.

A única exceção será, provavelmente, o caso do cidadão luxemburguês Nicolaus Paschasius Clesse (fl.1655-1664), quem, como professor de línguas modernas, publicou não só uma *Grammatica Gallica* (Clesse 1655a), mas também uma *Grammatica Italica* (Clesse 1655b), ambas impressas na tipografia da Universidade jesuíta de Dillingen an der Donau na Baviera alemã. A gramática francesa é dedicada a todos os membros da nobreza suábia empregados numa posição de responsabilidade na universidade (Clesse 1655b, p. [III-VI]), ao passo que a primeira edição da gramática italiana é dedicada ao administrador religioso e Príncipe-Provost Johann Rudolf Graf von Rechberg (1606-1660) como representante da nobreza suábia da universidade (Clesse 1655b, p. [III-IV]). O próprio Clesse, como membro secular do corpo docente da Universidade jesuíta, não pertencia a nenhuma ordem religiosa; Rechberg, por outro lado, era um sacerdote nobre num alto cargo administrativo que tinha estudado em Dillingen nos anos da sua juventude. Assim, estas duas gramáticas pertencem na realidade, à esfera de influência dos jesuítas de Dillingen, mas provavelmente terão aparecido sobretudo para apoiar o ensino linguístico do autor, e não por incentivo da parte dos jesuítas, que se limitaram a mandar imprimir a habitual nota de censura “Cum Facultate Superiorum” [Com permissão dos superiores] (Clesse 1655b, p. [I]).

Do ponto de vista dos interesses linguísticos da disseminação mundial da Companhia de Jesus, a língua espanhola também parece relevante, tal como demonstrado acima. Segundo Niederehe (1999, II), a obra *Grammaire et observations de la langue Espagnolle* (Oudin 1604) do intérprete francês César Oudin (fl.1597-1625), publicado pela primeira vez em 1597, deve ser mencionado neste contexto. Uma edição em latim desta gramática foi publicada em Colónia sob o título *Grammatica hispanica, hactenus gallice explicata, et aliquoties edita* (Oudin 1607) – infelizmente, não parece ser conhecido quem traduziu esta obra para o latim. Também em Colónia, Heinrich Doergangk (fl.1604-1614), que vivia como professor de línguas naquela cidade, publicou pouco depois a sua obra *Institvtiones in lingvam Hispanicam, admodvm faciles, qvales antehac nvnqvam visæ*. Para além disso, há também obras multilingues como a *Grammatica Trilingvis Idiomatico trino: Italico, Gallico, Hispano* (Choppin 1636). Nestas e noutras obras em latim, a referência a um potencial público-alvo permanece vaga, mas em qualquer caso não pode ser indubitavelmente atribuída a um ambiente jesuíta.

Além disso, a gramática de Bento Pereira parece ter sido a única gramática escrita em latim que foi publicada em Lyon pelo tipógrafo e livreiro Laurent Anisson ou pelos filhos que herdaram o seu negócio livreiro.¹⁹

Conclusões

Entre as primeiras gramáticas da língua portuguesa, a *Ars grammaticæ pro lingva lvsitana addiscenda latino idiomate proponitur* (1672) do jesuíta

19 Com a declaração “A costa de Florian Anisson, Mercader de libros en Madrid” [À custa de Florian Anisson, livreiro em Madrid], o livreiro Florian Anisson (fl. 1673-1708) mandou imprimir vários livros escolares em língua estrangeira, entre eles a gramática hebraica *Arte hebraispano* (Castillo 1676) e a gramática grega *Grammatica de la Lengua Griega* (Castillo 1678). Parece óbvio, neste contexto, que o livreiro terá mandado imprimir estas obras em Lyon porque os caracteres tipográficos hebraicos e gregos estavam aí disponíveis, ao passo que os impressores da Península Ibérica dificilmente poderiam ter tido acesso aos mesmos nesta altura.

borbense Bento Pereira é certamente uma das obras mais marcantes à primeira vista. Se em relação à sua função já foi provado na investigação moderna que se trata, sem dúvida, de um manual que pertence à área temática de PLE (Schäfer, 1993, p. 287; Ponce de León Romeo, 2006, p. 14; Fernandes, 2009), também não há dúvida que pertence, por outro lado, às ‘gramáticas portuguesas propriamente ditas’ no sentido de Schäfer-Prieß (2019, p. 1).

Embora a gramática de Pereira possa ser considerada convencional em muitos aspetos e, segundo Schäfer (1993) e Schäfer-Prieß (2010), se baseie em particular nos *De institvione grammatica libri tres* do seu confrade jesuíta Manuel Álvares, esta gramática é um objeto ideal para a investigação em ambas as áreas. O facto de, infelizmente, isto não ter ocorrido na medida em que seria desejável, deve-se provavelmente em primeiro lugar à metalinguagem, porque, hoje em dia, cada vez menos investigadores de língua portuguesa possuem conhecimento da língua latina.

No entanto, parece que esta gramática merece atenção especial para além deste primeiro olhar. De facto, a *Ars grammaticæ* é a primeira gramática da língua portuguesa, cujo local de impressão se situa fora do antigo Reino de Portugal. Porque o objetivo final era melhorar a divulgação da gramática no mercado livreiro, é particularmente relevante que a permissão, se não a ordem, para se imprimir a gramática de Bento Pereira não resultou da decisão do próprio autor, mas que teve origem com o superior provincial jesuíta Antão Gonçalves e, em última análise, mesmo diretamente com o 11.º Superior Geral da Companhia de Jesus, Giovanni Paolo Oliva (1600-1681). Obviamente os jesuítas estavam aqui preocupados não só com a mera publicação da gramática (que, como já tinha acontecido no caso de Álvares, 1572, 1573, poderia facilmente ter sido realizada em Portugal, embora este aspeto pudesse ter implicado um acesso menos eficaz ao mercado internacional livreiro da época), mas também com a distribuição deste livro a nível europeu ou mesmo mundial, já que foi impresso num dos mais importantes locais de impressão da França de então.

Por conseguinte, torna-se agora óbvio que nem o local de impressão de Lyon em si, nem o impressor ou livreiro, sob cuja responsabilidade económica o livro foi publicado, são acidentais. Seguindo os passos do tipógrafo e livreiro italiano Horace Cardon, que imprimiu principalmente para os jesuítas, também Laurent Anisson se apegou ao princípio desta importante relação comercial com a Companhia de Jesus. O facto de, no caso de Pereira, o próprio editor não poder contribuir mais do que a responsabilidade pela impressão deve-se unicamente ao facto de ter falecido no mesmo ano, razão pela qual a distribuição acabou por ser realizada apenas pelos seus sucessores. Como as listas da *Bibliographia Anissoniana* sob a responsabilidade de vários proprietários (aqui Anisson / Anisson / Poysuel, 1676, p. 311) demonstram de forma impressionante, os membros subseqüentes da família Anisson como dinastia da impressão e da venda de livros em Lyon nos séculos XVII e XVIII eram bastante capazes de distribuir os seus produtos impressos ou os livros em stock na livraria – embora não se saiba se, para além disso, chegaram a ter uma participação ou representação nas conceituadas feiras internacionais do livro, como nas importantíssimas feiras alemãs Frankfurt am Main ou Leipzig.

Entre as onze entradas do capítulo “*Libri Philosophici, Morales, Mathematici, Astrologici, Astronomici, Geometrici, Architecti, Arithmetici, Politici, Rhetorici, Grammatici, Humaniores, Poëtici, & Miscellanei*” que em Anisson / Anisson / Poysuel (1676) se referem a gramáticas de línguas estrangeiras modernas e em que todas elas têm o latim como metalinguagem, a *Ars grammaticæ* de Pereira parece ser a única obra que combina claramente o contexto da aprendizagem de uma língua estrangeira com um contexto distintivamente jesuíta, acrescentando os paradigmas verbais italianos ao respetivo texto português e latino.

Além disso, também se pode observar que já existiam manuais de línguas estrangeiras em latim tanto para italiano como para o espanhol. Neste contexto, a gramática de Pereira (1672) parece divergir de todas as obras comparáveis sobre outros vernáculos e mesmo preencher uma lacuna, de tal forma que chegou a ser elevada, através do envolvimento de

superiores relevantes, ao estatuto de ‘gramática portuguesa da Companhia de Jesus’. De facto, com base neste estatuto, os jesuítas de língua italiana em especial deveriam adquirir conhecimentos da língua portuguesa ao nível da escrituralidade conceptual (especialmente no que concerne às capacidades da leitura e da escrita). Parece, enfim, igualmente óbvio que a razão de ser da gramática portuguesa terá sido relacionada com uma potencial implantação de jesuítas de origem italiana (e não só) nos territórios ultramarinos portugueses e especialmente na Ásia.

Assim, julgamos lícito concluir que a gramática portuguesa em latim de Bento Pereira, juntamente com a segunda edição correspondente (Pereira 1806), não só ocupa um lugar muito especial dentro da gramaticografia portuguesa, como também merece muito mais atenção na gramaticografia europeia, ou mesmo ainda como fonte para a linguística missionária do que tem recebido até agora.

Referências bibliográficas

ÁLVARES, Manuel. **De constrvctione octo partivm orationis, Emanuelis Alvaris Lusitani e Societate Iesv libellus: Nunc primum in lucem editus.** Venetiis, Apud Michaellem Tramezinum, 1571a.

ÁLVARES, Manuel. **De constrvctione octo partivm orationis liber, Emanuelis Alvari Lusitani e Societate Iesv: Cum explicationibus auctoris eiusdem.** Venetiis, Apud Michaellem Tramezinum, 1571b.

ÁLVARES, Manuel. **Emmanuelis Alvari è Societate Iesv De institvzione grammatica libri tres.** Olyssippone: Excudebat Ioannes Barrerius, Typographus Regius, 1572.

ÁLVARES, Manuel. **Emmanuelis Alvari è Societate Iesv De institvzione grammatica libri tres.** Olyssippone: Excudebat Ioannes Barrerius, Typographus Regius, 1573.

ANISSON, Jean; ANISSON, Jaques; POYSUEL, Jean. **Bibliographia Anissoniana: seu index librorum, qui venales reperiuntur in officina Fratrum Anisson, & Joan. Poysvel, bibliopolarum Lugdunensium, ad annum 1676.** [Lugduni: apud Fratrum Anisson], 1676.

BARROS, João de. **Grammatica da lingua Portuguesa.** Olyssipone: Apud Lodouicum Rotorigiũ Typographum, 1540.

BREGHOT DU LUT, Claude; Péricaud, Marc Antoine; Socié t é l i t é r a i r e de Lyon. **Biographie Lyonnaise: Catalogue des Lyonnais dignes de mémoire.** Paris & Lyon: Techener, Giberton et Brun, 1839.

BULLOKAR, William. **William Bullokarz pamphlet for grammar:** Or rather too be saied hiz Abbreuiation of hiz grammar for English, extracted out-of hiz grammar at-lárg, This being sufficient for the spedi lærning how to párc English spech for the perfecter wryting thær-of, and vzing of the best hrases, thær-in, and the æzier entránc into the secrets of Grammar for other langages ruled or not ruled by Grammar: very profitable for the English nation that dezyreth too lærn any stráng languag: and very-aid-ful too the strángor too lærn english perfectly and spedily: for-that English hath short rul (thær-for soon lærnéd) yet hauing sufficient rulz thær-in too mák the way much æzier for the lærning of any other languag vnknown befór too the lærnór, He hath also cauzed too be im-printed with tru ortography and Grammar-nots other books sufficient for the exerciz and vs of this Grammar, and the æzier coming too the knowledg of Grammar for other languages. Im-printed at London: By Edmund Bollifant, 1586.

CASTILLO, Martín del. **Arte hebraispano: דקדוק לשון הקדש בלשון ספרדיית, Dikduk leschon hakkodhesch bilschon sipharadhith, Grammatica de la Lengua Santa en idioma castellano,** Con todo lo necessario y preciso, pára por si sólo, qualquiér aficionádo, poder leér, escribir, entendér, y hablar la léngua santa Hebréa. Por el R.P.F. Martin del Castillo, natural de Búrgos, del Orden de N.P.S. Francisco, Lector Jubilado en Santa Theología, y Provinciál

que à sido, en la Província del S. Evangelio de México, Dedicase a N. R^{mo}. P. F. Juan Luengo, Lectar Iubilado, Pádre de toda la Orden de N. P. S. Francisco, y Comssário General de todas las Indias. En Leon de Francia: A Costa de Florian Anisson, Mercader de Libros en Madrid, 1776.

CASTILLO, Martín del. **ΓΡΑΜΜΑΤΙΚΗ ΤΗΣ ΓΛΩΣΣΗΣ ΕΛΛΗΝΙΚΗΣ ἐν τῇ διαλέκτῳ Ἰβηρικῇ: Grammatikee tês Glósses Helleenikees en teê dialectoo Iberikee, Grammatica de la Lengua Griega, en Idioma Español**, Con todo lo necessario pára podèr por si solo qualquìer aficionádo leèr, escrebir, pronunciar, y savèr la generál y muy noble Lengua Griega. Por el R.P.F. Martin del Castillo, Lector Iubilado en Theologia, y Provincial que fue de esta Provincia del sancto Evangelio de Mexico, del Orden de N. P. S. Francisco. En Leon de Francia: A costa de Florian Anisson, Mercader de Libros en Madrid, 1678.

CHOPPIN, Emerich. **Grammatica Trilingvis Idiomatico trino: Italico, Gallico, Hispano, Faciliùs condiscendo lucubrata in vsvm & gratiam Germaniæ**, Et cuiusq3 nobilis ac studiosæ Iuuentutis. Authore Emerico Choppin. Monachii: Typis Annæ Bergin, Sumptibus Auctoris, 1636.

CLESSE, Nicolaus Paschasius. **Grammatica Gallica**. Quam In vsvm Germanicæ Iuuentutis & præcipuè Liberæ Imperii Nobilitatis Suevicæ obsequium, Ex præcipuis & recentioribus Authoribus sed & diuturno vsu & labore collegit, et compilavit M. Nicolavs Paschasivs Clesse Lucemburgensis, In inclita et celeberrima Academia Dilingana Glossodidascalus. Dilingæ: In Typographiâ Academicâ, Apud Ignatium Mayer, 1655a.

CLESSE, Nicolaus Paschasius. **Grammatica Italica**. Quam Ad faciliorem addiscendi vsvm pro Germanis, & Liberæ Imperii Nobilitatis Suevicæ obsequio, in Academiâ Dilinganâ recens concinnavit M. Nicolavs Paschasivs Clesse Lucemburgensis, ibidem Magister linguarum. Dilingæ: In Typographiâ Academicâ, Apud Ignatium Mayer, 1655b.

COIRO, Giovanni Battista. **Lingvæ Etrvsçæ Compendiaria Grammatica.** Nova methodo à Io. Bapt.^a Coiro concinnata, Cvnctis Italicvm idioma perdiscere cupientibus apprimè neccesaria, Sub calcem breuis ratio scribendi epistolas, iuxta recentissimum Italorum morem, ab Avthore addita est. Ad Illustrem & Generosum Dominum D. Ferdinandvm Baronem à Degenfelt, &c.. Coloniae Allobrogum: Ex officina Iacobi Choüet, 1642.

DOERGANGK, Heinrich. **Institvtiones in lingvam Hispanicam, admodvm faciles, qvales antehac nvnqvam visæ,** Qvæ omnes qvi stvdiose legerint totas, multis inopinatis & non speratis recreabunt, & linguam perfectè docebunt. Authore Henrico Doergangk apvd Vbios Colon. Agrippin. Lingvarum Hispanicæ, Italicæ, & Gallicæ Professore. Coloniae: Imprimebat Petrus à Brachel, sumptibus ipsiusmet Authoris, Venduntur Coloniae apud ipsum Authorem, 1614.

ESTIENNE, R[obert]. **Gallicæ Grammatices libellus.** [Parisiis]: Oliva Rob. Stephani, 1558.

ESTIENNE, Henri. **Hypomneses de Gall. Lingua, peregrinis eam discentibus necessariae: quædã vero ipsis etiam Gallis multum profuturae, Inspersa sunt nonnulla, partim ad Græcam, partim ad Lat. linguam pertinentia, minimè vulgaria.** Autore Henr. Stephano, qui & Gallicam patris sui (Roberti Stephani) grammaticen adjunxit. **Cl. Mitalerii Epist. De vocabulis, quæ Iudæi in Galliam introduxerunt.** Parisiis: Apud Iacobum du Puis, 1582.

FERNANDES, Gonçalo. 2008. As Gramáticas do português de Fernão de Oliveira (1536) e de Bento Pereira (1672). *Confluencia* 33/34, p. 127-141, 2009.

FERNANDES, Gonçalo. A Primeira Gramática do Português como Língua Estrangeira (Lugduni 1672). In Bastardín Candón, Teresa; Rivas Zancarrón, Manuel; García Martín, José María (eds.), **Estudios de Historiografía Lingüística.** Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, p. 205-220, 2009.

FERNANDES, Gonçalo. Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550–1800. By Otto Zwartjes (Studies in the History of the Language Sciences, 117.) Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2011, xiv, 359 pp. ISBN 978-90-272-4608-0. EUR 110 / USD 165 (HB)». *Historiographia Linguistica* 39 2/3, p. 383-392, 2012.

FORTUNIO, Giovanni Francesco. **Regole grammaticali della volgar lingua**. Impresso in Ancona: per Bernardin Vercellese, 1539.

FRANCIOSINI, Lorenzo. **De Particvlis italicæ orationis, qvibvs accessit: Tractatus De Accentibvs vocum Italicarum, De Articulis, Præpositionibvs, Verbis Regularibus eorumq[ue] Anomalis, et vltimò exiguus Nomenclator Italico Latinis**. Avctore Lavrentio Franciosino Florentino, Senis Italicæ, ac Hispanicæ Linguæ Professore, Et in præsentia Florentiæ commorante. Florentiæ: Typis nouis Amatoris Masse, & Socior, 1637.

FRANCIOSINI, Lorenzo. **De Particvlis italicæ Orationis, qvibvs accessit: Tractatus de Accentibvs vocum Italicarum, De Articulis, Præpositionibvs, Verbis Regularibus eorúmque Anomalis, Et vltimò exiguus Nomenclator Italico Latinis**. Avctore Lavrentio Franciosino Florentino, Senis Italicæ, ac Hispanicæ Linguæ Professore, Et in præsentia Florentiæ commorante. Secunda editio, propri locupletior & emendatior. Genevæ: Sumptibus Petri Chouët, 1638.

GARNIER, Jean. **Institvtio Gallicæ lingvæ: in vsvm iuventvtis Germanicæ, Ad illustrissimos juniores principes, Landtgravios Hessiæ, conscripta**. Avctore Ioan. Garnerio. Geneuæ: Apvd Io. Crispinvm, 1558.

KEMMLER, Rolf. Para uma melhor compreensão da história da gramática em Portugal: a gramaticografia portuguesa à luz da gramaticografia latino-portuguesa nos séculos XV a XIX. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas* 19, p. 145-176, 2013.

KEMMLER, Rolf. The Portuguese Grammar of the Society of Jesus: Bento Pereira's **Ars grammaticæ pro lingua lvsitana addiscenda latino idiomate**

proponitur (1672). Paper accepted: Bennett, Karen; Fernandes, Gonçalo (eds.). **Linguistics and Language Teaching in the Early Modern Period**, New York: Routledge (A Host of Tongues: Multilingualism, Lingua Franca and Translation in the Early Modern Period; 3), no prelo.

LAPINI, Frosino. **Institutionvm Florentinæ lingvæ libri dvo Euphrosyni Lapinij**, ad Serenissimam Reginam Ioannam Avstriacam Florentinorum, & Senensium Principis Francisci Medicis Coniugem felicissimam. Nvnc Primvm in Lvcem Editi. Florentiæ: Apud Ivnectas, 1569.

LAPINI, Frosino. **Institutionvm Florentinæ lingvæ libri dvo Euphrosyni Lapinij**, ad Serenissimam Reginam Ioannam Avstriacam Florentinorum, & Senensium Principis Francisci Medicis Coniugem felicissimam. Secvnda Editio. Florentiæ: Apud Ivnectas, 1574.

LAPINI, Frosino. **Institutionvm Florentinæ lingvæ libri dvo Euphrosyni Lapinij**, ad Sereniss. Reginam Ioannam Avstriacam Florentinorum, & Senensium Principis Francisci Medicis Coniugem felicissimam. Tertia Editio. Florentiæ: Apud Philippum Ivnectam, 1598.

LAUDISMANN, Caspar. **Consilium integrum, et perfectum de exoticis linguis, Gallica et Italica rectè & eleganter addiscendis, & ad usum transferendis, in Theologicis, Oeconomicis, Ethicis, Politicis, Iuridicis, Historicis, Jocosis, Personalibus, Matrimonialibus, Militaribus, &c. conscriptum, & recens in lucem editum**. A Casparo Laudismanno, Aurimontano Silesio, JC. antehac Divi Rudolphi Cæsaris Commissario & Friderici Ducis Vvirtembergici Consiliari aulico existente, & Editione 24 librorum Reipub. literariæ fructificante. Stetini: Ex Officina Rhetiana, Sumptibus Iohannis Christophori Landtrachtingeri, 1617.

LEPREUX, Georges. **Gallia typographica: ou, Répertoire biographique et chronologique de tous les imprimeurs de France depuis les origines de l'imprimerie jusqu'à la Révolution, Série Parisienne (Paris et l'Ile-de-France, Tome I, Livre d'or des imprimeurs du Roi, Ire partie: chronologie**

et typographie. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, Éditeur (Revue des Bibliothèques; Supplément; 1), 1911.

LOBATO, António José dos Reis. **Arte da Grammatica da Lingua Portugueza.** Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1770.

MEIGRET, Louis. **Le Trętté de la grammęre françoęze.** A Paris: Chés Chrestien Wechel, 1550.

MINIUSSI, Michel. **Sumptibus Horatij Cardon**, mémoire, Villeurbanne: École nationale supérieure de bibliothécaires. <https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/63961-sumptibus-horatij-cardon.pdf> (última consulta: 24 de janeiro de 2021), 1979.

NEBRIJA, [Elio] Antonio de. **A la mui alta τ assi esclarecida princesa doña Isabella tercera deste nombre Reina i señora natural de españa τ las islas de nuestro mar: Comiença la gramatica que nueva mente hizo el maestro Antonio de lebrixa sobre la lengua castellana, τ pone primero el prologo.** Salamanca: [Imprenta de Antonio de Lebrixa], 1492.

NIEDEREHE, Hans-Josef. **Bibliografía cronológica de la lingüística, la gramática y la lexicografía del español (BICRES II. Desde el año 1601 hasta el año 1700.** Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing Company (Amsterdam Studies in the Theory and History of Linguistic Science, Series III: Studies in the History of the Language Sciences 91), 1999, II.

OLIVEIRA, Fernão de. **Grammatica da lingoagem portuguesa.** Lisboa: ã casa d[e] Germão galharde, 1536.

LOUDIN, César. **Grammaire et observations de la langue Espagnolle, recueillies & mises en François.** Par Cæsar Oudin Secetaire, Interprete du Roy ez langues Germanique, Italienne, & Espagnolle & Secetaire de la Chambre de Monseigneur le Prince. Seconde Edition, Reueuë & augmentée par l'Autheur tant pour la Grammaire que d'vn nombre de Prouerbes expliquez en François. A Paris: Chez Marc Orry, 1604.

LOUDIN, César. **Grammatica hispanica, hactenus gallice explicata, et aliquoties edita.** Auctore Cæsare Ovdino, Regio, tum Secretario, tum Germanicæ, Italicæ, & Hispanicæ linguarum Interprete, Nunc demum, vt omnibus Europæ nationibus vsui possit esse, recens Latinitate donata in lucem prodit. Colonia: Apud Matthæum Schmidt, 1607.

PALSGRAVE, John. **Lesclarcissement de la langue francoyse.** compose par maistre Jehan Palsgrau Angloys natyf de Londres, et gradue de Paris. [London]: The imprintyng fynysshed by Johan Haukyns, 1530.

PEREIRA, Bento. **Ars grammaticæ pro lingua lvsitana addiscenda latino idiomate proponitur: In hoc libello, velut in quædam academiola diuisa in quinque classes, instructas subselliis, recto ordine dispertitis, vt ab omnibus tum domesticis, tum exteris frequentari possint, Ad finem ponitur Orthographia, ars rectè scribendi, vt sicut prior docet rectè loqui, ita posterior doceat rectè scribere linguam Lusitanam, In gratiam Itolorum coniugationibus Lusitanis Italæ correspondent.** Authore P. Doct. Benedicto Pereira, Societ. Iesv, Portugallensi Borbano, in Supremo Lusitanæ S. Inquisitionis Tribunali Censorio Qualificatore, & modò Romæ pro assistentia Lusitana Revisore. Lvgduni, Sumptibus Lavrentii Anisson, 1672.

PEREIRA, Bento. **Grammatica Lvsitana Latino Idiomate proposita, et in quinque Classes, instructas Subselliis recto ordine distribvtis, diuisa, vt ab omnibus, tum domesticis, tum exteris frequentari possint, In gratiam Itolorum coniugationibus Lusitanis Italæ Correspondent, Ad finem ponitur Orthographia, vt sicut Grammatica docet recte loqui, ita hæc doceat recte scribere Linguam Lusitanam.** Authore Benedicto Pereira, Portucallensi Borbano. editio prima olisiponensis Juxta eam, quæ Lugduni anno M. DC. LXX. II. prodiit, exarata, ipsaque Lugdunensi correctior, Olisipone: Ex Regia Typographia, 1806.

PINSON, Richard (ed.). **Here is a good boke to lerne to speke French: Vecy ung bon liure a apprendre a parler frauchoys.** [London: Per me Ricardum Pinson], ca.1500.

PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio. Un capítulo de la historia de las ideas sintácticas en Portugal: en torno a la teoría sintáctica del **Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda** (Lyon, 1672) de Bento Pereira (S. I.). *Forma y Función* 19, p. 11-30, 2006.

PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio. Gramática e defesa da língua: o Castelhana na **Ars grammaticæ pro lingua lusitana addiscenda** (1672) de Bento Pereira (S. I.). Endruschat, Annette; Kemmler, Rolf (eds.). *Portugiesische Sprachwissenschaft: traditionell, modern, innovativ*. Tübingen: Calepinus Verlag (Lusitanistische Sprachwissenschaft 2), p. 189-199, 2010.

SCHÄFER, Barbara. Die Verbalmodi in den Grammatiken von Manuel Alvares (1572) und Bento Pereira (1672). *Historiographia Linguistica* 20/2-3, p. 283-308, 1993.

SCHÄFER-PRIEB, Barbara. **Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Beihefte zur Zeitschrift für Romanische Philologie 300), 2000.

SCHÄFER-PRIEB, Barbara. **A Gramaticografia Portuguesa até 1822: Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa**. Nota introdutória de Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes, Tradução de Jaime Ferreira da Silva, Edição de Rolf Kemmler, Revisão de Sónia Coelho e Susana Fontes. Vila Real: Centro de Estudos em Letras & Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Coleção Linguística 14), 2019.

SCHÄFER-PRIEB, Barbara. Os modos verbais nas gramáticas latino-portuguesas de Manuel Álvares (1572) e Bento Pereira (1672). Tradução por Rolf Kemmler, *Revista de Letras II.ª Série* 9, p. 121-153, 2010.

SERRE, Jean de. **Grammatica Gallica: compendiosa, vtilis, facilis et dilvcida, in qva omnia ferè à varijs probatis & bonis authoribus vtiliter & scitè tradita, perspicua breuitate & ordine bono concinnata sunt, ita, vt quæ antea varijs hinc inde ex libris, cum tædio & molestia quærenda erant, in hoc vnum volumen congesta & redacta sint, & à quouis huius linguæ studioso vtiliter & fructuosè legi ac disci possint.** Opera & studio Ioannes Serreii Bavdovillani Lotharingi, Liberalium artium in Academia Argentiniensi studiosi. Argentorati: Excudebat Antonius Bertramus, 1598.

STENGEL, Edmund; NIEDEREHE, Hans-Joseph. **Chronologisches Verzeichnis französischer Grammatiken vom Ende des 14. bis zum Ausgange des 18. Jahrhunderts, nebst Angabe der bisher ermittelten Fundorte derselben.** Dargestellt von Edmund Stengel (1845–1935), Neu herausgegeben mit einem Anhang von Hans-Josef Niederehe. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing Company (Amsterdam Studies in the Theory and History of Linguistic Science, Series III: Studies in the History of the Language Sciences 8), 1976.

SWIGGERS, Pierre. Les débuts de la grammaticographie française à Strasbourg: la **Grammatica Gallica** de Jo(h)annes Serreius. In: De Clercq, Jan; Lioce, Nico; Swiggers, Pierre (eds.). **Grammaire et enseignement du français, 1500-1700.** Leuven, Paris & Stirling: Orbis (Orbis: Supplementa 16), p. 425-459, 2000.

TIEKEN-BOON VAN OSTADE, Ingrid (ed.). 2008. Grammars, grammarians and grammar writing: An introduction. In: Tiekken-Boon van Ostade, Ingrid (ed.). **Grammars, Grammarians and Grammar-Writing in Eighteenth-Century England.** Berlin & New York: Mouton de Gruyter (Topics in English Linguistics 59), p. 1-14.

VACHET, Adolphe. **Les anciens couvents de Lyon.** Lyon: Librairie et Imprimerie Emanuel Vitte, 1905.

WORDE, Wynken de (ed.). **Here begynneth a Lytell treatyse for to lerne Englishshe and Frensshe**. Emprynted at Westmynster by my Wynken de Worde, ca.1497.

ZWARTJES, Otto. *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing Company (Amsterdam Studies in the Theory and History of Linguistic Science, Series III: Studies in the History of the Language Sciences 117), 2011.

Minicurrículo

Rolf Kemmler é professor auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real) e membro permanente do Centro de Estudos em Letras da UTAD. Doutorado na área das Ciências da Linguagem e da Literatura (Dr. phil.) pela Universidade de Bremen (Alemanha) desde 2005, é Agregado em Ciências da Linguagem pela UTAD desde 2014, tendo, ainda, adquirido doutorado na área da Linguística Aplicada à Língua Alemã pela Universidade de Vigo (Galiza), em 2018. É Sócio Correspondente Estrangeiro da Academia das Ciências de Lisboa desde 15 de novembro de 2016. Sua atividade de pesquisa inscreve-se em várias subáreas da Historiografia Linguística de expressão portuguesa.

Teresa Moura é professora auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real), membro permanente do Centro de Estudos em Letras da UTAD. É doutorada na área das Ciências da Linguagem pela UTAD desde 2002. É especializada na área da Historiografia Linguística portuguesa.

Os falares dos Açores e o Atlas Linguístico-Etnográfico das Ilhas¹

The Azores dialects and the Linguistic-Ethnographic Atlas of the Islands

Claudio Cezar Henriques*

RESUMO

Este artigo apresenta um dos resultados da pesquisa desenvolvida na UERJ, com o apoio do CNPq, intitulada "Novos Estudos Geo-Históricos do Português", e se concentra na descrição parcial da realidade linguística e etnográfica do Arquipélago dos Açores. Toma como texto-base o *Atlas Linguístico-Etnográfico dos Açores* e examina a situação linguística, histórica e física das nove ilhas.

Palavras-Chave: Língua Portuguesa. Geolinguística, A língua dos Açores.

ABSTRACT

This article presents one of the results of the research developed at UERJ, with the support of CNPq, entitled "New Portuguese Geo-Historical Studies", and focuses on the partial description of the linguistic and ethnographic reality of the Azores Archipelago. It takes as its base-text the *Linguistic-Ethnographic Atlas of the Azores* and examines the linguistic, historical and physical situation of the nine islands.

Keywords: Portuguese. Geolinguistics, The language of Azores.

Articulista convidado

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.507>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, claudioch@uol.com.br, Orcid: 0000-0001-5747-9620

1 Este artigo integra pesquisa que teve o apoio do CNPq e do Programa Prociência da UERJ.

*Uma espécie de embriaguez do
isolamento impregna a alma e os atos de
todo o ilhéu, estrutura-lhe o espírito e
procura uma fórmula quase religiosa de
convívio com quem não teve a fortuna de
nascer, como o logos, na água.*
(Vitorino Nemésio, 1932)

Introdução

Este artigo apresenta parte da pesquisa concluída em 2020 na UERJ, com o apoio do CNPq. Intitulou-se "Novos Estudos Geo-Históricos do Português: a modalidade escrita contemporânea". É a segunda etapa do projeto desenvolvido de 2014 a 2018, intitulado "Estudos Geo-Históricos do Português sob a perspectiva brasileira" e do qual resultou a publicação do livro Geo-História do Português, pela editora Gramma.

A vertente geolinguística encetada por parte das investigações ofereceu a oportunidade de um estudo sobre a variedade do português em uso nos Açores, tomando como referência principal o primeiro volume² do Atlas Linguístico-Etnográfico dos Açores (ALEAç), que se insere no projeto do "Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza" (ALEPG), em elaboração no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). As páginas iniciais do volume I esclarecem que o ALEAç, como parte integrante do citado projeto,

não tem as características de um atlas regional, na medida em que não pretende abordar de um modo aprofundado as realidades linguísticas e etnográficas locais. A descontinuidade geográfica dos Açores e a sua especificidade linguística levaram, porém, a perspectivar, em determinado

2 O ALEAç é um conjunto de mapas linguísticos, de caráter essencialmente lexical, cujo planejamento propôs a publicação de nove volumes temáticos.

momento, uma publicação independente dos materiais recolhidos para o ALEPG nas nove ilhas do arquipélago, tendo as autoridades culturais insulares tomado a seu cargo essa publicação.

Em 2008 e 2010, foram publicados pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa / Imprensa Nacional – Casa da Moeda os dois primeiros volumes da série, a saber: I - A Criação de Gado: o gado bovino, ovino e caprino; o leite e os derivados; o porco e a matança; II - A Vinha e o Vinho. Os trabalhos do linho e da lã. A partir daí, em função da impossibilidade de lançar os demais volumes em papel, a equipe e a Direção Regional da Cultura decidiram promover a sua edição *online* no site do Centro do Conhecimento dos Açores. Nela, encontram-se 1104 mapas lexicais e 70 mapas morfofonológicos e respectivas notas, cuja consulta está disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/alea/>.

A figura 1 mostra uma das imagens disponíveis na página, com o mapa morfofonológico referente à palavra “tremoços”, cuja pronúncia mostra uma oscilação na vogal átona pretónica, ora [e], ora [i], ora [ʔ].

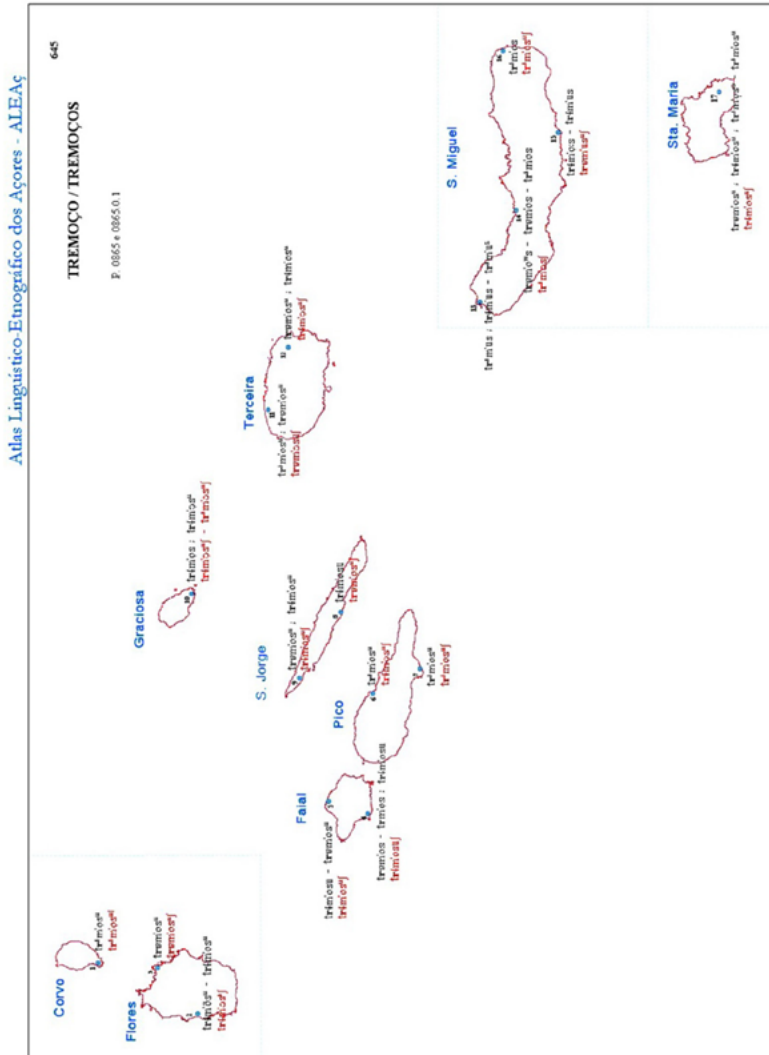


Figura 1. verbete 645

O ALEAç é um conjunto de mapas linguísticos, de caráter essencialmente lexical, que cobre os seguintes temas:

I – A CRIAÇÃO DE GADO: o gado bovino, ovino e caprino; o leite e os derivados; o porco e a matança.

II – A VINHA E O VINHO; OS TRABALHOS DO LINHO E DA LÃ.

III – O CULTIVO DOS CEREAIS: a moagem e a panificação.

IV – A AGRICULTURA E AS ALFAIAS AGRÍCOLAS; O CARPINTEIRO E O FERREIRO.

V – OS PRODUTOS DA HORTA: ervas, flores e arbustos.

VI – AS ÁRVORES E OS FRUTOS: outras árvores e seu aproveitamento.

VII – OS ANIMAIS DOMÉSTICOS E DE CAPOEIRA: os equídeos e os arreios.

VIII – OS ANIMAIS BRAVIOS: pássaros, insetos e répteis.

IX – A FAUNA E A FLORA MARINHAS.

1. Notícias dos Açores

1.1. Situação

Classificado como um território autônomo da República Portuguesa, o arquipélago transcontinental dos Açores situa-se a oeste de Portugal e integra a União Europeia com o estatuto de “região ultraperiférica” da UE. Suas nove ilhas, que têm, juntas, 2.333km², se dividem em três grupos: no Ocidental, estão as ilhas do Corvo e das Flores; no Central, as ilhas de Faial, Graciosa, Pico, São Jorge e Terceira; no Oriental, Santa Maria e São Miguel. Nesta, se localiza a capital do arquipélago, a cidade de Ponta Delgada. A população recenseada em 2011 era de 246.772 habitantes. O quadro a seguir mostra a área e a população de cada uma das ilhas, o que é um dado relevante para que se entendam os critérios de investigação e de distribuição adotados pela equipe do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL).

ILHA	ÁREA	POPULAÇÃO (em 2011)
SANTA MARIA	97,2 km ²	5.547 habitantes
SÃO MIGUEL	746,8 km ²	137.699 habitantes
TERCEIRA	402,2 km ²	56.042 habitantes
GRACIOSA	61,2 km ²	4.393 habitantes
SÃO JORGE	245,8 km ²	3.619 habitantes
PICO	447,7 km ²	14.144 habitantes
FAIAL	173,1 km ²	15.038 habitantes
FLORES	141,7 km ²	3.791 habitantes
CORVO	17,1 km ²	430 habitantes

A origem dos povoadores representa um componente bastante relevante no contexto dos estudos sobre os Açores e sua história. Os registros revelam que suas nove ilhas se encontravam desabitadas à época da sua descoberta, no início do século XV.

Apesar das controvérsias, é majoritária a tese de que os Açores foram oficialmente descobertos pelos portugueses em 1430, os quais dois anos depois começaram a povoar o arquipélago. Os documentos históricos apontam que os próprios portugueses continentais foram os principais colonizadores dos Açores, mas sua formação teve também povoadores vindos do arquipélago da Madeira. Manuela Lima (2008, p. 227-41) relata ainda a presença de indivíduos de origem judaica e de pessoas oriundas de outros países da Europa, com particular destaque para povoadores flamengos, cuja presença se instalou nas ilhas centrais, sobretudo na Ilha do Faial. A presença de escravos, mouriscos e negros, é amplamente documentada, e “as linhagens tipicamente africanas encontradas nos habitantes dos Açores, apesar da frequência reduzida, são as mais elevadas dentro da população portuguesa, o que denota uma possível maior integração dos escravos negros na população açoriana”.

1.2. A língua

Assim, o português falado nos Açores tem como base principal a língua dos povoadores que chegaram às ilhas no século XV, oriundos de várias regiões de Portugal, mas em especial do Algarve, do Alentejo, da Estremadura e do Minho. Essa configuração étnica pouco multifacetada não criou condições propícias para o surgimento de maiores variações dialetais nas ilhas, embora os estudiosos identifiquem em cada uma delas o seu próprio sotaque. É característica a população de São Miguel, por exemplo, a pronúncia da vogal U como [y], à semelhança do U francês. Em nossas pesquisas, recolhemos vários casos, entre os quais as pronúncias [io'gyrti] para “iogurte”, [fyrnaš] para “furnas” e [yry'by] para “urubu”. Por conta de suas características fonéticas, a ilha de São Miguel é a que tem a pronúncia que mais se distancia da pronúncia das demais ilhas.

Irene Maria Blayer, ao discorrer sobre o “caso do português açoriano” (2004, p. 43-60), se detém no sistema vocálico, onde inclui os ditongos como um dos fatores marcantes da mutação que se desenvolve nos Açores. E fala da presença de uma vogal labializada:

Neste caso, a palatal *ü* chama a atenção quando ouvimos o francês e certos falares dialetais, ou variedades dentro das línguas românicas, inclusive no português (sul de Portugal). Esta característica fonológica U > *ü* também é conhecida no falar dos Açores (por exemplo em *uva*, *figura*), sendo mais proeminente em São Miguel, mas aparecendo com vários graus de acentuação nas demais ilhas. É sabido que este fonema não pertence à pronúncia normal portuguesa. No entanto verifica-se que a sua vitalidade e sua extensão são muito maiores do que se julgava. Com a presença desse fonema que distingue nitidamente o falar da ilha de São Miguel do das ilhas restantes, deu-se uma deslocação do sistema vocálico criando-se assim um sistema assimétrico, distinto do português padrão. Por conseguinte, tal fenômeno, evidentemente, identifica o falar da ilha de São Miguel. Nos outros falares regionais ele ocorre em termos mais gerais, mas é em São Miguel que se distingue profusamente da norma fonológica do português.

Essa palatalização do U tônico³, segundo registram Cuesta & Luz (1980, p. 61), “dá-se numa vasta área do Sul e do Centro de Portugal, que abrange desde a Beira Baixa até o Alto Alentejo, com pontos da Beira Litoral e Ribatejo e todo o ocidente do Algarve”. As autoras afirmam que essa mudança “pode ser mais ou menos intensa e não se dá em posição átona: maduro (ü), mas madurar (u)”, mas o exemplo açoriano de urubu (ürü'bü) ou de gordura (gür'düra) mostra que pode, pelo menos, ocorrer uma assimilação que expanda a palatalização.

Quanto à ditongação, é preciso mencionar os casos encontrados nas ilhas do Grupo Central, abrangendo o falar da Terceira, algumas áreas da Graciosa e zonas do norte de São Jorge. Blayer lembra que “ditongação semelhante aparece documentada na fala do norte de Portugal”, como confirmamos em Cuesta & Luz (*idem, ibidem*):

Numa pequena zona nortenha (desde o Porto a Guimarães, Ponte de Lima, Barcelos e Póvoa do Varzim) produz-se a curiosa ditongação incipiente de [e] e [o] – tanto fechados etimologicamente como por metafonía – em [ye] e [wo]: *pera* ['pyera], *menos* ['myenuš], *poço* ['pwosu], *porto* ['pwortu]. Registra-se também essa ditongação quando se trata de [ɛ] e [ɔ]: *terra* ['tyɛra], *quero* ['kyɛru], *morta* ['mwɔrta].

Os exemplos coligidos por Blayer em sua investigação de campo nos Açores apontam para o fato de a ditongação com U ser comum quando essa vogal é precedida de consoantes bilabiais (p, b, m) ou velares (k, g). O exemplário também indica que o contato da vogal acentuada com as labiodentais (f, v), as dentoalveolares (t, d, n, l, r, s, z) ou a palatal lh pode gerar a ditongação. E cita (2004, p. 50): o milho > *u muilho*; cosido > *cuzuido*; pelo menos > *pulo muenos*; aberto > *abuerto*; idade > *idiade*; lá em casa

3 Embora sua maior presença aconteça na ilha de São Miguel, essa labialização do U também ocorre na ilha do Corvo e em algumas zonas da ilha do Pico.

> *la im kiasa*; comida > *kumuida*; convento > *kunvuento*; oitavo > *oitiavu*; estimasse > *istimiase*; servido > *survuido*.

Outros traços fonéticos relevantes encontrados nos Açores mostram fenômenos que também ocorrem em muitas regiões em que se fala o português. Alguns desses traços são praticados no Brasil, como a abertura de vogais pretônicas, a flutuação entre o R velar e o alveolar, a metafonia da vogal base de ditongos tônicos, o apagamento do R final de palavras oxítonas.

É Eugenio Coseriu quem afirma que “a linguagem é uma atividade humana universal que se realiza individualmente, mas sempre segundo técnicas historicamente determinadas” (1980, p. 91) e que “as línguas são entidades que resultam de como as pessoas veem e explicam realidades, criações socioculturais elaboradas por grupos de falantes que se identificam frente a outros falantes”, já que “as delimitações linguísticas não seguem critérios objetivos, mas, ao contrário, impõem-se ao mundo das experiências.” (1982, p. 26). Nesse sentido, as variações dialetais açorianas são constatações de que há fatores coletivos relacionados a fenômenos linguísticos relevantes para os estudos da sincronia e da diacronia do português⁴.

2. Uma Pequena Amostra: O volume I do *Atlas Linguístico-Etnográfico dos Açores* (ALEAç)⁵

2.1. Metodologia

Serafim da Silva Neto, na primeira frase do Guia para Estudos Dialetológicos (1957, p. 9), diz: “No Brasil, é preciso antes de mais nada criar uma mentalidade dialetológica, preparando um ambiente favorável às pesquisas de campo.” Na obra, ele propõe uma série de tarefas que julgava

4 Veja-se a esse respeito a matéria com o professor, escritor e ensaísta açoriano Victor Rui Dores em https://www.youtube.com/watch?v=7BTcK35UI38&ab_channel=Jos%C3%A9AgostinhoSarpa

5 Nesta parte do artigo, valemo-nos dos dados objetivos constantes do volume I do ALEAç, acrescidos de comentários e adaptações de redação.

urgentes para a implantação dos estudos dialetológicos no Brasil. Foi um entusiasta da ideia dos atlas linguísticos, mas sempre defendeu a necessidade de que também se fizessem estudos monográficos sobre o assunto, para dar mais “profundidade ao que os atlas têm em extensão” (1957, p. 267)⁶.

Os desafios para as pesquisas dialetológicas de campo são por demais conhecidos. Em Portugal não seria diferente, o que nos faz lembrar a pergunta que Celso Cunha propõe a si mesmo no clássico *Uma Política do Idioma* (1968, p. 53): O que é e para que serve um Atlas Linguístico? Ele mesmo responde:

Um Atlas é um grande vocabulário dialetal que visa a apresentar, de maneira científica e viva, sobre cada carta, as variantes de uma palavra ou de uma pequena frase em território mais ou menos vasto. Como as palavras e frases objetos da pesquisa são escolhidas previamente, depois de acurado estudo das formas culturais de uma comunidade – de que a língua é a expressão –, o *corpus* levantado, embora incompleto, torna possível ampla visão dos traços essenciais do vocabulário, sua repartição geográfica, sua vitalidade, história dos termos, viagens de palavras, evolução de formas gramaticais, diferenças de pronúncia, relação dos dialetos e falares com a língua culta. E, como a palavra está estreitamente ligada à coisa que designa, o Atlas permite também o aferimento da vivência de formas e complexos culturais.

Na terminologia técnica dos estudos linguísticos, a expressão "geografia linguística" é atribuída a um método dialetológico comparativo, cujo desenvolvimento começou a despontar no século XX e que, no Brasil, se iniciou em 1952, quando um ato do governo brasileiro determinou a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil (ALIB), tarefa que foi confiada à Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa.⁷

6 Os dois primeiros parágrafos deste tópico transcrevem, com pequenas adaptações, trechos do livro *Geo-História do Português: estudos sobre a história e a geografia do português na perspectiva brasileira* (HENRIQUES, 2019, p. 130).

7 No livro *Geo-História* trato minuciosamente desse tema, que subdivido em "fase geolinguística" e "fase cartográfica nacional" (p. 127-42)

A geolinguística

pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos de um determinado território, ou que, pelo menos, tem em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos ou aos falares estudados. (COSERIU, 1982, p. 79)

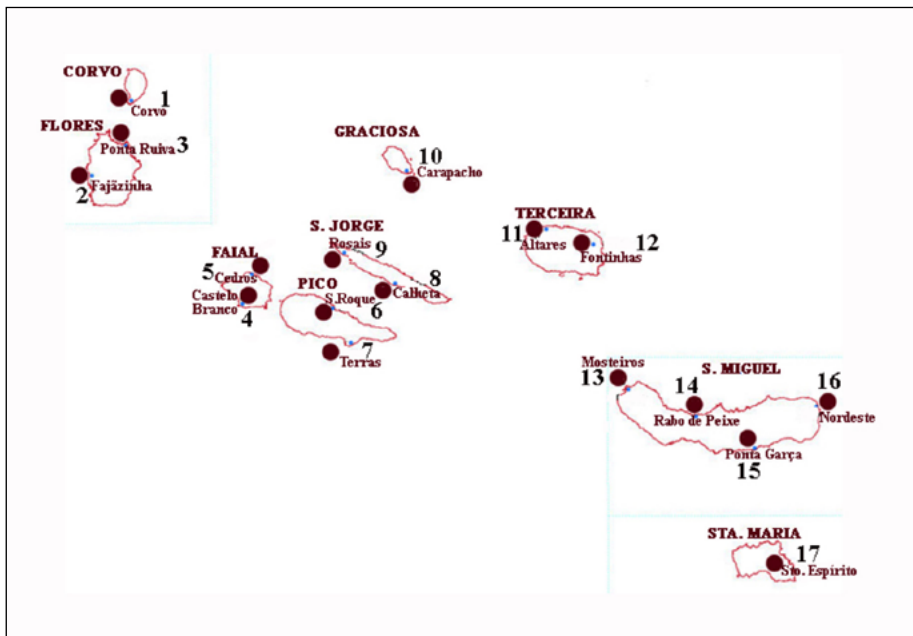


Figura 2. as 17 localidades

O ALEAç cobre um total de 17 localidades e estabeleceu uma rede de pontos de inquérito que levou em consideração (i) a diversidade linguística revelada pelos estudos anteriores e pelas primeiras observações de campo; (ii) a dimensão e configuração de cada ilha; e (iii) a distribuição da população não urbana.

Os pontos de investigação são 17, indicados na figura 2 e identificados na listagem abaixo:

- **Corvo:** Corvo (1);
- **Flores:** Fajãzinha (2) e Ponta Ruiva (3);
- **Faial:** Castelo Branco (4) e Cedros (5);
- **Pico:** S. Roque (6) e Terras (7);
- **São Jorge:** Calheta (8) e Rosais (9);
- **Graciosa:** Carapacho (10);
- **Terceira:** Altares (11) e Fontinhas (12);
- **São Miguel:** Mosteiros (13), Rabo de Peixe (14), Ponta Garça (15) e Nordeste (16);
- **Santa Maria:** Santo Espírito (17).

Para a elaboração do ALEAç, foi utilizado o Questionário Linguístico publicado em 1974 pelo então Instituto de Linguística (atual CLUL). Inicialmente, o questionário continha cerca de 4.000 perguntas de base lexical, abrangendo alguns aspectos fonéticos e morfofonológicos.

Dada a morosidade verificada na realização de inquéritos dessa envergadura, a partir de 1990 optou-se por encarar duas etapas de recolhas, reduzindo-se o Questionário, numa primeira fase, para cerca de metade das perguntas, contemplando os campos semânticos que correspondem aos temas citados. Paralelamente, verificou-se que os dados fornecidos pelos informantes englobavam um léxico muito mais abundante do que aquele que constava do Questionário. Por esse motivo, as noções que ao longo dos inquéritos apareceram de modo espontâneo e recorrente vieram a ser incluídas como adendos eventualmente cartografáveis. (...) Outras informações, esporádicas, surgidas a respeito de qualquer assunto, foram anotadas nos cadernos de inquérito como conceitos relacionados, e poderiam ser incluídas posteriormente nas notas aos mapas. Essas alterações justificam a não coincidência que se verifica entre o Questionário de 1974 e aquele que finalmente deu origem à publicação dos volumes. (ALEAç, v. I, p. 8)

Na coleta dos dados⁸, foram utilizados dois procedimentos essenciais: o da pergunta-resposta segundo o questionário e o da descrição de trabalhos, em conversa livre. A fim de não influenciar as respostas, as perguntas foram feitas, em geral, de modo indireto, a partir de uma frase definidora do conceito ou da coisa perguntada – definição que, por vezes, podia ser acompanhada ou mesmo substituída por uma fotografia ou desenho.

O discurso livre antecede, em alguns capítulos, a aplicação detalhada do questionário e é introduzido por uma pergunta de caráter geral. Esse tipo de discurso, não só permite aos investigadores terem uma primeira visão geral do assunto em foco, como constitui uma amostragem de fala continuada que possibilita outros tipos de análise linguística, tais como estudos de sintaxe e de aspectos morfofonológicos que o questionário não previu. (ALEAç, v. I, p. 8)

Duas outras informações relevantes se referem a questões operacionais e técnicas: (i) Os inquéritos foram integralmente gravados em suporte magnético analógico, e o registro total de materiais açorianos atinge cerca de 440 horas de gravação; (ii) O alfabeto fonético utilizado no ALEPG (e no ALLP) foi estabelecido em 1974, com base no IPA, incluindo, porém, uma série de 13 diacríticos, os quais permitiram uma adaptação às variantes fonéticas locais. Na pesquisa, registrou-se a utilização de 25 fones consonantais, 13 fones vocálicos e 2 fones semivocálicos.

Além disso, como os conceitos que constituíam o Questionário Linguístico abrangiam diferentes áreas semânticas, recorreu-se, na maior parte dos inquéritos, a um informante "principal", que respondia aos capítulos relacionados com a agricultura e a questões do conhecimento geral, e a informantes "secundários" para cada uma das partes que requeriam

8 O primeiro deslocamento do Grupo de Estudos de Dialectologia aos Açores ocorreu em 1979, quando se efetuaram recolhas de prospecção na totalidade das ilhas. A segunda incursão ocorreu em 1981 e apenas em 1995 e 1996, em virtude de restrições orçamentárias, foram retomados e concluídos os inquéritos linguísticos nos Açores.

saberes mais específicos, tais como os capítulos sobre carpintaria, tecelagem, moagem, etc.

Na escolha dos informantes adotaram-se os seguintes critérios: (i) pertencimento à localidade ou à zona do inquérito; (ii) reduzido nível de escolaridade; (iii) idade, geralmente, superior a 40 anos; (iv) ausência de defeitos de pronúncia; e (v) bom conhecimento dos assuntos inquiridos. A grande maioria tinha um nível de instrução básico (3ª ou 4ª classe), sendo analfabeta a minoria restante. Cerca de 80% dos informantes tinham idades compreendidas entre os 50 e os 75 anos, e mais de metade do total tinha entre 60 e 75 anos. Todos apresentavam boa capacidade de resposta.

Na lista de informantes, a profissão de *agricultor* foi atribuída aos que trabalhavam a terra, fossem ou não proprietários, e a de *doméstica*, que muitas informantes atribuíram a si próprias, incluía, na maior parte dos casos, a sua participação em trabalhos agrícolas.

O ALEAç não teve objetivos sociolinguísticos e, por isso, não incluiu na cartografagem dados identificadores das pessoas que forneceram as respostas. A identificação do autor de cada resposta, contudo, está registada nos cadernos de inquérito e na base de dados, podendo assim ser recuperada caso haja algum interesse nesse aspecto.

2.2. O Volume I

Na tradicional sociedade rural açoriana, a convivência com os animais domésticos sempre foi uma realidade, não sendo exagero reconhecer seu grande apego afetivo aos animais. É muito comum nas ilhas dizer-se que um bebê gordinho é um marrãozinho, que se dormir muito é um bacorinho e que uma menina com olhos pestanudos é linda como uma bezerrinha. Desde que o animal seja mencionado no diminutivo, e nunca na fase adulta, tais comparações são sempre elogiosas. De resto, é frequente os pais de bebês sem graça serem consolados dizendo que "os cães mais bonitos foram os cachorros mais feios". (cf. DIAS, 2015, p. 106-7)

O volume I do Atlas está organizado em duas partes. A primeira delas é chamada "Mapas Lexicais" e reúne cinco subgrupos. O primeiro deles intitula-se "generalidades", com substantivos e expressões substantivas (gado, rebanho de ovelhas, prado, rês, caminhos do gado, etc.) e verbos (apascentar, pastar, tocar). O segundo é denominado "Bovinos", e nele predominam os zoônimos (boi, vaca, touro, bezerro, novilho) ou os termos do cenário rural (estábulo, manjedoura, bosta, recipiente em que o gado bebe, colostro), mas também estão presentes os verbos ou expressões topicalizadas por eles (cobrir, lamber a cria, ruminar, estar no cio). Na terceira subseção, estão os "Ovinos e Caprinos", com as mesmas características do subgrupo anterior: zoônimos (carneiro, ovelha, cordeiro, bode, cabra), expressões e nomes inanimados (sujidade da lã, brincos, testículos) e verbos (castrar, berrar). O quarto grupo é denominado "Leite e Deivados", onde estão presentes substantivos (manteiga, leite, nata, queijo, coalhada) e verbos (mungir, coalhar). O último grupo se chama "O Porco e a Matança" e inclui substantivos (porco, verrasco, bácoro, banha, pocilga, focinho, tripa do cu, tutano, vinha d'alhos) e verbos (foçar, roncar, chauscar, raspar, desmanchar).

A segunda parte do Atlas é denominada "Mapas Morfofonológicos", com oito cartas: rês / reses (138), curral / currais (139), boi / bois (140), corno / cornos (141), porco / porcos / porca (142), leitão / leitões (143), leitão / leitoa (144) e osso / ossos (145).

As figuras seguintes ilustram os resultados dos inquéritos feitos a partir de três palavras do volume I: BOI (verbete 18), VACA (verbete 19) e PORCO (verbete 85).

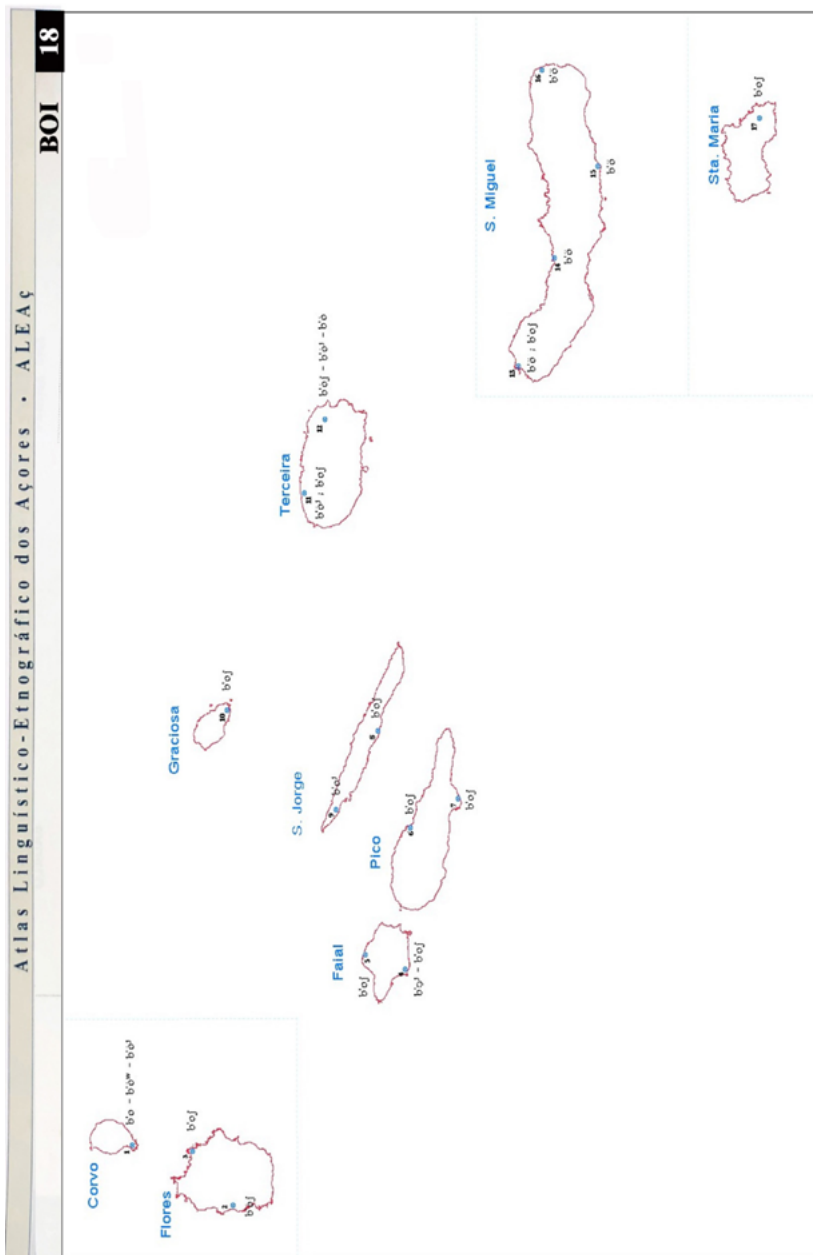


Figura 3. verbete 18

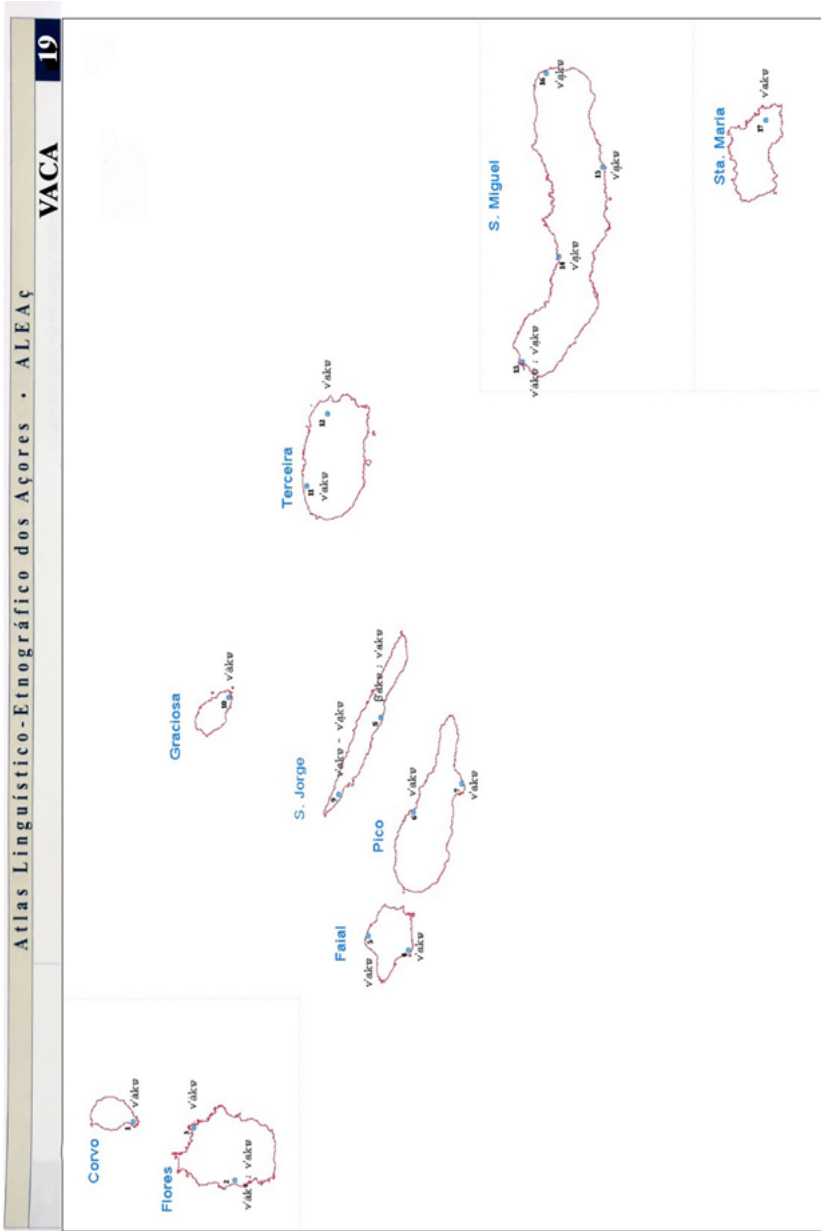


Figura 4. verbete 19

As observações sobre o verbete BOI (figura 3) oferecem alguns dados específicos. a saber:

Em São Miguel, designa-se por *boiato* o boi novo ou o bezerro que é castrado para o trabalho // Antigamente, nos Altares (ilha Terceira), dava-se aos bois de uma junta os nomes de *Amante e Brilhante, Amado e Cuidado, Ajuste e Contrato, Picardo e Lagarto e Querido e Amado* (ambos pretos) // Outros nomes frequentemente dados aos bois: na Fajãzinha (Flores) - *Gigante, Damasco, Brasil e Trigueiro* (preto); nos Mosteiros (São Miguel) – *Diamante, Teimoso, Brioso* (vermelho) e *Formoso* (vermelho).

A segunda palavra selecionada, como vimos, foi VACA (figura 4). No Atlas, não há nenhuma observação sobre ela, que será aqui acompanhada das informações extraídas do *Dicionário Sentimental da Ilha de São Miguel*, de Fátima Sequeira Dias (2015, p.38):

Desde os inícios do século XX se assistiu às primeiras experiências de lavoura para a sua transformação em laticínios, mas o *ciclo da vaca* iniciou-se após a Segunda Guerra Mundial. Assistiu-se a um intenso movimento de desbravamento de terras para permitir o cultivo, e a ilha transformou-se num imenso pasto. No pasto ou na estrada, quando o gado é deslocado para outras terras, a vaca tornou-se um elemento familiar da paisagem e do viver dos micalenses e dos açorianos em geral. Em 1970, ainda mais de 50% da população ativa de São Miguel estava ligada ao setor primário, arrolando-se no ano de 1973, 68.195 cabeças de bovinos. Na altura, o setor primário contribuía para 49% do PIB. Hoje a população ligada ao setor é inferior a 17% e a sua contribuição para o PIB regional é de 11%. Tal como os ciclos do passado, também o *ciclo da vaca* está a terminar.

São comuns, e não são pejorativas em São Miguel, as expressões "trabalhar nas vacas" e "o rapaz das vacas".

Sobre a palavra PORCO (figura 5), há as seguintes observações:

No Corvo, até há uns 60 anos atrás, todos os porcos eram levados diariamente para o terreno baldio que se situa na parte alta da ilha. Todas

as manhãs, cada lavrador encaminhava para lá o seu porco onde ficavam a pastar todo o dia. Ao fim da tarde, abria-se a cancela que isolava o terreno comunal e cada animal voltava sozinho para a sua pocilga, que distava cerca de 2 km. Por razões sanitárias, este hábito foi abandonado, e os porcos mais novos passaram a ser levados para determinados pontos do baldio, onde havia água e abrigos. Aí permaneciam desde março/abril até outubro/novembro. Durante esse período, os donos iam verificar, aos fins de semana, se tudo estava bem e levavam-lhes milho em grão para reforçar a sua alimentação. Passada essa época, eram trazidos para as pocilgas, que se encontravam junto das residências, onde ficavam mais um ano até serem mortos. Enquanto se encontravam no baldio, dizia-se que os animais estavam na *criação*. O conjunto dos porcos que estava no baldio era designado por *rebanho*.

Também na ilha das Flores é citado este costume: quando os atuais terrenos dos Serviços Florestais eram comunais, os donos levavam as suas porcas, com as crias, para aí pastarem durante um certo período de tempo.

Em Terras (no Pico) e em Calheta (São Jorge) *rebanho* e em Nordeste (São Miguel) *vara* indicam um conjunto de porcos.

Nos Açores não existe uma designação específica para o porco que é alimentado mais abundantemente antes da matança. As respostas obtidas para a pergunta relativa ao conceito ‘cevado’, foram: *gordo* (no Faial, em São Jorge e em São Miguel); *porco gordo* (também em São Miguel), *porco de engorda* (no Pico), *está à engorda* (no Corvo).

Em Ponta Garça (São Miguel) é feita referência a uma antiga profissão, a dos *enxarqueiros*, que eram os indivíduos que se dedicavam à compra de porcos e, simultaneamente, à venda de *manteiga*.

Na linguagem cotidiana, é comum a pergunta "*A tua porca vai ter marrãos?*", feita à mãe ou à sogra de uma jovem quando já se sabe que ela está grávida. Uma variante dessa pergunta, que ocorre em casos de dúvida sobre a gravidez, é "*Quando é que a tua porca vai ter marrãos?*"

A transcrição desses três verbetes⁹ e a apresentação analítica da tarefa executada pelos pesquisadores portugueses do campo da geolinguística nos Açores (a figura 6 reproduz a capa da obra), tem o objetivo de dar ciência aos leitores de um trabalho muito importante nessa área de estudos. Após examinar a metodologia praticada, os critérios de organização, o levantamento, a anotação e o registro das conclusões, fica a convicção de que as palavras de Lindley Cintra¹⁰, escritas em 1962, continuam presentes:

No duro e doloroso tempo que vivemos, quando, perante uma tão premente necessidade de ação, chego a pôr em causa, para mim próprio, o direito àquela tranquila investigação sobre as palavras, que é em princípio a vida do filólogo, penso frequentemente na minha experiência dialetológica e encontro nela motivos para prosseguir.

9 Em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/alea/Default.aspx>, é possível acessar todas as 1.175 cartas – disponíveis no linque "pesquisa" e no sublinque "ver todos".

10 Na página da dedicatória do ALEAç, o homenageado é Luís Felipe Lindley Cintra.

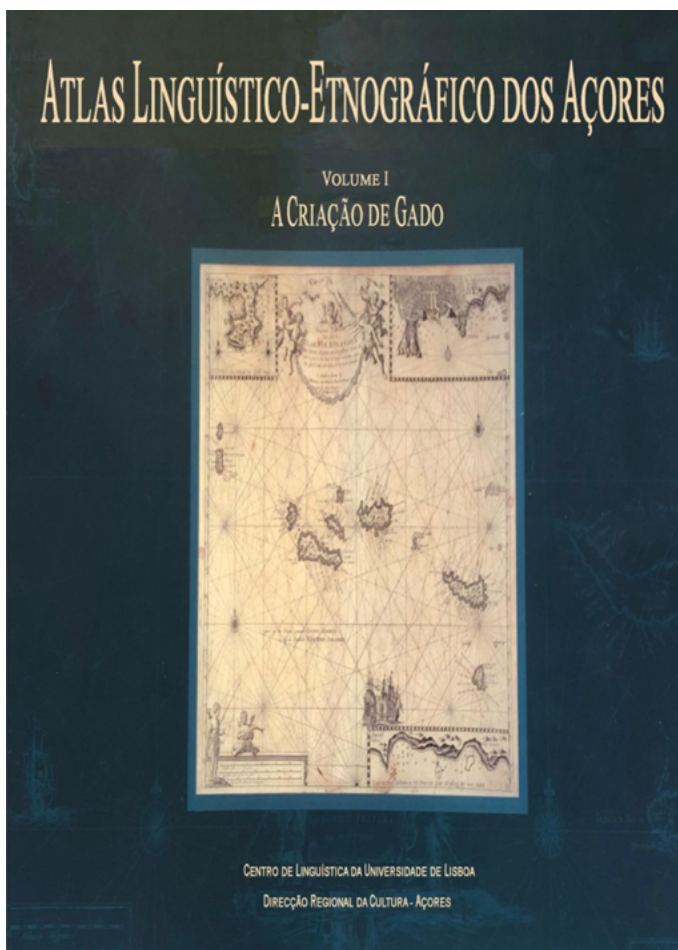


Figura 6. o volume I

Conclusão

A vida açoriana não data espiritualmente da colonização das ilhas: antes se projeta num passado telúrico que os geólogos reduzirão a tempo, se quiserem... Como homens, seus habitantes estão soldados historicamente ao povo de onde vieram e enraizados pelo *habitat* a uns montes de lava que

soltam da própria entranha uma substância que neles penetra. A geografia, para os açorianos, vale outro tanto como a história, e não é de balde que as recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes. Como as sereias, diz-se que os ilhéus têm uma dupla natureza, sendo de carne e pedra. Seus ossos mergulham no mar. Mas este simbolismo está muito longe de aludir com clareza aos segredos do ser açoriano, e mais parece um entretenimento linguístico do que um sério propósito de estudar o problema de cada uma de suas almas.

Vitorino Nemésio¹¹, que inspirou as linhas do parágrafo acima, escreveu que gostaria de, um dia, se pudesse fechar-se nas suas quatro paredes da Terceira, sem obrigações para com o mundo e com a vida civil já cumprida, tentaria redigir um ensaio sobre a sua açorianidade subjacente que o desterro afinava e exacerbava. "Antes desse dia de libertação íntima, mal poderei fazer-me entender dos outros. Um aceno de ternura, um vago protesto de solidariedade insular à distância é o muito que estas linhas podem significar."

Referências

BLAYER, Irene Maria F. Variação Linguística no Português Europeu: O Caso do Português dos Açores. **Signum: Estudos da Linguagem**, 2004, v. 7. n. 1, p. 43-60.

11 Vitorino Nemésio, poeta açoriano, nasceu a 19 de dezembro de 1901 na praia da Vitória (ilha Terceira). Foi também historiador, romancista, crítico e professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lecionou no Brasil em 1958. Publicou em poesia, entre outros, *O Bicho Harmonioso* (1938), *Eu, Comovido a Oeste* (1940), *Nem Toda a Noite a Vida* (1953), *O Verbo e a Morte* (1959), *Canto de Véspera* (1966) e *Sapateia Açoriana, Andamento Holandês e Outros Poemas* (1976). Publicou ainda os romances *Paço de Milhafre* (1924), *Varanda de Pilatos* (1926) e *Mau Tempo no Canal*, seu trabalho mais famoso (1944). Vitorino Nemésio faleceu em Lisboa, a 20 de fevereiro de 1978, tendo sido sepultado na cidade de Coimbra, no cemitério de Santo António dos Olivais.

COSERIU, Eugenio. **Lições de linguística geral**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

-----, **O homem e a sua linguagem**. Rio de Janeiro: Presença, 1982.

CRISTÓVÃO, Fernando (coord.). **Dicionário temático da lusofonia**. Lisboa: Texto, 2006.

CUESTA, Pilar V.; LUZ, Maria Albertina Mendes da. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Edições 70, 1980

CUNHA, Celso Ferreira da. **Uma política do idioma**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975. A 1ª edição é de 1968.

DIAS, Fátima Sequeira. **Dicionário sentimental da Ilha de São Miguel**. Ponta Delgada: Publiçor, 2015.

FERREIRA, Manuela Barros; SARAMAGO, João; SEGURA, Luísa & VITORINO, Gabriela. **Atlas linguístico-etnográfico dos Açores**. volume i – a criação de gado. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2008.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Geo-história do português**: estudos sobre a história e a geografia do português na perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

LIMA, Manuela. Povoamento e História Demográfica dos Açores: o contributo da genética. **Boletim do Núcleo Cultural da Horta**, 17. Núcleo Cultural da Horta, p. 227-41, 2008.

NEMÉSIO, Vitorino. "Açorianidade". Coimbra: Cruz de Celas. **Insula** 7-8, número especial comemorativo do V Centenário do Descobrimento dos Açores, 1932, Ponta Delgada, p. 59, 1932.

SILVA NETO, Serafim da. **Guia para estudos dialetológicos**. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas para a Amazônia, 1957.

SILVEIRA, Pedro da. **Antologia de poesia açoriana**: do século XVIII a 1975. Lisboa: Sá da Costa, 1977.

Páginas consultadas

<http://www.culturacores.azores.gov.pt/cca/Default.aspx> Acesso em 25/02/2021.

<https://www.azoresgreenmark.com/pt/acoress/history/> Acesso em 25/02/2021.

<http://www.icpd.pt/> Acesso em 25/02/2021.

<https://www.escritas.org/pt/bio/vitorino-nemesio> Acesso em 25/02/2021.

Evanildo Bechara: o percurso dos estudos gramaticais e suas perspectivas

Evanildo Bechara: the path of his grammatical studies and its perspectives

Nancy dos Santos Casagrande*

Neusa Barbosa Bastos**

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir a importância dos estudos gramaticais desde a década de 1970, século XX, até a década de 2010, século XXI, por meio de textos publicados pelo emérito Prof. Dr. Evanildo Bechara, filólogo, gramático e linguista de primeira ordem. Nosso enfoque será o final da década de 1970, com o lançamento do livro “Ensino de Gramática. Opressão? Liberdade?”, no qual expôs uma intrigante reflexão sobre o estado do ensino de Língua Portuguesa no Brasil, mais especificamente, sobre o ensino de gramática.

Palavras-chave: Gramática, Ensino, Língua Portuguesa

ABSTRACT

This article aims at discussing the importance of grammatical studies from the 1970's until the decade of 2010 through texts published by the emeritus Professor Dr. Evanildo Bechara, prominent philologist, grammarian and linguist. Our focus

Articelistas convidados

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.499>

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, nancy.casagrande@gmail.com, orcid.org/0000-0003-1501-5216

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, bastos@mackenzie.br, orcid.org/0000-0001-5529-4606

Confluência. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, Especial 30 anos, p. 544-563, junho 2021

will be on the last few years of the 1970s, with the publication of the book “Ensino de Gramática. Oppression? Liberdade?” (“The Teaching of Grammar: Oppression? Liberty?”), in which he stated an intriguing reflection on the situation of Portuguese language teaching in Brazil, more specifically, on the teaching of grammar.

Keywords: Grammar, Teaching, Portuguese Language

“Temos de ser um ‘poliglota’ dentro de nossa própria língua. Devemos saber usar as muitas variantes da língua nos momentos adequados.”

(Evanildo Bechara)

Objetivamos discutir a importância dos estudos gramaticais desde a década de 1970, século XX, até a década de 2010, século XXI, por meio de textos publicados pelo emérito Prof. Dr. Evanildo Bechara, filólogo, gramático e linguista de primeira ordem. Em primeiro lugar, enfocaremos o final da década de 1970, com o lançamento do livro “Ensino de Gramática. Opressão? Liberdade?”, no qual expôs uma intrigante reflexão sobre o estado do ensino de Língua Portuguesa no Brasil, mais especificamente, sobre o ensino de gramática. Sem sombra de dúvida, suas reflexões, ainda hoje, fazem o leitor repensar seriamente sobre o cidadão que a escola brasileira pretende formar. Isso, por si só, já seria uma imensa contribuição para o ensino de Português. Mas o alcance do livro é maior, na medida em que toca a questão central, que é justamente o ensino de Português. Por essa razão, o objetivo deste artigo é encontrar, não só no livro acima citado, mas também em capítulos publicados e em prefácio de outras de sua autoria, a figura de Evanildo Bechara e suas considerações acerca do ensino de Língua Portuguesa.

Inicialmente, lembremos sua ponderação acerca da apresentação das três gramáticas existentes: gramática geral, descritiva e normativa. Sob a sua ótica, o professor recorre somente às duas primeiras, descartando a gramática normativa, que realmente ajudaria na educação linguística do aluno. Tal

postura deveria ser lembrada por todos os professores que estão em contato com os alunos diariamente, uma vez que a concepção de norma deve ser retomada a cada passo no ensino de Língua Portuguesa.

Por norma linguística, entendemos, como Coseriu (1979), que a língua pode ser vista a partir de dois níveis de abstração: o sistema como o conjunto de possibilidades de uma língua, definindo o que pode e não pode ser linguisticamente realizado e a norma como conjunto de imposições sociais e culturais que favorecem o uso de determinadas possibilidades do sistema em detrimento de outras. Tais conceitos são adotados por Bechara que se baseou no linguista citado e que conheceu um grande professor que deixou muitas contribuições para o ensino de Língua Portuguesa: Manoel de Said Ali, cuja amizade profícua permitiu-lhe refletir sobre o campo linguístico, trilhando caminhos cada vez mais instigantes em seus estudos.

Evanildo Bechara é um propagador de sua língua, de seus conhecimentos, um seguidor de preceitos que tem plena consciência de que eles são para serem refletidos, analisados, antes de serem ensinados aos alunos. Em sua obra, há sempre a preocupação com a reflexão sobre a prática pedagógica, numa incessante busca de tornar o aluno *um poliglota na sua própria língua*, tornando-o autônomo

à medida que dispõe da sua modalidade lingüística e está à altura de decodificar mais algumas outras modalidades lingüísticas com as quais entra em contacto, quer aquela utilizada pelas pessoas culturalmente inferiores a ele, como aquelas a serviço das pessoas culturalmente superiores a ele. (Bechara, 2004,13-14)

Estudioso incansável, Bechara destaca-se como um professor reflexivo, pois sempre parte da gênese e da crítica dos conceitos antes de opinar sobre os conteúdos de sua área. Com grande propriedade, consegue transpor didaticamente para seus livros todo o conhecimento acumulado ao longo dos anos, das viagens, dos estudos, das pesquisas e da preparação de suas aulas, no campo universitário. Esse procedimento mostra-se como

resultado de suas avaliações, investigações, aprofundamento, análise e crítica das gramáticas e das novas perspectivas teóricas linguísticas.

Desse modo, podemos afirmar que um dos grandes méritos do professor Bechara é mostrar que regras gramaticais de uma língua são diferentes da gramática de uma língua. Para explicar melhor essa diferença, sua proposta é a de que os professores trabalhem a gramática, não como um livro a ser lido e decorado, mas sim lido de maneira crítica e reflexiva, tendo como pano de fundo a concepção de que língua é uma abstração que só se concretiza em diferentes normas sociais e linguísticas e sempre de acordo com os usos dos falantes ou mesmo com as linguagens. Além disso, os professores devem conscientizar-se de que as regras gramaticais não são para serem decoradas, pois elas são paradigmas de conhecimento: estão entre a formalização da língua e as variações linguísticas. Ademais, como o próprio professor afirma:

cada modalidade da língua tomada homogênea e unitariamente, ou, em outros termos, toda língua funcional – como a entende o lingüista Eugenio Coseriu – tem a sua gramática como reflexo de uma técnica lingüística que o falante domina e que lhe serve de intercomunicação na comunidade a que pertence ou em que se acha inserido. (Bechara, 2004:13).

De acordo com Cavallet (1999), um profissional autônomo é aquele que demonstra *capacidade profissional em conceber e implementar novas alternativas, diante da crise e dos problemas da sociedade*. Em “Ensino de Gramática. Opressão? Liberdade?”, Evanildo Bechara aponta para algumas crises relacionadas ao ensino de Português. A primeira delas é uma crise de natureza institucional, que tem levado ao privilégio do padrão popular e informal de linguagem, em detrimento do uso do padrão culto, o que àquela época – já marcava Bechara – produzia grande distanciamento entre os registros de linguagem de Português. Uma segunda crise a que ele se refere é àquela localizada na universidade, que, em seu tempo, absorvia as, então, novas teorias linguísticas e as ensinava de modo conflitante e sem as devidas associações com o ensino de Português, de modo que não concorriam

para a maturidade doutrinária delas mesmas, como também dificultavam o desenvolvimento de um saber elocucional, idiomático e expressivo por parte dos alunos. Por fim, a terceira crise a que Bechara se refere é aquela localizada na escola, que não faz as distinções necessárias entre gramática geral, gramática descritiva e gramática normativa. Isso faz com que os professores se atenham aos dois primeiros tipos, desprezando o terceiro, justamente aquele que concorre a uma ampliação no desenvolvimento linguístico do aluno na efetivação de seu potencial idiomático.

Em meio a essa crise, uma clara luta se desenhava entre o “tradicionalismo” e as inovações propostas pelas teorias linguísticas emergentes (e, então, mal aproveitadas), cujos estudos no Brasil foram divulgados especialmente por Manoel de Said Ali e Joaquim Mattoso Câmara Jr. Não se podia perder de vista que o foco do ensino de Língua Portuguesa sempre deveria ser o desenvolvimento do aluno como cidadão. É por essa razão que Evanildo Bechara vai trilhar dois percursos interessantes, que abordaremos aqui, a fim de mostrar sua postura de professor: o primeiro dos percursos é o que se volta para a Educação Linguística; o segundo, o da absorção lenta, gradativa e equilibrada das novas teorias linguísticas aplicadas ao ensino de Português.

Apoiado nos estudos realizados pelo italiano Raffaele Simone, Evanildo Bechara propõe a Educação Linguística como uma prática voltada para o desenvolvimento do cidadão, que se vale da linguagem para obter sucesso em suas interações sociais. Nesse sentido, para o autor, a escola deve conceber a linguagem não mais como código ou sistema homogêneo, mas repleto de possibilidades, de funções (instrumental, regulador, interpessoal, pessoal, heurística, imaginativa e representativa) e de variações decorrentes de fatores históricos, regionais e pessoais; deve se conscientizar de que a linguagem varia de acordo com a situação sócio histórica em que o indivíduo se encontra. Dessa maneira, deve ensinar com o intuito de transformar o falante em *poliglota na sua própria língua*.

No modo de entender de Evanildo Bechara, tendo em vista, por comparação, a proposta de educação linguística, o currículo tradicional que se põe em execução na década de 1970 mostra-se, em geral, antieconômico, banal, inatural e, por isso mesmo, improdutivo. Antieconômico por ensinar aos alunos o que eles já dominam graças ao saber linguístico prévio; banal, porque o tipo de informações que são subministradas aos alunos nada ou pouco adiantam à capacidade operativa do falante; inatural, porque muitas vezes segue o caminho estruturalmente inverso à direção do desenvolvimento linguístico dos alunos, partindo dos componentes linguísticos não dotados de significação para os dotados dela, isto é, da fonética e fonologia para a morfologia e, depois, a sintaxe e a semântica.

Nesse sentido, para o autor, é dever não só dos educadores e de todos que militam nas escolas, mas também das autoridades federais e estaduais e da sociedade como um todo, enfrentar este problema, concorrendo para sua solução, pois o destino da educação se confunde com o próprio destino dessa mesma sociedade. De modo mais específico, a tarefa do professor de língua materna é buscar a cultura integral do aluno, é fazê-lo entrar no mundo maravilhoso das informações que veiculam os textos literários e não – literários, modernos e antigos, de modo que o conhecimento de língua materna se torne uma ocasião propícia para abrir os limites de uma educação especificamente linguística. Compete, pois, ao professor de Português ministrar aos seus alunos conteúdos capazes de levá-los à compreensão do mundo que os cerca, nos mais variados campos do saber.

Passando a outras obras, é de se notar que Evanildo Bechara demonstra grande e perene preocupação com o ensino de Língua Portuguesa¹ e, por extensão, com a atuação do professor de Português. Aqui, conforme dissemos, tentaremos recuperar a imagem de Evanildo Bechara – professor,

1 As últimas palavras do prefácio à primeira edição do “Lições de Português pela análise sintática” confirmam tal preocupação do autor: *a satisfação de ter contribuído para o aperfeiçoamento do ensino da análise sintática.*

que sobressai nos prefácios de seus livros “Lições de Português pela análise sintática” e “Moderna Gramática Portuguesa”. O primeiro livro, mais prático, apresenta exercícios e várias reflexões sobre a sintaxe, assunto que amedronta os alunos e preocupa igualmente os professores. O ensino de sintaxe tem sido problemático, pois os alunos estudam-na durante anos a fio e muitos chegam ao curso de Letras, sem sabê-la, pedindo que os professores apresentem novamente conceitos em sala de aula. O interesse por esse assunto foi tão grande por parte dos diferentes leitores, que tal compêndio já estava, em 2005, na 17ª. Edição revista e ampliada. O segundo compêndio:

Mais que um livro de referência para especialistas, esta obra, revista e ampliada, oferece ao leitor o extraordinário universo que é a língua portuguesa em suas múltiplas manifestações e reúne a maior coletânea de assuntos gramaticais até agora estudados. (1ª. orelha da MGP, 37ª. Edição)

Escrito com o intuito de *conferir à análise sintática a posição adequada no ensino de nossa língua*, “Lições de Português pela análise sintática” foi publicado em março de 1960, mesma época de promulgação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), ano também das publicações de Celso Pedro Luft e de Adriano Kury, ambas com a intenção de explicar e exemplificar a NGB para os leitores. Embora não tenha sido este o objetivo primeiro de Evanildo Bechara, ele faz menção direta à NGB, quando afirma *levei em consideração a Nomenclatura Gramatical Brasileira, mas em alguns pontos, tomei a liberdade de propor à douta Comissão e aos colegas de magistério orientação diferente que me pareceu mais acertada.*

Não há dúvida de que nessa passagem do prefácio à primeira edição do “Lições de Português pela análise sintática” já se pode contemplar a postura de professor que marca Evanildo Bechara: a de não só estar atento ao que de mais importante ocorre nos estudos relativos à Língua Portuguesa, em geral, e à língua, em particular, como também não as aceitar passivamente, mas de modo crítico, reflexivo e produtivo. É nesse sentido que, como explícita

demonstração de humildade, ele propõe à *douta comissão e aos colegas de magistério orientação diferente* que a ele pareceu mais acertada.

Essa mesma humildade se reapresenta quando ele afirma sua gratidão e seu reconhecimento aos mestres que serviram de base doutrinal, embora não lhes siga as pegadas em sua totalidade. No prefácio à segunda edição (junho de 1961), o gramático cita textualmente o nome daqueles a quem chama de *mestres e amigos*²: Martinz de Aguiar, Antenor Nascentes, Aduino Pontes, Adriano da Gama Kury, Othon Garcia, Olmar Guterres, Artur Loureiro de Oliveira Filho, seguidos de Júlio Nogueira, Sousa da Silveira, Ismael de Lima Coutinho, Rocha Lima, Paulo Rónai, e ainda Said Ali, Mário Barreto e Epifânio da Silva Dias. Vê-se ainda reapresentada a humildade do gramático quando deixa clara sua pretensão, que é a de *estimular o gosto pela língua portuguesa*.

Ainda no prefácio à segunda edição, Evanildo Bechara revela que, para a produção da primeira, ele se valeu da *leitura dos sugestivos livros de Matoso Câmara Jr, Leonard Bloomfield e Charles Bally*. No entanto, por *comodidade didática*, ele preferiu filiar-se à maneira tradicional de encarar as questões relativas à sintaxe. A esse argumento, ele soma o de que a sintaxe é a área em que *com mais lentidão se pode romper com a larga tradição gramatical em que se alicerça nosso ensino*.

Quinze anos mais tarde seria lançada a décima edição do “Lições de Português pela análise sintática”. O autor considera que já era tempo de melhorar *alguns pontos que de há muito vinham destoando de conceitos divulgados pelo avanço dos estudos lingüísticos*. Todavia, dado o público a que o livro se destina, Evanildo Bechara preferiu *não enveredar por caminho diferente daquele que se costuma chamar de tradicional*, o que implica, segundo o autor, não aproveitar os estudos iniciados por Noam Chomsky (1957). Sua justificativa para não se valer dos estudos chomskyanos também é a de que eles *ainda apresentam ao professor de língua embaraços para*

2 Ao fazer isso, sua intenção era a de que *se registrassem as fontes onde os interessados pudessem colher notícia mais larga dos pontos aqui tratados*.

sua proveitosa utilização em compêndio escolar. A seguir, o autor faz uma dura afirmação em relação ao aproveitamento dos estudos de Chomsky para o ensino de Português:

Enfeitar as páginas iniciais com árvores, sob a ilusão de que esgotam a teoria transformacional, e logo depois confundir os novos conceitos com noções e posições tradicionais é jogar areia nos olhos do leitor incauto, mas é também aviltar-se perante o julgamento do leitor inteligente. Por outro lado, confundir as noções de teoria da comunicação com lições de língua é passar ao próprio autor atestado de ignorância em dois campos diferentes, mas contíguos, de estudo.

Notamos claramente que, embora Evanildo Bechara seja, desde o início de suas publicações, um autor atento aos estudos linguísticos de seu tempo, ele não os incorpora gratuitamente em seus livros, porque tem em mente sempre o leitor geral de seu livro e, principalmente, o professor, considerado como *quem o aplica, como compêndio paralelo, nas suas aulas a estudantes de língua portuguesa.*

Como vimos até aqui, a preocupação de Evanildo Bechara, com o ensino de Português, é oferecer ao professor de Língua Portuguesa um material de qualidade para o exercício de sua profissão. Sua postura, na verdade, revela um profissional envolvido com o seu trabalho, que entende seu papel, sua identidade e que não se conforma de modo passivo com a situação presente, mas com autonomia e responsabilidade, busca meios de melhorá-la.

No prefácio da 17^a. Edição, o professor Bechara nos mostra, por meio de suas palavras o caminhar cuidadoso de seu trabalho. Ele não se torna independente da NGB, e afirma-se filiado a ela, mas procura levantar questões pertinentes que mostram que há pontos que conflitam entre os estudos de sintaxe e os propostos pela NGB. Ele o faz de maneira respeitosa e reflexiva:

Saída em 1960, a presente obra passou por sucessivos melhoramentos nas edições subseqüentes até a 15^a., graças a estudos pessoais e à experiência de sala de aula, bem como às sugestões de colegas de magistério e ao

apoio dos três editores anteriores: Fundo de Cultura, Grifo Edições e Padrão Livraria Editora.

Em todas as edições, a obra esteve presa, na medida do possível, às recomendações da Nomenclatura Gramatical Brasileira.

(...) Todavia, como se trata de uma obra cuja filiação à NGB procuramos respeitar, optamos por apresentar a seguir uma relação, resumida quanto possível, de pontos em que elas diferem da doutrina e da nomenclatura da MGP (Moderna Gramática Portuguesa- explicação nossa e da GELP (Gramática Escola da Língua Portuguesa- idem).

É no prefácio que percebemos o postulado de fé do trabalho do professor homenageado, mostrando sua grande preocupação com o ensino:

Outra novidade desta edição é a correção de todos os exercícios, mediante os quais procuramos também apresentar aos colegas e, principalmente, aos alunos alguns comentários que julgamos úteis à atividade da análise sintática e ao seu estudo.

Se estes melhoramentos continuarem a merecer a simpatia dos colegas e promoverem o aproveitamento de alunos e estudiosos da sintaxe portuguesa, dar-nos-emos por bem pago.

Frente a essa postura do gramático enquanto professor não só preocupado com o processo de aprendizagem do aluno, mas também com o envolvimento do docente nesse processo, é que retiramos alguns exemplos do ensino de sintaxe na obra “Lições de Português pela análise sintática” a fim de mostrar como seu trabalho se faz. A lição VII que trabalha a noção de adjunto não apresenta meras definições de adjuntos adnominais e adverbiais. Ele as relaciona com a Interrogação direta e indireta, mostrando com propriedade e clareza a diferença de advérbios de base nominal e pronominal.

O adjunto adnominal não é um fato linguístico isolado, por isso Bechara discute também o emprego da vírgula quando aborda esse assunto.

O adjunto adverbial não é só sintaxe, ele também o imbrica com a semântica, por isso o autor acrescenta também os diferentes significados

possíveis de tais adjuntos: assunto, causa, companhia, concessão, condição, entre outras possibilidades.

Outro aspecto que nos chamou a atenção foi ele apresentar os pontos de contato entre o advérbio e o adjetivo, tão confundidos pelos iniciantes na arte da gramática.

Essas breves considerações sobre o capítulo VII, nos levam a afirmar que o autor se preocupa também com a coesão dos textos, pois inclui, de modo muito pertinente, o emprego de vários advérbios terminados em *mente*, por exemplo.

Podemos perceber, assim, que Evanildo Bechara considera o ensino gramatical, não um ensino puramente metalinguístico e, muito menos, um fim em si mesmo. A gramática e, especialmente, a análise sintática são importantes para que o estudioso da área tenha uma noção completa da Língua Portuguesa e que possa realizar operações de pensamento importantes, para o seu crescimento intelectual e de língua, tais como comparações, análises e sínteses. Nesse sentido, o estudo da gramática permite ao leitor perceber ambiguidades no texto que podem comprometer seu real sentido.

Como bom professor que é, o autor parte não só do conhecimento prévio dos leitores, mas também de conhecimentos mais simples para chegar aos mais complexos, a fim de permitir a assimilação de novos dados e a reflexão apurada sobre a língua. Devemos acrescentar, ainda, que Bechara não faz uma gramática fragmentada em partes estanques, mostrando que os diferentes conhecimentos dos níveis gramaticais se entrelaçam e não são absolutamente independentes, quais sejam: a morfologia, a sintaxe, a semântica e a estilística.

Importante é, em uma homenagem como essa, destacar algumas frases do professor Bechara que se tornaram célebres:

(...) que o aluno saiba escolher as modalidades adequadas a falar com gíria, a falar popularmente, a saber entender um colega que veio do Norte ou que veio do Sul, com os seus falares locais, e que saiba também, nos

momentos solenes, usar essa língua exemplar, que é o patrimônio da nossa cultura e que é o baluarte que esta Academia defende.

(...) a gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva, científica...

Nenhuma língua é per si clara ou obscura, o pensamento que através dela se comunica é que é claro, obscuro, contundente ou não. ³

Nenhum modo de falar é correto em si mesmo. (...) nenhum modo de falar é por si mesmo exemplar.⁴

De acordo com Pimenta & Anasatsiou (2002:113), *na construção da identidade do docente busca-se reelaborar os saberes inicialmente tomados como verdades, em confronto com as descrições das práticas cotidianas, que se tornaram auxiliares nesse processo e em relação à teoria didática.* Ao acompanhar a carreira de Evanildo Bechara, nota-se uma identidade em constante reelaboração na busca de melhorar sua prática profissional e sua contribuição ao ensino de Língua Portuguesa. Não é de provocar estranheza, por exemplo, a nova edição da *Moderna Gramática Portuguesa*, em que o autor apresenta significativa remodelação não só na estrutura da gramática como também na inserção de teorias linguísticas para dar conta dos fenômenos de linguagem.

Nesse sentido, podemos afirmar que são de grande importância suas observações, pois como conhecedor das inúmeras correntes linguísticas da época, ele se mantém filiado à NGB, apresentando-nos outras possibilidades de leitura de diferentes autores. Na página 172, podemos vislumbrar uma dessas leituras que nos serve como exemplificação:

3 Texto na íntegra disponível no link <http://www.novomilenio.inf.br/idioma/20000704.htm> acesso em 12 fev. 2021.

4 Entrevista na íntegra disponível no link <http://www.novomilenio.inf.br/idioma/20000704.htm> acesso em 12 fev. 2021.

OBSERVAÇÃO: Estas expressões alternam com as de preposição ‘a’ “... se lhe não despedaçou membro por membro o corpo em tão miúdos retalhos, que os **desse a comer**, como ele dizia às aves. ANTÔNIO VIEIRA, Sermões, VIII, 270)”. MÁRIO BARRETO, entretanto, parece entrever aqui uma imitação do francês: “A preposição à entre donner e infinitivo equivale a de: Donner à boire e à manger, dar de comer e beber. (...) Nessas construções dar de comer, dar de almoçar, dar de mamar, pedir de beber, pedir de almoçar, ganhar de comer, o complemento formado por ‘de’ e um infinitivo é, na sua origem, de caráter adjetivo. ...

São inúmeras as suas obras: *Na Ponta da Língua, volumes 6 e 7*, publicadas pela editora Lucerna; *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*; *Gramática Escolar da Língua Portuguesa com exercícios e respostas*; *Para Segismundo Spina: Língua, Filologia e Literatura*; *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?* publicada pela editora Ática; *Investigações Filológicas*; *Lições de Português: pela Análise Sintática*, e *Moderna Gramática Portuguesa*, ambas publicadas pela editora Lucerna, sendo que *Lições de Português: pela Análise Sintática*, já foi revista e ampliada e, em 2001, encontrava-se em sua 37ª edição, permitindo que os professores especialistas da área ou não a tomem como livro de cabeceira, pois ela é ampla e abrangente. Sobre ela afirmou o acadêmico Antônio Felício Olinto, em 04 de julho de 2000:

Só há um homem que, no Brasil, compreende este ritmo (do ritmo da língua portuguesa- anotação dos autores), é Evanildo Bechara. Mas não só isso, porque ele é lexicólogo, gramático, professor emérito, no sentido autêntico da palavra, não só no sentido oficial, e escreveu uma moderna gramática portuguesa, que é a melhor que tivemos, não nos últimos quinhentos anos, mas nos últimos cinquenta. Do meu tempo de estudar a língua de que eu viria mais tarde a ser escravo, que é a língua portuguesa, me lembro de todas aquelas gramáticas das décadas de 30 e 30, e o entusiasmo com que mergulhava nelas. Apesar de ter chegado a esta vetusta idade, mergulho na gramática de Evanildo Bechara e ali vou encontrar o fluxo normal, o

ritmo, a beleza e as explicações precisas e ... língua que é a minha, que fez o meu país, e que faz o nosso país, neste tempo.⁵

Devemos ainda, mencionar a face do filólogo Evanildo Bechara que conheceu e conhece com profundidade toda a questão histórica da Língua Portuguesa com base em estudos latinos, gregos e de diversas outras línguas românicas ou não, como o alemão. No texto que selecionamos “*Aspectos da etimologia do português. Por que segunda-feira em português?*” apresentamos um excerto que julgamos peculiar para os conhecimentos de nossa língua em relação a outras línguas latinas, de acordo com Bechara (in Batos, 2004, p. 15):

Aquele que entra em contato com outras línguas, quer românicas, germânicas ou célticas, comparando-as com a língua portuguesa, cedo se dá conta de que nosso idioma se distingue da maioria das outras por usar, na denominação dos dias da semana, o substantivo *feira*, de segunda a sexta, enquanto as outras continuam com antigas formas pagãs, correntes desde sempre no latim. Assim, enquanto usamos em português *segunda-feira*, *terça-feira*, *quarta-feira*, *quinta-feira* e *sexta-feira*, o espanhol, tão próximo de nossa língua em tantíssimos aspectos do léxico, emprega, respectivamente, *lunes*, *martes*, *miércoles*, *jueves* e *viernes*. Se passarmos a outra língua irmã do português pela comum procedência latina, o francês, encontraremos *lundi*, *mardi*, *mercredi*, *jeudi* e *vendredi*. Se dermos mais um passo ainda em território lingüístico românico, vamos encontrar no italiano formas que patenteiam o íntimo parentesco com o francês e mais afastadas do espanhol, mas com as mesmas marcas da presença do paganismo nessas denominações: *lunedì*, *martedì*, *mercoledì*, *giovedì* e *venerdì*. Fácil é concluir que o elemento *di* do francês e o *di* do italiano é o substantivo latino *dies* “dia”, elemento que no espanhol *el día lunes* acabou por se suprimir, à semelhança do que fazemos com *feira* quando dizemos *a segunda esteve chuvosa* por *a segunda-feira esteve chuvosa*. É bem verdade que houve a tentativa de introduzir-se na Espanha a construção com *feria* e até em território leonês,

5 Texto na íntegra disponível no site <http://www.novomilenio.inf.br/idioma/20000704.htm> acesso em 10 fev. 2021.

ao norte e na Galiza, aqui especialmente com *sesta feria* e variantes por *viernes*, não tão corrente como em português. Na história do espanhol ocorreu ainda uma alteração lingüística interessante em que se patenteia que as formas discordantes de uma série acabam, por analogia, acertando o passo com as demais, sob o peso da influência da maioria. O latim *dies lunae* “o dia da lua”, bem como *dies mercurii* “o dia de Mercúrio” não poderiam corresponder a *lunes* e *miércoles* do espanhol, se atendessem às normas de fonologia histórica do idioma; seus representantes, se assim procedessem, seriam *lune de lunae* e *miércore de mercurii*, somente por hipótese, porque tais formas nunca existiram na língua de Cervantes.

Suas observações acuradas a respeito do uso de expressões utilizadas em qualquer nível de fala e constantes em nossas vidas como os dias da semana, formas tão diferentes em relação a outras línguas românicas e, para tais diferenças, são mostradas explicações importantes e claras para todos os estudiosos de Língua Portuguesa ou de qualquer outra língua que note as diferenças lingüísticas entre as línguas neolatinas.

Ainda há a complementação das explicações:

E agora chegou a ocasião de entrarmos na explicação do porquê da *segunda-feira*, *terça-feira*, etc. até a *sexta-feira* em português, inovando, assim, em face das denominações pagãs vivas nas suas irmãs românicas.

O passo inicial foi dado pelo repúdio que devem ter sentido os cristãos em continuar usando para os dias da semana os nomes pagãos que apadrinham essas denominações. Uma primeira e penosa vitória já tinham alcançado com a implantação de *sábado* (em vez do antigo *Saturni dies*) e *domingo*; uma, relíquia dos judeus, a outra, do tesouro próprio. Era necessário, portanto, não esmorecer e continuar a campanha em busca do apagamento das reminiscências desses “nomes sordidíssimos”, como lhes chamou São Cesário.

A proposta da Igreja consistia em continuar com o sistema enumerativo – já praticado pelos judeus e árabes, portanto já difundido em grande parte do mundo conhecido, bem como aceito por diversos cristãos –, acrescentando ao número a palavra *feira*. E qual seria o significado deste termo *feira*?

É opinião geral entre os estudiosos que foi do papa Silvestre, depois São Silvestre, a proposta no século IV, de que a semana cristã se pautasse pelo modelo *ordinal + feira*. Em suas obras, vários autores cristãos insistiram na proposta do papa Silvestre, mas a verdade é que, apesar de adotarem o Cristianismo, a semana dos povos de línguas românicas não abdicou de todo à nomenclatura astrológica pagã, espelhando uma mescla de dois sistemas; a Igreja conseguiu introduzir nos hábitos do povo os nomes cristãos... (idem, p. 22)

Observações de grande pertinência para as questões político-religiosas que permearam todo o percurso da história das línguas românicas, com todas as influências de inúmeros povos que estiveram em território espanhol, italiano, francês, português, rumeno, sardo, conquistando e impondo elementos de sua cultura, de sua língua a todos os que tiveram contato com romanos, celtas, iberos, bárbaros, árabes etc. E assim adotamos a palavra *feria* que veio da seguinte acepção:

passou a significar, entre os primeiros cristãos, o dia que não fosse domingo e, na tentativa de desbancar os antigos nomes dos dias da semana planetária sentidos como ligados a divindades pagãs, assumiu praticamente o significado de “dia de trabalho”, “dia útil”, substituindo, como vimos, o *sabbati* (em vez de *segunda sabbati* passou-se a referir *feria secunda* ou *secunda feria*, e assim por diante até *sexta feria*). (ibidem, p.23)

E para finalizar, selecionamos um manifesto a favor do Acordo Ortográfico de 1990, publicado originalmente no Portal Galego da Língua⁶ em que o professor Evanildo Bechara tece considerações em torno do Manifesto-Petição dirigido ao senhor Presidente da República e aos Membros da Assembleia da República contra o Novo Acordo Ortográfico de 1990, durante o 3º Encontro Açoriano de Lusofonia, ocorrido de 08 a 11 de maio

6 Texto na íntegra disponível no link <https://www.academiagalega.org/academia/info-atualidade/item/1621-evanildo-bechara-promove-texto-a-favor-do-acordo.html>, acesso em 12 fev. 2021.

de 2008, na Ilha de São Miguel. No texto, Bechara traz um histórico dos Acordos estabelecidos desde o século XIX, criticando aqueles que afirmam ser a proposta “mal concebida e desconchavada” e pondera:

Ora quem faz a história crítica das diversas propostas da reforma ortográfica em Portugal percebe claramente que elas construíram um macrotexto a partir do estudo inicial de Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu, entre 1885 e 1886, passando pelo livro seminal ortografia Nacional, de Gonçalves Viana, saído em 1904, referendada pelo governo português, consoante proposta assinada por um grupo dos mais conceituados filólogos da época, onde luziam os nomes de J. Leite de Vasconcelos, Gonçalves Viana, Carolina Michaëllis de Vasconcelos, A. G. Ribeiro de Vasconcelos, entre outros

Segue defendendo o Acordo em suas bases científicas para “o estabelecimento e progresso das ciências da linguagem” e questiona:

Pelas mesmas razões até aqui exaradas, não se há de aceitar a crítica, segundo a qual a reforma peca por apresentar-se “sem critério de rigor”. Pode dizer-se, em sã consciência de uma reforma que não se caracteriza pelo critério de rigor, quando essa mesma reforma, publicado o texto de 1986, acolhe as críticas e sugestões que lhe chegaram ao conhecimento, e as incorpora, quando possíveis, à nova redação de 1990?

Vale ressaltar o caráter político de seu posicionamento ao afirmar que

Toda a motivação que tem justificado as sucessivas reformas ortográficas insiste em que elas pretendem garantir a defesa da língua e facilitar o estudo e ensino do idioma. Por isso, também parece não caber à presente proposta a declaração exarada no Manifesto-Petição de que ela é, “nas suas prescrições, atentatória da defesa da língua. As falhas que se podem apontar no Acordo Ortográfico, facilmente sanáveis, não devem impedir que a língua escrita portuguesa perca a oportunidade de se inscrever no rol daquelas que conseguiram unificação no seu sistema de grafar as palavras, numa demonstração de consciência da política do idioma e de maturidade na defesa, difusão e ilustração da língua da lusofonia.”

Concluimos nosso trabalho, afirmando que Evanildo Bechara caminhou ao longo destes anos, sempre com espírito de pesquisador. O gramático, incansável em suas leituras, transpõe seus conhecimentos com muita pertinência e clareza em seus livros e artigos que nunca ficaram estagnados, sendo constantemente revistos e ampliados na ânsia de ao chegar às mãos do professor que tem com a tarefa de ensinar ao aluno a “língua exemplar”, também presente na gramática. Inserido em seu tempo, seu papel político como professor também se nota quando ao se manifestar acerca de temas polêmicos que envolvem o debate sobre o ensino de língua portuguesa. O leitor que tiver a sorte de lê-lo e acompanhar os seus avanços perceberá que a língua é dinâmica, viva e nos leva a profundas reflexões.

O professor gramático afirma, entre tantos outros falares por nós já apresentados que: embora haja essa variedade de normas nos vários países, devemos considerar também a existência de outras tantas normas dentro de cada um cada um deles separadamente, e, assim, de variedade em variedade formam-se as línguas e as culturas de todos os países, que devem ser respeitadas e observadas devidamente pelos professores pesquisadores dos diversos cantos lusófonos interessados em nossa Língua Portuguesa, utilizada por duzentos e dez milhões de falantes. E devemos mencionar o professor Evanildo Bechara⁷:

Nenhum modo de falar é correto em si mesmo. É correto porque existe, historicamente. Da mesma maneira nenhum modo de falar é por si exemplar. É exemplar porque foi eleito, ou por tácita adoção dos falantes, ou pela ação de gramáticos ou academias empenhados na política do idioma e na homogeneidade idiomática. Elege-se a exemplaridade ou o modo exemplar, em nossas comunidades, como o modo de falar das pessoas cultas, por representar o nível mais alto da língua comum. Como a língua comum pode apresentar variedades, a língua exemplar pode desenvolver normas regionais, especialmente nas línguas faladas em

7 Texto na íntegra disponível no link <http://www.novomilenio.inf.br/idioma/20000704.htm>. Acesso 12 fev 2021.

vários países. Assim, temos uma norma exemplar para Portugal e outra para o Brasil; entre brasileiros, podemos contar, por exemplo, com uma norma do Rio de Janeiro e outra de São Paulo.

Deixa-nos, assim, a sábia lição de que a língua é viva e que só teremos uma sociedade livre quando os falantes dela se apropriarem dela como reais *políglotas na sua própria língua*.

Referências

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª. Ed. Revista e Ampliada, Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

_____. **Lições de Português pela análise sintática**. 17ª. Ed. revista e ampliada com exercícios resolvidos, Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. **Ensino da Gramática: Opressão? Liberdade?** 11ª edição. São Paulo: Ática, 2004.

_____. “Aspectos da etimologia do português. Por que segunda-feira em português?” In BASTOS, Neusa Barbosa. (org.) **Língua Portuguesa em calidoscópio**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2004. pp.15-26.

_____. “Primeiros ecos de Ferdinand de Saussure na gramaticografia de língua portuguesa”. In BASTOS Neusa Barbosa (org.). **Língua Portuguesa: história, memória e intersecções lusófonas**. São Paulo: EDUC-IPPUCSP, 2018. pp.333 – 978-

_____. Manifesto-Petição dirigido ao senhor Presidente da República e aos Membros da Assembleia da República contra o Novo Acordo Ortográfico de 1990. Disponível no link <https://www.academiagallega.org/academia/info-atualidade/item/1621-evanildo-bechara-promove-texto-a-favor-do-acordo.html> acesso 12 fev.2021.

CAVALLET, Valdo. “Os desafios da educação no Ensino Superior e a avaliação da aprendizagem”. IN: *Reunião anual da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior*. Porto Alegre: Abeas, 1999.

COSERIU, Eugênio. “Sistema, norma e fala”. In **Teoria da linguagem e linguística geral**. (cinco estudos) Rio de Janeiro: Presença/Ed USP, 1979, p 13-85.

DUARTE, Sirlene. “A noção da norma linguística segundo Coseriu”. In *Linguagem - Estudos e Pesquisas*. UFG/Campus Catalão. Vols. 2-3, 2001, p. 155-164.

MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA DA LINGUA PORTUGUESA – Norma culta e democratização do ensino. Disponível no link: <https://www.novomilenio.inf.br/idioma/index.html>, acesso 13 fev. 2021.

PIMENTA, S. G. & ANASTASIOU, L.G. C. **Docência no ensino superior**. Vol. I. São Paulo: Cortez, 2002

COLABORADORES DESTE NÚMERO

CARLOS ASSUNÇÃO é professor catedrático da área de Linguística Portuguesa no departamento de Letras, Artes e Comunicação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Chaves. Participa no projeto “Língua e Cultura: Património escrito e património oral (CEL)” e tem interesses nos âmbitos da historiografia linguística portuguesa, da sintaxe e da didática do português, nos quais tem publicado numerosos trabalhos, tais como o *Glossário de Didáctica das Línguas* (com J. Belo, 2000), *A Arte da Grammatica da Língua Portuguesa de António José dos Reis Lobato* (2000) ou “A Arte da Grammatica da língua mais vsada na costa do Brasil, de José de Anchieta, na quadro da gramaticalização de vernáculos europeus” (*Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*; com M.C. Fonseca, 2005).

CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA é licenciado e bacharel em Letras Clássicas pela então Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolveu toda sua carreira acadêmica na UFF, chegando à função de Professor Titular de Linguística, disciplina de que foi o primeiro docente nesta instituição, onde veio alcançar, após a sua aposentadoria (2002), o título de Professor Emérito Livre-Docente em Linguística. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras e Chefe do Departamento de Linguística e Filologia. Membro do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF. Sua atuação acadêmica foi centrada na área de Linguística, especialmente na disciplina Linguística Aplicada. Atua, desde 2004, no Curso de Especialização em Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, lecionando a disciplina Linguística e ensino de Português.

CLAUDIO CEZAR HENRIQUES é pós-doutor em Letras pela USP. Professor Titular de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UERJ, bolsista do CNPq. É autor de *Geo-História do Português* (Gramma, 2019), *Estilística e Discurso* (AltaBooks, 2018), *Léxico e Semântica* (AltaBooks, 2018) e *Morfologia* (Elsevier, 2014), entre outros títulos. É membro do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL e da Academia Brasileira de Filologia. Recebeu a medalha Isidoro de Sevilha em 2010 e o prêmio Cidade do Recife em 1999. Sua área principal de interesse são a descrição e o ensino de Língua Portuguesa.

CRISTINA ALTMAN é professora titular do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo, onde atua desde 1983. Possui graduação em Letras pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Linguística pela Universidade de São Paulo (1986) e doutorado em Linguística pelas Universidades Católica de Louvain (Leuven, Bélgica) e de São Paulo (1993). Realizou estágios pós-doutorais na Universidade de Harvard e no M.I.T. (1999); na Universidade de Amsterdam (2006); no Instituto Iberoamericano de Berlin em duas ocasiões (2009 e 2014) e na Tokyo University of Foreign Studies (2010). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Pragmática, e trabalha principalmente em torno dos seguintes temas: historiografia linguística, linguística brasileira, gramáticas coloniais sul-americanas, estruturalismo linguístico.

EVANILDO CAVALCANTE BECHARA é professor emérito da Universidade Federal Fluminense e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Brasileira de Filologia e da Academia das Ciências de Lisboa, Doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra. É autor de vasta obra na área da filologia e da linguística, em que se destacam *Moderna gramática portuguesa*, *Lições de português pela análise sintática* e *Novo dicionário de dúvidas da língua portuguesa*.

GERDA HASSLER é professora da Universidade de Potsdam. Desde 1990, atua em várias sociedades científicas e conselhos consultivos: Membro do conselho

da Associação Romanista Alemã, membro adjunto do Colégio Universitário Franco-Alemão, Conselho de Curadores do Gabinete da Juventude Franco-Alemão, Conselho Consultivo (Conseil d'administration) de SIHFLES (Société Internationale pour une Histoire du Français Langue Etrangère ou Seconde), SHESL (Société d'Histoire et d'Épistémologie du Langage); Conselho consultivo do European Enlightenment Research Centre (Potsdam), conselho consultivo da Historiographia Linguistica, conselho consultivo da revista Romance Studies in Past and Present (ed. HJNiederehe, J. Kramer), co-editor da série linguística (com Helmut Gipper e Peter Schmitter) 2002-2008 Vice-presidente da Associação Franco-Romanista. Chevalier dans l'ordre des Palmes Académiques 2008. Desde 2006 é coeditor da revista Contributions to the History of Linguistics.

GONÇALO FERNANDES é Professor Associado com Agregação em Ciências da Linguagem na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real, Portugal). Licenciado em Humanidades – via Ensino (Estudos Clássicos) (1993) pela Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa, Mestre em Linguística Portuguesa Descritiva (1996) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Doutor em Linguística Portuguesa (2003) e Agregado (Livre Docente) em Ciências da Linguagem, especialização em Linguística Portuguesa, (2009) pela UTAD. É Investigador Principal do Centro de Estudos em Letras (CEL), nas linhas temáticas de Historiografia Linguística Latino-Portuguesa e Linguística Missionária do Padroado Português. Da sua produção científica, destaca-se a publicação de artigos e capítulos de livros em algumas editoras mais importantes da sua área de especialidade, como a Cambridge University Press, John Benjamins, Nodus Publikationen, Peeters, Routledge, Taylor & Francis, etc. Coorganizou vários eventos científicos internacionais, com destaque para o 13th International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS XIII, Vila Real e UTAD, 2014), o VII Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística (CISEHL VII, Vila Real e UTAD, 2009)

e o congresso *A Host of Tongues: Multilingualism, Lingua Franca and Translation in the Early Modern Period* (Lisboa, NOVA FCSH, 2018). A sua experiência profissional passa também pela direção do Centro de Estudos em Letras (desde 2017), do Departamento de Letras, Artes e Comunicação (2009-2013) e de vários cursos de licenciatura, mestrado e doutorado, bem como a Presidência do Conselho Pedagógico (2017-2021) da Escola de Ciências Humanas e Sociais da UTAD. Atualmente desempenha o cargo de Vice-Reitor para a Internacionalização da UTAD.

JOSÉ CARLOS DE AZEREDO é doutor em Letras pela UFRJ e pós-doutor pelo LAEL da PUC-SP. Docente aposentado da UFRJ, atualmente é professor associado do Instituto de Letras da UERJ. Foi bolsista do programa Prociência (FAPERJ-UERJ) e Pesquisador 2 do CNPq por nove anos. Foi consultor gramatical do *Minidicionário Caldas Aulete* (Nova Fronteira: 2004) e redator de “Uma pequena gramática”, integrante do referido volume. É autor de *Iniciação à sintaxe do português* (J. Zahar/1990); de *Fundamentos de gramática do português* (J. Zahar/2000), *Ensino de Português: fundamentos, percursos, objetos* (J. Zahar/2007), *Escrevendo pela nova ortografia* (Publifolha/2008), *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (Publifolha/2009), *Dicionário Houaiss de conjugação de verbos* (Publifolha/2012), *A linguística, o texto e o ensino da língua* (Parábola/2018) e coautor de *Gramática comparativa Houaiss: quatro línguas românicas* (Publifolha/2010).

LEONOR LOPES FÁVERO é professora titular de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) e titular de Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP). Fez doutorado na PUC/SP, livre-docência na USP e pós-doutorado na Universidade de Paris VII, sob supervisão de Sylvain Auroux. Pesquisadora do CNPq, tem experiência na área de Linguística com ênfase em Teoria e Análise Linguística. Autora de diversos livros: *As concepções linguísticas no século XVIII – a gramática portuguesa*, *Coesão e coerência textuais* e em coautoria: *As concepções linguísticas no século XIX – a gramática*

no Brasil, As concepções linguísticas no Brasil no século XIX e início do XX – Gramáticas da infância, Linguística textual - introdução, Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna, além de inúmeros capítulos de livros e artigos publicados em periódicos no Brasil e no exterior.

MARIA DO CARMO HENRÍQUEZ SALIDO é doutora em Filologia Românica pela Universidade de Santiago de Compostela (1971). Professora Catedrática de Língua Espanhola da Universidade de Vigo. Tem publicado mais de 150 estudos (livros, artigos em revistas indexadas, capítulos de livros e volumes coletivos) sobre Linguística e Filologia Espanhola e Galego-Portuguesa. Nas últimas décadas desenvolve pesquisa sobre o latim na jurisprudência do Tribunal Supremo. Membro da Comissão Científica Externa de Acompanhamento (Advisor) da UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal).

MARIA FILOMENA GONÇALVES é Professora Associada com Agregação na Universidade de Évora (ECS/Departamento de Linguística e Literaturas). Doutorada em Linguística Portuguesa (1999) e Agregada em História da Língua portuguesa e Historiografia Linguística (2008), foi membro associado do grupo H.E.S.O. do CNRS (Paris) e da UMR/CNRS *Histoire des Idées Linguistique*, Université Paris VII, Denis Diderot (dir. S. Auroux) e integra, atualmente as equipas de, entre outros, os seguintes projetos: *Lusismos Atlánticos, s. XIX-XXI* (U. La Laguna, Espanha); *NEHiLP - Núcleo de Estudos de História da Língua Portuguesa* (USP, Brasil); *FRONTESPO 3P- Frontera hispano-portuguesa: personas, pueblos y palabras* (U. Alcalá de Henares, Espanha). Entre 2012 e 2019, foi membro do Conselho Diretivo do CIDEHUS-UE/FCT. Entre as suas publicações mais recentes, refiram-se "Orthography and Orthoepy" e "Dictionaries of Language Difficulties", incluídas ni *Manual of Standardization in the Romance Languages* (Berlin/Boston, De Gruyter 2020). Coordenou o grupo de investigação "Literacias e Património Textual" do CIDEHUS. Integra a equipa da *UNESCO Chair in Intangible Heritage and Traditional Know-How: Linking Heritage*. Desde 2019 é responsável pelo *Programa de Preservação e Valorização do Património Barranquenho*.

MARIA HELENA DE MOURA NEVES é professora emérita pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, licenciada em Letras (em Português-Grego e em Alemão) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, doutora em Letras Clássicas (Grego) pela Universidade de São Paulo, livre-docente (Língua Portuguesa) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. É bolsista de Produtividade em Pesquisa - nível 1A do CNPq e foi membro do comitê de Letras e Linguística do CNPq (1994-1997; 2007-2010). Atualmente é professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da UNESP - Araraquara. É Coordenadora do Grupo de Pesquisa Gramática de usos do português do CNPq. Pesquisa particularmente a teoria funcionalista da linguagem, as relações entre texto e gramática e a história da gramática. É autora, entre outros, dos livros: *A gramática do português revelada em textos*, 2018; *A gramática funcional: interação, discurso e texto*, 2018; *A gramática passada a limpo: Conceitos, análises e parâmetros*, 2012, *Guia de uso do português, confrontando regras e usos*, 2012 [2003]; *Gramática de usos do português*, 2011 [2000]. É membro da equipe que elaborou o Dicionário documentado do Português do Brasil (no prelo), membro do Conselho Editorial de 11 revistas especializadas e consultora de 6 fundações de apoio à pesquisa.

MARLI QUADROS LEITE é professora titular da Universidade de São Paulo e pesquisadora da Biblioteca Guita e Mindlin e da UMR7597 Laboratoire d'Histoire des Théories Linguistiques (HTL). Bolsista de Produtividade e Pesquisa do CNPq, tem doutorado em Linguística pela Universidade de São Paulo (1996) e pós-doutorado pela University of Pennsylvania (EUA) e pela Université de Paris VII - Diderot. É coordenadora de dois acordos de cooperação internacional da USP com: (i) a Université de Paris VII; (ii) Universidade de Trás-os-Montes-Alto-Douro (UTAD). É autora de livros, capítulos e artigos que versam sobre temas científicos e didáticos. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando, principalmente, nos seguintes temas: historiografia linguística, norma e uso linguísticos, oralidade e escrita.

MASAYUKI TOYOSHIMA trabalhou como professor assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Tóquio e professor associado da Graduate School of Letters da Hokkaido University. Também atuou como professor da Universidade de Tóquio de Estudos Estrangeiros e como professor associado do Instituto Asiático de Línguas e Culturas, bem como do Instituto de Pesquisa para Línguas e Culturas da Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio. Desenvolve pesquisa na área da linguística missionária.

MIGUEL ÁNGEL ESPARZA TORRES es doctor en Filología (Universidad Autónoma de Madrid, 1992). Ha sido investigador en la Universidad de Tréveris, profesor en la Universidad Complutense de Madrid, en la Universidad de Vigo y, desde 2002, es catedrático de Lingüística General en la Universidad Rey Juan Carlos de Madrid. Ha desarrollado fundamentalmente tres líneas de investigación, con frecuencia interrelacionadas: historiografía lingüística, descripción gramatical del español y lingüística textual, en las que se inscriben la mayoría de sus publicaciones. Entre sus monografías más citadas se pueden mencionar: *Las ideas lingüísticas de Antonio de Nebrija* (1995), la *Bibliografía nebrisense* (con Hans-Josef Niederehe, 1999) y la *Bibliografía temática de historiografía lingüística española* (2008); así como los dos últimos volúmenes de la *Bibliografía cronológica de la lingüística, la gramática y la lexicografía del español* (con Hans-Josef Niederehe, 2012 y 2015).

NANCY DOS SANTOS CASAGRANDE é professora associada do departamento de Ciências da Linguagem, núcleo de Português da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É mestre e doutora em Língua Portuguesa pela mesma universidade. Tem pós-doutorado em Formação de Professores pela Universidade do Porto - Portugal. É membro da equipe diretiva do Colégio São Domingos desde junho de 2018. Tornou-se professora colaboradora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP, em 2019. Tem experiência na área de Letras, com ênfase no ensino de Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: historiografia linguística, gramática portuguesa, política linguística discurso e linguagem jurídica.

NEREA FERNÁNDEZ DE GOBEO DÍAZ DE DURANA es licenciada en Filología Hispánica por la UPV/EHU (2011) y doctora en Lengua Española por la Universidad Complutense de Madrid (2017). En la actualidad, es Profesora Ayudante Doctora en el área de Lingüística General de la Universidad Rey Juan Carlos. Ha participado en congresos nacionales e internacionales y ha publicado diversos trabajos en relación con sus principales líneas de investigación: historiografía lingüística, historia de la enseñanza de lenguas y lexicografía. Además, forma parte de los proyectos de investigación «Biblioteca Virtual de la Filología Española. Fase III: nuevas bibliotecas y nuevos registros. Información bibliográfica. Difusión de resultados» (FFI2017-82437-P), de la UCM, y «Bibliografía Temática de Historiografía Lingüística Española - Apéndice 1» (FFI2017-85401-P), de la URJC.

NEUSA BARBOSA BASTOS é pós-doutora pela Universidade do Porto/Portugal. Concluiu o doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1987. Atualmente, é professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade Presbiteriana Mackenzie. É consultora "ad hoc" da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. É coordenadora do IP-PUC/SP - Instituto de Pesquisas Linguísticas "Sedes Sapientiae" para Estudos de Português e do NEL/UPM - Núcleo de Estudos Lusófonos da UPM. Possui livros, capítulos de livros publicados e artigos em sua área de especialidade, com ênfase em Historiografia Linguística e Discurso. Em suas atividades profissionais, interagiu com vários colaboradores em coautorias de trabalhos científicos.

PIERRE SWIGGERS est Directeur de recherche au FWO belge (Fonds flamand de la recherche scientifique) et professeur de linguistique générale et romane aux universités de Leuven (KULeuven) et de Liège (ULiège). Il a publié dans divers domaines : historiographie et épistémologie de la linguistique, linguistique descriptive et historico-comparative, philosophie du langage,

sémiotique. En historiographie de la linguistique, il s'est intéressé à des questions de « métahistoriographie », à l'évolution des conceptions et des pratiques en grammaticographie et en lexicographie, à l'histoire de la terminologie linguistique, à l'insertion culturelle et idéologique de concepts et de démarches linguistiques.

ROLF KEMMLER é professor auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real) e membro permanente do Centro de Estudos em Letras da UTAD. Doutorado na área das Ciências da Linguagem e da Literatura (Dr. phil.) pela Universidade de Bremen (Alemanha) desde 2005, é Agregado em Ciências da Linguagem pela UTAD desde 2014, tendo, ainda, adquirido doutorado na área da Linguística Aplicada à Língua Alemã pela Universidade de Vigo (Galiza), em 2018. É Sócio Correspondente Estrangeiro da Academia das Ciências de Lisboa desde 15 de novembro de 2016. Sua atividade de pesquisa inscreve-se em várias subáreas da Historiografia Linguística de expressão portuguesa.

TERESA MOURA é professora auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real), membro permanente do Centro de Estudos em Letras da UTAD. É doutorada na área das Ciências da Linguagem pela UTAD desde 2002. É especializada na área da Historiografia Linguística portuguesa.

THIAGO ZILIO PASSERINI é doutorando em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ex-bolsista do governo grego no Institute for Balkan Studies (IMXA), em Tessalônica, e na University of Crete, em Creta. Membro do GPEduLing (Grupo de Pesquisa em Educação Linguística), do GPeHLP (Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa) e do GPHIL (Grupo de Pesquisa em História das Ideias Linguísticas e Identidade Nacional), todos da PUC-SP. Professor de Língua Portuguesa, Gramática, Literatura e Produção Textual na rede particular de ensino em São Paulo desde 2007. Professor de Língua e Cultura Gregas do extinto Instituto Educacional Ateniense, de 2009 a 2013.

VOLKER NOLL doutorou-se em linguística francesa na Universidade de Heidelberg (Alemanha). Obteve a livre-docência na Universidade de Göttingen com tese sobre o português brasileiro, publicada também no Brasil (Globo, 2008). Atualmente é catedrático de linguística românica na Universidade de Münster, com especialização em estudos diacrônicos. Seu campo de pesquisa preferido é a área da linguística hispano-americana e brasileira.

WOLF DIETRICH é professor titular emérito do Instituto de Filologia Românica da Universidade de Münster (Alemanha). É doutor em Filosofia pela Universidade de Tübingen (orientador Eugenio Coseriu, 1971). Publicou diversos livros e artigos sobre Linguística Histórica e Descritiva das línguas românicas (português, espanhol, francês, italiano, romeno) e das línguas da família tupi-guarani. É sócio correspondente da Academia Brasileira de Filologia e codiretor do Atlas Linguístico Guarani-Românico.

